

# Comunidade Negra de Morro Alto

Historicidade, Identidade e Territorialidade



Daisy Macedo de Barcellos  
Miriam de Fátima Chagas  
Mariana Balen Fernandes  
Nina Simone Fujimoto  
Paulo Staudt Moreira  
Cíntia Beatriz Müller  
Marcelo Vianna  
Rodrigo de Azevedo Weimer

  
COMUNIDADES  
TRADICIONAIS

  
UFRGS  
EDITORA

Este livro trata da comunidade negra de Morro Alto, municípios de Maquiné e Osório no litoral norte do Rio Grande do Sul, Brasil. É fruto de um estudo realizado entre os anos de 2001 e 2002 que visou atender à demanda de seu reconhecimento como comunidade remanescente de quilombos nos termos exigidos pelo Artigo 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988.

A partir das perspectivas antropológica, histórica e geográfica, delinea a comunidade e a região, buscando compreender sua historicidade, ecologia e cultura, e desta, os elementos que compõem a identidade étnica e a territorialidade ali desenvolvida. O território que ocupa e o que aspira recuperar resguardam a experiência de liberdade na escravidão, numa forma de vida cuja especificidade é descrita

com base no seu passado e no seu presente, traçando as continuidades entre a memória e a tradição viva de seus membros e a história documentada em fontes históricas originais.

Abarca uma parte da história dos negros do sul do Brasil que se encontra fragmentada por livros, jornais, processos judiciais, documentação cartorial e religiosa e, principalmente, a parte da história que se encontra nas lembranças de descendentes de escravos que continuam vivendo na região de seus ancestrais. Fala da origem comum por eles proclamada que, mediada pelo parentesco e pela religiosidade, aglutina seus membros e provê o nexo de sua territorialidade. A persistência em Morro Alto de uma comunidade negra reflete a sua luta contra a exclusão social e pelos seus direitos territoriais.

Daisy Macedo de Barcellos

1990

## Comunidade Negra de Morro Alto

RESERVA TÉCNICA  
Editora da UFRGS



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO  
GRANDE DO SUL**

Reitora

**Wrana Maria Panizzi**

Vice-Reitor

**José Carlos Ferraz Hennemann**

Pró-Reitor de Extensão

**Fernando Setembrino  
Cruz Meirelles**

Vice-Pró-Reitora de Extensão

**Renita Klüsener**

---

**EDITORA DA UFRGS**

Diretora

**Jusamara Vieira Souza**

**CONSELHO EDITORIAL**

**Antônio Carlos Guimarães**

**Aron Taitelbaun**

**Carlos Alberto Steil**

**Célia Ferraz de Souza**

**Clovis M. D. Wannmacher**

**Geraldo Valente Canali**

**José Augusto Avancini**

**José Luiz Rodrigues**

**Lovois de Andrade Miguel**

**Maria Cristina Leandro Ferreira**

**Jusamara Vieira Souza, presidente**

# **Comunidade Negra de Morro Alto**

## **Historicidade, Identidade e Territorialidade**

**Daisy Macedo de Barcellos**  
**Miriam de Fátima Chagas**  
**Mariana Balen Fernandes**  
**Nina Simone Fujimoto**  
**Paulo Staudt Moreira**  
**Cíntia Beatriz Müller**  
**Marcelo Vianna**  
**Rodrigo de Azevedo Weimer**

RESERVA TÉCNICA  
Editora da UFRGS



© dos autores  
1ª edição: 2004

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Ivan Vieira

Ilustração da capa: Festa do Maçambique, 1961

Revisão: Gabriela Carvalho Pinto  
Rosângela de Mello

Revisão final: dos autores

Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt

---

C741 Comunidade negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade / Daisy Macedo de Barcellos, Miriam de Fátima Chagas, Mariana Balen Fernandes... [et al.]. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2004.

(Série Comunidades Tradicionais).

Inclui referências.

1. Antropologia. 2. Percia antropológica. 3. Estudos etnográficos – Morro Alto – Rio Grande do Sul. 4. Comunidades negras – Quilombos – Rio Grande do Sul. I. Barcellos, Daisy Macedo de.. II. Chagas, Miriam de Fátima. III. Fernandes, Maria Balen. IV. Título. V. Série.

CDU 572

---

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
(Ana Lucia Wagner – CRB10/1396)

ISBN 85-7025-739-2

*W<sup>o</sup> de registro: 473*

*W<sup>o</sup> de obra: 156*

*Data: 21/10/2000*

A equipe responsável pela pesquisa e pela escrita do presente trabalho gostaria de dedicá-lo a alguns homens que tivemos a honra de conhecer ao longo do nosso trabalho.

Lamentavelmente, Ildo Forte dos Santos e Guilherme Francisco Antônio não viveram o suficiente para assistir o resultado do pleito de que foram aguerri-das lideranças.

No entanto, eles continuam presentes entre nós, por meio de sua luta e do seu exemplo.

Esse documento é dedicado a Ildo Forte dos Santos e Guilherme Francisco Antônio.

“A gente conhece muito aquelas coisa primeira...”  
Guilherme Francisco Antônio (1932-2002) – *in memoriam*

“Nós somos descendentes de escravos, nós vamos recuperar muita coisa...”  
Ildo Forte dos Santos (1938-2002) – *in memoriam*

RESERVA TÉCNICA  
Editora da UFRGS





## Agradecimentos

É imprescindível que expressemos nossa gratidão à comunidade de Morro Alto que nos ofereceu sua hospitalidade, confiança e mais do que tudo, suas vidas e lembranças narradas com o sentimento de quem espera ser reconhecido como cidadão e sujeito, não só de sua própria história mas da história deste país e deste Estado. Sua dignidade e senso de justiça possibilitou termos a força necessária para realizarmos a tradução de seu modo de ser através deste trabalho.

Agradecemos a todos os membros desta comunidade e gostaríamos que fosse possível nomear cada um de modo especial. Mas foram tantos os parceiros neste processo!

Agradecemos àqueles que facilitaram nosso encontro com Morro Alto: Wilson Marques da Rosa, Ercília Marques da Rosa, Edite Maria da Rosa, Judite Maria da Rosa, Manuel Francisco Antônio, falecido Guilherme Francisco Antônio, Aurora Conceição da Silveira, Manuel Conceição da Silveira, Elisabete Alves, Ilse Alves e João Francisco Santos, Adriana Alves dos Santos e Katia Alves dos Santos, falecido Ildo Forte e Marina Santos Forte, Hermenegildo Manuel da Silva, Severina Maria Francisca Dias, Antonio Francisco, Diva Inácia Marques, Aurora Inácia Marques, Ângela Reginalda de Souza que, entre outros, tiveram papel fundamental na organização dos encontros que culminaram na criação da Associação Comunitária Dona Rosa Osório Marques.

Fomos recebidos de uma forma muito acolhedora por Sebastião Souza Rosa, nas nossas visitas ao “Cantão”, que nos conduziu às trilhas do quilombo. Graças ao Gui-nho e à sua família, foi possível a manutenção de um espaço apropriado para os encontros da Associação de Moradores.

Para a realização do presente estudo, foram fundamentais as fotos e os documentos a que pudemos ter acesso mediante o empréstimo de integrantes da comunidade, que muito nos honraram com a confiança de franquear-nos seus tesouros. Além dos supracitados, não poderíamos deixar de mencionar Maria Helena Couto, Antônio Carlos da Silva, Luzia Maria dos Santos, Adile Jesus da Silva e Nelson Jesus da Silva, Zélia

Rodrigues Gomes, Salvador Manoel da Silva, Luzia Silva da Rosa, Albertina Rodrigues dos Anjos, Salvador Boaventura Teófilo e Maria Francisca Terra.

Gostaríamos que fosse possível citar a todos que contribuíram com sua memória, experiências e relatos, certidões e documentos diversos que, de alguma forma ou de outra, enriquecem o processo político comunitário de que temos a honra e a alegria de presenciar e participar, que nos ajudaram a construir um relatório técnico mais consistente, que contribuíram para que pudéssemos entender o universo de Morro Alto. Foram tantas e infinitas, porém, as demonstrações de apoio, carinho e confiança que recebemos da comunidade, que torna-se impossível mencionar a todos aqui, a quem, contudo, fica desde já nosso agradecimento.

Nosso reconhecimento à Profa. Dra. Ilka Boaventura Leite pelo seu pioneirismo na inscrição dos Territórios Negros no Sul do Brasil, não só como campo de estudos mas como caminho de efetivação de políticas com vistas à conquista de direitos sociais e resgate de dívidas históricas. Seu trabalho possibilitou que outros atores seguissem a sua trilha e conquistassem apoio para a continuidade desta área de conhecimento e arena de luta.

Ao Procurador da República Marcelo Veiga Beckhausen, sempre prestativo e presente nos momentos decisivos, disposto a nos ouvir, apoiar incondicionalmente e pela prontidão com que atendeu às nossas solicitações. Em diversos momentos, esteve junto a nós ouvindo e dialogando diante das demandas da comunidade. Sem seu apoio, nossos percalços seriam muito maiores.

Também gostaríamos de agradecer e creditar a participação de Adriana Fraga e Rodrigo Angrizani, que contribuíram de uma forma decisiva, participando do reconhecimento e análise preliminar de sítios arqueológicos da região. Percorrendo o território junto a pesquisadores da equipe e moradores, foram verificados os locais onde existiam ruínas de antigas casas-grandes e senzalas, e identificados dois sítios arqueológicos indígenas.

Ao Alessandro Garcia Gomes nosso agradecimento: nas suas idas a campo abriu redes importantes para a pesquisa de campo junto à comunidade. Além disso, realizou uma monografia cujas reflexões foram utilizadas no capítulo 2.1. Ao Cristian Jobi Salaini, que manifestou grande disposição e entusiasmo para participar da pesquisa, e que de forma muito prestativa transcreveu fitas.

Ao Prof. Dr. José Carlos do Anjos, acadêmico e participante do MNU também estendemos nosso reconhecimento, tanto pela iniciativa de elaborar o projeto e ser coautor da demanda apresentada pelo CODENE à Secretaria do Trabalho, Cidadania e Ação Social do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Ao Diretor do Departamento de Cidadania, Mozart Dietrich, pelo apoio, confiança e paciência com que recebeu os percalços próprios desse tipo de trabalho.

Queremos referir nossa satisfação por termos contado com a presença constante dos militantes do Movimento Negro, de modo especial Arnaldo Batista Santos dos Santos, companheiro de pesquisa e de luta. José Itarajara Duarte Ferreira, militante que não se eximiu do auxílio na coleta de dados em Morro Alto. Ubirajara Toledo, companheiro experiente e sereno que compartilhou seu saber e seu afeto pela causa

dos remanescentes de comunidades de quilombos. Além destes a participação solidária de Antônio Lucas de Oliveira, Jocimara Alves, Ângela Borges de Souza Teixeira e Jairo Roggia.

À Fundação Cultural Palmares pelo suporte financeiro e por ter apoiado o projeto do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Sem a ênfase nas políticas de desenvolvimento para as comunidades negras rurais pelo Governo do Estado, por certo esse projeto não teria sido realizado.



“Ó virgem do Rosário  
Ó mãe da piedade  
Mande paz e amor na terra  
Que é pra toda a humanidade”

“Ó meu São Benedito  
É um santinho preto  
Quando ele fica brabo sinhô  
Ele ronca no peito”



**Festa do Maçambique, 1961.**

À esquerda, Jovino Quadros, tamboreiro; sentada, ao centro, Maria Teresa Joaquina, Rainha Jinga; ao seu lado, Otávio Lima, Rei Congo; à direita, Manuel Antônio Filho "Dedê", Alferes da Bandeira; em pé, ao lado de Maria Teresa, Conceição, filha de Severina Maria Francisca Dias, Rainha Jinga nos dias de hoje.

Foto gentilmente cedida por Ermenegildo Manuel da Silva.

# Sumário

Prefácio .....	17
<i>Marcelo Veiga Beckhausen</i>	
Introdução .....	19
<b>1. Território de ocupação histórica</b> .....	<b>29</b>
1.1 – Ocupação do território .....	29
1.1.1 – <i>Breve síntese da ocupação territorial do litoral norte do Rio Grande do Sul</i> ....	29
1.1.2 – <i>Apropriação da Fazenda do Morro Alto</i> .....	34
1.1.3 – <i>Marques da Rosa e Nunes da Silveira:</i> <i>a formação de uma poderosa família de terratenentes</i> .....	39
1.1.4 – <i>Produção de formas de exclusão familiar entre os Marques e os Nunes:</i> <i>os poderosos desfavorecidos</i> .....	47
1.1.5 – <i>A lei de terras e a oficialização de uma posse não tão mansa,</i> <i>e tampouco pacífica</i> .....	49
1.1.6 – <i>Anexo fotográfico</i> .....	58
1.2 – <i>Muito negro</i> litoral norte: o cativo e além .....	59
1.2.1 – <i>Anexo fotográfico</i> .....	77
1.3 – Quilombo, quilombos: matos, senzalas e roças na constituição de um território negro .....	78
1.3.1 – <i>O mato como espaço de liberdade</i> .....	78
1.3.2 – <i>Roças familiares, legados de terras e formas de manutenção</i> <i>de uma mão-de-obra dependente</i> .....	88
1.3.3 – <i>Da senzala ao quilombo, do quilombo à senzala:</i> <i>parentesco e memória na comunidade escrava de Morro Alto</i> .....	99
1.3.4 – <i>Anexo fotográfico</i> .....	117
1.4 – De cativos a libertos, de libertos a campesinato negro: a resistência pela permanência .....	120
1.4.1 – <i>Uma nova situação política e econômica</i> .....	125

1.4.2 – <i>Novos tempos, novos senhores</i> .....	132
1.4.3 – <i>Se colocando, se colocando: formas de permanência e deixas de terras</i> .....	135
1.4.4 – <i>Anexo fotográfico</i> .....	156
1.5 – <i>As vias de deslocamento, estradas e rodovias</i> e os impactos socioculturais sobre a comunidade de Morro Alto .....	158
1.5.1 – <i>Do transporte lagunar à Rodovia Federal BR-101</i> .....	158
1.5.2 – <i>Impactos das transformações do sistema de transportes</i> <i>sobre a comunidade de Morro Alto e processos de expropriação de terras</i> .....	167
1.5.3 – <i>As pedreiras</i> .....	180
1.5.4 – <i>Anexo fotográfico</i> .....	184
1.6 – <i>Lutas políticas e judiciais:</i> da reforma agrária à conquista da subprefeitura de Morro Alto .....	186
1.6.1 – <i>A experiência da reforma agrária</i> .....	186
1.6.2 – <i>Os processos de José Agostinelli S/A e de Ermínio Goldani</i> .....	191
1.6.3 – <i>A queda da área de segurança nacional e a subprefeitura em Morro Alto</i> .....	198
1.6.4 – <i>Lutas jurídicas mais recentes: Antônia José de Jesus e Ildo Forte dos Santos</i> .....	200
1.6.5 – <i>Anexo fotográfico</i> .....	205
<b>2. Parentesco e religiosidade</b> .....	209
2.1 – <i>A comunidade de Morro Alto: laços, descendência e territorialidade</i> .....	209
2.1.1 – <i>Aqui todo mundo é parente</i> .....	209
2.1.2 – <i>Os nomes em negro</i> .....	219
2.1.3 – <i>Ramos, nomes e territórios</i> .....	220
2.1.4 – <i>O direito à terra ancestral</i> .....	228
2.1.5 – <i>Cor, pertencimento e valor</i> .....	232
2.1.6 – <i>Anexo fotográfico</i> .....	236
2.2 – <i>Religiosidade e africanidade: os maçambiques</i> .....	246
2.2.1 – <i>Cantos do antigo Maçambique</i> .....	270
2.2.2 – <i>Anexo fotográfico</i> .....	272
2.2.3 – <i>A festa do Maçambique hoje: momentos, espaços e movimentos</i> .....	275
2.2.4 – <i>Anexo fotográfico: expressões do sagrado no espaço público e privado</i> .....	298
<b>3. Território geográfico e espacialidade social</b> .....	301
3.1 – <i>Território geográfico</i> .....	301
3.1.1 – <i>Aspectos gerais da área</i> .....	301
3.1.2 – <i>Caracterização do meio físico da comunidade de Morro Alto e arredores</i> .....	302
3.1.3 – <i>Potencialidades do meio físico</i> .....	306
3.1.4 – <i>Fragilidades do meio físico</i> .....	308
3.2 – <i>Usos da terra em Morro Alto</i> .....	312
3.2.1 – <i>Mas é o mesmo mato, não?</i> .....	312
3.2.2 – <i>As diferentes formas de se referir à terra</i> .....	317
3.2.3 – <i>O tapar e o fechar: formas de cercamento do solo</i> .....	323
3.2.4 – <i>As paisagens de moradia:</i> <i>memória e ciclo da vida inscrito na terra de Morro Alto</i> .....	325
3.2.5 – <i>A paisagem do trabalho e suas transformações</i> .....	338
3.2.6 – <i>Considerações finais: terra que nunca foi medida</i> .....	343
3.2.7 – <i>Anexo fotográfico</i> .....	348



<b>4. Um direito a ser conquistado: remanescentes de comunidades de quilombos.....</b>	<b>359</b>
4.1 – Memória e identidade: o quilombola pela história viva.....	359
4.2 – As reuniões da comunidade e o resgate histórico.....	371
4.3 – O território de pleito .....	374
4.4 – Anexo fotográfico: <i>os guardadores da memória</i> .....	381
4.5 – Anexo fotográfico: reuniões da comunidade .....	387
4.6 – Anexo fotográfico: o território .....	399
<b>Conclusão .....</b>	<b>411</b>
<b>Referências .....</b>	<b>415</b>
<b>Anexo genealógico .....</b>	<b>423</b>
<b>Lista de gráficos genealógicos .....</b>	<b>453</b>
<b>Anexo documental .....</b>	<b>455</b>



# Prefácio

Marcelo Veiga Beckhausen

“cravasse o umbigo ali, a gente ficava, andava ao redor por ali e não saía”.

Em 1988, o Constituinte procurou deliberar a respeito das comunidades remanescentes de quilombos. O caminho legislativo é sofrível: situou as garantias dessas comunidades nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. No entanto, as comunidades encontram, de forma permanente, o seu caminho: a luta pelo reconhecimento de sua territorialidade e de sua diversidade sociocultural. E é assim que se constrói um texto constitucional: a hermenêutica disponível, apta a visualizar que os direitos estabelecidos no artigo 68 dos ADCT são fundamentais, e a pressão da sociedade em torno da efetivação dessas garantias.

O que torna o dispositivo supracitado fundamental é a sua enorme importância para a construção de um Estado verdadeiramente democrático. A partir de uma concepção que valoriza a diversidade, a diferença, o outro, a Constituição procura reestabelecer as condições para uma vida digna, fundamento da Carta. Esta dignidade só pode ser realmente consolidada quando a territorialidade e a cultura de grupos minoritários são respeitados. A propriedade definitiva, cuja emissão dos títulos é de responsabilidade do Estado democrático, passa a ser um direito sagrado para as comunidades quilombolas. Nessa mesma linha de idéias, garantir a sustentabilidade, as manifestações socioculturais e qualidade de vida para estas se torna, também, dever fundamental do governo brasileiro.

No Rio Grande do Sul a luta também é constante. Cada vez mais as comunidades quilombolas vão ocupando seu espaço e conquistando seus direitos. Nesse sentido é que foi firmado o Convênio nº 002/2001, em 13/07/2001, entre a União Federal, através da Fundação Cultural Palmares, e o Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Ação Social. A comunidade quilombola do Morro Alto foi, então, objeto de um sério e competente trabalho de identificação e delimitação do

seu território, através de estudos produzidos por uma equipe multidisciplinar. Tal esforço evidenciou a existência de uma comunidade de afro-descendentes, vivendo no litoral norte gaúcho, com um modo de vida próprio, que lhes diferencia e que lhes dá vida.

O laudo antropológico dimensiona os vínculos entre terra, ancestralidade e parentalidade: “A lógica que opera a ancestralidade estabelece os vínculos com os ascendentes escravos; outra, horizontal, reforça os laços de solidariedade entre pessoas de uma mesma geração e passa pelos vínculos com os ascendentes pelas via materna ou paterna, vínculo esse que freqüentemente é marcado pelo segundo nome. Nesse sentido, a identidade social da comunidade se efetiva a partir do parentesco, idioma ao qual recorrem para afirmar seu pertencimento à comunidade e ao território.”<sup>1</sup>

Os elementos culturais que os diferenciam, que lhes dá o *status* de Comunidade Quilombola, como quer o Parlamentar Originário, está intimamente ligado com sua territorialidade. O “umbigo enterrado” é símbolo indissociável da vida dos moradores do Morro Alto, que marca sua presença e confirma seu território. Afirmam os pesquisadores: “O ato de enterrar o umbigo na porta das casas marca o pertencimento à terra de filhos e netos. É uma espécie de transmissão da continuidade da família no local, onde os ascendentes manifestam sua vontade de transmitir a ligação com a terra para seus filhos. Como a franca maioria das pessoas que estão vivendo na região de Morro Alto não possui títulos de propriedade da terra onde moram há gerações, o que os impossibilita de utilizar as formas legais de transmissão da propriedade, a transmissão da posse se dá, tradicionalmente, pelo enterro dos umbigos. Isso vem sendo feito há gerações, o que caracteriza a posse ‘mansa e pacífica’ das terras ocupadas na área onde se deu a pesquisa.”<sup>2</sup> Note-se que a demora na publicação oficial do Laudo Antropológico provoca uma série de prejuízos para a comunidade em questão, em especial a ausência de títulos de propriedade.

As exigências da Constituição estão presentes no estudo. Os aspectos sociais, culturais e antropológicos foram demonstrados à exaustão. Esta Comunidade Quilombola “afirma-se como tal a partir da cor, da religiosidade, parentesco e da territorialidade, sinais diacríticos sobre os quais repousam a sua ancestralidade, sua descendência de ancestrais fundadores, os quais são representados por cada membro da comunidade neste tempo e no mesmo lugar: Morro Alto.”<sup>3</sup>

Conclui-se que a materialização do artigo 68 dos ADCT é de fundamental relevância para a Comunidade Quilombola do Morro Alto. Os aspectos históricos que estão em jogo, como a valorização de um grupo invisibilizado e desrespeitado durante décadas pelo Estado brasileiro, bem como a garantia de que a atual comunidade, formada por pessoas que batalharam pela consolidação de seus direitos, e as gerações futuras que possuirão um norte mais promissor, vivendo com dignidade, tornam este trabalho de enorme importância. Como diz uma das lideranças mais importantes: “Vamos usar nossa negrice para o nosso orgulho.”

---

<sup>1</sup> Relatório histórico, antropológico e geográfico sobre o reconhecimento da comunidade negra de Morro Alto com base no Artigo 68 – Ato das disposições constitucionais transitórias da Carta Magna brasileira de 1988. p. 224.

<sup>2</sup> op. cit. p. 324.

<sup>3</sup> op. cit. p. 16.

## Introdução

Este estudo – antropológico, histórico e ambiental – acerca da comunidade negra de Morro Alto, municípios de Maquiné e Osório, é fruto de uma política do Governo do Estado do Rio Grande do Sul apresentada em junho de 2001, através de projeto proposto pela Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Ação Social do Governo do Estado que acolheu a demanda do Conselho do Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra (CODENE, espaço onde emergiu já em 1999 a preocupação no desenvolvimento de ações com vistas à identificação e apoio a territórios negros<sup>4</sup>) e do MNU. Teve por base um convênio estabelecido entre o Governo do Estado e a Fundação Cultural Palmares, órgão federal ligado ao Ministério da Cultura que, aprovando o projeto, aplicou recursos financeiros, geridos pela STCAS, possibilitando o seu desenvolvimento. Neste mesmo projeto foram apontadas como áreas pertinentes para pesquisa além de Morro Alto, Arvinha, Mormaça, São Miguel e Martimianos e Casca, área já reconhecida e em fase de demarcação.<sup>5</sup>

A demanda desta comunidade de Morro Alto deriva da necessidade de ver suas terras tituladas e de ser reconhecida como remanescente de comunidade de quilombos para, percorrendo o devido processo legal, usufruir do direito constitucionalmente possibilitado pelo artigo 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988,<sup>6</sup> recurso último para garantir sua permanência e direitos territoriais plenos na região reivindicada.

---

<sup>4</sup> O CODENE, na oportunidade, tomou como base para suas intervenções o relatório produzido pelo NUER – Universidade Federal de Santa Catarina – que havia identificado em torno de 43 áreas qualificadas como “territórios negros”.

<sup>5</sup> Conforme convênio do Governo do Estado/FCP nº 002 de 2001.

<sup>6</sup> “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os respectivos títulos.” Brasil, Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. Publicado no DOU n. 191-A, de 5 de outubro de 1988.

O objetivo da pesquisa foi de, a partir da perspectiva antropológica, histórica e geográfica, investigar a comunidade e a região de Morro Alto, buscando compreender sua historicidade, ecologia e cultura, e desta, os elementos que compõem sua identidade étnica e sua territorialidade, enquanto espaço que resguarda sua experiência de liberdade na escravidão, uma forma de vida cuja especificidade cabe ser abordada.

Frente à abrangência e amplitude da pesquisa, este trabalho foi estruturado a partir de três partes: a primeira, histórica, apontando os nexos (sociais e históricos) existentes entre os atuais habitantes de Morro Alto e o passado da região; a segunda, geográfica, contemplando as características do meio físico a par das intervenções humanas e naturais que o constituem e uma terceira, etnográfica – antropológica – abordando sincronicamente as relações que a comunidade estabelece com o meio externo e sua configuração sociocultural interna.

Procurou-se abarcar toda uma parte da história dos negros que se encontra fragmentada por livros, jornais, processos judiciais, documentação cartorial e de arquivos, religiosa e, principalmente, a parte da história que se encontra apenas nas lembranças daqueles que descendem de escravos e que continuam vivendo na região de seus ancestrais.

O conceito de grupo étnico, na acepção proposta por Barth, é instrumento necessário para entender a constituição de Morro Alto como um grupo étnico mas não abarca todas as características da realidade investigada, motivo pelo qual recorreremos também ao conceito de minorias étnicas como propõe Banton, em “A idéia de raça”,<sup>7</sup> que possibilita situar suas demandas de cidadania e de espaço de participação nas suas relações com o Estado Nacional.

Em Morro Alto a origem comum está sendo acionada mediada pelo parentesco, este, aglutinador de seus moradores e nexos de sua territorialidade. Morro Alto possui uma população predominantemente negra que provém de descendentes de ex-escravos. Sua origem comum dá base ao processo de luta pela manutenção de suas terras. A persistência em Morro Alto de uma comunidade negra reflete a sua luta contra a exclusão social sofrida pelas pessoas que compõem a comunidade.

Morro Alto passa por um momento em que busca se fortalecer politicamente diante do poder local da sociedade envolvente. Abriu-se mais uma vez aos *outros*, desta vez aos pesquisadores, poder público e também, neste caso, mais uma vez, à imprensa e meios de comunicação em geral, porque acreditam que desta vez estes atores externos poderão tornar esta minoria negra politicamente visível. Morro Alto, enquanto território de *resistência* negra foi *descoberto* inúmeras vezes e nesta conjuntura, como remanescente de quilombo.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Para Banton, minoria étnica “é uma minoria que cultiva uma diferença baseada na descendência e que quer ver este fato reconhecido no Estado em que vivem seus membros” (Banton, 1979, p. 165).

<sup>8</sup> Foram exibidas pelo menos duas matérias na RBS (Rede Brasil Sul de televisão) ao longo de seis meses de pesquisa. Uma sobre os escravos no Rio Grande do Sul, em 13 de abril de 2002 e na série sobre os quilombos gaúchos em 21 de novembro de 2001.

Assim, tomamos por base o conceito de grupo étnico<sup>9</sup> em Barth para dar sentido ao modo como a comunidade tem negociado sua identidade afro-descendente ao longo do tempo, seja atualizando e relendo a bagagem herdada de seus ancestrais, seja autorizando a sua apropriação pelos poderes locais como elementos do folclore da região e especificamente do município de Osório.<sup>10</sup> Valemo-nos também de Max Weber, para quem “os grupos étnicos são aqueles grupos humanos que, fundando-se na semelhança de um hábito exterior e dos costumes, ou de ambos a um tempo, ou em lembranças de colonização e imigrações, abrigam a crença subjetiva em uma procedência comum de tal forma que a crença é importante para a ampliação da comunidade”.<sup>11</sup>

Morro Alto é um território negro etnicamente delimitado, que já luta para afirmar sua identidade negra, pela regularização fundiária e pela atenção das ações de políticas públicas desde a década de 60.

A partir de 2001 esta comunidade apresentou sua demanda de regularização das terras ocupadas e a recuperação daquelas perdidas sob diversas formas. Tais processos foram levados a cabo tanto por agentes externos quanto pela inviabilização da permanência de seu modo ancestral de subsistência devido a intervenções públicas e privadas de projetos de modernização, tais como estradas (sendo a última intervenção a atual duplicação da BR-101), usina de álcool (AGASA<sup>12</sup>), especulação imobiliária no litoral e a pressão que levou à transformação dos morros contidos em suas terras em pedreiras e dos seus campos em área de extração de areia.

Morro Alto, localidade situada parte em Maquiné e parte em Osório, é percebida pela comunidade que a habita como um espaço de realização de sua vida e de atualização de sua memória. Estende-se por setores relativamente urbanizados e outros, ainda, com características plenamente rurais. A área que está em maior estado de urbanização, onde situa-se o núcleo de Morro Alto, próximo ao entroncamento da atual BR-101 e a estrada RS-407, encontra-se habitada por pessoas das parentelas negras descendentes de ex-escravos e por descendentes de imigrantes invasores ou já integrados à comunidade por laços de parentesco. Já as localidades de Barranceira, Aguapés (ou Cortiça) e Ribeirão podem ser caracterizados como “bairros rurais”.<sup>13</sup> São sobre esses laços sociais, alicerçados em bases étnicas, que os membros da comunidade constroem sua identidade proporcionando a sua unidade, configura seu território como etnicamente diferenciado e a situa politicamente como *minoritária*.

---

<sup>9</sup> Fredrik Barth: “[...] grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores e, assim, têm a característica de organizar a interação entre as pessoas” (Poutignart e Streiff-fenart, 1998, p. 189).

<sup>10</sup> Barth e Banton apontam as fronteiras de inclusão e exclusão como centrais na constituição de grupos e minorias étnicas, respectivamente.

<sup>11</sup> Weber, 1983, p. 318.

<sup>12</sup> A usina de álcool possibilitou, ainda, uma certa relação de complementaridade com as tradições de produção camponesa da região, embora tenha empobrecido a sua diversidade.

<sup>13</sup> Definidas como localidades onde “as habitações podem estar próximas umas das outras, sugerindo por vezes um esboço de povoado ralo; e podem estar de tal modo afastadas que o observador não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega” (Cândido, 2001, p. 81).

A pesquisa em Morro Alto transcorreu de agosto de 2001 a outubro de 2002, a partir da primeira reunião realizada com a comunidade, à qual compareceram os pesquisadores, militantes do movimento negro e representante do Ministério Público Federal.

Assim, em primeiro lugar, necessitamos abordar a entrada no campo de pesquisa, pois esta diferiu das técnicas de inserção em comunidades, tradicionalmente consagradas pelo método etnográfico na Antropologia Social. A situação do pesquisador numa pesquisa para fins de estudo com caráter aplicado o posiciona de modo muito particular, já que deve lidar com fatos que se impõem e que impedem a definição da estratégia de campo exclusivamente por ele. Atendendo a uma demanda específica da comunidade que estuda, deve contemplar a posição de sujeito do processo que ela ocupa, negociando com ela o caminho a ser percorrido, ao mesmo tempo em que deve manter o controle sobre a qualidade e a significância dos dados, aspecto esse imprescindível para a validação do próprio relatório e, conseqüentemente, para contribuir efetivamente para o pleito que a comunidade apresenta.

Chegamos a Morro Alto em carros oficiais (STCAS-RS e Ministério Público). Já nesse momento obtivemos junto aos membros da comunidade uma legitimidade e presunção de confiabilidade difícil de se obter em condições normais de pesquisa.

A presença dos militantes (ou agentes comunitários) provenientes dos movimentos negros enriqueceu os contatos com os moradores e foi importante para dar pleno conhecimento das razões da pesquisa e a importância da colaboração dos moradores.

Da mesma forma, a comunidade teve o apoio dos seus parentes letrados urbanos a investir nesse caminho de luta para obter a regularização de suas terras que, ao longo dos anos vinha sendo perseguido através de outros meios legais e sem sucesso na maior parte das vezes. Entretanto, essa confiança produziu expectativas muitas vezes além dos limites da ação própria dos pesquisadores, conferindo-lhes um poder que realmente não dispunham.

A comunidade apresentou-se na primeira reunião através de seus idosos, fossem residentes em Morro Alto ou não. Havia um controle claro sobre o que seria realizado, os letrados funcionando como crivo crítico e avaliando a confiança que os moradores necessitavam depositar à pesquisa e aos pesquisadores. A presença do procurador Marcelo Beckhausen foi decisiva, além, é claro, da inserção anterior de agentes comunitários formados e preparados pela STCAS, dentre eles, um filho da comunidade, Wilson Marques da Rosa, hoje presidente da Associação Rosa Osório Marques, que recentemente teve o registrado seu estatuto,<sup>14</sup> obtido contando com a assessoria jurídica da mesma – Romildo Marques da Rosa, advogado, irmão daquele.

A associação se organizou a partir de representantes das diversas localidades da região que constituem o território – Morro Alto, Ribeirão, Prainha, Aguapés, Barranceira, Faxinal do Morro Alto e parte do Espraiado –, sendo polarizada por Morro Alto, centro formador da demanda e nome de referência comunitária, embora tenha encon-

---

<sup>14</sup> O estatuto foi inspirado no da Associação Comunitária Dona Quitéria, da comunidade da Casca. Contou com a colaboração do historiador Rodrigo Weimer para a elaboração de seu preâmbulo, o qual foi apreciado pela comunidade e devidamente acatado. Apresentou particularidades que buscavam lidar com sua especificidade. Vide Anexo geral.



trado como localidade de suas reuniões Ribeirão do Morro Alto<sup>15</sup> e na maior parte do tempo, o Esporte Clube Ribeirão que, além de dispor de uma pequena sede às margens da BR, no km 96 (o que facilita o acesso a todos os moradores das comunidades), era definido como território neutro<sup>16</sup> em oposição às possibilidades de outros locais do município de Maquiné ou outras localidades do território.<sup>17</sup>

Essas localidades constituem instâncias de identificação no âmbito das relações mais amplas da comunidade. Elas são como comunidades parciais que se articulam por parentesco, sociabilidade e religiosidade sem deixarem de ter seu passado originário vinculado a matrizes familiares, pertença a senhores distintos – senzalas diferentes – e a quilombos antigos, identificáveis pelos nomes, memória, tanto interna quanto externamente.

Idosos e letrados constituíram e constituem os mediadores das relações entre a comunidade e os poderes públicos e políticos aparecendo sempre que a comunidade necessita negociar: concordância em participar da pesquisa, visita para demandar seus direitos junto ao Ministério Público, ao DNER pedindo explicações sobre a duplicação da BR-101 – que afetará suas terras, além de pôr em risco seu patrimônio cultural (caso do cemitério de Aguapés onde estão enterrados seus ancestrais mais remotos, inclusive membros da camada senhorial) e constituir a diretoria de sua associação de moradores.

Houve, então, em Morro Alto, um complicador de ordem política: intervenções estatais que vêm afetando sua vida econômica, social e cultural. Mudanças muito radicais e de grande impacto empobreceram suas possibilidades de desenvolver plenamente suas atividades agrícolas. As pedreiras (iniciadas com a construção da primeira estrada na década de 50) polarizam em grande parte o potencial produtivo da comunidade que serve nelas como mão-de-obra além de alguns de seus membros auferirem pequenos recursos com o arrendamento de área de seus “terrenos” para exploração da pedra, além de extração de areia (na região do Faxinal).

Esses problemas exigiram um grande esforço para conseguir acessar moradores além daqueles pertencentes às redes mais próximas das lideranças já constituídas e dos

---

<sup>15</sup> Segundo o Sr. Ermegildo, Ribeirão é a “segunda África”, e ali “os estrangeiros” não teriam entrado, ficando mais a raça negra. Nesse sentido, o local é visto como tendo menos branco e mais gente que é parente, mais negros. Entrevista realizada em 29/09/2002 por Daisy Barcellos e Miriam Chagas.

<sup>16</sup> Os encontros em Ribeirão têm sido percebidos como *levante* de Morro Alto, o que nos assegura de que a comunidade que se está organizando é percebida no município como os de Morro Alto, muito embora internamente classifiquem-se segundo a localidade de residência, ancestral de origem, parentesco, pertença religiosa, relação com o Maçambique, entre outras.

<sup>17</sup> Mais recentemente as reuniões deixaram de ocorrer no clube e passaram a ocorrer na casa de um dos membros da comunidade – Guinho, genro do Sr. Ildo Fortes (lamentavelmente falecido durante a pesquisa) e neto de Lula (já falecido), grande chefe de Maçambique, “da antiga” e originário da localidade de Linha Jaguarão, outra localidade tradicionalmente articulada à comunidade de Morro Alto através dessa manifestação religiosa. Segundo Wilson (informação obtida em 10/10/2002), foi por solicitação do Sr. Ildo que as reuniões mudaram de local. Segundo ele, “parece” que os diretores do clube passaram a encontrar “razões” tolas para evitar que as reuniões acontecessem ali. Segundo Wilson, a sugestão da casa de Guinho seria indicada devido ao fato dele ser “soldado” e nesse sentido ela ser um lugar mais seguro. Observe-se que Guinho é branco fenotípico, assim como seu avô maçambiqueiro Lula. Ele faz parte dos que foram incorporados pela comunidade negra como membro seu.

representantes das parentelas, levando os pesquisadores a buscarem por outros caminhos a ampliação da amostra de pessoas a serem entrevistadas. Abordou-se através de visitas e realização de entrevistas, membros da comunidade não envolvidos diretamente com o pleito, e aplicou-se um questionário a 27 unidades domésticas.

Houve também problemas relativos à delimitação do campo, já que não se pode trabalhar com uma unidade territorial plena, pois a comunidade se constitui através das localidades anteriormente referidas as quais embora contíguas, nem sempre são contínuas – acidentes geográficos, terras “abertas”, de uso comum, invadidas por pessoas de fora da comunidade. Há núcleos originais em localidades que se interligam por casamento e que instaura, na atualidade, uma continuidade comunitária sobre uma descontinuidade territorial.

As redes desta comunidade constituem-se numa lógica de inclusão e exclusão que necessitou ser extravasada para se perceber não só a existência de faccionalismos mas perceber o sentido que na maior parte das vezes estava associado a disputas de limites de parcelas do território decorrentes da diminuição da área, mas também era acionado por querelas familiares, próprias de comunidades que como essa são profundamente entrecruzadas por consangüinidade e aliança. Esses conflitos internos estavam sendo marcados pelo sentimento de territorialidade que, fundando sua pertença e identidade, atualiza-se internamente em lugares de família definidos tradicionalmente.

Projetou-se o trabalho de campo procurando trabalhar com redes sociais e localidades, realizando entrevistas com os residentes e não residentes a partir daqueles membros que participavam das reuniões que a comunidade realizava para organizar sua associação.

A equipe de antropólogos e historiadores distribuiu-se por localidades buscando sempre abordar as questões que possibilitariam reconstruir as genealogias, a memória das práticas sociais, econômicas, e principalmente as referências territoriais dessa vida comunitária, tanto no passado da geração atualmente na localidade quanto de seus ascendentes. Esses elementos serviram de indício para as buscas em arquivos e cartórios realizadas pela equipe de historiadores.

Os encontros com a comunidade na ocasião de suas reuniões possibilitaram acessar documentos – certidões de nascimento, casamento, óbito, documentos de aquisição de terras, cessão de direitos, entre outros, preservados pela comunidade. Esses documentos foram importantes referências para as pesquisas documentais, o que possibilitou delinear, histórica e socialmente, a sua constituição.

Essas reuniões, mensais, ao longo de quase quatorze meses, foram fundamentais, pois sempre que um novo participante comparecia, ele se apresentava com um breve relato de sua vida e da história familiar de que era portador. Compareciam a elas, pessoas que, de certa forma, representavam os “ramos” e “terrenos” de Morro Alto.

Esse processo político da comunidade (do qual os pesquisadores foram observadores e protagonistas, já que lhes era solicitado prestar contas do andamento da pesquisa) auxiliou a entrada dos pesquisadores nos “terrenos” e “chácaras” do território negro de Morro Alto, tornando o trabalho de campo *infindável*. Sempre havia mais pessoas a serem ouvidas, sempre havia mais pessoas a serem indicadas como tendo informações *fundamentais*, o que via de regra se confirmava, só que a comunidade é grande, disper-

sa geograficamente e o tempo para pesquisa tornou-se curto para dar conta de toda a demanda de escuta.

Realizou-se importante levantamento de dados na localidade Prainha que, entretanto, foi retirada do mapa do território pleitado em razão de sua especificidade quanto à regularização fundiária e, nesse sentido, distinta das restantes localidades. Prainha poderia ser considerada também como um território negro, pois muitos membros do maçambique são dali, bem como da comunidade de Jaguarão, além de outras.<sup>18</sup>

Barranceiras e Aguapés foram mantidas na amostra, embora sejam pertencentes a Osório ao contrário das demais que fazem parte de Maquiné (recém-desmembrado daquele município), em virtude do fato de ser um núcleo fundador essencial para entender a organização interna da comunidade. Essas localidades são centros irradiadores de parentelas que se articulam com os ex-escravos de Rosa Osório Marques (há alguns descendentes dos escravos da família Marques e Coelho) e inferiu-se, com base nos dados históricos e depoimentos, que ali, na localidade de “Cantão”<sup>19</sup> situa-se o lugar de refúgio de escravos aquilombados. Os descendentes desses quilombolas não herdeiros de Rosa mantêm-se no território e estabelecem com os demais descendentes relações semelhantes, organizacionalmente, às que mantiveram seus ancestrais entre si. Há um lugar estrutural ocupado por essa localidade, tanto na memória quanto na hierarquia da comunidade contemporaneamente. Porém são solidários, possuem parentesco com as demais localidades – aliança e filiação não legítima nos termos legais dominantes na sociedade envolvente, mas reconhecida socialmente na comunidade e respeitada. Têm seus direitos à terra reconhecidos por Morro Alto que tem ali parte de sua história.

Foram realizadas entrevistas com 50 moradores, perfazendo aproximadamente 120 horas, além da gravação das reuniões mais decisivas para a comunidade (embora sempre tenha havido registro em ata, pelos seus membros, das decisões e principais discussões travadas). Além das gravações utilizou-se o recurso do diário de campo para o registro das situações em que se realizou a observação participante (festas religiosas, reuniões, maçambiques, composição do espaço das residências, etc.). Utilizou-se também o registro fotográfico de diversas situações sociais tais como religiosidade, sociabilidade, produção, etc. A fotografia também foi usada para registro de marcos territoriais, antigas construções, ruínas, paisagem e acidentes naturais pertinentes ao registro das fronteiras de seu território, das características geográficas e das relações dos moradores com o meio físico. A fotografia constituiu importante suporte de memória das situações observadas em campo e nesse sentido teve alto valor metodológico quando associada ao diário de campo.

Posteriormente, tendo como base roteiros estabelecidos pela equipe e inspirados nas inferências preliminares realizadas e registradas nos diários de campo, procedeu-se à sistematização dos temas contidos nos diversos depoimentos e efetuou-se uma seleção de casos exemplares que embasaram empiricamente as interpretações e conclusões realizadas.<sup>20</sup>

---

<sup>18</sup> As características da ocupação do litoral norte, senhorial, implica na presença negra, oposto complementar daquela camada dominante.

<sup>19</sup> Nomeação êmica, faz parte da toponímia local.

<sup>20</sup> Realizou-se, ao longo da pesquisa e escrita do trabalho, reuniões semanais da equipe visando atualizar a sintonia em torno das hipóteses levantadas com base nos dados empíricos.

Inúmeros problemas de localização da documentação fundiária e histórica afetaram o andamento dos trabalhos. Não tivemos acesso à parte dos livros do cartório de registro de imóveis e à parte dos processos localizados no cartório da 1ª Vara Civil e Criminal do Fórum de Osório. Uma medição das terras de João Osório referida por vários membros da comunidade não foi localizada nem no arquivo público nem nos cartórios de registro de imóveis da região. Esses obstáculos exigiram a definição de novas estratégias de campo visando encontrar elementos que possibilitassem preencher as conexões necessárias entre memória e fontes históricas. Dados empíricos cotejados entre si e com a historiografia da região e do Estado possibilitaram reconstituições históricas importantes para dar sentido aos processos de expropriação sofridos pela comunidade e à forma de luta desenvolvida por ela, o que explica sua persistência na região e junto com isso a continuidade de suas formas de organização e de sua bagagem cultural.

Realizamos pesquisa de fontes escritas, manuscritas ou impressas, dos séculos XIX e XX – de caráter judiciário, cartorial, epistolar, cartográfico, paroquial, assim como periódicos e bibliografia – de forma integrada com a coleta dos dados referentes à memória da comunidade. Evitou-se hierarquizar tais fontes, no sentido de considerar os depoimentos orais prioritários em relação à documentação escrita, ou vice-versa; tal estratégia revelou-se acertada na medida em que os dados de campo enriqueceram e substancializaram a busca de informações em arquivos.

Por outro lado, foi necessário o cuidado em evitar que o conhecimento de fontes escritas acarretasse em indução das entrevistas ou que as mesmas fossem tomadas pela comunidade como registros substantivos de suas memórias. Em diversas reuniões comunitárias foi necessário explicar a importância de relatarmos suas experiências, vivências e lembranças, de forma independente de quaisquer registros documentais – fossem aqueles dos quais a comunidade tinha conhecimento prévio, fossem aqueles acessados pelos pesquisadores no processo de coleta de dados.

Sempre que pertinente, os dados históricos foram quantificados; contudo a metodologia preferencial para o estudo histórico foi a análise qualitativa das informações compulsadas, bem como o seu cruzamento com os depoimentos recolhidos junto à comunidade. Realizou-se, também, através de cruzamentos de diferentes tipos de fonte, o acompanhamento de algumas trajetórias individuais ou familiares, tomando os nomes e o sistema de nomeação como fios condutores.

De acordo com Ginzburg, para além das análises macroestruturais oportunizadas pela metodologia quantitativa e serial, muitas vezes excludentes de grupos socialmente menos representados em tal tipo de fonte, as “linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha tão fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social no qual o indivíduo está inserido.”<sup>21</sup> Ainda se considera insuficiente o volume de dados compilados, gravados e processados. Gostaria de ter todas as falas e rostos, todas as lembranças e tarefas cotidianas para serem trazidas à cena após tantos anos de luta em defesa de suas terras. Porém, na tessitura da reconstituição que se pretende fazer desta comunidade negra, cada fala, cada olhar, cada

riso, estão presentes a dizer quem são os morenos, o que fazem, como viveram seus ancestrais e o que aspiram para seus descendentes.

Este trabalho expressa um momento da comunidade e possui o limite próprio desse tipo de trabalho. Sendo a comunidade bastante complexa e muito sobrecarregada de experiências negativas ao longo das lutas que travou por suas terras e também causada por ser frequentemente visitada, fotografada e folclorizada em decorrência de seus maçambiques (o exótico atrai curiosos de diversos tipos), percebeu-se que ela não se desvelava. Mantinha-se na versão *oficial* de sua história sem possibilitar o acesso dos pesquisadores ao seu cotidiano familiar, de trabalho e principalmente religioso.

Necessitou-se estender o tempo de observação para proporcionar um registro fidedigno de sua realidade, de suas práticas e de suas lembranças, todas elas povoadas de uma tradição muito complexa dada a riqueza que possui. Ainda assim, deixou-se de contemplar na escrita muitos aspectos que se fecharam aos pesquisadores.<sup>22</sup>

O envolvimento dos jovens de Morro Alto na pesquisa foi muito pequeno. Além de *circularem* nas reuniões – as falas autorizadas são as dos antigos e dos líderes de parentelas – pôde-se vê-los nas suas casas quando da realização das visitas, mas sempre seus pais falaram por eles.

Considerando que os pesquisadores não dispunham de tempo integral na pesquisa e que o período de recesso escolar nas férias de verão deslocava a comunidade para os balneários próximos onde obtinham o complemento de renda necessário a seu sustento e que o trabalho nas pedreiras ocupa a maioria dos jovens da região e que eles envolvem-se com seus estudos nas escolas da região e que participam ativamente dos jogos de futebol nos fins de semana, pode-se entender como foi difícil obter entrevistas das novas gerações.

Obteve-se depoimentos de pais que justificavam suas demandas judiciais por terra com a pressão dos filhos, assim como os filhos também eram acionados para dar sentido à luta que iniciavam através da criação da Associação e da disposição em informar sobre suas vidas aos pesquisadores.<sup>23</sup>

Evidentemente não se considera metodologicamente exequível uma pesquisa qualitativa, etnográfica, em sociedades complexas, em âmbito censitário. Procurou-se garantir representatividade na seleção dos informantes com os quais realizou-se a pesquisa em profundidade, entrevistando sempre mais de um representante dos ancestrais fundadores (ramos) e das localidades.

---

<sup>22</sup> É exemplo dos silêncios das falas e decorrente ausência de registro efetivo, a criação de galos de rinha e garnisés. Esses animais *desapareceram* dos terrenos onde por acaso, alguém os tivesse visto, em suas encerras ou soltos nos pátios, em volta das casas. Da mesma forma a análise dos usos da culinária não foram observados no cotidiano dos lares nem nas festas. Percebeu-se que sempre é imprescindível a comensalidade nas ocasiões sociais. As reuniões sempre culminavam com um café, chás, acompanhados de rosquetes glaciados de trigo e outros, de polvilho (sempre produzidos em formato grande, são grandes roscas) bolos, biscoitos caseiros, predominando sempre os doces (derivaria isso de sua tradicional produção de cana, melado, açúcar?). Nessas ocasiões, a comunidade atualizava o “pixuru” através do qual a troca e a participação coletiva e de cada um proporcionava a transformação da reunião em festa. Foi central a atuação da Sras. Edite, Marina, Ilse, Elisabete, Judite entre outras.

<sup>23</sup> Sobre a ênfase nas relações verticais e de descendência que explicam essas atitudes, ver cap. 2.1.

Pode-se dizer que a pesquisa conseguiu atingir o núcleo fundador da comunidade e da demanda que apresenta.

Se o testamento de Rosa Osório Marques foi uma âncora importante para proteger as terras de invasores, a história de solidariedade e a trama social que liga os membros dessa comunidade possui solidez e flexibilidade suficiente para mantê-la conectada mesmo no êxodo (ou quem sabe, diáspora no sentido que vem lhe dando o movimento negro).

Ainda assim, reafirma-se aqui ser este trabalho, no que refere aos dados contemporâneos, um momento de comunidade de um grupo étnico nos termos de Weber (1983), que se afirma como tal a partir da cor, da religiosidade, parentesco e da territorialidade, sinais diacríticos sobre os quais repousam a sua ancestralidade, sua descendência de ancestrais fundadores, os quais são representados por cada membro da comunidade neste tempo e no mesmo lugar: Morro Alto.

# 1. Território de ocupação histórica

“Ainda estarão procurando o escravo fugido?”<sup>24</sup>

## 1.1 – OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

“engraçado é que omitiram a crueldade”<sup>25</sup>

### 1.1.1 – Breve síntese da ocupação territorial do litoral norte do Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul foi incorporado tardiamente à América Portuguesa. De acordo com as determinações do Tratado de Tordesilhas, o sul do Brasil não pertencia à parcela lusa do Novo Mundo. Durante os séculos XVI e XVII, os limites meridionais permaneceram indefinidos, devido a diversos fatores. O conveniente desconhecimento das dimensões do território em questão fazia com que os portugueses sustentassem que todo o território ao Oriente do Rio da Prata lhes pertencia, no que eram contestados. Durante o período de União Ibérica (1580-1640), Portugal e Espanha estiveram submetidos ao mesmo monarca. Na mesma época ocorreu o estabelecimento na região de missões religiosas sob o controle da ordem jesuítica; e, sobretudo, o interesse expansionista das expedições de bandeirantes paulistas, interessados em recursos como minerais preciosos e mão-de-obra indígena a ser apropriada.

---

<sup>24</sup> Laytano, 1945, p. 33.

<sup>25</sup> Entrevista com Sebastião Souza Rosa em Aguapés, no dia 6/12/2001, realizada por Paulo Moreira e Rodrigo Weimer. Para a elaboração deste texto, contamos com a valiosa colaboração de Adriana Fraga e Rodrigo Angrizani na identificação de sítios arqueológicos.

Durante o século XVIII, o território meridional atraiu maior atenção, sendo um espaço de disputa e de conflitos, de caráter diplomático ou militar, entre as monarquias ibéricas. Para Portugal, a fundação da Colônia de Sacramento, em 1680, assim como a efetiva ocupação do território ao sul de São Paulo, visavam garantir os vínculos comerciais com a região do rio da Prata, através da qual era drenada parcela significativa dos metais preciosos dos Andes. Por outro lado, a apropriação do gado *vacuum* e a produção de muares e couros asseguravam o abastecimento das Minas Gerais com animais de carga e carne.

Sendo assim, a ocupação do Rio Grande do Sul, como é apontado por diversos trabalhos da historiografia regional, com maior ou menor ênfase – sejam tradicionais ou da produção acadêmica – obedeceu tanto a interesses econômicos como geopolíticos da Coroa Portuguesa.<sup>26</sup> Vale lembrar, ainda, que diante do fracasso de diversas tentativas de soluções diplomáticas para a definição das fronteiras, acabou por adquirir imensa importância o princípio do *uti possidetis* – segundo o qual o território pertenceria ao monarca que o ocupasse com seus vassallos. A política portuguesa foi, portanto, estabelecer o povoamento daquela região na medida do possível, em face dos conflitos militares e negociações diplomáticas com os espanhóis.

Em 1719, a expedição de João de Magalhães transitou pelo litoral norte do Rio Grande do Sul e pelos campos de Viamão, partindo de Laguna. A presença de lagunistas é frequentemente lembrada nas narrativas tradicionais sobre a história do município de Osório,<sup>27</sup> omitindo-se, porém, que Francisco de Brito Peixoto, capitão-mor de Laguna, requereu para si a concessão de, nada mais, nada menos, o conjunto das terras entre o rio Tramandaí e o Rio Grande – parte significativa do litoral do Rio Grande do Sul. Esta pretensão não foi atendida, já que justificava sua requisição pelo mérito de ter aberto o caminho entre estes pontos. Por ser uma imensa praia, inexistia a necessidade de qualquer abertura.<sup>28</sup> Com a chegada dos primeiros povoadores, já se tem registros da presença da escravidão negra e da exploração da mão-de-obra indígena.<sup>29</sup>

Obedecendo à política portuguesa de ocupação do território, em 1737 foi fundado o Forte Jesus-Maria-José de Rio Grande, de onde poderia prestar apoio militar à Colônia do Sacramento. No mesmo sentido, tiveram início na década de 1730 as concessões de terras no litoral norte. Em 1732, Manuel Gonçalves Ribeiro obteve sesmaria na paragem das conchas, Tramandaí; em 1734, outra sesmaria foi concedida para Francisco Xavier Ribeiro, ao norte daquela. Dante de Laytano aponta, ainda, Francisco Pinto Vila Lobos e José Pinto de Vila Lobos de Vasconcelos como sesmeiros na região no mesmo período.<sup>30</sup> De acordo com Helen Osório, as primeiras doações de terras sob o regime de sesmarias

<sup>26</sup> Cesar, 1970; Santos, 1984; Moniz Bandeira, 1998; Osório, 1990; Osório, 1999.

<sup>27</sup> Stenzel Filho, 1924; Laytano, 1945.

<sup>28</sup> Osório, 1990, p. 70. Guilhermino Cesar, ao justificar o indeferimento da requisição de Brito Peixoto, limita-se a afirmar que aqueles campos já se encontravam povoados por diversos criadores, não explicitando, pois, o malogro da tentativa de Brito Peixoto reivindicar para si o mérito da abertura de um caminho já dado pela natureza (Cesar, 1970, p. 92).

<sup>29</sup> Neis, 1975, p. 40-48; Laytano, 1945, p. 14-19. Fernando Henrique Cardoso aponta a presença de escravos de Brito Peixoto na composição da sua “Frota”. Cardoso, 1977.

<sup>30</sup> Laytano, 1945, p. 14.



foram um “instrumento de expansão dos domínios portugueses rumo ao sul”,<sup>31</sup> dado que foram realizadas antes da efetiva ocupação territorial. Apenas em 1742 foi fundada a capela de Conceição do Arroio, que daria origem à vila de mesmo nome.

No período inicial de ocupação do território do Rio Grande de São Pedro, definiu-se como política de povoamento a atração de imigrantes dos Açores para instalá-los nas terras ambicionadas pelos portugueses. Tratava-se de estabelecer povoados açorianos em áreas fronteiriças, de forma a legitimar a pretensão portuguesa em tal região, assim como utilizá-los como contingente militar em eventuais conflitos armados. Contudo, diante das conjunturas de guerra que caracterizaram a segunda metade do século XVIII no Rio Grande do Sul – Guerra Guaránica, Invasão Espanhola – parte dos açorianos situados no Rio Grande acabaram por dispersar-se por territórios mais seguros – Ilha de Santa Catarina, Campos de Viamão, Vale do Rio Pardo.<sup>32</sup>

A população escrava foi utilizada nos referidos confrontos militares. No enfrentamento dos exércitos coligados luso-espanhóis com os índios missioneiros revoltosos contra a execução do Tratado de Madri, negros constituíam parte – evidentemente, na pior situação possível – do contingente militar utilizado.<sup>33</sup> No mesmo período – 1757 e 1758 – proibiu-se, de acordo com as diretrizes pombalinas, a exploração da mão-de-obra indígena por meio da administração privada.<sup>34</sup> Os índios deveriam ser incorporados como livres vassallos da Coroa portuguesa, cabendo aos negros permanecer na condição escrava.<sup>35</sup> Em virtude disto, no mesmo momento definia o Conselho Ultramarino como quilombo qualquer grupo acima de seis escravos que estivessem arranchados e fortificados com o intuito de defender-se.<sup>36</sup>

Embora o termo apropriação apareça na documentação de época e seja consagrado nos trabalhos historiográficos acerca do período colonial, não se pode encobrir o processo de expropriação sofrido pela população indígena à medida que suas terras eram ocupadas pelos europeus. O sul do Brasil não era “terra de ninguém”<sup>37</sup> a ser ocupada, e sim espaço de uma população autóctone que sofreu violento processo de etnocídio e genocídio. Especificamente na região de Conceição do Arroio, viviam índios Guarani que sofreram processo de intensa mortandade e escravização a partir da presença portuguesa.<sup>38</sup> Diversos estudos arqueológicos o demonstram.<sup>39</sup> De acordo com Ruben Neis,

---

<sup>31</sup> Osório, 1990, p. 47.

<sup>32</sup> Bertuline Queiroz, 1987, p. 116-117.

<sup>33</sup> Golin, 1998, p. 576-586.

<sup>34</sup> Em Monteiro (1994), o autor analisa a instituição que então se proibia, apontando as semelhanças entre o trabalho não-remunerado indígena e a escravidão.

<sup>35</sup> Significativamente, um dos aspectos mais importantes das diretrizes pombalinas em relação aos índios era a interdição de que os mesmos fossem denominados de “negros da terra” (Almeida, 1997, p. 184).

<sup>36</sup> Herrman, 2000.

<sup>37</sup> Cesar, 1970, p. 43-48.

<sup>38</sup> Cesar, 1970, p. 23 [em evidente contradição com a denominação dada pelo autor às terras meridionais como “terra de ninguém”].

<sup>39</sup> Schmitz, 1958. Escavando em uma fazenda de Romário Marques Machado em Tramandaí, descendente da mesma família que era proprietária do Morro Alto, este autor encontrou diversos vestígios de cultura material Guarani.

Da mesma forma, no processo de pesquisa de campo, Adriana Fraga e Marcelo Vianna identificaram um

contudo, “já na segunda metade do século 17 estes índios haviam desaparecido das costas rio-grandenses, em consequência das entradas dos portugueses para os escravizar na primeira metade do século”.<sup>40</sup>

A comunidade de Morro Alto demonstra um profundo respeito às populações indígenas, bem como a consciência histórica da injustiça e da violência presentes no processo de ocupação territorial. Como evidencia o depoimento do senhor Sebastião Souza da Rosa:

Sebastião – Naquele tempo ele tão desgraçado, tão ruim assim. Nós aqui isso tudo aqui era de índio, aí veio os portugueses e mataram os índios, tomaram conta. Quando terminaram o índio, os índios não queria trabalhá pra eles, né. Eles mataram os índios. Aí foram na função do negro, aí se o negro não trabalhava, matavam ele também. Esse Brasil, aqui era habitada pelos índios, nós semo enxerto. Nós semo tudo enxerto, vamo falá claramente, né, semo tudo enxerto. [...] Quem é que descobriu o Brasil, mas como descobriu se já era habitado por gente? Quem é descobriu, o que. Ele fez uma viagem de turismo. Enrolando *nós* aí, me tirá da boa aí. Mas o camarada que é bem inteligente, sabe como é que é o negócio, engraçado que omitiram a crueldade, né.<sup>41</sup>

Alguns integrantes da comunidade apontaram a origem indígena de alguns de seus familiares. A bisavó de Ildo Forte dos Santos, Floriana, foi referida por seu bisneto como índia.<sup>42</sup> A senhora Angelina Custódia de Quadros, moradora na Prainha, refere que sua avó paterna foi uma “bugra”, cativa, caçada a cachorro no mato.<sup>43</sup> Também a escrava

---

rico sítio arqueológico Guarani no faxinal do Morro Alto, na propriedade do Sr. Zé Gustavo. Rodrigo Angrizani e Adriana Fraga localizaram mais um às margens da lagoa do Ramallete, nas terras de Antônia José de Jesus.

No primeiro sítio, constatou-se a presença de uma abundante quantidade de cerâmica dos mais diversos padrões decorativos. Além disso, são visíveis as famosas *manchas pretas*, que correspondem a áreas de grande quantidade de material orgânico decomposto, estando a cerâmica claramente ligada às manchas (fora destas manchas a quantidade de vestígios reduz bastante), o que indicia vestígios de casas ou outro tipo de estrutura de atividades.

Este sítio tem uma quantidade de cerâmica muito grande e está em bom estado de conservação, se considerarmos que, vez por outra, o seu Zé Gustavo ara as terras. Mas o arado que ele utiliza não parece estar agredindo muito o sítio.

A região teve uma intensa ocupação por parte dos Guarani, que a utilizavam em seu trânsito entre a região litorânea e a serra. O trabalho de Arno Kern evidencia a presença indígena na região, referindo-se o autor a grupos denominados “sambaquianos” (Kern, 1991, p. 167-182).

A ocupação prévia deste território por populações autóctones não o descaracteriza como terra de negros e espaço de resistência – caso contrário, inexistiriam territórios negros no Brasil. Além disso, não podemos pensar em índios e negros como grupos absolutamente isolados entre si, já que a inter-relação entre os mesmos é evidente e constituidora de identidades.

<sup>40</sup> Neis, 1975, p. 46-47.

<sup>41</sup> Entrevista com Sebastião Souza Rosa em Aguapé, no dia 6/12/2001, realizada por Paulo Moreira e Rodrigo Weimer. Grifos nossos.

<sup>42</sup> Entrevista com Ermenegildo Manuel da Silva e Ildo Forte dos Santos em Ribeirão no dia 11/3/2002 para Rodrigo Weimer. Floriana consta no inventário de Bernardo Marques da Rosa como escrava crioula de três anos, em 1864. Inventário de Bernardo Marques da Rosa, anexo ao auto de medição de Maria Bernarda Marques. APERS – Osório – 1893 – Cartório de Civil e Crime – Maço 4 – Auto 199 – Estante 159.

<sup>43</sup> Entrevista com Angelina Custódia de Quadros na Prainha, no dia 1/9/2001, realizada por Cíntia Müller e Alessandro Gomes.

Vitalina – bisavó de Marina Fortes dos Santos, Aurora Inácia Marques da Silveira e Joana Gomes de Carvalho – dentre outras pessoas entrevistadas na comunidade, foi lembrada pela última como índia.<sup>44</sup> Por fim, Ermenegildo Manuel da Silva afirmou que seu avô, Manuel Antônio Joaquim, era “bugre”.<sup>45</sup> Na atualidade, os índios de etnia Mbya-Guarani residentes na área indígena de Varzinha, em Aguapés, (não há coincidência territorial com a área pleiteada pela comunidade) vendem sua produção à margem da BR-101 na altura do Espraiado, tendo uma relação de convívio pacífico com a comunidade de Morro Alto.<sup>46</sup>

Conforme apontado por Garcia, imediatamente após a proibição da escravidão de índios, tiveram os seus administradores a prática de incentivar e/ou regularizar uniões matrimoniais com negros dos plantéis, para que, dessa maneira, a sua prole permanecesse na condição cativa.<sup>47</sup> Provavelmente é esse o caso de Floriana e Vitalina, mencionadas anteriormente: mais de um século após o final da administração privada, pessoas referidas pelos informantes como índias constavam em inventários como escravas e recebiam avaliações monetárias. Ainda que de acordo com dona Joana sua bisavó tenha sido pega no mato a cachorro, o inventário de Manuel Antônio Marques aponta algo distinto: Vitalina é referida como filha da escrava Veridiana. Enquanto a primeira era considerada parda, sua mãe era de cor preta,<sup>48</sup> o que pode representar a estratégia de miscigenação apontada por Garcia. Temos, portanto, indícios de que a família Marques utilizava-se de formas de escravidão ilegais de acordo com a legislação de sua época.

Ao longo da segunda metade do século XVIII, seguiram ocorrendo concessões de terras no litoral norte do Rio Grande de São Pedro, mas também transações comerciais. A existência do regime de doações de sesmarias não significa necessariamente a inexistência de um mercado de terras. Conforme apontado por Helen Osório, verificase que no Rio Grande de São Pedro as sesmarias foram monopolizadas por uma elite de negociantes e militares que muitas vezes não chegavam a ocupá-las, e, em contradição com a legislação vigente, eventualmente revendiam-nas em seguida.<sup>49</sup> Em sua tese de doutorado, a mesma autora demonstrou que, já em 1784, a forma de acesso a 34,8% dos terrenos declarados na relação de moradores então realizada havia sido por meio de

---

<sup>44</sup> Entrevista com Joana Gomes de Carvalho em Aguapés, no dia 15/4/2002, realizada por Miriam Chagas, Rodrigo Weimer e Mariana Fernandes. Vitalina consta no inventário de Manuel Antônio Marques, tendo 24 anos em 1886. APERS – Inventário de Manuel Antônio Marques – Osório – 1886 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 25 – Auto 797 – Estante 159.

<sup>45</sup> Entrevista com Ermenegildo Manuel da Silva e Ildo Forte dos Santos em Ribeirão no dia 11/3/2002 para Rodrigo Weimer.

<sup>46</sup> Garlet, 1999, p. 6. “A relação com a sociedade envolvente ocorre de diversas formas. Uma delas, já mencionada, é a entre os proprietários de terra da vizinhança que lhes permitem o acesso às espécies vegetais para a confecção do artesanato, bem como o acesso à água”.

<sup>47</sup> Garcia, 2001.

<sup>48</sup> Entrevista com Joana Gomes de Carvalho em Aguapés no dia 15/4/2002, realizada por Miriam Chagas, Rodrigo Weimer e Mariana Fernandes. Vitalina consta no inventário de Manuel Antônio Marques, tendo 24 anos em 1886. APERS – Inventário de Manuel Antônio Marques – Osório – 1886 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 25 – Auto 797 – Estante 159.

<sup>49</sup> Osório, 1990, p. 63, 168-169.

compras, arrendamentos ou arrematações – proporção superior às terras ocupadas por meio de datas, despachos do governador ou sesmarias – 31,5%.<sup>50</sup>

No litoral norte do Estado, as sesmarias concedidas durante a década de 1730 haviam sido compradas por Francisco da Fonseca Quintanilha, que em 1766 as revendeu para Manoel Bento da Rocha e Antônio Luiz de Escobar Araújo. Formou-se uma só estância, de nome São Maurício, do rio Tramandaí até Itapeva. Quatro anos mais tarde, Escobar de Araújo transmitiu sua parcela da estância a seu sócio, o qual, proprietário de imensas dimensões de terras, passou a denominar a lagoa hoje conhecida como dos Quadros<sup>51</sup> como “lagoa do Manuel Bento”.<sup>52</sup> Mais ao sul, Tomás José Luiz Osório comprou a “Estância do Arroio”, no primeiro distrito de Conceição do Arroio, perto do rio Tramandaí a José Osório Cardoso. A concessão definitiva daquelas terras só se efetivou posteriormente à transação pecuniária,<sup>53</sup> o que permite deduzir que, em alguns casos, a apropriação e o mercado de terras precedeu a sua concessão legal por parte do estado colonial.

Nos últimos anos do século XVIII e inícios do século XIX, houve tentativas – mal-sucedidas – de regularizar a situação fundiária do Continente. Desejava o governador Paulo da Gama ter um maior controle sobre a apropriação e as transmissões de terras.<sup>54</sup> Pode-se supor que nesse sentido estivesse a sua proposta, em 1804, de anexar Conceição do Arroio à freguesia de Santo Antônio da Patrulha. Visando o mesmo objetivo, em 1796 ocorreram concessões de datas<sup>55</sup> na região que nos interessa. Não deixa de ser irônico observar que, se a presença portuguesa no litoral norte remonta ao início do século XVIII, a concessão de datas em Morro Alto só se deu nos anos finais do mesmo século, dado que imensas porções de terras foram concedidas em sesmaria e, contudo, permaneceram desocupadas.

### 1.1.2 – Apropriação da Fazenda do Morro Alto

João de Andrade, Antônio Paim de Andrade, Marcelino Paim de Andrade, Simão Paim de Andrade, João Inácio e José Luiz Diniz, no mesmo ano de 1804, requisitavam terras nos Faxinais junto ao Morro Alto, então denominados de Campo dos Taurus. A maneira como os suplicantes se definiam esclarece acerca de sua condição social. O fato de todos eles afirmarem, em seus requerimentos, padecer de extrema pobreza não é muito esclarecedor, visto que esta era uma prática bastante comum.<sup>56</sup> Tanto os queixumes re-

<sup>50</sup> Osório, 1999, p. 79.

<sup>51</sup> Também em virtude do nome de proprietários de terras na região, em um período posterior.

<sup>52</sup> Laytano, 1945, p. 14; Ruschel; Palombini; Palombini, 1999, p. 56.

<sup>53</sup> Bastos, 1937, p. 87.

<sup>54</sup> Osório, 1990, p. 202-203.

<sup>55</sup> As datas de terra eram de dimensões inferiores às sesmarias, e, ao contrário destas, não necessitavam de confirmação por parte do Conselho Ultramarino. Aquelas eram concessões de terras “feitas pelos comandantes militares e que em geral não excediam meia légua quadrada” (Osório, 1990, p. 59).

<sup>56</sup> Pública forma de concessão de terras para João Inácio e hoje propriedade dos herdeiros de Maria Bernarda Marques; Pública forma de concessão de terras para Antônio Paim de Andrade e hoje propriedade dos herdeiros de Maria Bernarda Marques; Pública forma de concessão de terras para Marcelino Paim de Andrade e hoje propriedade dos herdeiros de Maria Bernarda Marques; Pública forma de concessão de terras para Simão Paim de Andrade e hoje propriedade dos herdeiros de Maria Bernarda Marques; Pública forma

lativos à pobreza, quanto o fato de familiares – Marcelino era filho de Simão Paim de Andrade, e provavelmente os demais eram aparentados entre si – solicitarem campos lindeiros eram recorrentes. Mais interessante é observar que Marcelino relatava viver “unicamente de criar algumas reses”, o que sempre fazia em campos arrendados.<sup>57</sup> Simão, por sua vez, alegava já ter a posse das terras por ele requeridas, e por meio da concessão, pretendia unicamente regularizar sua situação. A anterioridade de sua posse é evidenciada na própria medição do terreno, já que o limite leste do terreno a ele concedido era “uma linha ao tumo tirado pelos pontos orientais da dita Lagoa do Ramallete e da Lagoa do Morro Alto, *que fica imediata aos antigos arranchamentos do suplicante*”.<sup>58</sup>

Os campos foram concedidos, visto serem considerados devolutos, com exceção do pertencente a Simão Paim de Andrade, que, como vimos, já eram ocupadas por ele. Todos os demais requisitantes da família Paim de Andrade afirmaram em seus requerimentos “saberem”, “constar-lhes” a existência de campos devolutos na região<sup>59</sup> – é possível que soubessem disso por meio de relações familiares com Simão, ou ainda que as terras arrendadas por Marcelino para fins de criação fossem vizinhas às do seu pai. As datas concedidas aos Paim de Andrade eram de dimensão de um quarto de légua em quadro, o que significa, em medidas atuais, uma área total de 1089 hectares, 275,25 referentes a cada uma das concessões. Já as terras concedidas a João Inácio e a Diniz limitavam-se a sobras dentro daquelas.<sup>60</sup>

As datas concedidas naquele momento para esta família tinham como delimitações acidentais geográficas referidos de forma bastante imprecisa. Como limite norte, tinha-se a Lagoa da Casa de Telhas (atual Lagoa dos Quadros), a Lagoa do Ramallete e o sangradouro que as ligava entre si.<sup>61</sup> Como limite leste, especificava-se o sangradouro

---

de concessão de terras para José Luís Diniz e hoje propriedade dos herdeiros de Maria Bernarda Marques; Pública forma de concessão de terras para João de Andrade e hoje propriedade dos herdeiros de Maria Bernarda Marques. Documentos anexos a auto de medição de Maria Bernarda Marques. APERS – Osório – 1893 – Cartório de Civil e Crime – Maço 4 – Auto 199 – Estante 159 s/ numeração de páginas.

<sup>57</sup> Pública forma de concessão de terras para Marcelino Paim de Andrade e hoje propriedade dos herdeiros de Maria Bernarda Marques. Documento anexo a auto de medição de Maria Bernarda Marques. APERS – Osório – 1893 – Cartório de Civil e Crime – Maço 4 – Auto 199 – Estante 159 s/ numeração de páginas.

<sup>58</sup> Pública forma de concessão de terras para Simão Paim de Andrade e hoje propriedade dos herdeiros de Maria Bernarda Marques. Documento anexo a auto de medição de Maria Bernarda Marques. APERS – Osório – 1893 – Cartório de Civil e Crime – Maço 4 – Auto 199 – Estante 159 s/ numeração de páginas.

<sup>59</sup> Pública forma de concessão de terras para Antônio Paim de Andrade e hoje propriedade dos herdeiros de Maria Bernarda Marques; pública forma de concessão de terras para Marcelino Paim de Andrade e hoje propriedade dos herdeiros de Maria Bernarda Marques. Documento anexo a auto de medição de Maria Bernarda Marques. APERS – Osório – 1893 – Cartório de Civil e Crime – Maço 4 – Auto 199 – Estante 159 s/ numeração de páginas.

<sup>60</sup> Esta conversão em hectares é meramente aproximativa, dado que, como se explica, os limites e dimensões das datas são bastante indefinidos. A data de João Inácio, por exemplo, constituía-se de “sobras que não chegam a outro quarto de légua”, ficando portanto “incluídas dentro das confrontações” da “terça de légua em quadro que averigui na medição da data de Antônio Paim de Andrade”. Se considerarmos esta dimensão, suas terras tinham como área 484 hectares, e a totalidade do território, 1300,75 hectares. Contudo, na delimitação das terras concedidas a este último, figura como sua dimensão um quarto de légua em quadro.

<sup>61</sup> Atualmente, inexistente qualquer ligação entre as lagoas dos Quadros e do Ramallete, contudo pela hidrografia da região e pela documentação compulsada, deduz-se que em inícios do século XIX as mesmas eram ligadas pelo braço morto do rio Maquiné – atual denominação para o Rio então chamado de Tramandá.

que liga a Lagoa das Malvas à Lagoa da Casa de Telhas (atual barra do João Pedro); o limite meridional era a Lagoa do Morro Alto (atual Lagoa da Pinguela), e oeste o arroio da Eguada (atualmente conhecido pelos moradores da região como Passo das Éguas) e a fralda oriental do Morro Alto. Contudo, não havia a especificação do limite norte no trecho entre a Lagoa do Ramalhete e o Morro Alto – pode-se supor que se tratassem dos arranchamentos de Simão Paim de Andrade. Dez anos depois, quando a família Andrade veio a vender suas terras aos Marques da Rosa e aos Nunes da Silveira, “precisou-se” com a não menos genérica referência a “uma palmeira que está no Espigão do Morro Alto”<sup>62</sup> (ver Mapa 1).

As terras da família Paim de Andrade localizavam-se próximas a datas anteriormente concedidas. Em 1795, Antônio Machado de Oliveira Peixoto, filho de casal de Sua Majestade, havia recebido do brigadeiro comandante geral do continente, Rafael Pinto Bandeira, uma data “na paragem chamada a costeira da Lagoa por detrás do Morro Alto”, com 600 braças de frente. Oliveira Peixoto tinha como lindeiro, ao sul, Francisco Gonçalves de Ataíde, também concessionário de um quarto de légua de terras em quadra. Também neste caso, as delimitações apresentadas expressavam-se por meio de acidentes geográficos tais como “o Espigão da Serra que vai do Morro Alto” ou “um arroio que deságua para a Lagoa da Pinguela”.<sup>63</sup>

A precária definição dos limites das terras não era uma especificidade das datas concedidas em Morro Alto. Pelo contrário, expressavam a situação fundiária geral do processo de ocupação da porção meridional da América Portuguesa:

As terras, não sendo demarcáveis a não ser de forma precaríssima, através de acidentes geográficos (que mudavam de nome com frequência, ou se modificavam, ou desapareciam), impediam que a propriedade se tornasse certa e definida, e abria margem para que atos de força fossem seus concretos delimitadores.<sup>64</sup>

O caso das datas cedidas a Oliveira Peixoto e a Gonçalves de Ataíde é exemplar do quanto a indefinição de limites poderia favorecer alguns proprietários. Entre 1809 e 1812, João Antônio Alves, estabelecido em Porto Alegre, realizou a aquisição da data

---

<sup>62</sup> Escritura de compra de terras de Simão Paim de Andrade e sua mulher Rosa Paim de Andrade por Manuel Nunes da Silveira, Bernardo Marques da Rosa e José Marques da Rosa. Documento anexo ao auto de medição de Maria Bernarda Marques. APERS – Osório – 1893 – Cartório de Civil e Crime – Maço 4 – Auto 199 – Estante 159.

<sup>63</sup> Concessão de um quarto de légua em quadro, em 29/1/1795 para Antônio Machado Peixoto (fl. 3) [Documento anexo a auto de medição de João Antônio Alves]; pública forma de venda de umas terras de matos sitas na Freguesia da Serra que Antônio Machado de Oliveira e sua mulher Joaquina Maria da Conceição em 23/11/1809 (fl. 4) [Documento anexo a auto de medição de João Antônio Alves]; pública-forma de venda de 40 braças que fazem Evaristo Gonçalves de Ataíde e sua mulher Emiliana Gonçalves de Oliveira a João Antônio Alves em 10/10/1811 (fl. 8) [Documento anexo a auto de medição de João Antônio Alves]; pública-forma de venda de 73 braças que fazem Cipriano José Gomes e sua mulher Floriana Inácia de Jesus a João Antônio Alves em 28/13/1812 (fl. 10) [Documento anexo a auto de medição de João Antônio Alves]; Auto de medição de terras de João Antônio Alves na fazenda da Costa do Morro Alto entre 13 e 22/10/1813 (fl. 15); APERS – Santo Antônio da Patrulha – 1813 – Cartório de Civil e Crime – Maço 6 – Auto 247 – Estante 10.

<sup>64</sup> Osório, 1990, p. 60-61.

pertencente a Oliveira Peixoto e também dos quinhões de Evaristo Gonçalves de Ataíde e de Cipriano José Gomes, dois dos sucessores do concessionário inicial da data vizinha. Tornou-se, assim, dono de 663 braças na região.<sup>65</sup> Pode-se supor que Alves tivesse dívidas ativas com os vendedores destes terrenos, haja visto que no momento da transmissão o dinheiro a ser pago já se encontrava nas mãos dos transmitentes em moeda corrente. Na sociedade sulina de então o meio circulante era escasso e o crédito era monopolizado por poucos comerciantes atuantes no mercado interno regional. Os mesmos, na medida do possível, procuraram diversificar suas atividades e estabelecer-se como proprietários rurais a fim de acumular prestígio e *status*.<sup>66</sup> Tudo indica que este foi o caso de Alves: pequeno comerciante estabelecido na praça de Porto Alegre, pôde cobrar créditos por ele concedidos em termos de terras, convertendo-se, pois em terratenente no Morro Alto.<sup>67</sup> De qualquer forma, sabe-se que no ano de 1813, ele encontrava-se estabelecido na fazenda adquirida e possuía diversas benfeitorias direcionadas ao seu aproveitamento produtivo: já era possuidor de “engenhos e fábricas de fazer aguardente e casas de vivenda”.<sup>68</sup>

Neste ano, em obediência a um bando<sup>69</sup> governamental de 1810, o novo proprietário solicitou a medição judicial de suas terras, tendo apresentado a documentação comprobatória que elas lhe pertenciam. No mês de outubro de 1813 suas terras foram percorridas por um medidor e um ajudante que, ao percorrer o território tiveram como guia um índio de nome “Mateo José Guaranim”. A análise deste processo evidencia alguns aspectos importantes. Sempre que, ao percorrer o território, os medidores estabeleceram os marcos de divisa, foi registrada no documento declaração do guia sobre a inexistência de embargos ou dúvidas acerca da sua localização.

Contudo, ao atingirem o limite oeste, rumo ao alto da serra, a comissão encarregada de medir o território viu-se impossibilitada de continuar, haja visto a dificuldade de escalada do morro e de continuidade na abertura de uma picada por entre o mato. Sendo assim, os mesmos simplesmente consideraram que os limites oeste e norte das ditas terras eram o contorno que as vertentes da serra faziam naquela região (ver Mapa 1).<sup>70</sup>

---

<sup>65</sup> Ainda que no documento de concessão de terras a Antônio Machado de Oliveira constasse a dimensão de 600 braças, ao transmitir suas terras a Alves, declarou possuir 550. As 113 braças restantes referem-se a 40 braças adquiridas de Evaristo Gonçalves de Ataíde e 73 adquiridas de Cipriano José Gomes.

<sup>66</sup> Osório, 1999, capítulos 8 e 9.

<sup>67</sup> Supomos tratar-se de um pequeno comerciante por não ter sido citado na listagem de comerciantes atuantes na capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul (Magalhães, 1980). Um outro indício da condição da transação (pagamento de dívidas através de terras) está no preço pago por elas, sujeitas a grandes variações em breve intervalo de tempo, o que sugere que Alves pôde impor às famílias devedoras as quantias que lhes eram mais convenientes. Em 1809, pagou 352\$000 réis por 550 braças (640 réis por braça); em 1812, pagou 40\$000 réis por 40 braças (1\$000 réis por braça), e, no ano seguinte, 40\$800 réis por 73 braças (558 réis por braça).

<sup>68</sup> Auto de medição de terras de João Antônio Alves na fazenda da Costa do Morro Alto entre 13 e 22/10/1813 (fl. 15). APERS – Santo Antônio da Patrulha – 1813 – Cartório de Civil e Crime – Maço 6 – Auto 247 – Estante 10.

<sup>69</sup> Proclamação, anúncio ou pregão público. (Camargo; Bellotto, 1994).

<sup>70</sup> Pela descrição territorial apresentada no processo de medição, bem como informações posteriores analisadas por meio da documentação cartorial (inventários e registros de terras), fica claro que a Fazenda de Alves situava-se onde hoje é Aguapés, sendo os referidos limites de morros, que os medidores não puderam

Retornando do ponto a partir do qual não conseguiram prosseguir, os medidores continuaram o processo seguindo os acidentes geográficos e os lindeiros tal como descritos na documentação apresentada por Alves. Muitas vezes, porém, os limites foram estabelecidos no próprio momento da medição, devido à escassez de informações presentes nos papéis de concessão e de transmissão das terras. Tendo sido concluída no dia 23 de outubro de 1813, a medição judicial foi legalizada no dia 4 de novembro, e trouxe uma grata surpresa para João Antônio Alves: tendo adquirido 663 braças onde hoje se localiza Aguapés, foi agraciado com um redimensionamento de sua fazenda. A partir do processo de medição, estabeleceu-se que suas terras possuíam 790 braças de frente no sentido norte-sul, e 740 braças no sentido leste-oeste.<sup>71</sup> Contudo, como vimos, os responsáveis por tal redefinição do terreno não chegaram nem a percorrê-lo em toda a sua extensão: medir sua fazenda revelou-se um excelente negócio para João Antônio Alves.

Entretanto, a realidade social do Rio Grande de São Pedro não se esgotava nas grandes propriedades: para além das pouco e mal delimitadas concessões de terras realizadas pela metrópole ou seus governadores, existiam agregados, posseiros e pequenos proprietários com grande importância numérica e produtiva. Tais sujeitos sociais compunham o cenário do Rio Grande do Sul colonial: coexistiam, contrapunham-se, conviviam, abasteciam as grandes estâncias, servindo também como reservatório de mão-de-obra, em um equilíbrio tênue e tenso.<sup>72</sup> É significativo que, nas datas concedidas em 1796 aos Paim de Andrade na região de Morro Alto, João Inácio e João Diniz, justamente aqueles que não pertenciam àquela família, não tenham obtido as datas requisitadas, e sim sobras dentro das demais. Poderia se supor que João Inácio e João Diniz tenham se tornado agregados da família Paim.

Retornando ao processo de medição de João Antônio Alves, percebe-se que este documento é muito rico por aquilo que diz, mas também pelo que omite. É significativo que, ao superdimensionar o território em questão, estes autos demonstram também uma grande extensão que não foi percorrida. Tratam-se, justamente, das terras de morro e de mato, que, como veremos posteriormente, constituíram-se como território de refúgio e proteção para negros fugitivos. Além disso, os matos de Aguapés coincidem exatamente com o local onde os informantes entrevistados identificaram a localização

---

escalar, a seqüência formada pelo Morro da Vigia, Morro do Chiquinho, e a continuidade da serra rumo leste em direção ao Morro Alto. A partir do ponto do qual os medidores não puderam passar “dada a aspereza da costa da serra” [que podemos admitir ser um dos pontos do morro da Vigia], os mesmos estabeleceram que as terras seguiam “pelo rumo do norte que faz vertentes para a dita data e vai até um pico de morro agudo [muito provavelmente trata-se do Morro do Chiquinho] que fica na volta da serra que vira ao Morro Alto com alguma volta e querendo seguir-se a picada não se pode seguir pela aspereza do rochedo que acompanha a mesma serra pelas suas vertentes e fazendo aqui o [perito?] o cálculo acha ir deste morro até o sobredito pico agudo 700 braças”. Auto de medição de terras de João Antônio Alves na fazenda da Costa do Morro Alto entre 13 e 22/10/1813 (fls. 17v e 18). APERS – Santo Antônio da Patrulha – 1813 – Cartório de Civil e Crime – Maço 6 – Auto 247 – Estante 10.

<sup>71</sup> Auto de medição de terras de João Antônio Alves na fazenda da Costa do Morro Alto entre 13 e 22/10/1813 (fl. 21v). APERS – Santo Antônio da Patrulha – 1813 – Cartório de Civil e Crime – Maço 6 – Auto 247 – Estante 10.

<sup>72</sup> Osório, 1999.



de um quilombo.<sup>73</sup> Por outro lado, percebe-se que o guia dos medidores no local, identificado como Guarani, pode ter, simplesmente, se recusado a conduzi-los adiante, alegando as dificuldades para prosseguir a escalada.<sup>74</sup> Com isso, sua intenção poderia ser a de proteger outras formas de ocupação das terras de mato – seja por parte de índios ou eventuais quilombolas, ou ambos – de um possível extermínio ou expulsão do território. A inter-relação entre população negra e população indígena na região estudada foi bastante relevante, a julgar pelos depoimentos supracitados de informantes que afirmam descender de escravos e de índios. É interessante que um dos informantes que mais teve histórias para contar sobre a população indígena vive atualmente no espaço contemplado pela medição de 1813, e é a mesma pessoa que guarda a memória comunitária sobre as trilhas e os caminhos por meio do mato. De qualquer forma, fica claro que o processo de ocupação das terras e medição de fazendas na região de Morro Alto desconsiderou e omitiu formas distintas de presença no território que não aquela dos grandes fazendeiros brancos.

No início do século XIX, temos raras referências documentais – certamente inferiores à sua real importância – a negros forros que figuram como pequenos proprietários na região de Conceição do Arroio. Em 1803, Ana Bicuda, viúva do preto Francisco Pinto, vendia ao comerciante José Bernardo Vieira o quinhão ocupado pelo seu marido, por não ter condições de o cultivar.<sup>75</sup> Em 1813, por sua vez, “Gonçalo de Oliveira Preto” consta como litigante meridional da fazenda de propriedade da viúva Luciana de Assunção, em Aguapés.<sup>76</sup>

É interessante observar que, como veremos, nessa mesma localidade se constituiu um quilombo durante o século XIX. Ilka Boaventura Leite observa que, em uma sociedade escravocrata, a possibilidade do estabelecimento independente de negros como pequenos proprietários poderia significar também o acolhimento de forros ou foragidos e dar margem a uma constituição comunitária relativamente autônoma – não isolada do mundo envolvente, mas ainda assim com códigos culturais e políticos que lhes eram específicos – diante das relações escravistas.<sup>77</sup>

### **1.1.3 – Marques da Rosa e Nunes da Silveira: a formação de uma poderosa família de terratenentes**

Dez anos depois de receber concessão de datas em Morro Alto, a família Andrade revendeu suas posses, ali, para uma sociedade entre Manuel Nunes da Silveira e os ir-

---

<sup>73</sup> “Era quilombo como nas Aguapés, o quilombo do Morro Alto é nos Aguapés. É lá nos Aguapés”. Depoimento de Manuel Francisco Antônio para Miriam Chagas no dia 16/3/2002.

<sup>74</sup> Auto de medição de terras de João Antônio Alves na fazenda da Costa do Morro Alto entre 13 e 22/10/1813 APERS – Santo Antônio da Patrulha – 1813 – Cartório de Civil e Crime – Maço 6 – Auto 247 – Estante 10.

<sup>75</sup> SCMPA/CEDOP, Fundo documental José Bernardo Vieira, documento 12 – Requerimento anterior a 16/9/1803.

<sup>76</sup> Bastos, 1937, p. 86.

<sup>77</sup> Leite, 2000, p. 45.

mãos Bernardo e José Marques da Rosa:<sup>78</sup> em outubro de 1806, Marcelino Paim de Andrade vendeu ao seu pai a data que lhe tinha sido concedida em 1796, e em dezembro estava efetuada a transação com as famílias Marques e Nunes da Silveira. Nesse ínterim, Simão Paim de Andrade deve ter adquirido também as datas concedidas a Antônio Paim de Andrade e a João de Andrade, já que o terreno por ele transacionado com a família Marques abarcava a totalidade das datas concedidas em 1796.<sup>79</sup> De qualquer forma, no documento de 1893 ao qual estas escrituras e cartas de concessão foram anexadas, a totalidade delas constam como “terras hoje de propriedade dos herdeiros da finada D. Maria Bernarda Marques”. Simão Paim de Andrade recebeu pelas terras vendidas a quantia de 4.000\$000 de réis, parcelados ao longo de nove anos.

Oriundos de Santa Catarina, José e Bernardo eram filhos de Pascoal Marques da Rosa, imigrante açoriano nascido na ilha do Arraial, e de Ana Marques de Jesus, natural da freguesia de Conceição da Lagoa.<sup>80</sup> Nesta freguesia haviam nascido também os seus filhos. Manuel Nunes da Silveira, por sua vez, tinha prováveis vínculos de parentesco com seus sócios – cunhado ou marido de uma prima –, visto que sua esposa atendia pelo nome de Maria Clara Marques. Nada sabemos acerca das atividades desenvolvidas por esta família em Santa Catarina; contudo, tinham um mínimo grau de acumulação, o suficiente para efetuar a aquisição dos terrenos da família Paim. Vale lembrar que esta família, em Santa Catarina, já era proprietária de escravos que trouxera para o Rio Grande do Sul consigo: em 1854, quando foi batizada a escrava Inácia, de propriedade desta família, registrava-se o nome de sua avó, também Inácia, “natural de Santa Catarina”. Dois anos depois, registrava-se o batismo de outro cativo do plantel dos Marques. Merêncio, nascido em 1856 era neto materno da escrava Isabel, de propriedade “do falecido Pascoal Marques da Rosa”.<sup>81</sup>

A argumentação de Fernando Henrique Cardoso, em seu texto sobre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina parece tornar bastante improvável a posse de escravos por parte de famílias originárias dos Açores.<sup>82</sup> Dados de pesquisas empíricas, contudo, apontam

---

<sup>78</sup> Tratam-se dos personagens 5, 10 e 11 do Gráfico Genealógico 1, em anexo.

<sup>79</sup> Pública forma de concessão de terras para Marcelino Paim de Andrade e hoje propriedade dos herdeiros de Maria Bernarda Marques. Escritura de compra de terras de Simão Paim de Andrade e sua mulher Rosa Paim de Andrade por Manuel Nunes da Silveira, Bernardo Marques da Rosa e José Marques da Rosa. Documento anexo ao auto de medição de Maria Bernarda Marques. APERS – Osório – 1893 – Cartório de Civil e Crime – Maço 4 – Auto 199 – Estante 159.

<sup>80</sup> A genealogia das famílias Marques da Rosa e Nunes da Silveira foi elaborada a partir de fontes diversas: inventários *post mortem*, registros paroquiais de batismo e casamentos, fontes diversas. Ver Gráfico Genealógico 1. Sua elaboração possibilitou apreender a estratégia familiar para apropriação e conservação de terras, um esboço aproximado da cadeia dominial do território ao longo do século XIX, bem como oferecer pistas acerca das relações familiares entre seus cativos.

<sup>81</sup> CHF/Mórmons, rolo 75, 2. livro de batismos de escravos, fl. 48r e 61r.

<sup>82</sup> “o trabalho agrícola na região de colonização açoriana organizara-se de forma a depender diretamente da força de trabalho de homens livres (mesmo quando esses possuíam alguns escravos, como adiante se verá)”. Contudo, “nos quadros da economia agrária colonial qualquer aumento da produção dependia da introdução do trabalho escravo” e, além disso, “na economia colonial só era possível obter uma prosperidade relativamente contínua quando havia a seleção de um produto colonial de exportação”, e, conseqüentemente, “não havia incentivo para alargar a produção, isto é, para reinvestir os lucros na compra de escravos” (Cardoso, 1972, p. 478-481).

para uma realidade distinta. Se parcela dos açorianos foi inserida de forma marginal na ocupação da América Meridional, alguns deles figuram como proprietários de escravos<sup>83</sup> – o que, em uma sociedade escravista, não significa apenas a posse de mão-de-obra produtiva, mas também constitui fator de hierarquização social entre homens livres.<sup>84</sup> Pascoal Marques da Rosa não apenas foi um açoriano que se tornou proprietário de escravos, como, na geração seguinte, seus filhos tiveram cabedal suficiente para adquirir datas de terra e tornar-se proprietários no Rio Grande de São Pedro.

Como afirmado anteriormente, a delimitação das terras compradas à família Paim é imprecisa no que tange ao limite norte no trecho entre a lagoa do Ramalhete e as fraldas do Morro Alto – uma palmeira que estava na encosta do morro no início do século retrasado!

Ao longo do século XIX estas famílias foram expandindo suas propriedades em direção ao norte da lagoa do Ramalhete, de forma que aquela árvore deixou de ser um limite territorial. Tanto nos registros paroquiais de terras, elaborados em meados do século XIX, como nos inventários desta família por nós analisados, figuram terrenos em regiões como Ribeirão, Borba, Espriado, Aguapés, Cangalha/Pedra Branca<sup>85</sup> (ver Mapa 1). Sabe-se que a partir de 1822, findo o regime de concessões de sesmarias, e até a lei de terras de 1850, inexistia regulamentação das formas de apropriação fundiária. Sendo assim, evidencia-se que as famílias Marques e Nunes expandiram suas terras a norte e a oeste sob variadas formas, que analisaremos em seguida.

As famílias Marques da Rosa e Nunes da Silveira foram, progressivamente, acumulando propriedades em Conceição do Arroio. Em 1818, José Marques da Rosa obteve concessão de outra data, na região denominada “Cabeceiras do Rio Tramandaí”. O mesmo foi feito por mais dois de seus irmãos, recém-chegados de Santa Catarina, Manuel e Antônio,<sup>86</sup> tendo obtido datas lindes à de José. Tramandaí é o nome pelo qual denominava-se o atual rio Maquiné, constatando-se, através de mapa localizado na Divisão Estadual de Terras Públicas, em Torres, que estas datas – cada uma de meia

---

<sup>83</sup> Osório, 1999, p. 149-151. Ao analisar a categoria social dos pequenos agricultores e lavradores, dentre os quais se encontravam muitos açorianos, a autora constatou que 75% destes produtores, analisados através de inventários, possuíam escravos, em uma média de 3,3 cativo por plantel.

<sup>84</sup> Com base em Moses Finley, afirmaram João Luís Fragoso e Manolo Florentino que “o alto grau de concentração da propriedade escrava nos coloca não apenas diante de uma sociedade possuidora de escravos, mas sobretudo diante de uma sociedade escravista, definida como aquela na qual o principal objetivo da renda extraída ao escravo é a reiteração da diferença socioeconômica entre a elite escravocrata e todos os outros homens livres” (Fragoso; Florentino, 2001, p. 88).

<sup>85</sup> As localidades de Morro Alto, Faxinal do Morro Alto, Ribeirão, Borba e Espriado fazem parte daquilo que estamos denominando, aqui, de Fazenda do Morro Alto, pois são uma continuidade natural e territorial do núcleo original a partir do qual se formou a Fazenda. Aguapés, embora possua uma continuidade territorial, é separada do restante por um morro e pelo passo das Éguas, razão pela qual era considerada outra Fazenda na documentação de época. A Cangalha e a Prainha, por sua vez, não possuíam continuidade territorial com Morro Alto, e por isso devem ser tratadas à parte – nos interstícios destas terras, estava a data inicialmente cedida a Inácio José de Araújo. Ao longo dos séculos XIX e XX, por motivos que ainda cabe estudar, aparecem como proprietários daquelas terras pessoas com os sobrenomes Gomes e Alves. Ainda hoje vive na Prainha, neste espaço, a família conhecida na região como “os Mariante”.

<sup>86</sup> AHRS – Fundo autos de medição, autos n. 1068, 1069, 1070. Personagens 8 e 9 no Gráfico Genealógico 1.

légua em quadro – ou 1089 hectares – eram situadas próximas à atual Barra do Ouro,<sup>87</sup> longínquas, pois, da área em estudo.

Outra forma pela qual as famílias Marques da Rosa e Nunes da Silveira tornaram-se proprietárias de terras em quantidade superior às adquiridas em 1806 foi por meio de algumas alianças matrimoniais bem-sucedidas. Joaquina Maria Marques casou-se com João Antônio Alves, que tinha, como vimos, o domínio sobre grandes porções do território de Aguapés. Através deste enlace conjugal, as fazendas da família passaram a estender-se sobre ambos os lados do Morro. Cumpre observar que Vitorino José Marques testemunhou uma das aquisições de terras de Alves por ali, em 1809.<sup>88</sup> É possível que este último já estivesse em tratativas com a família Marques, tendo preferido – ou aceitado alguma condição – de esperar para se casar apenas depois de se tornar terratenente.

José Marques da Rosa, por sua vez, desposou Isabel Maria Osório, filha de Tomás José Luiz Osório. Através deste casamento, foi agregado ao patrimônio da família Marques não apenas a extensa “Estância do Arroio”, próxima ao rio Tramandaí, como também as relações de influência e o estatuto honorífico da família Osório. Descendentes de fidalgos portugueses de Cartacho, arcebispado de Lisboa, esta família tinha seu heróico nome ligado à conquista territorial do Rio Grande de São Pedro – à guerra com os índios Guaranis e à invasão de 1763 – ainda que o tio-avô de Isabel Maria Osório, Tomás Luiz Osório, tenha sido executado em Lisboa, acusado de traição no episódio da fuga de Inácio Elói Madureira diante da guerra com os espanhóis.<sup>89</sup>

Algumas obras da historiografia do Rio Grandes do Sul têm observado a importância dos militares na ocupação do território, categoria privilegiada na obtenção de concessões de terras, dado que tinham uma relação de interdependência em relação ao poder de Estado.<sup>90</sup> Não só de glórias militares passadas viveu a família Osório Marques. Na deflagração do conflito militar conhecido como Guerra dos Farrapos, engajou-se esta família nas tropas legalistas. Manuel Luís Osório, primo de Isabel, participou do confronto ao lado das tropas legalistas. O mesmo fez José Marques da Rosa, conforme se depreende de carta enviada por sua esposa em 1840.<sup>91</sup> Sua participação no conflito qualificou esta família para a apropriação de quantidades maiores de terra.<sup>92</sup>

---

<sup>87</sup> Bastos, 1937, p. 118; SAIC/DTC/ITL/DDL – Torres mapa n. 36, planta das terras entre os rios Cachoeira e Tramandaí, 1889. Datado de 1889, figura no mapa, junto às datas concedidas à família Marques e regulamentadas por meio dos autos de medição, o núcleo colonial Marquês do Herval, sendo marcante a discrepância entre as dimensões dos lotes coloniais e das datas de terra.

<sup>88</sup> Pública forma de venda de umas terras de matos sitas na Freguesia da Serra que Antônio Machado de Oliveira e sua mulher Joaquina Maria da Conceição em 23/11/1809 (fl. 4) [Documento anexo a auto de medição de João Antônio Alves]. Auto de medição de terras de João Antônio Alves na fazenda da Costa do Morro Alto entre 13 e 22/10/1813 APERS – Santo Antônio da Patrulha – 1813 – Cartório de Civil e Crime – Maço 6 – Auto 247 – Estante 10.

<sup>89</sup> Episódio relatado em Cesar, 1970, p. 176.

<sup>90</sup> Pesavento, 1994; Osório, 1990; Piccolo, 1994; Silva, 1999.

<sup>91</sup> Domingos, 1996 p. 295.

<sup>92</sup> Ver o depoimento do Sr. Ildo Forte dos Santos:

“Alessandro – E sobre a terra dos Marques, o senhor sabe que quantidade eles tinham, onde é que seria mais ou menos os limites das terras da divisa...

Além de lutar na guerra, José Marques da Rosa disponibilizou seus escravos como soldados. Ainda que a revolta farroupilha não tivesse um caráter abolicionista, “prometia-se aos cativos que nela se engajassem a liberdade ao fim do conflito”.<sup>93</sup> De acordo com Sebastião Souza Rosa, seu bisavô, Sebastião “Toco”, lutou na Guerra dos Farrapos como lanceiro.<sup>94</sup> Contudo, ele não foi alforriado, pois consta como escravo no inventário de Isabel Maria Osório, de 1867, com 36 anos.<sup>95</sup> Também Manuel Antônio Marques participou do conflito ao lado dos legalistas. A família Marques da Rosa, todavia, não permaneceu lutando em apenas um lado do conflito: João, irmão de Manuel Antônio, engajou-se junto aos revoltosos farroupilhas. O acúmulo de prestígio decorrente do engajamento militar na guerra se efetivaria, portanto, quaisquer que fossem os vencedores. Ocorreu confronto entre as duas facções na região de Aguapés – justamente onde Juliana, esposa de Sebastião, era escrava, e onde seu bisneto vive até hoje.<sup>96</sup>

Outro casamento bem-sucedido foi realizado por Manuel Marques da Rosa, que desposou Fabiana Maria Rosa, viúva de Pedro Machado de Borba, que aparece como um dos proprietários primários na região da Prainha.<sup>97</sup> Manuel Marques da Rosa, através de sua esposa, tornou-se terratenente neste local.<sup>98</sup> Para a viúva Fabiana, também esta aliança era favorável: a mesma passava a fazer parte de uma família que detinha prestígio e terrenos em uma dimensão muito superior aos herdados de seu finado marido. Outro dos proprietários primários da Prainha, Alexandre José Machado, vendeu terras na região para

---

Ildo – A gente não sabe que meu pai comentava que depois da revolução...

Alessandro – Revolução...

Ildo – A última revolução de 40 parece que foi...

Alessandro – Farroupilha?

Ildo – É que eles ganharam essas área aí, então aí esse Marques... safam marcando...

Alessandro – Mas eles ganharam de que?

Ildo – Eles ganharam da revolução... general Osório... Luis Osório...

Alessandro – Mas por que que eles ganharam?

Ildo – Eles ganharam porque eu acho que eles ganharam a batalha entendeu... lutaram e venceram... e daí aquela descendência dos Osório, dos Marques aí eles safam marcando, marcavam de ponta em ponta, marcavam uma área, chegava lá na frente o outro marcava outra área né, e assim é o que meu pai sempre contava.”

Entrevista com Ildo Forte, no Ribeirão no dia 8/9/2001, realizada por Alessandro Gomes e Arnaldo Santos.

<sup>93</sup> Piccolo, 1986.

<sup>94</sup> Entrevista realizada com o Sr. Sebastião Souza Rosa em Aguapés, no dia 27/10/2001 por Miriam Chagas, Cíntia Müller e Rodrigo Weimer. Entrevista com Sebastião Souza Rosa em Aguapés, no dia 6/12/2001, realizada por Paulo Moreira e Rodrigo Weimer. O informante realiza uma deliciosa mistura entre Guerra dos Farrapos, Guerra do Paraguai e Segunda Guerra Mundial, assim como o mesmo apareceu em uma entrevista como seu tio-avô, e em outra como bisavô. A informação, porém, de que “era lança. No tempo da lança. Não tinha arma de fogo.” (entrevista de 6/12/2001), assim como a idade com que ele aparece no inventário de Isabel Maria Osório não dá dúvidas quanto a tratar-se do conflito farroupilha.

<sup>95</sup> APERS - Inventário de Isabel Maria Osório – Osório – 1867 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 4 – Auto 99 – Estante 159.

<sup>96</sup> O cantinho da nossa história: episódios de 1835 in: *O Legendário*. 27/9/1930. Periódico pesquisado no Arquivo Histórico de Osório.

<sup>97</sup> Registros Primários da Secção Lagôa dos Quadros [Morro Maquiné], divisão de terras públicas do Centro Estadual de Silos e Armazenagem. Medição judicial julgada em 5 de maio de 1819.

<sup>98</sup> APERS - Inventário de Manuel Marques da Rosa – Osório – 1877 – Cartório de Civil e Crime – Maço 2 – Auto 78 – Estante 159.

as famílias em questão antes de 1869, conforme se depreende do inventário de José Nunes da Silveira, Manuel Marques da Rosa e Rosa Osório Marques sobrinha.<sup>99</sup>

Também os campos à margem setentrional da lagoa do Ramallete – ou do Borba – pertenciam à família Machado de Borba. Manuel Machado de Borba aparece como litigante ao norte das datas dos Paim de Andrade adquiridas pelos Marques e pelos Nunes. O proprietário original destas terras acabou por nomear a margem setentrional da lagoa e os campos ali localizados. Através dos inventários da família Marques, bem como dos registros paroquiais de terras, descobre-se que estas terras tornaram-se, antes de 1855, possivelmente por meio de compra, propriedade de Bernardo e José Marques da Rosa.<sup>100</sup>

Portanto, mesclando aquisição de terrenos de outros beneficiários de datas, alianças matrimoniais com famílias de alto estatuto ou com uma viúva bem aquinhoadada, e ainda privilégios decorrentes do engajamento militar, esta família extensa<sup>101</sup> tornara-se dona de uma grande unidade produtiva: a Fazenda do Morro Alto (ver Mapa 1). A apropriação de suas terras, por outro lado, foi em grande medida sustentada pela exploração do trabalho escravo.

Além da Fazenda do Morro Alto, as famílias Marques e Nunes possuíam terrenos em São Francisco de Cima da Serra; através do casamento com os Osório, tinham também posses na estância do Arroio, e, por meio de compra, de propriedade no rincão da Fortaleza.<sup>102</sup> A partir dos seus inventários descobre-se que, em um contínuo territorial, eles também possuíam terras no Ribeirão e no Espraiado, e, ao norte do território estudado ao longo desta pesquisa, aparecem as fazendas da Prainha, Cangalha e Pedra Branca. Contudo, uma vez tendo se tornado grandes terratenentes, cabia às famílias em questão a conservação da unidade territorial de suas posses. Para tanto, foram adotadas estratégias de alianças matrimoniais bem sucedidas na maior parte do século XIX.

À medida que os irmãos Marques da Rosa e seu sócio Manuel Nunes da Silveira casavam-se, constituíam família e as terras eram herdadas e repartidas entre seus filhos, a tendência evidente era o progressivo fracionamento e divisão da Fazenda do Morro Alto e de seus demais domínios. Contudo, através de matrimônios preferenciais das famílias Nunes da Silveira, Osório e Marques da Rosa entre si, bem como alianças con-

<sup>99</sup> APERS - Inventário de José Nunes da Silveira – Osório – 1869 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 4 – Auto 127 – Estante 159; APERS - Inventário de Manuel Marques da Rosa – Osório – 1877 – Cartório de Civil e Crime – Maço 2 – Auto 78 – Estante 159; APERS - Inventário de Rosa Osório Marques – Santo Antônio da Patrulha – 1885 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 10 – Auto 217.

<sup>100</sup> APERS – Livro de Registros Paroquiais de Terras – Conceição do Arroio 1855/1864. fl. 34v-35v; nestes registros, metade dos “campos do Borba” pertenciam, nesse momento, a Bernardo Marques da Rosa, e a outra metade a Isabel Maria Osório, viúva de José. Estas terras estão declaradas nos inventários de Isabel e de Maria Bernarda, filha de Bernardo. Neste último, as mesmas estão textualmente especificadas como “terras que foram de Manuel Machado de Borba”. APERS – Inventário de Isabel Maria Osório – Osório – 1867 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 4 – Auto 99 – Estante 159; APERS – Inventário de Maria Bernarda Marques – Osório – 1896 – Cartório de Civil e Crime – Maço 3 – Auto 145 – Estante 159.

<sup>101</sup> De acordo com Giovanni Levi, a forma mais adequada de perceber estratégias familiares em uma sociedade de Antigo Regime encontra-se “em um contexto que vai além da unidade de residência. Falaremos de família no sentido de grupos não-co-residentes mas interligados por vínculos de parentela consangüínea ou por alianças e relações fictícias que aparecem na nebulosa realidade institucional do Antigo Regime, como cunhas estruturadas que serviam de auto-afirmação diante das incertezas do mundo social [...]” (Levi, 2000, p. 98-99).

<sup>102</sup> Bastos, 1937, p. 112.

jugais entre primos, procurou-se impedir que esta fragmentação se concretizasse. Outra possibilidade verificada foi manter parcela dos filhos solteiros, de forma a minimizar ao máximo a divisão da terra. Pode-se apontar, ainda, o fato de que diversos integrantes da família Marques não deixaram descendência. Os casamentos realizados na geração posterior à apropriação das terras por estas famílias Marques e Nunes da Silveira podem ser sintetizados no seguinte quadro:

ALIANÇAS MATRIMONIAIS DAS FAMÍLIAS  
MARQUES DA ROSA E NUNES DA SILVEIRA

Pais	Casamentos realizados por seus filhos
Antônio Marques da Rosa	Não temos notícias de casamento ou filhos de Antônio; sabe-se que suas terras passaram à Joaquina Maria Marques (7).
Joaquina Maria Marques e João Antônio Alves	De seus três filhos, apenas Manuel Antônio (Manduca) (25) casou-se, com sua prima Maria Osório Marques (31).
Manuel Marques da Rosa e Flaviana Maria Rosa	Teve três filhos e uma filha. Maria (27) permaneceu solteira, enquanto Antônio (26) casou-se com uma integrante da família Osório (44); tanto José Marques da Rosa sobrinho (28) quanto Manuel Marques da Rosa filho (29) desposaram primas de segundo grau (Rosa Osório Marques sobrinha – 56 – e Joaquina Marques da Silveira – 63).
Bernardo Marques da Rosa	Sua filha única – e natural, Maria Bernarda Marques (30), casou-se com um filho de Manuel Nunes da Silveira (17).
José Marques da Rosa e Isabel Maria Osório	Tiveram cinco filhos. Tanto Maria Osório Marques (31) quanto Tomás Osório Marques (34) casaram-se com primos de primeiro grau: Maria pela parte dos Marques (25), Tomás por parte dos Osório (40). Pascoal Osório Marques (32) casou-se com Ana Osório Nunes (49), neta do sócio de seu pai, e também da família Osório. Verifica-se, também, um caso de sororato: Ana Osório Marques (33) casou-se com Ponciano (18), filho de Manuel Nunes da Silveira, e faleceu sem deixar filhos. A família insistiu na aliança matrimonial entre Marques e Nunes da Silveira, de forma a promover o casamento entre Rosa Osório Marques (35) e o viúvo de sua irmã.
Manuel Nunes da Silveira e Maria Clara Marques	Dois de seus quatro filhos, Ponciano (18) e José (17), desposaram filhas de seus sócios. Marcelino (19) casou-se com uma integrante da família Osório (45), porém sua filha também casou-se com filho do sócio de seu pai. Finalmente, Manuel Nunes da Silveira (20) foi o único que não se casou com integrante das famílias Osório ou Marques da Rosa.

Fontes: Inventários *post mortem* e registros de batismo e casamento.<sup>103</sup>

<sup>103</sup> Os números entre parênteses dizem respeito ao Gráfico Genealógico 1.

Dentre os principais donos da Fazenda do Morro Alto na segunda metade do século XIX estão Manuel Antônio “Manduca” Marques (cujos irmãos permaneceram solteiros, permitindo a Manduca agregar as suas parcelas no momento em que faleceram, assim como da sua esposa/prima – vale lembrar que seu pai era proprietário de largas porções de terras em Aguapés); Maria Bernarda Marques (que, filha única, juntou a totalidade do patrimônio de seu pai ao de seu marido) e, finalmente, Isabel Maria Osório e filhos (legatários da fortuna dos Osório e da sociedade de seu marido/pai com os Nunes da Silveira).<sup>104</sup> As ruínas das casas-grandes onde habitavam estes senhores – respectivamente em Ribeirão, Barranceiras e Morro Alto – são ainda hoje referenciais de espacialidade fundamentais para a comunidade estudada.

Isso não significa que as pessoas destas famílias que não acumularam quinhões da mesma magnitude dos demais parentes estivessem em má-situação. Percebemos uma divisão de papéis dentro da família Marques. Enquanto Manuel Antônio figurava como grande terratenente, seu irmão João Antônio tornou-se major, configurando-se detentor não do poder econômico, mas militar dentro daquela família.<sup>105</sup> O mesmo pode-se dizer dos filhos de Manuel Marques da Rosa. Ainda que não tivessem bens de raiz nas mesmas proporções que os seus primos, eles tornaram-se significativas e poderosas lideranças políticas no município de Conceição do Arroio.<sup>106</sup>

É importante observar, também, que ao casarem seus filhos entre si, os três sócios que adquiriram originalmente a fazenda do Morro Alto – Bernardo e José Marques da Rosa e Manuel Nunes da Silveira – não apenas buscavam a manutenção da sua integridade, como reiteravam a aliança entre as famílias. Isto é evidenciado pelo caso de Ana Osório Marques. Com o seu falecimento em 1859, foi celebrado, dois anos mais tarde, o matrimônio do viúvo Ponciano Nunes da Silveira com a cunhada, Rosa Osório Marques.

---

<sup>104</sup> APERS – Inventário de Manuel Antônio Marques – Osório – 1886 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 25 – Auto 797 – Estante 159; Inventário de Maria Osório Marques – Osório – 1858 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 2 – Auto 45 – Estante 159; Inventário de João Antônio Marques – Osório – 1882 – Cartório de Civil e Crime – Maço 2 – Auto 96 – Estante 159; Inventário de Maria Joaquina Marques – Osório – 1876 – Cartório da Provedoria – Maço 1 – Auto 22 – Estante 159; Inventário de Maria Bernarda Marques – Osório – 1896 – Cartório de Civil e Crime – Maço 3 – Auto 145 – Estante 159; Inventário de Bernardo Marques da Rosa – Osório – 1864 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 3 – Auto 82 – Estante 159; Inventário de Isabel Maria Osório – Osório – 1867 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 4 – Auto 99 – Estante 159; Inventário de Ponciano Nunes da Silveira – Osório – 1867 (anexo ao de Rosa Osório Marques) – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 5 – Auto 108 – Estante 24 e/c; Inventário de Rosa Osório Marques – Viamão – 1888 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 5 – Auto 108 – Estante 24 e/c.

<sup>105</sup> João Antônio Marques tinha o título de major, tendo participado da composição da Câmara Municipal de Conceição do Arroio em 1858. Em 1866 figura como delegado de polícia em Conceição do Arroio, e, em 1872, o mesmo dava-se ao direito de intitular-se protetor, procurando inviabilizar a prisão do recruta Manuel Francisco Ferreira, decido como desertor. Costa, 1922, p. 410; AHRS, Polícia, Delegacia de Polícia, Maços 31 e 6.

<sup>106</sup> Antônio Marques da Rosa tinha o título de tenente-coronel, e em 1870 organizou complô contra o juiz de direito da comarca, Paulino Fernandes Rodrigues Chaves, visando expulsá-lo de Conceição do Arroio, com o intuito de impedi-lo de fundar novo partido. Fora, em 1893, delegado de polícia, e também, no período da República Velha, intendente municipal, assim como seu irmão Manuel Marques da Rosa. Costa, 1922, p. 410; AHRS, Polícia, Delegacia de Polícia, Maço 6.



Em meados do século XIX, percebe-se, a partir da análise dos registros paroquiais de terras, um relativo sucesso da tentativa de impedir a fragmentação das terras de Morro Alto. Dentre os adquirentes originais da Fazenda do Morro Alto das famílias Marques da Rosa e Nunes da Silveira, constata-se que entre os anos de 1856 e 1864, onze pessoas desta família eram donos de parcela da referida fazenda – ou os próprios ocupantes iniciais, ou seus filhos, genros e sobrinhos. Se contabilizássemos a totalidade de pessoas entre a primeira geração – que realizou a apropriação da terra – e a de seus filhos, teríamos um total de 23 possíveis donos. A fragmentação foi minimizada em aproximadamente 50%.

#### **1.1.4 – Produção de formas de exclusão familiar entre os Marques e os Nunes: os poderosos *desfavorecidos***

A relevância dos casamentos preferenciais pode ser percebida por meio da análise do caso daqueles que não escolheram – ou não puderam escolher – seus cônjuges através dos seus critérios. Em entrevista, as senhoras Eva Rita e Maria Rita,<sup>107</sup> moradoras na Prainha, contaram-nos a existência de uma divisão da família Nunes: os “pobres” e os “Nunes ricos”. Os primeiros eram residentes na Prainha, e os demais, grandes proprietários em Capão da Canoa ou em Cima da Serra. Na divisão de papéis efetuada no seio da família Marques e Nunes, os aliados de privilégios – econômicos, políticos e militares foram as pessoas do ramo “pobre” da família Nunes. Percebe-se que este é o ramo da família que não seguiu as prescrições matrimoniais descritas.

O patrimônio dos “Nunes pobres” não tem comparação com o daqueles que lograram agregar o quinhão da fortuna dos Nunes da Silveira com o da família Marques. Para efeitos de comparação, José Nunes da Silveira, casado com Florisbela Maria Rosa, foi lembrado por diversos informantes como um dos “Nunes pobres”. Ele inventariou em 1869 uma fortuna de 9:559\$000, enquanto Ponciano Nunes da Silveira, falecido dois anos antes, possuía 36.711\$500 réis.<sup>108</sup>

Além disto, este matrimônio representou uma queda de status: a pobreza dos Nunes pobres não se expressava apenas em termos pecuniários, mas também das relações sociais para eles possíveis. Manuel Nunes da Silva (ou Manuel Antônio da Silva), filho de José Nunes da Silveira, por exemplo, tinha um patrimônio ainda mais reduzido em comparação com o de seus primos “ricos”. O Sr. Antônio “Neca” Nunes da Silva, neto do mesmo, residente na Prainha, explica o porquê da pobreza de seu avô:

Antônio Neca – Então o falecido meu avô pra não mandar os escravos dele pros outros irmãos ficou com mais escravos e menos terra. Fez aquelas escrituras antigas, mais escravos, menos terra. [...] Não queria dar pros outros irmãos dele porque eram muito carras-

---

<sup>107</sup> Entrevista com Eva Rita e Maria Rita, na Prainha no dia 19/10/2001, realizada por Cíntia Müller, Mariana Fernandes e Rodrigo Weimer.

<sup>108</sup> APERS – Inventários de Ponciano Nunes da Silveira – Osório – 1867 (anexo ao de Rosa Osório Marques) – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 5 – Auto 108 – Estante 24 e/c e de José Nunes da Silveira – Osório – 1869 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 4 – Auto 127 – Estante 159.

cos com os escravos. Então ele ficou com os escravos dele pros irmãos não judiar. Então aí veio a “liberdade” e ele ficou com aquele prejuízo, né, os escravos.<sup>109</sup>

Por meio da análise do inventário de seu bisavô, José Nunes da Silveira, datado de 1869,<sup>110</sup> verifica-se que a parte que coube ao avô Manuel resumia-se a dois escravos, que evidentemente, no momento da abolição da escravidão, deixaram de constituir patrimônio. Em 1888, Manuel Antônio da Silva registrava em inventário<sup>111</sup> um diminuto monte-mor de 159\$000. Contudo, como já vimos, mesmo o patrimônio do seu pai era bastante inferior ao dos “Nunes ricos”. A afeição de Manuel por seus escravos não se resumia à tentativa de impedir que seus irmãos os maltratassem: o mesmo teve um filho com uma escrava da fazenda do Morro Alto – pertencente a Manuel Antônio (Manduca) Marques – que atendia pelo nome de Reginalda, avó de Antônio “Neca”. Desta maneira, enquanto os “Nunes ricos” acumulavam o patrimônio e o prestígio social possibilitado por alianças matrimoniais com a família senhorial dos Marques, os primos pobres tinham em seu universo de relações sociais os cativos dos seus primos “ricos”.

Não se trata, aqui, de apenas um filho de um senhor com uma escrava, aspecto bastante comum e referido pelos informantes também no que tange aos primos “ricos”. Em seu inventário, o filho de Manuel Antônio e Reginalda, Antônio, é arrolado regularmente no título de herdeiro. Por outro lado, em entrevista com a senhora Otilia dos Anjos Mittman, prima de “Antônio Neca” ela reconheceu tal parentesco, explicando que a “vó” de Antônio Neca, que era escrava, “casou” com o irmão de seu avô.<sup>112</sup> A especificidade dos “Nunes pobres” não está no intercâmbio sexual com os cativos, mas sim no reconhecimento público de sua descendência.<sup>113</sup>

Outra neta dos “Nunes pobres”, a senhora Otilia dos Anjos Mittman, atribui a pobreza do seu avô, irmão de Manuel Antônio da Silva, ao logro promovido por um certo “padrinho rico”:

Otilia – Então o falecido vovô Nune tinha um padrinho rico, né. Aí nós podia tê terreno, nós podia tê terreno até... [...] O padrinho dele tirou em terra, porque os outro que eram velho, dominavam, eles plantavam, eles governavam, fazia o que eles mandavam, e o meu avô era guri, porque ele não sabia, então o padrinho dele era rico, tirô terreno até a faixa tudo pra ele.<sup>114</sup>

---

<sup>109</sup> Entrevista com Antônio [“Neca”] Nunes da Silva e com Maria da Glória Nunes da Rosa na Prainha no dia 30/8/2001, realizada por Cíntia Müller, Mariana Fernandes e Cíntia Rizzi.

<sup>110</sup> APERS – Inventário de José Nunes da Silveira – Osório – 1869 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 4 – Auto 127 – Estante 159.

<sup>111</sup> APERS – Inventário de Manuel Antônio da Silva – Osório – 1888 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 8 – Auto 242 – Estante 159.

<sup>112</sup> Entrevista com a senhora Otilia dos Anjos Mittman, na Prainha em 3/12/2001, realizada por Alessandro Gomes e Rodrigo Weimer.

<sup>113</sup> Cabe aprofundar o estudo acerca da natureza e da especificidade destas relações, dado que o decorrer do trabalho de campo levou a equipe a priorizar outras regiões – Ribeirão, Morro Alto, Aguapés, Faxinal do Morro Alto – em detrimento da Prainha.

<sup>114</sup> Entrevista com a senhora Otilia dos Anjos Mittman, na Prainha em 3/12/2001, realizada por Alessandro Gomes e Rodrigo Weimer.

Logrado pelos primos “ricos” ou não, o fato é que a pobreza de João Nunes da Silveira, avô de Otília e irmão de Manuel Antônio da Silva, também se expressou em termos de queda de status social e de intercâmbios matrimoniais possíveis. Ao definir a família de sua esposa, o marido de dona Otília, José Augusto Mittman referiu-se a eles como uma “bugrada” misturada com uma “negrada”, aspecto que pode ser confirmado pelo fenótipo da nossa informante. Em síntese, pode-se perceber que no interior das famílias Marques e Nunes também foram produzidas formas de exclusão de parentes. Aos negros colocou-se, então, a possibilidade de criar espaços de negociação e de ascensão aliando-se a estes poderosos desfavorecidos, o que certamente não seria plausível no que tange aos demais integrantes da família Marques.

### **1.1.5 – A lei de terras e a oficialização de uma posse não tão mansa, e tampouco pacífica**

A historiografia tem analisado a lei de terras de 1850 como uma importante transformação na legislação e nas formas de apropriação fundiária no Brasil imperial. Como se sabe, no período entre 1822 e 1850, entre o fim do regime de concessão de sesmarias e a lei de terras, a única forma possível de apropriação de terras foi a dita “posse mansa e pacífica”. Com a iminência do fim da escravidão, decorrente da proibição do tráfico negreiro em 1850, tornou-se premente dificultar o acesso à terra aos menos aquinhoados: para manter a dependência da mão-de-obra, procurou-se impedir o acesso a um meio de produção fundamental como a terra. Transformada em mercadoria, a propriedade fundiária passava a ser acessível apenas através da venda por parte do Estado.<sup>115</sup>

Importava menos a garantia de um monopólio de classe sobre a terra, do que a garantia de uma oferta compulsória de força de trabalho à grande lavoura.

Se a escravidão cessasse, nada poderia prevenir o deslocamento dos antigos e novos trabalhadores para as terras livres da fronteira agrícola, onde poderiam tornar-se trabalhadores autônomos em sua própria terra.<sup>116</sup>

A tentativa de regularizar a situação fundiária, a partir de 1850, se deu a partir dos registros paroquiais. Através dos mesmos, os ocupantes deveriam declarar as dimensões e limites dos seus sítios e fazendas. No caso da Fazenda do Morro Alto, as declarações são ambíguas e lacunares.<sup>117</sup> Isto expressa, por um lado, a realidade de uma unida-

---

<sup>115</sup> Carvalho, 1996, p. 303-322; Castro, 1982.

<sup>116</sup> Martins, 1981, p. 59 e 122.

<sup>117</sup> Alguns exemplos: José Luís da Silva Marques declarava possuir terras “de faxinais e matos de pântanos”, de dimensões não declaradas, cujo limite leste era a Lagoa Negra e norte, a lagoa da Pinguela, configuração geograficamente impossível (fl. 2v); João Antônio da Silva, por sua vez, possuía um “sítio de dimensões ignoradas” em Morro Alto, tendo como frente o travessão do morro e fundos na serra do Morro Alto (fl. 5v); Bernardo Marques da Rosa possuía “duas partes de campos, matos, pântanos e faxinais” no Morro Alto, sem declarar extensão ou limites dos mesmos (fl. 34v/35 r); quanto às terras que a família Marques possuía no Borba, pertenciam metade dos “faxinais, campos e matos” a Bernardo Marques da Rosa, e outra metade a Isabel Maria Osório, ambas partes possuindo “lagoas e sangradouros” como divisas naturais

de produtiva cujos donos pertenciam a uma mesma família. Não existia, nesse momento, por parte dos mesmos, a necessidade, a preocupação – ou mesmo o conhecimento – da delimitação exata da extensão e da localização do quinhão de cada um neste território. Por outro lado, a família Marques não tinha interesse em demarcar com exatidão suas terras – a imprecisão dava margem ao uso da força e do poderio político para resolver eventuais conflitos territoriais. Finalmente, a dimensão e localização das terras eram declaradas por seus próprios donos, não tendo sofrido em nenhum momento um processo de medição por parte de terceiros.<sup>118</sup>

Há uma lógica, porém, a presidir a delimitação de suas terras. No livro de registros paroquiais, tem-se a declaração da extensão, em braças (uma braça equivale a 2,2 metros) da frente dos terrenos ocupados. Os seus fundos eram considerados as vertentes da serra, e os limites frontais eram divisas por água – rios e lagoas, quando existentes.<sup>119</sup> Ao norte da lagoa do Ramalhete, na região de Ribeirão e no Espreado, a frente era declarada como “faxinas e pântanos”. E, finalmente, os terrenos no Borba tinham seus contornos descritos como “sangradouros e divisas naturais”. A partir de tais dados, é possível esboçar um panorama da ocupação do território em meados do século XIX, ainda que com localizações aproximativas (ver Mapa 1).

No entanto, se as famílias Marques e Nunes da Silveira nominalmente tinham a propriedade sobre as terras referidas, isso não significa que fossem os seus únicos ocupantes. Helen Osório destacou a relevância de agregados, pequenos proprietários e posseiros nas brechas do imenso território detido pelos grandes produtores.<sup>120</sup> Ao longo do século XIX, existiu uma continuidade desta situação: se os campos tinham grandes estancieiros como donos, as terras de mato foram ocupadas por pequenos produtores qualificados como “nacionais”.<sup>121</sup> Verifica-se na fazenda do Morro Alto uma situação semelhante à apontada: além dos Marques e dos Nunes, os livros de registro apontam para outras pessoas presentes naquelas terras.<sup>122</sup>

---

(fl. 34v-35v). Finalmente, temos mais um exemplo nas terras que Isabel Maria Osório e Manuel Antônio Marques declaravam possuir no Ribeirão: a primeira declarava que as terras do segundo estavam ao sul das suas (fl. 35), enquanto, de acordo com Manuel Antônio Marques, eram as terras de Isabel Maria Osório que estavam ao sul das suas. (fl. 36v) APERS – Livro de Registros Paroquiais de Terras, Conceição do Arroio (1855-1864).

<sup>118</sup> “Tal registro validava ou revalidava a ocupação da terra até esta data. Isso não impediu o surgimento de uma verdadeira indústria de falsificação de títulos de propriedade, sempre datados de época anterior ao registro paroquial, registrados em cartórios oficiais, geralmente mediante o suborno aos escrivães e notários” (Martins, 1981).

<sup>119</sup> Ao longo da pesquisa em campo, constatou-se ser este o referencial êmico de espacialidade da comunidade estudada. Com a implantação da estrada federal, no século XX, a forma comunitária de localização territorial sofreu um importante impacto (ver capítulo 1.5).

<sup>120</sup> Osório, 1999.

<sup>121</sup> Farinatti, 1999; Zarth, 1997.

<sup>122</sup> APERS – Livro de Registros Paroquiais de Terras, Conceição do Arroio (1855-1864). João Antônio da Silva (fl. 5v), Caetano Rodrigues Pereira (fl. 68 r/v), Custódia Maria Caetano (fl. 72 r/v) e Irineu Silva Ferreira (fl. 82 r/v) possuíam terras em Agupapés; Maria Jacinta (f. 46r), Luciano Gonçalves de Athaltes (fl. 74 r) e José Coelho da Costa (fl. 92v) na “costa do Morro Alto”; Felisberto Antônio Machado no “Casco do Morro Alto” (fl. 71r/v); Manuel Desidério de Souza no “Potreiro” e na “Sesmaria do Jaguarão” (fls. 77v-78r); Inácia Maria Rodrigues na “Pinguela” (fl. 78r).

Alguns exemplos particularmente interessantes saltam aos olhos. Manuel Desidério de Sousa declarou possuir uma quinta parte de pântanos, tendo a Lagoa da Casa de Telhas (Lagoa dos Quadros) como frente, e as terras de Manuel Marques da Rosa ao fundo.<sup>123</sup> A sua situação fundiária indica que, espremido entre terras de Manuel Marques da Rosa e as da lagoa, tratava-se de uma espécie de agregado da família.<sup>124</sup> Uma tentativa de medição das terras de Morro Alto em 1893 (sobre a qual discorreremos posteriormente) atesta a permanência neste ano no interior da fazenda da família Desidério de Sousa.<sup>125</sup> Manuel Desidério de Souza faleceu em 1898 com o monte-mor de 490\$000 réis.<sup>126</sup> Apesar da sua pauperização, a situação de dependência e fidelidade em relação à família Marques permitiu que constasse dentre os declarantes de terras em 1856. Ainda hoje em dia, reside à margem da Lagoa do Ramalhete, nas proximidades daquelas terras, um senhor da família Desidério, Anadir Desidério da Silva.

A família Coelho da Costa era mais bem aquinhoadada do que Desidério, mas nem por isso menos dependente da família Marques. Sucessores da viúva Luciana de Assunção na propriedade da Fazenda de Aguapés, os Coelho da Costa eram vizinhos de Manuel Antônio Marques e Joaquina Maria Marques.<sup>127</sup> As declarações de terras de José Coelho da Costa têm a assinatura do major João Antônio Marques – irmão e filho de seus vizinhos. O estudo dos livros de batismo de Osório evidencia que esta família era proprietária de cativos.<sup>128</sup> O patrimônio de José Coelho da Costa, ao fim de sua vida, em 1867, era a quantia de 5.353\$250 réis. Todavia, ele possuía uma dívida passiva de 387\$160 réis com o major João Antônio Marques. A rigor, esta dívida correspondia a 7,23% do seu patrimônio. No entanto, existiam onze herdeiros para dividir sua fortuna, dos quais um foi considerado demente. Na partilha que então se efetuou, coube a cada herdeiro uma quantia inferior à devida ao major João Antônio Marques – 375\$054

---

<sup>123</sup> APERS – Livro de Registros Paroquiais de Terras, Conceição do Arroio (1855-1864) fls. 77v-78r.

<sup>124</sup> De acordo com Ciro Flamarion Cardoso, a concentração dos principais recursos econômicos por parte de fazendeiros permitia-lhes o controle sobre a mão-de-obra através das formas listadas a seguir: “os trabalhadores sem-terra têm que entrar em acordo com o fazendeiro ou seus representantes, tornando-se *peones acasillados* ou arrendatários que fornecem mão-de-obra adicional (trabalho permanente), e os trabalhadores com meios de produção insuficientes (minifundistas, Índios das comunidades) devem empregar-se como mão-de-obra ocasional ou estacional (trabalho eventual); 2) de mecanismos de endividamento, como o armazém da fazenda (tiempo de raya); 3) de circunstâncias legais ou ilegais da organização do poder que permitem exercer, em graus diversos, alguma forma de coação extraeconômica sobre os trabalhadores”. Cardoso, 1979, p. 69-71.

<sup>125</sup> Auto de medição de Maria Bernarda Marques. APERS – Osório – 1893 – Cartório de Civil e Crime – Maço 4 – Auto 199 – Estante 159 – fl. 4.

<sup>126</sup> APERS – Inventário de Manuel Desidério de Sousa, 1898, Cartório de Órfãos e Ausentes, Conceição do Arroio – Auto 790 – Maço 25 – Estante 159.

<sup>127</sup> APERS – Livro de Registros Paroquiais de Terras, Conceição do Arroio (1855-1864) fl. 92v.

<sup>128</sup> Entre 1814-1841, a família Coelho batizou 4 escravos; entre 1841-1860, 8 cativos (CHF/Mórmons, rolo 75 – Primeiro e Segundo livros de batismos de Escravos de Conceição do Arroio); entre 1861-1868, a família Coelho batizou 6 escravos (Arquivo da Cúria Diocesana de Osório, 3o livro de Batismos de Escravos de Conceição do Arroio). Em seu inventário, de 1867, José Coelho da Costa era proprietário de sete cativos. APERS – Inventário de José Coelho da Costa – 1867 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Conceição do Arroio, Auto 103 – Maço 4 – Estante 159.

réis.<sup>129</sup> A família Coelho da Costa via-se, portanto, em uma situação ambígua: a uma só vez como dona de terras e escravos na região e, simultaneamente, com evidentes vínculos de subordinação em relação aos Marques.

Esta dependência, expressa particularmente em relação ao major João Antônio Marques talvez se devesse à desconfortável situação da família Coelho da Costa, que era, como veremos, vizinha de um quilombo, o que a colocava na necessidade de um suporte militar. Em 1893, em uma malfadada tentativa de medir a fazenda do Morro Alto, Bernardino Coelho da Costa, filho de José, teve explicitada esta dupla situação – o mesmo aparece como “agregado que se acha dentro da fazenda”, contudo com a ressalva de que era possuidor de “cultura própria e casas e engenhos”.<sup>130</sup>

Também aparece nestes registros o “preto Gonçalo”, porém apenas como limítrofe, ao norte, de terras que Isabel Maria Osório possuía na Costa do Morro Alto<sup>131</sup> – pela localização das mesmas, pode-se inferir que Gonçalo estava arranchado na porção setentrional da fazenda. É impossível saber se o Gonçalo que em 1856 encontrava-se nesta região é o mesmo que estava em 1813 em Aguapés; porém este registro torna claro o caráter excludente da lei de terras de 1850. Seja por desconhecimento, pressão contrária por parte da família Marques ou quaisquer outros motivos, Gonçalo não registrou suas terras e só legou uma referência escrita à posteridade como lindeiro das terras de Isabel Maria Osório.

Evidencia-se, também o processo descrito por Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva: coube aos pequenos produtores “o papel de ocupar a terra, desbravando-a e povoando-a, de modo a cumprir as tarefas que lhes forem sendo, gradativamente, exigidas.” Uma vez tendo cumprido esse papel, eles foram sendo seguidamente expulsos para mais adiante na fronteira agrícola, abrindo novos territórios, e cedendo lugar às grandes propriedades.<sup>132</sup>

Não sabemos se o Gonçalo de Aguapés, em 1813, era o mesmo Gonçalo que em 1856 estava no Espreado. Também é evidente que uma área de ocupação antiga como a que estudamos, não poderia ser considerada uma fronteira agrícola. Mas não podemos deixar de notar a existência de uma rota de expulsão – ou de fuga – de “Gonçalos”, já que os mesmos aparecem sempre na periferia do território dos Marques. A partir do núcleo de Morro Alto, a família estudada expandiu-se rumo a Aguapés, de onde desapareceu qualquer vestígio documental sobre a presença de Gonçalo, que ali estava em 1813. Quarenta anos mais tarde, pessoa de mesmo nome se encontrava na borda setentrional da Fazenda do Morro Alto. Diante de tais evidências, pensamos que a expansão do território por parte da família estudada não foi “mansa e pacífica”: o poder militar e a condição de grandes proprietários escravistas lhes colocava a possibilidade de expulsão de posseiros e pequenos agricultores, ou quaisquer outros ocupantes prévios das terras, negros ou não-negros.

---

<sup>129</sup> APERS – Inventário de José Coelho da Costa – 1867 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Conceição do Arroio – Auto 103 – Maço 4 – Estante 159.

<sup>130</sup> Auto de medição de Maria Bernarda Marques. APERS – Osório – 1893 – Cartório de Civil e Crime – Maço 4 – Auto 199 – Estante 159 – fl. 4.

<sup>131</sup> APERS – Livro de registros paroquiais de terras, Conceição do Arroio, 1855-1864. fl. 35 r/v

<sup>132</sup> Linhares; Silva, 1981, p. 119

Supõe-se que, assim como Gonçalves, muitos outros negros livres e pequenos proprietários ficaram à margem da regularização fundiária que então se tentava operar. É importante observar que, de acordo com os registros paroquiais, os limites a leste das terras no Espirado e no Ribeirão resumem-se a pântanos e campos, e não os campos da mesma família no Borba que, como já vimos, também possuíam contornos imprecisos.<sup>133</sup> Pode-se inferir que estas terras seriam ocupadas por outros “Gonçalos”, cuja presença foi omitida pelos declarantes do registro paroquial de terras. Fontes documentais desta natureza foram produzidas no contexto de relações de força, permanecendo diversos sujeitos sociais invisíveis perante elas. Particularmente aqueles que se dedicavam à subsistência e cuja presença no território pautava-se pela garantia de possibilidade de acesso à terra, e não pela preocupação com a formalização oficial de sua posse se viram nesta situação.

Os informantes Ildo Fortes e Ermenegildo Manuel da Silva, ao apontar a região entre o Borba e Ribeirão do alto do Espigão do Ribeirão reforçam esta idéia quando definem o espaço em questão como uma área *livre*:

Ildo – A área, a área toda essa área aqui ó até a lagoa lá era tudo área considerada, inclusive o meu, o meu avô na lagoa do Borba ali ele chega, aquele terreno lá é de herança que ele deixou pros neto, pros filho.

Entrevistador – Ali na lagoa do Borba.

Ildo – Lagoa do Borba, e aqui onde entra os Marques, os Medeiros, aqui ó, era tudo dele que ele criava gado por tudo aqui.

Entrevistador – Até onde Sr. Ildo?

Ildo – Até essa divisa aqui, ó.

Ermenegildo – Na cerca, à esquerda. Bem mais pra cá. Nesse alinhamento ali, era tudo livre, dali pra cá pro lado do, do Borba, da Lagoa do Ramallete.<sup>134</sup>

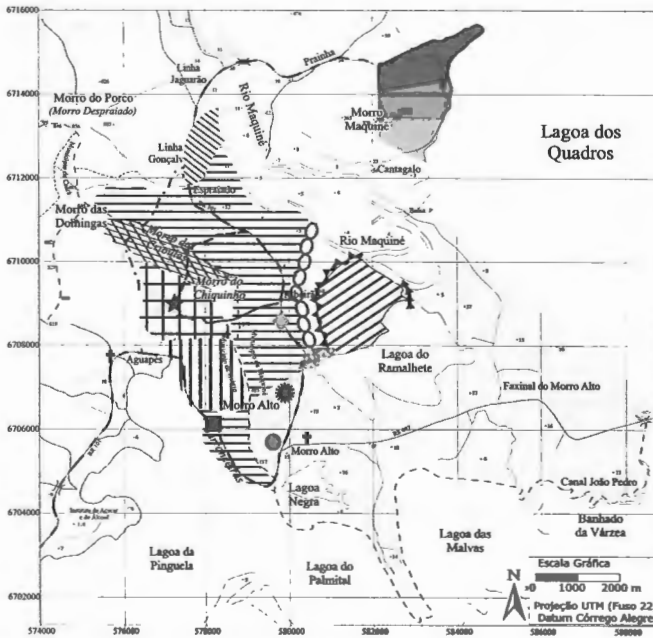
Em síntese, esta análise da situação fundiária da Fazenda do Morro Alto em meados do século XIX aponta para um aspecto fundamental – ainda que majoritariamente submetidos à escravidão, as experiências negras no litoral norte não se resumiam a um cativo que os excluísse da ocupação e da posse territorial.

---

<sup>133</sup> APERS, Registros paroquiais de terras, Conceição do Arroio, 1855-1864, fl. 34v-35v.

<sup>134</sup> Entrevista com os senhores Ildo Fortes e Ermenegildo Manuel da Silva, no Espigão (Ribeirão) em 12/3/2002, realizada por Rodrigo Weimer. Adiles Jesus dos Santos e Edite Forte ressaltaram o uso comum que aquelas terras tinham. Entrevista com dona Adile Jesus dos Santos e Nelson Santos Silva em Osório no dia 29/10/2001, realizada por Marcelo Vianna e Cíntia Müller. Entrevista com Anadir Desidério da Silva e Edite Forte, junto às margens da lagoa do Borba, no dia 14/10/2001, realizada por Cíntia Müller, Arnaldo Santos e Mariana Fernandes.

# MAPA 1



## Processo de Ocupações das terras da fazenda do Morro Alto e de Aguapés (século XIX)

### Legenda:

#### 1. Terras localizadas com maior precisão

□ Terras concedidas como data à família Paim de Andrade em 1796 e vendidas à sociedade existente entre Manuel Nunes da Silveira, José Marques da Rosa e Bernardo Marques da Rosa em 1806

■ Terras concedidas a Pedro Machado de Borba em 1819, e apropriadas por Manuel Marques da Rosa através de casamento com sua viúva

■ Terras concedidas a Alexandre José Machado em 1819, que posteriormente figuram em inventários da família Marques

■ Terras concedidas em 1819 a Inácio José de Araújo

#### 2. Terras de localização imprecisa

▨ Terras do Borba, anteriormente pertencentes a Manuel Machado de Borba e posteriormente declaradas por Isabel Maria Osório e Bernardo Marques da Rosa como suas

□ Outras terras declaradas pelas famílias estudadas no registro paroquial de terras ou em inventários

▨ Localização provável das terras do "preto Gonçalo"

□ Terras de Maria Jacinta e de José Coelho da Costa

▨ Terras adquiridas entre 1809 e 1813 por João Antônio Alves, posteriormente casado com Joaquina Maria Marques

#### 3. Localização aproximada de referências limítrofes das áreas

▨ Sangradouro que liga a Lagoa do Ramallete ao braço morto do Rio Tramandai

● Uma palmeira no espigão do Morro Alto

▨ Um pântano

▨ Divisas naturais, lagoas, rios e sangradouros

#### 4. Localização de casas-grandes e suas senzalas

● Casa de Isabel Maria Osório

■ Casa de Bernardo Marques da Rosa

★ Casa de Joaquina Maria Marques

◆ Casa de Manuel Antônio Marques

#### 5. Quilombos e Trilhas

▨ Localização do Quilombo de Aguapés

▨ Rotas utilizadas pelos escravos para

travessia dos morros, interligando senzalas e quilombo

#### Convenções cartográficas:

##### Feições de Origem Fluvial

▨ Lacustrina

▨ Lagoa

▨ Curso d'água

▨ Estrada - BR 101/RS 407

▨ Caminho

▨ Ponte

▨ Curva de nível - Equidistância de 50 metros

▨ Ponto Cotado

##### Toponímias

▨ Toponímia Oficial (Normal)

▨ Toponímia Local (Ídílico)

##### Outros

▨ Limite Municipal

▨ Cemitério

Base cartográfica: mapa montado por Rodrigo Azevedo Weimer a partir do mapa de referências históricas e culturais da Comunidade, feito por Nina Simone Fujimoto e Rodrigo A. Weimer.

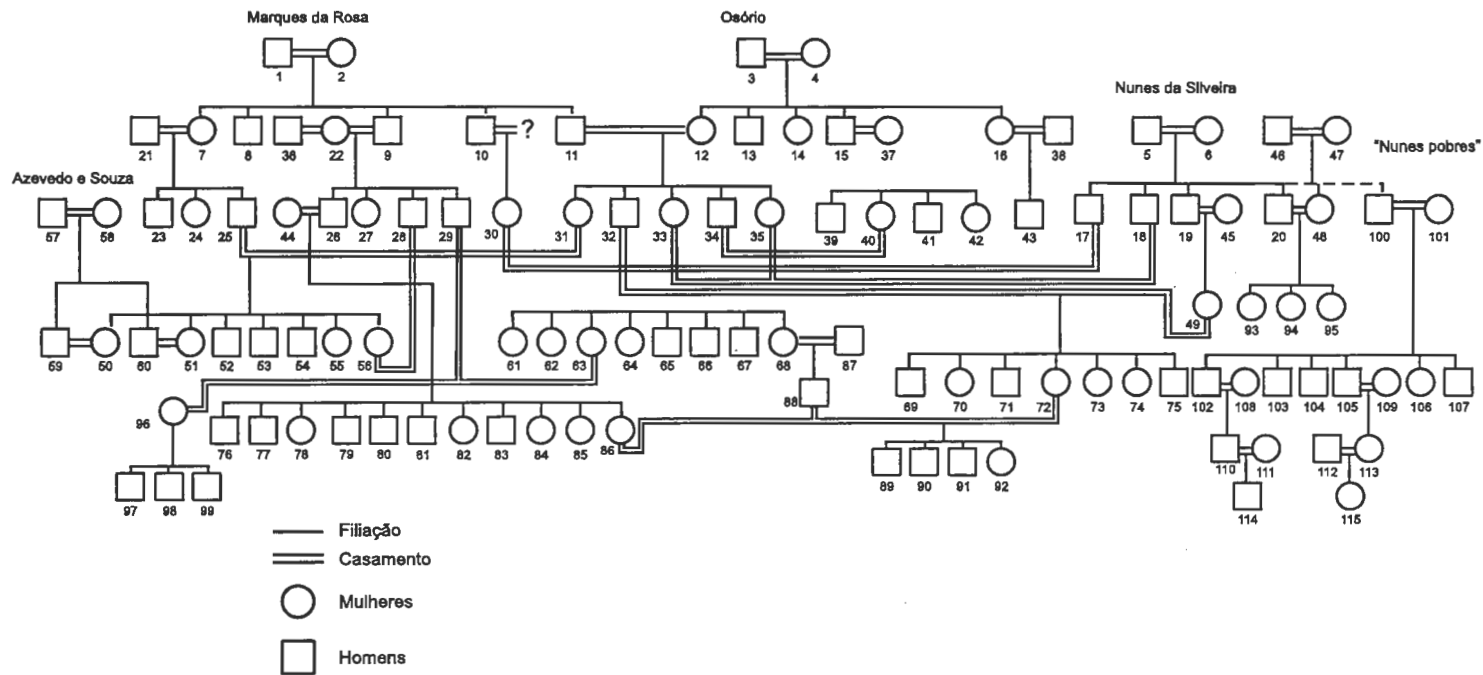
Fontes: inventário *post-mortem* (APERGS), registros paroquiais de terras (APERGS), dados de campo, mapas coletados na Divisão de Terras Públicas (Torres).

Projeto Comunidades Remanescentes de Quilombos – Morro Alto/RS.



# GRÁFICO GENEALÓGICO 1

## FAMÍLIAS MARQUES DA ROSA, OSÓRIO E NUNES DA SILVEIRA



Fontes: Inventários *post mortem* (APERGS), registros de batismo e casamento.

1. Pascoal Marques da Rosa, natural dos Açores
2. Ana Marques de Jesus, natural de Conceição da Lagoa, Santa Catarina
3. Tomás José Luiz Osório, falecido em 1815
4. Rosa Joaquina da Souza, nascida em Rio Grande
5. Manuel Nunes da Silveira, falecido em 1841
6. Maria Clara Marques
7. Joaquina Maria Marques, faleceu em 1872
8. Antônio Marques da Rosa
9. Manuel Marques da Rosa, faleceu em 1877, nascido em SC
10. Bernardo Marques da Rosa, faleceu em 1858
11. José Marques da Rosa
12. Isabel Maria Osório, faleceu em 1867
13. Bernardino
14. Laura
15. Firmiano Luiz Osório, faleceu em 1872
16. Ana Joaquina
17. José Nunes da Silveira, faleceu em 1853
18. Ponciano Nunes da Silveira, faleceu em 1867
19. Marcelino Nunes da Silveira
20. Manuel Nunes da Silveira Filho
21. João Antônio Alves, nasceu em Santa Catarina, faleceu em 1841
22. Fabiana Maria Rosa
23. João Antônio Marques (1825-1881)
24. Maria Joaquina Marques, faleceu em 1876
25. Manuel Antônio Marques, faleceu em 1886
26. Antônio Marques da Rosa (1833-1913)
27. Maria Marques da Rosa, nasceu em 1839
28. José Marques da Rosa Sobrinho (1837-1905)
29. Manuel Marques da Rosa Filho (1844-1913)
30. Maria Bernarda Marques, faleceu em 1896
31. Maria Osório Marques, faleceu em 1858
32. Pascoal Osório Marques, nasceu em 1830
33. Ana Osório Marques, faleceu em 1859
34. Tomás Osório Marques, nasceu em 1832
35. Rosa Osório Marques (1827-1887)
36. Pedro Machado de Borba
37. Joaquina Francisca da Terra
38. Manuel Luís da Silva Borges, nasceu em 1777
39. Bernardino da Terra Osório, faleceu em 1876
40. Ana Maria Osório (1834-1926)
41. Manuel da Terra Osório
42. Josefa Maria Osório, faleceu em 1903
43. Manuel Luís Osório (Marquês do Herval, General Osório) (1808-1879)
44. Joaquina Osório Marques da Rosa
45. Bernardina Joaquina Osório
46. Vicente Luís Ferreira
47. Joaquina Rosa de Jesus
48. Maria Joaquina de Jesus
49. Ana Osório Nunes, nasceu em 1850
50. Ana Osório Marques, nasceu em 1853
51. Isabel Osório Marques, nasceu em 1849
52. João Osório Marques (1843-1897)
53. Manuel Osório Marques, nasceu em 1847
54. José Osório Marques (1854-1927)
55. Maria Osório Marques (1858-1859)
56. Rosa Osório Marques Sobrinha (1844-1885)
57. Joaquim de Azevedo e Souza
58. Francisca Cândida da Anunciação
59. Joaquim de Azevedo e Souza Filho
60. Antônio de Azevedo e Souza
61. Ana Marques da Silveira
62. Vitória Marques da Silveira
63. Joaquina Marques da Silveira
64. Genoveva Marques da Silveira
65. Sebastião Marques da Silveira
66. Manuel Marques da Silveira
67. Bernardino Marques da Silveira
68. Clara Marques da Silveira (1834-1904)
69. José Marques Osório, nasceu em 1871
70. Maria Magdalena, nasceu em 1872
71. Marcelino, nasceu em 1874
72. Isabel (1878-1921)
73. Bernardina, nasceu em 1880
74. Joaquina, nasceu em 1882
75. Pascoal, nasceu em 1883
76. Norberto Osório Marques, nasceu em 1885
77. Antônio Osório Marques da Rosa, nasceu em 1887
78. Luciana Osório Marques (1893-1969)

79. Manuel Osório Marques da Rosa, nasceu em 1889
80. Álvaro Osório Marques, nasceu em 1891
81. Otaviano Osório Marques, nasceu em 1892
82. Antonieta Osório Marques, nasceu em 1896
83. Olímpio Osório Marques, nasceu em 1899
84. Albertina Osório Marques, nasceu em 1901
85. Amélia Osório Marques, nasceu em 1903
86. Júlia Osório Marques (1883-1958)
87. João Machado Ramos, faleceu em 1882
88. Manuel Marques Machado (1877-1950)
89. Romário Marques Machado (1901-1974)
90. João Marques Machado, nasceu em 1906
91. Osvaldo Marques Machado, nasceu em 1907
92. Alice Marques Machado, nasceu em 1911
93. Rosa, nasceu em 1843
94. Maria, nasceu em 1838
95. Genoveva, nasceu em 1840
96. Augusta Conceição de Oliveira Marques, nasceu em 1887
97. Protásio Marques da Rosa, nasceu em 1909
98. Alberto, nasceu em 1912
99. Manuel, nasceu em 1911
100. José Nunes da Silveira, faleceu em 1869
101. Florisbela Maria Rosa
102. Manuel Nunes da Silveira (1855-1888)
103. José Nunes da Silveira nasceu em 1855
104. Antônio Nunes da Silveira, nasceu em 1856
105. João Nunes da Silveira, nasceu em 1861
106. Cândida Nunes da Silveira, nasceu em 1865
107. Pedro Nunes da Silveira, nasceu em 1868
108. Reginalda, escrava da senzala dos Marques
109. Amândia Serafina da Silva
110. Manuel Antônio da Silva
111. Erondina Maria da Conceição
112. Caetano Barcelo dos Anjos
113. Arnestina Nunes da Silveira
114. Antônio “Neca” Nunes da Silva, nasceu em 1930
115. Oflíia dos Anjos Mittman, nasceu em 1917

---

#### Observações:

Sócios originais na aquisição da Fazenda do Morro Alto: 10, 11, 5

Legaram terras para seus ex-escravos: 24, 35, 42

Inventários/testamentos analisados: 5, 7, 9, 10, 12, 15, 17, 18, 21, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 39, 42, 52, 54, 56, 68, 72, 88, 89, 100, 102

Entrevistas realizadas: 114, 115

Rosa Osório Marques – legou terras em testamento: 35

“Zé Marques da cria” – não entregou a herança legada por Rosa Osório Marques: 54

“Manduca Marques”: 25

Maria Bernarda Marques: 30

Morto por seu escravo: 87

Apontados pela comunidade como expropriadores “não gosto de nego”: 88, 89

Protásio Marques da Rosa – no “tempo da reforma agrária”, abrigou os acampados em sua fazenda: 97

### 1.1.6 Anexo fotográfico



Luzia Vitalina e João Maria, avó e avô de muitas pessoas na comunidade. Luzia nasceu “de ventre livre”, no dia 2/3/1882. Sua mãe, Vitalina, era escrava de Manuel Antônio Marques, costureira, e foi referida como índia por nossos informantes. Foto gentilmente cedida pelo Sr. Antônio Carlos dos Santos.

## 1.2. MUITO NEGRO LITORAL NORTE: O CATIVEIRO E ALÉM

“Nós somos descendentes de escravos, nós vamos recuperar muita coisa...”<sup>135</sup>

Conceição do Arroio foi, ao longo do século XIX, uma das regiões da Província do Rio Grande do Sul de maior população negra. A presença da escravidão foi muito significativa, o que se explica, em parte, por ser a exploração da lavoura canavieira uma das principais atividades produtivas da região.<sup>136</sup> O cultivo e o refinamento de cana-de-açúcar tradicionalmente implicou no dispêndio de mão-de-obra escrava em larga escala.<sup>137</sup> Contudo, as experiências negras no litoral norte não se resumiram ao cativo. Neste capítulo, iremos analisar a situação de escravos e libertos a partir da demografia de Conceição do Arroio, as atividades produtivas ali desenvolvidas, o abastecimento da região com mão-de-obra escrava, e ainda a legislação antiescravista do século XIX.

### POPULAÇÃO CATIVA E LIVRE NO RIO GRANDE DO SUL

Anos		1780	1814	1856	1858 <sup>138</sup>	1859
Rio Grande do Sul	População livre	12821	32300	***	208044	206254
	Pop. escrava	5102	20611	***	71911	70880
	Pop. liberta	***	5399	***	5489	5413
	% escravos	28,46%	29,11%	***	25,19%	25,08%
	% libertos	***	7,64%	***	1,92%	1,91%
	Taxa masculinidade <sup>139</sup> da população livre	110,49	***	***	***	101,15
	Taxa masculinidade da pop. escrava	170,95	***	***	***	124,30
	Taxa masculinidade da pop. liberta	***	***	***	***	95,20

<sup>135</sup> Entrevista com Ildo Forte e Manuel Francisco Antônio no Espreado, Ribeirão e Morro Alto no dia 6/10/2001, realizada por Marcelo Vianna, Miriam Chagas e Rodrigo Weimer.

<sup>136</sup> Laytano, 1945, p. 17. Em sua viagem ao Rio Grande do Sul, Saint-Hilaire passou por um local denominado Sítio do Inácio no dia 9 de junho de 1820, tendo observado que a “cana-de-açúcar aí medra bem, tendo o proprietário do sítio, onde devo pernoitar, hoje, ao que parece, grandes plantações destinadas ao fabrico da aguardente”. Saint-Hilaire, 1974, p. 20. A família Gomes “Mariante”, brancos da Prainha, orgulha-se de Saint-Hilaire ter se hospedado na sua casa, ao viajar pelo Rio Grande do Sul. O Inácio que deu o nome ao Sítio visitado pelo francês certamente é Inácio José de Araújo, proprietário primário da região da Prainha onde estão os Mariante.

<sup>137</sup> Schwartz, 1999, p. 280-334; Ferlini, 1984.

<sup>138</sup> Os dados de 1858 encontram-se subdivididos entre Conceição do Arroio e o distrito de Maquiné.

<sup>139</sup> Denomina-se taxa de masculinidade a correlação entre homens e mulheres. A expressão numérica desta taxa representa o número de homens existente para cada conjunto de 100 mulheres.

## POPULAÇÃO CATIVA E LIVRE EM CONCEIÇÃO DO ARROIO

Anos		1780	1814	1856	1858 <sup>140</sup>	1859
Conceição do Arroio / Maquiné	População livre	259	837	3280	2341 / 982	6457
	Pop. escrava	158	538	1387	964 / 382	2065
	Pop. liberta	***	180	***	43 / 22	114
	% escravos	37,88%	32,64%	29,71%	28,79% / 27,56%	23,91%
	% libertos	***	10,92%	***	1,28% / 1,58%	1,32%
	Taxa masculinidade da população livre	100,77	***	***	***	103,62
	Taxa masculinidade da pop. escrava	187,27	***	***	***	153,99
Taxa masculinidade da pop. liberta	***	***	***	***	78,12	

Fontes: 1780 – Mapa geográfico do Rio Grande de São Pedro, suas freguesias e moradores de ambos os sexos, com declarações das diferentes condições, cidade em que se acham em 7 de outubro de 1780 (BNRJ – 9.4.9. 134) 1814-1859 – Fundação de Economia e Estatística, 1981.

É necessário tomar alguns cuidados na análise destes mapas populacionais. Trata-se de uma época pré-estatística, nas quais os dados de caráter quantitativo não possuem precisão matemática. Percebe-se que a população negra está sub-representada. Como veremos, na região analisada foram diversas as fugas e insurreições escravas. Evidentemente, negros foragidos não eram contemplados nas contagens oficiais.

Evidencia-se, a partir do quadro apresentado, que em finais do século XVIII e primeira metade do século XIX, a mão-de-obra escrava esteve representada em Conceição do Arroio em uma proporção superior à do restante do Rio Grande do Sul. Também o índice de masculinidade da população servil verificado nesta freguesia é superior ao dos cativos do restante da província no período analisado. Essa especificidade da região em questão está relacionada à montagem da lavoura de cana-de-açúcar. Por exigir maior quantidade de mão-de-obra escrava, esta freguesia possuía padrões populacionais semelhantes aos de uma economia de *plantation*.

Esta situação se modificou apenas no fim da década de 1850, com o fim do tráfico negreiro. Geralmente, aponta-se as seguintes consequências da escassez do abastecimento de cativos africanos: uma intensificação do tráfico interprovincial, e intra-regional, de escravos; diminuição das taxas de masculinidade e de africanidade da população em questão; aumento no preço e concentração social da propriedade escrava.<sup>141</sup>

Os efeitos do fim do tráfico negreiro são perceptíveis através dos dados analisados. A percentagem da população escrava em Conceição do Arroio, no final da década de 1850, era, pela primeira vez, menos baixa do que no conjunto da província. Deduz-se que a freguesia estava perdendo braços cativos para regiões mais poderosas politicamente e mais prósperas do ponto de vista econômico. Também os dados relativos aos libertos evidenciavam esta situação: se em 1814 correspondiam a mais de 10% da população da freguesia, em 1858 não chegavam a 2% dos habitantes de Conceição do Arroio ou do distrito de Maquiné. Diante da expectativa de dificuldades para o abastecimento de escravos, seus proprietários encontravam-se mais reticentes em conceder-lhes a alforria.

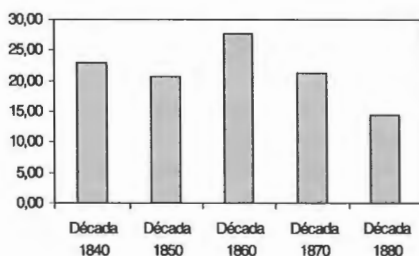
<sup>140</sup> Os dados de 1858 encontram-se subdivididos entre Conceição do Arroio e o distrito de Maquiné.

<sup>141</sup> Castro, 1982; Castro, 1998.

Certamente, não eram os grandes proprietários que estavam perdendo os seus escravos, e sim os pequenos. A análise dos inventários das famílias estudadas demonstra que a diminuição do tamanho de seus plantéis foi inferior à diminuição do conjunto da população escrava na freguesia – na década de 1860 há, inclusive, um aumento decorrente da concentração social da propriedade escrava,<sup>142</sup> diminuindo de forma mais significativa apenas na década de 1880, como consequência da campanha emancipacionista, e não do fim do tráfico negroiro:

Década	Número total de escravos	Número de inventários	Número médio de escravos por inventário
Década 1840	46	2	23,00
Década 1850	62	3	20,67
Década 1860	111	4	27,75
Década 1870	106	5	21,20
Década 1880	58	4	14,50

#### TAMANHO MÉDIO DOS PLANTÉIS – ESCRAVOS DAS FAMÍLIAS MARQUES, NUNES, OSÓRIO



Fonte: 18 inventários *post mortem* das famílias Marques, Nunes e Osório (APERGS).

Outro ponto que chama atenção é que no pós-1850, as mulheres predominam na população liberta, tanto no conjunto da província como – ainda mais – em Conceição do Arroio. Em um momento de difícil abastecimento de braços escravos, foi uma estratégia privilegiar, nas alforrias, as mulheres, e manter os homens na escravidão. Finalmente, observa-se que, ainda que em 1859 os cativos em Conceição do Arroio estivessem em uma proporção inferior à do conjunto do Rio Grande do Sul, sua taxa de masculinidade era

<sup>142</sup> Temos um exemplo significativo no inventário de Manuel Antônio Marques. Realizado em 1886, a ele foi anexada a lista de matrículas dos seus escravos realizada em 1872, e um minucioso levantamento de nascimentos e compras neste ínterim. No primeiro momento, ele era proprietário de 30 escravos. Em 1882, herdou dois escravos de seu irmão João Antônio Marques; em 1885 alforriaria outros dois, mas adquirira uma preta a Amâncio Alves de Negreiros. Além disso, nasceram seis crianças depois da lei do ventre livre, e os serviços dos que sobreviveram à elevada mortalidade infantil foram declarados por ele em inventário. Entre 1872 e 1886, “Manduca” não vendeu um escravo sequer. APERS – Inventário de Manuel Antônio Marques – Osório – 1886 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 25 – Auto 797 – Estante 159.

mais elevada do que no conjunto da província. O trabalho nos canaviais, alambiques e atafonas de Conceição do Arroio seguia sendo basicamente masculino.

Na Fazenda do Morro Alto, produzia-se cana-de-açúcar como no restante da freguesia. De acordo com Fernando Henrique Cardoso, a prosperidade da produção agrícola no Rio Grande do Sul dependia fundamentalmente das possibilidades de acesso à mão-de-obra escrava nas pequenas propriedades, onde esta era praticada.<sup>143</sup> No entanto, Helen Osório demonstrou em sua tese de doutoramento o equívoco desta tese: a partir da análise de inventários do século XVIII, constata-se a importância da agricultura também nas grandes estâncias, assim como a utilização de mão-de-obra escrava para tal intuito.<sup>144</sup> Encontramos, na análise dos inventários da família Marques, diversas benfeitorias destinadas à lavoura. José Nunes da Silveira era proprietário de casa de engenho, assim como Isabel Maria Osório, Manuel Marques da Rosa, Maria Joaquina Marques, Manuel Antônio Marques, Maria Bernarda Marques e João Osório Marques,<sup>145</sup> cuja destinação era o refino da cana-de-açúcar.

Também atafonas e alambiques constam dentre as benfeitorias de propriedade desta família, tendo as primeiras como finalidade o processamento da farinha e as segundas a produção de aguardente. Estendiam-se por todo território da Fazenda de Morro Alto equipamentos destinados ao processamento de cana-de-açúcar ou de farinha de mandioca. Algumas pessoas entrevistadas na comunidade referem-se a tais engenhos, bem como os sofrimentos de que padeciam os escravos no seu trabalho:

Manuel – Coitado dos negros, a senhora ainda viu, trabalharam no engenho, trabalharam lá assim, bota o cara no engenho, apanhava que nem boi.<sup>146</sup>

Sebastião – Casa antiga tinha aqui no Ildo, e ali naquela lomba onde tinha um engenho, um alambique, um engenho de açúcar. [...] Aí os escravo vieram, três [...] lá onde faz o açúcar né, o nego, um neguinho de cabecinha cumprida, neguinho fino assim, né [...]. Aí quando chegou saiu andando com ele, né, foi lá no engenho, saiu andando lá pra cá o nego véio assim, quando ele pegou assim o neguinho, tava o forno fervendo, ele pegou assim e pá, tocou o nego naquele forno, já queimou ele, ele se foi. E veio o outro e matou os dois, e o outro agarrou dá no pé. Veio embora, quem matou os dois dentro do forno de açúcar fervendo.<sup>147</sup>

---

<sup>143</sup> Cardoso, 1972, p. 471-505. Para o autor, contudo, o lugar, por excelência, da escravidão no Rio Grande do Sul era a produção de charque.

<sup>144</sup> Osório, 1999, p. 130-148.

<sup>145</sup> APERS – Inventário de Isabel Maria Osório – Osório – 1867 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 4 – Auto 99 – Estante 159; APERS – Inventário de José Nunes da Silveira – Osório – 1869 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 4 – Auto 127 – Estante 159; APERS – Inventário de Manuel Marques da Rosa – Osório – 1877 – Cartório de Civil e Crime – Maço 2 – Auto 78 – Estante 159 – APERS – Inventário de Maria Joaquina Marques – Osório – 1876 – Cartório da Provedoria – Maço 1 – Auto 22 – Estante 159 – APERS – Inventário de Manuel Antônio Marques – Osório – 1886 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 25 – Auto 797 – Estante 159 – APERS – Inventário de Maria Bernarda Marques – Osório – 1896 – Cartório de Civil e Crime – Maço 3 – Auto 145 – Estante 159 – APERS – Inventário de João Osório Marques – Viamão – 1897 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 8 – Auto 204 – Estante 159.

<sup>146</sup> Entrevista realizada com Manuel Francisco Antônio em Morro Alto em 13/9/2001, por Miriam Chagas e Paulo Moreira.

<sup>147</sup> Entrevista com dona Ângela Reginalda de Souza, Maria Rosa Rodrigues e o Sr. Sebastião Souza Rosa, nas Barranceiras no dia 19/10/2001, realizada por Mariana Fernandes, Cíntia Müller e Rodrigo Weimer.



Sebastião – Foi lá para a Faxina. Lá tinha capão de farinha. Aqui tinha de açúcar.<sup>148</sup>

Em anexo ao inventário de Manuel Antônio Marques existe a lista de matrículas de seus escravos, pela qual se esclarece a especialização de cada um. Em 1872, este senhor possuía 30 escravos, dos quais 18 homens e 12 mulheres. Todos os escravos do sexo masculino ali listados foram considerados lavradores, enquanto as mulheres dividiam-se em ofícios tais como duas engomadeiras, uma cozinheira, quatro costureiras e três lavradoras. Se excetuarmos duas crianças recém-nascidas, incapazes de quaisquer serviços, temos que 75% da mão-de-obra escrava produtiva de que dispunha este senhor dedicava-se à lavoura.<sup>149</sup>

Não apenas na produção canavieira trabalhavam, porém, os escravos em Conceição do Arroio ou na Fazenda do Morro Alto. Esta unidade produtiva também possuía terrenos destinados à criação de animais, especialmente na sua porção oriental, denominada de Faxinais do Morro Alto.<sup>150</sup> Durante muito tempo deu-se grande ênfase às charqueadas como locus por excelência da escravidão no Rio Grande do Sul, sem haver, contudo, um direcionamento do olhar para outras atividades produtivas desempenhadas pelos escravos.<sup>151</sup> Décio Freitas, defensor da peculiar tese segundo a qual o Rio Grande do Sul do século XVIII já seria capitalista, afirmava não ser utilizada a mão-de-obra escrava nas atividades pecuárias, dado que a vigilância para impedir que os mesmos fugissem seria antieconômica.<sup>152</sup>

Mário Maestri, por sua vez, com base na mesma argumentação, observou que a escravidão nas atividades pecuárias teria sido “fortuita”, sendo os cativos direcionados, prioritariamente, a atividades agrícolas.<sup>153</sup> Porém, com base na análise de censos populacionais e de inventários e testamentos, respectivamente, Paulo Zarth e Helen Osório demonstraram o equívoco de tal assertiva: o primeiro demonstrou a elevada incidência da população escrava em municípios de atividade prioritariamente criatória,<sup>154</sup> enquanto

---

<sup>148</sup> Entrevista com Sebastião Souza Rosa em Aguapé, no dia 6/12/2001, realizada por Paulo Moreira e Rodrigo Weimer. Posteriormente, Sebastião generalizou a presença de engenhos e atafonas para todas as casas de senhor. Entrevista dado por Sebastião Souza Rosa em 3/2/2002, no trajeto entre Ribeirão e Aguapé, para Miriam Chagas e Daisy Barcellos.

<sup>149</sup> APERS – Inventário de Manuel Antônio Marques – Osório – 1886 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 25 – Auto 797 – Estante 159.

<sup>150</sup> Saint-Hilaire (1974, p. 20), ao passar pelo “Sítio do Inácio”, visitou a palhoça de um negro velho, que ali estava encarregado de cuidar do gado de seu patrão. O viajante foi informado por este que a prática usual na região era a de criar gado nas margens orientais das lagoas e plantar nas margens ocidentais, cobertas de mata. Saint-Hilaire constatou por seus próprios olhos ser este o padrão de utilização da terra por ali. No caso da Fazenda do Morro Alto temos a mesma percepção, já que a criação de animais concentrava-se nos Faxinais do Morro Alto, a leste da lagoa do Ramallete.

<sup>151</sup> Cardoso, 1972.

<sup>152</sup> Freitas, 1980, p. 35.

<sup>153</sup> Maestri, 1984, p. 50-53. Em texto mais recente, ainda que admita a importância do trabalho escravo na pecuária, Maestri reafirma tais posições, observando: “Mesmo quando o escravismo pastoril assumia conteúdos patriarcais, era perigoso enviar ao trabalho um cativo montado, sem vigilância, sobretudo próximo às fronteiras. O africano não conhecia o pastoreio extensivo: muitos, sequer, conheciam o cavalo. O trabalho pastoril era pouco penoso. Havia aparentemente população livre e pobre capaz de trabalhar nessas lides” (Maestri, 2002).

<sup>154</sup> Zarth, 1994, p. 135-184.

a segunda constatou não apenas a utilização da mão-de-obra escrava em atividades pecuárias, mas também a importância decisiva dos escravos campeiros.<sup>155</sup>

Infelizmente, os inventários analisados raramente referem as especializações dos cativos avaliados. Uma exceção valiosa é a do inventário de Manuel Marques da Rosa, datado de 1877. Nele, figuram 24 escravos e 16 escravas. A única profissão referida é a de escravos campeiros: 9 do total, dos quais todos são crioulos. A significativa proporção de 37,5% da mão-de-obra masculina era de campeiros. Como muitos dos demais eram de baixo valor, supomos tratar-se de idosos, crianças, ou escravos com problemas físicos. Se considerarmos apenas a população que possuía idade e condições produtivas, esta proporção será ainda superior. Mais do que isso, tratava-se de tarefa dedicada aos escravos já nascidos no Brasil, que portanto, assistiram, conheceram e participaram das lides pecuárias desde a mais tenra infância. Estes, certamente, conheciam cavalos. Socializados no ambiente da propriedade escravista desde o nascimento, muitos eram escravos de confiança dos seus senhores, com quem podiam ter relações consanguíneas ou de compadrio (ver ponto 1.3). Eram, por isso mesmo, os cativos de valor mais elevado: enquanto em média recebiam avaliações de 466\$667 réis, seus parceiros não especializados eram estimados, em média, por 176\$000 réis, e as escravas, por 293\$437 réis. Em suma, o valor de um campeiro era mais de 165% superior ao de um cativo não especializado.<sup>156</sup>

Durante as atividades de pesquisa de campo, tivemos a oportunidade de entrevistar o senhor Ramão Maria da Silva, morador no Morro Alto. O Sr. Ramão<sup>157</sup> foi criado, até os quinze anos por seu avô, Romão Inácio Marques, que havia sido escravo campeiro de propriedade de Pascoal Osório Marques. Através do relato do Sr. Ramão, pode-se acessar uma rica e detalhada descrição das lides campeiras às quais seu avô dedicava-se:

Ramão – Era escravo...era campeiro, era domador de cavalo... [...] ele quase não tropeava... o gado pouco pra... a vida do meu avô foi braba mesmo... laçando os bois brabo, que só o laço esticava e já voltava pra pegá o nego... já voltava pra pegar a pessoa, o boi... já laço um boi ali na barra, isso ele contava sempre, toda vida... pastando, de noite ele saía pros campo o gado brabo, né... então diz ele que foi indo, que foi indo e os cavalo... nem ruíam pra ele. Quando o gado gira ele teve no meio desse gado e laço um boi... o boi era brabo, o boi esticou o laço lá... vortô e veio, ele abriu o cavalo pra fora, porque o boi vinha atrás do cavalo aí no campo, no laço... abriu o cavalo pra fora e cruzô a cerca. Recebe o golpe lá e volta de novo, ele diz que esse boi brigô tanto, brigô tanto... ele tava sozinho, os outros tavam campeando, uns companheiro, mais uns três, parece que é dois ou três, pros lado e ele abriu a boca a gritar... quando os companheiro chega-

<sup>155</sup> Osório, 1999, p. 137-144. Nesse sentido, Manoelito de Ornellas pode ser considerado um precursor. Ainda que não tenha tido uma maior influência sobre a historiografia estadual, em sua obra já se constata por meio do estudo de inventários a importância de campeiros e domadores escravos (Ornellas, 1976, p. 7).

<sup>156</sup> APERS – Inventário de Manuel Marques da Rosa – Osório – 1877 – Cartório de Civil e Crime – Maço 2 – Auto 78 – Estante 159.

<sup>157</sup> De acordo com seu registro de batismo, Ramão nasceu em 31/8/1901, tendo, portanto, 100 anos na ocasião da entrevista. ACDO, 20º livro de batismos, fl. 6v.

ram que botaram o laço no boi, o cavalo caiu e morreu... É verdade, por nada que o boi não matava o meu avô...<sup>158</sup>

Ao estudar a participação de escravos na produção pecuária dos Campos dos Goitacazes, Sheila de Castro Faria constatou que nas localidades onde isto se dava, era significativa a incidência de famílias escravas. Propôs a tese de que, neste caso, a organização familiar era uma “estratégia satisfatória de coação ao trabalho”.<sup>159</sup> Helen Osório referiu este estudo a fim de corroborar suas conclusões acerca da presença de escravos nas lides pecuárias.<sup>160</sup>

No caso de Romão Inácio Marques, era necessário exercer a tarefa de domar cavalos, e não utilizá-los para fugir: a fuga representaria o abandono de sua mãe, irmãs e irmãos, esposa e filhos, que, certamente, ficariam à mercê de represálias da família Marques pela perda de um escravo campeiro – patrimônio produtivo de significativo valor. Ademais, para que abandonar definitivamente a fazenda – onde encontravam-se enraizadas suas experiências pessoais e sociais – se ao seu lado existia um quilombo, como veremos adiante, espaço por onde poderia transitar e manter experiências de liberdade sem um abandono definitivo da condição cativa ou de seus parentes?<sup>161</sup> Por que se submeter aos riscos da liberdade em uma região distante na qual sofreria um estigma social que poderia, inclusive, acarretar em sua reescravização por parte de terceiros – com os quais não estava familiarizado?<sup>162</sup> Oportunidades para tal não faltaram a Ramão, dado que domava gado na região e nos campos de cima da Serra. Em diversas outras entrevistas, tivemos acesso a narrativas de escravos que tropeavam gado. Nestes casos, simplesmente esta não parece ter sido a melhor alternativa.

A mão-de-obra escrava, portanto, era fundamental para as atividades produtivas desenvolvidas na Fazenda do Morro Alto. Como apontam Manolo Florentino e João Luís Fragozo, até a primeira metade do século XIX, a oferta elástica e de baixo custo de terras, alimentos e mão-de-obra, foram o sustentáculo fundamental da economia colonial.<sup>163</sup> Já vimos como se deu o processo de apropriação de terras por parte da família Marques, restando analisar as formas de abastecimento de braços cativos. De acordo com Manolo Florentino, o tráfico atlântico de escravos era um empreendimento altamente lucrativo, dado que o custo social da produção de cativos era ínfimo, enquanto

---

<sup>158</sup> Entrevista com Ramão Maria da Silva e Maria Inácia da Silva no Morro Alto, no dia 23/11/2001, realizada por Daisy Barcellos, Miriam Chagas e Rodrigo Weimer. Não podemos deixar de pensar que certamente há vinte anos outras pessoas da família do senhor Ramão, e de inúmeras outras famílias afro-descendentes, ainda estavam vivas. Os seus depoimentos e vivências poderiam ter dado contribuições interessantíssimas ao conhecimento histórico a respeito da escravidão. Tais relatos apenas não estão totalmente perdidos porque seguem na memória de seus descendentes, sendo, no entanto, bastante lamentável que até hoje pouquíssimos tenham se preocupado em ouvi-los.

<sup>159</sup> Faria, 1998, p. 328-330.

<sup>160</sup> Osório, 1999, p. 140.

<sup>161</sup> João José Reis e Eduardo Silva categorizam aquilo que eles chamam de fuga-reivindicatória, segundo o qual o que estava em jogo não era um abandono definitivo da condição escrava, mas sim pressionar visando à negociação de condições consideradas mais favoráveis de trabalho e de vida (Reis; Silva, 1999).

<sup>162</sup> Faria, 1998, p. 109-111; p. 135-139.

<sup>163</sup> Fragozo; Florentino, 2001, p. 117.

eram mercadorias extremamente bem cotadas nos portos brasileiros.<sup>164</sup> Uma vez desembarcados no Rio de Janeiro, eram redirecionados para diversas regiões do Brasil, dentre as quais o território meridional era de suma importância.<sup>165</sup>

Através da bibliografia disponível, assim como de fontes documentais diversas, é possível analisar as nações africanas de origem dos negros que vieram para o sul do Brasil. Segundo Mário Maestri, a proporção de escravos do ramo lingüístico bantu, em comparação com os sudaneses, era de 2:1 entre os cativos direcionados ao sul do Brasil nos primórdios do século XIX.<sup>166</sup> Analisando as guias de importação de cativos, depositadas no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Helen Osório encontrou dados significativos para os anos entre 1788-1819. Dentre os escravos transportados para o Rio Grande do Sul nestes anos, registram-se as seguintes nações: Benguela – 40,89%; Angola – 31,10%; Crioulos – 11,92%; Mina – 2,64%; Rebolo – 4,74%; Congo – 2,86%; Cassange – 1,75%; Cabunda – 1,05%; Monjolo – 0,70%; Outras nações – 1,24%.<sup>167</sup> O predomínio Bantu<sup>168</sup> é inegável – mais de 80%, ainda que se deva ter o cuidado metodológico de alertar que aquilo que os portugueses denominavam nação freqüentemente referia-se ao porto africano de origem, e não a características ou identificação étnicas. É interessante observar também o peso dos crioulos, isto é, escravos nascidos em outras capitânicas e exportados ao sul do Brasil – superior a 10%.

Especificamente em relação à Fazenda do Morro Alto, também os dados disponíveis apontam para este predomínio. A partir de 1814, encontramos registro nos livros de batismos de escravos de Conceição do Arroio de cativos dos Nunes da Silveira e dos Marques da Rosa. É possível, pelos batismos dos escravos adultos desses proprietários,<sup>169</sup> verificar as nações de origem – também pertencentes ao tronco lingüístico bantu. No período 1814-1826,<sup>170</sup> foram batizados por essas famílias 15 adultos, dos quais 9 eram de nação conga, 1 moçambique, 3 sem registro de nação e 2 cabinda. Nos anos

<sup>164</sup> Florentino, 1997.

<sup>165</sup> Osório, 1999, p. 194-195.

<sup>166</sup> Maestri, 1984, p. 100-104.

<sup>167</sup> Estes dados, inéditos, foram gentilmente cedidos por Helen Osório e fazem parte de projeto de pesquisa, financiada pela FAPERGS e pelo CNPq, desta historiadora. Os dados foram coletados no primeiro semestre de 2000 pelos bolsistas de iniciação científica Rodrigo de Azevedo Weimer e Gabriel Santos Berute. Uma análise de tais dados foi apresentada no Salão de Iniciação Científica de 2001 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Berute, 2002, p. 592 e também por Gabriel Berute em 18/10/2002, no Fórum de Pesquisas do IFCH/UFRGS.

<sup>168</sup> Dentre as nações citadas, Benguela, Angola, Rebolo, Congo, Cassange e Cabunda dizem respeito ao contingente Bantu.

<sup>169</sup> Esta amostra, infelizmente, é a única da qual dispomos, ainda que seja pouco representativa. De fato, a maioria dos escravos transportados do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul já vinha batizada: a proporção dos escravos “por batizar”, que recebiam nomes cristãos ao aportarem no sul do Brasil, era em torno de 2%, de acordo com os dados cedidos por Helen Osório referidos na nota anterior. Contudo, são dados que podem ser utilizados com tranquilidade por serem coerentes e reafirmados por fontes distintas.

<sup>170</sup> Os dados do período 1827-1830 foram desconsiderados para este cálculo, uma vez que nesses anos o registro de suas nações não foi realizado – de 61 escravos adultos batizados neste intervalo (pelas famílias Marques, Nunes, Azevedo e Souza, Gomes de Almeida, Coelho, Osório), apenas uma trazia o registro de sua nação – cassange. Os demais foram generalizados como “pretos da costa” ou “de nação”.

1830-1832, de oito escravos adultos batizados, 2 eram congo, 1 cabinda, 2 benguela, 1 da costa e 2 sem registro de nação.<sup>171</sup>

Os dados referentes às nações dos cativos verificados a partir da quantificação do tráfico negreiro são muito importantes por dois aspectos: a) a origem majoritariamente bantu configura a herança cultural a partir da qual os cativos da Fazenda de Morro Alto construíram a sua vivência; b) a comunidade atualmente residente na região guarda em sua memória, e dá uma importância muito grande, à origem africana de seus ancestrais.

Robert Slenes, em sua análise das famílias escravas no sudeste escravista do século XIX, procurou fugir aos “olhares brancos” a partir dos quais a historiografia tradicionalmente analisara – e negara a existência – da família escrava. Constatando a imensa predominância de escravos africanos ou seus filhos no Sudeste brasileiro durante a primeira metade do século XIX,<sup>172</sup> propôs o autor que “falar das esperanças e recordações dos cativos nesta parte do Brasil implica necessariamente em voltar a atenção para a herança cultural que os desterrados da África trouxeram consigo”.<sup>173</sup> É a partir desta, atualizada nas condições do cativo, que se pode entender as vivências, experiências e relações familiares construídas pelos escravos.

Da mesma forma, observou Marina de Mello e Souza que “os africanos, etnicamente heterogêneos e com suas estruturas sociais estraçalhadas pelo tráfico, só se tornaram uma comunidade e começaram a partilhar uma cultura no Novo Mundo quando eles próprios a criaram, a partir das novas condições de vida”.<sup>174</sup> Dentre as formas através das quais a autora constatou esta reelaboração identitária, estão o culto à Nossa Senhora do Rosário, as irmandades negras e a coroação de reis e rainhas, manifestações culturais que “reafirmavam suas origens e construíam novas identidades a partir da bagagem cultural que traziam e das possibilidades que lhes eram dadas pela sociedade escravista”.<sup>175</sup>

Tais elementos encontram-se presentes no maçambique, importantíssima manifestação religiosa, ritual e identitária desta comunidade (ver capítulo 2.2), identificado como católico e referido como uma herança africana da comunidade. De acordo com Sebastião Souza Rosa, o maçambique foi trazido para o Brasil pelo “rei da África”, que teria atravessado o oceano a fim de trazer aos afro-descendentes uma dança que pudesse aliviar os sofrimentos aos quais estavam submetidos, e também “amansar” o rei do Brasil, intuito no qual foi bem-sucedido: após a princesa Isabel ter engravidado do “rei da África”, o rei do Brasil acabou com a escravidão, pois não queria que seu neto fosse cativo.<sup>176</sup> A bela e poética narrativa de Sebastião evidencia as origens africanas do maçambique e da comunidade de Morro Alto, aspecto lembrado por diversos outros informantes.

---

<sup>171</sup> CHF/Mórmons, rolo 75 – Primeiro Livro de batismos de escravos de Conceição do Arroio.

<sup>172</sup> Manolo Florentino demonstra que, em fins da década de 1820, à esteira das expectativas do fim do tráfico legal de cativos, em 1830, houve uma intensificação do tráfico negreiro em torno de 3,6% anuais, com uma média de desembarques de 94 navios negreiros por ano (Florentino, 1997, p. 47).

<sup>173</sup> Slenes, 1999, p. 142.

<sup>174</sup> Souza, 2002, p. 152.

<sup>175</sup> Souza 2002, p. 180.

<sup>176</sup> Entrevista realizada com Sebastião Souza Rosa e Manuel Francisco Antônio em Aguapés no dia 27/10/2001 por Miriam Chagas, Cíntia Müller e Rodrigo Weimer.

Wilson – O terno de reis é bíblico, é pra ser bíblico, agora o moçambique veio com eles da África...<sup>177</sup>

A origem africana do maçambique e sua vinculação aos escravos da Fazenda do Morro Alto também foi observada em trabalhos tradicionais sobre a história de Osório, conforme se depreende da obra de Stenzel Filho:

Quicumbis e *maçambiques* eram dois ternos de negros, o primeiro composto de negros crioulos, nascidos no Brasil, e o segundo formado de negros africanos. Aqueles, em sua maioria, pertenciam a fazendeiros residentes no distrito da Vila e no de Palmares, e estes, com seus senhores, moravam no Morro Alto.<sup>178</sup>

São figuras fundamentais da dança do maçambique o “Rei Congo” e a “Rainha Jingga”. Pode-se interpretar esta manifestação cultural como uma forma de representar a união entre diversas origens africanas – Congo e Angola – que se encontraram e passaram a compartilhar experiências históricas e culturais em uma propriedade escravista do sul do Brasil.

Jinga foi a rainha de Angola que em meados do século XVII liderou a resistência angolana à presença lusa, precipitando intenso confronto militar. Aliou-se aos holandeses e impediu uma presença mais efetiva dos lusos em Luanda. Ainda que tenha aderido à religião cristã, ela simboliza, no imaginário popular, a resistência angolana a Portugal,<sup>179</sup> e foi vista pelos religiosos portugueses como sinônimo de crueldade, barbárie e de tudo aquilo que a civilização cristã pretendia extirpar: “transexualismo, harém de rapazes, infanticídio, antropofagia, feitiçaria, luxúria”.<sup>180</sup>

Também o Congo foi palco de enfrentamentos com os portugueses em meados do século XVII, na medida em que o rei de Congo aliara-se aos holandeses nas décadas de 1640 a 1660.<sup>181</sup> Ainda que este reino tenha sido cristianizado desde fins do século XV, gestou-se ali uma forma africana de catolicismo, dado que a nova religião foi reinterpretada a partir da cosmologia e dos códigos culturais congolezes.<sup>182</sup> Podemos dizer que a presença da Rainha Jinga – Severina Maria Francisca Dias – e do rei Congo – Sebastião Francisco Antônio – em Morro Alto, na atualidade, simboliza a histórica resistência da comunidade de Morro Alto à escravidão e diversas formas de expropriação há muito sofridas.<sup>183</sup>

---

<sup>177</sup> Entrevista realizada com Elisabete Alves e Wilson dos Santos na ponte do Rio Maquiné, em 2/12/2001 por Alessandro Gomes e Rodrigo Weimer.

<sup>178</sup> Stenzel Filho, 1924, p. 104. Ainda que datada de 1924, as “Reminiscências” desta obra referem-se ao período até 1872. Grifos nossos.

<sup>179</sup> Souza, 2002, p. 113.

<sup>180</sup> Alencastro, 2000, p. 277-295.

<sup>181</sup> Souza, 2002, p. 111.

<sup>182</sup> Souza, 2002, p. 62.

<sup>183</sup> “assim como o rei congo, a rainha Njinga é um exemplo de como eventos históricos podem ser congelados, mitificados, ritualizados e evocados na construção de identidades” (Souza, 2002, p. 113-114).

Durante a festa de maçambique de Nossa Senhora do Rosário, realizada no dia 12/10/2002, o senhor Mário Luís explicou o motivo pelo qual a Rainha Jinga tinha maior autoridade sobre o grupo de maçambique do que o rei Congo. Segundo ele, o que acontecia no grupo era “uma transmissão do que era na África”, já que ela já expandindo o seu domínio, mas o Rei do Congo ficou “apertado e com poucas terras”, de forma que ele quis se juntar ao reinado da Rainha Jinga. Ela só teria deixado sob a condição de que “quem mandava era ela”.

Nos relatos recolhidos junto à comunidade relativos à origem do maçambique, há uma ênfase muito maior em Nossa Senhora do Rosário do que na Rainha Jinga (ver capítulo 2.2). Sebastião Souza Rosa foi o único que não atribuiu a origem de tal dança à santa, e sim ao “Rei da África”.<sup>184</sup> Maria Teresa Joaquina de Oliveira – tia dos atuais rei e rainha do maçambique –, por sua vez, em um relato para um periódico porto-alegrense em 1980, fez referência à “Rainha Jinga” histórica (já convertida ao cristianismo) e ao “Rei do Congo”, junto com Nossa Senhora do Rosário, legando o maçambique aos negros. Maria Teresa relatou o que lhe teria dito Dom Vicente Scherer:

Tu é que ficô no lugar da Africana. Eles botaram a guerra com a Africana porque a festa da Africana era mais bonita que a dos branco. Os brancos faziam a festa, negro não fazia. Mas a Africana tinha a Nossa Senhora do Rosário em casa e um dia ela disse: eu vô fazê uma festa pra Nossa Senhora do Rosário porque os branco é que faiz a festa e os moreno não faiz. Então foi fazê a festa e pegô a pensá o que ela haverá de botá pra sê mais bonita que a festa dos branco. Foi aonde que ela inventô de botá o Rei do Congo e a Rainha. E então não achava um homi em condições e mandô buscá na Conga pra sê rei de Congo. Por isso se trata de Rei de Congo, porque ele veio da Conga pra ficá no lugar com a rainha. Então os branco acharam mais bunito e botaram uma guerra. Guerrearam pra tomá a festa da Africana, então a rainha guerreô e venceu a guerra como tu [Maria Teresa] ven-ceste essa coroa hoje – e [Dom Vicente Scherer] botô a coroa na minha cabeça.<sup>185</sup>

Localizamos vestígios documentais, datados da época da escravidão, das primeiras rainhas relatadas pelos informantes entrevistados. Severina Maria Francisca Dias apontou “Maria Conga” como tendo sido a primeira Rainha Jinga do maçambique praticado em Morro Alto;<sup>186</sup> já segundo dona Adiles Jesus da Silva, teria sido “Maria Joana”.<sup>187</sup> Na pesquisa nos registros de batismos de escravos, consta Maria Conga como madrinha de um escravo de João Machado de Borba em 30/5/1852, assim como Joana Conga, liberta, batizando um escravo de Serafim Rodrigues Salazar, natural da Pinguela, no dia 10/9/1857.<sup>188</sup>

---

<sup>184</sup>Entrevista com Sebastião Souza Rosa em Aguapés no dia 27 de outubro de 2001, realizada por Cíntia Müller, Miriam Chagas e Rodrigo Weimer.

<sup>185</sup>Tia Maria Tereza: uma rainha negra festeja hoje seu 110º aniversário. *Correio do Povo*, 1º de fevereiro de 1980.

<sup>186</sup>“Severina – Não minha filha, rainha tinha um monte. Quanto, quanto... Isso desde o começo. Começou o maçambique e já tinha rainha. Eu nem sei quantos anos... Olha, faz muito tempo!

Cíntia – Quem era rainha antes da Maria Tereza?

Severina – Era a tal de Maria... Tinha uma Maria Conga, depois a tal de Maria Virgilina. Essa Maria Conga eu não conheci, a Maria Virgilina eu conheci.”

Entrevista com Severina Maria Francisca Dias, em Osório no dia 22/12/2001, realizada por Mariana Fernandes e Cíntia Müller.

<sup>187</sup>“Adiles – Eu sei que a nega véia, não sei se é Maria Joana, tu não te lembra? Ela morreu quando nós tava parando na terra do compadre Camargo... que ela era a Rainha Jinga.

Cíntia – Essa era a Rainha Jinga, foi a primeira?

Adiles – Ela foi a primeira. Da festa da negrada.”

Entrevista com dona Adile Jesus dos Santos e Nelson Santos Silva em Osório no dia 29/10/2001, realizada por Marcelo Vianna e Cíntia Müller.

<sup>188</sup>CHF/Mórmoms, rolo 75 – Segundo livro de batismos de escravos de Conceição do Arroio, fl. 34v e 80v.

Ao referenciar os “antigos”, os antepassados, sejam da família ou do maçambique, sejam do tempo dos escravos ou africanos – tal como Jinga, representada na iconografia a seguir, o fazia ao cultuar os ossos de seu irmão<sup>189</sup> – a comunidade de Morro Alto afirma aspectos constitutivos da sua especificidade identitária. Por meio do respeito devido à ancestralidade que os vincula à África, a comunidade atualiza experiências históricas passadas e coloca-se, no presente, como grupo etnicamente diferenciado que exige o atendimento de suas demandas políticas.



A rainha Njinga cultuando os ossos de seu irmão, antigo *ngola*, depositados em uma caixa. Ao culto tradicional dos ancestrais, sobrepõe-se a coroa europeizada.

Fonte: Iconografia extraída de Souza, 2002, p. 105.

Em diversos momentos da pesquisa na comunidade, veio à tona a memória sobre as nações dos antepassados dos entrevistados. Dona Aurora Conceição da Silveira lembra da origem africana de sua avó, estabelecendo, ao mesmo tempo, a distinção entre ela e seu pai, escravo crioulo, nascido no Brasil:

---

<sup>189</sup> Jinga foi precedida no trono por seu irmão, com quem travou seis anos de disputas (Souza, 2002, p. 104).



Manuel Conceição da Silveira – A vó da mãe era africana. A vó da mãe era africana.  
Manuel Francisco Antônio – Era da África.  
Entrevistadora – E como é que vinha essa gente da África? Vocês têm alguma memória?  
Isso é importante também pra nós.  
Manuel Francisco Antônio – Vinham comprado.  
Entrevistadora – É.  
Manuel Conceição da Silveira – Vendido aqui que nem bicho.  
Aurora Conceição da Silveira – Que nem cavalo, que nem boi.  
Manuel Conceição da Silveira – Vinha no navio negreiro.  
Aurora Conceição da Silveira – A minha mãe veio da África, a minha avó veio da África.  
Entrevistadora – É o seu pai contou isso, alguma coisa?  
Aurora Conceição da Silveira – Não, meu pai não foi dessa gente.  
Entrevistadora – Ah, ele já nasceu aqui?  
Aurora Conceição da Silveira – Meu pai nasceu aqui.<sup>190</sup>

Manuel Francisco Antônio, por sua vez, em depoimento dado no Fórum Social Mundial, observou que sua vó “Nácia” era originária de Moçambique.<sup>191</sup> Finalmente, o Sr. Sebastião Souza Rosa refere-se à existência de duas “raças” de negros que vieram para o Brasil, os do Congo e os da “Bissínia”. Os primeiros, reconhecidos como os que vieram majoritariamente para Morro Alto e Aguapés, teriam nariz largo e rosto redondo, dentre os quais ele se identifica, enquanto os segundos eram uma “raça” de cabeça alongada e nariz afilado – minoritários na região, exemplificando-os com o caso do seu genro.<sup>192</sup> Aparentemente, trata-se da distinção entre o tronco lingüístico bantu e os escravos originários da Costa da Mina. Através de fontes de ordem quantitativa, constatamos as mesmas informações que Sebastião guarda em sua memória.

No Centro de Pesquisa e Documentação da Santa Casa, existe um fundo documental privado de José Bernardo Vieira, traficante de escravos que atuou em Conceição do Arroio nos primeiros anos do século XIX. Não se sabe porque motivo este acervo está ali depositado, porém ele é riquíssimo em termos de informações trazidas acerca da dinâmica do tráfico negreiro para a região.<sup>193</sup> Em requerimento anterior a 16/9/1803, José Bernardo Vieira declarava ser mercador na freguesia de Conceição do Arroio, que possuía seis escravos e que “costuma vender porção deles que manda vir do Rio de Janeiro e fia a pagamentos àqueles lavradores”.<sup>194</sup>

<sup>190</sup> Entrevista com dona Aurora Conceição da Silveira, Maria Conceição da Silveira, Manuel Conceição da Silveira, Manuel Francisco Antônio e Guilherme Francisco Antônio, em Morro Alto no dia 13/9/2001, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira.

<sup>191</sup> Depoimento de Manuel Francisco Antônio no II Fórum Social Mundial, Porto Alegre, no dia 2/1/2002.

<sup>192</sup> Entrevista com Sebastião Souza Rosa em Aguapés no dia 27/10/2001, realizada por Cíntia Müller, Miriam Chagas e Rodrigo Weimer.

<sup>193</sup> Existe um estudo de autoria de Gessy Duque Cesar sobre “Escravos e quilombolas no Litoral Norte”. Cesar, 1996.

<sup>194</sup> SCMPA/CEDOP, Fundo documental de José Bernardo Vieira, documento 12.

Mecanismos de endividamento e de dependência como o descrito são recorrentes em sociedades de antigo regime. Segundo João Luís Frago e Manolo Florentino, era corrente dos grandes comerciantes do Rio de Janeiro o hábito de, a partir da acumulação ocasionada pelas atividades mercantis, investir em terras e escravos, como forma de reprodução do sistema escravista-colonial e como expressão daquilo que os autores denominaram “projeto social arcaico”. Frago; Florentino, 2001, p. 227-235. Ainda que as fortunas dos

Rainha Jinga, Maria Tereza Joaquina - 1886/1980.  
Cemitério de Osório/RS/Brasil



"Inimiga dos portugueses, de Salvador de Sá e dos brasílicos em Angola, Jinga (1583-1663) a grande guerreira africana, segue com seu séquito de músicos, favoritas e oficiais, portando arco e a machadinha dos jagas."  
Fonte: Alencastro, 2000, ilustração nº 9.

Através do endividamento de pequenos proprietários, este comerciante agregou terras ao seu patrimônio e converteu-se de mercador em terratenente. Progressivamente imobilizou recursos originalmente comerciais em terras e escravos – certamente menos lucrativos em termos pecuniários, mas que lhe alçavam a um status social superior ao anteriormente ocupado. Em 1807, Vieira continuava atuando como traficante, pois neste ano vendia novamente escravos, e em 1810, estava indo para o Rio de Janeiro buscar cativos para revender na freguesia.<sup>195</sup>

Dada a importância do tráfico negreiro para o fornecimento de mão-de-obra escrava no litoral norte, não é de se espantar que exista uma coincidência entre os períodos em que este abastecimento encontrava-se ameaçado pela decadência do regime escravista, e os queixumes dos poderes locais em relação à atuação de escravos foragidos. Infere-se que a existência de quilombos e revoltas escravas não foi uma exceção no escravismo gaúcho, e sim um fenômeno constante que se tornava mais preocupante e suscitava maiores queixas nos momentos de dificuldades de abastecimento de braços cativos para os grandes proprietários.

Em 1830, assinou-se uma lei que proibia a continuidade do tráfico atlântico de escravos. A lei, ao fim e ao cabo, não teve cumprimento – foi uma lei “para inglês ver”. Ainda que não tenha tido aplicação efetiva, acreditava-se que de fato o comércio negreiro seria extinto – e, contraditoriamente, isso acabou por intensificá-lo: no temor de que o abastecimento de escravos acabasse, os grandes proprietários passaram a importar africanos em uma escala sem precedentes.<sup>196</sup> Alguns anos antes da assinatura desta lei, em 1825, a câmara de Santo Antônio da Patrulha expressava sua preocupação com a possibilidade de um levante de escravos e dos desertores que se encontravam foragidos no mato.<sup>197</sup>

Em 1850, nova lei de extinção do tráfico negreiro foi assinada – e esta acabou por fazer-se cumprir. A ameaça inglesa de atacar e naufragar quaisquer navios negreiros que transitassem pelo Atlântico fez com que houvesse maior repressão ao comércio negreiro. Isto não significa, contudo, que este controle fosse pleno. Imediatamente depois da assinatura da lei o tráfico continuou, ainda que de forma minoritária, por todo o Brasil através de meios clandestinos.

Na região que nos interessa diretamente, sabe-se de um navio negreiro que desembarcou na costa do litoral norte em 1852,<sup>198</sup> na localidade denominada Capão Alto – um pouco ao norte de Capão da Canoa, cujo nome antigo é Capão da Negrada. Merece destaque o fato de que os escravos apreendidos eram em sua totalidade de origem Congo. Segundo foi informado por Dirceu, filho da senhora Maria Adiles da Rosa,<sup>199</sup>

---

comerciantes do Rio Grande de São Pedro fossem bastante inferiores às dos do Rio de Janeiro (Osório, 1999, p. 236), é possível que o seu comportamento seguisse padrão semelhante, como o caso de José Bernardo Vieira e de João Antônio Alves (ver ponto 1.1) parecem apontar.

<sup>195</sup> SCMPA/CEDOP, Fundo documental de José Bernardo Vieira, documentos 64 e 66.

<sup>196</sup> Florentino, 1997, p. 47.

<sup>197</sup> Zarth, 1997, p. 168.

<sup>198</sup> Moreira, 2000.

<sup>199</sup> Entrevista realizada com Maria Adiles da Rosa em Capão da Canoa no dia 22/1/2002 por Cristian Salaini e Cíntia Müller.

quando sopra o vento minuano ainda se vê as ruínas deste navio. A zona é rica em histórias de naufrágios, muitas vezes provocados pelos moradores do local buscando a rapina das embarcações.

Este caso nos foi relatado mais de uma vez por integrantes da comunidade, o que faz dele uma espécie de “mito de origem” da comunidade de Morro Alto. É o caso de Elisabete Alves, que nos reproduziu a narrativa de sua tia-avó Maria Biluca:

Bete – ...ela nos contava no navio que afundou, encalhou que fugiu vários deles e começou cada um ir pra um lado, agora tu me perguntá posição, lugares, pra onde foram...

Alessandro – Deve ser aqui próximo então?

Bete – Até sei uma parte que falava que tinha o Capão da Negra da que é onde se alojou muito deles.

Alessandro – Saberá onde é hoje...

Bete – Eu acho que é Capão da Canoa.<sup>200</sup>

Mais interessante é o relato de Sebastião Souza da Rosa, que narrou detalhes acerca do destino dos cativos daquele navio negreiro:

Cíntia – Seu Sebastião, o Sr. nunca ouviu falar de navio negreiro?

Mariana – Do Capão da Negra da.

Sebastião – Ali perto do Capão Alto, por ali. Aí eles vieram, naufragô um aí eles morreram os negro e outros saíram que essa negra da que ficaram por aqui, oh.

Cíntia – É onde é que foi esse naufrágio?

Sebastião – Foi pertinho, foi no Atlântico aqui o navio se perdeu lá, né, morreu uns quanto e os nego sabiam a nadar e saíram no braço e é essa negra da que ficaram na volta aqui, oh. [O aqui a que Sebastião se refere diz respeito à região de matos nos morros entre Morro Alto e Aguapés. A “volta aqui” diz respeito à região das Barranceiras, onde a entrevista foi realizada, localidade que faz “a volta” do Morro Alto, entre Aguapés e a localidade de Morro Alto] [...]

Rodrigo – Esses cativos que vieram pra cá ele vieram...

Sebastião – Vieram pra costa, subiram o morro.

Rodrigo – Eles moravam onde?

Sebastião – Na África.

Rodrigo – Mais depois que eles vieram pra cá?

Sebastião – Moravam aqui na costinha aqui.

Maria – É fazia as casa.

Sebastião – Fazia um choupana de pau a pique, tem mato aí de monte, moíam cana.

[...]

Sebastião – É, pois é. Naufragou um navio e os negro ficaram por aí. Depois se mandaram.<sup>201</sup>

Porém, nem todos os escravos foragidos deste naufrágio se estabeleceram de forma autônoma no canto do morro, no mato, em espaços de liberdade. Parte deles foi escravi-

---

<sup>200</sup> Entrevista realizada com Elisabete Alves e Wilson dos Santos na ponte do Rio Maquiné, em 2/12/2001 por Alessandro Gomes e Rodrigo Weimer.

<sup>201</sup> Entrevista com dona Ângela Reginalda de Souza, Maria Rosa Rodrigues e o Sr. Sebastião Souza Rosa, nas Barranceiras no dia 19/10/2001, realizada por Mariana Fernandes, Cíntia Müller e Rodrigo Weimer.

zada de forma ilegal pela família Marques. Existem registros de batismo de escravos adultos, africanos de propriedade desta família posteriores a 1850: no dia 10/9/1851, Manuel Marques da Rosa e seu filho João Marques da Rosa registraram, respectivamente, Joaquina de nação cabinda, de idade de 13 anos, e Zeferino de nação congo, de 12 anos de idade.<sup>202</sup> Em 29/9/1868, o promotor público de Santo Antônio da Patrulha tratou de abrir inquérito público a fim de investigar o destino dos escravos oriundos do navio negreiro que aportou em 1852. Os “ditos africanos”, “desembarcados no lugar denominado Capão da Canoa” eram, naquele momento, “pertencentes a diferentes senhores”.<sup>203</sup>

O presidente da província, em ofício de resposta, constatava haver “muitos criminosos de importação de africanos, aqui existentes e que gozam incolumemente do fruto do seu crime”, o que era inquestionável dado que, nos livros de batismo de Santo Antônio da Patrulha, “foram batizados em 1855 pelo vigário desta freguesia, o preto Joaquim com menos de 23 anos e a preta Maria com 18 pouco mais ou menos”.<sup>204</sup> Dentre os proprietários que abrigavam africanos importados de forma ilegal estava o major João Antônio Marques, que os ocultara no porão de sua casa na fazenda do Morro Alto:

[...] Informações de pessoas extremamente interessadas e imerecedoras do menor crédito, tenho eu considerado as que emanam dos senhores desses e outros africanos importados depois da proibição do tráfico, que todos os meios tem empregado a fim de abafar a ação da justiça, que deve persegui-los, como criminosos; informações tais são as que consta nesta comarca que foram levadas para essa capital pelo Major *João Antônio Marques* (entre outros) que possuindo três desses africanos não teve dúvida em assumir a jurisdição do juízo municipal com o fim de resolver a questão com um despacho; que depois de passar na cadeira de juiz pela vergonha de ser declarado criminoso de importação, e de conhecer a exigência rigorosa da lei, que até então, parece, desconhecia, veio ter com o PP a fim de abafar a questão, sobre a qual já antes viera mostrar ao mesmo promotor os títulos de compra da escrava Maria de Manuel Silveira de Souza, fazendo papel de procurador em uma causa, em que ia ser juiz, e em que era co-réu; e querendo valer-se da sua influência política, foi hipotecá-la nas mãos do Exmo. Sr. General Lima, que poderá talvez protegê-lo ignorando que protege um criminoso, para salvar a sua propriedade ilegal sobre três africanos que são livres, e que já em 1854 ou 1855, em vão tentou o *Capitão Moraes do Corpo Policial apreender na Fazenda do Morro Alto, onde foram escondidos no porão da casa.*<sup>205</sup>

Em 1868, existia preocupação com a possibilidade de uma insurreição escrava naquela região. Tal temor não era injustificado, tendo em vista que entre 1859 e 1863 foram diversas as tentativas de insurreições escravas no Rio Grande do Sul, conforme aponta Mário Maestri.<sup>206</sup> O promotor, por seu turno, considerava legítima a luta pela liberdade, dado que, introduzidos depois de 1850, deveriam ser considerados forros. Todavia, considerava a via jurídica mais adequada que a insurrecional, sendo os criminosos introdutores de cativos no pós-1850 os principais responsáveis por eventuais revoltas:

<sup>202</sup> CHF/Mórmons, rolo 75 – Primeiro Livro de batismos de escravos de Conceição do Arroio, fl. 32 r.

<sup>203</sup> AHRS – Justiça, Promotor Público, 1868, Maço 42.

<sup>204</sup> AHRS – Justiça, Promotor Público, 1868, Maço 42.

<sup>205</sup> AHRS – Justiça, Promotor Público, 1868, Maço 42. Grifos nossos.

<sup>206</sup> Maestri, 1984.

A ocasião das insurreições, di-lo o bom senso e a história é a da opressão e da desesperança, não é, nem pode ser aquela em que os que sofrem o jugo da escravidão vêem a justiça pública trabalhar pela sua causa e deixam-se acaso tomar de tímida esperança. Presa a justiça, lavrando o boato de que ela nada pode contra os possuidores ilegítimos e criminosos, e de que os escravos desses terão de sofrer rigoroso castigo por ousarem conceber esperança de justa liberdade, é bem possível que se realizem ainda os apregoados projetos de insurreição.<sup>207</sup>

Nova lei que apontava para a dissolução das relações escravistas foi aprovada em 1871, quando as crianças nascidas de mães escravas passaram a ser legalmente consideradas livres. Os avós e avôs de várias pessoas da comunidade nasceram após a lei do ventre livre. É o caso de Maria Biluca, tia-avó de Elisabete Alves:

Bete – É ela sempre contava pra nós assim, que a mãe dela veio num navio negreiro e que ela nasceu na época do ventre livre, até dizia barriga, barriga de ventre livre e ela sempre falava uma língua enrolada e nos chamava pra ensiná o africano, só que a gente nunca deu bola.<sup>208</sup>

Da mesma forma, em seu aniversário de cento e dez anos, relatava Maria Teresa Joaquina de Oliveira, Rainha Jinga do maçambique durante as décadas de 60, 70 e 80,<sup>209</sup> ao Correio do Povo:

Quando a princesa Isabel decorô a Forraria, os que nascesse daquele tempo em diante era forro. Eu, naquele tempo, quando nasci, foi no tempo do ventre-livre.<sup>210</sup>

Esta lei não foi plenamente efetiva, já que o serviço das crianças nascidas após a lei do ventre livre – referidas como ingênuos contratados – recebia avaliação de seus valores monetários em inventário. Ainda que formalmente livres, por exemplo, aos serviços dos ingênuos Francolino, Luís, Amélia, Felício, Maximiano e Luciana – respectivamente com 13, 11, 10, e os três últimos com 8 anos em 1886 – foram atribuídos valores a fim de que fossem partilhados, entre os herdeiros de Manuel Antônio Marques.<sup>211</sup> Juridicamente, tudo parecia estar bem – os ingênuos não eram mercadorias, e sim o seu trabalho. No entanto, na vida prática destes, poucas coisas devem ter mudado. Maria Teresa relatou que, ainda que nascida “no tempo do ventre-livre”, desempenhava diversas tarefas para o “nhonhô” que, inclusive, manifestava explicitamente seu desejo de mantê-la como escrava: “Se esta negrinha, se não viesse a forraria, eu ia tirá ela prô meu comando porque quando ela começô a caminhá já qué corrê. Que negri-

---

<sup>207</sup> AHRS – Justiça, Promotor Público, 1868, Maço 42.

<sup>208</sup> Entrevista realizada com Elisabete Alves e Wilson dos Santos na ponte do Rio Maquiné, em 2/12/2001 por Alessandro Gomes e Rodrigo Weimer.

<sup>209</sup> Em diversas entrevistas realizadas, Maria Teresa Joaquina de Oliveira foi lembrada com muita saudade pelos depoentes, revelando ter sido um personagem carismático de grande importância para a comunidade.

<sup>210</sup> Tia Maria Teresa festejou aniversário rememorando momentos de seu passado. *Correio do Povo*, 8 de fevereiro de 1980, p. 15.

<sup>211</sup> APERS – Inventário de Manuel Antônio Marques – Osório – 1886 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 25 – Auto 797 – Estante 159.

nha ativa não sai essa!”.<sup>212</sup> Por outro lado, os livros de batismos de Conceição do Arroio imediatamente posteriores à lei do ventre livre efetuavam a diferenciação entre “livres” e “livres pela lei”.<sup>213</sup> Sua liberdade não era plena.

Se esta lei não foi plenamente cumprida, por outro lado ensejou novos queixumes da elite do litoral norte da província – bastante comuns nos idos de 1870 – quanto à atuação dos quilombolas. Através da documentação compulsada, percebe-se que a região de Maquiné claramente configurou um espaço de refúgio para negros fugitivos.

### 1.2.1 Anexo fotográfico



O túmulo da “legendária” Rainha Jinga Maria Teresa Joaquina foi ornamentado com inúmeras flores no dia de Finados (2/11/2001).

<sup>212</sup> Tia Maria Teresa festejou aniversário rememorando momentos de seu passado, *Correio do Povo*, 8 de fevereiro de 1980, p. 15.

<sup>213</sup> ACDO, livros 9, 10 e 11 de batismos.

### 1.3 – QUILOMBO, QUILOMBOS:

## MATOS, SENZALAS E ROÇAS NA CONSTITUIÇÃO DE UM TERRITÓRIO NEGRO

“É quilombo, é dos nego!”<sup>214</sup>

### 1.3.1 – O mato como espaço de liberdade

A constituição do território negro de Morro Alto só pode ser entendida através da percepção do entrelaçamento de determinados espaços, demarcados social e simbolicamente. Quilombos, matos, senzalas e roças são marcos constituintes deste reduto negro, e só através do dinâmico contato entre eles é que podemos entender a formação desta comunidade.

Logo após a emancipação da vila de Conceição do Arroio, em 16/12/1857 (através da Lei nº 401), as autoridades locais trataram de organizar as posturas municipais que deveriam pautar o convívio entre os habitantes e garantir o sossego público local.<sup>215</sup> Como parte de uma tradição que remontava aos primórdios da ocupação efetiva do litoral norte, urgia preocupar-se com as reuniões de quilombolas nas serras e matos que praticamente dominavam a geografia da nova vila.

Se nos espaços urbanos a polícia gradualmente substituía o feitor assumindo tarefas de controle dos trabalhadores escravizados (limitando a sua mobilidade, perseguindo-os quando em fuga e ministrando os castigos a serem infligidos), o mesmo não ocorria em locais ainda eminentemente rurais.<sup>216</sup> Com grande quantidade de matos e serras, Conceição do Arroio ainda necessitava de um profissional especializado em expedições a locais inóspitos, conhecedor da região e dos habitantes e que pudesse “bater” os quilombos existentes na região – principalmente na Serra Geral –, caracterizados pela pequena dimensão (“mais de dois escravos”) e pela possibilidade estratégica de ampla mobilidade.

Artigo 36 – O capitão-do-mato terá direito à gratificação de 5\$000 réis pela prisão de cada escravo fugido que apreender dentro do município e sendo em quilombo 20\$000 réis, e mais um mil réis por cada légua, contada do lugar em que for feita a prisão a casa de seu senhor ou a cadeia da vila, atendendo-se ao ponto que for mais perto.

*Por quilombo entender-se-á a reunião em lugar oculto de mais de dois escravos. Estas gratificações serão pagas pelo senhor do escravo, ou por pessoa autorizada para o fazer.*<sup>217</sup>

---

<sup>214</sup> Depoimento de Sebastião Souza Rosa durante entrevista com dona Ângela Reginalda de Souza e Maria Rosa Rodrigues, nas Barranceiras no dia 19/10/2001, realizada por Mariana Fernandes, Cíntia Müller e Rodrigo Weimer.

<sup>215</sup> Emancipada em dezembro de 1857, já em abril do ano seguinte a Câmara de Vereadores sugeria ao presidente da província as posturas que julgava pertinentes, as quais foram aprovadas em 7/10/1858. Ofício da Câmara de Vereadores de Conceição do Arroio de 12/02/1858, Maço 55, Autoridades Municipais – AHRS; Ato nº 34, de 07/10/1858, Códice de Legislação nº 579 – AHRS.

<sup>216</sup> Algrant, 1988.

<sup>217</sup> Em 01/08/1850 a Câmara de Vereadores de Santo Antônio da Patrulha – a qual anteriormente Osório estava subordinada –, nomeou Laurindo Antônio de Souza para capitão-do-mato por dois anos. Autoridades Municipais, Maço 370 – AHRS.



Determinar como quilombo a reunião em lugar oculto de mais de dois escravos era compatibilizar a lei com a realidade histórica regional, em que a existência da fronteira com países adversários e que procederam a abolição da escravatura antes do Brasil, abria possibilidades concretas para a resistência escrava e determinava que os quilombos gaúchos seriam de pequenas dimensões.<sup>218</sup>

Em 1859, segundo informava a Câmara de Vereadores de Conceição do Arroio – certamente baseada nos registros paroquiais –, apenas um quarto das terras da Serra Geral eram ocupadas por particulares, permanecendo os restantes três quartos públicas, ou seja, devolutas ou ocupadas por indivíduos sem títulos legítimos, configurando uma região de matos e bosques e muito pouco habitada, com amplas possibilidades de estabelecimento de ranchos por quilombolas e outros setores marginalizados da sociedade imperial.<sup>219</sup>

Documentos que remontam ao início do século XIX tratam de atividades quilombolas na região, praticadas por escravos que escapavam ao controle senhorial e que dedicavam-se ao roubo de mantimentos e ferramentas, abatendo gado e mantendo-se por anos “aquilombados a outros escravos fugitivos e ladrões”. Em 1808, um senhor de escravos reclamava que o capitão-do-mato não cumpria seu dever de prender os “negros fugidos”, respondendo:

[...] que para tais diligências não davam milicianos, e que os donos de escravos o fossem prender e nessa conformidade foram continuando os insultos dos fugidos cada vez mais e a ponto de andarem de noite na Freguesia da Serra na diligência de furtarem mulheres para levarem aos quilombos.<sup>220</sup>

Diante da dificuldade de tal função ser preenchida pelo Estado, a repressão aos aquilombados eventualmente era assumida por particulares, que podiam atuar de forma violenta e arbitrária. A senhora Elisabete Alves guarda na memória diversas histórias que sua tia-avó, Maria “Biluca”, (que falava uma língua “africana”) lhe contava, dentre as quais a atuação de capitães do mato:

---

<sup>218</sup> Maestri, 1979; Maestri, 1984.

<sup>219</sup> Neste início da segunda metade do século XIX, o Governo Imperial tentava configurar uma política agrária através da legitimação das terras ocupadas por particulares e da medição, divisão e descrição das terras efetivamente devolutas. Eram consideradas terras devolutas, segundo o artigo 3º da Lei de Terras de 1850:

“§ 1º - As que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal;

§ 2º - As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo geral ou provincial, não incursas em comisso por falta de cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º - As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º - As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei.”

Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 e seu Regulamento de 30 de janeiro de 1854 (Decreto nº 1.318). Estatística Geográfica, natural e civil da freguesia de N. S. da Conceição do Arroio, anexa ao ofício da Câmara de Vereadores de Conceição do Arroio ao presidente da província, 30/09/1859, Maço 60, Autoridades Municipais – AHRs.

<sup>220</sup> Fundo particular de José Bernardes Vieira, SCMPA/CEDOP. Doc. 66 c.

Bete – Ele [capitão-do-mato] que pegava, ajudava eles quando alguém escapava, ela contava toda essa história, só que a gente nunca deu bola... e faz apenas 25 anos que ela morreu.<sup>221</sup>

Abundam indícios de que os quilombos serviram de local de sobrevivência e refúgio não só para escravos fugidos, mas também para indivíduos procurados pela justiça e desertores do Exército e Armada, vítimas do recrutamento militar compulsório. Em 28 de novembro de 1872, o Chefe de Polícia da Província de São Pedro recebeu ofício reservado da Secretaria de Polícia do Paraná alertando que indivíduos que cometiam crimes naquela província estavam,

[...] no *inveterado costume* de se evadirem para essa Província logo após a perpetração dos delitos, já por que no vasto território da mesma são quase sempre inteiramente desconhecidos e contam com isso escapar à ação da justiça, já porque podem mais facilmente passar-se para as repúblicas limítrofes, já fortemente porque aí encontram mais recursos para a vida nos abundantes ervais que estão habituados a explorar e nas diversas ocupações que se lhe deparam.

A autoridade policial da província vizinha pedia providências pois vários destes criminosos estavam escondidos em Cruz Alta, Passo Fundo, Santo Antônio da Patrulha, Conceição do Arroio, Vacaria, Santa Maria, Caçapava, Canguçu e Piratini.<sup>222</sup>

A convivência de desertores, criminosos e escravos fugidos em regiões ermas era fato notório para as autoridades policiais, que às vezes chegavam a atribuir homogeneidade cultural a estes diferentes atores sociais. O subdelegado de Lagoa Vermelha, por exemplo, reclamou das péssimas condições da segurança pública naquele distrito, onde faltavam policiais e prisões adequadas para os “tribulentos [sic] e criminosos” e onde eram ouvidos “tiros fora de oras dentro da povoação e *batuques* onde se encontra desertores.”<sup>223</sup> Quilombos formados por cativos fugidos e desertores batuqueiros assustavam as autoridades provinciais, com a união de inimigos domésticos em uma mesma forma de resistência e/ou sobrevivência.<sup>224</sup>

---

<sup>221</sup> Entrevista com Elisabete Alves e Wilson dos Santos junto à ponte do rio Maquiné no dia 2/12/2001, realizada por Alessandro Gomes e Rodrigo Weimer.

<sup>222</sup> Ofício de 28/11/1872, Maço 7, Secretaria de Polícia – AHRs. O Chefe de Polícia, aceitando as recomendações de seu colega paranaense, expediu circular aos Delegados de Polícia das cidades citadas, em 30/10/1872.

<sup>223</sup> Ofício de 14/09/1866, Maço 31, Delegacia de Polícia – AHRs. Em 1866, a vizinha vila de Santo Antônio da Patrulha mobilizou seus moradores para fazerem frente a um ataque de “desertores e negros” que “achavam-se [...] prontos a darem assalto dentro desta vila para roubarem e saquearem os habitantes”. Ofício de 14/02/1866 do Delegado de Santo Antônio ao Chefe de Polícia, Maço 25, Polícia – AHRs. No mesmo ano, o Delegado de Santo Antônio relatava a prisão em uma casa de negócio da vila, de um criminoso indiciado por tentativa de morte e que havia fugido da cadeia de Laguna (SC). Ofício de 11/01/1866, Maço 31, Delegacia de Polícia – AHRs.

<sup>224</sup> Em outubro de 1870, forças do 17º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional foram mobilizadas para efetuar a prisão do desertor da Marinha Graciano Dias da Costa e outros criminosos que constava “acharem-se refugiados na subida da serra” em Maquiné. Em janeiro de 1866 as autoridades policiais alertavam e pediam a formação de um destacamento para prender uma “pandilha de cinco negros fugitivos”, que constava andar na costa da serra roubando, e que além destes existiam outros “desertores e criminosos... roubando gados e animais dos moradores.” Ofício ao Chefe de Polícia de 03/01/1866, Maço 31, Subdelegacia de Polícia de São Francisco de Paula e ofício de 26/10/1870, Maço 6, Delegacia de Polícia de Osório – AHRs.

Estas “comunidades de fugitivos”, na maioria dos casos, procuravam locais em que as formas de acesso possibilitassem defesa contra ataques e vias alternativas para a fuga, porém raramente eram escolhidos sítios sem qualquer tipo de ligação com outras áreas de cultivo, com as quais mantinham contato seja através do roubo ou de relações mercantis (troca, compra ou venda de excedentes produzidos nos quilombos por gêneros diversos). O historiador Flávio Gomes trabalha com a noção de “campo negro”, que articula os vários agentes sociais envolvidos nas atividades dos quilombolas e contribui para a percepção dos quilombos como comunidades não caracterizadas pelo isolamento:

Defino aqui campo negro como uma complexa rede social permeada por aspectos multifacetados que envolveu, em determinadas regiões do Brasil, inúmeros movimentos sociais e práticas econômicas com interesses diversos. Tal arena social foi palco de lutas e solidariedades entre as comunidades de fugitivos, cativos nas plantações e até nas áreas urbanas vizinhas, libertos, lavradores, fazendeiros, autoridades policiais e outros tantos sujeitos históricos que vivenciaram os mundos da escravidão.<sup>225</sup>

A região de Aguapés, apontada pelos moradores entrevistados como área de quilombos, quando examinada por fotografias aéreas ou através de caminhadas por suas trilhas até o cume dos morros, revela uma geografia propícia para o estabelecimento de comunidades de quilombolas ou fugitivos em geral. Alguns morros – especialmente o Morro da Vigia –, são ideais para a visualização de toda a região e possibilitava a antecipação por parte dos quilombolas, de qualquer tentativa de aproximação de batidas policiais.<sup>226</sup> Além disso, a mata densa esconde fontes de água, recursos alimentares nativos (como frutas e animais), um amplo território onde pequenas roças dificilmente seriam localizadas (a não ser pela queima da vegetação – coivara –, que se confundiria com as das plantações vizinhas) e vários caminhos possíveis de ligação através dos montes.

Sebastião – Vinha os nego se esconder tudo aqui, e pra entrar aqui. [...] Não entrava. Era fechado, não entrava nem a pau, né, matavam. Nem Senhô entrava aqui, senão eles pelevam. [...] *Ficavam caçando, por aqui, livre por aqui.* [...] [o Morro da Vigia tem este nome] porque é de lá que eles cuidavam quando vinha lancha. O rio era aqui, né. Ficavam vigiando lá em cima lá. [...] Os nego por causa do Senhô. Aqui não tinha estrada, o nego apeava ali, ó. Dali eles iam, os nego vinha de canoa, de Osório, vinha de canoa. Eles tinham capina lá do outro lado do Morro.<sup>227</sup>

Por serem as vias fluviais utilizadas pelos escravos para um deslocamento autônomo em relação aos senhores, em novembro de 1847 decretava-se a proibição de que

---

<sup>225</sup> Gomes, 1995, p. 63.

<sup>226</sup> De acordo com Joana Gomes de Carvalho, moradora em Aguapés, o quilombo era entre os morros da Vigia e do Chiquinho. Entrevista com Joana Gomes de Carvalho em Aguapés no dia 15/4/2002, realizada por Miriam Chagas, Rodrigo Weimer e Mariana Fernandes.

<sup>227</sup> Entrevista com Sebastião Souza Rosa em Aguapés, no dia 6/12/2001, realizada por Paulo Moreira e Rodrigo Weimer. O “aqui” referido por este senhor diz respeito à região de sua moradia, no “Cantão”.

mais de três escravos circulassem pela província em embarcações sem a vigia permanente de um patrão ou um camarada, excetuando “barcos de tolda”.<sup>228</sup>

O depoimento de Joana Gomes de Carvalho corrobora as afirmações de Sebastião, acrescentando, contudo, que através de sinais de fumaça, os negros fugitivos conseguiam comunicar-se com os escravos das senzalas, com quem tinham relações de apoio, solidariedade e parentesco. Cumpre reafirmar que não estamos diante de um quilombo isolado:

Joana – Olha, o Morro do Chiquinho e o Morro da Vigia era, que fica aqui à nossa direita um e à nossa frente o outro. Era onde ficava os negros, né, que chamava os que fugia. Os fujões, né. Eles vinham pro Morro do Chiquinho, que ficava no alto, e aqui embaixo era onde ficava as fazenda dos, dos senhores. Então Morro da Vigia eles fugiam pra lá porque eles vinham, lá de Osório, daqui da Faxina, desses campo todo, e ele ia pro Morro da Vigia, quem ia pra lá, eles, ele via quem estava lá embaixo. Eles ficavam no alto e via quem estava aqui embaixo. Aí de uma certa maneira eles se comunicavam. Um pro outro.

Rodrigo – E como é que eles faziam pra comunicá?

Joana – Pois aí é que está, diziam que era um apito que eles tinham de taquara. Era uma coisa tipo taquara de madeira, eles se comunicavam com este gesto. Ou uma fumaça.

Rodrigo – Fumaça?

Joana – Fumaça, eles faziam uma fumaça quando eles tinham certeza que eles tavam livre de alguém tá perseguindo, eles faziam uma fumaça, porque a fumaça no mato virge, meu amor, ela não se esparrama, ela levanta. Porque o ar fica em cima das árvores, então quando você faz um fogo no mato cerrado, ela não esparrama, ela sobe.<sup>229</sup>

Os temores dos fugitivos em relação à possibilidade de estarem sendo perseguidos era justificada. Da mesma forma em que o quilombo vigiava a fazenda dentre as quais estava incrustado, na medida do possível os senhores também procuravam manter sob seu controle a ação dos cativos localizados nas senzalas e nos matos. Para tanto, os serviços dos capitães-do-mato eram uma possibilidade.<sup>230</sup> Se o mato era um espaço de liberdade, também era um espaço de riscos. O pai de Diva Inácia Marques, que em

---

<sup>228</sup> Barbosa; Clemente, 1987, p. 56. Esta lei foi decretada em decorrência de uma revolta escrava, na qual os cativos haviam assassinado o patrão e violentado uma mulher que encontrava-se a bordo. No entanto, poucos anos depois debatia-se na Assembléia Provincial a possibilidade de revogação desta lei, dado que “não existia alternativa neste caso a não ser correr o risco de perder parte do patrimônio através das fugas (e outras formas de resistência) de escravos marítimos, pois afinal praticamente não havia como evitar se estes quisessem praticar algum ato de insubordinação” (Moreira, 2001, p. 189-190).

De acordo com o dicionário de Bluteau, datado de princípios do século XVIII, tolda trata-se da “coberta de tábuas, debaixo da qual se recolhem os marinheiros e seus ranchos” (Bluteau, 2000, v. 8, p. 188).

Ou seja, a navegação por parte de marinheiros escravos só não era submetida a estrita vigilância quando os mesmos estavam confinados em porões de madeira.

<sup>229</sup> Entrevista com Joana Gomes de Carvalho em Aguapés no dia 15/4/2002, realizada por Miriam Chagas, Rodrigo Weimer e Mariana Fernandes.

<sup>230</sup> Ao longo do trabalho de campo, percebeu-se um certo desconforto da comunidade em relação a ditos “netos de capitães-do-mato”. Por ser uma situação extremamente desconfortável, ninguém identificou-se desta forma, e tampouco nominou a quem se acusava de tal desonrosa ascendência. Como comunidade remanescente de quilombo, o “neto do capitão-do-mato” é sempre um terceiro, indefinido, anônimo, é o outro que não se quer ser.

sua infância residia no Espriado, próximo ao fim de uma das trilhas utilizadas na travessia dos morros, recomendava-lhe que não fosse sozinha no Morro, porque lá tinha “muito nego morto”.<sup>231</sup> A mesma senhora posteriormente informou aos pesquisadores que quando aproximava-se do mato sozinha, ouvia gritos de fantasmas.<sup>232</sup>

Por outro lado, a história do escravo Paulo, contada por vários moradores da comunidade, reafirma o caráter protetor do mato, área de refúgio por excelência. Paulo assassinou João Machado Ramos, pai de Manuel Marques Machado e avô de Romário Marques Machado, apontados pela comunidade como expropriadores.<sup>233</sup> O palco do homicídio, ocorrido em janeiro de 1882, foi a Fazenda dos Novilhos localizada no 3º distrito de São Francisco de Paula, de propriedade do Tenente Coronel João Machado Ramos (avô de Romário).<sup>234</sup> Um mês antes, mais ou menos, chegou a dita Fazenda vindo de Miraguaia (distrito de Santo Antônio da Patrulha) o escravo Paulo enviado por seu senhor Victoriano José Machado, com o objetivo de ser vendido.<sup>235</sup> Paulo tinha então 28 anos, cor parda, solteiro, natural de Mostardas, filho de Marcolina (escrava de Manoel Correia da Rosa), analfabeto e dedicava-se de preferência à lavoura mas também a outro qualquer serviço braçal. Às 7 horas da manhã do dia 14 de janeiro de 1882, Paulo estava na mangueira ordenhando algumas vacas com o capataz José Gomes Machado, o Tenente Coronel João Machado e dois escravos deste, de nomes Tibério e Jacinta. João Machado tinha o hábito de tomar leite “de uma vaca única” e naquela manhã ao bebê-lo em uma cuia ou guampa, foi agredido por trás pelo escravo com uma “vara de porteira”:

[...] com tanta força que o deitou por terra sem que sua vítima desse um ai, e não satisfeito ainda de sua malvadeza, continuou a esbordoar o cadáver [...].<sup>236</sup>

Paulo justificou o crime por ter recebido uma “sova” nos dias anteriores ao crime, que funcionou como a gota d’água de um processo gradual de desgaste pois o Tenente “vivia doente como todos sabem, andava muito aborrido e como tal ele [...] foi o aguentando até que chegou aquela hora de haver tamanha desgraça”. A “sova” recebida foi causada por uma ação inoportuna de Paulo, durante um evento absolutamente roti-

---

<sup>231</sup> Depoimento de Diva Inácia Marques em reunião da comunidade, realizada em 23/1/2002 no clube Ribeirão.

<sup>232</sup> Entrevista com Diva Inácia Marques em Osório, no dia 15/4/2002, realizada por Mariana Fernandes, Rodrigo Weimer e Miriam Chagas.

<sup>233</sup> Romário Marques Machado nasceu em 16/03/1901, filho de Isabel Osório Machado e Manuel Marques Machado, sendo seus avós maternos Pascoal Osório Marques e Ana Osório Nunes e os paternos João Machado Ramos (o fazendeiro assassinado pelo escravo Paulo) e Clara Marques da Silveira. Inventário de Isabel Osório Machado, Auto nº 581, 1921, Maço 18, Cartório de Órfãos e Ausentes, Conceição do Arroio – APERS. Inventário de Romário Marques Machado, processo 2960/270, 1ª Vara Civil de Osório, FO.

<sup>234</sup> Em mapa localizado na Divisão de Terras Públicas, em Porto Alegre, as terras de Machado aparecem próximas à região de Rolante, o que é congruente com a narrativa dada por Ermenegildo Manuel da Silva. As diferentes narrativas a respeito deste mito, bem como uma análise simbólica do mesmo, serão realizadas no ponto 4.1.

<sup>235</sup> Processo nº 319, Maço 20, Cartório de São Francisco de Paula de Cima da Serra – APERS.

<sup>236</sup> Depoimento do capataz José Gomes Machado, sobre o assassinato de seu “tio, padrinho e amo”.

neiro mas que funcionava como uma reafirmação das hierarquias existentes no cotidiano escravista. Conforme o capataz depôs em seu interrogatório:

[...] poucos dias antes do delito, achando-se o Tenente Coronel Ramos sentado à mesa com um moço seu camarada, viera Paulo tomar louvado ao Tenente Coronel Ramos, o que fez dando – boa-noite – ao referido moço que se achava à mesa, e que por este atrevimento o Tenente Coronel Ramos dera três chicotadas em Paulo, que correrá.

Com o rompimento dos laços que havia estabelecido em Santo Antônio, Paulo não podia aceitar mais este castigo, por ele considerado injusto. O frágil equilíbrio que existia nas relações entre ele e o seu novo senhor foi abalado e ele passou a considerar o rompimento definitivo, seja através do suicídio (que ele chegou a comentar com a esposa de um vizinho) ou do assassinato de seu senhor.<sup>237</sup>

Era uma estratégia senhorial mudar os cativos com problemas de comportamento de uma fazenda para outra, de preferência de parentes, procurando corrigi-los. É provável que Paulo fosse considerado insubmisso por seu senhor e que a sua transferência para Cima da Serra tivesse um caráter de punição – ao romper as redes familiares e de sociabilidade que ele havia construído em Santo Antônio onde morava desde os dois anos de idade –, visando ao mesmo tempo discipliná-lo, ou na linguagem da época – “amansá-lo”.<sup>238</sup>

Para o Sr. Sebastião, morador em Aguapés, o escravo – que ele não lembra o nome mas que chamavam de “nego loco” –, era dos Azevedo e o pai de Manuel Machado ofereceu-se para comprá-lo mesmo sabendo que era “doido”, pretendendo “amansá-lo”. A narrativa segue o curso habitual, sendo acrescentado o detalhe de que Machado ao acordar o escravo Paulo para servir-lhe leite em uma guampa, de manhã cedo, jogara “um balde d’água na cama do nego.” Ocorrido o assassinato, a narrativa procede a uma inversão momentânea dos papéis entre senhor e escravo, com o “nego loco” dando ordens (inclusive para a ex-senhora), sendo servido pelas escravas da casa, apropriando-se dos bens de seu senhor e fugindo para nunca mais ser encontrado:

---

<sup>237</sup> A idéia de “castigo justo” foi desenvolvida pela historiadora Silvia Lara, que explica: “Correção, emenda, disciplina ou simplesmente castigo: este o instrumento de controle senhorial para submissão de seus escravos. Sustentá-los para que não pusessem e castigá-los para que produzissem. Não se tratava, porém, de qualquer castigo [...]”. Lara, 1988, p. 49.

<sup>238</sup> Em um determinado momento do processo criminal, o falecido João Machado é chamado de “senhor moço” do escravo assassino, sendo assim provável que fosse filho do proprietário deste, Vitoriano José Machado. Quando a mudança não era suficiente para a correção do escravo a solução era vendê-lo. Dona Aurora, filha do escravo Merêncio, fala disso quando lembra de sua avó africana Maria: “A minha vó era africana pura. Veio da África... Ela era braba, Nossa Senhora. Quando ela vinha... *senhore não podia ir com ela...* aí botaram ela numa canoa e lá dos Três Irmão... pro Arroio. Ela nadava como peixe, ela se atirava na água. E os nego disse, ‘ô Pracera vem’. Quando ela queria ela embarcava na canoa, quando ela não queria ela se atirava na água. E foi um sacrifício pra levá, porque ela é muito braba, né. Era muito braba assim, *o senhor da senhora dela não pôde com ela, vendeu pra otro.* [...]” Entrevista com dona Aurora Conceição da Silveira, Maria Conceição da Silveira, Manuel Conceição da Silveira, Manuel Francisco Antônio e Guilherme Francisco Antônio, em Morro Alto no dia 13/9/2001, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira. A navegação fluvial através de pequenas canoas – construídas muitas vezes pelos próprios escravos –, deve ter sido utilizada como via de fuga, como relata o Sr. Sebastião Souza da Rosa na entrevista concedida em Aguapés no dia 19/10/2001 para Rodrigo Weimer e Paulo Moreira.

Sebastião – [...] Matô ele. Daí ele chegou em casa. “Salta um”, como é que é, “um café aqui”. A mulher dele chamava Clara, muito boazinha, a mulher do véio ruim. “Traz o café aqui”. “Isso é coisa de senhô”. “Que senhô? Traz o café aqui que eu já matei o senhô se não eu mato você também, bota o café aqui”. E aí as filha dele choravam, uuuuuuu. [...] Aí foram lá, o nego tomo café, foi na gaveta lá [...] Passou a mão no dinheiro que tinha lá numa gaveta: “Agora isso aqui é meu [...] agora vocês tão livre dessa peste”. *Aí foi e nunca mais pegaram o nego mais, ninguém mais sabe como foi.*

Entrevistadora – Mas daí ele fugiu?

Sebastião – É, foi-se ao mato.

Entrevistadora – Não pegaram ele?

Sebastião – Ué, vão pegar da onde?<sup>239</sup>

Segundo o documento judiciário, Paulo abandonou o local do crime e dirigiu-se para a cozinha da casa do finado fazendeiro, onde foi encontrado sentado e ao que parece não resistiu à prisão nem esboçou vontade de fugir para o mato.

O caso teve repercussão na época, sendo divulgado pela imprensa e fazendo parte do Relatório do Presidente da Província de 1882.<sup>240</sup> Os jurados reunidos na sessão de 17 de abril de 1883, votaram por unanimidade na culpa do réu, que foi condenado à pena de morte.<sup>241</sup> Legalmente a pena capital existiu durante todo o período Imperial, deixando porém de ser aplicada desde meados da década de 1850, quando sistematicamente o Imperador passou a “agraviar” os condenados, transformando a pena em galés perpétuas – serviços públicos compulsórios. Tratava-se de uma mudança do sistema punitivo: de uma vingança do rei a uma ofensa cometida contra a sua pessoa, passava-se a visão do crime como um atentado à sociedade, que deveria ser recompensada através da utilização do condenado em obras públicas, como calçamento de ruas, construção de pontes, etc. De qualquer maneira, o pedido de “agraviamento” do escravo Paulo não foi atendido a tempo e o mesmo faleceu na cadeia de Justiça de Porto Alegre em 14/11/1886, de anemia.<sup>242</sup>

O registro documental que retrata a morte do pardo Paulo na cadeia da capital da Província e não em algum recôndito esconderijo (rancho ou quilombo) no meio da Serra Geral, onde teria se refugiado e escapado das mãos da polícia e dos capitães de mato, não esvazia o sentido dado pela comunidade para o caso de assassinato. O grupo estudado relata um epílogo que reforça – sempre que novamente relatado – a idéia do mato

<sup>239</sup> Entrevista com dona Ângela Reginalda de Souza, Maria Rosa Rodrigues e o Sr. Sebastião Souza Rosa, nas Barranceiras no dia 19/10/2001, realizada por Mariana Fernandes, Cíntia Müller e Rodrigo Weimer.

<sup>240</sup> Jornal Mercantil, 19/01/1882 – MCSHC; Relatório com que o Dr. Joaquim Pedro Soares passou a administração da Província ao Dr. José Leandro de Godoy e Vasconcellos a 27/02/1882, p. 4.

<sup>241</sup> Houve apelação ao Tribunal de Relação, que confirmou a sentença em 28/09/1883.

<sup>242</sup> Na lista de óbitos, o falecido aparece com o nome de Paulo Martins dos Santos, pois, para não arcar com os custos judiciais, o fazendeiro Vitorino José Machado concedeu-lhe carta de liberdade, sem ônus, em 01/02/1882. Dados: 5 pés e 2 e meia polegadas de altura, filho de Bernabé José da Rocha e de Marcolina, cabelo carapinhos, testa grande, sobrancelhas cerradas, olhos pardos, boca grande, pouca barba, orelhas regulares, estatura alta, cicatriz na maçã do rosto sobre o lado esquerdo. Entrou na cadeia em 15/12/1882. Livro de Óbitos de Réus, J-068A – AHRS.

como positividade, caminho não só de ligação entre as famílias habitantes das senzalas, mas eventualmente entre a escravidão e a liberdade.<sup>243</sup>

E o nego se mandô mundo afora. Que ele não panhô mais de ninguém.<sup>244</sup>

O Sr. Sebastião diferencia em seu depoimento os escravos da casa com os dos quilombos (habitantes dos morros), estabelecendo mais do que características culturais diferenciações que ficavam expressas fisicamente:

Sebastião – É quilombo, é dos nego. E tinha os nego que era criado com os senhô, o meu avô falava isso, em casa de sinhô, então assim, passava os nego né. O nego criado pelo senhô era *nego da canela fina*, [...]. E os nego criado lá do mato, no canto, o cara com dezesseis anos, *mas cada baita homão*. Aí dizia o senhô assim: “vem cá tu pega aquele nego pra eu colocar no serviço”, “pois é tem dezesseis anos este cara, que pega, pega aquele nego com o cavalo, que pega pega que eu não vou lá pegar pra ti”. Aí o senhô dizia: “mas como?!”, “mas eles viviam lá no mato”. Eles caçavam paca, tatu, todo o bicho, e fazia uma churras-cada lá no morro lá da ribanceira. Então criou cada baita negrão, né, e os que foi criado pelo senhô, era fininho assim. Então aí foi tomando conta, né, não pode mais pegar o nego, né, “os nego tá muito rebelde, muito forte”.<sup>245</sup>

O conhecimento das trilhas que serpenteavam pelos morros permitiu não só que escravos se aquilombassem, mas que a população local conseguisse por vezes escapar das ações de recrutamento militar compulsório, principalmente acionadas em momentos de guerra civil.

Manoel da Conceição – ... tinha revolução quase toda a vida. [...]

Aurora – *Meu pai contava que eles corriam pro mato*. [...] *Pra não levá pra briga*. [...] *Tinha muito mato, era tudo mato aqui, tudo era mato*. [...]

Aurora – Se escondia. [...] A minha mãe se escondia. Ela tinha uma roça de feijão miúdo, e o meu pai atirou um laço dentro da roça e ela mais a minha vó, amarraram um pano na cabeça, se fazendo de bem velha [...] aí meteram uns tiro nas galinha... elas pelaram as galinha, arrumaram pra eles comê [...] “Cadê esses homi daqui, aqui não tem homi? Não, não tem.” Aí eles botaram os cavalo na roça de feijão, os cavalo estragaram tudo. E armoçaram e botaram... tudo. Aí eles perguntaram, “não tem homi aqui não? Não tem.” Aí diz que os cavalo arrebentaram aquela roça tudo aí eles foram tirá o laço que eles tinham atirado ali e carregaram o cavalo do meu pai, ainda.

---

<sup>243</sup> “Toda memória coletiva, percebeu Halbwachs (1980), é relacional e está estruturada em identidades de grupo. A memória dos indivíduos só existe pela intersecção em experiências grupais de diversos tipos, tais como família, trabalho, lazer e residência. Os acontecimentos do passado que são compartilhados são os que têm particular importância na ações do presente, sejam eles reais ou imaginários. As recordações mais relevantes são aquelas partilhadas por todos, desdobrando-se em uma ‘versão acordada do passado’. Não se trata de um simples ato de recordar, nem é como uma réplica do passado, mas esta memória advém de um complexo processo de comunicação, demonstrando como a cultura é contextualmente construída.” (Leite, 2000, p. 87).

<sup>244</sup> Entrevista com dona Maria de Lourdes Terra Rodrigues em Aguapés no dia 18/1/2002, realizada por Miriam Chagas, Rodrigo Weimer e Mariana Fernandes.

<sup>245</sup> Entrevista com dona Ângela Reginalda de Souza, Maria Rosa Rodrigues e o Sr. Sebastião Souza Rosa, nas Barranceiras no dia 19/10/2001, realizada por Mariana Fernandes, Cíntia Müller e Rodrigo Weimer.



[...] É, e eles levavam, que achassem de homi, eles levavam. [...] Mas tinha muito mato e eles iam [para o] mato e as mulhé ficavam.

Entrevistadora – A coisa era mato ?

Manoel Antônio – Era mato. [...] Tudo mato [...] *caiu num mato desses aí, nunca que ninguém mais achava.*

Entrevistadora – Era assim como se fosse...

Manoel Conceição – Um refúgio.

Manoel Antônio – Um refujado. [...] Agora um morro desse tudo era mato, metia num mato desses aí, quem é que achava. Só tinha a estrada picada. Era picada, não era estrada, era picadinha assim por baixo do mato.

Entrevistadora – Então conheciam bem tudo.

Manoel Antônio – Claro, então eles vinham por ali e a estrada que eles tinha que passa era ali.<sup>246</sup>

O processo de expropriação fundiária sofrido e a gradual falência econômica que tomou conta da região, fez com que muitos moradores tivessem que migrar para cidades vizinhas ou procurar a capital do Estado e sua região metropolitana. Entretanto, percebe-se que uma mudança temporária em busca de condições materiais de vida não exclui a expectativa de retorno ao local de origem (nascimento), um projeto de vida que pressupõe – mesmo que utopicamente –, a volta às proximidades do mato, local apreciado e que dá proteção.

Com a idade vai embora, quando chega a velhice quer voltar, né.<sup>247</sup>

Como já dissemos, os quilombos no Rio Grande do Sul mantiveram uma tradição de pequeno porte. Analisando a documentação disponível sobre a região estudada, melhor seria percebermos os quilombos não propriamente como um local de concentração de dezenas ou centenas de fugitivos, mas um sistema ou conjunto interligado de ranchos, para onde os cativos se dirigiam de forma temporária<sup>248</sup> ou em caráter permanente, mantendo relações com os plantéis escravos das fazendas vizinhas, com os quais mantinham laços solidários e de familiaridade.<sup>249</sup> De qualquer maneira, uma estratégia

---

<sup>246</sup> Entrevista com dona Aurora Conceição da Silveira, Maria Conceição da Silveira, Manuel Conceição da Silveira, Manuel Francisco Antônio e Guilherme Francisco Antônio, em Morro Alto no dia 13/9/2001, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira.

<sup>247</sup> Entrevista com Sebastião Souza Rosa em Aguapés, no dia 6/12/2001, realizada por Paulo Moreira e Rodrigo Weimer. Em uma comunidade com fortes laços com a terra, o enterro do umbigo possui uma simbologia associada a este retorno. As parteiras, após auxiliarem no parto, enterravam o umbigo próximo à porta da casa. Diversos moradores da região relataram que o enterro do umbigo visava a permanência ou o retorno ao local de nascimento. Ver ponto 3.2.

<sup>248</sup> Gabriel Debien chama de “pequeno cimarronaje ou cimarronaje ligero.” (Debien, 1981, p. 104).

<sup>249</sup> Esta permeabilidade entre condição escrava e condição quilombola pôde ser observada, também, já no início do século XIX, através de documento analisado no decorrer da pesquisa. Em queixumes acerca da atuação de Inácio, escravo do traficante José Bernardo Vieira, Antônio José Inácio observava que o furto era um “costume radicadíssimo naquele escravo, que *andando quase sempre fugido*, tem roubado a várias pessoas do mencionado lugar”. SCMPA/CEDOP, Fundo documental de José Bernardo Vieira, documento 66a. Grifos nossos. Requerimento anterior a 18/11/1804. Se o escravo Inácio andava “quase sempre fugido”, deduz-se que suas fugas não eram definitivas, existindo uma possibilidade de retorno e circulação.

senhorial utilizada para minimizar os riscos de rebeliões por parte dos escravos estava na possibilidade para o estabelecimento de lavouras familiares no interior dos plantéis.

### 1.3.2. Roças familiares, legados de terras e formas de manutenção de uma mão-de-obra dependente

Num congresso realizado pelos fazendeiros em Vassouras (Rio de Janeiro), foram propostas várias medidas para que se pudesse evitar o risco de revoltas escravas, entre elas, permitir os divertimentos dos escravos, promover o incremento da religião entre eles e, finalmente, “permitir que os escravos tenham roças e se liguem ao solo pelo amor da propriedade: o escravo que possui nem foge, nem faz desordens”.<sup>250</sup>

O testamento feito em 1877 pelo português José Martins da Costa, mesmo que morador em Itapuã (proximidades de Porto Alegre), nos deixou pistas sobre esta prática, de que encontramos referências rarefeitas nas documentações e que até o momento foi analisada precariamente pela historiografia:<sup>251</sup>

...deixo livres por minha morte a metade do valor de meus escravos Francisco, Joaquim, Caetano, José Velho, José Moço, Miguel, Fabiano e Antônio, *deixo a cada um deles as suas roças competentes de plantação para seu uso e desfruto, mas para nunca as poder vender, e ficando eles obrigados ao serviço do Campo de Nossa Senhora e criarem no mesmo campo e acompanharem Sua Senhora enquanto existirem.*

A referência às “suas” roças deixa claro que estes cativos tinham acesso a pequenos lotes ou parcelas de terreno, de onde podiam extrair alimentos – diminuindo os custos de produção de seu senhor –, e talvez algum excedente que seria vendido ao mercado. A menção às “roças” indica terras já plantadas e, portanto, tempo disponível para a preparação da terra, cultivo, etc., certamente conseguido diminuindo os prazos de descanso e aproveitando os dias santos e domingos (quando liberados por seus senhores).

Também no testamento deixado por Maria Quitéria para seus escravos, na Casca, evidenciava-se que ela estava formalizando uma ocupação anterior por meio de roças familiares.<sup>252</sup>

Dar os domingos e dias santos aos escravos, fez parte das políticas senhoriais de dominação, desde os tempos coloniais.<sup>253</sup> Nestes dias, os cativos podiam dedicar-se a atividades lúdicas (festas, namoros), religiosas ou trabalhar em serviços agenciados por conta própria, de onde poderiam retirar recursos para reforçar o seu sustento ou para planos de

<sup>250</sup> Cardoso, 1987, p. 54, 104.

<sup>251</sup> APERS – Provedoria, Maço 69, testamento 1971. Grifos nossos.

<sup>252</sup> Leite, 2000, p. 52-53.

<sup>253</sup> Já encontrado na colonização de Cabo Verde, denunciada por missionários desde o século XVI. O Padre Manuel de Barros disto tratava em carta de 19/04/1605: “E para que se entenda isso melhor, há Vossa Reverência de saber que há brancos e pretos que tem cento, duzentos, e mais e menos, escravos, e que lhes não dá de vestir, e de comer raras vezes, e eles o hão de fazer e buscar, e por isso trabalham para si ao dia de guarda por não terem outro remédio”. Talvez fosse um costume africano (Carreira, 1983, p. 376).

mais longo prazo. A própria experiência de constituição de economias próprias através de roças permitidas por seus senhores, habituava os escravos a venderem ou trocarem parte do excedente que produziam com outros moradores do local (livres ou escravos), muito provavelmente usando estrategicamente as tabernas e vendas nestas transações.

O conceito de brecha camponesa foi criado pelo historiador Tadeusz Lepkowski e desenvolvido por Sidney Mintz, nos estudos sobre o escravismo no Caribe e que visava analisar atividades econômicas que escapavam ao sistema de *plantations* e que pudessem explicar a emergência de um campesinato negro. Para o que nos interessa, eram citadas como brechas as atividades produtivas dos quilombos e “os pequenos lotes de terra concedidos em usufruto nas fazendas aos escravos”, principalmente aos não-domésticos.

Permitir o acesso dos escravos – ou de alguns deles –, a pequenos lotes de terras no interior da propriedade senhorial onde podiam plantar pequenas roças e produzir para consumo próprio e talvez algum excedente, que seria usado para a compra da liberdade (por exemplo), tinha um papel importante no funcionamento de muitas fazendas escravistas. Por um lado, após o final do tráfico internacional de escravos, era importante propiciar as condições para um aumento natural do plantel de escravos, por outro a produção de alimentos pelos próprios escravos diminuía os custos de manutenção destes trabalhadores. Além destes aspectos mais econômicos, como já mencionaram os fazendeiros no Congresso de Vassouras, o acesso às roças de certo modo prendia os cativos à terra, através da formação de famílias e da esperança de – após a alforria –, permanecerem de posse destes lotes.

Ao sul da fazenda dos Coelho da Costa, em Aguapés, consta no livro de registros paroquiais de terras 95 braças de mato pertencentes à Maria Jacinta em 1856.<sup>254</sup> A ausência de sobrenome, assim como o fato do registro ser assinado por João Antônio Marques leva a crer na possibilidade da proprietária ser uma ex-cativa que, quando alforriada, recebeu um quinhão de terras. Vale observar que, como afirmamos anteriormente, o limite meridional da Fazenda de Aguapés em 1813, então pertencente à Luciana de Assunção, eram as terras de “Gonçalo de Oliveira Preto”. Impossível dar conta das reais relações entre Gonçalo e Maria Jacinta; percebe-se, contudo, que desde inícios do século XIX aquelas terras eram um território negro, que convivia com o regime escravista através de uma relativa autonomia.<sup>255</sup> A historiografia recente sobre a escravidão demonstra ter sido esta uma prática corriqueira no regime escravocrata: a esperança da liberdade e da aquisição de um quinhão de terras funcionou como mecanismo disciplinador e de negociação das relações escravistas.<sup>256</sup>

A partir de depoimentos recolhidos junto a filhos e netos de cativos da fazenda do Morro Alto e em Aguapés, percebe-se que era esse o comportamento esperado por seus pais e avós da parte do senhor, de acordo com a “economia moral” dos escravos.<sup>257</sup>

<sup>254</sup> APERS, Livro de registros paroquiais de terras, p. 46r.

<sup>255</sup> Alguns anos antes, 1846, consta como proprietário de terras nas “Barranceiras”, possivelmente no mesmo local, o pardo Vicente. AHRS – Polfícia, Subdelegacia de Polfícia de Osório, Maço 45. Relação geral dos estancieiros do distrito da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio.

<sup>256</sup> Castro, 1998.

<sup>257</sup> Sobre o conceito de economia moral, ver Thompson, 1995.

Existia a expectativa de que um bom senhor de escravos deveria doar terras no momento de sua alforria, e se não o fizesse estaria quebrando uma espécie de pacto implícito a presidir as relações escravistas, motivo pelo qual deveria ser considerado ruim.

Maria – *Os escravo quando ficavam forro, aí eles davam um pedaço de terra, que foi o caso do vovô. [a senhora Maria Rosa Rodrigues generaliza ao conjunto de escravos alforriados a situação de seu avô, dando a entender que teria sido este o comportamento a ser esperado].*<sup>258</sup>

Aurora – *Só sei que ela deu essa Fazenda do Morro Alto pros negros dela não rolá. [...] Depois as nega diz que choravam, não sabia pra onde ir, ficaram como tudo assim, não sabiam porque eles deram a alforria.*<sup>259</sup>

Severina – *Toda vida eu ouvi falar que tinha essa que é a Nhanha Rosa deixou no Morro Alto, a fazenda de Morro Alto pros escravos dela. Porque essa Nhãnhã Rosa foi muito boa pros escravos, né? Ela nunca deu nos escravos dela, ela nunca judiou. Então ela não deixou os escravos dela sem nada, né? Então ela deixou ali a fazenda do Morro Alto.*<sup>260</sup>

É provável que os escravos de Rosa Osório Marques tenham sido alforriados – de variadas maneiras –, entre os anos de 1883 a 1884, período auge do movimento emancipacionista da província de São Pedro. A historiografia convencionou o uso da palavra “emancipacionista” em lugar de “abolicionista”, justamente para marcar com clareza que este movimento não dirigia-se – preferencialmente –, para a libertação completa, mas aceitava transigir com os senhores de escravos, aceitando diversas formas de “escravidão disfarçada” principalmente os contratos por prestação de serviços.<sup>261</sup> Acompanhando a evolução da campanha emancipacionista em cada município, o Centro Abolicionista – que concentrava as associações provinciais criadas para promover alforrias –, informou que na representativa data cívica de 7 de setembro de 1884 a vila de Conceição do Arroio havia sido considerada “emancipada”. Naquele ano, o advogado Luiz Henrique Moura de Azevedo enviou ao *Jornal do Comércio* relação dos cidadãos que conferiram 245 cartas de liberdade, sendo apenas 39 (15,9%) sem condição alguma.<sup>262</sup>

Dar a liberdade através de formas de “escravidão disfarçada” era uma forma de – mesmo que perdendo o valor-mercadoria dos cativos –, manter o seu valor-uso, principalmente considerando que a região (e o Rio Grande do Sul) como um todo, passava na segunda metade do século XIX por uma fase de falta relativa de mão-de-obra.<sup>263</sup>

<sup>258</sup> Entrevista com dona Ângela Reginalda de Souza, Maria Rosa Rodrigues e o Sr. Sebastião Souza Rosa, nas Barranceiras no dia 19/10/2001, realizada por Mariana Fernandes, Cíntia Müller e Rodrigo Weimer.

<sup>259</sup> Entrevista com dona Aurora Conceição da Silveira, Maria Conceição da Silveira, Manuel Conceição da Silveira, Manuel Francisco Antônio e Guilherme Francisco Antônio, em Morro Alto no dia 13/9/2001, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira.

<sup>260</sup> Entrevista com Severina Maria Francisca Dias, em Osório no dia 22/12/2001, realizada por Mariana Fernandes e Cíntia Müller.

<sup>261</sup> Piccolo, 1989 (xerox).

<sup>262</sup> Encerradas as matrículas em 30/03/1887, foi constatado que existiam ainda na vila 220 escravos. *Jornal do Comércio*, 28/10/1884 e 13/11/1884, *Jornal A Ordem*, 13/04/1887, *Jornal Mercantil*, 27/02/1887 – MCSHC.

<sup>263</sup> A Câmara Municipal de Conceição do Arroio em correspondência enviada ao Presidente da província, em 12/04/1883, informava que a “lavoura deste município se acha em grande atraso devido a falta de in-

Dos 24 escravos citados no inventário de Rosa Osório Marques, 11 estavam ainda presos a contratos de prestação de serviços, devendo a seus senhores 18 meses de trabalho cada, conforme o acordo firmado no processo de obtenção de alforria.

- |               |                |                |                             |
|---------------|----------------|----------------|-----------------------------|
| (1) Merêncio; | (4) Romeu;     | (7) Esperança; | (10) Maria;                 |
| (2) Felício;  | (5) Sebastião; | (8) Laura;     | (11) Carlota <sup>264</sup> |
| (3) Ambrósio; | (6) Eufrásia;  | (9) Idalina;   |                             |

Os meses de serviço eram listados nos inventários como bens a serem divididos entre os herdeiros. Assim, os 11 ex-escravos ainda obrigados à prestação de serviços eram ao mesmo tempo legatários e (pelo menos em parte) bens semoventes, com os meses que ainda tinham a servir avaliados segundo as condições físicas (sexo, idade, saúde) e profissionais (se possuíam algum ofício) de cada um.

- Merêncio, Felício, Ambrósio e Romeu: cinqüenta mil réis cada;
- Esperança, Laura, Idalina, Maria e Carlota: trinta mil réis cada.<sup>265</sup>

Dos escravos ainda sujeitos à alforria condicional, apenas os serviços de Sebastião e Eufrásia não são avaliados. Sebastião tinha 36 anos no inventário de Isabel Maria Osório, em 1867, tendo 57 anos em 1888 quando do inventário de Rosa Osório Marques, sendo portanto provável que seus serviços fossem considerados “sem valor” em função de seu estado físico. Eufrásia, nascida em 2 de setembro de 1861, casou em 12 de dezembro de 1885 com Roque Gonçalves da Terra.<sup>266</sup>

Através do cruzamento entre o inventário de Rosa Osório Marques com outros documentos de natureza judicial, assim como os registros de batismos e óbitos e informações colhidas junto à comunidade estudada, é possível identificar alguns núcleos familiares dentre os escravos legatários. Laura e Eufrásia eram irmãs de Merêncio,<sup>267</sup> filhos de Jacinta.<sup>268</sup> Conforme informou Manuel Francisco Antônio, Merêncio era filho do senhor

---

dústria e braços pois que este é limitadíssimo o seu número; entretanto os agricultores esforçam-se no sentido de alargarem-se em suas plantações pela contração que votam ao trabalho, sendo que os lavradores deste município concentram em geral suas limitadas forças ao plantio de cana, donde provém a maior força da receita municipal desta Câmara.” AHRS – Autoridades Municipais, Maço 57, ofício da Câmara de Vereadores, 12/04/1883.

<sup>264</sup> APERS – Cartório de Órfãos e Ausentes – Viamão – Inventário de Rosa Osório Marques – Auto 108 – Maço 5 – 1888: 25v/26r.

<sup>265</sup> Inventário de Rosa Osório Marques, folha 39v.

<sup>266</sup> Casou com o nome de Eufrásia Osório Marques. ACDO – 3º Livro de Batismos – Escravos – 1861-1868, folha 2 - 6º Livro de Casamentos – 1884/1889 – folha 26r.

<sup>267</sup> Entrevista com dona Aurora Conceição da Silveira, Maria Conceição da Silveira, Manuel Conceição da Silveira, Manuel Francisco Antônio e Guilherme Francisco Antônio, em Morro Alto no dia 13/9/2001, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira.

<sup>268</sup> Merêncio faleceu em 23/3/1941, segundo lápide no cemitério de Agupés. De acordo com a tradição da comunidade, ele teria vivido 100 anos; contudo, o registro do seu batismo indica como data de seu nascimento o dia 8/10/1856, e o de sua mãe, o dia 10/2/1841. CHF/Mórmons, rolo 75, 2º livro de batismos de escravos, fl. 1r e 61r.

Manuel Antônio Marques, e, portanto, irmão de José Osório Marques,<sup>269</sup> testamenteiro de Rosa e legatário de sua fortuna. Apesar de serem irmãos, José Marques talvez fosse o principal interessado em que os cativos não recebessem a herança que lhes cabia.<sup>270</sup>

Temos outro núcleo familiar composto por Polucena e seus filhos. Enriqueta (4/11/1854) Idalina (maio de 1860),<sup>271</sup> Manuel (1/7/1862), Maria Polucena (16/2/1865), Carlota e Romeu eram seus filhos, além de Emília (3/12/1872), nascida após a lei do ventre livre.<sup>272</sup> Nazário, por sua vez, era irmão de Polucena.

Esperança (5/11/1856), por sua vez, tinha um filho e uma filha pequenos, que figuram no inventário como “ingênuos”, conforme veremos adiante. Ambrósio (20/9/1853) era seu irmão, ambos filhos da escrava Maurícia.<sup>273</sup> Antônio e Isidoro eram irmãos, filhos da escrava Joana, nascidos, respectivamente, em 1859 e 1864.<sup>274</sup> De qualquer forma, não temos quaisquer informações familiares a respeito de apenas cinco dos 24 escravos herdeiros (Felício, Fortunato, João, Maria e Teodoro<sup>275</sup>), seja por sua ausência nos registros documentais estudados – há que lembrar que os registros de batismo são lacunares – seja por um nome demasiado comum para inferir quaisquer conclusões mais precisas.

Teresa e Felisberta também eram irmãs, ambas filhas da escrava Severina, pertencente a Tomás Osório Marques.<sup>276</sup> Felisberta mantinha relações conjugais com Manuel, filho de uma escrava da mãe de Rosa Osório Marques.<sup>277</sup> Tal como Merêncio, Manuel

---

<sup>269</sup> “... esse Merencio era nego, mas ele era irmão do tal de Zé Marque. Parte de pai, ele era filho do senhô, o Zé Marques, era filho do senhô...ele era nego e o otro era branco. Mas eles se davam de certo bem como irmão, porque eles eram irmão por parte de pai. Só que ele era filho da morena e não da senhora. O otro era preto e ele era branco, então eles se davam bem.” Entrevista com dona Aurora Conceição da Silveira, Maria Conceição da Silveira, Manuel Conceição da Silveira, Manuel Francisco Antônio e Guilherme Francisco Antônio, em Morro Alto no dia 13/9/2001, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira.

<sup>270</sup> Ao fazê-lo, José Marques contrariava uma condição imposta por Rosa Osório Marques: ao estabelecê-lo como testamenteiro, Rosa determinava como pré-requisito para o recebimento de seu quinhão na herança por ela determinada que o mesmo desse cumprimento às suas disposições testamentárias. Inventário de Rosa Osório Marques, fl. 14r.

<sup>271</sup> CHF/Mórmons, rolo 75, 2º livro de batismos de escravos, fl. 94v

<sup>272</sup> ACDO – 3º livro de batismos de escravos, fl. 10v e 31v; livro de batismos de libertos, fl. 9r. Sabe-se que Romeu é filho de Polucena através de escritura de 1926, anexada ao processo 3041/351, analisada no Fórum de Osório, à folha 63. FO

<sup>273</sup> CHF/Mórmons, rolo 75, 2º livro de batismos de escravos, 39v e 61 r.

<sup>274</sup> CHF/Mórmons, rolo 75, 2º livro de batismos de escravos fl. 94 v e ACDO – 3º livro de batismos de escravos, fl. 24.

<sup>275</sup> Uma senhora por nós contatada durante a festa de Nossa Senhora do Rosário contou-nos que seu avô chamava-se Teodoro, sendo filho da escrava Teresa. Todavia, não foi possível averiguar se trata-se do mesmo Teodoro que consta no testamento de Rosa.

<sup>276</sup> Teresa nasceu em 26/5/1856 (CHF/Mórmons, rolo 75, 2º livro de batismos de escravos, fl. 61r). Felisberta, por sua vez, era mais jovem que sua irmã, já que, de acordo com sua neta, “quando foi a libertação ela tinha dezesseis anos, ela foi liberta e a mãe dela saiu da escravidão”. Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silveira, Diva Inácia Marques e Celso Rodrigues Terra em Osório no dia 28/11/2001, realizada por Rodrigo Weimer. Não se sabe se a referida libertação trata-se da alforria de Felisberta ou de maio de 1888. Considerando a segunda possibilidade, a escravidão de Felisberta era ilegal, dado que nasceu depois da lei do ventre livre.

<sup>277</sup> Entrevista com Diva Inácia Marques em Osório, no dia 15/4/2002, realizada por Mariana Fernandes, Rodrigo Weimer e Miriam Chagas.

era filho de um senhor com a sua escrava. Sua neta, Diva Inácia Marques lembra que seu avô era da família de Romário Marques Machado, não sabendo se ele era irmão ou primo.<sup>278</sup> Muitos dos escravos legatários de terras no inventário de Rosa Osório Marques eram também afillhados de seus senhores, o que lhes colocava em uma situação destacada frente aos demais cativos.<sup>279</sup>

Diversos dos escravos que receberam terras através do inventário de Rosa Osório Marques eram especializados e mantinham relações consanguíneas ou de compadrio com a casa-grande. Tinham, por estes motivos, melhores condições de tornar os sofrimentos do cativo mais toleráveis. Como vimos, possuir uma especialidade ou gozar da confiança do senhor elevava a avaliação dos escravos inventariados. Castigos excessivos poderiam significar lesar um patrimônio produtivo de valor significativo. Merêncio, além de supostamente ser filho de Manuel Antônio Marques, também tinha a profissão de carpinteiro.<sup>280</sup> Felisberta, por sua vez, ocupava-se de cuidar da filha da patroa,<sup>281</sup> além de fiar, fazer crochet e renda de bilro.<sup>282</sup> Sua irmã Teresa dedicava-se às mesmas atividades artesanais, fato que levou um morador da região a referir-se a ela como “nega fina, escrava da ‘sala livre’”.

Severina – A vovó tecia, a vovó fazia coberta, a vovó fazia pano. Às vezes tinha roupa que a vovó tecia. Ela tecia fazenda, assim, pano. Só não era assim como agora aqui que faz assim, não. Se a gente quisesse um vestido amarelo ou *cor-de-rosa* tinha que arrumar tinta pra tingir. Tingia aquele pano. Af a gente cortava e fazia. Tinha azul, verde, agora verde era tingido com mato.<sup>283</sup>

Contudo, se as atividades desempenhadas por estes escravos e as relações com os senhores lhe permitiam o acesso, ainda que parcial, a benesses decorrentes de um maior contato com a realidade da casa-grande, os mesmos estavam inseridos em um universo social e comunitário que os ligava ao conjunto dos escravos da fazenda de Morro

---

<sup>278</sup> Entrevista com Diva Inácia Marques em Osório, no dia 15/4/2002, realizada por Mariana Fernandes, Rodrigo Weimer e Miriam Chagas. Cruzando o depoimento de dona Diva com a genealogia da família Marques por nós investigada, é provável, em termos geracionais, que Manuel seja filho de Pascoal Osório Marques, sendo primo em segundo grau de Romário Machado.

<sup>279</sup> CHF/Mórmons, rolo 75, 2º livro de batismos de escravos. – Alguns exemplos: Jacinta era afillhada de João Antônio Marques e de Rosa Osório Marques – fl. 1r (ou seja, do irmão do pai de seus filhos, e da senhora que lhe legou terras). Manuel era afillhado de Tomás Osório Marques e da própria Rosa Osório Marques – fl. 14v/15r (se nossa hipótese estiver correta, de seu tio e sua tia). Teresa era afillhada de João Osório Marques e Josefa Maria da Terra – fl. 60v. Merêncio era afillhado de João e Ana Osório Marques – fl. 61r. (ou seja, de seu irmão e de uma filha de sua senhora). Idalina era afillhada de João Osório Marques e Rosa Osório Marques sobrinha – fl. 94v.

<sup>280</sup> Entrevista com dona Aurora Conceição da Silveira, Maria Conceição da Silveira, Manuel Conceição da Silveira, Manuel Francisco Antônio e Guilherme Francisco Antônio, em Morro Alto no dia 13/9/2001, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira.

<sup>281</sup> Entrevista com dona Autora Inácia Marques da Silveira, Diva Inácia Marques e Celso Rodrigues Terra em Osório no dia 28/11/2001, realizada por Rodrigo Weimer.

<sup>282</sup> Entrevista com Diva Inácia Marques em Osório, no dia 15/4/2002, realizada por Mariana Fernandes, Rodrigo Weimer e Miriam Chagas.

<sup>283</sup> Entrevista com Severina Maria Francisca Dias, em Osório no dia 22/12/2001, realizada por Mariana Fernandes e Cíntia Müller.

Alto. A análise das suas relações familiares não pôde limitar-se ao interior de um único plantel: pelo contrário, eram inúmeros os laços que os uniam a escravos de outros proprietários da família Marques, Nunes da Silveira e Osório, situação que analisaremos posteriormente. O herdeiro Sebastião, por exemplo, possuía esposa e filhos entre os escravos de Aguapés.<sup>284</sup>

Embora uma maior inserção no universo da casa-grande colocasse estes escravos em melhores condições de negociação, é evidente que grandes sofrimentos eram presentes na sua vida. Se Felisberta não estava submetida às duras tarefas da lavoura canavieira, por outro lado tinha seu dedo perfurado pela senhora com a agulha de crochet sempre que errava algum ponto.<sup>285</sup> Sua sobrinha Maria Teresa, filha de Teresa, escrava “fina”, da “sala livre”, nascida depois da lei do ventre-livre, era submetida a tarefas cruéis, ainda mais se considerarmos tratar-se de uma criança que há pouco tempo havia aprendido a caminhar. No entanto, por ser “ladinha”, mas também por ter sido criada na “sala-livre”, ela encontrou uma ótima solução para livrar-se do sofrimento a que fora submetida:

Às vez ele [o nonhõ de sua mãe] mandava “Vai buská fogo pro nonhõ fumá”. Lá vai eu, ia buská fogo. Às vez agarrava um tiçãozinho de fogo, quarqué uma coisa, trazia. Um dia diz que eu truxe uma brasa na mão. Ele diz, foi que garrô o cigarro, foi tirá do bolso, fazê o cigarro: “Péra, deixa o nonhõ fazê cigarro”. “Tá queimando, nonhõ”. “Não, não queima não”. Aí diz que eu deixei a brasa caí, e fui na cozinha, corri cheguei na cozinha, garrei uma culhé que ela tinha de mexê a panela, botei a brasa dentro da culhé e truxe: “Olá nonhõ, tá aqui, agora não queima”. “Ah, tu aprendeu, hei!” Diz que tudo isso eu já fazia, já era bem ladinha neste tempo.<sup>286</sup>

---

<sup>284</sup> Entrevista com Sebastião Souza Rosa em Aguapés no dia 27/10/2001, realizada por Cíntia Müller, Miriam Chagas e Rodrigo Weimer.

<sup>285</sup> Entrevista com Diva Inácia Marques em Osório, no dia 15/4/2002, realizada por Mariana Fernandes, Rodrigo Weimer e Miriam Chagas. É curioso observar que esta prática era realizada pela senhora Rosa Osório Marques, que é considerada pela comunidade um modelo de “boa senhora”. De acordo com Ercília Marques da Rosa, prima de Diva, eram estas as diferenças entre Rosa Osório Marques e os demais senhores: “As sinhás ensinavam elas a bordar, fazer crochê, porque tricô naquela época diz que não existia. Então ensinavam a tear, a fazer roupa pra elas. Tem um avental da minha mãe que foi tecido no tear pelas escravas daquele tempo. [...] Tinham lazer, podiam brincar. A sinhá não se importava. Tem outros que não, que o negro só apanhava, ia pro castigo. Outros até matavam os coitados dos escravos. Tem casos que matavam os coitados dos negros no tronco amarrados pés e mãos. Se sentasse uma mosca não podiam sufocar porque estavam chaveados.” Entrevista com Ercília Marques da Rosa e Wilson Marques da Rosa na Prainha no dia 26/8/2001, realizada por Cíntia Müller, Mariana Fernandes, Alessandro Gomes e Cíntia Rizzi.

<sup>286</sup> Tia Maria Teresa festejou aniversário rememorando momentos de seu passado. *Correio do Povo*, 8/02/1980, p. 15. De acordo com Lara (1988), os castigos tinham um papel pedagógico e cumpriam um papel exemplar e disciplinar para os escravos, sendo, portanto, parte constitutiva do sistema escravista. A percepção contemporânea, contudo, é difícil não se espantar com a crueldade do castigo descrito, sobretudo por envolver crianças pequenas. Joana Gomes de Carvalho, narrou história semelhante, afirmando que a “avó de sua avó” tinha as palmas das mãos negras por fornecer brasas ao senhor enquanto ele acendia seu cigarro. Entrevista com Joana Gomes de Carvalho em Aguapés no dia 15/4/2002, realizada por Miriam Chagas, Rodrigo Weimer e Mariana Fernandes. Ao contrário de Maria Teresa, esta escrava (“tinha que ser na mão”) não pôde encontrar em uma colher o alívio para a dor física, talvez por não ter nascido depois da lei do ventre livre, talvez por não ser tão “ladinha”, talvez por não ser uma “negra da sala livre”.



Os 13 escravos herdeiros de Rosa restantes – Theodoro, Nazário, Manuel, Polucena, Jacinta, Henriqueta, Fortunato, Antônio, Isidoro, João, Theresa, Felisberta e Maria Polucena –, provavelmente eram já libertos, apesar de não termos conseguido localizar a maioria das cartas de alforria.<sup>287</sup> O pardo Teodoro teve que indenizar sua senhora com uma quantia não especificada na carta de alforria, ficando livre “como se nascido fosse de ventre livre”, desde 22 de dezembro de 1883.<sup>288</sup>

Além dos 24 ex-escravos e legatários, o inventário apontava a existência de 3 ingênuos. Categoria derivada da lei do ventre livre (1871), os filhos de escravos nascidos após aquela data poderiam ficar até os 21 anos trabalhando para os senhores de seus pais, ou serem entregues ao governo mediante indenização. O próprio Governo Imperial – carente de recursos para indenizar os senhores –, incentivava os proprietários a manterem sob seu controle os ingênuos, ao mesmo tempo aproveitando o serviço dos mesmos e barganhando com seus pais a liberdade completa da família escrava.

- 1) Emília, 16 anos de idade, filha de Polucena, nascida em 03/12/1872.
- 2) Onorata, 13 anos de idade, filha da preta Esperança, nascida em 16/05/1875.
- 3) Marcelino, 15 anos de idade, filho de Esperança, nascido em 03/01/1873.<sup>289</sup>

A idéia era manter presa ao cativo pelo menos parte da família escrava, fazendo com que os libertos continuassem à volta da casa-grande senhorial. Esta estratégia ficava evidente na própria concessão de lotes aos ex-cativos, expressa no testamento de Rosa Osório Marques.

Deixo para todos *meus escravos*, digo, *ex-escravos e ex-escravas* cento e oitenta e quatro braças de terras de matos que possuo na fazenda do “Morro Alto”, separadamente entre eles para serem usados e frutados passando o [15r] destes a seus filhos e daqueles pela mesma forma sem que possam vender ou permutar.<sup>290</sup>

Vários autores tem apontado que a concessão de terras a escravos alforriados não foi rara na formação escravista, e que neste tipo de prática podem ser verificadas algumas constantes, presentes no caso de Morro Alto:

---

<sup>287</sup> Dona Diva declarou que sua avó Felisberta guardava a carta de “fórraria” de avô Manoel, o que talvez indique que algumas não foram registradas em cartório. Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silveira, Diva Inácia Marques e Celso Rodrigues Terra em Osório no dia 28/11/2001, realizada por Rodrigo Weimer.

<sup>288</sup> APERS – Tábionato de Viamão – Livro 2 – Registros Diversos – carta de 22/12/1883, registrada em 26/01/1884, 19r/19v. A carta foi assinada pelo procurador de Rosa Osório Marques, por ser ela analfabeta.

<sup>289</sup> Inventário de Rosa Osório Marques, folha 25v. ACDO – Livro de Batismo de libertos – 1872-1887, 30v/31r, 8v.

<sup>290</sup> Inventário de Rosa Osório Marques, Auto 108, Maço 5, Cartório de Órfãos e Ausentes de Viamão, 1888 – APERS. Talvez por ser “cria da casa” e contar com a preferência de sua ex-senhora, a escrava Idalina ainda recebeu “cinquenta reses de criar”.

O lapso de Rosa Osório Marques que, ao deixar o legado testamentário a seus ex-escravos, enganou-se e os denominou de apenas escravos, corrigindo-se depois, evidencia a dificuldade da elite e da mentalidade senhorial para aceitar que aqueles forros eram, a partir de então, homens livres.

[...] Em primeiro lugar, nos casos em que havia dados sobre laços de parentesco, muitos dos escravos contemplados com alforria e terra, senão a maioria, formavam famílias caracterizadas por certa estabilidade. Ao mesmo tempo, o doador tomava o cuidado de limitar o poder dos legatários de alienar a propriedade, numa clara tentativa de protegê-los “contra si”. Os dois fatos juntos sugerem uma política por parte desses senhores visando a transformar seus escravos em “dependentes”. Isto é, ofereciam-se condições de estabilidade (favoráveis à formação de famílias), a proteção devida a clientes menores e eventualmente o prêmio da alforria, ou da liberdade com propriedade, em troca, presume-se, de trabalho e “submissão”. Já uma terceira constante dessas doações era o fato de que os testadores não tinham cônjuge ou herdeiros necessários/forçados (herdeiros em linha direta, ascendentes ou descendentes). A combinação dessas três características pode indicar que tais doações normalmente não aconteciam quando o testador estava preocupado em garantir o bem-estar de um cônjuge ou herdeiro. Contudo, mesmo nesses casos, a política de “produção de dependentes” poderia estar presente no dia-a-dia da escravidão; apenas não teria expressão visível (e dramática) nas declarações solenes perante a morte.<sup>291</sup>

Como explica Robert Slenes – que participou da pesquisa de Fry e Vogt sobre o Cafundó –, fazia parte das “políticas de domínio senhoriais” incentivar ou permitir a formação de famílias escravas. A existências destes núcleos familiares contribuía para a autonomia escrava, mas também fazia parte de um jogo de estratégias paternalistas de controle por parte dos senhores.<sup>292</sup>

De acordo com as características acima citadas por Vogt e Fry – que combinam com o caso analisado do Morro Alto –, destacamos a cláusula de inalienabilidade, também presente no testamento de Quitéria, na Fazenda da Casca<sup>293</sup> – que deu origem ao que até hoje é denominado pela comunidade de terra de “usufruto” ou “desfruto”<sup>294</sup> –, e a falta de clareza na demarcação dos limites da concessão.

Na realidade, a imprecisão do testamento teve continuidade no inventário no momento de pagamento do que cabia aos legatários. Transformando as braças de terra em metros, cumprindo assim as disposições do Governo Imperial de utilizar o sistema métrico decimal tentando resolver a confusão existente nas medições fundiárias – os inventariantes determinaram:

*Quatrocentos e quatro metros e oito centímetros de terras de campo e matos, na fazenda de Morro Alto, no município da Conceição do Arroio, a dois mil [110r] réis cada metro e todos pela quantia de oitocentos e oito mil cento e sessenta réis. Com a qual fica preenchido o pagamento do legado aos ex-escravos em número de vinte e quatro.*

---

<sup>291</sup> Vogt; Fry, 1996 p. 71.

<sup>292</sup> Slenes, 1999.

<sup>293</sup> Leite, 2000, p. 56

<sup>294</sup> Entrevista com dona Aurora Conceição da Silveira, Maria Conceição da Silveira, Manuel Conceição da Silveira, Manuel Francisco Antônio e Guilherme Francisco Antônio, em Morro Alto no dia 13/9/2001, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira. Dona Aurora: “Só sei que ela deu essa Fazenda do Morro Alto pro negro dela não rola. Não era pra vendê, nem permutá, aquele que comprasse, perdia. Não era pra vendê.”

Pensamos que a consciente não indicação dos limites (fronteiras) das concessões fazia parte de uma estratégia de manter os libertos dependentes dos ex-senhores, mas ao mesmo tempo serve como indicação de um território negro pré-existente à alforria, que certamente confundia-se com as roças dos escravos.<sup>295</sup>

De qualquer forma, a maior parte dos ex-escravos que receberam terras de Rosa Osório Marques encontravam-se presentes na Fazenda do Morro Alto em 1893, ano em que foi realizada uma listagem de “interessados e heréus confinantes da Fazenda do Morro Alto” e “agregados que se acham dentro da fazenda e dizem-se possuidores de partes dela”<sup>296</sup> (ver ponto 1.4). A listagem faz referência a Ambrósio Marques, Esperança Marques, Roque Marques (como vimos, marido de Eufrásia), Fortunato Marques, Merêncio Marques, Nazário Marques, Plucênia Marques, Sebastião Marques e Teodoro Marques. Se considerarmos os familiares de cada um – por nós identificados e os parentescos que fugiram aos dados de que dispomos – certamente teremos a totalidade, ou quase a totalidade, dos herdeiros de Rosa.

No decorrer da pesquisa, foram identificados outros casos de alforrias ou de legados de terras nos termos apontados por Slenes. Partindo do testamento de Rosa Osório Marques, investigamos diversos inventários e testamentos de sua família, localizando casos significativos que merecem menção.<sup>297</sup> Em 1876, faleceu Maria Joaquina Marques, prima-irmã de Rosa Osório Marques,<sup>298</sup> e, como esta última, não deixou filhos. Maria Joaquina alforriou os seus escravos Calisto, Inácia, Juliana e Luzia, realizando a doação, para eles, de 10 braças de terras na “tapera do falecido Fulgêncio”.<sup>299</sup> As terras doadas eram em uma região distante de Aguapés,<sup>300</sup> onde estes escravos possuíam diversas relações sociais e familiares.

Com efeito, Maria Joaquina doou terras para parte de uma família, mantendo seus parentes como escravos ou sob contrato de prestação de serviços. Inácia era mãe

---

<sup>295</sup> A estrada que sobe da “terra de usufruto” para a antiga área de roça da comunidade, segundo Manuel Francisco Antônio, já existia desde o tempo dos escravos como uma simples picada ou talvez mais um dos caminhos que cortavam os morros: “...A estrada do morro, que eles traçavam, era do tempo dos cativero, que já, quando nós fumo pra lá já tinha.” Entrevista com Dona Aurora Conceição da Silveira, Maria Conceição da Silveira, Manuel Conceição da Silveira, Manuel Francisco Antônio e Guilherme Francisco Antônio, em Morro Alto no dia 13/9/2001, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira.

<sup>296</sup> Auto nº 196, 1893, Autora: Maria Bernarda Marques, Maço 4, Cartório Cível e Crime de Osório – APERS.

<sup>297</sup> Slenes também partiu do estudo de famílias contempladas pela doação de terras em um testamento, e a partir delas, chegou a diversos outros casos que demonstram “informações sobre doações de terra e sobre a família escrava na região de Sorocaba e Itapetininga – sugeriam que a história de Cafundó não seria tão atípica como parecia à primeira vista” (Vogt; Fry, 1996, p. 59); “Ao reconstruir a história do Cafundó, rapidamente descobrimos que os legados descritos não esgotavam o assunto” (Vogt; Fry, 1996, p. 69). Poderíamos lembrar, antes de mais nada, que Ana Joaquina, tia materna de Rosa Osório Marques, foi criada e batizada por Quitéria Pereira do Nascimento, que realizou a doação de terras para seus escravos na Fazenda da Casca (Leite, 2000, p. 52).

<sup>298</sup> Maria Joaquina Marques era irmã de Manuel Antônio Marques, e sua mãe era irmã do pai de Rosa.

<sup>299</sup> APERS, Inventário de Maria Joaquina Marques, – Osório – 1876 – Cartório da Provedoria – Maço 1 – Auto 22 – Estante 159.

<sup>300</sup> Os campos do Fulgêncio localizavam-se próximos a uma região denominada “tapera do Cunha”, onde Firmiano José Luiz Osório possuía terras. APERS, Livro de registros paroquiais – Conceição do Arroio, 1855-1864, fl. 19.

de Juliana (batismo 12/12/1842)<sup>301</sup> e avó de Lúcia,<sup>302</sup> enquanto Calisto era seu genro.<sup>303</sup> Era conservada a condição escrava do marido de Juliana, Sebastião<sup>304</sup> (escravo na fazenda do Morro Alto, pertencente à prima de sua senhora), de duas outras filhas de Inácia, Angélica (8/10/1849) e Rita (20/10/1844)<sup>305</sup> (esposa de Calisto), e ainda de outra filha de Juliana, Guilherma (10/7/1861), do marido de Lúcia, Gaudino, e de Cesária, filha de Rita e Calisto (14/5/1859).<sup>306</sup> Finalmente, Ângela (2/10/1857),<sup>307</sup> outra irmã de Guilherma e de Lúcia, permaneceria sob contrato de prestação de serviços para o major João Antônio Marques durante dez anos (ver adiante Gráfico Genealógico 3).

Não temos condições de saber por qual motivo esta família não tomou posse das terras que lhe foram legadas. É possível que houvesse pressão contrária por parte dos irmãos da testadora. Por outro lado, pode-se supor que os escravos nem tenham chegado a saber que haviam recebido um terreno em uma localidade longínqua. Não podemos, ainda, descartar a possibilidade de que Lúcia, Juliana, Inácia e Calisto simplesmente tenham resistido em permanecer ali, junto de suas irmãs e filhas, a fim de manter-se no “Cantão”.<sup>308</sup>

Outro caso analisado também demonstra que, embora alforrias tenham sido concedidas, se buscava manter uma relação de dependência em relação aos ex-senhores. Em 1867, quando foi realizado o inventário da mãe de Rosa Osório Marques, Isabel Maria Osório, os menores Herculano, Serafina, Clementina e José, respectivamente com 10, 9, 7 e 3 anos adquiriram sua alforria pelo valor com que tinham sido inventariados.<sup>309</sup> Através dos registros de seus batismos<sup>310</sup> descobriu-se que sua mãe era Angélica Inácia, conservada escrava em 1867, ocasião em que tinha 48 anos e encontrava-se doente.<sup>311</sup> Vinte anos mais tarde, falecia também o italiano Francisco Pastorino, possuidor de terras no Espriado. Através do seu testamento, descobre-se que Pastorino era solteiro, e que ele era o pai dos filhos de Angélica Inácia Isabel, a quem legava o usufruto de seus bens.<sup>312</sup> Ou-

<sup>301</sup> CHF/Mórmons, rolo 75, 1º livro de batismos de escravos, fl. 97.

<sup>302</sup> Entrevista com Sebastião Souza Rosa em Aguapés no dia 27/10/2001, realizada por Cíntia Müller, Miriam Chagas e Rodrigo Weimer.

<sup>303</sup> Entrevista com dona Adile Jesus dos Santos e Nelson Santos Silva em Osório no dia 29/10/2001, realizada por Marcelo Vianna e Cíntia Müller.

<sup>304</sup> Entrevista com Sebastião Souza Rosa em Aguapés no dia 27/10/2001, realizada por Cíntia Müller, Miriam Chagas e Rodrigo Weimer.

<sup>305</sup> CHF/Mórmons, rolo 75, 2º livro de batismos de escravos, fl. 22r; 3v.

<sup>306</sup> ACDO – 3º livro de batismos de escravos, fl. 2-2v.

<sup>307</sup> CHF/Mórmons, rolo 75, 2º livro de batismos de escravos, fls. 73v.

<sup>308</sup> Os descendentes destes escravos são, ainda hoje, denominados pela comunidade como “negas do quilombo”, por estarem geograficamente próximos à região onde era o quilombo – entre o Morro da Vigia e o Morro do Chiquinho.

<sup>309</sup> APERS – Inventário de Isabel Maria Osório – Osório – 1867 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 4 – Auto 99 – Estante 159.

<sup>310</sup> CHF/Mórmons, rolo 75, 2º livro de batismos de escravos. Nasceram, respectivamente, em 21/4/1855 (fl. 51r), 30/1/1857 (fl. 63v); ACDO, 3º livro de batismos de escravos, 4/1/1861 (fl. 8r) e 15/2/1864 (fl. 24r).

<sup>311</sup> APERS – Inventário de Isabel Maria Osório – Osório – 1867 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 4 – Auto 99 – Estante 159. O registro do batismo de Angélica, filha da escrava Inácia, foi realizado em 10/5/1825. CHF/Mórmons, rolo 75, 1º livro de batismos de escravos, fl. 54v.

<sup>312</sup> APERS – Inventário de Francisco Pastorino – Osório – 1887 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 2 – Auto 39 – Estante 159.

tros filhos de Angélica Inácia Isabel, nascidos antes dos seus primeiros filhos com Pastorino, também permaneceram submetidos ao cativeiro: é o caso de Manuel (30/11/1847) e Felipe (28/9/1849).<sup>313</sup> Ao manter Angélica e demais filhos como cativos, a família Marques não apenas deixava sob sua dependência as crianças alforriadas, como o seu pai.<sup>314</sup> Manuel Antônio Marques foi o testamenteiro de Francisco Pastorino, e pessoas desta família aparecem como padrinhos em diversos registros de batismo de escravos pertencentes aos Marques.<sup>315</sup> Os forros da família Pastorino se mantiveram no âmbito, pois, das relações comunitárias escravas.

### 1.3.3 – Da senzala ao quilombo, do quilombo à senzala: parentesco e memória na comunidade escrava de Morro Alto

Até pouco tempo atrás, principalmente antes da construção da estrada de rodagem, as ditas relações comunitárias se expressavam por meio do uso dos caminhos que cruzavam os morros (como um que cortava de Aguapés até o Ribeirão, pelo Morro do Chiquinho). Essas trilhas pelo meio do mato são lembradas como contatos entre as senzalas, por onde vinham os escravos para suas festas, inseridos em uma economia do afeto que dava sentido ao sentimento de comunidade, ensejava núcleos familiares e costurava os pontos de ligação do território negro.<sup>316</sup> Em outro depoimento, Manuel Francisco Antônio estabeleceu uma equivalência entre quilombo e mato: “Por isso que naquele lugar, que os negro se sumia, que era mato, depois os senhor eles tratavam [que] era quilombo.”<sup>317</sup>

Isso talvez indique uma possível explicação para as correlações verificadas em entrevistas, sobre o uso dos conceitos de senzalas (ou “sanzalas” como às vezes é referido em entrevistas e documentos)<sup>318</sup> e de quilombos:

<sup>313</sup> CHF/Mórmons, rolo 75, 2º livro de batismos de escravos, fl. 14v/15r e 23r.

<sup>314</sup> Caso desejasse, Pastorino não poderia afastar-se da região com seus filhos, a não ser que optasse por separar-se de Angélica e privar seus filhos da convivência com a mãe e os irmãos. A alforria das crianças significou para os Marques, portanto, não apenas a manutenção de uma mão-de-obra dependente, mas a sua expansão.

<sup>315</sup> Diversos depoimentos recolhidos junto à comunidade referem esta família. Francisco e José Pastorino foram referidos por Manuel Francisco Antônio como seu avô e bisavô por parte de mãe: denominando-os de Chico e Zé Pedreiro, descobre-se que enquanto Chico era um “italiano puro”, Zé era um “quase italiano”, por ser filho de um italiano com uma africana. Entrevista com dona Aurora Conceição da Silveira, Maria Conceição da Silveira, Manuel Conceição da Silveira, Manuel Francisco Antônio e Guilherme Francisco Antônio, em Morro Alto no dia 13/9/2001, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira. Serafina, por sua vez, era casada com “Luís Sapateiro”, sendo a avó paterna de Ramão Maria da Silva. Entrevista com Ramão Maria da Silva e Maria Inácia da Silva no Morro Alto, no dia 23/11/2001, realizada por Daisy Barcellos, Miriam Chagas e Rodrigo Weimer.

<sup>316</sup> Ver: entrevista com dona Adile Jesus dos Santos e Nelson Santos Silva em Osório no dia 29/10/2001, realizada por Marcelo Vianna e Cíntia Müller; entrevista com dona Antônia José de Jesus, às margens da Lagoa do Borba no dia 8/11/2001, realizada por Cíntia Müller, Rodrigo Weimer e Cristian Salaini; entrevista com Sebastião Souza Rosa em Aguapés, no dia 6/12/2001, realizada por Paulo Moreira e Rodrigo Weimer. Ver também Elias, 1990, p. 26.

<sup>317</sup> Entrevista com Manuel Francisco Antônio no Ribeirão no dia 16/3/2002, realizada por Arnaldo Santos e Miriam Chagas.

<sup>318</sup> Auto de Medição – 1850 – Osório – Auto: 1069. Pascoal Osório Marques e sua mulher Ana Osório Nunes/Thomas Osório Marques e sua mulher Ana Joaquina Osório, 1879 – AHRS.

Manoel Conceição – Eu não discuto...O quilombo, o que é qué dizê quilombo?  
Manoel Antônio – Quilombo é dos nego... *nego que se amontoava não era quilombo?* Era..  
Manoel Conceição – Não, aqui diziam senzala. *Quando os nego se encontravam pra dançã era senzala.*  
Manoel Antônio – Pois é, mas pros branco acha que é quilombo, o nego que fugia pro quilombo. [...]  
Aurora – Quando eles fugiam eles fugiam pro quilombo.  
Manoel Antonio – É pro quilombo, é isso mesmo.<sup>319</sup>

Para as pessoas da comunidade, senzala e quilombo aparecem muitas vezes como sinônimos, nomeando os locais de moradia dos escravos. Na documentação de época, esta proximidade conceitual também transparece. No já citado requerimento de 1804, que trata do escravo Inácio, fugido na “maior parte do tempo”, refere-se que seus furtos se encontravam “em mão do dito escravo em um quilombo ou lugares de sua pequena assistência”.<sup>320</sup> De acordo com Slenes, o vocábulo quilombo, na língua quimbundo – um povo bantu, portanto daqueles majoritários em Morro Alto – significa “acampamento, senzala de trabalhadores”.<sup>321</sup> Essa análise lingüística pode apontar para um significado desta palavra para os escravos bantus, e distinto do dado pelas autoridades públicas ou pelos senhores.

Segundo os depoimentos das pessoas que conheceram as casas grandes e senzalas da região (além da documentação pesquisada em arquivos), existiam quatro destes conjuntos arquitetônicos: Morro Alto, Barranceira, Aguapés e Ribeirão<sup>322</sup> (ver Mapa 4 – referências históricas e culturais da comunidade de Morro Alto – e fotos em anexo).

As senzalas durante muito tempo serviram de referência para as pessoas da comunidade, não só por seu histórico, mas por destoarem com seu tipo de construção das demais casas, normalmente de madeira e barro (pau-a-pique).

Antonio – Porque naquela época, vocês sabe, muito poco usava casa de material. Quem usava mesmo era só os que eram grande memo. Que eu conheci, conheci e vi e me criei.<sup>323</sup>

---

<sup>319</sup> Entrevista com dona Aurora Conceição da Silveira, Maria Conceição da Silveira, Manuel Conceição da Silveira, Manuel Francisco Antônio e Guilherme Francisco Antônio, em Morro Alto no dia 13/9/2001, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira.

<sup>320</sup> SCMPA/CEDOP, Fundo documental José Bernardo Vieira, documento 66a – Requerimento anterior a 18/11/1804.

<sup>321</sup> Slenes, 1999, p. 173; 224.

<sup>322</sup> Entrevista com Antônio Francisco Antônio em Osório, no dia 22/2/2002, realizada por Miriam Chagas, Mariana Fernandes e Cíntia Müller.

<sup>323</sup> Entrevista com Antônio Francisco Antônio em Osório, no dia 22/2/2002, realizada por Miriam Chagas, Mariana Fernandes e Cíntia Müller. Nesta mesma entrevista, o Sr. Antonio conta uma história mágica com relação à Rainha Jinga Maria Tereza que quando morava ao lado da senzala, no Ribeirão, era acordada todas as noites com vozes e barulhos de louças quebrando. Um dia uma mulher bateu na porta de sua casa e lhe disse onde deveria cavar para achar um tesouro, com a condição, porém, de sair daquele lugar: “[...] Aí ela pego uma inxada e começo a cavoca do lado, do cerco da casa, assim, e aí quando ela vai mexendo, vai mexendo, venho aquele buião, assim de dinheiro. Era corrente de... colar de oro, tudo que era bonito de oro tinha, e ela tirô.”

Os cativos da Fazenda de Morro Alto – oriundos dessas diferentes senzalas – encontravam-se interligados por “cordões” de parentesco e compadrio de forma que as famílias que deles descendem percebem-se todos como parentes. Nas palavras de uma moradora, os parentescos cruzam-se e “fica um cordão”. Tais relações atualizam-se no século XX; contudo, mesmo quando a memória genealógica não permitiu aos nossos informantes explicar por onde se dá este parentesco, há um reconhecimento de que todos guardam relações familiares entre si. Manuel Francisco Antônio, uma vez indagado sobre por onde se dava o parentesco entre Merêncios e Teresas, respondeu que eram parentes por viverem na mesma senzala. O mesmo apontam as seguintes entrevistas.

Bete – Seu Antônio Neca sempre foi, ele veio com a amizade dele já no tempo do meu pai, dessas pessoas antiga, do meu vô...

Wilson – Ele é considerado com um parente porque antigamente o pessoal de cor se consideravam tudo parente, só que parente de sangue não é...<sup>324</sup>

Diva – [na senzala todos se] Criava junto é, criava junto.

Aurora – Como irmão!<sup>325</sup>

A partir de algumas genealogias exemplares, é possível abarcar parte significativa das parentelas que atualmente residem em Morro Alto e demonstrar que tais relações datam do tempo da escravidão. O que se verifica é que particularmente após a lei do ventre livre, intensificou-se a formação de uma comunidade escrava na fazenda do Morro Alto. Hebe Mattos de Castro observou que após o fim do tráfico negreiro, devido à concentração da propriedade escrava e ao comércio de cativos interprovincial, diversas famílias se desagregaram por vendas ou traslados para outras regiões, o que foi motivo de instabilidade e revoltas nos plantéis.<sup>326</sup> Contudo, como vimos anteriormente, o pós-1850 não representou para os proprietários da família Marques uma diminuição do número de cativos de que eram donos. As famílias escravas de sua propriedade não se desagregaram, portanto, e possivelmente a sua reprodução nas fazendas<sup>327</sup> possibilitou uma reposição parcial da mão-de-obra africana e dos escravos que iam falecendo (ver ponto 1.2).

Outro efeito que o fim do tráfico negreiro trouxe ao escravismo brasileiro foi uma diminuição das taxas de africanidade,<sup>328</sup> e, em consequência, das taxas de masculinidade. O mesmo foi verificado na fazenda do Morro Alto: de um quadro de população muito predominantemente masculina, de escravos recém-chegados da África, progressivamente se passou a uma comunidade de crioulos de relativo equilíbrio entre os sexos – o que favoreceu a formação de famílias escravas.

---

<sup>324</sup> Entrevista com Elisabete Alves e Wilson dos Santos junto à ponte do rio Maquiné no dia 2/12/2001, realizada por Alessandro Gomes e Rodrigo Weimer.

<sup>325</sup> Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silveira, Diva Inácia Marques e Celso Rodrigues Terra em Osório no dia 28/11/2001, realizada por Rodrigo Weimer.

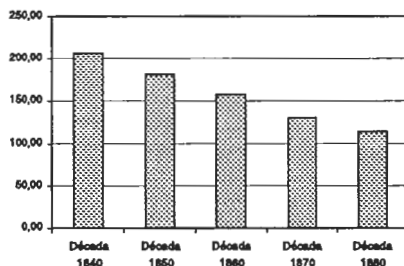
<sup>326</sup> Sobre a concentração da propriedade escrava, ver Castro, 1982. Sobre a instabilidade das relações familiares, ver Castro, 1998.

<sup>327</sup> A situação de escravos crioulos nascidos em famílias no interior das propriedades escravistas é uma provável origem para expressões ainda hoje correntes na comunidade, tais como “da cria dos Marques”, “criado pelos Azevedo” ou “Marques da cria”.

<sup>328</sup> Denomina-se taxa de africanidade a correlação entre africanos e crioulos.

Período	Nº total de escravos	Homens	Mulheres	Taxa de masculinidade	Nº total de inventários analisados
Década 1840	46	31	15	206,67	2 inventários
Década 1850	62	40	22	181,82	3 inventários
Década 1860	111	68	43	158,14	4 inventários
Década 1870	106	60	46	130,43	5 inventários
Década 1880	58	31	27	114,81	4 inventários

### TAXA DE MASCULINIDADE – ESCRAVOS DAS FAMÍLIAS MARQUES, NUNES E OSÓRIO



Fonte: 18 inventários *post mortem* das famílias Marques, Nunes e Osório (APERGS).

Como afirmamos anteriormente, os dados dos inventários não são os ideais para o estudo das famílias escravas de Morro Alto, já que são restritos a apenas um plantel. Por outro lado, os registros de batismo por nós analisados em raríssimas ocasiões apresentaram o nome dos pais das crianças, dado este que em alguns casos foi possível recuperar por meio de informações orais. Por esta razão, podemos ter um indicativo mais seguro a partir dos dados de compadrio, uma vez que esta informação sempre era registrada. Comparando a proporção de padrinhos e madrinhas escravas antes de 1850 e depois de 1850, verifica-se que no segundo período ocorreu uma intensificação das relações sociais e familiares dos escravos entre si, certamente em consequência de um maior equilíbrio das taxas de masculinidade, como se atesta através das tabelas a seguir:

### QUANTIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE COMPADRIO – ESCRAVOS DAS FAMÍLIAS MARQUES E NUNES.

1814-1850 – batizados de escravos das famílias Marques e Nunes

Padrinho	Madrinha		
	Livre	Escrava	Forra
Livre	82 (50,93%)	17 (10,57%)	2 (1,24%)
Escravo	3 (1,86%)	46 (28,57%)	2 (1,24%)
Forro	1 (0,62%)	7 (4,34%)	1 (0,62%)

Padrinhos livres, sem registro das madrinhas (ou tendo Nossa Senhora como protetora) – 12

Padrinho forro, sem registro da madrinha (ou tendo Nossa Senhora como protetora) – 1

Sem registro de padrinhos ou madrinhas – 1



1851-1871 – batizados de escravos das famílias Marques e Nunes

Padrinho	Madrinha		
	Livre	Escrava	Forra
Livre	86 (56,57%)	4 (2,63%)	0
Escravo	4 (2,63%)	57 (37,50%)	1 (0,65%)
Forro	0	0	0

Padrinhos livres, sem registro das madrinhas (ou tendo Nossa Senhora como protetora) – 4  
 Madrinha livre, sem registro de padrinho – 1      Sem registro de padrinhos ou madrinhas – 1

1871-1888 – batizados de escravos das famílias Marques e Nunes

Padrinho	Madrinha		
	Livre	Escrava	Forra
Livre	55 (46,61%)	3 (2,54%)	1 (0,84%)
Escravo	2 (1,69%)	49 (41,52%)	4 (3,38%)
Forro	0	1 (0,84%)	3 (2,54%)

Padrinhos livres, sem registro das madrinhas (ou tendo Nossa Senhora como protetora) – 7  
 Padrinhos escravos, sem registro das madrinhas (ou tendo Nossa Senhora como protetora) – 4  
 Madrinha livre, sem registro de padrinho – 1      Sem registros de padrinhos ou madrinhas – 1

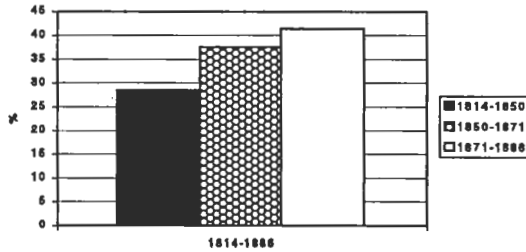
Fontes: 1º e 2º livros de batismos de escravos de Conceição do Arroio – CHF – Templo Mórmon – Canoas; 3º livro de batismos de escravos e livro de batismos de libertos de Conceição do Arroio – Arquivo da Cúria Diocesana de Osório.

Considerando o caso das crianças cujos padrinhos e madrinhas fossem ambos escravos, temos que no intervalo entre 1814-1850, tratavam-se de 28,5% dos batismos; entre 1850 e 1871, temos 37,50% dos batismos; e finalmente, entre a lei do ventre livre e o fim da escravidão, tais casos correspondiam a 41,52% do total de batismos. Também o número total de madrinhas ou de padrinhos aponta para uma proporção crescente ao longo destes anos.<sup>329</sup> Tal dado é ainda mais significativo se julgarmos que dentre os livres há diversos forros, particularmente no último momento de nossa periodização.<sup>330</sup> Este dado confirma a tese de que esse compadrio mantém laços escravos para os nascidos livres – ingênuos – que mantiveram-se na prática como escravos.

<sup>329</sup> Para padrinhos, temos 31,67% entre 1814 e 1850, 40,70% entre 1851 e 1871 e 46,59% entre 1871 e 1888; para madrinhas as proporções são 43,48% de 1814 a 1850, 40,13% de 1851 a 1871 e 44,90% de 1871 a 1888.

<sup>330</sup> Estes dados contrastam com os analisados por Schwartz, que ao analisar os dados de compadrio em Curitiba, verificou um aumento radical das crianças batizadas por homens livres após 1871, chegando a 90%. Ora, ao contrário do caso por nós analisados, o estudo citado tem como objeto uma região de pequenos proprietários de escravos certamente em muito afetados pela concentração da propriedade de escravos e do tráfico interprovincial. Os dados por nós encontrados dizem respeito apenas a três famílias de grandes proprietários, e não podem ser generalizados para o conjunto de Conceição do Arroio (Schwartz, 2001, p. 276).

BATISMOS DE CRIANÇAS ESCRAVAS OU LIBERTAS DA FAZENDA DO MORRO ALTO ENTRE 1814 E 1888: PROPORÇÃO DE BATISMOS EM QUE OS PADRINHOS E MADRINHAS ERAM ESCRAVOS



Fonte: Livros de Batismo de escravos de Conceição do Arroio.

Quando se fala na formação de uma comunidade escrava, é necessário estar atento para o fato de que não se trata de um grupo homogêneo ou coeso, e sim de um universo repleto de diversificações sociais, mas também de solidariedades.<sup>331</sup> Em Morro Alto, estavam interligados por relações sociais escravos campeiros, roceiros, e “escravos da sala-livre”<sup>332</sup>; “negos do quilombo” e escravos com um certo trânsito na casa-grande; africanos e crioulos; filhos de senhores e filhos de escravos. A tensão latente a este quadro pode ser percebida através da declaração de Sebastião Souza Rosa, segundo o qual os demais cativos matavam uma criança quando sabiam ser ela filha do senhor.<sup>333</sup> Considerando o elevado número de moradores que afirmam descender de senhores, certamente muitos de-

<sup>331</sup> Castro, 1998, p. 123-146.

<sup>332</sup> Marisa Laureano constatou predominarem as famílias escravas no período por ela estudado entre as unidades produtivas majoritariamente agrícolas (Laureano, 2000, p. 32). Contudo, Helen Osório demonstrou em sua tese de doutorado ser inadequado realizar uma separação estrita entre unidades produtivas agrícolas e de criação, dada a importância de fazendas mistas. Osório, 1999. Este é o caso da Fazenda do Morro Alto, em que escravos de diversas especialidades distintas estavam imbricados em um universo social comum. É interessante o depoimento de Ramão Maria da Silva, segundo o qual seu avô, Ramão, escravo campeiro, não apenas trabalhava para aferir lucros ao seu proprietário, mas também para a alimentação de seus familiares, escravos de atividades distintas:

“Miriam – Isso tudo pra trabalhar pra esse Pascoal...

Ramão – Era negro dele.

Miriam – Sim, tudo trabalhava pra esse senhor?

Ramão – Entregava o gado gordo pra matar pra ele comer...eles também tratavam os escravos que trabalhavam na roça...

Miriam – Com essa carne?

Ramão – É... não era só pra eles não... é como o pai que tem um filho, tem um filho, o pai tem obrigação de dar comida, assim era esse...”

Entrevista com Ramão Maria da Silva e Maria Inácia da Silva no Morro Alto, no dia 23/11/2001, realizada por Daisy Barcellos, Miriam Chagas e Rodrigo Weimer.

<sup>333</sup> Entrevista com Sebastião Souza Rosa e Manuel Francisco Antônio em Agupés no dia 27/10/2001, realizada por Miriam Chagas, Cíntia Müller e Rodrigo Weimer.

les sobreviveram; contudo, tem-se um quadro da diversidade e das tensões sociais latentes em uma comunidade de escravos, marcada pelo signo da violência do cativo.

Analisando algumas árvores genealógicas julgadas exemplares, podemos verificar algumas inter-relações entre escravos de distintos plantéis e atividades produtivas, e com posições hierárquicas diferenciadas. Também podem-se perceber os vínculos históricos das famílias que ali vivem atualmente em relação a ancestrais escravos. As árvores foram elaboradas a partir de depoimentos orais, inventários e registros paroquiais.

As árvores evidenciam a inter-relação familiar entre cativos originários de diferentes plantéis, de que vínhamos falando. Muitos dos casamentos<sup>334</sup> que pudemos apreender por meio dos relatos orais davam-se entre escravos de Aguapés e da Fazenda do Morro Alto. Como referido anteriormente, as trilhas que ligavam estas regiões através do mato eram utilizadas pelos cativos como um espaço de liberdade, no qual poderiam circular escapando aos olhares vigilantes dos senhores, cultivando a referida “economia do afeto”. É o caso, dentre outros, do matrimônio entre Ramão Inácio e Francisca Maria da Silva (Gráfico Genealógico 2), entre Teófilo e Cesária (Gráfico Genealógico 3), entre Juliana e Sebastião (Gráfico Genealógico 3) e entre João Reginaldo e Angélica (Gráficos Genealógicos 2 e 3).

Romão, Teófilo, Sebastião e João Reginaldo eram escravos na Fazenda do Morro Alto, e suas esposas, em Aguapés. De acordo com Sebastião Souza Rosa, a explicação para a toponímia local para um dos morros através dos quais os escravos efetuavam seu trânsito, o Morro das Crioulas, era devido à passagem de “crioulas” de um lado para outro.

Paulo – E esses escravos, como eles vinham de uma senzala para outra?

Sebastião – Vinha pelo Morro, Morro Chiquinho. As criolas passavam por ali.<sup>335</sup>

A motivação para as travessias foi explicada pelo informante:

Paulo – Tinham várias senzalas por aqui?

Sebastião – Senzala era lá pelo lado do Riveirão, tinha baile.

Rodrigo – O que eles cantavam?

Sebastião – Música da África, né, não entendo, não compreendo.

Paulo – Vinha escravos de outras senzalas?

Sebastião – Vinham, tinha festa tudo. Vinha escondido, né.<sup>336</sup>

---

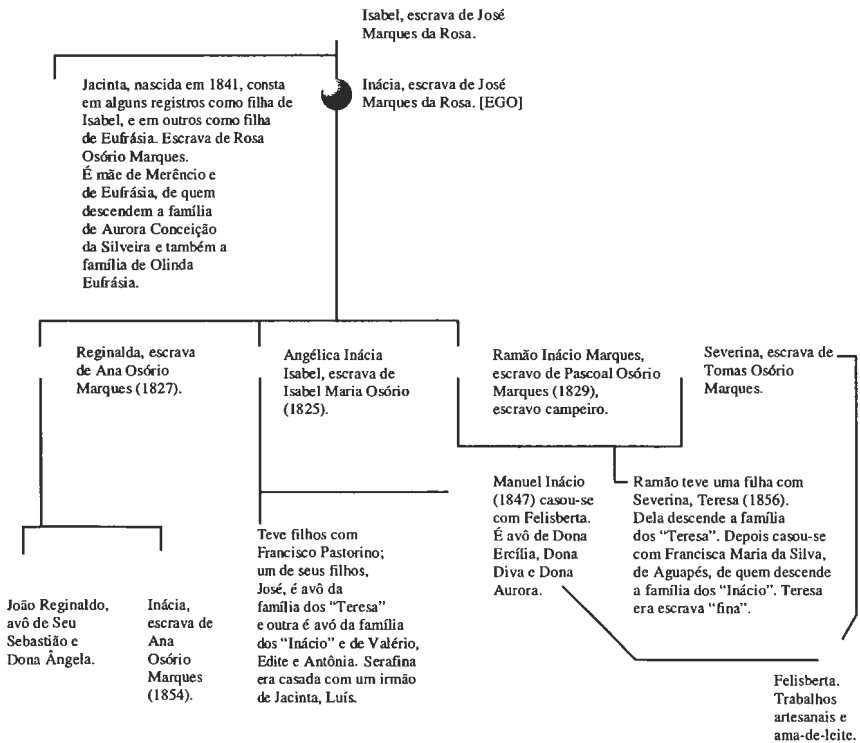
<sup>334</sup> Neste subitem, salvo quando realizados os esclarecimentos necessários, trataremos de *casamentos e matrimônios* não como alianças conjugais sacramentadas pela Igreja, mas aqueles casos referidos pela comunidade como relações legítimas. Não nos interessa, aqui, o olhar eclesástico sobre estas relações – a Igreja qualificava como “naturais” e de “pais desconhecidos” crianças nascidas de relações conhecidas e lícitas perante o olhar comunitário. Da mesma forma, quando tratarmos de filhos naturais, estaremos enfatizando o significado que a comunidade, e não a Igreja atribui a esta categoria. Buscamos o êmico, e não o olhar eclesástico sobre o parentesco escravo. Felizmente, para tal, podemos contar com os relatos orais.

<sup>335</sup> Entrevista com Sebastião Souza Rosa em Aguapés, no dia 6/12/2001, realizada por Paulo Moreira e Rodrigo Weimer.

<sup>336</sup> Entrevista com Sebastião Souza Rosa em Aguapés, no dia 6/12/2001, realizada por Paulo Moreira e Rodrigo Weimer.

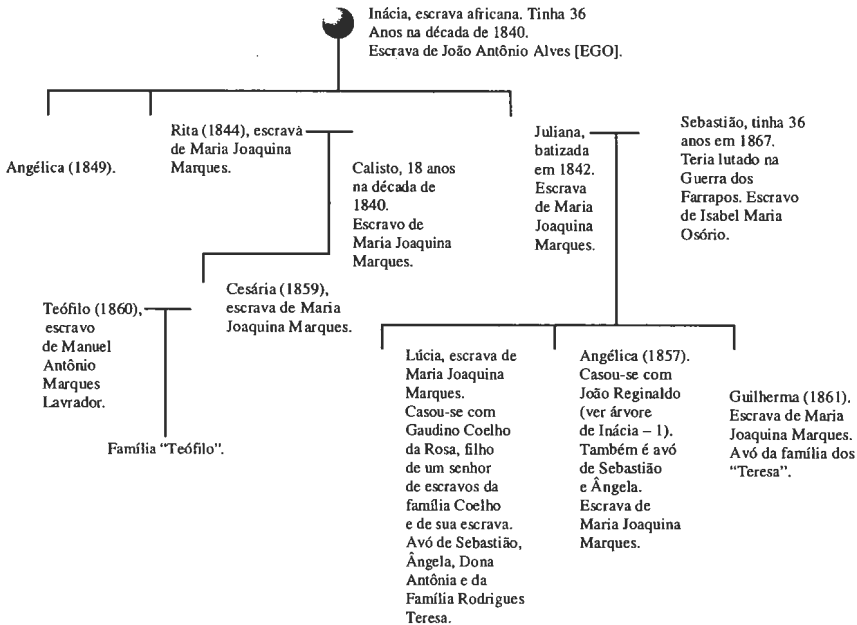
## GRÁFICO GENEALÓGICO 2

### Descendência de Inácia (1), escrava de José Marques da Rosa



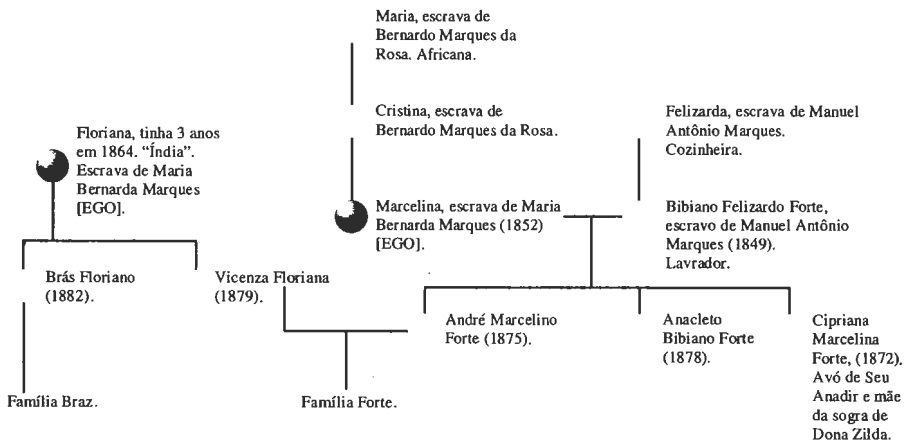
### GRÁFICO GENEALÓGICO 3

#### Descendência de Inácia (2), escrava de Joaquina Maria Marques



### GRÁFICO GENEALÓGICO 4

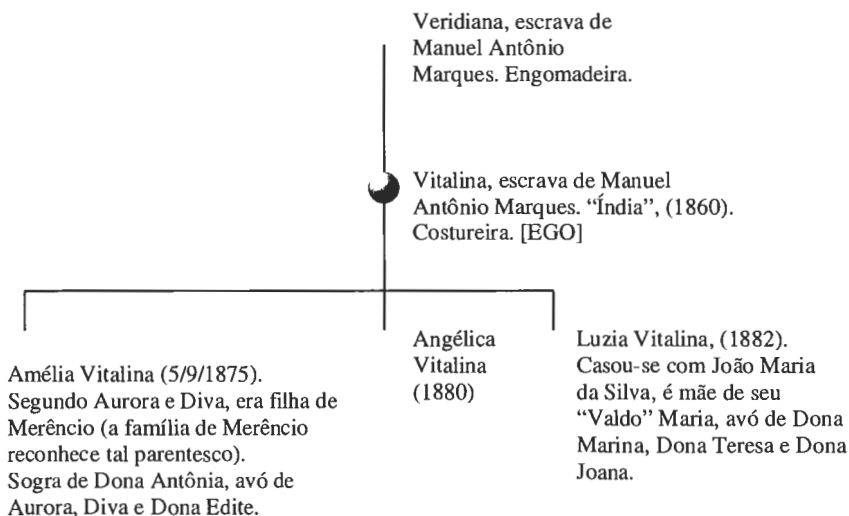
#### Descendência de Floriana e Marcelina



Obs. - Braz Floriano era afilhado de Marcelina.

## GRÁFICO GENEALÓGICO 5

### Descendência de Vitalina



Ao lembrar de Cesária e outras familiares suas, Tioca e Maria Cangerona, cuja genealogia não nos foi possível recuperar, o Sr. Sebastião afirmou que “elas se criaram aqui, depois saíram. Se casavam, se juntavam e saíam”.<sup>337</sup> Com certeza os festejos para os quais as “crioulas” dirigiam-se escondidas eram uma oportunidade de conhecer aqueles com quem se juntariam. Não seria demais supor que Ramão, Teófilo, Sebastião e João Reginaldo tenham conhecido suas esposas nesses legendários bailes nas senzalas do Ribeirão, que justificavam travessias furtivas através do morro.

Cativos em senzalas vizinhas, que compartilhavam do cotidiano das lides agrárias também poderiam estabelecer laços conjugais ou ter filhos entre si. Antes de desposar Francisca Maria da Silva, do outro lado do morro, Ramão Inácio teve filhas naturais com Severina, escrava do irmão de seu senhor (Gráfico Genealógico 2). Este também é o caso de Merêncio, que, cativo em Morro Alto, antes de casar-se, teve uma filha natural com Vitalina, pertencente a Manuel Antônio Marques, proprietário de terras em Ribeirão (Gráfico Genealógico 5). Neste local, também o escravo Bibiano, pertencente ao mesmo senhor, casou-se com Marcelina, cativa de Maria Bernarda Marques, também proprietária na região (Gráfico Genealógico 4). Desnecessário é dizer que Severi-

<sup>337</sup> Entrevista com Sebastião Souza Rosa em Aguapés, no dia 6/12/2001, realizada por Paulo Moreira e Rodrigo Weimer.

na, Vitalina ou Marcelina não necessitavam atravessar o morro para fazerem-se presentes nos ditos bailes no Ribeirão, sendo sua participação menos dificultosa do que para as escravas de Aguapés.

É evidente que o fato de serem escravos de senhores aparentados entre si contribuiu para que eles se conhecessem e estabelecessem relações familiares. No entanto, as relações familiares dos escravos entre si não eram apenas um reflexo das estratégias matrimoniais de seus senhores. As trilhas que ligam Aguapés ao Ribeirão têm início e final muito próximos às senzalas onde habitavam os casais citados.<sup>338</sup> Além disso, também não podemos omitir os depoimentos coletados junto à comunidade, que dão outro sentido às relações afetivas dos escravos.

Antônio Neca relatou o caso de um cativo que fugia todas as noites, percorrendo muitos quilômetros, para encontrar-se com sua namorada, vivendo diversas peripécias noturnas, dentre as quais o ataque de um “tigre”.<sup>339</sup> De certa forma, a ligação entre seu avô, proprietário na Prainha, e uma escrava na senzala dos Marques, já exemplifica as distâncias que se percorria para estabelecimento dos relacionamentos. Já Sebastião Souza Rosa explicita algumas das formas pelas quais os escravos se conheciam e mantinham uma comunicação entre senzalas. Além do trânsito para a participação nos bailes, também as atividades de cura possibilitavam que eles tecessem suas teias de relações sociais.

Cíntia – E como eles [os escravos] se comunicavam Seu Sebastião?

Sebastião – Adoecia uma pessoa naquele tempo, quem curava era os negro. Se rendia uma pessoa era uma nega véia.

A escolha de possíveis cônjuges se dava prioritariamente entre aqueles com quem se mantinha relações sociais, com quem compartilhavam relações produtivas, em suma, escravos de senzalas próximas entre si, independente dos graus de parentesco entre seus proprietários.<sup>340</sup> De acordo com Manuel Francisco Antônio,

---

<sup>338</sup> Por vezes, as alianças matrimoniais se davam entre escravos que moravam a uma distância muito mais significativa. Segundo Joana Gomes de Carvalho, João Maria, seu avô cuja genealogia não nos foi possível reconstituir, era filho de um escravo africano, e nascera junto ao rio das pedras de amolar, ou seja, nas propriedades da família Marques próximas ao núcleo colonial da Barra do Ouro. Entrevista com Joana Gomes de Carvalho em Aguapés no dia 15/4/2002, realizada por Miriam Chagas, Rodrigo Weimer e Mariana Fernandes.

<sup>339</sup> Entrevista com o Sr. Antônio “Neca” Nunes da Silva no dia 19/10/2001 na Prainha, realizada por Rodrigo Weimer, Cíntia Müller e Mariana Fernandes.

<sup>340</sup> Florentino; Góes (1997, p. 117) e Laureano (2000, p. 97) problematizaram possíveis repercussões para as famílias escravas a sua separação em momentos de partilha em inventários. Nos dados relativos ao Rio de Janeiro, analisados pelos primeiros autores, verifica-se uma tendência majoritária para a manutenção das famílias unidas. Já nos dados analisados por Laureano, constatou a autora serem majoritários os casos em que os casais permaneceram juntos, porém foram separados de seus rebentos. Finalmente, Castro (1998, p. 107-120) demonstrou o quanto a separação de famílias escravas poderiam ocasionar revoltas e conflitos diversos. No caso da Fazenda do Morro Alto, poderíamos dizer que as partilhas não parecem ter sido um momento tão traumático para as famílias escravas, uma vez que se tratava de grande unidade produtiva na qual todos os proprietários eram aparentados. Mesmo famílias separadas em uma divisão formal de propriedade nos registros cartoriais, continuavam convivendo, e provavelmente coabitando, no cotidiano das lides desta fazenda, sem talvez, sequer, saber de tal divisão. Temos, por exemplo, no caso do inventário de

“o nego se torna ladino quando caminha”.<sup>341</sup> Os escravos criavam estratégias para caminhar distantes do olhar senhorial, e, caminhando, construíram espacialidades ladinas, especificamente suas. Se a família escrava pode ser considerada uma estratégia senhorial de controle sobre os escravos,<sup>342</sup> pela possibilidade de produção de diferenciação interna nos plantéis mediante o estabelecimento de roças familiares,<sup>343</sup> não esgota nisto os seus sentidos: ela também articulava memórias, esperanças e solidariedades entre os escravos.<sup>344</sup>

---

Isabel Maria Osório, de 1867, uma verdadeira fragmentação na família da escrava Angélica. Quatro de seus filhos foram alforriados, Manuel Inácio foi herdado por Tomás Osório Marques, Filipe, por João Osório Marques, enquanto a propriedade sobre a própria Angélica era compartilhada por Rosa, Pascoal e Tomás Osório Marques. APERS – Inventário de Isabel Maria Osório – Osório – 1867 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 4 – Auto 99 – Estante 159. No entanto, as relações sociais e familiares de Angélica continuaram normalmente. A situação seria distinta se os escravos fossem fisicamente separados por tal partilha – mas tudo indica que não tenha sido este o caso. Como afirmamos anteriormente, a família Marques não necessitou vender cativos nos anos finais da escravidão. Felisberta e Teresa, escravas constantes no inventário de Rosa Osório Marques, realizado em 1888, poucos anos antes batizavam seus filhos, porém aparecem nos registros de batismo como escravas de um irmão de Rosa. ACDO, 11º livro de batismos de Conceição do Arroio. Batismo de Pulcheria, filha natural de Felisberta, escrava de Tomás Osório Marques, nascida em 1/3/1881. (fl. 22v); Batismo de Francisco, filho natural de Teresa, escrava de Tomás Osório Marques, nascido em 17/3/1882 (fl. 72v); 13º livro de batismos de Conceição do Arroio: Batismo de Romão, filho natural de Teresa, escrava de Tomás Osório Marques, nascido em 25/2/1884 (fl. 18). Estes dados apontam para uma certa flexibilidade na transmissão da propriedade de escravos dentro de uma mesma família sem que, aparentemente, existam maiores repercussões na vida dos mesmos. Mesmo quando alienados da família Marques, o quadro não foi tão traumático quanto o descrito por Hebe Mattos de Castro, pelo menos quando a transação se dava para algum proprietário vizinho da fazenda do Morro Alto. A escrava Jerônima era de propriedade de Maria Joaquina Marques, filha da escrava Rita. Em 1872, quando sua senhora faleceu, ela foi doada para sua afilhada, Maria Joaquina de Lima. Ocorre que Maria pertencia à família Coelho, tendo o sobrenome Lima por causa de seu marido. Portanto, Jerônima trocou de proprietária, sem contudo sair de Agupés, onde residiam sua mãe, Rita, e sua irmã Cesária. Um pouco mais adiante, nas Barranceiras, vivia Hortêncio, seu futuro marido. Em suma, a transmissão efetuada não implicou para a “vó Jeroma”, como foi referida por diversos informantes, em uma ruptura de seus laços comunitários. APERS, Inventário de Maria Joaquina Marques, – Osório – 1876 – Cartório da Provedoria – Maço 1 – Auto 22 – Estante 159. APERS – Inventário de José Coelho da Costa – 1867 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Conceição do Arroio, Auto 103, Maço 4, Estante 159.

<sup>341</sup> Entrevista com Manuel Francisco Antônio em 25/1/2002, em Osório, realizada por Miriam Chagas, Paulo Moreira, Marcelo Vianna e Rodrigo Weimer.

<sup>342</sup> Esta é a perspectiva enfatizada por Florentino e Góes (1997). De acordo com estes autores, diante da constante instabilidade produzida pelas chegadas de sucessivas levas de escravos africanos, a família escrava teria cumprido um papel estruturalmente pacificador, dado que oportunizava ao senhor uma “renda política” para controle dos plantéis para além da permanente violência física. Contudo, no caso por nós analisado, as relações familiares e comunitárias entre os escravos se intensificaram depois de 1850, isto é, no período em que perderia o papel estrutural atribuído pelos autores. Além disso, se supormos que se tratava de um mecanismo de controle senhorial, devemos admitir que no caso de Morro Alto, era um mecanismo bastante ineficaz, dado que durante grande parte do período escravista esta fazenda conviveu com um quilombo a vigiá-la. Talvez a possibilidade dos escravos transitarem pelo quilombo sem necessariamente abandonar de forma definitiva os laços que os uniam ao cativeiro tenha sido uma espécie de “renda política” muito mais poderosa para os Marques do que a apontada pelos autores.

<sup>343</sup> Castro, Hebe, op. cit.

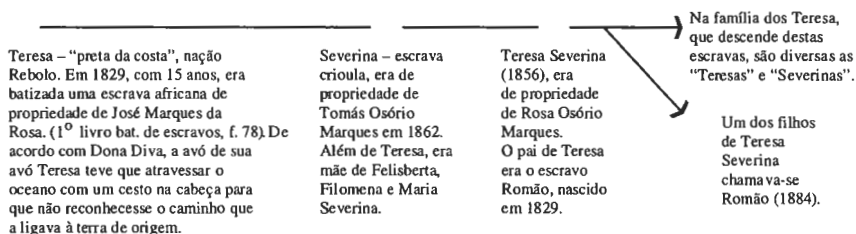
<sup>344</sup> Slenes, op. cit.



Através de alguns exemplos, é possível demonstrar que através das formas de nomeação dos filhos, as escravas pretendiam manter recordações de mães, avós, de ancestrais aos quais a memória pudesse se apegar de forma a tornar o cativo mais suportável por meio de uma recomposição de identidades africanas no Novo Mundo: em busca, pois, de um lugar no mundo, em busca de suas raízes.<sup>345</sup>

## GRÁFICO GENEALÓGICO 6

### Memória e parentesco – Teresas e Severinas



Na prática de nomear filhos com o nome de familiares há um aparente predomínio da linha de descendência feminina. Casos como os de Teresa-Severina-Teresa (Gráfico Genealógico 6), Laurinda-Marcília-Laurinda (Gráfico Genealógico 7), ou ainda Inácia-Reginalda-Inácia (Gráfico Genealógico 2), Eufrásia-Jacinta-Eufrásia e Eufrásia-Luís-Eufrásia (Gráfico Genealógico 8)<sup>346</sup> são eloqüentes. Se os traficantes que trouxeram Teresa de nação Rebolo para o Brasil pretenderam apagar as memórias que a mesma tinha do lugar de origem cobrindo sua cabeça com um cesto,<sup>347</sup> não puderam, contudo, evitar que ela e suas companheiras de escravidão atualizassem sua herança bantu – o sistema de linhagens<sup>348</sup> – no contexto do cativo.

<sup>345</sup> Souza, Marina de Mello, op. cit. p. 135-155; 179-188.

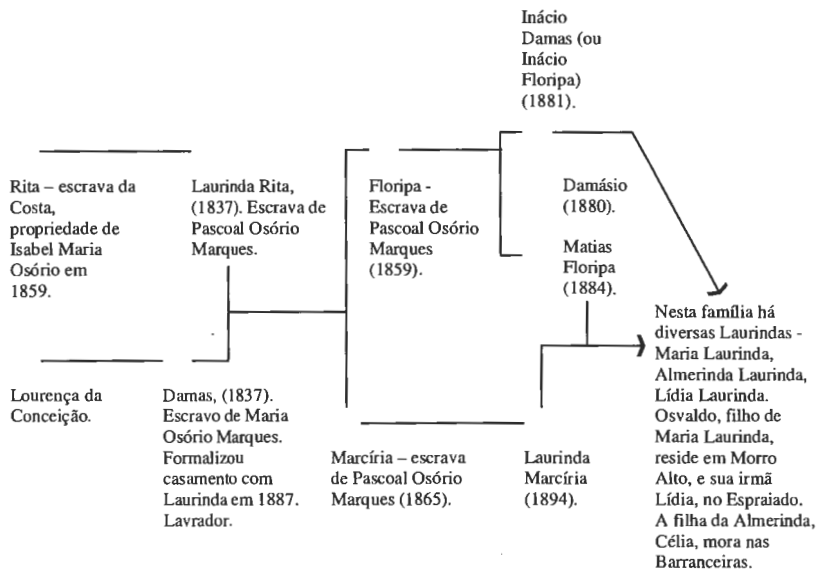
<sup>346</sup> O caso de Jacinta é interessante, dado que em parte dos registros paroquiais figura como filha de Isabel (Gráfico Genealógico 2) – no batismo de seu filho Merêncio (8/10/1856, 2º livro de batismos de escravos de Conceição do Arroio – CHF/Mórmons, rolo 75) e em outros como filha de Eufrásia (Gráfico Genealógico 8) – no seu próprio batismo (10/2/1841, 2º livro de batismos de escravos, fl. 1r), e de seus filhos Generosa (3/9/1863, 3º livro de batismos de escravos, ACDO, fl. 16v-17r) e Luís (3/5/1865, 3º livro de batismos de escravos, fl. 40v). Mais do que um erro no registro de Merêncio, é possível que se tratasse dos vínculos, analisados no ponto acerca das relações de parentesco, segundo o qual uma criança estabelecia laços tanto com sua mãe biológica, quanto com sua mãe “de criação”, que poderia ser a sua madrinha ou parteira. Encontramos na documentação escrita indícios de que uma prática usual na atualidade da comunidade já poderia existir no período escravista. Uma evidência que corrobora nossa hipótese é que Angélica, neta de Isabel, e possivelmente sobrinha de Jacinta, era a madrinha de sua filha Eufrásia – portanto sua prima de primeiro grau.

<sup>347</sup> Entrevista com Diva Inácia Marques em Osório, no dia 15/4/2002, realizada por Mariana Fernandes, Rodrigo Weimer e Miriam Chagas.

<sup>348</sup> Slenes, 1999, p. 237-253.

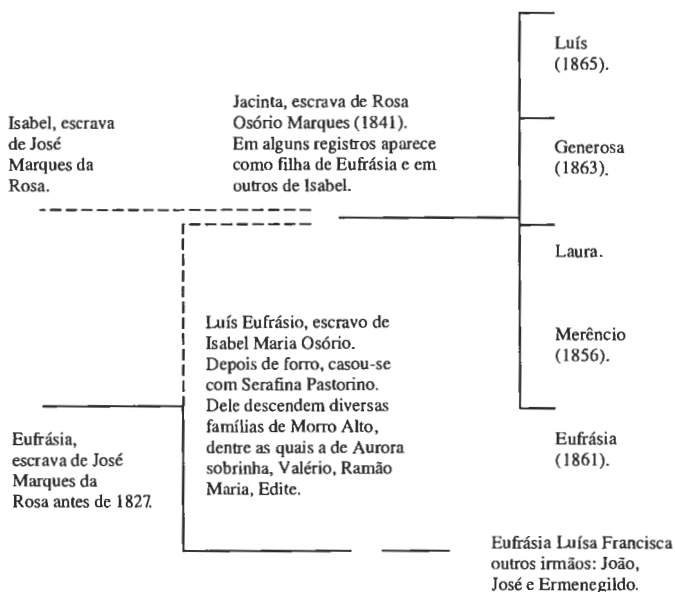
## GRÁFICO GENEALÓGICO 7

### Memória e parentesco – Damas e Laurindas



## GRÁFICO GENEALÓGICO 8

### Memória e parentesco – Eufrásias e Luíses



Ainda que majoritariamente femininas, podemos inferir algumas formas de preservação de memórias dos nomes utilizados pelos escravos também no que tange aos ancestrais masculinos. Por certo, isto é mais difícil, dado que a documentação paroquial por nós analisada praticamente nunca registra o nome dos pais das crianças. Contudo, é muito difícil saber até que ponto as linhagens femininas eram majoritárias – seja por herança de sistemas africanos de parentesco, seja por uma maior facilidade por parte das mães por permanecerem junto aos seus filhos<sup>349</sup> – e até que ponto, simplesmente, as relações com pais e avôs não estão omitidas na documentação disponível.<sup>350</sup>

Alguns casos indicam que existiam laços que ligavam avô e neto em uma repetição semelhante entre a nomeação avó-neta. É o caso de Romão-Teresa-Romão (Gráfico Genealógico 6), Damas – Floripa – Damásio e o de Damas – Floripa – Inácio Damas (Gráfico Genealógico 7). No caso da ligação entre Damas e Laurinda, temos uma – rara – confirmação documental de seu matrimônio, já que nos anos finais da escravidão os mesmos a formalizaram perante a igreja.<sup>351</sup>

Temos também o caso de Jacinta, que em 1865 atribuiu ao seu filho o nome de um tio, Luís. Finalmente, podemos nos reportar a mais um exemplo. Como visto no Gráfico Genealógico 4, a escrava Floriana, de propriedade de Maria Bernarda Marques, atribuiu ao seu filho nascido em 3/2/1883 o nome de Brás.<sup>352</sup> Chama a atenção que no inventário do marido de sua senhora, José Nunes da Silveira, datado de 1849, figura um escravo de nome Brás, que tinha 35 anos.<sup>353</sup> No inventário do pai de Maria Bernarda, realizado em 1864, por sua vez, temos o registro de Floriana, com seus 3 anos.<sup>354</sup> Não sabemos qual era a vinculação entre Floriana e o antigo Brás, mas pode-se deduzir que tinha alguma espécie de relação afetiva que a motivou a nomear seu filho homenageando um possível padrinho, pai ou tio.

Também através das relações de compadrio foi possível verificar a recorrência de nomes, em uma tentativa de perpetuar memórias escravas e de tecer os laços dos cativos entre si. O caso da recorrência dos nomes Angélica e Inácia entre as escravas de Joaquina Maria Marques e de José Marques da Rosa – que, aliás, só foi possível dirimir por meio do nome de seus senhores – é um bom exemplo.

---

<sup>349</sup> Florentino e Góes (1997) denominam como matrifocais os arranjos familiares compostos apenas por mulheres e seus rebentos, terminologia também empregada por Laureano (2000).

<sup>350</sup> Ver no capítulo 2.2 como mesmo entre grupos étnicos de linhagem matrilinear pessoas aparentadas com o pai são reconhecidas como parentes.

<sup>351</sup> Seu matrimônio foi celebrado em 21/4/1887, às vésperas da lei áurea, quando ambos tinham 50 anos e já se encontravam libertos. Este casal teve a preocupação de contrair o sagrado matrimônio depois de forros, abençoando aos olhos de Deus e dos homens uma união estável que haviam tido por um longo período de cativo. ACDO, livro 6º de casamentos, 1884-1889, fl. 43.

<sup>352</sup> ACDO, Livro de batismo de libertos, fl. 103r.

<sup>353</sup> Inventário de José Nunes da Silveira, anexo a auto de medição de Maria Bernarda Marques. APERS – Osório – 1893 – Cartório de Civil e Crime – Maço 4 – Auto 199 – Estante 159. Infelizmente, não conseguimos localizar o registro de batismo de Brás.

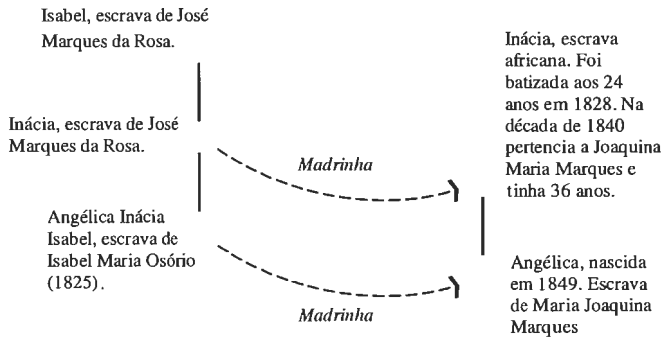
<sup>354</sup> Inventário de Bernardo Marques da Rosa, anexo a auto de medição de Maria Bernarda Marques. APERS – Osório – 1893 – Cartório de Civil e Crime – Maço 4 – Auto 199 – Estante 159. Infelizmente, não conseguimos localizar o registro de batismo de Floriana.

## GRÁFICO GENEALÓGICO 9

Memória e compadrio – Inácias e Angélicas

Inácias e Angélicas (I) – José Marques da Rosa

Inácias e Angélicas (II) - Joaquina Maria Marques.



Obs. – Uma sobrinha de Angélica afilhada também chamava-se Angélica, nascida em 1857. Esta terceira Angélica casou-se com João Reginaldo, filho de Reginaldo, irmã da madrinha de sua tia.

As inter-relações comunitárias destas famílias são evidentes. Inácia (II), ao chegar da África, encontrou um referencial importante para sua adaptação ao novo mundo em que teria que compulsoriamente se inserir, na sua madrinha, a quem tomou o nome por empréstimo. Inácia (I) era uma crioula e uma pessoa bastante adequada para orientar esta africana recém-chegada nos caminhos do cativeiro.<sup>355</sup> Tratava-se de uma escrava de confiança, que acompanhara a família Marques desde Santa Catarina (ver ponto 1.1). Seus filhos e netos eram afilhados dos senhores.<sup>356</sup> Sua mãe tinha o mesmo nome de sua senhora, Isabel Maria Osório, o que indicia uma possível situação de destaque em relação aos demais escravos.

Inácia (II) expressou sua gratidão em relação à madrinha convidando a filha da mesma para ser madrinha de uma de suas crianças, de quem novamente tomou

<sup>355</sup> “Certamente houve indivíduos que, ao fim do processo de transplante de um mundo a outro, viram-se inteiramente sozinhos, ignorantes da língua e dos costumes que os cercavam, tendo que aprender tudo de novo. Nessa situação, os africanos já aclimatados eram os guias mais adequados no processo de inserção em uma nova realidade” (Souza, 2002 p. 149).

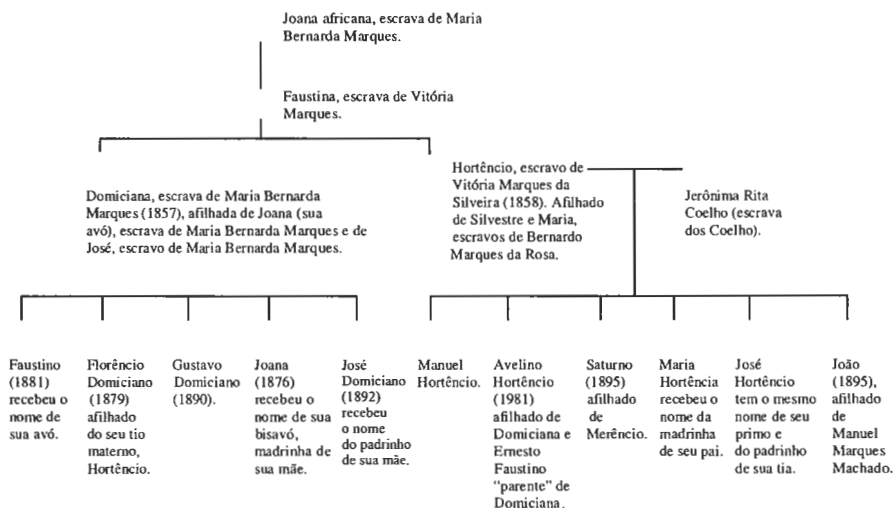
<sup>356</sup> Angélica era afilhada de Manuel Marques da Rosa e Florisbela de Andrade; (1º livro de batismos de escravos, fl. 54v); Reginalda era afilhada de homens livres não pertencentes à família senhorial (1º livro de batismos de escravos, fl. 66v); Romão era afilhado de Luís Marques (1º livro de batismos de escravos, fl. 81v). Quanto aos netos de Inácia, filhos de Angélica, Manuel era afilhado de Tomás e Rosa Osório Marques (2º livro de batismos de escravos, fl. 14v/15r); Herculano, de Pascoal e Ana Osório Marques (2º livro de batismos de escravos, fl. 51r); Serafina, de Pascoal e Rosa Osório Marques (2º livro de batismos de escravos, fl. 63v). CHF/Mórmons, rolo 75.

o nome de empréstimo. Como sua mãe, Angélica (I) era mãe de diversos afilhados dos seus senhores.

Através de mais um exemplo, temos um quadro que exemplifica com mais complexidade a inter-relação entre consangüinidade, compadrio e sistema de nomeação na constituição do espaço negro de Morro Alto:

### GRÁFICO GENEALÓGICO 10

Memória, parentesco e compadrio: Joanas, Josés e Faustinos



As famílias de Domiciana e Hortêncio Faustino demonstram com ainda mais precisão o quanto parentesco e compadrio estavam imbricados como instâncias de preservação de memória das relações familiares e de criação de solidariedades. Dos cinco filhos de Domiciana, um deles recebeu o nome de sua avó materna, outra de sua bisavó, que também era madrinha de sua mãe, e finalmente, um deles recebeu o nome do padrinho de sua mãe. Um dos filhos de Domiciana foi batizado por seu tio materno. Dentre os filhos de Hortêncio, um deles recebeu o mesmo nome da madrinha de seu pai, e outro do padrinho de sua tia.

Outro aspecto relevante é que um dos filhos de Hortêncio era afilhado de Merêncio, hoje reconhecido como um dos escravos herdeiros do testamento de Rosa Osório Marques, e outro era afilhado de Manuel Marques Machado, visto como um grande expropriador da comunidade de Morro Alto. Hortêncio era compadre, pois, de personagens que hoje são representados pela comunidade como antagonônicos.

A situação é ainda mais surpreendente se lembrarmos que esta família está localizada nas "Barranceiras", a meio caminho entre Aguapés e Morro Alto, incrustada entre o quilombo e as fazendas. Também foi assim que a comunidade esteve ao longo do pe-

rfo do escravista, sabendo jogar para lutar pela preservação de seus valores e especificidades culturais. Percebe-se resistência e adaptação; embate direto e invisibilidade; conflito e negociação. Tais são os variados caminhos através dos quais os negros construíram uma “espacialidade ladina”.

A historiografia sobre a escravidão certamente foi uma das que mais se desenvolveu no Brasil, nos últimos anos. Intensas discussões foram travadas sobre a coisificação dos cativos, sua resistência, sua sociabilidade, estrutura familiar, etc.<sup>357</sup> Muito se debateu sobre a interiorização por parte dos cativos dos modelos de submissão almejados pelos senhores, e também sobre as maneiras que estes tinham de romper tal cadeia de passividade. Os historiadores chegaram a um contraponto radical entre a negociação diária entre escravos e senhores – que segundo alguns autores traria de volta a visão de um cativeiro benigno – e os rompimentos frontais através de quilombos, assassinato de senhores e revoltas. Os estudos que vêm sendo realizados com o objetivo de elaboração de laudos histórico-antropológicos a respeito de comunidades remanescentes de quilombos, vêm colaborando para o aprofundamento de nosso entendimento das complexas vivências senhoriais e escravas na formação social escravista.

Tais estudos, realizados a partir das demandas das próprias comunidades remanescentes, têm levado a antropologia a debater e propor uma ressignificação do conceito de quilombo. Lugares-comuns como a idéia de isolamento, a redução do conceito de quilombo ao caso dos escravos fugitivos, assim como uma generalização mecânica do modelo palmarino tem sido desconstruídos, em prol de uma visão mais ampla e múltipla: tem-se buscado levar em conta a especificidade de cada comunidade remanescente estudada, assim como sua identidade, sua auto-representação, sua história e os vínculos com ela estabelecidos pelos sujeitos sociais no presente. Tem-se entendido, pois, quilombo como terra de negros, como espaço de resistência, nas diversas formas através das quais essa resistência pode se manifestar.<sup>358</sup>

Esta perspectiva está em sintonia, nem sempre devidamente reconhecida, com os novos estudos historiográficos acerca do regime escravista, na medida em que também eles têm rompido com as idéias de isolamento dos quilombos, com a exclusividade do modelo palmarino, têm valorizado a atuação dos escravos como sujeitos históricos e ampliado aquilo que se entende por resistência também aos seus aspectos culturais e cotidianos. Felizmente a historiografia avançou em relação à perspectiva de Clóvis Moura, cujos estudos datam da década de 1930.<sup>359</sup>

No caso específico do qual estamos nos detendo, é impossível reduzir o quilombo de Morro Alto aos quilombos de escravos foragidos em Aguapés. Parafraseando Genovese, poderíamos dizer que Morro Alto foi um mundo que os escravos fizeram. Nesse mundo, no quilombo que analisamos, verifica-se que senzalas, matos e roças faziam parte do mesmo universo material e simbólico, espaços formadores e conforma-

---

<sup>357</sup> Escravo-coisa: “uma representação acadêmica segundo a qual os escravos só conseguiam pensar o mundo, e atuar sobre ele, a partir dos significados sociais impostos pelos senhores” (Chalhoub, 1990a; Chalhoub, 1990b).

<sup>358</sup> O’dwyer, 2002; Almeida 2002.

<sup>359</sup> Para um balanço historiográfico a respeito da questão dos quilombos, ver Reis; Gomes, 1996.

dores da identidade étnica negra. Todos esses *loci* de atuação escrava formavam um todo inter-relacionado, constitutivo de uma comunidade e acessível por meio da memória dos seus descendentes. Morro Alto é um mundo que os negros criaram, na inter-relação entre matos, roças e senzalas.

#### 1.3.4 Anexo fotográfico



Foto 1. Ao lado da casa do Sr. Salvador Boaventura "Teófi", localiza-se a "casa velha do Ribeirão", que pertenceu a Manuel Antônio Marques.



*Foto 2.* Entre a vegetação, consegue-se perceber algumas pedras da “casa velha do Ribeirão”.



*Foto 3.* A casa-grande do Morro Alto pertenceu à Isabel Maria Osório e posteriormente aos seus filhos Rosa, Pascoal e Tomás Osório Marques. Atualmente, localiza-se nos fundos do terreno da família dos “Inácios”.





Foto 4. Entre a vegetação, percebemos as paredes e alicerces da casa-grande do Morro Alto.



Foto 5. Vista do Espreado, do Morro Maquiné e do braço morto do rio Maquiné a partir do pico do Morro da Vigia. Porção setentrional da Fazenda do Morro Alto.

#### 1.4 – DE CATIVOS A LIBERTOS, DE LIBERTOS A CAMPESINATO NEGRO: A RESISTÊNCIA PELA PERMANÊNCIA

...pros negros dela não rolá.”<sup>360</sup>

No Rio Grande do Sul, onde há pouco tempo a historiografia ainda não concedia espaço ao elemento negro, a substituição de trabalhadores escravizados por brancos imigrantes ainda parece ter sido automática.<sup>361</sup> No trabalho apresentado na VIII reunião da SBPH em 1989, a historiadora Helga L. Piccolo contestou que imigração e abolição teriam sido “processos que correram paralelos, concretizando-se o fim do escravismo quando foi resolvido o problema da mão-de-obra com um fluxo regular de imigrantes basicamente europeus.”<sup>362</sup>

Inúmeras referências em discursos na Assembléia Legislativa, relatórios dos presidentes da província, Câmaras Municipais e jornais, são unânimes em apontar a falta de mão-de-obra e a preferência dos imigrantes em instalarem-se em pequenos lotes de terra. Nas cidades, conforme nos mostram os levantamentos em processos criminais e jornais, o trabalho doméstico era ainda dominado, nos últimos anos do século XIX e primeiras décadas do XX, por negros e trabalhadores livres nacionais. As referências nos periódicos de anúncios oferecendo criadas estrangeiras eram raras.

... não nos parece possível estabelecer uma relação mecanicista entre abolição e colonização/imigração no Rio Grande do Sul. As afirmações neste sentido carecem de uma fundamentação convincente. Nem o colono, como pequeno proprietário, nem o imigrante como proprietário ou trabalhador urbano, teriam inclinações ou interesses de substituir o escravo na pecuária ou na charqueada e nem a isso foram obrigados. O processo de proletarianização do colono e do imigrante ainda não se acentuara quando da abolição da escravidão no Brasil.<sup>363</sup>

Como vimos no item anterior, também na parte do litoral norte de nosso interesse os senhores optaram como solução para o fim do escravismo a manutenção de estratégias de tutela e controle sob os antigos escravos.<sup>364</sup> A criação de camadas de indivíduos dependentes fez parte da intenção dos grandes proprietários de terras em garantir seu capital simbólico através da existência de famílias que lhes prestavam obediência, mas também mão-de-obra para suas fazendas e demais empreendimentos. Representantes de segmentos econômicos não dinâmicos, a política de imigração não beneficiou estes proprietários, fazendo-os precisar contar com os trabalhadores nacionais, prin-

---

<sup>360</sup> Entrevista com dona Aurora Conceição da Silveira, Maria Conceição da Silveira, Manuel Conceição da Silveira, Manuel Francisco Antônio e Guilherme Francisco Antônio, em Morro Alto no dia 13/9/2001, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira.

<sup>361</sup> Gutfreind, 1990; Leite, 1996.

<sup>362</sup> Piccolo, 1989, p. 17.

<sup>363</sup> Piccolo, 1989, p. 17.

<sup>364</sup> Este processo de transição é abordado em vários trabalhos historiográficos, como por exemplo: Castro, 1998. Ver especialmente a quarta parte do livro, intitulada “Nós Tudo Hoje é Cidadão”.

principalmente ex-escravos. Eles premiavam estes ex-escravos com a permissão de acesso a terra através da posse e não da propriedade efetiva (mesmo nos casos em que tinham este direito, por concessões de seus antigos proprietários), e forneciam certa proteção junto a autoridades públicas locais e outros pequenos favores.

Percebendo a situação concreta na qual os libertos estavam inseridos, notamos que se eles queriam permanecer na região onde haviam sido escravos<sup>365</sup> – onde haviam conseguido estabelecer relações que os favoreciam em termos profissionais e privados –, seria aconselhável manter relações cordiais com os seus ex-senhores. Não se emergia completamente livre do cativeiro, mas passava-se para o *status* de liberto, o qual estava profundamente marcado pelas cicatrizes do cativeiro e no qual era arriscado abdicar dos sistemas de proteção dados pelas boas relações com seus ex-senhores. Ser reconhecido e recomendado identificava pertencimento comunitário, o que permitia fugir do paradigma negativo do vadio, noção que cresceu em importância no final do escravismo e início da república, como rótulo que impedia a mobilidade destes trabalhadores para além de “acompanhar” os ex-senhores em suas andanças.<sup>366</sup> Muitas vezes, nos casos de recrutamento compulsório, problemas com a polícia (suspeita de ser criminoso ou escravo fugido) ou atritos com outros proprietários da região, o mato não era solução suficiente e o auxílio de um fazendeiro local era imprescindível.

A polícia de Osório enviou, em 1872, dois recrutas para o Exército pedindo que o Chefe de Polícia da província tomasse especiais cuidados com um deles – Manuel Francisco Ferreira –, que por seu comportamento merecia a disciplina militar. Manuel já havia sido preso por três vezes e mantivera “relações ilícitas” com uma moça de Tramandaí sob propostas de casamento. O agravante é que Manuel era protegido do Major João Antônio Marques, que “dizia em altas vozes na rua e em casas de negócio – [que] o recruta havia de voltar” e “passear pelas barbas” do delegado de polícia.<sup>367</sup>

A proteção de autoridades locais era importante, mesmo após a alforria, para escapar do duro recrutamento e a volta a uma vida com duras limitações, muito próxima

---

<sup>365</sup>Na fazenda do Morro Alto, há uma notável correlação neste sentido. Como exemplos: a família “Teófilo” mora ao lado da casa-grande de Manuel Antônio Marques, de quem seu avô tinha sido escravo. Sebastião Souza Rosa construiu sua casa sobre a senzala de Maria Joaquina Marques, onde suas avós Angélica e Lúcia haviam sido escravas. No fundo de sua casa, está o chão da casa onde viveram. As famílias de Hortêncio e de Domiciana residem junto à “casa velha das Barranceiras”, propriedade de Maria Bernarda Marques, dona, também, dos escravos referidos. Maria Bernarda Marques também era proprietária de terras no Borba e no Ribeirão, onde encontram-se as famílias de Venâncio, Robélia e Pascoal; de Brás e família Forte, descendentes de seus escravos. Em Morro Alto, o espaço é dividido pelas famílias Teresa e Merêncio, descendentes de escravos de Rosa Osório Marques, e pelas famílias de Ramão Inácio e dos Laurinda (aparentados com os Eufrásia, descendentes de escrava de Rosa Marques), que eram escravos de Pascoal Osório Marques. No inventário de Isabel Maria Osório, mãe de Rosa e Pascoal, as terras em Morro Alto foram divididas entre estes dois filhos, legando 184 braças para Rosa e 65 para Pascoal. APERS – Inventário de Isabel Maria Osório – Osório – 1867 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 4 – Auto 99 – Estante 159.

<sup>366</sup>Como diz Schwartz muitos senhores deviam permitir e incentivar que seus ex-escravos portassem seus sobrenomes numa demonstração de poder paternal e clientelístico, mas alguns não apreciavam muito tal costume, com os escravos agindo com uma forma de “direito adquirido” ao somarem ao seu nome de batismo o sobrenome do ex-senhor, para assim compartilhar um pouco do seu capital simbólico, principalmente de um notável (Schwartz, 1999, p. 327).

<sup>367</sup>Ofício de 25/07/1872, Maço 6, Delegacia de Polícia de Osório – AHRS.

ao cativo.<sup>368</sup> O delegado de Polícia de Osório teve que se explicar a respeito de uma denúncia publicada no Jornal *A Reforma* – órgão do Partido Liberal –, em março de 1870, sobre a prisão de um “preto” que se “supunha” desertor, quando este pretendia casar-se com uma moça “branca”. O Delegado Juvêncio Correia de Andrade defendeu-se dizendo que apenas efetuou a prisão do preto Gabriel Antônio – logo após este justificar-se perante o Vigário –, por dois dias, até que este conseguiu apresentar documentos provando que havia sido escravo (“não havia muito tempo”).<sup>369</sup>

O preto Manoel Joaquim da Silva trabalhava “pacificamente” em uma propriedade em Maquiné, “onde havia se ajustado como peão” quando foi agarrado por 5 homens armados, sendo dois policiais, pela suspeita de ser escravo fugido. Manoel aceitou a prisão mas não consentiu que fosse amarrado, sendo levado à força para Osório onde o delegado mandou soltá-lo. Isto ocorreu em novembro de 1879 e vários proprietários da região atestaram que Manoel era cidadão brasileiro (portanto livre) e vivia de seu “trabalho braçal capinando em roças de diversos com quem se contrata para ganhar subsistência”.<sup>370</sup>

Através de requerimento ao Presidente da Província, em 1863, Florência Maria de Jesus, moradora na Vila de Nossa Senhora Conceição do Arroio, reclamava do recrutamento pelo Capitão Moraes do Corpo Policial, de um escravo seu pardo de nome Bento, filho de sua escrava Isabel, que havia sido casada com um pardo forro de nome Antônio de Souza Rangel, já falecido. Florência dizia que o Capitão recrutador havia contrariado os seus “mais inafiançáveis direitos”, certamente “muito mal informado” e pedia a soltura do seu único escravo “a bem da mãe do mesmo já velha e adoentada”. Os padrões de acumulação de riqueza da época passam pela compra de escravos e não possuí-los indica baixo poder aquisitivo e, portanto, pouco poder de negociação com as autoridades policiais. Como em tantos casos similares, para os quais possuímos apenas um documento que não pode nos esclarecer o processo a que se referem do início ao fim, cogitamos que Florência não tinha posses suficientes para garantir proteção ao seu cativo. À margem do documento, escrito certamente pelo secretário da presidência, estava anotado que “à vista das informações oficiais e documentos presentes, não tem lugar o que requer.”<sup>371</sup>

---

<sup>368</sup> O subdelegado de São Francisco de Paula, em 1866, enviou para sentar praça na 1ª linha do Exército, Antônio de Tal, de cor preta. AHRs – Polícia, Delegacia de Polícia, Maço 31, ofício de 18/11/1866. Dona Maria de Lourdes, de Aguapés, conta que sua mãe (que morreu em 2001, com 106 anos), contava histórias de revoluções e recrutamentos: “Ela diz que era a última revolução que deu [...] ainda levaram o pai dela, a mãe dela tava grávida, aí vieram ali, né, pegaram o velho, levaram, tiveram com o velho lá fazia oito dia que tinham levado o velho, ela nasceu [...] Mandaram levá o velho, levaram o velho, ela nasceu. Aí mandaram dizê, sargento, tenente, não sei quem era lá, mandô ele vim em casa. Aí ele veio, veio num dia voltô no otro. Depois só veio quando veio embora.” Antes de ser preso em casa, o vô de dona Maria de Lourdes havia se escondido: “[...] quando eles tava procurando o pai dela, né, eles chegavam nas casa e queriam pegá. Então o avô dela, se escondeu debaixo da cama, mas depois parece que acharam e levaram. O pai dela ficô escondido noutras mata, noutra casa [...].”

Entrevista de dona Maria de Lourdes Terra Rodrigues, realizada em 18/1/2002, em Aguapés.

<sup>369</sup> Ofício de 12/07/1870, Maço 6, Delegacia de Polícia de Osório – AHRs.

<sup>370</sup> Processo 561, Maço 17, Cartório Cível e Crime – AHRs.

<sup>371</sup> Maço 101, Escravos, Requerimentos – AHRs.

A proteção dada pelos ex-senhores e seus descendentes aos ex-escravos, trazia em contrapartida a exigência de encenação por parte dos membros da comunidade negra de demonstrações de submissão, através de rituais cotidianos como os pedidos de bênção ou louvado.<sup>372</sup>

Acompanhado de seu “cãozinho”, o ex-escravo Delfino já com cerca de 70 anos de idade e descrito como um “preto velho, indefeso e alquebrado”, trabalhava na lavoura de Bernardina Dias Sobrinho, em 1909, quando foi atacado.<sup>373</sup> O agressor, Manuel José de Souza (branco, lavrador, com 67 anos de idade), sem qualquer provocação, pulou a cerca da propriedade e passou a maltratar Delfino na cabeça com o cabo do relho e, depois, com um porrete, deixando-o muito machucado, sendo finalmente afugentado pela intervenção de Bernardina e de sua irmã Rosa. O “preto velho” Delfino Osório morava na casa de sua patroa já há algum tempo prestando alguns serviços (como vimos ainda trabalhava na terra), não sendo recompensado em dinheiro, mas com o “devido agasalho e tratamento”. Em nenhum momento do processo fica claro o motivo da agressão sofrida por Delfino, mas podemos supor que ele voluntária ou involuntariamente tenha praticado um gesto, que foi interpretado por Manuel José como desconsideração. Delfino, que sobrevivia graças aos “favores” de sua patroa, sabia da importância da manutenção de práticas de subordinação e respeito que ele via como continuidade dos tempos de cativo. Ele viu seu algoz aproximar-se pulando a cerca da lavoura onde trabalhava, mas continuou desprevenido em seu trabalho, justificando que:

Não estranhou esse fato, pois até o chamava de patrão; e, sempre que o encontrava, pedia-lhe a bênção, costume dos ex-escravos.<sup>374</sup>

Em 23 de junho de 1893, Maria Bernarda Marques requereu ao Presidente do Conselho Municipal e Juiz Distrital de Conceição do Arroio, como “senhora e possuidora” de duas terças partes dos campos e faxinais situados na Fazenda do Morro Alto – “que houve por herança de seus finados pai Bernardo José Marques da Rosa e marido José Nunes da Silveira” –, e que achavam-se ainda “indivisas entre os demais herdeiros”, a medição, demarcação e divisão, para que fossem separadas as “partes de terras que lhe devem pertencer por direito segundo os títulos que apresenta”.<sup>375</sup> Anexo ao seu requerimento, Maria Bernarda relacionou vários indivíduos, “interessados e heréus confinantes da Fazenda do Morro Alto” e “agregados que se acham dentro da fazenda e dizem-se possuidores de partes dela”, constando neste segundo grupo, dentre outros, escravos legatários, constantes no testamento e inventário de Rosa Osório Marques. Di-

---

<sup>372</sup> Entrevista com dona Aurora Conceição da Silveira, Maria Conceição da Silveira, Manuel Conceição da Silveira, Manuel Francisco Antônio e Guilherme Francisco Antônio, em Morro Alto no dia 13/9/2001, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira.

<sup>373</sup> Delfino tinha 27 anos em 1874, ano em que figura no inventário de Firmiano José Luiz Osório. Auto 72, 1874, Maço 1, Cartório de Civil e Crime de Osório – APERS. De acordo com o processo criminal, era ex-escravo de Ana Osório Nunes, viúva de Pascoal Osório Marques.

<sup>374</sup> Processo nº 670, Maço 21, 1909, Cartório Civil e Crime de Conceição do Arroio.

<sup>375</sup> Auto nº 196, 1893, Autora: Maria Bernarda Marques, Maço 4, Cartório Civil e Crime de Osório – APERS.

versas outras pessoas, porém, constam na referida lista, desde escravos que adquiriram terras até pequenos proprietários que figuram na região desde meados do século XIX, nos registros paroquiais de terras.<sup>376</sup>

Afixado no passo da Intendência Municipal de Osório e publicado em alguns jornais, um Edital de 28 de junho de 1893 deu 30 dias para que os “interessados, heréus confinantes e agregados, e todos os mais” reivindicassem seus direitos. No dia 5 de agosto do mesmo ano, foi organizada uma Audiência de Louvação para a escolha do agrimensor e dois arbitradores que deveriam proceder conforme requerido por Bernarda. O antagonismo entre os ex-senhores fica evidente neste primeiro encontro entre o procurador de Maria Bernarda e José Marques da Rosa, quando a votação acaba rigorosamente empatada sendo necessário um sorteio que elege o agrimensor e um dos arbitradores indicados por Bernarda.

José Osório Marques – o “Zé Marques” constantemente citado nas entrevistas feitas durante a elaboração deste laudo e irmão por parte de pai do ex-escravo Merêncio –, assustado com a possibilidade de perda de parte da Fazenda Morro Alto, por ele administrada e explorada de fato, resolveu tornar-se defensor dos direitos dos legatários de Rosa Osório Marques. Citando os artigos 673 e 672 do Decreto nº 720, de 5 de setembro de 1890, ele solicitou a nulidade do processo por não terem sido citados todos os interessados, principalmente os ex-escravos.

Esta tentativa de medição das terras de Morro Alto, em 1893, deixa transparecer um clima de animosidade entre os ex-senhores e forneceu-nos algumas informações sobre a situação dos 24 legatários de Rosa Osório Marques, que deveriam ter sido beneficiados na execução de seu inventário. Na argumentação de Maria Bernarda Marques encontramos a declaração explícita de que eles foram enganados pelos herdeiros de sua ex-senhora – não recebendo nem mesmo os pequenos lotes legados –, e que permaneciam à sombra dos mesmos, certamente prestando serviços e obediência, inseridos nas redes de clientela locais. Isso fica claro através dos duros termos usados pelo Procurador de Maria Bernarda, ao repudiar o pedido de nulidade de José Marques:

... diremos mais, que esses condôminos ora apresentados pelos réus, ignoram se *com efeito são possuidores de partes de terras da fazenda a medir-se*. Estas ainda se conservam debaixo da administração de José Osório Marques, testamenteiro e inventariante da finada Rosa Marques e delas não fez entrega a seus herdeiros, os referidos legatários e nem o podia

---

<sup>376</sup> As famílias de Bernardino Coelho da Rosa e Joaquim Desidério da Silva constam no registro paroquial de terras – ver ponto 1.1; Roque (marido de Eufrásia), Merêncio, Fortunato, Sebastião, Teodoro, Polucena, Jacinta, Nazário, Ambrósio e Esperança Marques constam dentre os herdeiros de Rosa Osório Marques. Luiz Eufrásio Marques, também constante na lista, havia sido escravo de Rosa, mas foi alforriado antes de seu testamento, sendo irmão de Jacinta (tio, portanto, de Merêncio e Eufrásia), e cônjuge de Serafina Francisca Pastorina (avós de Ramão Maria Inácio, de Valério Luiz da Silva, de Silvério Hermenegildo – marido de Antônia José de Jesus – de Maria Hermenegilda – mãe de dona Edite Maria da Rosa – e de Maria Clara da Rosa – mãe de Aurora e Diva Inácia Marques. Finalmente, constam da lista Ramão Inácio Marques e Damazo Marques, escravos de Pascoal Osório Marques (ver Gráficos Genealógicos 2 e 7 no ponto 1.3).

fazer por se acharem pró indivisas. Tanto é certo, que *esses condôminos vivem até então pelas fazendas e senzalas de seus ex senhores moços [...] sem que se conheça terem eles residência própria, ocupação ou meios de vida.*<sup>377</sup>

A frase final da citação tenta desqualificar os legatários de Rosa Marques definindo-os negativamente (sem “residência própria”) e atribuindo-os uma suposta vadiagem (sem “ocupação ou meios de vida”), características que justificariam a impossibilidade encontrada de serem notificados para defenderem seus direitos.

Na decisão de partir ou permanecer no território, pesavam aspectos diversos: a manutenção ou o afastamento (temporário ou permanente) dos vínculos de sociabilidade construídos em Morro Alto; a “proteção” das famílias de ex-senhores ou um andar livre porém marcado pelo estigma da vadiagem. Dentre essas experiências possíveis, muitos optaram ou por acompanhar seus ex-senhores, ou por ficar nas próprias localidades onde foram escravos e onde tinham certas garantias de acesso à terra, formando comunidades compostas por um campesinato negro dedicado à agricultura de subsistência, à venda ou troca de pequenos excedentes nas vilas próximas ou entre os vizinhos e a serviços ocasionais em fazendas, construção de estradas, etc.

#### 1.4.1 Uma nova situação política e econômica

As transformações referidas anteriormente – imigração, fim do tráfico negreiro e posterior abolição do escravismo – afetou de forma significativa a família Marques.<sup>378</sup> Pela primeira vez, estes grandes terratenentes viram decair o seu poderio em Conceição do Arroio, seja econômico, seja político, dando lugar a outros sujeitos sociais mais sintonizados com os novos tempos. Redirecionando-se para outros lugares onde eram proprietários, como São Francisco de Cima da Serra e Capivari, registra-se um efetivo abandono da ocupação regular sobre as terras de Morro Alto, bem como diversas deixas e vendas de terras para seus ex-escravos. A longo prazo, percebe-se uma desvalorização relativa das terras em Conceição do Arroio no montante total de bens de raiz da família Marques, como atestam a seguinte tabela e o gráfico:

---

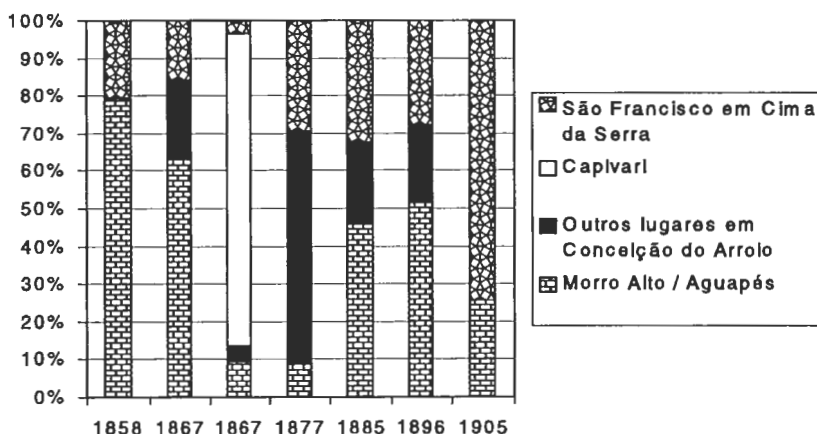
<sup>377</sup> Folha 126. Grifos nossos.

<sup>378</sup> São necessários novos estudos, mais aprofundados, a fim de verificar a incidência de tais aspectos em outro fenômeno – ainda não abordado pela historiografia acadêmica – que certamente contribuiu para a ruína regional da família Marques, qual seja, a dinâmica da lavoura açucareira escravista em Conceição do Arroio.

VALOR RELATIVO DAS TERRAS DAS FAMÍLIAS MARQUES  
E NUNES DA SILVEIRA EM DIFERENTES LOCALIDADES (%)  
EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO TOTAL EM TERRAS DO INVENTARIADO

	Morro Alto / Aguapés	Outras localidades em Conceição do Arroio	Capivari	São Francisco em Cima da Serra
1858	79,35 %	0,00 %	0 %	20,65 %
1867	63,70 %	20,42 %	0 %	15,88 %
1867	9,38 %	3,99 %	83,08 %	3,55 %
1877	9,01 %	61,74 %	0 %	29,26 %
1885	46,38 %	21,32 %	0 %	32,30 %
1896	51,39 %	20,96 %	0 %	27,65 %
1905	25,47 %	0,00 %	0 %	74,53 %

FAMÍLIAS MARQUES E NUNES DA SILVEIRA –  
PROPORÇÃO DE TERRAS EM DIFERENTES LOCALIDADES



Fontes: APERGS, Inventários de Maria Joaquina Marques (1858); Isabel Maria Osório e Ponciano Nunes da Silveira (1867); Manuel Marques da Rosa (1877); Rosa Osório Marques Sobrinha (1885); Maria Bernarda Marques (1896) e de José Marques da Rosa Sobrinho (1905).

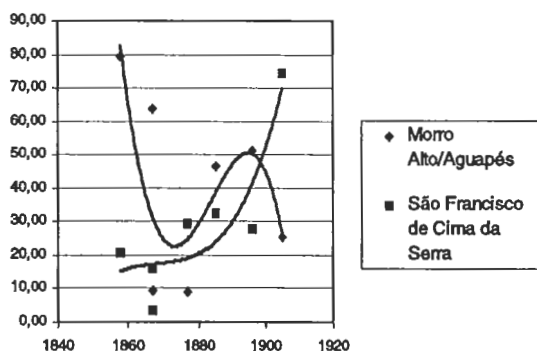
Verifica-se que, até meados do século XIX, a Fazenda do Morro Alto correspondia a mais de 50% do patrimônio total em terras das famílias em questão, sendo que em fins do mesmo século e início do século XX raramente ultrapassava esta proporção. Por outro lado, as propriedades em Capivari equivaliam à parte mais significativa e valorizada da riqueza fundiária de Ponciano Nunes da Silveira, assim como São Francisco de Cima da Serra ocupa uma dimensão cada vez mais significativa. O exemplo do casal Rosa Osório Marques sobrinha e José Marques da Rosa sobrinho é paradigmático (números 56 e 28 no Gráfico Genealógico 1): em 1885, quando faleceu a primeira, ainda sob a vigência do regime escravista, as terras em Morro Alto e Aguapés equivaliam a 46,38% de suas propriedades fundiárias, e as terras em São Francisco representavam apenas 32,20% do total. Vinte anos depois, era inventariado o patrimônio do seu



viúvo. Em 1905, as terras em Morro Alto e Aguapés equivaliam a apenas 25,47%, enquanto as de São Francisco significavam 74,53%. Além disso, nesse intervalo José Marques da Rosa Sobrinho havia se desfeito dos terrenos em outras localidades de Conceição do Arroio, que representavam 21,32% do valor, no caso de sua esposa.

Sem pretender uniformizar uma família em que os diferentes integrantes possuam níveis distintos de fortuna material e fundiária, é evidente uma tendência geral à desvalorização relativa dos bens na fazenda do Morro Alto e sua valorização em São Francisco:

#### EVOLUÇÃO DO VALOR RELATIVO DAS TERRAS DE MORRO ALTO OU AGUAPÉS E DE SÃO FRANCISCO DE CIMA DA SERRA NOS INVENTÁRIOS DA FAMÍLIA MARQUES



Fontes: APERGS, Inventários de Maria Joaquina Marques (1858); Isabel Maria Osório e Ponciano Nunes da Silveira (1867); Manuel Marques da Rosa (1877); Rosa Osório Marques Sobrinha (1885); Maria Bernarda Marques (1896) e de José Marques da Rosa Sobrinho (1905).

No caso do valor das terras de Morro Alto, a inclinação positiva no intervalo 1867-1896 não é típica: expressa a pequena quantidade relativa de terras nesta região de Ponciano Nunes da Silveira em comparação com Maria Bernarda Marques. A tendência geral é dada pelo gráfico em seu conjunto, no intervalo entre 1858 e 1905, para além das diferenças entre fortunas individuais.

Obs. Gráfico polinomial de ordem 3.

No caso do casal Ponciano Nunes da Silveira (cujos bens em Capivari representavam 83% do seu patrimônio material) e Rosa Osório Marques, (números 18 e 35 do Gráfico Genealógico 1) esta desvalorização pôde ser percebida de forma mais evidente. No inventário da mãe de Rosa, de 1867, era clara a ocupação da Fazenda do Morro Alto, denotada pela presença de roças de mandioca, alambiques e casas de engenho, assim como uma casa de moradia.<sup>379</sup> Por outro lado, o inventário da filha, em 1888, demonstra o abandono das mesmas terras: a casa de moradia encontrava-se em “mau estado”. Dentre os bens semoventes de Rosa, havia mil reses de criar, vinte bois mansos, vinte e cinco novilhos, trinta animais cavалares de criar, vinte e cinco cavalos mansos, cinco potros e quatrocentas ovelhas, todos em Capivari, enquanto na Fazenda do Morro Alto havia apenas

<sup>379</sup> APERS – Inventário de Isabel Maria Osório – Osório – 1867 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 4 – Auto 99 – Estante 159.

vinte e cinco reses de criar e dois bois mansos (sendo que Rosa deixou à escrava Idalina 50 reses).<sup>380</sup> Ao deixar parcela da Fazenda de Morro Alto para seus escravos, Rosa estava se desfazendo de uma fração de seu patrimônio que havia deixado de ter lucratividade econômica, mantendo o território ocupado por famílias de seus ex-escravos.

Wilson Marques da Rosa apresentou a proposta de atribuir o nome de Rosa Osório Marques à associação de moradores da qual veio a se tornar presidente, proposta esta muito bem acatada na comunidade, que credita o testamento à bondade de Rosa Osório Marques:

Eu sugiro, né, eu sugiro uma sugestão pra nossa associação o nome seja dado à Rosa Osório, Osório Marques. Foi a pessoa à frente do seu tempo. [...] Um ato importante, isso antes da abolição, um ato importante dela. Então acho que nada mais justo que a gente dar o nome pra associação dela. [...] Rosa Osório Marques em 1887 faz um testamento pra 24 escravos. Que trabalhavam na Fazenda do Morro Alto. [...] Livramento, Livramento, Livramento, o próprio nome de Livramento se a gente fizer uma pesquisa mais forte é livre, Livramento. [...] Então em 1887, ela faz o testamento, ela não tem filhos, e passa para os seus escravos. E um ano depois vem a abolição, mas ela morre em janeiro. Em janeiro de 88 ela morre, a abolição vem 13 de maio, né. Então ela não alcança isso. E isso nunca foi respeitado, né. [...] Então essa é a Rosa Marques, que lá no início fez esse ato de bravura, né. De bravura, ela não tendo filhos, passa aos seus, aos seus negros, um ato de, é de liberdade pra eles, né, eu encaro assim. Então tá, a terceira geração, não temos assim a segunda geração, né, mas a gente tem a terceira e a quarta da qual eu faço parte. A mãe e os primos, né, tem os primos né, são a terceira geração. Então isso, né, isso é uma coisa viva. Nunca safram desse reduto, né. Eles tão dentro da fazenda com suas forças. Com dificuldade, outros safram, com dificuldade, é, safram pra perto, pra Capão, zona da, eles tão tudo dentro dessa região.<sup>381</sup>

O depoimento de Wilson indica que esta senhora, por sua condição de gênero – mulher impedida de cumprir o papel de mãe que lhe destinava a sociedade escravista – se solidarizou com a condição de seus escravos, deixando-lhes a herança em questão.

Em 1899, a Câmara de Conceição do Arroio registrava o lançamento de contribuintes sujeitos a impostos. Dentre os grandes contribuintes, figurava apenas da família Marques o nome de Ana Osório Marques, com um imposto de 120\$000 réis por suas atividades criatórias. Outros familiares seus, como Ana Osório Nunes, Tomás Osório Nunes, João Osório Nunes, Ana Maria Osório e Bernardino Osório Marques eram onerados em quantias mais modestas, pagando respectivamente 12\$000, 15\$000, 12\$000, 6\$000 e 24\$000 réis (10%, 12,5%, 10%, 5% e 20% da quantia paga por Ana Osório Marques). Este mesmo lançamento de tributos evidencia outro aspecto dos anos de virada do século XIX para o século XX: a presença imigrante. Os estrangeiros dominavam quase todas as manufaturas, enquanto os nacionais dedicavam-se ao ramo da criação. Percebe-se um certo equilíbrio no que diz respeito a atafonas, engenhos e aguardentes.<sup>382</sup>

<sup>380</sup> APERS – Inventário de Rosa Osório Marques – Viamão – 1888 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 5 – Auto 108 – Estante 24 e/c.

<sup>381</sup> Intervenção de Wilson Marques da Rosa na reunião comunitária realizada no dia 22/9/2001 no Clube Ribeirão.

<sup>382</sup> AHO, Lançamento de contribuintes sujeitos aos impostos em 1899. Conceição do Arroio. Maço 01 ADA.

A vinda de imigrantes europeus ao Rio Grande do Sul durante o século XIX obedeceu a uma política oficial de povoamento cujos fundamentos ideológicos eram racistas, qual seja, a que apontava a necessidade do branqueamento da população com fins da construção do Estado Nacional.<sup>383</sup> Ao desconsiderar a prévia ocupação do território sulino por parte de famílias afro-descendentes ou indígenas, o Estado assumiu para si a responsabilidade por inúmeros focos de conflitos e tensões, muitos das quais vêm à tona novamente nos dias de hoje. Na solução dessa problemática, não cabe avaliar, simplesmente, quais são as populações minoritárias e majoritárias em termos demográficos, tendo em vista que, na região litorânea, os afro-descendentes viram-se absolutamente desamparados no momento em que eram majoritários numericamente mas minoritários em termos políticos.<sup>384</sup>

A presença alemã no litoral tem como ponto de partida o ano de 1826, quando foram fundadas, por iniciativa oficial, as colônias de São Pedro de Alcântara e de Três Forquilhas, ao norte das localidades que nos interessam, ainda que viessem a exercer atividades econômicas que lhe deram projeção política regional apenas no início do século XX.<sup>385</sup> A presença italiana no litoral norte remonta à última década do século XIX, impulsionada por migrações internas de levas originárias da colônia de Caxias: particularmente em Barra do Ouro e Riozinho. Nos primórdios do século XX a notícia da abertura do porto de Torres atraiu mais italianos à região, que se estabeleceram em Morro Azul, Três Forquilhas, Três Cachoeiras, Rua Nova e Itaitaba.<sup>386</sup>

Os novos povoadores de Conceição do Arroio dedicaram-se a empreendimentos econômicos diferenciados daqueles dos antigos proprietários e aos poucos foram conquistando um espaço político condizente com a importância das atividades por eles desempenhadas. Durante a República Velha, a navegação fluvial na região era dominada pelas famílias Voges, Dreher e Diehl.<sup>387</sup> É importante observar que antes da construção da estrada de ferro em 1921, esse era o meio de transporte básico para o escoamento

---

<sup>383</sup> Piccolo, 1997.

<sup>384</sup> A presença de população de origem italiana, alemã ou polonesa na região que estamos analisando foi posterior, mas nem por isso menos tensa. De acordo com o depoimento coletado junto a um representante da comunidade, “eles pegavam o nego daqui, levavam pra Santa Catarina, pegavam de lá, matavam e não sabia.” Entrevista com Sebastião Souza Rosa em Aguapés, no dia 6/12/2001, realizada por Paulo Moreira e Rodrigo Weimer. Ver também, a esse respeito, o ponto 1.5. Também neste caso, o poder do Estado tem responsabilidade com a situação que se criou, cabendo a ele resolver o problema.

Um dos aspectos que devem ser levados em conta, contudo, é que os integrantes da comunidade de Morro Alto têm boas relações de convívio com alguns de seus vizinhos brancos, com quem possuem relações de parentesco, vizinhança e compadrio.

A origem étnica ou a cor da pele, portanto, não são indicativos mecânicos da legitimidade ou não da presença no território, cabendo sim desvendar quais são “os de fora” considerados invasores e quais estão integrados à comunidade. Esta distinção é muito clara quando avaliamos a situação fundiária da região, já que aqueles que são apontados como invasores são os grandes latifundiários, enquanto o convívio com os pequenos produtores é razoavelmente pacífico na maior parte dos casos.

<sup>385</sup> Barroso, 1999, p. 180-192.

<sup>386</sup> Frosi; Mioranza, 1975, p. 51. Sebastião Souza Rosa situa em 36 ou 37 a chegada dos primeiros imigrantes em Aguapés, originários de Rolante e de Taquara. Entrevista com Sebastião Souza Rosa em Aguapés, no dia 6/12/2001, realizada por Paulo Moreira e Rodrigo Weimer.

<sup>387</sup> Soares, 1992, p. 244.

mento da produção. Diversos estudiosos do sistema político regional da República Velha apontam que a ascensão do Partido Republicano Rio-Grandense obedeceu a necessidades criadas a partir da presença de famílias imigrantes, ainda que estas fossem apenas parcialmente representadas pelo PRR.<sup>388</sup>

Um momento fundamental da ascensão de Júlio de Castilhos, do PRR, foi a Revolução Federalista, intenso confronto militar que abalou o Rio Grande do Sul entre 1893 e 1895. Seu impacto sobre a fazenda do Morro Alto não foi pequeno. A família Marques aliou-se aos castilhistas, e sofreu diversos ataques da parte dos federalistas que, acampados em torno de quatrocentos na “Casa de Telhas”, foram cercados por partidários do PRR originários de Osório, Maquiné e Viamão.<sup>389</sup> A avó de Maria Arlene Duarte, moradora na Prainha, lhe contava diversas histórias acerca da presença dos maragatos pela região, referindo práticas como o estupro de mulheres e os saques às fazendas.<sup>390</sup> Em sua passagem pela Fazenda do Morro Alto, incendiaram a casa do coronel Marques.<sup>391</sup> Com suas propriedades saqueadas, moradoras estupradas e uma casa incendiada, não é de se estranhar que poucos anos depois os Marques não mais constassem dentre os maiores criadores do município, e tampouco que, no momento do processo de medição de 1893, seus ex-escravos não tivessem residência própria.<sup>392</sup>

Aliados à facção vencedora na Revolução Federalista, a família Marques foi temporariamente beneficiada por seu alinhamento com Castilhos. No período inicial da República Velha, Antônio Marques da Rosa, Firmiano da Terra Osório e Manuel Marques da Rosa foram intendentes municipais.<sup>393</sup> Na mesma época, porém, os três se envolveram em inumeráveis intrigas com outros notáveis do partido local, tais como Antônio Stenzel Filho, Reduzino Pacheco, Manuel Estevão Fernandes Bastos, Pedro Mendonça Rodrigues.<sup>394</sup>

Em 1914, o partido encontrava-se dividido em duas facções, dentre as quais uma da família Marques e outra de Reduzino Pacheco,<sup>395</sup> que tratou, naquele momento, de dar a maior divulgação possível para um escândalo que agitava os meios políticos de Conceição do Arroio. Naquele momento, veio à tona um caso amoroso de Firmiano Osório com a esposa de um de seus apoiadores no interior do partido. A amante começou a ameaçar publicamente sua esposa legítima e, quando advertida por Osório para que não fizesse isso, ela o atacou com arranhões e pedradas. Tudo não passaria de um episódio anedótico, não tivesse Reduzino Pacheco subornado o marido traído (até então, partidário de

---

<sup>388</sup> Love, 1975, p. 59-60; Pesavento, 1979, p. 201 e 205.

<sup>389</sup> Ruschel, 1999, p. 447.

<sup>390</sup> Entrevista com Maria Arlene Duarte, em 23/9/2001, na Prainha, realizada por Cíntia Müller e Mariana Fernandes.

<sup>391</sup> *A Federação*, 23/4/1895. Transcrição em Silva, 1997, p. 28. Infelizmente, a transcrição não especifica de qual “coronel Marques” se trata.

<sup>392</sup> Auto nº 196, 1893, Autora: Maria Bernarda Marques, Maço 4, Cartório Cível e Crime de Osório – APERS. p. 126.

<sup>393</sup> Costa, 1922, p. 411.

<sup>394</sup> IHGRGS, ABM, Correspondência passiva de Borges de Medeiros docs. 3269-8; 3270-6; 3273-0; 3274; 3279-9; 3281-3; 3297-9; 3300-1.

<sup>395</sup> A facção de Reduzino Pacheco tinha entre as suas principais bases de apoio os imigrantes localizados em Três Forquilhas, enquanto a facção dos Marques representava uma elite mais tradicional.

Osório) para que enviasse um telegrama ao Correio do Povo contando sua história – ou seja, um escândalo envolvendo lideranças locais do partido republicano adquiriria publicidade estadual, e em um periódico não comprometido com o PRR.<sup>396</sup>

Sua conseqüência foi uma grande desmoralização de Firmiano Osório e sua facção na política municipal. No ano seguinte, 1915, Borges de Medeiros enviou a Conceição do Arroio um interventor para cumprir o papel de intendente provisório e chefe do partido. Se formalmente a missão de Leopoldino de Araújo era conciliar as facções divergentes, na prática o que fez foi escantear definitivamente o grupo de Osório: percorrendo todo o município acompanhado de Reduzino Pacheco, a quem nomeara intendente, recusou-se a visitar Firmiano Osório e José Osório Marques, então residente em Palmares.<sup>397</sup> Aparentemente, a família Osório Marques, decadente economicamente em Conceição do Arroio, viu-se esvaziada de seu poder político em âmbito municipal. Borges pôde, ainda, vingar-se pelo escândalo envolvendo seu partido que adquirira projeção estadual no ano anterior.

Outro fator que esvaziou o poderio dos Marques foi, imediatamente antes da divisão partidária em 1914, a morte de Manuel Marques da Rosa e Antônio Marques da Rosa, duas das principais expressões políticas da família, ambos ex-intendentes municipais. Os seus filhos não se encontravam em condições de assumir o papel deixado por seus pais: os de Manuel, Protásio, Alberto e Manuel eram crianças de respectivamente quatro, um e dois anos. Já os de Antônio Marques da Rosa estavam, por estes tempos, ocupados em responder perante a justiça por crimes por eles cometidos.

Em 1911, Antônio Osório Marques da Rosa, filho do ilustre ex-intendente municipal, invadiu a farmácia de Conceição do Arroio e agrediu com um relho a senhora Joaquina Maria Guimarães, que tivera uma discussão com suas irmãs no cemitério municipal. De 50 jurados nomeados para julgar o processo, 35 fugiram.<sup>398</sup>

Se a violência empregada por Antônio parece desnecessária, o que dizer de processo posterior, datado de 1926, em que ele atacou Francisco Antero de Azambuja, seu empregado (aparece com as denominações de empregado e de peão) pelo banal motivo de não tê-lo cumprimentado? Antônio usou de uma adaga para o esfaquear; Francisco tentou defender-se com um facão, que deixou cair ao solo por faltarem-lhe forças. O agressor sacou de um revólver, descarregou-lhe dois tiros, que errou, e depois lhe deu diversas pancadas com a coronha da arma. O irmão de Antônio, Olímpio, enxotou a vítima, ao invés de acudi-lo. Francisco, totalmente machucado, vagou durante duas horas sem encontrar socorro, já que todos tinham medo do criminoso.

Às 17 horas encontrou abrigo na casa de Isidoro Pereira de Souza. O mesmo era muito pobre e não tinha plenas condições de dar vestimentas adequadas ao hóspede, mas não foi buscar roupas na fazenda de dona Joaquina porque tinha medo que Antônio Osório Marques da Rosa descobrisse que a vítima se abrigara em sua casa e tentasse matar seu filho. Pelo mesmo motivo, chamou diversas pessoas para passar a noite ali, caso fosse necessária a defesa de sua família e da vítima. O caso foi avaliado em Santo

<sup>396</sup> IHGRGS, ABM, Correspondência passiva de Borges de Medeiros, doc. 3302-7.

<sup>397</sup> IHGRGS, ABM, Correspondência passiva de Borges de Medeiros, doc. 3308-4.

<sup>398</sup> APERS, Processo Criminal – Conceição do Arroio – Cartório de Civil e Crime – Maço 35, Auto 924.

Antônio da Patrulha, já que todos os juízes de Conceição do Arroio ou desapareceram, ou recusaram-se a julgá-lo. Após ser citado inúmeras vezes sem comparecer, finalmente Antônio foi absolvido, não sem antes o seu advogado ter argumentado em prol da justiça da agressão realizada e forjado novos depoimentos.<sup>399</sup> Contudo, antes desta sentença final ter sido proferida, Antônio Osório Marques da Rosa chegou a ser preso por agressão, em 1927<sup>400</sup> – ainda que em seguida ele tenha sido solto, tratava-se de algo inédito em termos da família Marques.

Também o irmão de Antônio, Manuel Osório Marques da Rosa (ou “Neneca” Marques) teve problemas com a justiça por uma conduta, digamos assim, desequilibrada. Em 1928, em uma carreira de cavalos, acompanhado de dois sujeitos procurados pela polícia, tentou impedir que os mesmos fossem presos pelo subdelegado, xingando-o de ladrão de postes, e de cachorro. Respondeu a processo por desacato à autoridade e obstrução da justiça.<sup>401</sup> No mesmo ano, esfaqueou João Virgílio Osório (de cor denominada “morena” no processo) por causa de dívidas de jogo. Teve sua prisão preventiva decretada.<sup>402</sup> Para escapar à cadeia, realizou um exame de corpo de delito a fim de demonstrar ter sido, também, agredido por sua vítima. Não foi preso por ausência de provas e ambos acabaram indiciados pela Justiça. O caso acabou com a absolvição dos dois envolvidos.<sup>403</sup>

As atitudes de Antônio e “Neneca” certamente não eram muito distintas das de seus familiares. João Antônio Marques também procurara impedir a prisão de um criminoso com quem possuía relações clientelísticas; e o pai de ambos, dentre outras façanhas, expulsara o juiz municipal de Conceição do Arroio (ver ponto 1.1). A diferença não estava na arrogância com que os Marques pretendiam-se acima da lei, e sim no momento histórico em questão. Enquanto eram poderosos, ao longo do século XIX, os Marques puderam exercer seu poderio de forma arbitrária. A arbitrariedade de Antônio e “Neneca” é uma caricatura daquela: mesmo que tenham evitado vergonhosas prisões – decretadas em episódios patéticos – tiveram de responder à justiça e utilizar estratégias desesperadas para escapar.

#### 1.4.2 Novos tempos, novos senhores

Também a estratégia matrimonial da família Marques sofreu uma redefinição nos anos finais do século XIX e princípios do século XX. A outrora aristocrática família que cultivava alianças matrimoniais praticamente endogâmicas teve que abrir-se para casamentos com elementos externos, muitas vezes de estatuto social mais baixo, porém de um poderio econômico que os Marques não mais possuíam. De acordo com Sebastião Souza Rosa, os Marques possuíam vínculos de parentesco com a família Coelho,<sup>404</sup> que

<sup>399</sup> APERS, Processo Criminal – Conceição do Arroio – Cartório de Civil e Crime – Maço 26, Auto 761.

<sup>400</sup> APERS, Processo Criminal – Conceição do Arroio – Cartório de Civil e Crime – Maço 35, Auto 923.

<sup>401</sup> APERS, Processo Criminal – Conceição do Arroio – Cartório de Civil e Crime – Maço 30, Auto 810.

<sup>402</sup> APERS, Processo Criminal – Conceição do Arroio – Cartório de Civil e Crime – Maço 29, Auto 795.

<sup>403</sup> APERS, Processo Criminal – Conceição do Arroio – Cartório de Civil e Crime – Maço 30, Auto 811.

<sup>404</sup> Entrevista com Sebastião Souza Rosa no dia 11/3/2002, em Ribeirão, realizada por Miriam Chagas, Marcelo Vianna e Nina Fujimoto.

até o fim do século XIX não eram considerados mais do que “agregados que se acham dentro da fazenda e dizem-se possuidores de partes dela”. Ainda mais impressionante é o relato da senhora Adiles Jesus da Silva, acerca das núpcias das filhas de Manuel Antônio Marques, senhor de seu avô Teófilo, com a família Azevedo e Souza (ver no Gráfico Genealógico 1 os matrimônios 50=59 e 51=60). O irmão de ambas, José Osório Marques, opôs-se a que Isabel e Ana desposassem os irmãos Azevedo e Souza:

Adiles – Aí quando chegô esses Azevedo lá de fora que vieram comprá gado e propriedade mesmo, decerto a criação, decerto... aí veio os Azevedo...

Cíntia – Dois irmãos?

Adiles – É, dois ermão. E eram mulatos né.

Cíntia – Eles eram mulatos?

Adiles – É, a situação deles era mulato... Mas é muito antigo isso aí né. Aí eles vieram lá de fora lá de Mostarda aí o seu Manduca Marque mando eles desencilhá o cavalo e atô o cavalo na sombra. E aí teve uma das menina dele que começô decerto a gostá dele umas quantas coisa que eles fizeram e troca, e compra... de cima das terra e voltavam. Aí teve uma que começo a gostá dele e aí esse que era do sinhô da falecida Afonsa que era dos Aguapé que era parente deles, eu não sei se era ermão ou se era primo deles [Adile refere-se a José Osório Marques, o “Zé Marques da cria”], aí disse assim que a filha desse Manduca Marque tava gostando desse mulato. Aí esse dos Aguapé disse assim: mas mano, eu não duvido que tu tenha coragem de deixá a minha sobrinha, a tua menina gostá desse negrão. Tu não vai fazê isso. Aí ele disse: mas mano, o que que tem, eles são branco em tudo, eles são mais do que nós. Eles são branco, eles são branco no poder, eles são branco em tudo. Eles não têm nada pra se nego, eles são muito mais do que nós, eles são poderoso mano. Porque que tem que casá. Aí ele, esse que é dos Aguapé não foi nem no casamento, não foi, fico brabo com o ermão e não foi... Mas parece que era ermão, não tenho bem certeza.

Cíntia – Huum, não tem problema.

Adiles – Aí ele disse assim: não deve deixá. Aonde se viu uma menina fina dessa casa com um negão desse. Mas eles são mais fino de que nós, eles são fino, estudo, são fino, eles são branco em tudo, não tem nada pra se nego.<sup>405</sup>

O coronel Manuel Antônio Marques, sob protestos de seu filho, permitiu as bodas de suas filhas com irmãos que José Osório Marques considerava mulatos, já que o seu poderio econômico os “embranquecia”. Sob o ponto de vista pecuniário, foi uma alternativa muito boa, já que, na supracitada listagem de contribuintes de Conceição do Arroio de 1899, a única grande criadora da família é Ana Osório Marques, que casou-se com o “mulato” Joaquim de Azevedo e Souza Filho. Ao fim de sua vida, José Osório Marques talvez tenha mudado de opinião acerca dos cunhados, já que, tendo sido mais uma pessoa da família sem deixar descendência, nomeou um sobrinho, José de Azevedo e Souza, como seu herdeiro e testamentário.<sup>406</sup>

---

<sup>405</sup> Entrevista com dona Adile Jesus dos Santos e Nelson Santos Silva em Osório no dia 29/10/2001, realizada por Marcelo Vianna e Cíntia Müller.

<sup>406</sup> APERS, Testamento de José Osório Marques – Viamão – 1927 – Cartório da Provedoria – Maço 3 – Auto 121 – Estante 25.

Os mais importantes, porém, dos “novos senhores” foram os Machado, pela relevância desta família na história posterior da comunidade de Morro Alto. Clara Marques da Silveira, uma das filhas de Maria Bernarda Marques, casou-se com um fazendeiro de Cima da Serra, João Machado Ramos (o que foi morto por um escravo, razão pela qual seu filho e neto “não gostavam de nego” – ver ponto 1.3). Desta união, nasceu Manuel Marques Machado, em 1877, que através de alianças matrimoniais bem-sucedidas logrou arrecadar diferentes quinhões da Fazenda do Morro Alto. Manuel Machado casou-se duas vezes: pela primeira vez, com Isabel, filha de Pascoal Osório Marques; pela segunda, com Júlia Osório Marques, filha de Antônio Marques da Rosa (no Gráfico Genealógico 1, os personagens 68, 87, 88, 72 e 86). Sendo assim, pôde acumular em seu patrimônio tanto terras de sua avó, como de seus sogros, alguns dos mais importantes proprietários na Fazenda do Morro Alto. Provavelmente, por meio deste “agregar de quinhões”, foi possível para ele retirar dos escravos herdeiros de Rosa Osório Marques a parte que lhes cabia da doação testamentária, como freqüentemente a comunidade o acusa.<sup>407</sup>

Foi por iniciativa de João Machado Ramos que teve início a mal-sucedida tentativa de medição de 1893. Antes de seu falecimento, o mesmo requisitou certidões de diversos dos documentos que foram anexados ao processo: inventários de seu sogro e do pai de sua sogra, assim como as públicas-formas das concessões de terras adquiridas pelas famílias em questão em 1806. Estava interessado em realizar uma divisão das terras entre os sucessivos herdeiros dos adquirentes originais, a fim de resguardar o que pertencia à sua esposa. Isso não foi possível, não só pela indefinição dos limites territoriais, mas pela sucessiva divisão por meio de quinhões – quantidade de terra que não tinha quantia. Ao longo da maior parte do século, quando a família Marques estava em ascensão, a imprecisão acerca das dimensões de sua terra foi utilitária (ver ponto 1.1). Contudo, em sua trajetória decadente, interessou a alguns integrantes da família delimitar o que lhes cabia, possibilidade esta que não se concretizou em virtude das terras encontrarem-se indivisas e não demarcadas.

Miriam – Um quinhão é quanto?

Sebastião – Um quinhão é assim... Aqui é uma área, então eles vão medindo, cada um fica com um divisa, então, não tem metragem. Pode ser um quinhão de cem hectares, 10 hectares. É o que sobrou, né? É o que sobrou...

Miriam – E a marcação foi por quinhão?

Sebastião – Não marcaram, foi vendendo, tinha um quinhão... pode ser dez braças, não tinha quantia.<sup>408</sup>

---

<sup>407</sup>Ver entrevista com dona Aurora Conceição da Silveira, Maria Conceição da Silveira, Manuel Conceição da Silveira, Manuel Francisco Antônio e Guilherme Francisco Antônio, em Morro Alto no dia 13/9/2001, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira; entrevista com Ercília Marques da Rosa e Wilson Marques da Rosa na Prainha no dia 26/8/2001, realizada por Cíntia Müller, Mariana Fernandes, Alessandro Gomes e Cíntia Rizzi. Entrevista com Manuel Francisco Antônio, Ildo Forte, Nelson Santos Silva e Salvador Boaventura da Rosa, no Espraiado, Ribeirão e Morro Alto no dia 6/10/2001, realizada por Marcelo Viana, Miriam Chagas e Rodrigo Weimer.

<sup>408</sup> Depoimento de Sebastião Souza Rosa em reunião comunitária no dia 2/3/2002.



### 1.4.3 *Se colocando, se colocando: formas de permanência e deixas de terras*

Aurora Conceição da Silveira – É cativoiro, no cativoiro. Depois as nega diz que choravam, não sabia pra onde ir, ficaram como tudo assim, não sabiam porque eles deram a alforria.

Manuel Francisco Antônio – ...libertação.

Aurora Conceição da Silveira – Eles foram e mandaram embora, mas os coitado não tinha pra onde ir.

Entrevistador – E aí como é que será que conseguiram ficar?

Aurora Conceição da Silveira – Como é que eles ficaram?

Entrevistador – É.

Aurora Conceição da Silveira – ...foram se colocando, se colocando.<sup>409</sup>

A partir do abandono da posse (ainda que nem sempre da propriedade<sup>410</sup> – em alguns casos, os donos daquelas terras tornaram-se ausentes) das terras do Morro Alto por parte das famílias senhoriais, verifica-se que o seu território seguiu sendo ocupado pelas famílias descendentes de escravos, que foram “se colocando, se colocando” para conseguir permanecer no território onde estavam enraizadas suas relações sociais. Foram diversas as modalidades através das quais os libertos lograram “colocar-se”, criando e recriando espaços de liberdade – descontínuos e freqüentemente não formalizados, por corresponderem às necessidades das famílias, e não a exigências legais muitas vezes desconhecidas. Antes de tipificá-las, apresentar-se-á um mapa (Mapa 2) pelo qual se pretendeu dar a expressão gráfica desta permanência. São necessárias duas advertências antes de consultá-lo: 1) não se pretendeu dar conta de todas as famílias que alguma vez em sua vida tenham passado por Morro Alto, mas sim mapear aquelas que, no trabalho de campo contribuíram mais efetivamente com suas informações. Ainda assim, trata-se de um mapa possivelmente lacunar, cujo único objetivo é demonstrar a continuidade da ocupação por parte das famílias descendentes de escravos na primeira metade do século XX e 2) como a metodologia utilizada em campo foi o mapeamento por redes sociais, a partir da participação nas reuniões da Associação de Moradores, diversas famílias que figuram no mapa ficaram fora da área delimitada como território investigado para suporte do pleito.

### **Modalidades pelas quais a comunidade conseguiu permanecer na terra**

#### *1.4.3.1 Aquisição de terrenos*

De acordo com um integrante da comunidade de Morro Alto, a maior parte dos morenos daquela localidade e seu entorno lá estão por terem comprado suas terras. Majoritários ou não, foram verificados ao longo do trabalho de campo inúmeros casos

---

<sup>409</sup>Entrevista com dona Aurora Conceição da Silveira, Maria Conceição da Silveira, Manuel Conceição da Silveira, Manuel Francisco Antônio e Guilherme Francisco Antônio, em Morro Alto no dia 13/9/2001, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira.

<sup>410</sup>Propriedade esta, vale dizer, questionável, já que não pôde ser definida com precisão a partir da tentativa de medição no final do século.

e relatos de aquisições de terrenos por parte das famílias negras no início do século. O mesmo se deu porque, dado o desinteresse da família Marques pela Fazenda do Morro Alto a partir da sua decadência em fins do século XIX, tornou-se uma possibilidade interessante a sua venda para famílias de ex-escravos que tivessem alguma especialidade e que, de alguma forma, tenham conseguido acumular algum pecúlio.

Além do trabalho especializado, sabemos que alguns dos forros conseguiram ter acesso à terra por meio de dívidas contraídas pelos seus ex-senhores por meio de trabalho não-remunerado: os mesmos passavam a vida a servi-los como se escravos fossem e, ao fim da vida, recebiam um quinhão de terras em pagamento. A maioria destes trâmites se dava no âmbito da informalidade, sem registro escrito, portanto. Todavia, o caso de Hermenegildo Luís Francisco parece ser exemplar, e felizmente, pudemos acessá-lo por meio do inventário de Manuel Marques da Rosa, datado de 1913. Ao serem listadas as dívidas passivas do falecido, constata-se que Hermenegildo era credor de 300\$000 réis, relativos a “serviços que prestou ao referido finado”. Foi-lhe destinada, pois, parcela das terras que o falecido possuía no Espigão do Morro Alto. Em 1915, este último requereu a passagem de uma guia comprobatória de que era proprietário do dito terreno, a fim de que pudesse pagar o imposto territorial.<sup>411</sup> Cumpre destacar que, caso ele não tivesse tido a preocupação em quitar os tributos com a Fazenda Pública, não teria tido acesso à documentação de sua propriedade, e também que, mesmo nunca tendo sido escravo – nasceu livre, pois seu pai e sua mãe já eram forros – durante toda a vida trabalhou de forma não-remunerada, só tendo sido pago quando Manuel Marques da Rosa faleceu. O senhor Ermenegildo Manoel da Silva, morador no Espigão do Morro Alto, mostrou o terreno onde viveu Hermenegildo Luís Francisco (vizinho a quem, como explicou, devia seu nome), sendo muito próximo de sua própria moradia.<sup>412</sup>

A maior parte destas transações se deu por meios informais. As famílias adquirentes foram logradas em diversas ocasiões pelos seus ex-senhores, dado que na maior parte dos casos a venda não foi formalizada em cartório, permanecendo tais famílias à margem das formas legais de proteção da propriedade. Isso se deu, basicamente, pelos seguintes motivos: a) a permanência no período pós-escravidão de vínculos históricos de submissão e de relações hierárquicas, de forma que os ex-escravos ou as primeiras gerações posteriores raramente ousavam questionar os ex-senhores; b) sem escolarização primária<sup>413</sup> ou alfabetização, essas famílias não tinham acesso à dimensão legal da propriedade da terra; c) pelo contrário, operava-se em termos uso da terra, e não de propriedade legal. Em inícios do século XX, a regularização dos papéis não parecia ter a importância que veio a adquirir posteriormente e d) em muitos casos, os próprios proprietários primários daquelas terras não tinham a sua legalização em cartório.

---

<sup>411</sup> APERS – Inventário de Manuel Marques da Rosa – Osório – 1913 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 25 – Auto 789 – Estante 159.

<sup>412</sup> Entrevista com os senhores Ildo Fortes e Ermenegildo Manuel da Silva, no Espigão (Ribeirão) em 12/3/2002, realizada por Rodrigo Weimer.

<sup>413</sup> Apenas em 1936 foi criada uma aula municipal na localidade de Morro Alto, e, ainda assim, a mesma fora criada por iniciativa e, provavelmente para atender aos interesses, de uma família italiana que então se estabelecia no local. AMPO, Requerimentos, 1942. Requerimento de Ardelino Goldani.

Em 1890, Manuel Inácio adquiriu cem braças de terras no Despraiado, que lhe foram vendidas por Manuel Osório Marques pela quantia de 500\$000. No recibo que foi passado ao adquirente, o ex-senhor justificava o motivo pelo qual não estava fornecendo a escritura pública: “como não tendo escritura pública por isso passo o presente fico em lhe passar a escritura pública e me assino”. Este recibo, assim como diversos outros papéis, foram guardados como relíquias pela nora e pela neta de Manuel Inácio. Ao consultá-los, nos deparamos com correspondência privada, que nos serviu para embasar parte de nossa análise, e também com uma série de recibos de pagamentos de impostos, pagos com notável regularidade.<sup>414</sup>

Cumprе destacar alguns aspectos. A mãe e os irmãos de Manuel Inácio, pertencentes à família Pastorino, residiam também no Espraiado, sendo ali o local escolhido por ele para se estabelecer. Além disso, os limites explicitados no documento de recibo são extremamente vagos, contudo a comunidade tem uma noção de territorialidade coincidente com aquela que encontramos nos registros paroquiais, no qual os terrenos têm à sua frente uma divisa por água e fundos no travessão da serra. Finalmente, mesmo o proprietário anterior da terra, pertencente à família Marques não possuía, ou afirmava não possuir, a titulação adequada perante o cartório de imóveis.

A consequência da forma assumida por tais transações foi a grande fragilidade da comunidade diante de processos de expropriação (ver ponto 1.5). Diante da precariedade dos registros de escrituras, muitas terras foram lavradas às ocultas (ironizados pela comunidade como escrituradas “à noite”) ou ocorreu, ainda, a expansão de cercas para dimensões muito superiores às inicialmente adquiridas e registradas.<sup>415</sup> Nas certidões do cartório de registro de imóveis a que tivemos acesso, encontramos as terras pertencentes à família dos Inácio e à família de dona Robélia.<sup>416</sup> Considerando as datas recentes das certidões destas famílias, é possível que a regularização de suas terras só tenha se dado nas décadas de 1970 e 1980.

Ainda que não tenhamos encontrado nas certidões do cartório de registros de imóveis a documentação anterior a essas décadas, ao longo do trabalho de campo diversas famílias nos mostraram certidões registradas em anos anteriores, de forma que é muito provável que no conjunto documental anterior aos anos 1970 existam muitas

---

<sup>414</sup> Documentos aos quais a senhora Aurora Inácia Marques gentilmente franqueou-nos acesso. Ver em anexo.

<sup>415</sup> Depoimentos de diversos moradores de Aguapés e Barranceiras, antes de reunião comunitária no clube Ribeirão, no dia 16/3/2002.

<sup>416</sup> Certidão de propriedade de Maria Inácio da Silva, n. 3136 livro 3-E, datada de 27/4/1977; Certidão de propriedade de Polinário André Germano e Robélia Vicente da Silva Germano, n. 16179 livro 3-V, datada de 20/9/1988 (Certidões do Cartório de Registros de Imóveis disponibilizadas à Procuradoria da República). É possível que exista maior número de certidões relevantes, dado que a equipe de pesquisa não teve acesso à totalidade das certidões, apenas aquelas posteriores à década de 1970. As famílias em questão não estão colocando-se como pleiteantes no processo de mobilização comunitária que atualmente se desenvolve, seja em razão de rivalidades familiares, seja por terem a garantia de seus títulos de propriedade. Duas filhas de dona Robélia estiveram presentes em reunião da Associação de Moradores, embora apenas uma vez. Seu primo (Venâncio) e o irmão (Pascoal) foram convidados mas nunca apareceram. Não queremos realizar imputação de identidades, porém é necessário observar que estas famílias estão inseridas na teia de parentesco da comunidade, compartilham de suas tradições socioculturais e remetem-se, no caso de Ramão Maria da Silva (Inácios), ao passado escravista.

mais. Na década de 1960, no decorrer do processo jurídico contra a firma JASA (ver capítulo 1.6), as famílias descendentes dos ex-escravos herdeiros de Rosa Osório Marques registraram seu testamento no cartório de registro de imóveis. Igualmente, tivemos acesso a certidões de imóveis em poder da senhora Edite Maria da Rosa, Marina Forte dos Santos, Salvador Manoel da Silva, Luzia Silva da Rosa, e também cadastros do INCRA apresentados por Albertina Rodrigues dos Anjos e Salvador Boaventura Teófilo.<sup>417</sup> Todos eles são fontes comprobatórias de que o mercado de terras foi um dos meios através dos quais as famílias remanescentes lograram permanecer em seu território, em alguns casos por meio de transações internas à comunidade. Vejamos:

Em 1934, José Inácio da Rosa, pai de Edite, adquiriu 60.500 m<sup>2</sup> de terras no Ribeirão a Bibiano Maria da Rosa e Maria Reginalda Nunes, nomes que obviamente denotam as relações comunitárias em questão. Da mesma forma, em 1948, Manuel Maria dos Santos, pai de Marina, comprou de Manoel João Fortes um terreno no Ribeirão dimensionado em 51.472 m<sup>2</sup>. O proprietário original deste terreno era Antônio Nunes da Silveira Rosa, que o vendeu aos Forte em 1914. O terreno onde Salvador Manuel da Silva, seu irmão Ermenegildo Manuel, sua prima Olina Teodoro da Silveira e as respectivas famílias habitam, por sua vez, localiza-se no Espriado e pertenceu ao seu avô comum, Ernesto Faustino da Silva. Infelizmente, contudo, a documentação em poder da família não nos permite saber de que maneira Ernesto Faustino tornou-se proprietário, dando conta, apenas, da divisão das terras entre seus filhos em 1944, quando ele faleceu.

Finalmente, a certidão trazida por dona Luzia da Silva Rosa demonstra que seu pai, Pedro Silvano da Silva, e seu tio, Domingo Silvano da Silva, adquiriram em 1937 36.300 m<sup>2</sup> de terras no Faxinal do Morro Alto, com fundos à lagoa do Ramallete, vendidas por Bernardino Coelho da Costa.<sup>418</sup> Dona Luzia informou ainda que parte destas terras foram posteriormente vendidas por seu cunhado, Manuel Brás da Rosa, casado com sua irmã Iracema Reginalda da Rosa.<sup>419</sup> Temos, pois, um padrão, segundo o qual, em fins do século XIX e inícios do século XX diversas famílias afro-descendentes adquiriram terras de seus ex-senhores. Em momentos posteriores, ocorreram transações de terras internas à comunidade.<sup>420</sup> Esse “mercado interno comunitário” parece ter funcionado com base

---

<sup>417</sup> Documentos aos quais tivemos acesso por nos terem sido gentilmente franqueados por Edite Maria da Rosa, Marina Forte dos Santos, Salvador Manoel da Silva, Luzia Silva da Rosa, Albertina Rodrigues dos Anjos e Salvador Boaventura Teófilo.

<sup>418</sup> Em entrevista realizada com Sebastião Souza Rosa e Manuel Francisco Antônio, estes informantes forneceram alguns dados que permitem dar uma outra dimensão para a venda das terras em questão. Por meio desta entrevista, descobre-se que Bernardino Coelho morava junto à Barra do João Pedro. A escrava Silvana, por sua vez, como constatado a partir de diversos depoimentos de seus descendentes, vivia na Lagoa dos Touros, bastante próxima dali. Na referida entrevista, Sebastião fala de seu parentesco com Edite Forte, destacando que a avó materna de Edite, Laurência, era filha de Gaudino Coelho da Rosa. A mãe de Laurência era Silvana, mãe dos adquirentes na transação realizada. Percebe-se, pois, que Bernardino Coelho era avô de uma irmã de Pedro e Domingos Silvano. Entrevista com Sebastião Souza Rosa e Manuel Francisco Antônio em Agupés no dia 27/10/2001, realizada por Cíntia Müller, Miriam Chagas e Rodrigo Weimer.

<sup>419</sup> Depoimento de Luzia Silva da Rosa para Arnaldo Santos, no clube Ribeirão, no dia 16/3/2002.

<sup>420</sup> Ver também no ponto 1.4.3.4. o caso das terras que Belizário adquiriu de Machado e revendeu a seu sogro Merêncio.

nas relações comunitárias, de parentesco e solidariedade entre vizinhos, modelo este que se rompeu apenas no momento em que a estrada federal impôs à comunidade uma inserção periférica como mão-de-obra no mercado capitalista (ver ponto 1.5).

Diversas outras famílias não tiveram condições, porém, de legalizar perante o cartório de imóveis a situação de direito às suas terras. A informalidade e precariedade do mercado de terras naqueles anos podem ser aferidas por meio de diversos depoimentos coletados com moradores da região, que dão conta de trocas de terras por gado ou das “vendas por boca”:

Ângela – Daí vendeu a terra... e a parte assim da terra, o pai dela comprô, do irmão, mas comprô assim, a parte de boca, sem papel, ele pagou e perdeu a terra.<sup>421</sup>

Uma forma de permanência bastante relatada nas diversas entrevistas realizadas era a compra por meio de recibos. A aquisição do terreno era feita por parte das famílias que, contudo, não tinham acesso aos títulos legais, recebendo em seu lugar um papel manuscrito para comprovar a venda e o pagamento.

A família do senhor Ildo Forte dos Santos possui, ainda hoje, um recibo datado de 1924 da compra de 20 braças de terras no Ribeirão, realizada pelo pai e por um tio de Ildo. Este terreno foi vendido por Manuel Marques da Rosa. Esse quinhão vinha somar-se a outro terreno pertencente à família Forte, já que Bibiano Felizardo Forte (bisavô de Ildo, de Edite Forte, de André da Rosa e Belomar Alves, entre outros) possuía ainda terras no Borba e no Ribeirão que em 1915 foram divididas entre seus filhos e esposa.<sup>422</sup>

Outro recibo de transação de terras entre ex-senhores e forros ao qual tivemos acesso foi-nos fornecido pela senhora Maria Helena Couto, referindo-se a 40 braças de terras nas Barranceiras adquiridas de Urcelino Marques pelo seu avô Hortêncio. Esse documento, contudo, não se encontra datado. De qualquer forma, podemos estimá-lo entre início do século XIX e princípio do século XX. Temos, como regularidade em relação a outros casos semelhantes, a aquisição de terrenos por um forro especializado (tal como Manuel Inácio, Hortêncio era carpinteiro) na região onde havia sido escravizado, onde estavam enraizadas suas relações sociais. E, indo além na comparação com o caso de Manuel Inácio, também aqui, a família conservou e guardou a seriação dos documentos comprobatórios do pagamento do imposto territorial em princípios do século.<sup>423</sup>

Ainda que fossem uma prova da compra realizada, diversos destes recibos podiam ser “negados”, ou ainda possibilitar a venda de lotes sobrepostos. Foram diversos os conflitos fundiários devidos a tais situações. Entre os principais proprietários que tinham a prática de emití-los está Romário Marques Machado, filho de Manuel Marques Machado, aquele que “não gostava de nego” devido à morte de seu pai.

---

<sup>421</sup> Entrevista com dona Ângela Reginalda de Souza, Maria Rosa Rodrigues e o Sr. Sebastião Souza Rosa, nas Barranceiras no dia 19/10/2001, realizada por Mariana Fernandes, Cíntia Müller e Rodrigo Weimer.

<sup>422</sup> Documentos aos quais gentilmente o senhor Ildo Forte dos Santos franqueou-nos acesso.

<sup>423</sup> Documentos aos quais gentilmente a senhora Maria Helena Couto franqueou-nos acesso. Ver em anexo.

Manuel – O cara comprava um direito e vendia um pedaço e fazia um recibo, isso aí é a recibo...<sup>424</sup>

Dona Aurora – O Machado vendeu pro Bilizario e o Bilizario vendeu pro meu pai. Tudo terra de usi frut, mas nós não sabia de nada. Compramo, o meu pai comprô. Depois não tinha escritura, os filho negaram e venderam e agora tem esse homi aí que tá.<sup>425</sup>

Não apenas por meio dos relatos da comunidade é possível demonstrar que Romário Marques Machado vendia terras por meio de recibos, mas também através da documentação compulsada. Em 1981, ocorreu disputa judicial entre Altair Mazon e os descendentes de Alberto Marques de Oliveira Rosa (Nenê Ribeiro), referente a “uma parte de campo, situada na várzea do Morro Alto, dividindo-se por um lado com a rodovia Osório – Capão da Canoa, o rio das Malvas e campos do mesmo comprador”. Em 1969 Machado vendera o terreno ao último, estando o recibo anexado aos autos. Ao fim de sua vida, contudo, Machado transacionara terras com Altair Mazon, não estando claro se nelas estavam as terras de Ribeiro.<sup>426</sup> É importante observar que tanto Mazon quanto Alberto Rosa (“Nenê Ribeiro”) eram brancos, e sua pendenga foi resolvida judicialmente. O caso de famílias negras em situações semelhantes era mais delicado, já que muitas vezes acarretou em perdas de terras pela alegada precariedade de posse. Ao longo do processo, vem à tona o caso de Gustavo Domiciano da Rosa,<sup>427</sup> que em 1942 adquirira terreno de “Nenê Ribeiro”, conforme esclarece o despacho emitido pela juíza:

Veja-se, também, que tal venda a Gustavo Domiciano nunca foi documentada, e data de 1942, tendo a maior parte das terras voltado às mãos de Nenê Ribeiro (Alberto Marques de Oliveira Rosa) e seus herdeiros, após a morte de Gustavo.<sup>428</sup>

O inventário de Romário Marques Machado evidencia que a venda de lotes por meio de recibos foi prática bastante corriqueira de sua parte. Ao declarar terras de sua propriedade na região de Tramandaí, foi realizada a seguinte advertência:

Do todo maior de 134,9 ha, foram alienados a diversos compradores aproximadamente 97,6 hectares, sendo que, na medida em que os mesmos se forem habilitando, serão outorgados, mediante alvará, as escrituras porventura ainda não feitas.

---

<sup>424</sup> Entrevista com Manuel Francisco Antônio, Ildo Forte, Nelson Santos Silva e Salvador Boaventura da Rosa, no Espriado, Ribeirão e Morro Alto no dia 6/10/2001, realizada por Marcelo Vianna, Miriam Chagas e Rodrigo Weimer.

<sup>425</sup> Entrevista com dona Aurora Conceição da Silveira, Maria Conceição da Silveira, Manuel Conceição da Silveira, Manuel Francisco Antônio e Guilherme Francisco Antônio, em Morro Alto no dia 13/9/2001, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira.

<sup>426</sup> Processo 10425, 1981, FO, Cartório da 1ª vara civil e criminal. Ação de Reintegração de posse movida por Altair Mazon, sua mulher e outros contra Ivan Alberto Marques da Rosa, sua mulher e outros.

<sup>427</sup> Vale a pena lembrar que, de acordo com Manuel Conceição da Silveira, Gustavo Domiciano era filho de Merêncio. Depoimento de Manuel Conceição da Silveira, em reunião comunitária no dia 20/7/2002.

<sup>428</sup> Processo 10425, 1981, FO, Cartório da 1ª Vara Civil e Criminal. Ação de Reintegração de posse movida por Altair Mazon, sua mulher e outros contra Ivan Alberto Marques da Rosa, sua mulher e outros, p. 41.

Ante a grande dificuldade de saber-se a real situação dos compradores e para não retardar o andamento do inventário, é que se posterga tais providências para mais tarde.<sup>429</sup>

A família do falecido, portanto, não sabia com exatidão a dimensão dos seus terrenos em Tramandaí, o que tinha sido vendido, e o que conservava em sua posse, já que as transações haviam sido realizadas à margem das escrituras legais.

#### 1.4.3.2. Deixas de terras<sup>430</sup> e doações

Assim como diversas terras foram vendidas sem a necessária formalização por escrito ou legalmente, também em variadas situações foram doados terrenos para famílias escravas, sem, contudo, se realizar a transmissão nos livros de registro de imóveis. É este o caso das terras deixadas pelo “sinhozinho” Coelho ao filho que havia tido com uma escrava. Posteriormente “veio a medição”, realizada em função de uma “estrada que ia passar aqui na beira da lagoa e que ia até Rio de Janeiro” e o vovô Gaudino perdeu as terras herdadas nas regiões de Barranceiras e Aguapés (ver ponto 1.5, a respeito dos impactos das transformações nos sistemas viários sobre a comunidade de Morro Alto).

Maria – A divisa do vovô, quando eu era pequena, ele sempre dizia assim, né, que os terreno dele era de lá do cemitério, o cemitério ficava dentro dos terreno dele. E era divisa aqui, como era o nome? Com o tio Hortêncio, aqui. [...] O vovô ganhou do sinhozinho? Cíntia – E ele nunca falou o nome da pessoa que deixou a terra para ele?

Maria – Sempre ele dizia que era o sinhozinho quem tinha dado, né. Quando eles entravam em forro aí eles davam um pedaço de terra. O sinhozinho, agora sei eu quem era o sinhozinho.

Ângela – Ali era terra dos Coelho, da parte do meu avô, porque o meu avô era filho de sinhô. Meu avô foi filho de sinhô sabe branco, que diz que a mãe dele...<sup>431</sup>

De qualquer forma, a presença tradicional dos descendentes de Gaudino Coelho naquela região pode ser comprovada não só pela constatação de que a extensão referida pelas informantes supracitadas é ocupada na atualidade por diversas famílias dele descendentes, mas também por meio da documentação que nos foi disponibilizada por uma de suas netas, Albertina Rodrigues dos Anjos. Tratam-se de diversos registros do IBRA e do INCRA, datados dos anos 1950 e 1960, nos nomes de seu pai, João Joaquim Rodrigues (casado com Pedrolina, uma das filhas de Gaudino), dela, e de seus irmãos.<sup>432</sup>

Também Ildo Forte dos Santos trouxe o relato de terras recebidas da família Marques. À sua bisavó Floriana teria sido passado terreno, do qual metade ficara para sua filha Vicência, casada com André Forte, e metade para seu filho Brás. Essa história é corroborada pela ocupação do espaço no Ribeirão, onde as famílias Forte e Brás são

<sup>429</sup> Processo 2960/270 (1974) Inventário de Romário Marques Machado, FO, Cartório da 1ª Vara Civil de Osório, fl. 19.

<sup>430</sup> Entende-se aqui como deixas de terras a autorização para famílias de ex-escravos permanecerem no território por eles ocupado anteriormente, bem como a doação de terrenos para as mesmas.

<sup>431</sup> Entrevista com dona Ângela Reginalda de Souza, Maria Rosa Rodrigues e o Sr. Sebastião Souza Rosa, nas Barranceiras no dia 19/10/2001, realizada por Mariana Fernandes, Cíntia Müller e Rodrigo Weimer.

<sup>432</sup> Documentos aos quais gentilmente a senhora Albertina Rodrigues dos Anjos franqueou-nos acesso.

vizinhas, e por documentação cartorial consultada no decorrer da pesquisa, em que se verifica que André Forte tinha terras registradas naquela região:

Ildo – Floriana era a mãe de meu avô, meu avô herdou ali parecc que 9 braças, 10 braças, e o primo dele herdou também, porque parece que ela era solteirona, não sei. Aí dividiram, tocou 9 braças para cada um.

Rodrigo – Quem é que era solteirona?

Ildo – Essa, essa Floriana. Então essa 18 braças eu tenho a escritura dali. Tem um rapaz ali, tive olhando lá, tem as escrituras dessa Floriana. Agora eu não me lembro quem é que passou... foi esses Marques também que passaram.<sup>433</sup>

Outro caso peculiar é o das terras deixadas por Manuel Antônio Marques, às vésperas de sua morte, para os seus escravos no Ribeirão. No momento em que foram alforriados, foi dada uma carta que comprovava a doação realizada, a fim de encaminhá-la ao escrivão. Contudo, um escravo de nome Vinícius a rasgou, tomado pelo desespero por não saber como seria o seu destino de forro:

Adiles – Não, eles não quiseram receber a carta de alforraria porque eles não sabia como ia se governá e eles não sabia como ia sobrevivê. Eles não quisô receber a carta, não foi só ele.

Cíntia – Teve mais gente?

Adiles – Teve muita gente que não quis recebê a carta de alforraria.

Nelson – Tá, mas tu tem que contá o que tu disse naquele dia, quem é que pegô essa carta e rasgou? [...]

Cíntia – Mas me conta essa história de rasgar a carta, como é que foi isso?

Adiles – Aí ele disse assim: óia, plos esclavo, vai morrê, tá magro, o senhor vai morrê, mas vocês que não quiseram receber a carta da alforraria, eu vô deixá uma distância pra voceis em terra, pra ele não fica mal, então eu vô chamá o Vinício, vô mandá chamá o escrivão, que é da mesma gente, agora não me lembro quem é, aí vô faze a escritura pra voceis, vô passa a escritura pra voceis, pro'ceis meus escravo. Aí eu vô chamá o Vinício, a escritura vai ficá na mão do Vinício, não sei o que que o Viníco era dele né.

Cíntia – Mas e quem é esse Vinícius?

Adiles – O Vinício era escravo, era gente escrava também. Aí quando ele disse assim, no outro dia, no mesmo dia ele só chegou de tarde, ele não morreu né?

Nelson – Não, aí ele disse pro cara, o rapaz casado com ela...

Adiles – Não, para aí, ô rapaz, ele entregou a carta pro rapaz, pra esse Vinício, o Vinício disse assim quando o senhor disseram (não sei qual é o home, se é o tal do...) disseram.

Cíntia – Como é que é o nome dele?

Adiles – Carístio que era o pai da Cesária que é casada com o falecido Tiófi. Aí o Falecido Carístio disse assim: óia, o Senhor tá morrendo, saiu gritando, aí esse que tava co papel, era o Vinício que tava co papel, saiu gritando co papel na mão e rasgô tudo né. O Senhô vai morrê, ele não pode morrê, aí pegô o papel e rasgô tudo né.

Cíntia – Ahhh, mas que coisa.

---

<sup>433</sup> Entrevista de Ildo Forte dos Santos no Ribeirão no dia 8/11/2001, realizada por Cíntia Müller, Rodrigo Weimer e Cristian Salaini.



Adiles – Aí os otros disseram: mas tu não podia rasgá o papel, aí o pai do falecido Valério disse: tu não podia rasgá, isso aí era nosso, foi o que ele dexo pra nós, mas aí não deu pra aproveitá mais porque ele rasgô tudo, ele gritando, desesperado.<sup>434</sup>

Em decorrência do seu ato, que compreensivelmente desagradou aos demais escravos, as terras de Manuel Antônio Marques ficaram para os seus filhos que a colocaram à venda. Adiles explica, portanto, a permanência das famílias negras na região com base na aquisição de terrenos, existindo, contudo, como pano de fundo o relato de uma doação que nunca se concretizou.

Contamos com alguns cadastros rurais de uma das famílias que logrou ali permanecer, graças à documentação disponibilizada por Salvador Boaventura Teófilo.<sup>435</sup> Estes documentos, datados respectivamente de 1968 e 1980, dão conta de que a posse da família dos “Tiófis” na região remonta a 1920. Considerando que o escravo Teófilo aparece nos vestígios documentais por nós analisados, e a memória dos nossos informantes “alcança” o tempo da escravidão, certamente a ocupação tradicional daquela terra remete a um tempo muito anterior a essa data de 1920, que supomos ser a data em que esta família conseguiu pagar pelo documento, porque na ocupação concedida já a possuíam. Os papéis, porém, da doação frustrada relatada por nossos informantes, ao menos na medida em que temos conhecimento, perderam-se para sempre.

Cíntia – Mas será que não ficou cópia, foi alguém lá fazer?

Adiles – Não, não fico cópia porque depois fico só pra parente. Aí depois.... mais aí o patrão fico véio, aí quem quisesse terreno, um pedaço, aí tinha que pagá né.  
[...]

Nelson – E esse que ficô, que não apareceu o paper aí foi ele mesmo que aí ele foi vendê né.

Adiles – Aí... fico pros parente e filho e foram vendendo né pros escravo. Aí o falecido... aí ele já tava mais véio, ele tava na roça, aí ele disse: o porquê que a gente tem que coîê tudo essas pranta e vendê tudo e depois tem que comprá. Aí o falecido vô disse assim: aí minha fia, foi praque nosso sinhô, que era o Manduca Marque, ele deu terreno pros escravo que aqueles que não quisô receber a carta de alfarraria, muita negrada, que nós era escravo, nós não quisemo recebê a carta de alfarraria porque nós não tinha dinheiro pra sobrevivê, nós não tinha comida, nem dinheiro pra comprá deles, aí nós não quisemo recebê a carta de alfarraria e quem recebeu a carta de alfarraria depois chorava muito porque não sabia se governá né, não sabia o que que iam fazer.

#### 1.4.3.3. Terras deixadas para tomar conta

Outra forma de permanência percebida a partir do estudo realizado pode ser denominada de “autorização para permanecer”, isto é, à família descendente de escravos não se realizou nenhuma forma de doação ou de venda de terrenos. Contudo, seguiram ocupando e utilizando a terra de forma autorizada. Em alguns casos, esta possibilidade de permanência garantiu a continuidade da ocupação da terra por parte da co-

<sup>434</sup> Entrevista com dona Adile Jesus dos Santos e Nelson Santos Silva em Osório no dia 29/10/2001, realizada por Marcelo Vianna e Cíntia Müller.

<sup>435</sup> Documentos aos quais gentilmente o senhor Salvador Boaventura Teófilo franqueou-nos acesso.

munidade, porém acarretou também em uma forte exploração socioeconômica, já que a contrapartida exigida era trabalho não-remunerado.

Em alguns casos, a família senhorial se redirecionou para outras regiões, sem, contudo, se desfazer das propriedades em Morro Alto. Para tanto, deixou algumas famílias de seus ex-escravos para cuidar e manter a ocupação da terra. É esse o sentido dado por dona Ângela, quando descreve os motivos pelos quais tantas famílias “morenas” ali vivem – “o Morro Alto aqui era dado pros escravo pro pessoal tomá conta”.<sup>436</sup> É possível perceber que ao fim e ao cabo, estas famílias acabaram por deter a posse daquelas terras, ainda que de uma forma muito frágil.

Dentre estes, temos o caso exemplar de dona Olina Quadros da Rosa, moradora na Prainha. Ela narrou que o seu marido, José Maria da Rosa, criado por sua avó Servina Fernanda da Rosa, lhe disse que ela havia recebido as terras de sua propriedade dos antigos donos. As terras lhe foram “dadas” e nunca pedidas de volta.<sup>437</sup>

Este também é o caso de dona Antônia José de Jesus, residente à margem da Lagoa do Ramallete, ainda que esta tenha sido vítima de um processo de exploração econômica não relatada no caso anterior. Antônia associa as relações de trabalho não-remunerado por ela sofrida à continuidade da escravidão:

Antônia – Nós mesmos aqui somos escravos.

Cíntia – Como é que é isso?

Antônia – Como é que eu vou te contá? Eu me casei e vim embora pra cá, no mesmo dia que me casei eu vim embora pra cá e daí eles trouxeram meu marido pra vir cuidar da fazenda. É. Depois quando [...] bastante, que tinha criação de porco, de ovelha, tudo quanto é coisa, ele morreu eu fiquei com os filho pequenininho, trabalhava pra eles passando fome.<sup>438</sup>

O exemplo mais rico com o qual contamos, porém, é dado por uma carta localizada entre os documentos que dona Aurora Inácia Marques permitiu-nos acessar, escrita pela ex-senhora Ana Osório Nunes para seu avô, Manuel Inácio Marques. Desde as primeiras entrevistas com Aurora e sua irmã Diva, esteve bastante presente em sua memória que seu avô Manuel Inácio possuía uma atafona às margens da lagoa do Ramallete, na qual falecera trabalhando para a produção de farinha. Por fim, quando faleceu seu avô, o pai das informantes ainda era criança e já tinha a responsabilidade por fornecer o sustento da mãe e das irmãs. Com isso, teve que se dedicar às lides agrícolas no terreno que eles tinham no Espreado e abandonar a atafona do Ramallete, que assim, foi tomada.<sup>439</sup>

Confrontando o relato de Aurora e Diva com a referida carta – a qual elas esperavam que identificássemos por entre os documentos que nos disponibilizaram – temos

---

<sup>436</sup> Entrevista com dona Ângela Reginalda de Souza, Maria Rosa Rodrigues e o Sr. Sebastião Souza Rosa, nas Barranceiras no dia 19/10/2001, realizada por Mariana Fernandes, Cíntia Müller e Rodrigo Weimer.

<sup>437</sup> Entrevista com dona Olina Quadros da Rosa, realizada em 31/8/2001 na Prainha por Cíntia Müller, Mariana Fernandes e Cíntia Rizzi.

<sup>438</sup> Entrevista com dona Antônia José de Jesus, às margens da Lagoa do Borba no dia 8/11/2001, realizada por Cíntia Müller, Rodrigo Weimer e Cristian Salaini.

<sup>439</sup> Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silveira, Diva Inácia Marques e Celso Rodrigues Terra em Osório no dia 28/11/2001, realizada por Rodrigo Weimer.

um quadro bastante esclarecedor das relações sociais pós-escravistas na comunidade de Morro Alto. Nela, a senhora Ana Osório Nunes – viúva de Pascoal Osório Marques – afirmava que entregara a Manuel “essa propriedade para tomares conta acha-se esse engenho com duas em prensa e todos os seus pertence em bom estado para trabalhar”. No trabalho nesta benfeitoria, fazia Manuel Inácio “trezentos a quatrocentos alqueires de farinha por ano”. O que motivara Ana Osório Nunes a escrever a carta é que ela estava querendo que ele devolvesse uma das prensas que, no entanto, encontrava-se estragada. Manuel Inácio requisitara à ex-senhora um empréstimo para poder consertá-la, mas ela se recusava, alegando que “era para agüentar essa fazenda e não para estragar”. Além disso, ele estaria estragando a dita benfeitoria “em fazer farinha para criar crioulas” – forma pouco elegante através da qual a ex-senhora referia-se a Felisberta, esposa de Manuel Inácio, e às suas filhas – sendo sua a obrigação de consertá-la. A carta, e também o depoimento de dona Diva<sup>440</sup> demonstram que a atafona era de uso comum, já que, ao “criar crioulas”, Manuel Inácio permitia o acesso de vizinhos e parentes à benfeitoria. Infelizmente, o documento não foi datado.<sup>441</sup>

A carta evidencia diversos aspectos. Em primeiro lugar, é perceptível que a leitura realizada por Ana Osório Nunes e por Manuel Inácio (e suas netas) do dito “tomar conta” eram distintas. Para a ex-senhora, a atafona ainda lhe pertencia, estando em discussão a responsabilidade pela manutenção da mesma por parte de Manuel Inácio. Contudo, da parte deste último existe uma preocupação com o direito de uso. Na medida em que a atafona era ocupada por ele, podia dela dispor para o sustento de sua família, e não havia qualquer problema de requisitar àquela que tinha lhe “dado” a benfeitoria, recursos para consertá-la. Além disso, como lembra Ana Osório Nunes na referida carta, Manuel Inácio era o único na região que não pagava arrendamentos, sendo que, nas palavras da ex-senhora “quando havia muitos pretendentes para ir aí, eu dei preferência a ti”.

Certamente o fato de não pagar arrendamentos e também a distinção que lhe foi dada na escolha de quem ficaria “tomando conta” da atafona contribuíram para que, no sentimento de justiça de Manuel Inácio, ele se percebesse com direito àquele engenho. Poderíamos ir mais longe e nos questionar quais eram os motivos que levavam a tal preferência por Manuel Inácio. Considerando que o mesmo “era da família” de Romário Machado – de quem Ana Osório Nunes era avó – e a hipótese (ver ponto 1.3) de que seu pai fosse Pascoal Osório Marques, é possível deduzir que o privilégio deste escravo no acesso à atafona fosse um reconhecimento implícito de direitos devidos aos vínculos consangüíneos com a casa-grande; e, na leitura de Manuel Inácio, um legado

---

<sup>440</sup> “Rodrigo – E essa atafona, se os vizinhos queriam usá, ele emprestava?

Diva – Na época, ele dava. Na época ele era muito bom, ele dava. Vem moê, se qué fazê farinha, vem.

Rodrigo – Todo mundo podia moê.

Diva – Podia fazê farinha. Na época da safra, como se diz, da farinha, eles ia fazê farinha, tinha boi, tinha tropa de boi. Então eles ia fazê farinha. Eles ficavam ali, fazia comida, ficava ali semanas. Polvilho. É farinha de mandioca, polvilho é feito com farinha da mandioca. Fazia tudo”.

Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silveira, Diva Inácia Marques e Celso Rodrigues Terra em Osório no dia 28/11/2001, realizada por Rodrigo Weimer.

<sup>441</sup> Documento ao qual gentilmente a senhora Aurora Inácia Marques franqueou-nos acesso. Ver em anexo.

deixado por ex-senhores com os quais tinha relações de parentesco. Saliente-se que Manuel Inácio era alfabetizado, e, de acordo com sua neta, branco porém pobre:

Diva – O meu avô era branco. Mas o branco naquela época que não tinha nada era pobre, era escravo. Não tinha conversa. Era pobre, era escravo. O meu avô é escravo.<sup>442</sup>

Infelizmente, não sabemos com exatidão o desfecho que esta querela teve, apenas que a atafona foi perdida por esta família devido à morte prematura do patriarca e à juventude demasiada do filho homem. É interessante, contudo, que ao fim da carta conste a anotação de uma dívida entre José Francisco Pastorino e Manuel Inácio – que eram, afinal, meio-irmãos. À frustração do recurso à ex-senhora para obter o empréstimo necessário ao conserto da prensa, recorreu-se, pois, aos vínculos comunitários de solidariedade.

A ausência de data na carta de Ana Osório Nunes torna ainda mais difícil sermos mais conclusivos a respeito. Contudo é necessário observar que entre as inúmeras guias de pagamento de tributos guardadas por Aurora Inácia Marques, existe uma, datada de 1935, na qual seu avô pagava um imposto de dívidas ativas correspondente aos exercícios de 1924 e 1925 “relativo ao seu engenho”.<sup>443</sup> Não se sabe se ao fim e ao cabo Manuel Inácio comprou-o de Ana Osório Nunes, ou se ao “permanecer tomando conta” acabou por tornar-se dono. O que é evidente é que essa condição, segundo a qual ele julgava ter direito ao mesmo, foi reconhecida pelo Estado quando realizou em 1935 a cobrança pelo pagamento de exercícios relativos a dez anos anteriores.

#### 1.4.3.4. Doações de terras formalizadas por escrito: o testamento de Rosa Osório Marques

O caso do testamento deixado por Rosa Osório Marques aos seus escravos é importantíssimo, não só por ter sido uma doação de terras formalizada por escrito e registrada em cartório, sendo, nesse sentido, um caso exemplar de diversas outras deixas de terras mapeadas a partir do trabalho de campo como, também, pela importância que veio a adquirir posteriormente. Diversos fatores listados abaixo ajudaram na formação de um sentimento de justiça na comunidade segundo o qual a totalidade, ou metade da Fazenda de Morro Alto havia sido doada por Rosa Marques aos escravos.

Mais do que uma *verdade* histórica e jurídica que pretenda-se absoluta, trata-se de compreender de que forma e por quais razões o testamento de Rosa Osório Marques adquiriu tamanha importância simbólica como expressão da luta por direitos por parte da comunidade de Morro Alto. Verifica-se a existência de um forte embasamento histórico para tal leitura da comunidade sobre o seu passado:

- a) as terras doadas por Rosa Osório Marques não foram entregues aos seus escravos;
- b) as terras em questão possuem dimensões indefinidas;

---

<sup>442</sup> Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silveira, Diva Inácia Marques e Celso Rodrigues Terra em Osório no dia 28/11/2001, realizada por Rodrigo Weimer.

<sup>443</sup> Documento ao qual gentilmente a senhora Aurora Inácia Marques franqueou-nos acesso.

c) a segurança legal dada por um documento como o testamento de Rosa Osório Marques a protegeu diante de investidas externas;

d) e há o evidente fato de que a totalidade da Fazenda de Morro Alto seguiu sendo ocupada por famílias negras, através das diversas formas anteriormente descritas.

Como vimos anteriormente, no processo judicial relativo à tentativa de medição da Fazenda de Morro Alto em 1893, Maria Bernarda Marques acusou seu primo José Osório Marques de nunca ter realizado a entrega das terras legadas por Rosa Osório Marques aos seus escravos. O seu direito só foi lembrado em virtude de um processo de disputa judicial com Maria Bernarda sobre a propriedade da Fazenda do Morro Alto. Também os nossos informantes sentem a existência de uma dívida histórica, de uma herança que jamais foi entregue em sua totalidade por parte de José Osório Marques, testamenteiro de Rosa. Dando voz a Aurora Conceição Silveira, filha de Merêncio, um dos escravos legatários deste documento, sabe-se que:

Aurora – Ele contava. Ela deixô pro escravo dela, então Zé Marques ficô encarregado de entregar, que era afilhado dela. E ele não entregô nunca. [...] Nunca ele participou, que ele tinha essa terra e os nego tinha medo, de falá com Zé Marques. Meu pai dizia assim que ele não ia falá porque ele nunca falô pra ele, não ia ficá brabo com ele, porque sabe como é, escravo tinha medo, né. Aí ficô assim.<sup>444</sup>

Imediatamente após a alforria, seguiram diversos dos escravos “herdeiros” o itinerário de seus ex-senhores rumo a outras localidades onde eram proprietários e para onde redirecionaram suas atividades econômicas.

Aurora – Daí quando eles alforraram ele foi-se embora. Aí ele foi pra Palmares e ficô pro lá, quantos anos? Nós nascemo tudo em Palmares.

Entrevistador – É o que que tinha lá em Palmares que ajudou vocês ir pra lá?

Aurora – ... Zé Marques, o meu pai era carpinteiro. Foi pra trabalhá.

Entrevistador – O falecido Zé Marques trabalhava...

Aurora – É em Palmares.<sup>445</sup>

Supomos que afastar-se da Fazenda do Morro Alto, naquele momento, estava relacionado às atribulações da Revolução Federalista. Algumas famílias de escravos, de melhores relações com os ex-senhores, os acompanharam no movimento de abandono da Fazenda do Morro Alto. Novamente por meio da documentação disponibilizada por integrantes da comunidade, temos um testemunho escrito muito interessante dos anos que Merêncio passou em Palmares que demonstra que a distância não significou um rompimento dos laços que o ligavam às suas raízes e àqueles que lá permaneceram. Em 1905, Manuel Inácio recebia uma carta de João Silveira Machado, – cujo nome é indi-

<sup>444</sup> Entrevista com dona Aurora Conceição da Silveira, Maria Conceição da Silveira, Manuel Conceição da Silveira, Manuel Francisco Antônio e Guilherme Francisco Antônio, em Morro Alto no dia 13/9/2001, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira.

<sup>445</sup> Entrevista com dona Aurora Conceição da Silveira, Maria Conceição da Silveira, Manuel Conceição da Silveira, Manuel Francisco Antônio e Guilherme Francisco Antônio, em Morro Alto no dia 13/9/2001, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira.

cativo de parentesco com a família dos *novos senhores* Marques Machado – que requisi-  
tava a conclusão de uma carreta encomendada ao destinatário e o envio de varas de por-  
teira para Merêncio, de quem enviava notícias.<sup>446</sup>

Mesmo aqueles que nunca retornaram ao Morro Alto seguiram mantendo rela-  
ções com a comunidade de origem. Este é o caso de Filomena – irmã de Teresa e Felis-  
berta que se tornou criada doméstica da família Marques Machado em Osório. Segun-  
do o relato de Adilis de Jesus, Romário Machado foi criado por Filomena<sup>447</sup> – o que  
não deixa de ser surpreendente, considerando que seu pai “não gostava de nego”. A dis-  
posição das lápides no cemitério de Osório, contudo, confirma essa informação, já que  
o túmulo de Filomena e seus familiares encontra-se ao lado do jazigo perpétuo da famí-  
lia Marques Machado. Também o depoimento de uma neta de Filomena confirma  
esta relação de proximidade com a família de Machado: esta senhora, de nome Ana,  
afirmou que a vó Filomena escolhera este nome para ela a fim de “puxar o saco” da se-  
nhora Ana Osório Nunes.<sup>448</sup> Outro que, oriundo de Morro Alto, acompanhou a famí-  
lia senhorial, foi Felipe Silvano da Silva, filho da ex-escrava Silvana. Sua filha, Antoni-  
nha Conceição da Silva, relatou que ele passou a vida trabalhando para a família se-  
nhorial dos Azevedo, sem nunca receber remuneração e se submetendo a humilhações  
diversas. Felipe só retornou para Agupés no fim de sua vida.<sup>449</sup> Mas tanto no caso da  
família de Filomena, como no de Felipe, as relações afetivas e familiares que os ligavam  
a Morro Alto foram mantidas e atualizadas, por meio de novas alianças matrimoniais.

O fato é que logo em seguida aconteceu um movimento de retorno, por parte  
das famílias de “herdeiros” novamente em direção ao Morro Alto, a fim de tomar posse  
do legado deixado por Rosa Osório Marques ou regressar à região de origem. De acor-  
do com Manuel Francisco Antônio, após a abolição, “um foi prum lado outro foi pra  
outro e ficaram se rolando... otros acompanhô aqueles senhor e fios de senhor...”. A  
primeira a voltar foi Eufrásia, seguida de Merêncio e Teresa, que se encontrava em São  
Francisco de Cima da Serra.<sup>450</sup> O retorno de Eufrásia e de seu irmão Merêncio foi nar-  
rado pela nora de uma filha da mesma:

Rodrigo – E essa dona Rosa dizia pra Eufrásia ir pra lá.

Aurora Inácia – Não, *mandou* ela vim, e ela veio. Foi a premeira que veio pro Morro Alto  
essa Eufrásia.

Rodrigo – Porque é que a dona Rosa mandou ela vim?

Aurora Inácia – Ela foi escrava dela.

[...]

---

<sup>446</sup> Documento ao qual gentilmente a senhora Aurora Inácia Marques franqueou-nos acesso.

<sup>447</sup> Entrevista com dona Adile Jesus dos Santos e Nelson Santos Silva em Osório no dia 29/10/2001, reali-  
zada por Marcelo Vianna e Cíntia Müller.

<sup>448</sup> Depoimento da senhora Ana Maria em reunião comunitária no dia 23/1/2002.

<sup>449</sup> Entrevista com Antoninha Conceição da Silva, realizada em Tramandaí no dia 30/12/2001 por Marcelo  
Vianna, Rodrigo Weimer e Alessandro Gomes.

<sup>450</sup> Entrevista com Manuel Francisco Antônio, Ildo Forte, Nelson Santos Silva e Salvador Boaventura da  
Rosa, no Espiraído, Ribeirão e Morro Alto no dia 6/10/2001, realizada por Marcelo Vianna, Miriam Chagas  
e Rodrigo Weimer.

Aurora Inácia – Aí o falecido vovô Merêncio não, não, não quis ficá cá na costa do morro, aonde essa dona Rosa mandô. Ela, ele foi comprá terreno pra morá lá. Aonde a tia Aurora ainda mora ali, morô o pai dela.

Rodrigo – Mas então a dona Rosa mandô ele ficá na encosta do morro?

Aurora Inácia – É, mandô ele ficá na costa do morro. Fosse criá os filho dele ali.

Rodrigo – Porque que ele não quis ficá na encosta do morro?

Aurora Inácia – Ele quis comprá porque ele veio com dinheiro de Santo Antônio né, ele tinha dinheiro. Aí ele quis comprá. Aí ele ficô lá, e ela casô, minha madrinha casô, ficô ali. O tio Alípio, marido dela lutô muito com isso aí. O Manuel [filho de dona Aurora Conceição, tia-avô da informante] deve sabê muita coisa.<sup>451</sup>

O retorno a Morro Alto e a tomada de posse da fazenda representa não somente a importância daquele território para os herdeiros de Rosa, como o dever de obediência à vontade da senhora, numa reelaboração da autoridade da mesma que se converte em direito e destino dos negros de Morro Alto. Contudo, a indefinição das dimensões das terras dadas em “usufruto” ocasionou o surgimento de uma pluralidade de discursos acerca da extensão das mesmas. Se dona Aurora sobrinha afirma que seu tio-avô direcionou-se para outra localização que não a desejada pela senhora, dona Aurora “tia” é de opinião de que as terras compradas pelo seu pai do seu genro, Belisário, faziam parte da doação, e, sendo assim, ele “comprou o que já lhe pertencia”:

Nóis compramo sendo nosso. O meu pai comprô o que era dele mesmo. E depois eles [filhos de Belisário] negaram a escritura.<sup>452</sup>

É importante observar que a fala de Aurora sobrinha não significa que as terras de Merêncio não estivessem incluídas no território doado por Rosa Marques, apenas que ele estabeleceu-se em localização distinta da ordenada pela senhora – mais recentemente, por meio da borracharia, Manuel Alípio retomou o “posto” de Merêncio. A ocupação do território não se limitou à condição de herdeiro do testamento de Rosa ou às dimensões do território por ela legado. Em seu inventário, constam terras em

---

<sup>451</sup> Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silveira, Diva Inácia Marques e Celso Rodrigues Terra em Osório no dia 28/11/2001, realizada por Rodrigo Weimer.

<sup>452</sup> Entrevista com dona Aurora Conceição da Silveira, Maria Conceição da Silveira, Manuel Conceição da Silveira, Manuel Francisco Antônio e Guilherme Francisco Antônio, em Morro Alto no dia 13/9/2001, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira. A sensação de ter “comprado algo que lhe pertencia” apareceu em diversos outros relatos escutados junto à comunidade. Dada a difusão de que Rosa tinha doado a totalidade da Fazenda aos seus escravos, outras pessoas da comunidade manifestaram compartilhar esta sensação. Ildo Forte, no dia 12/3/2002, afirmou acreditar que as terras de seu avô estavam contidas na doação efetuada por Rosa Osório Marques aos escravos, observando que, ao adquiri-las, ele comprou algo que lhe pertencia. Entrevista com Ildo Forte dos Santos e Ermenegildo Manuel da Silva, no Espigão (Ribeirão) em 12/3/2002, realizada por Rodrigo Weimer. O mesmo espírito pode ser apreendido da fala de dona Adiles, transcrita anteriormente (1.4.3.3.), e de Sebastião Souza Rosa, quando refere que seu avô acabou por comprar terras que tinha ganhado de seu pai, e perdidas por ocasião da medição. Entrevista com dona Ângela Reginalda de Souza, Maria Rosa Rodrigues e o Sr. Sebastião Souza Rosa, nas Barranceiras no dia 19/10/2001, realizada por Mariana Fernandes, Cíntia Müller e Rodrigo Weimer; entrevista com Sebastião Souza Rosa em Agupés, no dia 6/12/2001, realizada por Paulo Moreira e Rodrigo Weimer.

Morro Alto, Ribeirão, e Despraiado, e ainda faxinas e campos na mesma fazenda.<sup>453</sup> Ainda que a doação aos seus escravos estivesse situada em Morro Alto, duas de suas herdeiras, Teresa e Felisberta, estabeleceram-se, respectivamente, no Despraiado e no Ribeirão (ver Mapa 4 – referências históricas e culturais da comunidade). Isso evidencia que o padrão de ocupação do território no período pós-abolição não foi somente reprodução das diretrizes testamentárias de Rosa Osório Marques. Pelo contrário, as famílias de forros expandiram-se pela totalidade do território, interconectadas que estavam por redes de sociabilidade e de relações de parentesco que remetiam ao período escravista.

Sendo assim, é improvável, e de qualquer forma, irrelevante, reconstituir as dimensões originais da terra legada por Rosa. Mesmo os quinhões relativos à propriedade dos ex-senhores não foram passíveis de delimitação em 1893, o que dirá das terras de ocupação das famílias negras que permaneceram no território. Além disso, uma demarcação desta natureza não levaria em conta as formas de ocupação espacial – e suas conexões sociais – que esta comunidade vinha construindo desde os tempos da escravidão.

Ainda assim, a comunidade sente-se lesada não apenas pela “herança” de Rosa não lhe ter sido entregue, mas também por parte significativa ter sido apropriada pelos Machado, apontados como expropriadores: nas entrevistas realizadas, entende-se que Manuel Machado adonou-se das terras doadas por Rosa por ter se casado com uma sobrinha (ou afilhada) de nome Isabel (matrimônio entre 88 e 72 no Gráfico Genealógico 1). Iniciaram-se, portanto, vendas de terras às quais a comunidade julgava ter direito, para pessoas vistas como forasteiros e expropriadores. Este processo teve continuidade com o filho de Manuel, Romário. Os informantes destacaram, também, o seu racismo quando afirmava “não gostar de negro”.<sup>454</sup>

Apesar de sua aversão aos legatários de Rosa e de sua prática de vender terras por meio de recibos, em diversas ocasiões Romário Marques Machado foi obrigado a deixar subentendida ou a admitir a legitimidade da presença da comunidade de negros livres no território. Uma dessas ocasiões foi ao declarar suas terras em inventário, em 1974, quando afirmava possuir terreno em Morro Alto. Tendo como limites norte a vertente do Morro e sul a Lagoa da Pinguela, evidencia-se ser localizado nas Barranceiras. O limite leste destas terras – basicamente a localidade de Morro Alto, onde Rosa realizara sua doação – era “com quem de direito tiver”.<sup>455</sup> Se no fim de sua vida, ao elencar

<sup>453</sup> Inventário de Rosa Osório Marques – Viamão – 1888 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 5 – Auto 108 – Estante 24 *et c.* Rosa era proprietária, ainda, de terras na Estância do Arroio, em Maquiné, na Ilha dos Gonçalves, em Capivari e no Potreiro Velho.

<sup>454</sup> Entrevista com Ercília Marques da Rosa e Wilson Marques da Rosa na Prainha no dia 26/8/2001, realizada por Cíntia Müller, Mariana Fernandes, Alessandro Gomes e Cíntia Rizzi. Entrevista com Manuel Francisco Antônio, Ildo Forte, Nelson Santos Silva e Salvador Boaventura da Rosa, no Espraiado, Ribeirão e Morro Alto no dia 6/10/2001, realizada por Marcelo Vianna, Miriam Chagas e Rodrigo Weimer; entrevista com dona Aurora Conceição da Silveira, Maria Conceição da Silveira, Manuel Conceição da Silveira, Manuel Francisco Antônio e Guilherme Francisco Antônio, em Morro Alto no dia 13/9/2001, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira.

<sup>455</sup> Processo 2960/270 (1974) Inventário de Romário Marques Machado. FO, Cartório da 1ª Vara Civil de Osório, fl. 441. As terras de Machado em Morro Alto haviam sido estranhamente “por equívoco omitidas na declaração de bens”, sendo objeto de sobrepartilha posterior, fl. 419 e 441.



os bens de sua propriedade, Romário Machado não admitiu quem eram os sujeitos deste direito, em outra ocasião, ao depor em processo judicial, foi obrigado a explicitar que Rosa Osório Marques realizara uma doação de terras na Fazenda do Morro Alto. Em 24/11/1970, ao depor como testemunha em um processo que opôs a comunidade à empresa de José Agostinelli S/A, declarou Romário Machado que uma tia-avó sua legara terras para seus escravos dentro do sítio de Morro Alto.<sup>456</sup>

Este reconhecimento também foi expresso anteriormente, quando Manuel Machado autorizou a família de Merêncio tapar, isto é, fechar com arame farpado as terras que iam até o “olho d’água”:

Manuel Conceição – Que daqui [Morro Alto] até lá [olho d’água] o falecido Maneca Machado mandou o meu avô tapar né, o meu avô não quis tapar, porque era terreno dos escravos, que pra [usar]...<sup>457</sup>

Na documentação cartorial levantada, sejam inventários, testamentos ou registros paroquiais de terras, “Morro Alto” e “Faxinal do Morro Alto” figuram como unidades geográficas distintas, sem contudo haver uma definição dos limites entre ambas, sendo que a doação de Rosa dizia respeito a uma porção na primeira localidade. É possível que este olho d’água fosse um limite entre as duas regiões. Manuel Conceição mostrou a sua localização à equipe de pesquisadores, o que nos possibilitou considerar esta referência na delimitação da área investigada.

A comunidade, contudo, sustenta ter sido doada a ela uma Fazenda que comprovadamente se estendia até a Barra do João Pedro, pairando a dúvida se tratar-se-ia de sua totalidade ou de sua metade. Manuel Francisco Antônio explica o entendimento que ele tem das terras concedidas. De acordo com este informante, a fazenda pertencia a Rosa Osório Marques e de um irmão dela de nome Sebastião. Manuel não sabe, portanto, se a doação refere-se apenas à metade de Rosa, ou também à metade pertencente ao seu irmão. Não encontramos Sebastião nos registros documentais, embora tenhamos encontrado outros irmãos dela. Todavia, a narração de Manuel expressa as imprecisões sobre as reais dimensões da terra de usufruto, podendo expressar, também, a dúvida acerca do pertencimento à comunidade das terras além do Olho d’Água, situado aproximadamente na metade do caminho entre Morro Alto e a Barra do João Pedro. Ainda que não tenha sido possível aprofundar o estudo nesta região, que por esta razão ficou fora da delimitação da área pesquisada, a mesma também é reivindicada pela comunidade e merece estudos futuros.

Manuel Francisco Antônio – Sim, nós tamô imaginando que se era a fazenda inteira, nós queria toda, e for a metade nós também vamo querê. E era assim. [...]

– Esse limite eu sei que vai até a Barra do João Pedro e a fazenda é inteira, a fazenda eu sei que é inteira.

<sup>456</sup> Processo 175/66, 1966. Processo de usucapião movido por José Agostinelli S/A – Comércio, Agricultura e Pecuária. FO, 1ª Vara Civil e Criminal, p. 144-145.

<sup>457</sup> Entrevista com Manuel Conceição da Silveira no dia 25/10/2001, em Morro Alto, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira.

– Sim, é importante o Ramalhete, que é dentro da fazenda. A fazenda vai lá na barra do João Pedro, sempre me diziam. A fazenda vai lá na barra do João Pedro. Sempre ouvi dizer que vai.<sup>458</sup>

Em suma, a demarcação das terras doadas por Rosa torna-se bastante problemática. Os padrões de ocupação do território das famílias libertas não coincidiam com as atuais premências de delimitação dos cartórios de registros de imóveis. Tampouco as definições territoriais na documentação cartorial do século XIX apresentam o grau de precisão do mesmo tipo documental no século XX. E mesmo a documentação cartorial do século XX apresenta lá os seus problemas: caso contrário, não seria possível existir um registro “da superfície líquida da lagoa Negra”, como encontramos entre as certidões do cartório de registro de imóveis. Também no sentido norte-sul, a determinação do tamanho da terra de usufruto é problemática. O testamento de Rosa Osório Marques trata de uma dimensão de 200 braças de frente, e em outra parte do mesmo documento refere 404 metros.<sup>459</sup> Ainda que esta seja a equivalência em metros das braças lineares, esta medida também pode fazer referência a uma unidade de área, denominada braça de sesmaria. O território doado, neste caso, consistiria em 267,68 hectares.

No entanto, não se trata aqui de especular acerca das dimensões de um território comprovadamente não medido, não delimitado e parcamente descrito, e sim de dar voz à memória e às reivindicações das famílias remanescentes, confrontando-as com os dados históricos. A comunidade, a partir dos processos de luta e resistência dos anos 60 e 70 (ver ponto 1.5), teve acesso ao testamento depositado no Arquivo Público, efetuando o seu registro no cartório de registro de imóveis. A dimensão de 404 metros ali explicitada é explicada pela má-fé do testamenteiro, José Osório Marques, em realizar um registro em cartório fiel à intenção de Rosa Marques de legar área de dimensões superiores. O tamanho diminuto registrado no inventário é explicado da seguinte forma:

Manuel Conceição da Silveira – Zé Marques quando, quando inventariô o terreno ele não, ele não procurou ninguém para inventariar entendeu, procurou ex-escravo para inventariar, então quando ele inventariô o terreno ele tirou umas parte do terreno ele disse “olha o terreno de vocês têm essa faixa de terra mais aquela terra que nós temo ali, mais tem outra parte que o Zé Marques escondeu. O Zé Marques não botou aquilo no inventário, aquela parte ali no inventário. Aí então eu queria levar vocês porque lá, lá no oficial para ele apresentar esse, esse documento aí né. Ele não... mas tem uma parte que o Zé Marques não, ele não inventariou essa parte”.<sup>460</sup>

Ao longo do trabalho realizado, percebeu-se por parte da comunidade uma expectativa da descoberta de dimensões superiores aos 404 metros evidenciados no testa-

---

<sup>458</sup> Entrevista com Manuel Francisco Antônio, Ildo Forte, Nelson Santos Silva e Salvador Boaventura da Rosa, no Espraiado, Ribeirão e Morro Alto no dia 6/10/2001, realizada por Marcelo Vianna, Miriam Chagas e Rodrigo Weimer.

<sup>459</sup> APERS – Inventário de Rosa Osório Marques – Viamão – 1888 – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 5 – Auto 108 – Estante 24 *et c.*

<sup>460</sup> Depoimento de Manuel Conceição da Silveira em reunião da comunidade, realizada em 18/8/2001 no clube Ribeirão.

mento de Rosa Osório Marques. Esperava-se que desvendássemos na fonte documental algum segredo que explicitasse um território mais extenso. Porém, a partir do estudo por nós realizado não foi possível encontrar registro escrito de legado testamentário da parte de Rosa para seus escravos para além das 200 braças; porém pudemos presenciar o sentimento da comunidade caso as terras em questão se limitassem mesmo aos 404 metros. Manoel da Conceição, indignado, diz: “então é o mesmo que servir de túmulos para os negros”.<sup>461</sup> Não temos como, também, decifrar retrospectivamente quais eram as reais intenções da doadora. Contudo, é necessário observar que o testamenteiro de Rosa era um grande interessado no sub-registro das terras dos ex-escravos, por ser administrador da fazenda, e tinha plenas condições de fazê-lo, na medida em que Rosa Osório Marques era analfabeta. José Osório Marques pôde registrar aquilo que bem entendeu. Como vimos anteriormente, os ex-escravos só vieram à tona no processo de medição que opôs Maria Bernarda Marques e José Osório Marques por oferecer a este último mais um argumento contra sua opositora. De mais a mais, provavelmente nem mesmo Rosa, nem mesmo José Osório Marques tivessem uma idéia exata da parcela da Fazenda que lhe pertencia, haja visto as sucessivas divisões da mesma e a dificuldade para medi-la quando foi necessário.

Fica evidente, também, que a comunidade já ocupava área superior à registrada no testamento, e que as terras abandonadas pelos ex-senhores foi progressivamente ocupada pela própria expansão da comunidade.<sup>462</sup> O que podemos afirmar sim, é que esta comunidade está viva e se estende por um território muito superior a 404 metros. A intenção real de Rosa Marques não pode ser comprovada, visto ser ela analfabeta. Todavia, podemos afirmar que temos uma comunidade viva, que luta por seus direitos e que apresenta suas reivindicações ao poder do Estado. A forma de resistência das famílias descendentes de escravos de Morro Alto foi, através das mais diversas modalidades, a sua permanência na terra.

Talvez esse seja o grande segredo a ser desvendado: mesmo que não existam segredos ocultos no testamento de Rosa, existe uma dimensão de direito constitucional pelo qual esta comunidade luta. O reconhecimento como comunidade remanescente de quilombos não se sustenta somente pelas dimensões e disposições testamentárias de Rosa Osório Marques, ou da lógica do direito sucessório de família. O que está em jogo é sim a continuidade da ocupação do território pela comunidade, a sua especificidade sociocultural, as suas formas de resistência e luta pela terra e também os seus vínculos históricos com o passado na sociedade escravista, bem como as formas pelas quais a comunidade realiza suas próprias leituras deste passado. E esse patrimônio da comunidade de Morro Alto, em toda a área pesquisada, é indubitável.

Para além da conceituação de quilombo presente no senso comum, que se restringe a uma resistência explícita ao cativo levado a efeito através do rompimento das relações com os senhores e da fuga para um refúgio seguro, temos, no caso da comunidade estudada, a constituição de um território negro que englobava as senzalas, as ro-

<sup>461</sup> Depoimento de Manuel Conceição da Silveira em reunião da comunidade, realizada em 23/1/2002 no clube Ribeirão.

<sup>462</sup> Ver o caso de Vila Bela, de que Bandeira tratou. Ver Bandeira; Dantas, 2002.

ças e, através de caminhos e trilhas pelo mato, os quilombos. Estes espaços eram complementares e tinham significado nas experiências cotidianas da comunidade, graças ao aspecto relacional que possuíam e pelos laços de sociabilidade e familiaridade que ensejavam graças à ligação dos seus traçados.<sup>463</sup>

Também de forma relacional estiveram os caminhos por meio dos quais os remanescentes lograram permanecer: para além da diversidade de doações, heranças, deixas ou aquisições, esta comunidade compartilha de práticas e tradições culturais e religiosas em comum. Percorrendo diversos caminhos para a permanência na terra, gestou-se um campesinato negro que, em 1945, pouco antes das grandes transformações que a comunidade veio a sofrer em virtude da construção da estrada federal, era avaliado por Dante de Laytano da seguinte forma:

Existe, em Osório, um lugar, no 5º distrito, banhado pelo sangradouro do João Pedro e pelas águas das lagoas dos Quadros e Malvas e, também, com o mesmo nome de Morro Alto um morro, propriamente dito, com 360 metros de altura, localizado, é claro, no 5º distrito, donde a localidade citada tirou sua denominação.

O Morro Alto é até hoje zona habitada por negros, segundo se vê do presente inquérito, pois as congadas foram realizadas, na cidade, com gente vinda dali.

Se o Morro Alto aparece na geografia do Nordeste do Rio Grande com um apreciável *habitat* de negros, *habitat com as verdadeiras características de um quilombo*, uma vez que os pretos vivem quase segregados de qualquer contato com os brancos, pelo menos a distância, a localização e o modo de vida nos fazem concluir isso. O mesmo parece não se dar com o outro lugar da corografia de Osório que tem seu nome na história do negro sulriograndense.<sup>464</sup>

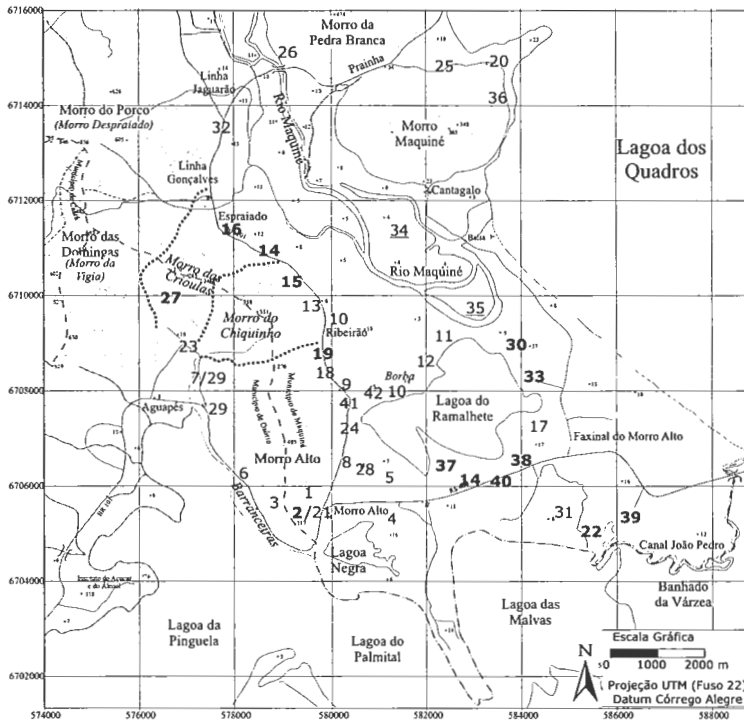
Na atualidade, a comunidade retoma e renova suas experiências de luta e seu olhar sobre o seu passado. Busca-se a recuperação de uma identidade, expressa em uma demanda territorial. No decorrer do processo de organização comunitária, ao debater com os diferentes agentes sociais e interlocutores envolvidos – pesquisadores, movimento negro, procuradoria da República, governo estadual, CODENÉ, governo federal, Fundação Palmares – a comunidade construiu e acordou um mapa das terras pleiteadas no momento atual. Trata-se do território da memória ou do território dos documentos? Cabe dizer: trata-se de um território da luta que entre 2001 e 2002 a comunidade remanescente de quilombos de Morro Alto tomou para si, ao debruçar-se sobre a sua história e o seu passado.

---

<sup>463</sup> Para uma análise da historiografia sobre quilombos, ver Gomes, 1995, p. 19-34.

<sup>464</sup> Laytano, 1945. p. 28.

## MAPA 2



**Localizações aproximadas de algumas famílias que ocupavam a área na primeira metade do século XX.**

### Legenda:

- 1 Ramão Inácio
- 2 Eufrásia, Olina Eufrásia
- 3 Teresas
- 4 Merêncio
- 5 Belisário
- 6 Domiciana, Hortêncio
- 7 João Catarina, Pedrolina
- 8 Lourença, Vicente e Tibério
- 9 Brás Floriano
- 10 André Forte
- 11 Valério
- 12 Silvério Hermenegildo
- 13 Ernesto Faustino
- 14 Felisberta, Manuel Inácio
- 15 Amélia Vitalina, Hermenegildo
- 16 Zé Pedreiro
- 17 Idalina

### Localização dos ocupantes

- 18 Teófilo
- 19 Maria Teresa
- 20 Hilório, Pedro da Rosa
- 21 Inácio Damas, Maria Laurinda
- 22 Silvana
- 23 Gaudino Coelho da Rosa
- 24 João Colona
- 25 Manuel Antônio da Silva
- 26 Maria Biluca, Epaminondas Alves
- 27 Antônio Gaspar
- 28 Vergilina
- 29 João Maria
- 30 Inácia Reginalda
- 31 Gustavo Domiciano
- 32 Romão Chaves
- 33 João Vicente Forte
- 34 Euclides Valêncio de Quadros
- 35 Francelina Rosa de Souza

- 36 Custódia
- 37 Pedro Silvano, Domingos Silvano
- 38 Antero Gasparino, Rosa Gasparina
- 39 Laurinda
- 40 Barnabé Idalino de Souza
- 41 Floriana
- 42 Marcelina

**Observação:** Letras com texto normal significam continuidade da ocupação do território nos dias de hoje, em **negrito** representam terras não mais ocupadas e sublinhado remetem a terras ocupadas na segunda metade do século, não mais ocupadas pela comunidade.

### Convenções cartográficas:

#### Feições de Origem Fluvial e Lacustre

- Lagoa
- Curso d'água

#### Sistema Viário

- Estrada - BR 101/RS 407
- Caminho
- Ponte

### Altimetria

- Curva de nível - Equidistância de 50 metros
- Ponto Cotado

### Toponímias

- Toponímia Oficial (Normal)
- Toponímia Local (*Itálico*)

### Outros

- Limite Municipal

### Base cartográfica:

mapa montado por Rodrigo de Azevedo Weimer a partir do mapa de referências históricas e culturais da comunidade.

**Fontes:** informações de campo

**Elaboração:** Nina Simone V. Moura Fujimoto; Rodrigo de Azevedo Weimer.

**Projeto:** Comunidades Remanescentes de Quilombo de Morro Alto/RS.

**Nota:** Adaptação do original elaborado com o uso de cores na escala 1:50.000

#### 1.4.4 Anexo fotográfico



*Foto 1.* Filomena, empregada dos Marques Machado, criou Romário Marques Machado. Seu túmulo, no cemitério de Osório, localiza-se ao lado do jazigo perpétuo desta família.



Foto 2. Túmulo de Filomena Severina Marques, irmã de Felisberta e de Tereza. Ao contrário das irmãs, que permaneceram no território, Filomena acompanhou a família senhorial de Manuel Machado Marques, tendo se tornado doméstica dos mesmos, em sua residência em Osório.

## 1.5. AS VIAS DE DESLOCAMENTO, ESTRADAS E RODOVIAS E OS IMPACTOS SOCIOCULTURAIS SOBRE A COMUNIDADE DE MORRO ALTO

### 1.5.1. Do transporte lagunar à Rodovia Federal BR-101

“...quando a estrada, projetaram essa estrada, tudo acabou”.<sup>465</sup>

A área da comunidade de Morro Alto atualmente é cortada por uma das mais importantes vias de transporte rodoviário do país – a rodovia federal BR-101.<sup>466</sup> Essa estrada atravessa parte do litoral norte, costeando a Serra Geral, a partir de Osório até Torres, perfazendo cerca de 100 km (trecho rio-grandense). Existem também outras vias rodoviárias alternativas, como a RS-407, que liga Morro Alto a Capão da Canoa, sendo uma comunicação entre a BR-101 e a nova Estrada do Mar (RS-389).

Entretanto, nem sempre foram predominantes as vias rodoviárias na região – e quando existiam, tinham outros traçados, condizentes com as dificuldades naturais do relevo e lagunas da área. Desde o início da colonização do Rio Grande do Sul, a rota de ligação da região litorânea era a estrada de Laguna – que se resumia no deslocamento pelo litoral desde Torres até o Passo da Lagoa em Tramandaí, onde ali esperava-se a travessia de balsa e para os campos de Palmares.<sup>467</sup> Contudo, no século XIX, estava em segundo plano nos transportes de mercadorias.

Já para o século XIX, Marina Raimundo da Silva apontava as seguintes vias de deslocamento na região:

Por volta de 1847, já se tinham notícias de que usavam a via lacustre, singrando-se as lagoas situadas ao pé da Serra Geral até a lagoa da Pinguela. Dali, em carretas puxadas por cinco a seis juntas de bois, atravessavam os extensos campos de Conceição do Arroio, Santo Antônio da Patrulha, chegando finalmente em Porto Alegre.

Outro recurso era enfrentar viagem penosíssima, por Cima da Serra, com tropas de burros cargueiros, atalhando e formando as picadas em terreno pedregoso e cheio de pe-raus. Essas trilhas passavam por Santo Antônio da Patrulha, São Leopoldo, Dois Irmãos e Porto Alegre. Em bom tempo, essa trajetória levava, do ponto de partida ao destino, 4 a 5 dias de viagem...<sup>468</sup>

O transporte por via lacustre ganhou prestígio ao longo do século XIX, tornando-se a principal via para escoamento de mercadorias na região.<sup>469</sup> Afinal, o trecho en-

---

<sup>465</sup> Entrevista com Joana Gomes de Carvalho em Aguapés no dia 15/4/2002, realizada por Miriam Chagas, Rodrigo Weimer e Mariana Fernandes.

<sup>466</sup> A estrada encontra-se atualmente em estado regular de conservação, excetuando o perímetro urbano de Osório, que se encontra duplicada.

<sup>467</sup> Silva, 1985, p. 44.

<sup>468</sup> Silva, 1985, p. 44.

<sup>469</sup> As outras vias decaíam: as ligações terrestres entre a região litorânea e a região da Cima da Serra (São Francisco de Paula, Vacaria) foram sempre problemáticas desde do início da povoação do Estado. Debates acirrados de membros governamentais, em prol de apelos de autoridades e de populações locais, destacavam a falta de recursos e a dificuldade de travessia da densa floresta aliada aos ataques da população origi-



tre Osório/Torres caracteriza-se por uma formação lacunar singular – semelhante à caracterizada nos aspectos gerais da área de Morro Alto – que permitiu às diversas comunidades o uso desses mananciais como via de transporte.

A comunidade de Morro Alto localizava-se (e ainda localiza-se) de maneira a permitir um deslocamento rápido através de canoas pelas lagoas, sendo o meio de locomoção mais rápido e eficaz existente na localidade até a abertura das primeiras estradas. As principais lagoas utilizadas pela comunidade eram as lagoas dos Quadros, da Pinguela e das Malvas, sendo que as lagoas dos Quadros e da Pinguela se comunicavam por um canal chamado de Barra do João Pedro. Por essas lagoas a população de Morro Alto acessava, principalmente, os portos da Vila de Conceição do Arroio, atual Osório, o Porto da Camila, em Capão da Canoa e o Porto de Maquiné, ou Cachoeira.

As dificuldades eram imensas no transporte lacustre até os anos 40 do século XIX – bancos de areias, juncos e baixios impediam o trânsito de grandes barcos, limitando o desenvolvimento comercial. Havia uma demanda, por parte dos grandes proprietários, das colônias alemãs (a partir de 1825 com São Pedro de Alcântara e Três Forquilhas), dos caboclos, enfim, dos habitantes da região em escoar suas produções de maneira satisfatória.

A intensificação partiu de Três Forquilhas, segundo Marina Raimunda da Silva, quando Pastor Voges passou a investir no tráfego lagunar para escoar a produção local. Utilizando-se de estratégias, como estreitamento em laços matrimônias, com as famílias Diehl e Dreher, comerciantes com larga atuação em São Leopoldo (e outras áreas coloniais), Voges pôde ampliar o poder comercial na segunda metade do século XIX.<sup>470</sup> Assim,

O círculo comercial estava fechado através dos filhos, netos e bisnetos do pastor de Três Forquilhas: Voges e Diehl em Três Forquilhas, abrangendo todo o comércio local; os Dreher recebendo mercadorias, principalmente a cachaça e, em menor escala, os demais produtos coloniais que transportavam no vapor Gustavo.<sup>471</sup>

O quadro prosseguiu com o crescente desenvolvimento do sistema de transporte lacunar, levando o governo a participar com estudos e obras isoladas sobretudo a partir da Proclamação da República.

Na primeira década do século XX, os projetos de canalização do sistema de lagoas do litoral norte foram retomados, com o envio de soldados e posteriormente presos para o trabalho pesado. Estes últimos, em número de 51, foram escoltados pela Brigada Militar e ficaram acampados no Caconde dedicados ao STPT (Serviço de Transporte Ferroviário e Lacustre entre Palmares do Sul e Torres). Percebendo a necessidade de in-

---

nal da mesma (grupos indígenas) como fatores que impediam o desenvolvimento dessa rota ao longo do século XIX. Exemplos eram Vacaria e Lagoa Vermelha, ligadas administrativamente a Santo Antônio da Patrulha, e que até meados de 1870 sofreram com o isolamento provocado pelas dificuldades de comunicação – problema resolvido pela emancipação e não pela construção de uma ligação até a antiga sede municipal. Atualmente, a ligação Serra-Litoral finalmente está sendo concretizada – após 20 anos de disputas judiciais e paralisações de obras – na polêmica Estrada do Sol.

<sup>470</sup> Silva, 1985, p. 54-57.

<sup>471</sup> Silva, 1985, p. 57.

vestimentos nas vias de transporte regionais, o governo estadual criou – através do Decreto 2.330 de 15/03/1918 –, a Comissão de Estudos e Projetos para Melhoramentos da Navegação Fluvial e Lacustre, sendo encarregado o Engenheiro Hanssen da análise das possibilidades de abertura de uma ligação por canais de Porto Alegre a Torres.<sup>472</sup>

Em 1921, o Secretário das Obras Públicas já comunicava a “navegação franca” entre o porto de Conceição do Arroio e o do Estácio, no extremo da Lagoa Itapeva, em Torres. A dragagem havia produzido canais que ligavam a Lagoa do Pinguela a do Peixoto, e esta com a Lagoa do Marcelino, havendo ainda necessidade de “retificação dos sangradouros dos Cornélios e João Pedro” e um serviço constante de manutenção desta rede de canais, que seria feito através das oficinas instaladas no Caconde, sede do STPT.<sup>473</sup>

[...] pequenos portos se formaram, outros melhorados enquanto realizavam as escavações dos canais: Porto Estácio, a leste da Lagoa Itapeva; Portos Serafim, Colônia e Fagundes, ao norte da lagoa Itapeva; Porto Guerreiro, no rio Cardoso, que deságua na Lagoa Itapeva; Porto Três Forquilhas, à margem direita do rio Três Forquilhas, que deságua na Lagoa Itapeva; Porto Cornélios, no rio Cornélios, a leste da Lagoa dos Quadros; Porto Cachoeira, no rio Maquiné, que deságua na Lagoa dos Quadros; Porto da Pinguela, na Lagoa da Pinguela. Porto da Lacustre, na Lagoa Marcelino, que recebia ou exportava toda a mercadoria da região.<sup>474</sup>

A localidade de Palmares tornou-se o principal ponto de embarque e desembarque de passageiros e mercadorias que vinham de Osório para Porto Alegre e adjacências, chegando até regiões mais distantes, como Bojuru.<sup>475</sup> Posição que foi consolidada em 1921, com a implantação da ligação ferroviária entre Palmares do Sul e Osório, e que se manteria até meados de 1940.

Uma precária estrada de chão que ligava a capital a Conceição do Arroio existia desde 1914 (com 109 km). Assim, usando um sistema de transporte que mesclava carretas e barcos, o comércio na região de Osório foi mantido em boa parte da República Velha, pela ligação das citadas três famílias teuto-brasileiras: os Voges (Três Forquilhas), Diehl (Conceição do Arroio) e a Família Dreher, no trecho entre Palmares do Sul e Porto Alegre.

Adolpho [José Diehl], com o vapor São José e a chata Santa Maria, arrecadava os produtos nos pequenos portos e armazenava-os no Pontal [na lagoa das Malvas], *esperando que as carretas repletas de encomendas chegassem ao Pontal*. Após o seu recado, liberava a vinda das carretas a Conceição do Arroio. Ao chegar, desembarcavam as mercadorias e as carretas eram carregadas com os produtos armazenados e levados novamente ao Porto de Pal-

---

<sup>472</sup> Relatório do Secretário das Obras Públicas – 1921.

<sup>473</sup> Em 1923 já haviam sido feitas melhorias nas barras dos Querinos, na Lagoa Itapeva; Cornélios e João Pedro, em Quadros; Malvas, na lagoa homônima; baixio de Palmitar, entre Malvas e Palmitar. Relatórios do Secretário das Obras Públicas – 1921, p. 69, 72. Relatório da Secretaria de Obras Públicas – 1923, p. 175-177.

<sup>474</sup> Soares, 1992, p. 246. O Porto da Cachoeira era o maior, servindo de porto escoador e fornecedor de produtos para a Colônia Barra do Ouro. Relatório do Secretário de Obras Públicas – 1923, p. 404.

<sup>475</sup> Silva, 1985, p. 26.

mares. Ali seriam novamente embarcadas no vapor que singraria Rio Palmares, Lagoa dos Patos e por fim o Rio Guafba.<sup>476</sup>

As terras desta região eram apontadas como ótimas para a agricultura e com uma produção “extraordinária” de açúcar, dependendo seu desenvolvimento “de maior facilidade de transportes, fazendo-se ao mesmo tempo a ligação por estradas de rodagem da região colonial próxima aos diversos portos das zonas de navegação das colônias”. Era destacada como exemplo incentivador dos investimentos a Usina Santa Marta, localizada na margem da Lagoa da Pinguela – e segundo a autora acima propriedade da família Dreher –, que produzia álcool, aguardente, melado e rapadura, e que investiu na compra de maquinaria (1927) passando a produzir açúcar.<sup>477</sup> Esta queixa não era novidade: desde a Província, existia a crença de que a cultura da cana-de-açúcar poderia levar a economia provincial à opulência, mas a falta de vias de transportes na região a estrangulava.<sup>478</sup>

Este período pós-abolição marcou o início de uma nova forma de exploração da comunidade de Morro Alto. Com a apropriação dos meios de transporte por famílias imigrantes, o campesinato negro da área se via obrigado a vender sua produção à determinados armazéns que se encarregariam, após a compra, de escoar a produção até os grandes centros de consumo da época. Exemplo disto é o relato de dona Diva:

Vendia pra Maquiné. Seis quilômetro. Lá que era a pracinha que a gente vendia, consumia as coisa que nessa época tinha o navio que vinha de Osório. Então a gente levava as coisa daqui, enchia de lá onde a gente morava, vendia lá no armazém, e aí encostava o navio daqui de Osório, lá em Maquiné e eles pegavam [...] Pegavam de navio e a gente vendia pros dono de armazém.<sup>479</sup>

---

<sup>476</sup> Soares, 1992, p. 244.

<sup>477</sup> Relatório do Secretário das Obras Públicas – 1927. A Usina Santa Marta entraria logo em decadência, eclipsando o poder da família Dreher – as ruínas da Usina persistem na beira da rodovia federal. Um objeto não suficientemente estudado aqui, mas merecedor de uma futura reflexão é o ciclo açucareiro na região litorânea, a partir de Santo Antônio da Patrulha até Torres. Cultivada desde os primórdios da ocupação do Rio Grande do Sul, a cultura açucareira alternou períodos de euforia e recuos, acentuados a partir da década de 50. A criação da AGASA (Açúcar Gaúcho S.A.), no governo estadual de Leonel Brizola (1958-1962), objetivando um projeto alternativo de combustível, fracassou no seu intento ao debater-se com as restrições do governo federal (imposição de um limite produtivo) a fim de proteger a produção açucareira do Nordeste. Desenvolvimento próspero da cana-de-açúcar no RS viria com o Programa Pró-Álcool desenvolvido pelo governo Geisel (1974-1979) como alternativa à crise de combustíveis de 1973. Contudo, a recessão econômica da década de 80 grassou a AGASA, extinguindo-a sem poder indenizar às famílias agricultoras envolvidas na cultura da cana-de-açúcar. Atualmente a cana-de-açúcar sobrevive apenas para indústria local, sem grande importância econômica para o Estado.

Neste período do início do século, os negros plantavam em Morro Alto cana-de-açúcar, o que levou a valorização de suas terras e o incremento das linhas de escoamento da produção monopolizadas por famílias de imigrantes, causando um dos primeiros ciclos expropriadores das terras da comunidade que não possuía títulos de propriedade.

<sup>478</sup> Silva, 1985, p. 45.

<sup>479</sup> Entrevista com dona Aurora Inácia da Silva, Diva e Celso em 28/11/2001 por Rodrigo Weimer.

Ainda assim, a navegação e comércio não estavam totalmente fechados à comunidade. Era possível a ela – graças à precariedade das estradas e à tecnologia na construção de canoas – aventurar-se para transportar seus excedentes para Osório e adjacências.

Quando a via lacustre se mostrava insuficiente, a ligação de Morro Alto com Palmares se dava a pé por caminhos que passavam pela Lagoa do Caconde e pela localidade chamada Palmital. Comercialmente, a carreta de bois foi a alternativa e a única forma capaz de enfrentar estradas precárias para vender os produtos da região de Morro Alto em Cidreira e Tramandaí.<sup>480</sup>

Porém, muitos membros não tinham recursos para animais e carretas, restando para sua sobrevivência empregar-se em trabalhos sazonais, como nas “granjas” – fazendas de arroz – na região de Palmares. Pela “precária estrada” foi que se desenrolaram as jornadas de um dia a pé até a estação férrea de Passinhos (Osório), acompanhados de seus familiares, para depois seguirem até as plantações de arroz em Palmares. Assim rememora um ex-trabalhador de arrozais da comunidade de Morro Alto:

Nélson – O senhô sabe que de primero, eu era guri... mais ou menos assim.. e meus pais gostavam de cortá arroz na granja... às vez lá pra fora...

Marcelo – Ah, cortavam arroz nas granjas...

Nélson – Inda aqui, me lembro tão bem, nós ia de a pé inté Osório!

Marcelo – Até...

Nélson – Pegá um trem... um trenzinho que tinha lá pra ir pra fora cortá arroz...

Marcelo – Isso aonde? Pra que...

Nélson – ...daqui di a pé. Tinha uma vez que inté eu cansei na viagem de tê que o falecido pai posá na estrada porque a gente cansava.<sup>481</sup>

---

<sup>480</sup> A valorização do trabalho de carpinteiros como Merêncio, Manuel Inácio e também Hortêncio se dava devido à importância das carretas no sistema de transportes anterior à construção da estrada federal – ver ponto 1.4.

<sup>481</sup> Entrevista com Nélson dos Santos de Jesus em Ribeirão, no dia 12/10/2001, por Paulo Moreira e Marcelo Vianna. Outras entrevistas são valiosas nesse sentido, mas obtida pelo depoente José Francisco Antônio – com 103 anos – mereceu atenção especial visto que ao lembrar jornadas (deslocamentos a pé) de 3 dias até as granjas de arroz em Palmares. O Sr. José rememorava o período anterior da ligação ferroviária entre Passinhos (Osório) e Palmares/Capivari. Possuía 8 anos e, assim como o Sr. Nélson, acompanhava o pai pelas andanças em busca de trabalho:

“José – Eu cansei de trabalhar nessas granja... desde os nove anos eu acompanhava o falecido papai, Palmares, Mostardas, por tudo que... carga nas costa pra ganha um tostão corria essas granja tudo. Fiz muito das coisa no meu vivere...

Marcelo – A gente quer que o senhor conte... tu e o teu pai vinha a pé de Morro Alto...

José – A pé do Morro Alto até em Palmares...

Marcelo – É.

José – Pra ganhá o pão...

Marcelo – Quanto tempo levava?

José – Três dias de viagem...era muito do brabo...

Marcelo – Os seus irmão iam junto com seu pai?

José – Eles eram pequeno, ficavam em casa... eu era o maior, mais velho acompanhava o véio... trabalhei tudo quanto foi serviço...”

A senhora Ercília Marques da Rosa franqueou-nos acesso a uma foto que retrata este momento histórico (ver anexo). Trata-se de seu falecido marido, Júlio Elói da Rosa, em Palmares no ano de 1943, complementando sazonalmente a mão-de-obra necessária aos arrozais.

Mesmo aquelas famílias que conseguiram manter a subsistência por meio do escoamento de excedentes agrícolas encontraram dificuldades adicionais para o pagamento de impostos e para o acesso a benfeitorias e implementos. A partir da década de 1950, a mecanização da agricultura começou a impor-se na região.

Quitar os impostos territoriais era para as famílias negras, além de uma questão de honra – cumprir os deveres para com o Estado – uma forma adicional de possuir documentos comprobatórios da posse da terra (e por esta razão, os comprovantes são guardados até hoje). No entanto, de acordo com documentos aos quais tivemos acesso por meio das senhoras Aurora Inácia Marques e Maria Helena Couto, percebe-se que muitas vezes o pagamento dos tributos era bastante difícil, em função da pauperização do campesinato da região – muitas vezes, eram pagos com atraso de vários anos, e por isso somavam-se diversas multas aos impostos. Por fim, mesmo com atraso entre os exercícios, cedo ou tarde as famílias costumavam pagar todos os débitos para com os cofres públicos.<sup>482</sup>

Além disso, para o acesso a benfeitorias mecanizadas, as famílias descendentes de escravos dependiam de pessoas de origem imigrante, que com eles travavam relações distintas da economia solidária interna à comunidade. As relações dos negros entre si eram pautadas por critérios de reciprocidade<sup>483</sup> – conforme os relatos de diversos informantes tecidos pela linguagem do parentesco e do maçambique.<sup>484</sup>

Nas lides agrícolas, esta economia de cooperação expressava-se na ajuda mútua, nos “pixurus”, no empréstimo de benfeitorias e no uso comum dos campos. Ao falar sobre a atafona de seu avô no Ramalhete, dona Diva relatou que ele a emprestava gratuitamente aos seus vizinhos.<sup>485</sup> Contrastando com este modo de interação da comunidade negra entre si, estava o aluguel de benfeitorias mecanizadas. Segundo dona Ercília Marques da Rosa, para poder ter acesso a uma trilhadeira de trigo, de propriedade da família Pioner, era necessário pagar-lhe uma parcela dos grãos. Ver em anexo foto cedida por esta informante, que demonstra o trabalho de trilhagem na propriedade de seu falecido marido, Júlio Elói da Rosa, em 1957, na Prainha.

---

<sup>482</sup> Documentação à qual gentilmente as senhoras Aurora Inácia Marques e Maria Helena Couto nos franquearam acesso.

<sup>483</sup> Ver ponto 1.3.

<sup>484</sup> Tivemos acesso a convites para a festa de São Benedito, datados de 1929 e 1934, enviados pelos respectivos festeiros – Inácio Romão e Tibério José da Silva – para a família de Felisberta. Nele, os mesmos requeriam a cessão de doações para o festejo comunitário. Documentação à qual gentilmente a senhora Aurora Inácia Marques franqueou-nos acesso. Felisberta era avó de dona Ercília (moradora na Prainha), dona Aurora e dona Diva (residentes em Osório); Inácio Romão era o pai de José Inácio e de Maria Inácia (Morro Alto), e Tibério José da Silva era o pai do Sr. Venâncio Tibério da Silva (entre Morro Alto e o Ribeirão).

<sup>485</sup> “Rodrigo – E essa atafona, se os vizinhos queriam usá, ele emprestava?

Diva – Na época, ele dava. Na época ele era muito bom, ele dava. Vem moê, se qué fazê farinha, vem.”

As vias rodoviárias, de modo geral, continuavam precaríssimas na década de 30, inviabilizando a integração rodoviária do interior à capital do Estado, mesmo que o governo estadual tivesse procurado organizar e concentrar as obras através de um órgão (Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem). A região de Osório mantinha-se, assim como boa parte das cidades do interior, periodicamente (devido a chuvas e deslizamentos) isolada do sistema rodoviário:

Continuam intransitáveis as estradas de rodagem para este município. A estrada que liga à capital do Estado há vários meses que não dá passagem, causando enormes prejuízos. A referida estrada está sendo macadamizada há mais de três anos e apesar disto não há esperança de ser o trabalho terminado dentro de pouco tempo.<sup>486</sup>

Profundas transformações das vias rodoviárias do país passaram a ocorrer neste período, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder nacional e a configuração do Estado Novo, a partir de 1937. Neste período ocorreu a mudança de denominação da cidade de Conceição do Arroio, passando a se chamar Osório. O projeto de centralização nacional passava por uma série de medidas unificadoras, objetivando a modernização do país, rompendo definitivamente com isolamento regional (simbolizado pela permanência de oligarquias locais no poder e obras de infra-estruturas deficientes) – uma política de centralização autoritária que passava pela necessidade de integração territorial. A criação do DNER em 1937 (e a criação de departamentos autônomos em vários Estados por este período) significava a determinação de expandir e modernizar as redes de integração nacional, via transporte rodoviário – ainda assim, em 1945, o país detinha apenas 423 km de rodovias estaduais e federais pavimentadas.<sup>487</sup>

O início da década de 40 exigiu mudanças por parte da Interventoria Estadual (através do DAER<sup>488</sup>) que iniciou novas licitações para expandir e melhorar as ligações rodoviárias de Osório.<sup>489</sup> Contudo, só a partir do final dos anos 40, a ligação rodoviária entre Osório e Porto Alegre foi expandida com a construção do trecho que ligava Osório a Torres, através de convênio entre governo estadual e federal.<sup>490</sup> Entregue ao tráfego em 1952, a estrada tinha descontinuidades devido a cursos d'água no seu caminho, problema contornado com a utilização de balsas, até o ano seguinte, quando foram construídas pontes sobre os rios Maquiné, Cardoso e Mampituba.<sup>491</sup>

---

<sup>486</sup> *Correio do Povo*, 10/10/1937, p. 4.

<sup>487</sup> Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (em extinção), Site <http://www.dner.gov.br> (capturado em 05/04/2002).

<sup>488</sup> O DAER foi criado pela Lei nº 750, de 11/08/1937, um pouco antes do advento do Estado Novo. Com ele começou-se a transformar as estradas estaduais no Estado: em 1937, existiam apenas 420 km de estradas, quase todas elas precaríssimas. Em 1939, elevou-se para 4.130 km. Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem, Site <http://www.daer.rs.gov.br> (capturado em 05/04/2002).

<sup>489</sup> *Correio do Povo*, 01/04/1941, p. 6 e 02/04/1941, p. 2 – Anunciavam os artigos, entre várias licitações, a de mecanização e ensaibramento do trecho Osório-Torres avaliadas no total em 4.500\$000.

<sup>490</sup> Mensagem à Assembléia Legislativa – 1948 – Walter Jobim; Mensagem à Assembléia Legislativa – 1949 – Walter Jobim; Mensagem à Assembléia Legislativa – 1950 – Walter Jobim (BSC).

<sup>491</sup> Mensagem à Assembléia Legislativa – 1952 – Ernesto Dornelles; Mensagem à Assembléia Legislativa – 1953 – Ernesto Dornelles (BSC).

Em 1956, estimava-se poder concluir a sua pavimentação dentro de três anos.<sup>492</sup> A construção destas estradas se insere na perspectiva nacional-desenvolvimentista de então. Cabia ao Estado assumir encargos como a construção de estradas de rodagem a fim de viabilizar um projeto de industrialização e desenvolvimento econômico nacionais:

A intervenção do Estado no domínio econômico, sempre que possível plástica e não rígida, impõe-se ao governo como um dever todas as vezes em que é necessário suprir as deficiências da iniciativa privada [...] É assim que cada vez mais recai sobre o estado o encargo de assegurar, através do sistema de transportes, o escoamento e distribuição de produção nacional [...]<sup>493</sup>

Thomas Skidmore explica a forma da ação estatal e seu processo de priorização do sistema rodoviário:

No final dos anos 50, o governo Kubitschek decidiu ampliar o sistema de transporte do país, construindo mais rodovias do que ferrovias (embora considerando prioritária a melhoria das linhas férreas existentes). A razão era simples: num país tão vasto o custo inicial por milha era mais baixo para construir uma rodovia do que uma ferrovia. Optando pelo transporte por caminhão, os governos federal e estaduais podiam continuar a construir uma extensa rede de estradas vicinais baratas não pavimentadas. Tão logo o tráfego justificasse a despesa, as estradas seriam pavimentadas.<sup>494</sup>

Portanto, se o investimento do sistema rodoviário era sinônimo do pleno desenvolvimento econômico, outros sistemas de transporte decaíam, forçando uma intervenção governamental para assegurar sua regularidade. Em 1937, o governo estadual decidiu não renovar o contrato do sistema de navegação lacustre Palmares, Osório e Torres por considerá-lo deficitário e decadente, assumindo o encargo de reorganizá-lo.<sup>495</sup>

Em 1958, a chegada da estrada a Torres acelerou o fim da navegação e em 1960 foi extinta a estrada de ferro. O porto de Maquiné e o armazém que servia como entreposto na Barra do João Pedro, lembrados por diversos entrevistados da comunidade de Morro Alto como circuito de circulação de excedentes, estiveram dentre os últimos a serem fechados.<sup>496</sup>

A estrada, que denominava-se BR-59,<sup>497</sup> ensejou a construção de uma rodovia estadual no trecho entre Morro Alto e Capão da Canoa no biênio 1951-1952. Ocorreram trabalhos de terraplanagem em 1957, ano em que também foi construída ponte sobre o Sangradouro do João Pedro, anteriormente canal de circulação do comércio fluvial.<sup>498</sup>

<sup>492</sup> Mensagem à Assembléia Legislativa – 1956 – Ildo Meneghetti. (BSC)

<sup>493</sup> Mensagem ao Congresso Nacional – 1952 – Getúlio Vargas. (BSC)

<sup>494</sup> Skidmore, 2000, p. 350.

<sup>495</sup> Relatório da Interventoria do Estado do Rio Grande do Sul – 1937. Durante o governo JK, o desenvolvimento de uma indústria automotiva havia levado a expansão da malha rodoviária – em 1955, 22000 km (2300 km pavimentadas); já em 1961, 31000 km (9600 km pavimentadas) – que enfatizava os objetivos governamentais (ISTO É. *Atlas Histórico - Brasil 500 anos*. p. 158).

<sup>496</sup> Mensagem à Assembléia Legislativa – 1958 – Ildo Meneghetti. (BSC)

<sup>497</sup> A partir do Regime Militar, foi renomeada como BR-101.

<sup>498</sup> Mensagem à Assembléia Legislativa – 1957 – Ildo Meneghetti. (BSC)

Assim, a tendência a priorizar como base do sistema de transportes do país o setor rodoviário consolidou-se definitivamente, concomitante ao fechamento político, na implantação do regime militar principalmente no período pós-AI-5 (1968).

A partir de 1968, ocorreu uma grande reestruturação da infra-estrutura brasileira, com avultados investimentos de capitais regionais, federais e internacionais na área dos transportes.<sup>499</sup> O Ato Institucional nº 5 foi decretado em 13 de dezembro de 1968 e representou o cerceamento – sem prazo de vigência –, das garantias constitucionais e a institucionalização completa do Estado de Segurança Nacional:

O caráter permanente dos controles a ele incorporados deu origem a um novo período em que o modelo de desenvolvimento econômico podia ser plenamente aplicado, enquanto o Aparato Repressivo buscava a Segurança Interna Absoluta, impedindo a dissensão organizada contra as políticas econômicas e sociais do governo. O AI-5 forneceria assim o quadro legal para profundas transformações estruturais.<sup>500</sup>

No que se refere à área de nosso interesse – o litoral norte –, percebemos uma intensificação na reabertura e melhoria das vias rodoviárias, justamente nos anos de maior repressão durante o regime militar. As populações que margeavam as novas rodovias, ao mesmo tempo que viram seus modos de vida alterados pela decadência econômica desencadeada, não puderam esboçar quaisquer reações que seriam vistas como ameaças à Segurança Nacional, já que estas estradas eram consideradas essenciais para o progresso brasileiro, revelando a mescla das idéias de controle interno e progresso econômico.

Não é por acaso que o primeiro plano de desenvolvimento do país, verdadeira linha mestra da política governamental federal e estadual, e base para os próximos governos, tinha a denominação Plano Estratégico de Desenvolvimento. Desta forma, para Rouquié: “Decisões relativas à energia e aos recursos naturais parecem freqüentemente revelar, durante esse período, bem mais preocupações estratégicas do que a simples racionalidade econômica”.<sup>501</sup>

O interesse estratégico na região, com a renovação das rodovias, aliou-se à implantação da TEDUT (complexo de carga e descarga interligado por oleodutos oriundos da refinaria Alberto Pasqualini) na região, com o escoamento de petróleo (recurso estratégico primordial para o governo e base do sistema de transporte do país). Isto colaborou para que Osório e Tramandaí, no início de janeiro de 1969, fossem incluídas como áreas de segurança nacional, com interventores nomeados nos termos do artigo 2º do Decreto-Lei nº 5.449, de 04/06/1968 e do próprio AI-5 até fins de 1984.<sup>502</sup>

---

<sup>499</sup> Segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento (1968/1970), os investimentos no transporte rodoviário deveriam concentrar 58% dos recursos entre 1968-1970, enquanto os demais sistemas – ferroviário, portos, vias marítimas/fluviais, e aéreo – receberiam respectivamente 15,5%, 9,4%, 12,9% e 3,3%.

<sup>500</sup> Alves, 1984.

<sup>501</sup> Rouquié, 1984, p. 346.

<sup>502</sup> Decreto-Lei nº 5.449, de 04/06/1968 (caracteriza diversos municípios como área de segurança nacional); Decreto-Lei Federal nº 435, de 24/01/1969 (inclusão de Tramandaí e Osório como áreas de segurança nacional); Decreto-Lei Federal nº 2.183, de 19/12/1984 (descaracteriza Tramandaí e Osório como áreas de segurança nacional).



Nos anos de 1968 e 1969, foram concluídos os trabalhos de terraplanagem e pavimentação da BR-101, entre Torres e Osório, processo que teve seqüência em 1971 com a RS-106 (Capivari/Osório) e RS-407 (Morro Alto-Capão da Canoa).<sup>503</sup> Na mensagem enviada à Assembléia Legislativa em 1971, o governo do Estado celebrou a importância da conclusão destas obras “diante do problema surgido com o intenso tráfego desviado para a BR-101 que, junto com aquele devido à construção da BR-290, ameaçou a trafegabilidade do acesso ao litoral.”<sup>504</sup>

Em 1970, os capitais necessários para a estrada Porto Alegre/Osório estavam assegurados.<sup>505</sup> “Ao norte, a ligação Osório-Torres, magnífica rodovia litorânea de integração e turismo, aguarda a moderna auto-estrada que a complementará até Porto Alegre, trazendo-a ao complexo rodoviário que tem seu centro na Capital.”<sup>506</sup>

A ligação Porto Alegre/Osório (Free Way) foi finalmente terminada em 1973. Realizou-se, assim, a construção desta auto-estrada e a execução das melhorias no caminho que serve a região de Morro Alto, exatamente nos anos do chamado Milagre Econômico. Da mesma forma, em 1970, a pequena RS-407, que ligava Morro Alto a Capão da Canoa, foi redimensionada e pavimentada, servindo – além de alternativa ao trânsito de veraneio – como ligação entre a comunidade e o promissor mercado de trabalho litorâneo nos meses de férias.

Assim, entre a década de 70 e 80, não houve grandes obras na BR-101. As flutuações econômicas no exterior e, sobretudo, sua repercussão na economia nacional (*a década perdida* – a década da recessão de 80), levou à redução dos investimentos estatais, com o colapso das malhas rodoviárias e o sucateamento das demais alternativas de transportes.

### 1.5.2 – Impactos das transformações do sistema de transportes sobre a comunidade de Morro Alto e processos de expropriação de terras

“muito macete brabo arrodando pelas escondidas...”<sup>507</sup>

Observamos no ponto anterior que o impacto sobre a região do Morro Alto com o desenvolvimento da BR-101 configurou-se dentro do contexto nacional. Nesse contexto, no qual a estrada (unidade do sistema rodoviário) demarcava o ingresso ao progresso, ao desenvolvimento e à integração da sociedade brasileira, conforme as concep-

<sup>503</sup> Mensagem à Assembléia Legislativa – 1969 – Walter Perachi Barcelos – A.7.45: 10; e mensagem à Assembléia Legislativa – 1971 – Euclides Triches. AHRS – A.7.56: 15.

<sup>504</sup> Mensagem à Assembléia Legislativa – 1971 – Euclides Triches. AHRS – A.7.56.

<sup>505</sup> Mensagem à Assembléia Legislativa – 1970 – Walter Perachi Barcelos – A.7.46: 10.

<sup>506</sup> Mensagem à Assembléia Legislativa – 1970 – Walter Perachi Barcelos – A.7.46: 40.

<sup>507</sup> Frase extraída de depoimento do senhor Ermenegildo Manuel da Silva em uma reunião entre a comunidade de Morro Alto, a equipe de pesquisa, representantes do DNER e o Departamento da Cidadania da Secretaria de Estado do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. DECID/STCAS (Porto Alegre), 27/3/2002.

ções governamentais, a comunidade de Morro Alto acabou, como grande parte da população marginalizada brasileira, “forçada” à modernização excludente.<sup>508</sup>

Assim, a região de Morro Alto passava a ser mais uma pitoresca vila/distrito/cidade às margens das estradas brasileiras, legando aos seus habitantes um novo ingresso à sociedade, porém já definindo que seus papéis são de meros figurantes e secundários ao poder econômico e social, pois não compartilham da visão modernizadora da sociedade e a mesma, através dos grupos hegemônicos regionais e locais não se interessam em integrá-los plenamente, utilizando-os, por exemplo, como reservas de mão-de-obra.

Podemos pensar que a abertura de estradas, mais do que revalorizar terras, contribuía para a descaracterização das comunidades, com ingresso de novos membros dotados de *know-how*, recursos e poder adaptados aos desígnios da sociedade moderna, enquanto as comunidades, desprovidas dessas tão discutíveis *qualidades*, passam a servir de mão-de-obra no trabalho pesado, abrindo mão de parte de suas culturas tradicionais, transformando *roças* em *pedras*. Assim, decaíam as atafonas e engenhos, com seus arcaicos métodos produtivos, em prol do bem industrializado de fora da região.

Para Morro Alto, significou novo rompimento da comunidade com a proteção da terra herdada/gerida por seus antepassados. O primeiro rompimento, desde que boa parte da família Marques legou as terras de Morro Alto aos ascendentes da comunidade, permitiu, lentamente durante a primeira metade do século XX, o ingresso de estranhos, via usurpação das terras – impondo cercas,<sup>509</sup> forçando a compra ou simplesmente ocupando-as, já que os mesmos invasores aproveitavam-se do vazio de poder do território<sup>510</sup> (o que não significa de forma alguma desocupação por parte da comunidade, mas da falta desse campesinato negro de um capital social/político que fizesse frente aos estranhos que rapidamente atrelam-se ao poder). O processo de expropriação sofrido pela comunidade acompanhou a periodização das transformações do sistema viário impostas por este poder.

---

<sup>508</sup> Vale destacar que as inconseqüências do poder público na aplicação destas políticas progressivas, via obras magnânimas como as estradas, onde se oferta a nova oportunidade, o ingresso à modernidade e civilização apenas ressaltam o caráter excludente da sociedade brasileira sobre a integração das classes marginalizadas: em exemplos que significaram deslocamento de comunidades inteiras, está a construção de Brasília durante o governo JK, na qual levou milhares de nordestinos (os candangos) a esfolarem-se na capital que resultou apenas em pobreza das periferias não planejadas da mesma (cidades-satélites); outro exemplo foi a construção da Transamazônica, que novamente tentando solucionar uma conjunção de problemas de integração nacional, segurança nacional e a pobreza extrema do povo nordestino, levou famílias ao isolamento e à fome nos confins da Amazônia, sem que ao menos uma ajuda pública fosse prestada. Da mesma forma, para as comunidades que foram alcançadas pelas estradas, o impacto foi tão grave quanto os deslocamentos – os grupos indígenas contatados ao longo da construção da Transamazônica, por exemplo.

<sup>509</sup> Foi freqüentemente lembrado pelos moradores que, na forma tradicional de uso da terra, inexistiam cercas, dado que os campos de criação eram utilizados coletivamente e a ocupação das glebas agrícolas por meio de unidades familiares. Mesmo na atualidade, inexistem cercas entre as famílias negras, sendo as mesmas utilizadas apenas quando se trata de defender-se diante das investidas dos brancos sobre suas terras.

<sup>510</sup> Este processo foi tratado no capítulo 1.4.

Maria Rosa Rodrigues informou que seu avô Galdino perdeu suas terras quando veio a medição, realizada em virtude de “uma estrada que ia passá aqui na beira da lagoa e que ia até Rio de Janeiro.” A região das Barranceiras, que até então era indivisa, foi fracionada em terrenos, dos quais restou para Galdino apenas uma “tira” daquilo que “os cativero tinham dado”. Isso foi possível porque “de primeiro não tinha papel não tinha nada, era umas pedra botavam não sei como se colocavam o nome dele”. A informante, de 90 anos, lembra-se deste momento, quando era pequena. Ironicamente, os encarregados pela medição foram hospedados na residência de um dos prejudicados por ela:

Os home dormiram na casa do vô. Eram quatro homem, carregavam aqueles troço grande pra colocá aqui e de pé outro lá na frente, aquela coisa toda. Aí eu sei que o vovô teve uma discussão com eles, agora eu não sei o que eles disseram. De certo disseram nós semo mandado.

Sua prima Ângela, de 81 anos, por sua vez, ainda não havia nascido.<sup>511</sup> Percebe-se, pois, que a medição à qual Maria Rosa refere-se ocorreu entre 1911 e 1920, próxima à época, portanto, do estabelecimento da estrada que ligou Conceição do Arroio a Porto Alegre em 1914.

Data desta época, também, o estabelecimento inicial da família Goldani na região, a partir de transações ocorridas na década de 1920. Os moradores apontam para a expansão das terras sob seu domínio a partir de “um lotezinho” de dez braças, adquirido com a finalidade de fazer uma cantina por ocasião da construção da BR-101. A partir dessa dimensão inicial, eles teriam se apossado de muitos terrenos.

O Sr. Sebastião apresenta sua versão para a expansão da propriedade de Goldani:

Era tudo terreno de negro uma doação de dona Rosa. E toda a assinatura de Rosa e Silva, tinha direito no terreno. Aí o Arlindo Goldani comprou 10 braças do falecido Machado que tinha o terreno porque comprou, ele também era da parte dos senhô, né. Dessas dez braças aí ele tomou conta ali. Se alguém [chegasse] ali ele corria com a espingarda. Ele tomou conta do campo ali e do alto, da parte de cima dali, tá. E a outra parte de cá do tio Inácio Romão, ali dos Tereza ali, ali ele pediu para fazer um cantinho pra [...], tinha uma carreta de boi, né, viajava, ia fazer um [galpão?], tinha uma roça, pra colocar os boi na sombra. Aí o véinho deixou, o filho dele era o Cumpadre [?], o véio deixou, “vem cá Marinho, me dá uns [saco] de areia, pra botá os boi, eles chegam cansado de viagem” [fala do Goldani], “não, pode fecha aí, agora quando eu plantar eu quero as terra aí”. “Ah, não tem perigo, tá” [Goldani assumindo o compromisso]. Aí dexo o falecido Inácio, o pai do Inácio, “tu aqui...” [membro da parentela dos Inácio reavendo as terras], “o quê?!? eu não vou tirar boi, e isso aqui é meu e agora eu não te entrego mais” [Goldani]. Tomou conta tudo aquilo ali. E assim foi.<sup>512</sup>

<sup>511</sup> Entrevista com dona Ângela Reginalda de Souza, Maria Rosa Rodrigues e o Sr. Sebastião Souza Rosa, nas Barranceiras no dia 19/10/2001, realizada por Mariana Fernandes, Cíntia Müller e Rodrigo Weimer.

<sup>512</sup> Entrevista com dona Ângela Reginalda de Souza, Maria Rosa Rodrigues e o Sr. Sebastião Souza Rosa, nas Barranceiras no dia 19/10/2001, realizada por Mariana Fernandes, Cíntia Müller e Rodrigo Weimer.

O fato é que Goldani, um antigo invasor, aproveitou o momento de edificação da estrada para explorá-la economicamente – logicamente, precisava ocupar à margem da mesma, o que fez ora por compra,<sup>513</sup> ora por má-fé em ocupar uma terra em descanso por um membro da comunidade. Porém, lentamente, à medida que iam morrendo os antigos concessionários, o invasor ia “tapando”<sup>514</sup> sua propriedade, aumentando o seu tamanho e consolidando sua posse, sem que apresentasse maiores explicações, a não ser a força, à comunidade. Assim, a área onde atualmente encontra-se o clube Maracaná, a rodoviária de Morro Alto e áreas loteadas e urbanizadas à direita, antes da entrada da RS-407, sentido Osório/Torres, são usurpações do território negro.

Tais mudanças aprofundaram-se com a transformação da estrada velha em rodovia federal: ela permitiu, além do ingresso de novos grupos externos, que os estranhos capitalizassem recursos, aproveitando-se das margens da mesma, disputando ainda mais espaços com a comunidade. Contribuindo para a posição de fragilidade da comunidade, nunca o governo federal indenizou as faixas de terras tomadas pela estrada federal<sup>515</sup> – os cortes e novos traçados, mais práticos e eficientes ao transporte rodoviário, ignoravam limites e traçados antigos, que tinham sua razão de ser na região. As terras da comunidade foram profundamente divididas.

Como o traçado da rodovia passa quase junto à costa da escarpa da Serra Geral, cindiu-se a comunidade em terras do morro e terras dos campos, legando terras de pior

---

<sup>513</sup> Mesmo as dez braças inicialmente adquiridas por Goldani dizem respeito a uma transação ilegal, dada a cláusula de inalienabilidade incluída por Rosa Osório Marques em seu testamento e pelas mesmas se localizarem na terra de “usufruto”. É necessário observar que a totalidade dos informantes que foram indagados a respeito, sejam aqueles diretamente prejudicados por esta família, sejam os demais, apontaram a ilegitimidade da sua presença deles ali ou da forma como expandiram suas posses sobre as terras dos negros.

<sup>514</sup> Ver ponto 3.2.3.

<sup>515</sup> Esta informação, já obtida em relatos coletados junto à comunidade, foi confirmada por um engenheiro do DNER presente a uma reunião da equipe de pesquisa quando esta apresentou resultados parciais do presente trabalho a esta instituição governamental, a representantes da comunidade de Morro Alto e ao Departamento da Cidadania da Secretaria de Estado do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (DECID/STCAS, 27/3/2002). Entre os relatos da comunidade, temos o do Sr. Ermenegildo, morador no Espriado:

“A – Do que que o senhor acha dessa duplicação, o que que o senhor tem ouvido, qual é a sua opinião...

Ermenegildo – A minha opinião sobre essa duplicação é que... pode ser boa pra alguém, mas agora pra nós aqui ela... eu não levo fé não porque vai nos complicá...

A – O quê?

Ermenegildo – Dificultá nossa travessia... pra roça... se duplicarem essa rodovia... agora ela simples já é um sufoco pra gente atravessá a estrada de um lado pro outro, a hora que duplicá, acho que vai ser um trabalho pra gente atravessá pra roça mas...

A – Mas o senhor tem terra só desse lado ou tem do outro?

Ermenegildo – Tem do outro.

A – Ah... tem do outro... na verdade a rodovia cortou ao meio...

Ermenegildo – Cortô ao meio.

A – Vocês receberam indenização?

Ermenegildo – Não, ninguém. Foi... foi conversado mas o DNR não indenizô ninguém né...

A – O senhor já morava aqui quando fizeram?

Ermenegildo – Já...”

potencial agrícola (conforme o item 3.1.3) à comunidade (as de morro), com usurpações e disputas judiciais pela posse das mais rentáveis – não é à toa que boa parte dos considerados invasores pela comunidade passaram a ocupar as áreas baixas, as de campo.<sup>516</sup> As áreas ocupadas nas partes de morro ainda sofrem percalços por serem áreas de preservação florestal – assim, para o Sr. Sebastião: “Agora tem uma coisa, a nossa lei, o nosso governo: não pode mais derrubar mato, tá tudo virado em mato, onde era roça tá tudo virado em mato assim oh. E agora quem é que vai mexer mais ali?”<sup>517</sup>

A estrada deixava de ser um caminho de carretas – sua abertura afetou inclusive os recursos hídricos e desequilibrou o ecossistema local. Para Joana Gomes de Carvalho, moradora do Aguapés:

Joana – Hoje não tem mais, hoje não tem mais, que as capivara viviam aqui. Aqui na parte da lagoa. Elas não são do morro. Aqui acabou né filha, quando a estrada, projetaram essa estrada, tudo acabou. Tudo acabou. Porque as águas secaram. Porque isso aqui tudo era um banhado só, era um patural como chamava os antigos. Aqueles potreiro lá daquele canto, que é a nascente da lagoa, de lá vem as nascente da lagoa, aquilo ali tudo era manguezal, e hoje, se planta legumes e verduras: acabou.

Miriam – Acabou a água, secou?

Joana – Meu amor, com as grandes secas, e com o desmatamento, acabou tudo, né.

Miriam – É a estrada, o que é que a estrada prejudicou que a senhora diz que quando projetaram a estrada tudo acabou.

Joana – Acabou porque os animais que vieram, que vinham e iam pro morro, não podiam mais, né, e muitos, milhares e milhares de animais tão sendo morto aí. A senhora sai aí na estrada, a senhora acha tatu morto, gambá, tudo isto! Milhares e milhares de animais mortos nessa estrada, e continua morrendo.

[...]

Joana – Nossa, isso aí matou muitos animais. Isso aqui tinha muito. Isso aqui no morro sustentava esse passado de caças. Gambá, tatu, macaco. Bugio, quati. Isso você via eles gritando aqui no costão do morro e hoje a gente não vê mais.<sup>518</sup>

A perda de terras seguiu e aprofundou-se a partir dos anos cinquenta, novamente por meio de tentativas de medições governamentais e do cercamento de áreas com arame farpado. A revalorização econômica da região (ver ponto 1.5.3), conseqüente à aber-

---

<sup>516</sup> Não deixa de ser interessante observar que o processo de concentração territorial aprofundou-se entre as décadas de 50 a 80 na região de Osório, acompanhando uma tendência da própria região litorânea e do Estado: em 1950, eram pouco mais de 22% da área total de estabelecimentos entre 1ha e 50ha, enquanto alcançou 34,47% os que detinham áreas entre 1000ha e 10000ha; em 1985, englobando as áreas emancipadas de Palmares do Sul, as áreas até 50ha mantinham 21% do total, enquanto as áreas acima de 1000ha somavam 35%. Embora o quadro aparentemente mantém-se inalterado, é importante notar que a área de cultivo total cresceu de 160401ha para 182818ha. *Censo Agrícola do RS – 1950 e FEE*, 1981.

<sup>517</sup> Entrevista com dona Ângela Reginalda de Souza, Maria Rosa Rodrigues e o Sr. Sebastião Souza Rosa, nas Barranceiras no dia 19/10/2001, realizada por Mariana Fernandes, Cíntia Müller e Rodrigo Weimer.

<sup>518</sup> Entrevista com Joana Gomes de Carvalho em Aguapés no dia 15/4/2002, realizada por Miriam Chagas, Rodrigo Weimer e Mariana Fernandes. Da mesma forma, dona Adiles dos Santos aponta que vários arriões secaram ou foram desviados, inclusive o braço morto do Maquiné fora obra das máquinas. Entrevista com dona Adile Jesus dos Santos e Nelson Santos Silva em Osório no dia 29/10/2001, realizada por Marcelo Vianna e Cíntia Müller.

tura da estrada, estimulou a ganância e a fome por terras da parte dos expropriadores da comunidade. Foram inúmeros os relatos a respeito, dados tanto por aqueles que se sentiram prejudicados por este processo, sejam por aqueles que não manifestaram considerar-se lesados pelo processo em questão.

As famílias Goldani, Bassani, Medeiros, Milcharek, Reis, Mazon, Miguel Ventura foram referidos nas entrevistas como invasores.<sup>519</sup> A desarticulação do modo de vida segundo o qual a comunidade vivia até então – fontes de água, utilização de caminhos que atravessavam terras que anteriormente eram de livre trânsito, apropriação individual de áreas até então trabalhadas coletivamente (particularmente no Borba, ver ponto 1.1), possibilidade cada vez menor de caçar animais – acarretou em sérias dificuldades econômicas para diversas famílias, abatendo-se a fome sobre a região.

Com a sua sobrevivência em jogo, alguns acabaram por vender seus terrenos para poder alimentar-se, ou mesmo se endividaram em troca de alimentos e por fim foram obrigados a ceder áreas onde sempre viveram. O chocante relato de Salvador Boaventura Teófilo dá conta de que as pessoas trocaram terras por “pão com lingüiça”, estipulando, inclusive, o preço pelo qual estas transações eram realizadas: um quilo de lingüiça e três pãezinhos valiam uma braça de terras.<sup>520</sup> Por esta razão, de seus familiares, apenas ele e o primo Nelson conseguiram permanecer no Ribeirão.

Aproveitando-se, pois, das dificuldades que as famílias afro-descendentes sofreram para a sua sobrevivência neste momento, diversos intrusos realizaram a aquisição de lotes. Contudo, valendo-se do fato de que grande parte deles estivessem ocultos pelo mato, as cercas iam avançando por meio do famigerado recurso ao arame farpado.<sup>521</sup> Vendas de

---

<sup>519</sup> O caso de Goldani, já apresentado anteriormente, será desenvolvido no ponto 1.6.2, referente aos processos judiciais nos quais a comunidade se envolveu. Os exemplos dos Milcharek e dos Medeiros também não serão tratados aqui, dado que receberam uma análise específica no estudo das contendas legais no ponto 1.6.4. No que se refere a Mazon, basta destacar que ele comprou parcela significativa dos terrenos de Romário Marques Machado quando ele inventariou seus bens, adquirindo, junto à terra, o antagonismo da comunidade e particularmente com aqueles que haviam permanecido na terra por meio de recibos emitidos por Machado. Aconteceu uma sobreposição de propriedades, tendo Mazon os títulos legais e as famílias negras recibos espúrios emitidos, de má-fé, por Machado. Finalmente, no que tange a Miguel Ventura, ver no ponto 1.6 o trecho referente à família dos “Maria”.

<sup>520</sup> Entrevista com Salvador Boaventura Teófilo em Ribeirão no dia 3/12/2001, realizada por Alessandro Gomes e Rodrigo Weimer. O Sr. Salvador completou ainda, questionando o que nós achávamos que aconteceu com quem tinha dez braças e precisou de dez quilos de lingüiça e trinta pães...

<sup>521</sup> Temos, além do caso de Goldani e de Medeiros, que explicar-se-á quando do estudo dos processos legais, a atuação de Bassani. Felisberta e seu marido, Manuel Inácio, eram proprietários de terreno no Espraiado. Diva Inácia Marques relatou que após o casamento dos filhos e quando ficou idoso, seu pai (que assumiu a liderança da família por ter Manuel Inácio falecido muito jovem) vendeu as terras que possuíam, por falta de condições de cultivá-las. Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silveira, Diva Inácia Marques e Celso Rodrigues Terra em Osório no dia 28/11/2001, realizada por Rodrigo Weimer. Este relato está em aparente contradição com o de sua prima, Ercília Marques da Rosa, que afirmou que “então ele foi tomando, foi tomando e tomou mesmo, ficaram de dono [...] Por exemplo, o negro não tinha... Até que eles venderam, dizem, né”. Entrevista com Ercília Marques da Rosa e Wilson Marques da Rosa na Prainha no dia 26/8/2001, realizada por Cíntia Müller, Mariana Fernandes, Alessandro Gomes e Cíntia Rizzi. Em reunião da comunidade, Diva e Ercília esclareceram o ocorrido, asseverando que os fundos do terreno foram vendidos, enquanto a parte frontal do mesmo foi invadida. Depoimentos de Diva Inácia Marques e Ercília Marques da Rosa em reunião da comunidade, realizada em 23/1/2002 no clube Ribeirão. Como veremos em seguida, as vendas não necessariamente eram contraditórias com os terrenos “tapados”.

terras, cessões de direitos hereditários e fechamento de terrenos com fins de apropriação ilegal não eram, pois, recursos contraditórios, sendo um legítimo e outro não: no caso estudado, e eram meramente as duas faces de uma mesma moeda – a expropriação de famílias afro-descendentes por parte de pessoas que se prevaleceram da histórica exclusão dos negros no Brasil e da fragilidade da posse de famílias descendentes de escravos.

A compra dos terrenos não só alimentou a perda de terras por meio de fechamento: em alguns casos, ela simplesmente foi a formalização da propriedade sobre áreas já invadidas por meio do recurso de “tapar”. A complexa interação entre ambos fatores pode ser demonstrada no relato de dona Adiles, quando explicou como foi extorquida por Ari Reis, que exigiu a venda de suas terras para “destapá-las”:

É, porque o seu Ari tapou a minha parte que era do lado de baixo, e depois pra destapá eu vendi e ficou a parte de cima lá.<sup>522</sup>

Também o relato da senhora Benta Reginalda da Silva esclarece que muitas vezes a compra de terras era obtida por meio de mecanismos coercitivos. Relatou esta informante que sua mãe foi pressionada por Arlindo Goldani para que vendesse as terras de sua família no Ramalhete.<sup>523</sup>

A comunidade, contudo, não aceitou passivamente a exploração por ela sofrida. Na contramão da histórica exclusão e da perpetuação de relações hierárquicas entre brancos e negros no Brasil, as famílias remanescentes lutaram das formas possíveis: por meio da mobilização do “tempo da Reforma Agrária”, por meio de disputas judiciais, no embate político que se seguiu à redemocratização brasileira, ou ainda, no esforço recente pelo reconhecimento como comunidade remanescente de quilombos (ver pontos 1.6 e 2.1). Por hora, basta ressaltar a figura de Maria Biluca, que a um só tempo representa a resistência cultural e resistência aos processos de expropriação. Além de manter a “língua africana”, ela tinha o hábito de cortar os arames que colocavam em suas terras.<sup>524</sup>

Outra forma pela qual a comunidade foi prejudicada pela construção da estrada federal está na “medição”, referida por variados informantes.<sup>525</sup> Nos relatos a respeito, invariavelmente aparece o nome de João Osório Marques, engenheiro agrimensor que a teria realizado. Após vasculhar, sem sucesso, arquivos em busca do seu registro, descobriu por meio de moradores da localidade que a medição nunca foi concluída, em

---

<sup>522</sup> Entrevista com dona Adile Jesus dos Santos e Nelson Santos Silva em Osório, no dia 29/10/2001, realizada por Marcelo Vianna e Cíntia Müller.

<sup>523</sup> Depoimento de Benta Reginalda da Silva para Miriam Chagas e Cíntia Müller no dia 16/3/2002, antes de uma reunião no clube Ribeirão.

<sup>524</sup> Entrevista com dona Maria Arlene Duarte na Prainha em 23/9/2001, realizada por Cíntia Müller e Mariana Fernandes.

<sup>525</sup> De acordo com Sebastião Souza Rosa, na época da “primeira medição” – que acreditamos ser a referida por sua prima, dona Maria Rosa Rodrigues – ele não era nascido, quando veio a segunda, ele era “um guri”. Durante a década de 1950, a totalidade do município de Osório teve seus lotes rurais delimitados, estando depositada esta fonte na seção de Terras e Colonização, em Torres. Percebe-se ser a construção da estrada a finalidade destes mapas, já que neles estão registrados o traçado da estrada antiga e o da BR-59. No entanto, não existem as mesmas cartas para a região de Morro Alto.

virtude da “grande quantidade de papéis”. A confusa situação fundiária da região desde fins do século XIX novamente impedira uma delimitação legal de lotes.

Se a tentativa de medir Morro Alto com fins da construção da estrada<sup>526</sup> não se concretizou em termos oficiais, todavia ela adquiriu um sentido real – de perda de terras – para a comunidade. Os entrevistados que a ela remeteram invariavelmente associaram medição e perda de terras. De fato, em um processo judicial das décadas de 1960 e 70 um agrimensor constatou que os moradores da região utilizaram como limites entre as propriedades os marcos colocados pelo DNER para fins da construção da estrada.<sup>527</sup>

Ainda que a medição tenha se mantido inconclusa perante o poder de Estado, aos olhos dos moradores da comunidade os marcos instalados por um representante do poder legal tiveram um significado prático: mais expropriação, dado que estas balizas formalizaram a presença de invasores ali instalados antes da sua realização – a família Goldani, por exemplo. Ao menos em parte, João Osório Marques – descendente dos senhores de escravos da região – cumpriu aquele que, segundo o relato de Ildo Forte, seria o seu objetivo:

E esse João Osório, que hoje já é falecido, o agrimensor, e ele avisou, não, comentou, que um primo meu assistiu, na fazenda de um irmão que esse Valter tinha, o falecido Valdo, que ele vinha aqui e tirava como ele queria: “Eu vou lá naquela negrada lá e tiro lá do jeito que eu quero do terreno”. Então ele chegou aqui e foi o que ele fez: “então vamo tirá aqui, vamo tirá ali, tá”.

Interpretação diversa acerca da “medição” foi dada por Manuel Francisco Antônio, que acredita que João Osório Marques tinha a intenção de finalmente doar as terras de direito dos negros, por pertencer à família de Rosa Osório Marques. Por este mesmo motivo, os poderosos locais – Romário Machado, Miguel Ventura e os Ribeiro – “protestaram” e impediram a conclusão da mesma.<sup>528</sup> Aparentemente oposta à versão de Ildo, percebe-se, contudo, um imaginário comum acerca da “medição”: ela representou perda de terras/não-entrega de terras para a comunidade, para além das diversas explicações apresentadas para tal e das possíveis motivações do agrimensor responsável.

Por fim, a estrada rompe com concepções espaciais e temporais antigas, remontando aos tempos da escravidão. O campesinato negro de Morro Alto passa a conviver, com os seus carros de bois, suas festas, suas procissões, enfim, operando seu *modus vivendi* pelas margens da estrada moderna, diante dos veículos em alta velocidade, onde as concep-

---

<sup>526</sup> Acredita-se estar esta medição vinculada à construção da estrada, já que desta os informantes de idade em torno de 75-80 anos lembram-se, remetendo-a à sua juventude. Manuel Francisco Antônio, por exemplo, nasceu em 1920, e acredita que tinha em torno de 20 anos quando ela ocorreu. Como vimos, a década de 1940 assistiu à criação do DAER e dos primeiros esforços para expandir a estrada existente rumo a Torres.

<sup>527</sup> Processo 175/66, 1966. Processo de usucapião movido por José Agostinelli S/A – Comércio, Agricultura e Pecuária. Fórum de Osório, 1ª Vara Civil e Criminal. p. 129-131. Também no trabalho de campo isso se evidenciou, com diversos informantes se oferecendo para mostrar aos pesquisadores estes marcos divisórios de suas terras.

<sup>528</sup> Depoimento dado por Manuel Francisco Antônio no itinerário entre Ribeirão e Osório no dia 25/5/2002, no retorno de uma reunião comunitária.



ções de tempo e espaço da sociedade em expansão vão se sobrepondo sobre a lógica da comunidade. Um exemplo disto é que as trilhas escravas são lentamente abandonadas em prol do traçado sinuoso da nova rodovia e as referências sobre as estradas e picadas velhas vão sendo esquecidas pelas gerações que se seguem e pelas cercas que as cegam.

Além disso, como enfatizado anteriormente, a percepção da espacialidade dos terrenos comuns à comunidade e também presente na documentação histórica situa a frente dos terrenos nas lagoas e rios – divisas por água – e os fundos na divisa de águas do morro. Esta territorialidade foi brutalmente interrompida pela estrada, e, em muitos casos, veio junto com a perda de parcela significativa dos terrenos dos remanescentes.

Podemos auferir assim que a interferência da estrada BR-101 promoveu impactos sobre a comunidade. O maior exemplo sem dúvida foi a destruição das ruínas da “Casa Velha” do “Manduca Marques”, localizada na região do Ribeirão. Pertencente a Manuel Antônio Marques até fins do século XIX, no momento da construção da BR-101 ela simboliza a intervenção modernizadora sobre a comunidade – o aniquilamento da casa-grande e da senzala de um dos últimos grandes proprietários escravistas de Morro Alto, nos idos de 1950, com a remoção das pedras que a constituíam para a base da estrada e foi a imposição deste progresso, desta integração, que possibilitou a destruição de um referencial material da memória comunitária.

Materialmente, eliminou-se uma *prova* na qual os descendentes apontam como local da casa, atualmente um desnível coberto de mato, e que tratores da empreiteira, na época da construção da BR-101, arruinaram, impossibilitando uma recuperação arqueológica deste local. No campo simbólico, a garantia de transmissão da memória perdeu um importante referencial material, que completava e reativava o ato do lembrar, importante para alcançar as representações sociais e culturais da comunidade. Ainda assim, em diversas visitas ao local das ruínas, muitos dos remanescentes descreviam a casa e percorriam, imaginariamente, seus cômodos, embranhando-se no mato atual. Porém, as gerações futuras perdem por não acompanhar o que só pode ser visualizado agora na memória dos que sabiam das ruínas da casa.

Por outro lado, embora a interferência modernizadora da estrada na comunidade, não podemos descaracterizar o poder da mesma em adaptar-se e utilizar-se desses elementos para manutenção de seu espaço vital e de sua própria concepção de mundo. Sem dúvida, a estrada – trazendo inúmeros elementos novos – conseguiu fazer com que a comunidade fortalecesse o seu próprio reconhecimento como tal e a partir de daí, demandar seu reconhecimento pelo restante da sociedade, fortalecendo sua identidade étnica.<sup>529</sup> Não é à-toa que o Sr. Sebastião, ao relembrar as diversas histórias da comunidade, declara: “Abri toda essa estrada aí, de ponta a ponta, que foi onde eu aprendi mais coisa ainda”.<sup>530</sup> Sem dúvida, a modernidade da estrada acelerou a troca de experiência entre a comunidade, resguardando suas memórias na figura do Sr. Sebastião.

Esta adaptação certamente foi muito sofrida, já que a comunidade precisou abrir mão de alguns aspectos do seu modo de vida e, por outro lado, assumir parcialmente padrões

<sup>529</sup> Barth in Poutignat; Streiff-Fenart, 1998.

<sup>530</sup> Entrevista com dona Ângela Reginalda de Souza, Maria Rosa Rodrigues e o Sr. Sebastião Souza Rosa, nas Barranceiras no dia 19/10/2001, realizada por Mariana Fernandes, Cíntia Müller e Rodrigo Weimer.

individuais de apropriação de recursos, tal como a sociedade capitalista envolvente exigiu para que pudessem sobreviver. Permeada por esta adaptação e pela pressão sobre suas terras, estiveram algumas desavenças inter e intra-ramos familiares, sem que, entretanto, estas dolorosas fissuras nas relações de solidariedade comunitária sejam definitivas ou plenas: as mesmas devem ser creditadas a um processo socioeconômico do qual a comunidade foi vítima, e não à personalidade ou vontades dos sujeitos envolvidos. Ao longo do atual processo de mobilização, evidencia-se que algumas destas fissuras e desavenças estão se apaziguando, dando a perceber que os laços comunitários, a luta comum e uma mesma tradição cultural e percepção de mundo são muito mais fortes que eventuais conflitos internos.

Essa adaptação forçada significava, principalmente, resistência da comunidade diante da valorização das terras por meio da estrada e do processo de expropriação da mesma por grupos hegemônicos. As casas cada vez mais passaram a estar voltadas para a margem da estrada (descer do morro), ao invés do isolamento e controle dos morros no alto. Como exército de mão-de-obra, muitos membros da comunidade atiraram-se na oportunidade de trabalho na construção da estrada, o que pode ser atestado por diversos depoimentos como de Nelson dos Santos e Manuel Francisco Antônio, participando como trabalhadores braçais, fiscais, quebradores de pedra, operadores de máquina.

Ainda encontra-se viva na comunidade a memória de acidentes nas balsas, de caminhões que caíam nos rios na beira do rio Maquiné. Os balseiros, na região de Maquiné, eram negros descendentes de escravos de Morro Alto, e as balsas era “puxadas no braço”. Persiste uma antiga balsa na região que funciona ligando a localidade chamada “Cantagalo” ao Faxinal do Morro Alto.

Além disto, iniciou-se a atividade extrativista mineral, ou seja, a exploração das pedreiras, ligadas à construção da estrada (o que destacaremos em ponto posterior). A consolidação da propriedade privada individual, em determinados casos, em detrimento da antiga organização da comunidade, também foi uma forma de garantir a manutenção da terra, visto estarem desprovidos de elementos jurídicos contra o avanço modernizador da estrada, a valorização das terras e da interferência dos grupos estranhos aos remanescentes. A partir daí, era necessário garantir o seu espaço ou perdê-lo definitivamente, através do aparato jurídico disponível pelas mãos dos advogados da região na defesa de seu interesse: avolumaram-se os processos de usucapião e de reintegração de posse entre os membros da comunidade e os estranhos a ela. Pessoas, que se identificavam como “advogados”, apresentavam-se para oferecer seus serviços na regularização das terras. Valiam-se das procurações que os antigos firmavam, sendo iletrados, para apropriar-se delas.

Ainda assim, a individualização dos terrenos se deu muito mais nos seus aspectos jurídicos, no que diz respeito à legalização das terras como propriedade privada capitalista – e nisso entram os processos de usucapião – do que propriamente nos usos práticos da terra. Os terrenos seguem sendo ocupados em termos de parentelas extensas, lideradas por “chefes de domínio” que fazem representar-se politicamente nas reuniões comunitárias (a respeito do conceito de “chefes de domínio”<sup>531</sup>) e em cujos nomes são realizados os registros “individuais” das terras.

As décadas de 70 e 80 foram de adequação à estrada – o crescimento do trânsito rodoviário, sobretudo nos períodos de veraneio, permitiu o desenvolvimento de um comércio a beira da estrada, formado por postos de abastecimento, artesanatos e borra-charias. Muitos membros da comunidade passaram a depender economicamente da rodovia, como donos ou empregados desses negócios.

A presença da estrada, ao romper com as formas tradicionais de ocupação (como agricultura), levava-os também para as cidades mais próximas ou para o litoral, onde se criava uma alternativa de trabalho – um complemento de renda para alguns, garantia de sobrevivência para outros – graças ao movimento transumântico do veraneio rio-grandense.<sup>532</sup>

Mesmo com a retração da economia nacional, a partir dos conhecidos choques do Petróleo, operados pelo cartel da OPEP, nos anos de 1973 e 1979, o programa Pró-Álcool – operado pelo governo Geisel para alternativa energética – possibilitou a garantia das plantações de cana de açúcar nas margens da rodovia – uma renda extra aos moradores de Morro Alto, embora não se possa comparar com outras regiões de Osório, como a Borrússia, na qual a AGASA dedicava especial atenção e garantia acompanhamento técnico no plantio e de compra das colheitas.<sup>533</sup> Por outro lado, planos governamentais, como o Plano Integrado para o Desenvolvimento do Litoral Norte do RS, na prática em nada colaboraram com a região de Morro Alto, tornando-a marginal nas políticas que viriam a beneficiar, por exemplo, a sede do distrito de Maquiné, contribuindo para torná-la pólo hortigranjeiro do Estado a partir da década de 80 e obter sua emancipação em 1991.<sup>534</sup>

Em fins da década de 1980, um novo impacto ocorre sobre a comunidade – a abertura da Estrada do Mar, uma rodovia com traçados modernos – tornou-se uma rota alternativa para o trânsito litorâneo. A inauguração da estrada em 1991 levou boa parte do fluxo rodoviário para aquela rota, levando os artesanatos ao colapso rapidamente. Apenas o trânsito pesado garantia lucratividade para alguns negócios ligados ao mesmo (redes de apoio), quase todos dominados por antigos grupos hegemônicos já estabelecidos. Manter o trânsito de ônibus de linhas pela rodovia federal, por exemplo, é manter a infra-estrutura de apoio desta rota, impedindo sua decadência definitiva.<sup>535</sup>

A última transformação que vem passando a rodovia federal BR-101 e que é uma das motivações da emergência da atual mobilização da comunidade pelo reconhecimento como comunidade remanescente de quilombos, vem da perspectiva de duplicação da estrada.

---

<sup>532</sup> Fenômeno ainda pouco estudado, as relações deste movimento com o chamado Milagre Brasileiro (1968-73) não podem ser ignoradas, visto uma classe média deslumbrada com o avanço econômico, com salários em alta e combustível barato podiam incentivar, durante suas férias, o crescimento econômico na região litorânea, fomentando definitivamente o *boom* da especulação imobiliária e da perspectiva de trabalhos.

<sup>533</sup> Sinal disto foi o colapso da AGASA em meados da década de 80, arrasando economicamente a região da Borrússia (Osório). A área de Morro Alto também sofreu o baque, mas ainda mantinha uma pequena diversidade produtiva na época. Informações prestadas pela EMATER/Osório em dezembro de 2001 e relatos da comunidade de Morro Alto.

<sup>534</sup> Informações prestadas pela EMATER/Osório em dezembro de 2001.

<sup>535</sup> *Zero Hora*, 24/10/1990, p. 33.

A partir de meados da década de 90, o governo federal, no contexto de integração com os países do Mercosul e modernização da malha rodoviária brasileira, obteve recursos (empréstimos via BID, Eximbank...) para a duplicação da BR-101, compondo-se, com outras obras, no chamado “Corredor do Mercosul”.<sup>536</sup> Dividida em trechos para licitação, a parte referente ao Rio Grande do Sul está composta no trecho Osório – Palhoça (SC), perfazendo 400 km.

O edital para este trecho foi lançado em 23/07/1997, contando com o forte comprometimento de Eliseu Padilha, ministro dos Transportes na época e político com base eleitoral no litoral norte do Estado, assegurando recursos (investimentos de US\$ 870.000.000,00)<sup>537</sup> e execução no 1º semestre de 1998.<sup>538</sup> Com a garantia de que nenhuma cidade seria cortada pela estrada e sim, transposta por pontes e viadutos, o trecho rio-grandense foi dividido em 4 partes;<sup>539</sup> logo foram assinados os contratos – a partir da concorrência – com as empresas vencedoras. Neste momento, o prazo já estava dilatado em 2 anos para execução das obras, sendo que as empresas tinham 10 meses para elaboração do projeto de engenharia.<sup>540</sup>

A importância da duplicação atendia tanto interesses estratégicos nacionais como locais: a BR-101 passava a ser denominada Rodovia do Mercosul, visto possibilitar melhor escoamento da produção para os portos de Itajaí (SC), Paranaguá (PR) e Santos (SP), assim como com as rodovias BR-116 e BR-290, interligando-se eficazmente com as nações do Mercosul. A montadora General Motors, em implantação no Estado, declarava ser primordial a duplicação da rodovia para a perfeita implantação da planta industrial em Gravataí. Para empresários do litoral norte, a duplicação novamente abriria a perspectiva de melhora dos indicadores econômicos, com fomento do turismo na região. Enfim, para diversas comunidades, a duplicação da estrada atendia demandas em torno da segurança e desenvolvimento na região, adotando inclusive em algumas partes, um novo traçado.

As mais recentes transformações datam daí, quando duplicou-se o primeiro trecho em Osório (perímetro urbano), e obras de recuperação asfáltica ocorreram ao longo do trecho rio-grandense. Porém, o cronograma de obras mantiveram-se em atraso<sup>541</sup> –

<sup>536</sup> *Correio do Povo*, 16/06/1997.

<sup>537</sup> Sendo que US\$ 644 milhões virá do banco japonês Eximbank (*Correio do Povo*, 24/07/1997). Contabilizando o trecho entre Osório até São Paulo, seriam US\$ 3,5 bi em modernização da BR-101.

<sup>538</sup> O lançamento do edital ocorreu em Osório, no quilômetro 99, onde concomitante com a presença do governador Antônio Britto, ocorreu um protesto de professores do Estado em greve. Em 03/08/1997, Eliseu Padilha lançou a autorização da recuperação da estrada em uma cerimônia no Morro Alto, visando a recuperação para o próximo veraneio.

<sup>539</sup> Os lotes foram divididos por percurso. O primeiro vai do quilômetro 1 ao 25. O segundo, do 25 ao 52. O terceiro, do quilômetro 52 ao 77 e o último, do 77 ao 99. (*Correio do Povo*, 16/08/1997). Referente a Morro Alto, duas empresas ficaram com os trechos da estrada (visto o quilômetro 77 ser a intersecção com a RS-407, o centro de Morro Alto) Ecoplan Engenharia e Enecon S. A. (*Correio do Povo*, 04/02/1998).

<sup>540</sup> Entretanto, em algum momento, as empresas não assumiram a duplicação. Em abril de 1998, informou o engenheiro João Manuel Silveira, representante do DNER, que haveria contratação de uma empresa para a duplicação do trecho Osório-Torres (*Correio do Povo*, 03/04/1998). Em junho de 1998, no contexto da corrida presidencial, Fernando Henrique Cardoso autorizava a duplicação, em cerimônia em Osório (*Correio do Povo*, 26/06/1998 e 27/06/1998) a Camargo Correa S.A. iniciar a obra.

<sup>541</sup> O BID, através do economista Charles Wright, externou sua preocupação através de uma auditoria sobre os atrasos das obras viárias no Brasil (*Correio do Povo*, 11/05/2001).

os cortes orçamentários, a resistência de comunidades locais (como a de Morro Alto) com as modificações, os impactos ambientais aliados aos conflitos em terras indígenas (nos trechos de Santa Catarina) e alterações político-administrativas (a demissão do ministro Eliseu Padilha e seu envolvimento no escândalo que levou a extinção do DNER e transição ao DNIT), atualmente mantém em compasso de espera a obra de execução da duplicação do trecho rio-grandense, assim como as demais em todo o país.

Para a região de Morro Alto, as implicações da duplicação são críticas. A apresentação aos técnicos do DNER em 27/03/2002 ressaltou os seguintes pontos do impacto global sobre a comunidade:

- Globalmente, a comunidade, que já foi prejudicada pela construção da estrada na década de 1950, poderá ficar isolada do eixo de circulação econômica em uma espécie de *braço morto* da antiga BR-101.

- Dificuldades para escoamento da produção agrícola e preocupação de que esta possa ser prejudicada em função de alteração nas fontes de água e no solo decorrentes de mudança geomorfológica.

- O desemprego, fenômeno que há tempos ocorre na comunidade, poderá ser ampliado pela ameaça de paralisação das atividades das pedreiras. O impacto das explosões na atividade extrativista pode afetar a construção e futuro trânsito pelo túnel, por isso existe o risco de que os poderes públicos possam vir a extinguir essa atividade.

- Comprometimento de realização de atividades que dependem do trânsito pela estrada (pequenos estabelecimentos comerciais). Pode se agravar o fenômeno ocorrido em fins da década de 80 com o desvio do grande fluxo rodoviário pela Estrada do Mar.

- Preocupação quanto à preservação do patrimônio cultural da comunidade expresso nos cemitérios de Aguapés e da Costa. Os cemitérios encontram-se nas regiões periféricas da comunidade, como marcos delimitares da extensão da mesma. O perigo reside sobretudo no cemitério de Aguapés, onde encontra-se sepultado Merêncio Jacinto Marques (1841?-1941), um dos herdeiros do legado de Rosa Osório Marques, já que uma rótula de acesso pode vir a ser construída na área do cemitério.

Enfim, não deixa de ser irônico que o corte de 11 km atinja e isole a comunidade de Morro Alto, mas se faça justamente em um dos antigos caminhos dos escravos da região da mesma comunidade. É a prova do tipo de interferência que surgiu com o avanço modernizador da sociedade brasileira: descaracteriza-se a comunidade em todos os sentidos, cindindo suas terras, sem indenizações e trazendo elementos estranhos a ela, implicando em transformações no padrão de ocupação, nas relações sociais e nas representações simbólicas.

A comunidade de Morro Alto resistiu como tal e adaptou-se às circunstâncias. Agora, novamente em nome de uma política nacional de modernização e integração, de rompimento das características locais em prol da globalização, vai se retirar o que se tornou invariavelmente a única opção de comunicação e manutenção da comunidade – que, contudo, mais uma vez encontra-se pronta a resistir às perdas. No dia 25/6/2002 a comunidade fez-se presente no lançamento do edital de duplicação da BR-101, apresentando suas reivindicações e a necessidade do seu reconhecimento como remanescentes de quilombos e de indenização e políticas compensatórias (ver foto em anexo).

### 1.5.3. As pedreiras

“Essa pedra de toda essa faixa aí é de lá da pedreira dela.”<sup>542</sup>

A exploração das pedreiras que circundam a região do Morro Alto foi uma das alternativas da comunidade tomadas diante da exposição da rodovia. Alguns membros da comunidade acreditaram que poderiam – a partir da produção em pequena escala – obter um recurso econômico garantido, explorando o morro e auxiliando a estabelecer seu domínio na área ocupada, buscando tirar bom proveito da interferência da estrada em benefício próprio e da comunidade.

Conforme será exposto no item 3.2.2, as pedreiras ainda são um resultado da opção de membros da comunidade como alternativa ao cultivo, já que a agricultura se operacionalizava em áreas de baixa produtividade. Isto não significou um abandono das antigas práticas produtivas, mas levou ao primeiro plano as atividades mineradoras, onde muitos empregaram-se.

A exploração começou no início de 1950, concomitante às obras da estrada federal. Antônio Gonçalves dos Santos, filho de Olina Eufrásia e primeiro marido de Aurora Inácia Marques da Silveira, fez a difícil operação de abertura – desbastou a cobertura vegetal e a golpes de malho, fez as primeiras retiradas de pedras basálticas – a fim de servir de estrato para a futura rodovia (que ainda não era pavimentada). Esta operação realizou-se nas terras herdadas de Rosa Osório Marques. Conforme destacou Sebastião Souza Rosa, desde aquela época Goldani tinha intenções de apropriar-se das pedreiras, contudo o Antônio o enfrentava e não permitia que ele tomasse conta, quadro que mudou com sua morte prematura.<sup>543</sup>

Algumas pedreiras seguem sendo exploradas por empresas como arrendatárias de membros da comunidade, como o Sr. Manuel Francisco Antônio e Guilherme Francisco Antônio. Estes tornaram-se os principais beneficiários da atividade na comunidade, estando intimamente ligados aos destinos das pedreiras da região. Em alguns contratos, por motivos desconhecidos para a equipe, figura o nome de Ari Bernardes, advogado residente em Porto Alegre que defendeu Manuel e Guilherme em processos judiciais dos anos 1970, como co-proprietário das pedreiras.<sup>544</sup>

---

<sup>542</sup> Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silveira, Diva Inácia Marques e Celso Rodrigues Terra em Osório no dia 28/11/2001, realizada por Rodrigo Weimer. Depoimento de Diva referindo-se à sua irmã Aurora.

<sup>543</sup> Entrevista com Sebastião Souza Rosa e Manuel Francisco Antônio em Agupés no dia 27/10/2001, realizada por Cíntia Müller, Miriam Chagas e Rodrigo Weimer.

<sup>544</sup> De acordo com Antônio Francisco Antônio, Ari Bernardes descende do senhor Pascoal Osório Marques. Entrevista com Antônio Francisco Antônio em Osório, no dia 22/2/2002, realizada por Miriam Chagas, Mariana Fernandes e Cíntia Müller. Manuel e Guilherme foram e são importantíssimos para a ruptura da comunidade com um modelo de postura subalterna perante os brancos – no sentido de serem muito mais incisivos na defesa de seus direitos. A relação clientelística em relação a descendentes de ex-senhores, porém, mesmo no caso de alguns dos mais engajados integrantes da comunidade, demonstra que esta ruptura ainda se encontra em curso.

De fato, a abertura de pedreiras na área dos morros, próximos a uma estrada recém- construída significava a possibilidade de escoar seus produtos para mercados mais distantes. A estrada federal (e posteriormente a RS-407) necessitaram, por um bom tempo, dos recursos das pedreiras, mas os horizontes ampliavam-se para o mercado litorâneo. Este, em crescimento com os loteamentos e especulação imobiliária, necessitadas de infra-estrutura para suportar o fluxo de veranistas, certamente angaria recursos para essas atividades mineradoras.

Naturalmente, buscando uma extração em maior escala, ingressariam empresas mineradoras na região. A primeira a arrendar, na área desbravada pelo Sr. Antônio, foi a construtora Sultepa. A empresa, envolvida na abertura da estrada federal, certamente carente de recursos minerais, voltou-se para a atividade. Com implementos mecânicos, podia atender melhor a demanda, enquanto a comunidade podia colher benefícios financeiros e manter exploração em outras partes de morros não arrendadas.

No entanto, isto não se concretizou. No início dos anos 60, dona Olina – na época, sucessora dos bens de seu filho Antônio – buscou indenização da Sultepa, por entender que a empresa não pagava o que lhe era de direito.<sup>545</sup> Alia-se a este fato o de que o DNER não indenizou ninguém pela estrada, por isso, a empresa podia entender-se também no direito de não pagar pelos recursos obtidos.

A partir daí ocorreu um caso grave de tentativa de expropriação: a entrada da empresa José Agostinelli S/A (JASA). José Agostinelli, advogado e procurador de dona Olina, utilizando-se de má-fé, ao representá-la na tentativa de obter indenização pela Sultepa, conseguiu obter uma certidão de concessão de direitos hereditários, na qual habilitava-o para o título do terreno. Rapidamente ingressou com um pedido de usucapião que, após longa contenda judicial, foi indeferido.

Não cabe aqui discutir o desenrolar do caso (que será apresentado no capítulo subsequente), mas observar que o ingresso da empresa JASA na área visou abraçar as áreas de pedreiras ocupadas pela comunidade. Outros processos desenrolaram-se a partir daí.

As pedreiras abertas na década de 50 por Antônio Gonçalves dos Santos localizavam-se em uma área que era coabitada por Ermínio Goldani, este na condição de arrendatário e, posteriormente, proprietário (1962). Ainda na década de 50, faleceria o Sr. Antônio Gonçalves dos Santos, e a legitimidade da exploração da pedreira ficou dúvida entre Ermínio Goldani e os parentes do falecido, sendo que Goldani alegou um suposto abandono da pedreira pela comunidade a fim de iniciar sua a exploração.

Para a comunidade, o que houve foi uma usurpação, já que a pedreira continuava a ser explorada por Iraci (filha de Olina) e seu marido, João Júlio. Além de morarem acima da pedreira, o que no mínimo era coerente com a posse da mesma, operavam uma exploração de baixa produtividade, visto os remanescentes não estarem dotados de equipamentos e maquinários pesados, que impedia uma exploração de larga escala e com maior variedade de produtos finais (britas, cascalhos, pedras para

---

<sup>545</sup> Os bens de Antônio nunca foram partilhados, de modo que a exploração da pedreira continuou sendo realizada por sua mãe e sua irmã, mas não por sua viúva. Indenização de Cr\$ 2.000.000,00 pela exploração do local.

calçamento). Em meio a esta indefinição, certamente empresas mineradoras aproveitavam-se para contratos vantajosos.

Em meio à contenda judicial que envolveu a JASA entre os anos 60 e 70, Goldani fechou um acordo com esta empresa (1970), no qual delimitavam suas divisas, de modo a poder manter parte da pedreira sob seu controle. Derrotada judicialmente a JASA pela comunidade, Goldani não aceitou o que considerou invasão dos remanescentes na área da pedreira, e vitorioso na ação de reintegração de posse, aproveitou para avançar ainda mais as divisas de modo a abarcar toda a pedreira em litígio.

O envolvimento da comunidade com a exploração mineral não pode ser negado e alterou profundamente a paisagem local, sendo o Morro Alto aberto ao meio, afetado ainda por explosões contínuas que impediram a permanência das residências acima das pedreiras e hoje produzem rachaduras graves nas residências. Há uma infinidade de relatos sobre os estrondos das explosões, que levavam os antigos a “ir ao mato” em busca de proteção.

Praticamente todos os trabalhadores trazem na memória alguma passagem pelas pedreiras, sendo que alguns carregam (porém não falam) deformidades próprias deste trabalho (mãos deformadas por marretadas acidentais, cicatrizes, dores pelo corpo). O Sr. Salvador perdeu um filho que trabalhava nesta atividade, atingido por uma pedra.

Foi e ainda é um trabalho brutal, que pode ser atestado por dona Irene, ex-esposa do Sr. Manuel Francisco Antônio, que lembra trabalhar lado a lado, de sol a sol, com os filhos, ainda tendo que cuidar dos roçados, deixando o filho recém-nascido em uma caixinha na sombra de uma árvore.<sup>546</sup>

A foto apresentada no anexo, à qual tivemos acesso por meio da senhora Luzia Maria de Jesus, é importantíssima por demonstrar o trabalho cotidiano da comunidade como mão-de-obra vinculada à pedreira naqueles anos. Outro exemplo deste trabalho foi o depoimento do Sr. José Francisco Antônio e sua irmã, dona Maria Francisca Terra:

Marcelo – O senhor quebrô pedra na pedrera...

José – Quantos anos vivi da pedra, essa aí também era da pedra...

Marcelo – Todo mundo trabalhou na pedrera?

José – A família toda...

[...]

Maria – Escondido do fiscal...

Marcelo – Por que é que não podia?

Maria – Porque era mulher...<sup>547</sup>

Assim, o trabalho com o malho e com a marreta nunca foi para a comunidade um privilégio masculino. Quanto mais braços na quebração de pedra, mais recursos para a família. Além daqueles que empregam mão-de-obra familiar na extração de basalto, outros tantos, em cuja propriedade inexistente a possibilidade de realização do ex-

<sup>546</sup> Entrevista com dona Irene de Jesus Borges em Morro Alto, no dia 18/1/2002, realizada por Mariana Fernandes, Rodrigo Weimer e Miriam Chagas.

<sup>547</sup> Entrevista com José Francisco Antônio e Maria Francisca Terra em Osório no dia 6/12/2001, realizada por Cíntia Müller, Mariana Fernandes e Marcelo Vianna.



trativismo mineral, empregam-se como assalariados nas pedreiras que – vale dizer – na sua maior parte, hoje em dia, não mais estão sob o controle das famílias negras. O trabalho brutalizante e a falta de perspectivas neste trabalho levam muitos – particularmente jovens – para o alcoolismo, motivo de queixa dos mais velhos.<sup>548</sup>

A situação das pedreiras evoluiu para um desenvolvimento econômico atrelado às expansões das estradas (Free Way) e da construção civil litorânea na década de 70. O município de Osório detinha duas áreas de exploração – Laranjeiras, com 2 pedreiras, e Morro Alto, com três.<sup>549</sup> Em Morro Alto, duas contavam com ocupação de 3 a 9 pessoas, apresentando baixa variedade produtiva, contando também com baixos lucros e capital, mais processos manuais. No geral, contabilizando as 17 pedreiras da região litorânea, em 1975, as pequenas pedreiras apresentavam ainda um número baixo de empregados permanentes, contrastando com os temporários e a mão-de-obra familiar.

Nestas características podemos identificar Manuel Francisco Antônio e seu irmão Guilherme como pequenos proprietários de pedreiras. Nas partes que exploravam diretamente, aplicavam mão-de-obra familiar e empregavam algum trabalhador temporário da comunidade. Mas em grande parte, arrendavam para empresas como Sultepa S/A (que resultou em três processos judiciais entre 1975 e 1976), Toniollo Busnello S/A e Britas Schuvartz Ltda, essa atualmente explorando o local. Também nessa categoria poderíamos citar a família dos Inácios e a família de Robélia Polinário e Pascoal José da Silva. No primeiro caso, a própria família é responsável pelo trabalho na pedreira, e no segundo, a pedreira é arrendada pelos Padilha, recebendo o dinheiro do arrendamento uma irmã dos informantes, residente em Osório. No entanto, parte significativa das pedreiras é explorada por brancos, que a elas tiveram acesso por meio da expropriação da comunidade de Morro Alto.

---

<sup>548</sup> Depoimento do Sr. Salvador em entrevista com Manuel Francisco Antônio, Ildo Forte, Nelson Santos Silva e Salvador Boaventura da Rosa, no Espriado, Ribeirão e Morro Alto no dia 6/10/2001, realizada por Marcelo Vianna, Miriam Chagas e Rodrigo Weimer.

<sup>549</sup> O município de Santo Antônio da Patrulha é o que possuía, dentre os da região litorânea, o maior número de pedreiras – 11.

### 1.5.4 Anexo fotográfico



*Foto 1.* Parte da “casa antiga do Ribeirão” se encontra sob o traçado da BR-101, e suas pedras foram utilizadas para a construção da estrada. Os impulsos modernizadores da década de 1950 não apresentaram o devido respeito ao patrimônio histórico e aos referenciais materiais da memória comunitária.



*Foto 2.* Júlio Elói da Rosa, em trabalho sazonal nos arrozais de Palmares. Foto gentilmente cedida por Ercília Marques da Rosa.



Foto 3. Trabalho de trilhagem do trigo na propriedade de Júlio Elói da Rosa, em 1957. Foto gentilmente cedida por Ercília Marques da Rosa.



Foto 4. Trabalhadores nas pedreiras na década de 1950, para a abertura da estrada federal. Eram empregados pela Sultepa. Os caminhões levavam as pedras da extração para o britador. Da esquerda para a direita: 1) Não-identificado; 2) Nelson Santos de Jesus; 3) Elmarinho Santos de Jesus; 4) Celeste Santos de Jesus; 5) José "do Demétrio"; 6) Antônio Maria; 7) Salvador ("Dodô"); 8) Oscar Maria; 9) Dilermândio. Informações prestadas pelo Sr. Nelson Santos de Jesus e pelo Sr. Antônio Francisco Antônio. Foto gentilmente cedida por Luzia Maria de Jesus.

## 1.6 LUTAS POLÍTICAS E JUDICIAIS: DA REFORMA AGRÁRIA À CONQUISTA DA SUBPREFEITURA DE MORRO ALTO

### 1.6.1. A experiência da reforma agrária

“Tinha muito nego no mato”<sup>550</sup>

A abertura da estrada federal na década de 50 acelerou as tendências expropriatórias sobre a comunidade de Morro Alto, colocando-a sob assalto de novos grupos invasores interessados na valorização das terras. Somou-se isto o contexto regional, no qual o processo de concentração territorial e de crise agrícola, entre os anos de 1956 a 1965, com baixo desempenho da triticultura e de diversas culturas leguminosas (batata, feijão), resultando no êxodo rural e inchamento dos centros urbanos. Além disto, para Eckert, “já na década de 50, começa a tornar-se aparente o esgotamento da fronteira agrícola do Estado, ou pelo menos, observava-se a menor disponibilidade relativa de terras.”<sup>551</sup>

Assim, havia um interesse – excluindo o setor pecuarista – de uma redistribuição de terras por parte de parcelas sociais que se incluem nas categoriais do cenário agrário – assalariados, posseiros, parceiros, arrendatários. Embora não caracterize-se o pleiteante claramente como o *sem-terra*, sem dúvida são um sem número de indivíduos do campo prejudicados por estes processos expropriativos, desde peões até o pequeno agricultor mecanizado sem terras.

No contexto de Morro Alto, podemos verificar que a desestruturação econômica inicial da comunidade graças à influência da estrada carregava de cores o objetivo de luta pela posse da terra. A impossibilidade de viver na terra e a presença dos italianos levaram alguns a venderem, outros a abandonarem a região – a família dos Maria, em Aguapés, tem uma trajetória de abandono, na qual resistem o filho de Antônio Maria e Joana Gomes de Carvalho (filha de Rosalina Maria).<sup>552</sup> João Maria, de que descendem, foi, como em tantos outros casos, vítima de processos de expropriação.

Seu neto, Antônio Carlos da Silva, também conhecido como Toninho, é irmão de dona Joana. Ele relatou em uma reunião da comunidade que o território tradicionalmente ocupado por seu avô foi perdido para Miguel Ventura.<sup>553</sup> Os terrenos de vargem localizados próximos ao Pontal, mais valiosos, foram tirados, já que seu avô foi “empurrado” para o morro. O informante lembra, ainda, que em todas as festas de aniversário de seu avô, que coincidiam com o dia de São João, o invasor enviava um boi para ser carneado. O Sr. Toninho interpreta hoje esta atitude de Ventura como uma

---

<sup>550</sup> Entrevista com Salvador Boaventura da Rosa, Manuel Francisco Antônio, Ildo Forte, e Nelson Santos Silva no Ribeirão, no dia 6/10/2001, realizada por Marcelo Vianna, Miriam Chagas e Rodrigo Weimer.

<sup>551</sup> Eckert, 1984, p. 50-51.

<sup>552</sup> A descendência de Manuel Maria reside no Ribeirão, já que este se casou com uma integrante da família Brás e adquiriu terras junto à parentela de sua esposa.

<sup>553</sup> Miguel Ventura era cunhado da família Marques, dado que era casado com uma integrante desta família lembrada por nossos informantes com o nome de “Dinga”. Entrevista com Luzia, Benta, Maria, Antonina e Ângela no dia 16/3/2002, no Clube Ribeirão, realizada por Cíntia Müller e Miriam Chagas.

espécie de pagamento pelos terrenos invadidos.<sup>554</sup> É possível que se tratasse da já relatada troca de terras por alimentos, ou ainda, de uma espécie de arrendamento, no qual, ao fim e ao cabo, Ventura acabou por adonar-se das terras.

Existiram casos de coexistência com o invasor, que permanece em alguns dos atuais ocupantes da área. Mas também houve a participação de certos membros no movimento sem-terra (MASTER), no qual guardam na memória a participação de episódios na área de Morro Alto. Importante observar que a participação revela uma estratégia de certos membros da comunidade, ao incorporar os mecanismos de luta articulados pela sociedade em conflito, capacitam-se para defender o próprio espaço vital da comunidade.

Nesses anos assistiram a projetos políticos distintos em enfrentamento: de um lado o trabalhismo radicalizado de Brizola (PTB), de outro a coligação conservadora encabeçada por Ildo Meneghetti (PSD – PL – UDN). Para um breve apanhado do contexto político-ideológico no Rio Grande do Sul entre 1946-64, embora enfocando o imaginário anticomunista e a Igreja Católica, ver Rodeghero, 1998. Nacionalmente, o debate centrava-se na realização das reformas de base – dentre as quais a agrária, defendidas pelo presidente João Goulart (PTB) – e a resistência às mesmas por parte de políticos conservadores.

Por esta razão, a postura de diferentes governos estaduais diante das reivindicações dos agricultores foi distinta.<sup>555</sup> O governo de Brizola procurou atendê-las na medida do possível – a exemplo da desapropriação de 1800 hectares em São José do Norte, na região de Teixeira,<sup>556</sup> a fim de restituir a descendentes de ex-escravos alforriados que haviam recebido uma doação testamentária. A vitória eleitoral de Meneghetti, em outubro de 1962, marcou uma política agrária diferenciada, qual seja, a de repressão às lutas camponesas. Desencadearam-se, então, uma série de ocupações de terras em diferentes regiões do Estado, com a finalidade de pressionar a realização da reforma agrária, uma das quais na região de Morro Alto.

Desde que assumira o governo, Ildo Meneghetti promoveu a repressão, desde a desagregação do quadro funcional do IGRA, até ações militares (e paramilitares) a fim de conter os avanços dos sem-terra. A repressão em Passo Feio, município de Iraí, o envolvimento do DOPS na identificação e perseguição de líderes sindicais e sem-terras, e a prisão do padre Alípio – um conhecido líder do movimento camponês nordestino – em Santo Ângelo demonstravam que o governo estadual não estava disposto a aceitar a agitação camponesa no Estado, rompendo os canais de diálogo com o governo federal, desacatando qualquer ordem superior em benefício à reforma agrária (na época, João Goulart).<sup>557</sup>

Entre os principais envolvidos da comunidade, está a figura de Manuel Francisco Antônio. No decorrer do processo de pesquisa, em diversas oportunidades, este informante enfatizou que, na sua concepção, o processo que atualmente se desenrola guarda fortes semelhanças com a luta pela terra nos anos 60, resguardadas, contudo, algumas diferenças:

---

<sup>554</sup> Depoimento de Antônio Carlos da Rosa na reunião comunitária de 25/5/2002.

<sup>555</sup> A historicidade dos movimentos camponeses foi resgatada por meio da leitura dos jornais *Última Hora* e *Correio do Povo*, no Museu Hipólito José da Costa.

<sup>556</sup> A respeito da comunidade de Teixeira, ver Leite, 2000, p. 56-58.

<sup>557</sup> Eckert, 1984, p. 175.

É quase o mesmo, só é diferente numas coisas, mas assim naquele tempo, falava que ia acampar, e requerer aquelas fazendas pra repartir, dividir, não é? [...]  
O direito nosso que a gente tá procurando era da vó, dos bisavôs, que foram cativos, aquelas terra que deram e não entregaram, agora é mais diferente, não é?<sup>558</sup>

Mais do que um processo de redistribuição de terras, como nos anos 60, a luta pelo reconhecimento como comunidade remanescente de quilombos guarda um caráter étnico então ausente.

A participação de integrantes da comunidade no processo denominado por Manuel Francisco Antônio como “tempo da reforma agrária” remete à sua presença em diversas reuniões de núcleos e células trabalhistas realizadas em Porto Alegre, com as quais teve contato a partir do trabalho na construção do aeroporto.<sup>559</sup> A partir de então, Manuel Francisco Antônio passou a fazer-se presente regularmente em tais atividades políticas, chegando a ser detido, durante a ditadura militar de 1964, sob a acusação de pertencer ao “grupo dos onze”.<sup>560</sup> Ainda hoje, Leonel Brizola e o trabalhismo são referências políticas importantíssimas para a comunidade, que muitas vezes busca como interlocutores com a branca sociedade envolvente integrantes de tal orientação partidária.

Em setembro de 1963, em meio aos prolongados cercos que a Brigada Militar realizava nos acampamentos sem-terra na região do planalto do Estado,<sup>561</sup> eclodiram dois acampamentos na região litorânea: Torres e Osório. O de Torres, no dia 15, juntou pouco mais de 200 famílias de agricultores na fazenda do Campo da Aviação e foi pacífico, sem repressão policial.

O acampamento de Osório ocorreu em Morro Alto – contando com 250 famílias, os camponeses encontravam-se na iminência de invadir uma área no dia 16/09, fato que já era esperado pela Brigada Militar, que encontrava-se de prontidão na área – “Bem ali no colégio, passa o colégio e desce pra Capão da Canoa, nós acampamos foi ali”.<sup>562</sup> Mesmo assim, a invasão ocorreu, ainda que com a repressão policial. No dia 17/09, o resultado:

---

<sup>558</sup> Entrevista com Manuel Francisco Antônio, realizada em Osório, no dia 18/1/2002 por Miriam Chagas, Paulo Moreira, Marcelo Vianna e Rodrigo Weimer.

<sup>559</sup> Entrevista com Manuel Francisco Antônio, realizada em Osório, no dia 18/1/2002 por Miriam Chagas, Paulo Moreira, Marcelo Vianna e Rodrigo Weimer. Seu irmão, Antônio Francisco, também trabalhou ali. Entrevista com Antônio Francisco, realizada em Osório no dia 22/2/2002 por Miriam Chagas, Mariana Fernandes e Cíntia Müller.

<sup>560</sup> Jacob Gorender, em seu livro sobre a resistência armada ao regime militar, trata ironicamente as ações brizolistas, nomeando-as “peripécias do nacionalismo pequeno-burguês”. “Quanto aos Grupos de Onze, que já seriam 24 mil em todo o País, nada se soube da iniciativa deles”. Gorender, 1987, p. 123. Esta acusação, antes de mais nada, foi uma justificativa para a detenção de “Seu Manuel”, já que, segundo seu depoimento, ele sequer sabia do que se tratava o grupo em questão.

<sup>561</sup> Ainda em fevereiro, o chefe de polícia do Estado, Armando Prates Dias, assumia a responsabilidade pela destruição dos acampamentos de Nonoai e Passo Feio, assim como a prisão dos sindicalistas que iriam ajudá-los, alegando tratar-se de agitadores. O texto arrola algumas áreas nas quais tinham pessoas acampadas reivindicando terra: “Calcula-se que o problema da falta de terra diz respeito a aproximadamente 4000 pessoas, agrupadas em concentrações nos distritos de Nonoai, Cascavel, Vila Planalto, Passo Feio, Iraí, Trindade, Voutoro, entre outros”. Seria realizada uma CPI para apurar as responsabilidades e o abuso de poder por parte da polícia. *Última Hora*, 20/02/1963, p. 10-11.

<sup>562</sup> Entrevista com Manuel Francisco Antônio, realizada em Osório, no dia 18/1/2002 por Miriam Chagas, Paulo Moreira, Marcelo Vianna e Rodrigo Weimer.

Cerca de dez camponeses feridos, um dos quais se encontra hospitalizado, é o saldo da investida realizada por forças da Brigada Militar ontem pela manhã, contra cerca de 250 sem-terras acampados em Osório. A informação foi dada pelo Sr. Eliseu Torres, esclarecendo que, apesar das arbitrariedades policiais, os sem-terra decidiram que não levantarão acampamento.<sup>563</sup>

O efetivo da Brigada Militar, sob ordens do Tenente Marcelino Correia, sob os auspícios do Coronel Gonçalves, conhecido repressor do movimento sem-terra, formam um cerco ao acampamento. Contudo, a fotografia estampada no jornal *Última Hora*, no dia 18/09, demonstra a determinação dos ocupantes em permanecerem, contando inclusive com a simpatia de alguns fazendeiros locais. Ainda assim, a violência policial continuou, contabilizando mais dois feridos no acampamento.<sup>564</sup>

O cerco sofrido pelos manifestantes encontra-se bastante presente na memória de Manuel, evidenciando também que, embora tivessem conhecimentos estratégico-militares para reagir à agressão que sofriam, lhes faltavam os armamentos necessários:

A Brigada trancou a BR-101 e não deixou entrar. Não deixou entrar, então avisaram: “– chegou a brigada, são uns trinta soldados”, aí nós sabia por onde cruzava, por isso eu lhe disse, o cara... essa autoridade mesmo que for fizer uma coisa assim, nós trouxemos tudo deitado assim, na faixa assim, e eles não viro... eles de um lado e outro e nós no meio, e eles não sabiam porque era mato, né? Por isso se nós quisesse ser ruim, não é? Nós queremos, se tem arma e quisesse fazer o mal, podia fazer... Nós cruzamos no meio.<sup>565</sup>

Os conflitos apressam a intervenção da Assembléia Legislativa, através de membros do PTB (opositores ao governo Meneghetti), solidários com o movimento dos agricultores e indignados pela excessiva repressão demonstrada pelo Poder Executivo. Enquanto isto, o governo procurava em vão solucionar a questão, tentando dissuadir o movimento com a promessa de ceder terras aos reivindicantes em 15 dias.

Os parlamentares encontraram um cenário de guerra, descrito assim pelo jornal *Última Hora*:

100 soldados da Brigada, armados de metralhadoras, sob as ordens do Tenente Marcelino Correia, e dizendo-se autorizados pelo Coronel Gonçalves Cúrio de Carvalho para cumprir somente determinações do governador Ildo Meneghetti, estão implantando o terror aos Sem-Terra de Osório, que desde domingo acamparam no Distrito de Morro Alto. A própria comissão de deputados que ontem seguiu para o local, acompanhada de um grupo de dirigentes sindicais, a fim de averiguar as denúncias sobre as arbitrariedades cometidas contra indefesos camponeses, foi obstaculizada por metralhadoras nas proximidades do acampamento e só a muito custo conseguiu dele se aproximar.<sup>566</sup>

---

<sup>563</sup> *Última Hora*, 17/09/1963, p. 5.

<sup>564</sup> *Última Hora*, 18/09/1964, p. 11.

<sup>565</sup> Entrevista com Manuel Francisco Antônio, realizada em Osório, no dia 18/1/2002, por Miriam Chagas, Paulo Moreira, Marcelo Vianna e Rodrigo Weimer.

<sup>566</sup> *Última Hora*, 19/09/1963, p. 3.

De acordo com o relato do Sr. Manuel, a família Goldani tinha suas responsabilidades no dito cenário de guerra que foi montado: politicamente comprometido com a UDN, agrupamento partidário contrário à reforma agrária, Ardelino Goldani:

[...] procurou a gente dele, ele tinha até o pai, primo dele que era tenente, não sei o que vieram aí, e aí fizeram... Ah! A gente já passou trabalho senhora...

Miriam – Fizeram o que seu Manoel?

Manuel – Fizeram que a gente teve que ir embora, bá! Nós não morremos nesse dia, nesse dia como tava que tinha uns cara que serviram na Alemanha e a sorte deles é que os cara tava armado, e os cara iam pega as metralhadora, pelo menos dois os cara entendiam da arma...

Miriam – Os que estavam do seu lado?

Manuel – Os que estavam com nós, foi a sorte, né? <sup>567</sup>

Funcionários da SUPRA, repórteres, líderes sindiciais foram dissuadidos a voltarem a Porto Alegre, sob a mira das metralhadoras da polícia. A rodovia Capão da Canoa/Morro Alto foi fechada ao trânsito, apertou-se o cerco contra os ocupantes. Segundo deputado Antônio Visitainer, um dos parlamentares que se deslocou até Morro Alto:

Estavam aqueles militares, lá postados, impedindo o trânsito e mesmo tentando impedir que os populares levassem alimentos aos sem-terras, que estavam acampados em propriedades particulares. Estavam sendo alimentados, inclusive, pela SUPRA, que não os abandonou, como o Governo do Estado.<sup>568</sup>

A partir daí, os camponeses tentavam marcar uma audiência com o governador – informados pelo Cel. Gonçalves de que poderia haver solução, desde que se mudassem dali; os sem-terras moveram-se para uma fazenda de um hectare, de posse do vereador Protásio Osório Marques, do PTB.

A promessa de terras, em um mês, contudo não foi obtida.<sup>569</sup> Não deixava, no entanto, de ser uma ironia de que os sem-terras, muitos deles sendo remanescentes da área do Morro Alto, relacionados com os herdeiros ex-escravos de Rosa Osório Marques agora estivessem sob as asas de um Protásio Marques. Talvez essa vinculação possa representar uma atualização do referencial simbólico que a comunidade encontra no legado de Rosa Osório Marques: na conjuntura dos anos 60, mais uma vez a família Marques se colocava como *senhores generosos* a quem se devia a possibilidade de acesso à terra.

Cumprir notar, também, que foi no decorrer daquele processo mobilizatório que as famílias remanescentes tiveram acesso inicial ao testamento de Rosa Osório Marques, segundo Manuel Francisco Antônio, por meio do auxílio e da indicação do “coronel Militão”, que os orientou a procurar o documento no Arquivo Público.<sup>570</sup>

<sup>567</sup> Entrevista com Manuel Francisco Antônio, realizada em Osório no dia 18/1/2002, por Miriam Chagas, Paulo Moreira, Marcelo Vianna e Rodrigo Weimer.

<sup>568</sup> Anais da Assembléia Legislativa – setembro/outubro de 1963 – p. 244.

<sup>569</sup> *Última Hora*, 18/10/1963 – Nas palavras do Cel. Gonçalves: “Se dentro de um mês eu não arranjar terra para vocês, podem me chamar de sem-vergonha”.

<sup>570</sup> Entrevista com Manuel Francisco Antônio, realizada em Osório no dia 18/1/2002, por Miriam Chagas, Paulo Moreira, Marcelo Vianna e Rodrigo Weimer.



Em meio a pressão, o governo Meneghetti lançou decretos desapropriando três áreas no Estado, sendo uma delas em Morro Alto.

O último número do Diário Oficial publica três decretos de declaração de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação, de três glebas no interior do Estado, com o objetivo de submetê-las a planos de melhor exploração econômica (maior rendimento), através de planos especiais de colonização, cooperativismo, povoamento e trabalho agrícola. Tais áreas serão loteadas e distribuídas aos agricultores necessitados, através de seleção.

O primeiro decreto tornou desapropriável uma área de 10 milhões de metros quadrados, no lugar denominado Papudo, sítio em Ronda Alta, distrito de Sarandi. O segundo adotou idêntica medida com relação a 16 mil hectares de terra, inclusive com matos, sítio nas proximidades de Torres, ocupada por camponeses, e o terceiro atingiu 5200 hectares, com reserva florestal, localizados em Osório, também ocupados por famílias sem-terra.<sup>571</sup>

Especulamos que o decreto tenha vindo justamente da dificuldade do poder executivo estadual em lidar com o problema agrário – novas invasões, sempre seguidas de repressões desgastavam o governo. Sem solução a curto prazo, desapropriar áreas – contando talvez com o apoio federal para isto – poderia refrear os impulsos dos sem-terras. Outro item importante é o decreto federal nº 053700, de 13/03/1964, no qual João Goulart desapropriava terras com mais de 500 ha nas áreas ribeirinhas (6 km) às rodovias, ferrovias e fronteiras nacionais. Especula-se que a região de Morro Alto poderia entrar, pois as partes de campo continham grandes extensões territoriais, bastando identificar seus proprietários – um desafio, visto nunca ter sido medidas as terras da região.

No entanto, com o desfecho do golpe de 1964, ambos decretos não foram colocados em prática. O governo Meneghetti desafogou-se deste problema, já que todos os líderes camponeses e sindicais passaram a ser duramente reprimidos e o MASTER se desorganizou. A estabilidade no campo estava restaurada de cima para baixo.

No ínterim da *grande noite* dos anos de chumbo, as reivindicações comunitárias encontraram expressão não no terreno da luta política, mas sim das disputas judiciais: de posse do testamento de Rosa Osório Marques, a partir das indicações do coronel Militão, a população de Morro Alto impediu novo processo de invasão de terras – movido pela empresa José Agostinelli S/A – e tentou impedir mais um dos “avanços da cerca” realizados por seu opositor, Ardelino Goldani – representante de interesses lesivos à comunidade.

### 1.6.2. Os processos de José Agostinelli S/A e de Ermínio Goldani

No mesmo ano em que o autoritarismo militar impunha à sociedade brasileira um regime ditatorial que frustrou as possibilidades, então existentes, de solução de diversos conflitos fundiários por meio da redistribuição de terras, o autoritarismo de uma grande companhia atuante no litoral norte impôs à comunidade de Morro Alto,

<sup>571</sup> *Última Hora*, 22/11/1963, p. 4. Grifos nossos. Os decretos estaduais respectivos são: 15902, 15903 e 15906, todos de 19/11/1963 (D.O.E., 20/11/1963, p. 3-4).

para não perder parte significativa de suas terras, uma disputa judicial que durou mais de uma década.

Em 1964, a empresa José Agostinelli S/A (JASA) adquiriu de Olina Gonçalves da Silva uma escritura de cessão dos direitos hereditários da mesma, compreendendo “uma área de terras de cultura e pedreiras, situada no lugar denominado Morro Alto, distrito de Maquiné, Município de Osório, com a superfície de 223.399 m<sup>2</sup> e 80 cm”.<sup>572</sup> Posteriormente, Iraci, filha de Olina, tentou cancelar aquela escritura, alegando que sua mãe tinha sido enganada ao assiná-la: “O documento de cessão de direitos foi obtido com má-fé por parte da aqui suplicada, uma vez que foram convencidos a irem a cartório naquela ocasião, para receberem a importância monetária de dois milhões de cruzeiros antigos, vindos do arrendamento da pedreira locada a Sultepa S. A. através de José Agostinelli, procurador da agora suplicantes e outros.”<sup>573</sup>

Como explicou Manuel Conceição da Silveira,<sup>574</sup> a comunidade entrou em contato com o advogado Agostinelli por meio de sua tia Luísa, que trabalhava com um amigo seu nos verões em Capão da Canoa. Por meio de Luísa, Agostinelli ficou sabendo dos conflitos fundiários existentes na comunidade e se propôs a ajudá-la, ajuda esta, contudo, que se revelou traiçoeira, já que no fim “prejudicou tudo”: acreditando ter assinado um contrato com a Sultepa, Olina vendeu direitos hereditários para o mesmo, que em 1966 ingressou com um processo de usucapião sobre a área como um todo.<sup>575</sup>

Além de ter logrado Olina, Agostinelli requereu em usucapião área de uso comum às demais famílias e que dizia respeito à doação realizada por Rosa Osório Marques. No entendimento das famílias descendentes de outros escravos citados no testamento, essa venda não poderia ter sido realizada, já que referia-se a um espaço que também lhe pertencia. Por fim, há que lembrar a cláusula de inalienabilidade registrada no testamento de Rosa, segundo a qual, nas palavras de Aurora Conceição da Silveira “não era pra vender, nem permutar, aquele que compra-se, perdia. Não era pra vender.”<sup>576</sup>

É evidente que o interesse da firma José Agostinelli S/A era pelas pedreiras, já que as mesmas tornaram-se muito valorizadas economicamente na segunda metade do século XX. A comunidade, contudo, optou por resistir ao logro que lhe era imposto, recorrendo aos tribunais. Três meses depois da JASA ingressar com seu usucapião, Maria Teresa Joaquina, a legendária Rainha Jinga da comunidade ao longo de grande parte do século XX (filha da escrava Teresa, citada no testamento), Aurora Conceição da Silveira (filha do es-

---

<sup>572</sup> Processo 175/66, 1966. Processo de usucapião movido por José Agostinelli S/A – Comércio, Agricultura e Pecuária. Fórum de Osório, 1ª Vara Civil e Criminal.

<sup>573</sup> Processo Ordinário de Nulidade de Escritura, n. 2848/160, 1973, movido por Iraci Olina da Silva e João Júlio da Silva contra José Agostinelli S/A, fl. 2º Fórum de Osório, 1ª Vara Civil e Criminal.

<sup>574</sup> Entrevista com dona Aurora Conceição da Silveira, Maria Conceição da Silveira, Manuel Conceição da Silveira, Manuel Francisco Antônio e Guilherme Francisco Antônio, em Morro Alto no dia 13/9/2001, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira.

<sup>575</sup> Processo 175/66, 1966. Processo de usucapião movido por José Agostinelli S/A – Comércio, Agricultura e Pecuária. Fórum de Osório, 1ª Vara Civil e Criminal.

<sup>576</sup> Entrevista com dona Aurora Conceição da Silveira, Maria Conceição da Silveira, Manuel Conceição da Silveira, Manuel Francisco Antônio e Guilherme Francisco Antônio, em Morro Alto no dia 13/9/2001, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira.

cravo Merêncio, citado no testamento) e seu marido Alípio Cândido da Silveira apresentaram contestação ao processo de usucapião. Alegaram, para tal, que as terras cedidas por Olina Eufrásia eram de uso comum – onde diversas famílias plantavam e exerciam atividades econômicas, sendo a área usucapienda pela autora do processo de uma dimensão superior à efetivamente ocupada pela família cedente. Além disso, recuperava-se a cláusula de inalienabilidade instituída por Rosa Osório Marques em seu testamento:

Esta inalienabilidade tem fácil compreensão quando se busca a intenção da testadora. A testadora tinha em mente, pois tudo leva a esta interpretação, instituir um patrimônio para seus escravos (naquele tempo ainda existia a escravatura), onde os mesmos pudessem trabalhar, ganhar seu sustento e, aqui está a intenção primordial e fundamental da testadora, fixar-se à terra a fim de adquirir um hábito fixação a um patrimônio, o que jamais tiveram, quer por seus antepassados em seu país nativo (África), quer ao tempo em que eram escravos. Com esta inalienabilidade eles forçosamente teriam que fixar-se e através do tempo se habituariam a tal fixação. Foi, pois, o motivo moral (livrá-los da escravatura) e civilizador a intenção primordial da instituição de tal legado. Oxalá, tivéssemos tido mais pessoas esclarecidas como a testadora e teríamos menos miséria entre os descendentes de escravos. Deve-se pois, neste legado, olhar mais para o motivo moralizador e civilizador do que propriamente o legado material.<sup>577</sup>

Os contestantes colocavam-se, pois, não como meros oponentes, mas falavam por si e pelos demais condôminos, todos herdeiros e sucessores de ex-escravos. Pode-se afirmar, portanto, que o resgate do testamento de Rosa Osório Marques (cuja certidão foi anexada aos autos) contribuiu para acionar a identidade de *descendentes de escravos*, que fortaleceu a comunidade em seus embates externos, por uni-la em torno de um objetivo comum. De acordo com Weber, os grupos étnicos caracterizam-se pela crença em uma origem comum e em destinos compartilhados.<sup>578</sup> Enquanto os Teresa e Merêncio opunham-se a Agostinelli, Iraci Olina,<sup>579</sup> filha da cessa de direitos, procurava judicialmente anular a escritura assinada – com o dedo polegar – por sua mãe. Aurora Inácia Marques, por sua vez, viúva de outro filho de Olina – aquele que abriu as pedreiras – argumenta ainda hoje que, se sua sogra vendeu sua parte, não poderia ter alienado a parte de seu falecido marido, já que ela, a viúva, nunca a autorizou para tal. “Eu não vendi, não aceitei e não aceito!!!”<sup>580</sup>

Brás Floriano da Rosa, morador no Ribeirão, vizinho e compadre das famílias de Morro Alto, depôs no processo, afirmando que as terras dos Tereza e dos Merêncio “não

---

<sup>577</sup> Processo 175/66, p. 26-28. Contestação de Maria Teresa Joaquina, Aurora Conceição da Silveira e Alípio Cândido da Silveira ao processo de usucapião de José Agostinelli S/A.

<sup>578</sup> Weber, 1983, p. 5-45 e 315-328. Barth, por sua vez, destaca que a etnicidade constitui fenômeno político, sendo dinamicamente acionada em termos do enfrentamento e da diferenciação do outro. Barth in Poutignat; Streiff-Fenart, 1998.

<sup>579</sup> Processo Ordinário de Nulidade de Escritura, n. 2848/160, 1973, movido por Iraci Olina da Silva e João Júlio da Silva contra José Agostinelli S/A. Fórum de Osório, 1ª Vara Civil e Criminal. Ao fim e ao cabo, esse processo teve desfecho desfavorável à comunidade.

<sup>580</sup> Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silveira, Diva Inácia Marques e Celso Rodrigues Terra em Osório no dia 28/11/2001, realizada por Rodrigo Weimer.

dividem com as de Olina, *pois é um terreno só*".<sup>581</sup> Agostinelli, por sua vez, buscou o testemunho de Romário Machado, que pertencia àquela família que, segundo nos conta a comunidade, "não gostava de nego". Em sentença de 28/12/1970, o juiz negou a ação de usucapião promovida por Agostinelli, argumentando as "bases movediças" da área pretendida – considerada de limites incertos e posse questionável:

[...] a A. deveria requerer primeiramente a divisão e demarcação, e que não fez, evidentemente, por saber que os direitos da cedente não atingiriam a mais de um décimo da área usucapienda.

Verifica-se que a posse da cedente Olina é bem superior ao prazo previsto na lei mas há contestação de que sua posse não era absoluta, pois se encontrava em condomínio e de que cedeu área maior daquela que realmente possuía.<sup>582</sup>

Depois dessa sentença, porém, a JASA recorreu em todas as instâncias possíveis, tendo ocorrido, também, a intervenção do Ministério Público. No dia 27/5/1975, foi realizada uma audiência visando a conciliação. Realizou-se um acordo, segundo o qual a terra seria dividida em três partes iguais: uma faixa de setenta metros para Agostinelli, sendo que à altura da pedreira ela reduzia-se a cinquenta metros. As terras situadas ao lado direito e à esquerda dos setenta metros seriam divididas pelos réus entre si. Manuel Francisco Antônio, Guilherme Francisco Antônio e Acrízio da Conceição Dias concordaram com esta divisão, desistindo da ação de oposição por eles movida, assim como Iraci Olina.<sup>583</sup> Nossos informantes narraram este acordo em entrevista realizada:

Manuel Francisco Antônio – Depois, com o tempo é que ele entrô com uma... com o pedido de uma audiência nova... pra fazê aquele acordo, daquele pedaço que ficô praquêle lado.

Entrevistador – Ele ficou ainda com um pedaço, então?

Guilherme Francisco Antônio – O Augustine ficô aonde é o...

Entrevistador – Aonde é aonde?

Guilherme Francisco Antônio – ... aí ele entrô com uma audiência pra prestá um acordo. Então dentro do acordo foi repartido 70 metro pro Alípio, 70 metro pra Teresa, que somos nós, e 70 metro, que era da Olina, ficô pra eles...

Entrevistador – 70 metros ficou...

Guilherme Francisco Antônio – De frente.

Entrevistador – Então validando a compra e venda feita pela Olina, ficou pra eles? A parte da Olina, ele ficou com a parte da Olina?

Guilherme Francisco Antônio – Ficô com a parte da Olina.

Porém, se o acordo adquiriu validade para a comunidade – no sentido de delimitar os quinhões relativos aos Tereza, aos Merêncio e aos Eufrásia (adquiridos pela JASA), o mesmo perdeu sua validade jurídica pouco depois. Dario Lucas Pacheco, capataz de Agostinelli, estabeleceu-se no quinhão dos Eufrásia e ali permaneceu durante muito

<sup>581</sup> Processo 175/66, depoimento de Braz Floriano da Rosa, fl. 145. Grifo nosso.

<sup>582</sup> Processo 175/66, sentença proferida em 28/12/1970, fl. 147-150.

<sup>583</sup> Audiência conciliatória em 27/5/1975, processo 175/66, fl. 263

tempo, ainda que esta divisão tenha sido invalidada pela justiça. No processo de demarcação dos setenta metros relativos a cada parte, a autora do processo procurou voltar atrás, cancelando a medição e solicitando novo acordo.

O Ministério Público entrevistou novamente, afirmando não existir conciliação possível em um processo desta natureza: ou existia posse mansa e pacífica ou não existia; ou o usucapião era legítimo ou não era. Por essa razão, requeria em 21/11/1975, também, o cancelamento do acordo efetivado.<sup>584</sup> O juiz Arnaldo Rizzardo, em 9/2/1976, declarava o processo anulado desde o início, sobretudo em virtude das hesitações da JASA:

Ademais o acordo foi assinado pelos procuradores dos autores. Agora, eles vêm aos autos dizendo que foram induzidos em erro. É estranho, profundamente estranho. Dá a entender que não sabem o que querem. Como podem ser induzidos em erro, se estava o procurador junto?<sup>585</sup>

Ficava cada vez mais claro ao poder público a má-fé com que Agostinelli vinha atuando no andamento do processo, requerendo usucapião e alegando posse mansa e pacífica sobre uma área ocupada por outras pessoas além de Olina Eufrásia e de uso comum por parte das famílias remanescentes. À folha 300 do processo, em 20/2/1976, a JASA listava como “invasores” algumas pessoas que evidentemente tinham ali suas atividades econômicas há muito tempo: Manuel Francisco Antônio e Alípio Cândido da Silveira eram acusados de “invadir” a pedreira, João Júlio, Antônio Francisco e Guilherme Francisco Antônio, de plantar sobre a área, e ainda Manuel Alípio, de construir uma casa de alvenaria.<sup>586</sup> Contudo, ao fazê-lo, a empresa autora do processo tacitamente admitia a presença de outras pessoas na posse do terreno usucapiendo. Isso, evidentemente, não escapou aos olhos da justiça. Após novas tramitações, o processo chegou ao tribunal de alçada, que por meio do procurador Hipólito Brum, emitiu um parecer que cabe reproduzir aqui:

Antigos escravos foram contemplados, por testamento de 3 de fevereiro de 1886, de Rosa Osório Marques, com grande gleba situada no Morro Alto.

Ao longo dos anos, talvez a precaução da testamenteira em dar certa tranqüilidade e local de trabalho aos 15<sup>587</sup> escravos, não se concretizasse. Muitos descendentes estão ali, mas desinformados, até de 1966, da documentação que os legitima.

A cobiça pode levar a desprevenidos a não só se desfazerem do que possuem, como, até pretenderem vender o que não possui. Tudo depende do poder aquisitivo e dos parâmetros sociais. Assim, v.g., se pode transacionar duvidosa parceria de 15 mil pés de bananas e mais 24 hectares, por preço de banana, como dois mil cruzeiros, à época denominados, pomposamente, de dois milhões, antes da modificação do nosso padrão monetário.  
[...]

A autora que se dedica amplamente a vários tipos de comércio, que é das principais proprietárias e transacionadoras de terras na orla marítima e participa de empreendimen-

<sup>584</sup> Processo 175/66, fl. 274.

<sup>585</sup> Processo 175/66, fl. 276.

<sup>586</sup> Processo 175/66, fl. 300.

<sup>587</sup> A argumentação é muito interessante, porém não se sabe qual é a origem deste número.

tos hoteleiros, dirigida à época, por advogados, economista e médico, se pretende encontrar induzida em erro, quando fez o acordo e se apegou, desesperadamente, ao entendimento respeitável, esposado pelo M. P. a fls. 274.

[...]

Havendo nova ação, como é possível e ficou claro na decisão recorrida, os A. A. deverão ter, no mínimo, o cuidado de indicarem os co-possuidores, os confinantes e todos os que, não referidos na inicial viriam pretender ingressar, tardiamente, nesta ação.

Há muita gente com posse ali, como se alega no processo, mas, numa Bíblia às avessas, poucos foram os eleitos da honra de participar de um processo judicial.<sup>588</sup>

O processo em questão, ainda que tenha sido longo e desgastante para a comunidade, foi importante por demonstrar sua capacidade de resistir à “Bíblia às avessas” com que sempre foram excluídos do acesso a seus direitos jurídicos. De posse do testamento de Rosa Osório Marques, que acessaram por meio da indicação do coronel Militão, puderam defender-se de uma grave tentativa de expropriação. “É porque se eu mais o Alípio não vô busca aquele papel, ele tinha nos botado pra rua, pois nos tirô.”<sup>589</sup>

A afirmação identitária como descendentes de escravos foi significativa para resistir a outro processo igualmente injusto: o movido por Goldani. O pomo da discórdia, novamente, fora as pedreiras: em 1973, Ermínio Goldani acusou Alípio Cândido da Silveira, Manuel Francisco Antônio, Guilherme Francisco Antônio e João Júlio da Silva de terem invadido e tomado área de pedreira de sua posse, bloqueando a estrada que lhe dava acesso, entrando com processo pela sua reintegração.<sup>590</sup>

Ocorre que a pedreira em questão havia sido aberta por Antônio Gonçalves da Silva, e localizava-se na terra de usufruto. Como relatado anteriormente, desde a época da sua abertura, Goldani ambicionava apropriar-se da pedreira, no que era impedido por Antônio, quadro que mudou com sua morte precoce.<sup>591</sup> Diante do perigo eminente, Manuel Francisco Antônio estabeleceu-se na parte de baixo do morro – os Teresa tradicionalmente moravam em cima – a fim de protegê-las. Manuel Conceição da Silveira, filho de Aurora e Alípio, pelo mesmo motivo, estabeleceu-se ali. Sendo assim, o que o autor do processo acusava como “invasão”, não era para a comunidade nada mais do que a defesa de seu território tradicional de direito.

A presença de Goldani na região relaciona-se diretamente ao legado de Rosa Osório Marques, já que a cadeia dominial de suas terras remete a uma venda realizada por familiares de uma das herdeiras do testamento de Rosa Osório Marques. Em 1926, três sucessores da ex-escrava Polucena passaram para Israel Fernandes da Silva “todo o di-

<sup>588</sup> Processo 175/66, fl. 313-315.

<sup>589</sup> Manuel Francisco Antônio, na entrevista com dona Aurora Conceição da Silveira, Maria Conceição da Silveira, Manuel Conceição da Silveira, Manuel Francisco Antônio e Guilherme Francisco Antônio, em Morro Alto no dia 13/9/2001, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira.

<sup>590</sup> Auto nº 3041/351 (nº 8.878 Tribunal de Alçada) – Reintegração de posse – Autores: Ermínio Goldani e sua mulher, Maria Celanita Goldani; Réus: Alípio Cândido da Silveira e sua esposa, Manuel Francisco Antônio e sua esposa, Guilherme Francisco Antônio e sua esposa, João Júlio da Silva e sua esposa – 1973 – 1ª Vara Cível – Fórum de Osório.

<sup>591</sup> Entrevista com Sebastião Souza Rosa e Manuel Francisco Antônio em Aguapés no dia 27/10/2001, realizada por Cíntia Müller, Miriam Chagas e Rodrigo Weimer.

reito, domínio, posse e ação que tem ou possam ter na Fazenda do Morro Alto”.<sup>592</sup> A certidão através da qual esta transmissão foi lavrada não especificava quaisquer dimensões da transação em questão, dada a indefinição de limites.

É necessário realizar algumas considerações a respeito. Em primeiro lugar, é muito provável que, tal como Olina Eufrásia, os filhos de Polucena não fossem alfabetizados e tampouco dominassem os códigos jurídicos em questão. De qualquer forma, a cláusula de inalienabilidade do testamento havia sido violada, e é sobre esta violação que se assenta a presença de Goldani na área: seguindo a cadeia dominial, tem-se nova transmissão daquelas terras em 1934, quando Israel Fernandes as vendeu à família Famer.

É surpreendente notar que, ainda que a aquisição feita a Polucena não especificasse a dimensão do terreno, visto fazer parte de um todo indiviso, o mesmo aparece na escritura de venda aos Famer com 34 hectares, sem qualquer esclarecimento sobre a origem deste número.<sup>593</sup> As famílias Goldani e Famer eram aparentadas entre si, de forma que Ardelino, pai do autor do processo, já ocupava aquelas terras nestes anos. Finalmente, em 1962, elas passaram a Ermínio Goldani, aparecendo, contudo, com dimensões de 197.000 m<sup>2</sup> (19,7 ha) na escritura lavrada na ocasião.<sup>594</sup> A comunidade reconhece que anteriormente esta família era dona de “dez braças” no território, contestando, contudo, a dilatação da área sobre seu domínio para além dessa dimensão, já que assentada sobre a usurpação por meio do arame farpado.

A variação com que a dimensão das terras aparece nas escrituras explica-se não só pela imprecisão dos registros fundiários na ocasião, mas também, e principalmente, por manipulações realizadas pelos seus transmitentes: a venda realizada pelos sucessores de Polucena não tinha quaisquer dimensões explicitadas, contudo a ela foram atribuídos os tamanhos mais disparatados. Esta evidência documental corrobora, também, os relatos recolhidos junto à comunidade (ver ponto 1.5) de que o uso da cerca de arame farpado para fechar terrenos serviu à família Goldani para ampliar seus domínios na região. Afinal, hoje os mesmos possuem terras muito superiores aos 19,7 hectares comprados em 1962.

Em 1966, quando Agostinelli ingressou com o processo de usucapião, o mesmo foi contestado também pela família Goldani, que, contudo, alguns anos depois retirou sua ação de oposição: a JASA e os Goldani fecharam um acordo, em 1970, estabelecendo limites definitivos entre os dois, passando a área em questão (a pedreira) para sua guarda. Na divisa das duas propriedades localizava-se a posse de João Júlio da Silva, reduzido assim à condição de posseiro.

No decorrer do processo, veio à tona o debate acerca de quem teria o direito de posse sobre a área em questão. A comunidade, tal como no processo contra Agostinelli, acionou o testamento de Rosa Osório Marques como um documento por meio do qual poderiam se defender das iniciativas externas, colocando-se, pois, como descendentes de escravos. Ao contrário do processo que envolveu a JASA, a justiça não teve a sensibi-

<sup>592</sup> Certidão anexada ao auto 3041/351, fl. 63.

<sup>593</sup> Certidão anexada ao auto 3041/351, fl. 64.

<sup>594</sup> Certidão anexada ao auto 3041/351, fl. 7-8.

lidade necessária para perceber que estavam em jogo relações de poder e o racismo que durante muito tempo debilitou as comunidades negras na manutenção do acesso à terra. A posse de João Júlio foi ignorada, já que os direitos hereditários de sua sogra haviam sido vendidos a Agostinelli – ainda que com base no logro. Aspectos como o uso comum do território e a inalienabilidade colocada pelo testamento de Rosa Osório Marques – lida pela comunidade como algo que “não se pode vender nem permutar” – foram desconsiderados.

Vale destacar que de forma concomitante à ação de reintegração de posse, os Goldani foram alvos de um processo cautelar. Movido por Alípio Cândido da Silveira, Manuel Francisco Antônio, Guilherme Francisco Antônio e João Júlio da Silva (mais as respectivas esposas), em maio de 1974, apresentaram queixa contra as invasões – a *manu militari* – de Ermínio Goldani na área em litígio judicial (a pedreira) e áreas anexas, visto terem avançado a cerca em 50 metros, mudando o objeto da lide, configurando-se um atentado (englobando assim a pedreira em questão). Completando isto, “apregoaram” naquela localidade de Morro Alto, de terem ganhado a causa, dizendo ainda ‘que essa negrada não têm vez’ e ‘negro não tem direito’.<sup>595</sup> Neste caso, ocorreu uma perícia no local, observando realmente a existência de uma cerca antiga. Porém, esta ação foi extinta já que a ação principal deu ganho de causa aos Goldani.

Cabe lembrar que a reintegração de posse de Goldani baseou-se em um acordo realizado entre este último e Agostinelli, a partir do qual ele avançou em 50 metros a cerca antiga. No entanto, este acordo acabou por não possuir qualquer validade legal, dado que o processo de usucapião movido pelo último foi indeferido. Ainda assim, o poder judiciário legitimou a expropriação de terras pertencentes aos negros ao legalizar o avanço da cerca de Goldani, atitude que, como visto a partir dos relatos coletados junto à comunidade, era usual da parte deste. A presença dos vestígios da cerca antiga – permanentemente lembrados pela comunidade, que requeria uma perícia a fim de esclarecer este aspecto – foi simplesmente desconsiderada nos autos da ação principal.

### 1.6.3. A queda da área de segurança nacional e a subprefeitura em Morro Alto

“Com esse discurso dela nós derrubamos a ditadura”.<sup>596</sup>

Em fins da década de 1970 e inícios dos anos de 1980, iniciou-se o processo de abertura política do Brasil. Se primeiramente foi conduzido pelos governos militares, sob o lema da *abertura lenta e gradual*, aos poucos os movimentos sociais foram adquirindo um novo lugar de destaque, particularmente depois do retorno dos exilados políticos. Devido aos vínculos históricos com o trabalhismo, a volta de Leonel Brizola, em setembro de 1979, foi um momento bastante importante para o litoral norte.

<sup>595</sup> Auto nº 3226/127 – Processo cautelar – atentado – Suplicante: Manuel Francisco Antônio e outros; Suplicado: Hermínio Goldani e sua mulher – 1974 – 1ª Vara Cível – Fórum de Osório (fl. 2).

<sup>596</sup> Entrevista realizada com Ercília Marques da Rosa e Wilson Marques da Rosa no dia 13/9/2002, em Porto Alegre, por Miriam Chagas, Cláudia Fonseca e Rodrigo Weimer.



Na região, a luta pela redemocratização passava pela queda da área de segurança nacional, ali implementada em 1969 pelos governos militares em função de sua importância estratégica. Este processo foi liderado por trabalhistas históricos, como Romildo Bolzan, contando, também, com a participação da comunidade de Morro Alto. Lugar de destaque, nesse momento, adquiriu a família de Júlio Eloy da Rosa e Ercília Marques da Rosa, que, historicamente trabalhistas, já haviam homenageado Bolzan e Wilson Vargas ao definir o nome de dois de seus filhos.<sup>597</sup>

Dentro das indefinições políticas que sucederam à decadência da ditadura militar e aos inúmeros e distintos projetos que o Brasil teria dali para a frente, a comunidade analisada procurou influenciar seu próprio destino a partir da aliança político-partidária com a agremiação na qual a maioria deles se identificava, o PDT, atualização do antigo PTB. Em 1985, foi realizado um comício em Osório, que objetivava pressionar pelo fim da área de segurança nacional. O Brasil, então consternado pelo fracasso da campanha pelas eleições diretas e comovido com o falecimento de Tancredo Neves, já governado por José Sarney, urgia livrar-se do entulho autoritário representado pela área de segurança nacional – ou, de acordo com as palavras de nossos informantes, a “lei de segurança nacional”. Encabeçado pelos pedetistas, o comício contou com a presença de Leonel Brizola. Dona Ercília fez um discurso, que, segundo as palavras de seu filho, “com esse discurso dela nós derrubamos a ditadura”.<sup>598</sup>

Seguiram-se, no município, finalmente livre de interventores, eleições que deveriam escolher o novo prefeito. O PDT apresentou o nome de Ângelo Guazzelli, prefeito eleito em 1968, que não pode assumir devido ao AI-5 e ao estabelecimento da lei de segurança. No embalo daqueles anos, a família entrevistada engajou-se neste processo. Wilson relata que em meados dos anos 80, as regiões de Maquiné e Morro Alto encontravam-se abandonadas pelo poder público osoriense, o que levou Júlio Eloy da Rosa e seus correligionários a ensaiar um movimento pela sua anexação a Capão da Canoa. Todavia, receberam uma série de garantias de benefícios para a região da parte de Guazzelli, em cuja campanha se engajaram.

A vitória de Ângelo Guazzelli, em uma campanha permeada por confrontos diretos na calada da noite entre militantes pedetistas e pedessistas (antiga ARENA), foi muito comemorada na região, tendo marcado, porém, uma tragédia familiar para Ercília e seus filhos: a caminho da passeata pela comemoração da vitória, Júlio Eloy foi atingido em um acidente de carro, provocado por um motorista alcoolizado. Recém-viúva, Ercília Marques da Rosa mudou-se temporariamente da Prainha para o Morro Alto, onde assumiu a subprefeitura. Guazzelli, visando atender aos compromissos assumidos em campanha, estabeleceu um distrito na região, visando implementar os benefícios em questão.

---

<sup>597</sup> Wilson Vargas da Silveira (PTB) foi deputado estadual por dois mandatos consecutivos, entre 1951 e 1959, federal entre 1959 e 1962, e novamente estadual na legislatura de 1963 a 1967, sendo cassado em 1964. Romildo Bolzan foi deputado estadual entre 1975 e 1986, em três mandatos consecutivos: o primeiro pelo MDB e os demais pelo PDT, do qual foi fundador (Aita; Axt; Araújo, 1996).

<sup>598</sup> Entrevista realizada com Ercília Marques da Rosa e Wilson Marques da Rosa no dia 13/9/2002, em Porto Alegre, por Miriam Chagas, Cláudia Fonseca e Rodrigo Weimer. Ver foto em anexo.

A nomeação de Ercília Marques da Rosa representou o reconhecimento de uma autoridade já conquistada perante a comunidade – que a respeita muito por seu engajamento político e por ter sido a primeira professora e diretora de escola negra no litoral norte. Contudo, ao mesmo tempo ela era questionada pelos poderosos da região, que a atacavam com evidentes demonstrações de racismo. No entendimento de seu filho, Wilson, eles assim o faziam porque viram ameaçada a hegemonia política construída por famílias poderosas na região – os Goldani, Borba, Bassani, Dalpiaz e Souza.

Para além do imenso poder simbólico de uma subprefeita distrital negra – ainda hoje Ercília é conhecida entre a população negra de Morro Alto como “dona Preta”, em alusão à tez da sua pele, mas também como “a prefeita” – a gestão de Ercília marcou algumas melhorias importantes para a população da região. Foi implementado o posto de saúde, reformas foram realizadas nas escolas da região, foi requisitada uma passarela nunca construída (dona Ercília espera que ao menos os seus tataranetos possam vê-la). Em um ato de enfrentamento com a família Dalpiaz – a mesma do adversário pedessista de Guazzelli – foi conquistada a reabertura da estrada histórica da balsa. Essa família, tendo adquirido terras ali dos Bassani, havia trancado a estrada, impedindo o acesso da população à balsa que liga o Faxinal do Morro Alto à Prainha.

O mandato de Ercília como subprefeita, porém, durou pouco – dois anos e dois meses – já que o sucessor de Ângelo Guazzelli, Ciro Simoni (também do PDT), extinguiu aquela divisão distrital. Naqueles anos, foram criadas as bases políticas regionais para a afirmação da liderança de Simoni e também de Florindo Padilha. Contudo, a sua trajetória política posterior demonstrou que os mesmos não se encontravam em consonância com os interesses desta base política negra: no recente episódio da duplicação da BR-101, a atuação de Simoni e de Padilha foi criticada pelas lideranças comunitárias. Este último, além disso, é visto como um opositor ao processo de reconhecimento de Morro Alto como comunidade remanescente de quilombos. De qualquer forma, em 1987, Ercília retornou à sua residência na Prainha, não sem ter deixado na memória de uma comunidade negra o breve tempo de sua administração.

Em paralelo à participação na arena de luta política, possibilitada pela abertura e derrubada do regime militar, seguiram-se na década de 1980 e 1990 lutas judiciais por meio das quais a comunidade procurou resguardar seus direitos.

#### **1.6.4. Lutas jurídicas mais recentes: Antônia José de Jesus e Ildo Forte dos Santos**

“a mentira dele vale mais que a minha verdade”.<sup>599</sup>

Além das lutas políticas que marcaram os anos de redemocratização nacional, a comunidade seguiu recorrendo à justiça para a defesa dos seus direitos. Nesse ponto destacaremos dois processos jurídicos significativos que tramitaram durante os anos 80

---

<sup>599</sup>Entrevista de Ildo Forte dos Santos no Ribeirão no dia 8/11/2001, realizada por Cíntia Müller, Rodrigo Weimer e Cristian Salaini.

e 90: os que opuseram Antônia José de Jesus e seu primo Valério Luiz da Silva – e respectiva descendência – e o processo de Ildo Forte dos Santos e seu pai.

Valério Luiz da Silva era aparentado com diversos integrantes da comunidade, tendo logrado, porém, ao contrário dos demais, tornar-se grande proprietário de terras na região do Borba. Os informantes entrevistados sempre destacam que Valério era um homem rico, “fazendeiro”, havendo muitos umbigos enterrados em sua porteira. Não sabemos por que meios ele conseguiu acumular tais porções de terras – parece haver somado-se sua herança paterna – de Florêncio Domiciano da Silva (que, contudo, não sabemos como o mesmo tornou-se proprietário de terras) e materna (terras dos Pasto- rinos, que embora tenham deixado muitos descendentes, apenas Valério figura como grande proprietário); e ainda sua relação com os poderes locais, como assegura sua prima Antônia que lembra que Valério era agrimensor:

Cíntia – E esse Valério ele trabalhava pra alguém?

Antônia – Trabalhava! Pra todo mundo que queria medir terra.

Cíntia – E ele mediu muita terra?

Antônia – Meu Deus e ele era dos tal, ele tirava duns que tinha... Ele tirava de quem não tinha pra dá pra quem tinha. Era um terror e era meu primo, mas era um terror. Ninguém gostava dele.<sup>600</sup>

De qualquer forma, segundo relato de moradores da região, Valério convenceu Sil- vério Hermenegildo da Silva – seu primo materno – a vender as terras que possuía na região do Espriado para estabelecer-se em sua propriedade na condição de posteiro, em meados dos anos 40. Silvério e sua esposa, Antônia José de Jesus (também prima – pela família paterna – de Valério), trabalharam ali desde seu casamento, em 1949, abrindo os campos, cultivando terrenos, enfim, mantendo produtivos os terrenos que asseguravam a Valério sua condição de “homem rico”. Também ali Antônia e Silvério criaram os seus filhos, Domiciana e João Carlos. Como o trabalho ali realizado nunca foi remunerado – trocava-se trabalho pela possibilidade de acesso à terra – Antônia, hoje em dia, equipara a sua situação à dos escravos: “Nós tava que nem escravo trabalhando nesse campo todo”<sup>601</sup> – uma vinculação identitária semelhante àquela que, como vimos, a população de Morro Alto utilizou-se em sua oposição ao usucapião de Agostinelli.

Com a morte de Silvério os autores permitiram que Antônia permanecesse na chácara onde residia. Porém, a tal “chácara” referida na inicial nunca foi individualiza- da do todo maior por cerca, tampouco a permissão de uso foi documentada, pois era tácita, sendo Silvério afilhado do pai de Valério, Florêncio. Em setembro de 1980, con- tudo, Valério, sua irmã, e sobrinhos ingressaram com um processo de reintegração de posse, já que Antônia ergueu, em fevereiro do mesmo ano, uma cerca em que individu- alizava a chácara por ela ocupada.<sup>602</sup>

<sup>600</sup> Entrevista de dona Antônia José de Jesus, realizada no dia 08/11/2001, em sua casa no Esteiral do Bor- ba, por Cíntia Müller, Rodrigo Weimer e Cristian Salaini.

<sup>601</sup> Entrevista de dona Antônia José de Jesus, realizada no dia 08/11/2001, em sua casa no Esteiral do Bor- ba, por Cíntia Müller, Rodrigo Weimer e Cristian Salaini.

<sup>602</sup> Processo nº 6387/452 – Reintegração de Posse – 11 de setembro de 1980. Fórum de Osório, 1ª Vara Civil.

É importante observar que, embora Valério seja considerado um parente, um integrante da comunidade por parte dos entrevistados, distinta é a situação de seus herdeiros. O seu irmão casou-se com uma integrante da família Milchareck, de origem polonesa, sendo esse o sobrenome dos seus sobrinhos, qualificados pelos entrevistados como “italianos” ou “gringos”, vistos, pois, como pessoas de fora.

Não sabemos quais motivos levaram Antônia a erguer a cerca, mas vêm à tona, ao longo do processo, que ela estava sofrendo ameaças e vinha sendo impedida de realizar suas roças. É possível que a cerca tenha sido levantada em uma atitude defensiva de sua parte, a fim de manter o uso da terra como vinha fazendo há mais de trinta anos. Ao que parece, com o passar dos anos e a morte de seu esposo, Antônia passou a se sentir desprotegida sem a colocação de uma cerca que afirmasse o limite de sua propriedade. Aliás o Borba sempre fora um “lugar sem cercas”, segundo a mesma informante. É necessário observar, também, que no início dos anos 80 Valério já era idoso, e provavelmente os negócios familiares eram geridos por seus sobrinhos, que não compartilhavam das relações comunitárias de reciprocidade. Finalmente, podemos observar que, com as flutuações econômicas da segunda metade do século, os campos do Borba – justamente “abertos” por Antônia e seu marido – adquiriram uma importância econômica anteriormente inexistente, sendo a produção de subsistência praticada por Antônia um obstáculo para uma exploração capitalista da parte dos herdeiros de Valério.

Embora diversas testemunhas – vizinhos pertencentes à comunidade, como Pascoal José da Silva e Elpídio Santos da Silva<sup>603</sup> – tenham apontado que Antônia e Silvério ocupavam área de aproximadamente 18 hectares (a cerca erguida, e que os autores do processo consideravam um esbulho, dava conta de em torno de 13 hectares), a família Milchareck pretendia restringir sua chácara a apenas 3 hectares. Após tramitações diversas, marcadas por um grau significativo de violência rural, incluindo ameaças a Antônia e seus filhos, a justiça decidiu pela com posse entre os autores e a ré no que se refere aos 13 hectares cercados por Antônia.

Após a morte de Valério, os Milchareck fizeram nova iniciativa para tirar as terras que Antônia ocupava há tanto tempo: ingressaram, em maio de 2001, com processo visando à extinção do condomínio e da com posse decidida judicialmente durante os anos 80.<sup>604</sup> É importante observar que Gabriel Milchareck adquiriu, em 1996, a parcela dos direitos que Rosalina Luiza da Silva, Flávio Rogério Joaquim da Silva, Noemy Luísa da Silva, Manoel Joaquim da Silva e sua esposa Inês C. da Silva e Omar Joaquim da Silva tinham sobre o terreno co-possuído com Antônia. É interessante, pois, se por um lado Antônia compartilha o uso de seu terreno, o que parece justificar tantas ações judiciais da parte dos co-possuidores, estes se desfazem de parte de seus direitos de propriedade em benefício de terceiro.

Em audiência realizada no dia 12 de novembro de 2001 ficou decidido o seguinte: “a área de 3,8 hectares que já é ocupada por Antônia permanecerá sob sua posse, em relação a qual os requeridos não a contestam. A área remanescente de

<sup>603</sup> Processo nº 6387/452, fl. 22.

<sup>604</sup> Processo nº 38665 – Ação de Extinção de Condomínio de Área Rural (Com posse) – 07/05/2001. Fórum de Osório, 1º Cartório Civil e Criminal.

81.474,80 m<sup>2</sup>, já excluída a área de marinha, é dividida em 10 cotas de 8.174,48 m<sup>2</sup> para cada compossuidor”.<sup>605</sup>

Das 10 partes de 8.174,48 m<sup>2</sup>, graças às cessões de direitos realizadas, Gabriel detém cerca de 5 partes, ou seja, metade das cotas do condomínio extinto. Mais uma vez, Antônia foi apertada sem compreender, dentro de sua concepção de posse justificada pelo uso da terra, como pôde ter perdido o direito de usar toda a área que limpou e manteve produtiva por mais de 30 anos e que em sua concepção, extrapola os 13 hectares do processo n. 6387/452, estando em condomínio o conjunto da fazenda de Valério.

Também na região do Borba ocorreu o processo envolvendo Ildo Forte e seu pai Firmino Vicente Forte. Ambos moveram uma ação de reintegração de posse contra os descendentes de Walter Marques de Medeiros, requisitando a reintegração de posse sobre dois hectares de terras que, segundo os autores, foram invadidos por Walter.<sup>606</sup> Firmino declarou ter reclamado com Walter, requisitando a devolução dos ditos terrenos, no que o invasor havia se comprometido a pagar por eles. Contudo, esse acordo permaneceu na esfera da informalidade, sem qualquer registro escrito, o que debilitou a família Forte para reaver o terreno invadido:

Firmino Vicente Fortes, residente e domiciliado em Morro Alto, viúvo, brasileiro, com 92 anos de idade. PR. Há uns quarenta anos atrás o depoente comprou um terreno de vinte braças de frente de Dequinha Marques. Muito tempo depois Walter Medeiros comprou área lindeira e ao cercar a área comprada atingiu parte da área do depoente. O depoente não sabe que metragem Walter atingiu. O depoente foi falar com Walter e este disse que compraria a área atingida do depoente. Não chegaram a fixar valores. Ninguém assistiu esta conversa. Não sabe quanto tempo Walter utilizou a área do depoente até falecer. Depois deste contato com Walter e desta promessa o depoente nunca mais falou com ele. Depois da dita promessa não foram tiradas ou colocadas cercas no local.<sup>607</sup>

Embora diversos depoimentos comprovassem que aqueles terrenos pertenciam a Firmino e seu filho, tendo sido cercados por Medeiros – dentre os quais o de Ermengildo Manuel da Silva e de Elpídio Marques da Rosa – e Ildo Forte tenha sempre pago o imposto pela terra invadida, a versão sustentada pelos integrantes da comunidade não foi respeitada pela justiça.

De outro lado, os réus anexaram ao processo, com evidente má-fé, escrituras de compras de terras vendidas pela família Forte nos anos 1960. Como vimos, as transformações econômicas desta época deixaram muitas famílias desamparadas e fizeram com que diversos deles vendessem suas terras – situação mais grave no Ribeirão, onde inexistiam pedreiras a explorar. No entanto, as escrituras anexadas diziam respeito a outros terrenos – aqueles herdados de André Marcelino Forte – e não à área então em lití-

<sup>605</sup> Processo nº 38665, fl. 63.

<sup>606</sup> Processo 12007 – Ação de reintegração de posse movida por Ildo Forte dos Santos e Firmino Vicente Forte contra Maria Jesus Quadros de Medeiros, Maria de Lourdes Vedovato, José Luiz Quadros de Medeiros, Sonia Terezinha Medeiros Pacheco, Valter Quadros de Medeiros, Tânia Mara de Medeiros Rodrigues, Maria Goreti Quadros de Medeiros. 1996, 2ª Vara Civil do Fórum de Osório.

<sup>607</sup> Processo 12007, depoimento de Firmino Vicente Forte, fl. 16. Ver também, no ponto 1.4, acerca do caráter informal e da oralidade que caracterizavam o mercado de terras na região.

gio, que dizia respeito a vinte braças adquiridas por meio de recibo em 1924 do ex-senhor Manuel Marques da Rosa por João Vicente Forte e Firmino Vicente Forte. Este documento foi anexado ao processo e é guardado até hoje pela família em questão. Essa terra não apenas jamais foi vendida pela família Forte como, inclusive, teve os impostos territoriais pagos por Ildo ao longo de toda sua vida.

Contudo, tais aspectos não foram levados em conta pela justiça, que deu ganho de causa aos Medeiros. É estranho que o advogado de Ildo Forte não tenha recorrido a instâncias superiores, e tampouco tenha se empenhado mais em demonstrar que os Medeiros agiram de má-fé ao apresentar documentos de aquisição de terras diferentes daquelas em disputa judicial.

É importante observar que desses processos depreende-se, por um lado, um apoio mútuo da parte dos grandes proprietários da região, interessados em manter sua hegemonia: Walter Medeiros, por exemplo, depusera a favor de Valério Luiz da Silva no processo contra Antônia. Por outro lado, a solidariedade comunitária também transparece nesses processos, já que o depoimento de Pascoal José da Silva e Elpídio Marques da Rosa apontavam para uma dimensão de terras superior àquela na qual os Milchareck a restringiram; e da mesma forma, Ermenegildo Manuel da Silva e Elpídio Marques da Rosa apresentaram depoimentos favoráveis à demanda de Ildo Forte e seu pai.

No entanto, tais depoimentos foram desconsiderados, talvez por racismo, nas decisões judiciais tomadas. Enquanto a presença de Walter Marques de Medeiros nos quatro hectares tirados da família Forte por meio de cercamento com arame farpado foram legitimados “por jamais terem sido contestados” (“verdade” dos invasores, não dos invadidos), o mesmo não se deu no caso de Antônia José de Jesus, esta sim que durante mais de quarenta anos esteve ocupando a terra de forma consentida.

A argumentação judicial desenvolvida deu contornos de concessão à invasão empreendida pelos Medeiros e atribuiu o caráter de invasão ao trabalho gratuito e não-remunerado desenvolvido por Antônia e seu marido. A posse de Antônia, mansa e pacífica, foi desconsiderada, ao mesmo tempo em que se atribuiu “mansidão” e “pacifismo” à invasão de Medeiros às terras da família Forte. Se hoje a viúva de Silvério Ermenegildo perdeu as terras nas quais sempre trabalhou e, corretamente, julga-se “ainda escrava”, o mesmo se deu com a anuência do poder judiciário.

# Última Hora

ANO IV - PORTO ALEGRE - SÉRIE A - 4 DE SETEMBRO DE 1963 - N. 1.895

P. Central

## Cem Soldados da BM Contra "Sem Terra"

# TERROR EM OSÓRIO



★ Devido cumprir ordens do coronel Goncalino Calado, dois tenentes da Brigada tentaram impedir, ontem a noite, o contato de uma comissão de deputados com os agricultores "sem terra" que se encontram acampados na região de Morro Alto município de Osório. Somente após muita discussão os parlamentares puderam confirmar, junto aos camponeses os espantamentos de que têm sido vítimas, bem como a prisão do vereador Protacio Marques, presidente da Câmara de Osório. As fotos de Ary da Rocha mostram o bloqueio militar da estrada que leva a Capão da Canoa e os deputados em palestra com os "sem terra". (Veja mais detalhes na página 3).




 Uma família  
unida  
há meio século

Foto 1. A "reforma agrária" de Osório retratada nos jornais da capital: *Última Hora*, 14/09/1963: "Terror em Osório".



★ Agricultores mostram-se dispostos a transformar terras improdutivas em núcleos agrícolas de alto rendimento.

# Sem-Terra Acamparam em Osório

**ronda**

1 — A Federação dos Camponeses vem de combater valentemente o ataque sindicalista que abrange 111 municípios camponeses para a cidade de João Pinheiro.

**OSÓRIO 18 UH: —** Apesar de dois agricultores terem sido barbaramente espancados e de um animal ter sido seqüestrado por elementos da Brigada Militar, camponeses por breca continuam acampados em Morro Alto, neste município, exigindo terra para trabalhar. Os manifestantes contam com a solidariedade inclusive de fazendeiros, como é o caso do sr. Luis Bassani, que ontem mandou abater uma res

para a alimentação dos acampados.  
Um grupo de funcionários da SUPRA e de dirigentes do MASTER e dos sindicatos da Capital estão em visita ao acampamento camponês. Os sindicatos decidiram solicitar imediatas providências do Presidente João Goulart e do sr. João Pinheiro Neto. Denunciarão também, as violências cometidas pelos brigadianos.

**movimento sindical**  
JOÃO AVELINE

Foto 2. A "reforma agrária" de Osório retratada nos jornais da capital: *Última Hora*, 18/09/1963: "Sem-Terra acamparam em Osório". Observar na foto os agricultores, muitos dos quais negros de Morro Alto, mobilizados e armados. A legenda informa que "Agricultores mostram-se dispostos a transformar terras improdutivas em núcleo agrícola de alto rendimento".



Foto 3. Vista, do alto das pedreiras, da região onde ocorreu a ocupação de terras no "tempo da reforma agrária".





*Foto 4. O discurso que derrubou a ditadura: Ercília Marques da Rosa em comício na praça central de Osório, 1985. Foto gentilmente cedida por Ercília Marques da Rosa.*



## 2. Parentesco e religiosidade

### 2.1 – A COMUNIDADE DE MORRO ALTO: LAÇOS, DESCENDÊNCIA E TERRITORIALIDADE

#### 2.1.1 – *Aqui todo mundo é parente*

A comunidade de Morro Alto se apresentou a nós como um conjunto constituído de pessoas que são todas “parentes”. Dizem “aqui, tudo é parente”, querendo com isso mostrar os vínculos de parentesco e sociais existentes entre eles o que ao longo da pesquisa pode ser desvelado.

Há, nessa comunidade, uma construção dos vínculos de parentesco que extrapola as noções antropológicas de consangüinidade e aliança e estão, também, para além do compadrio (parentesco ritual). Envolve parentesco mítico, parentesco por adoção e pertencimento ao território. Podemos dizer que há uma lógica presidindo as definições do que é ser parente, ser da “gente de alguém” e, principalmente “ser de Morro Alto”,<sup>608</sup> que articula ancestralidade, patrilocalidade e matricentralidade. “Ser de Morro Alto” funde os vínculos e estes buscam outras formas de expressão mediadas pelo idioma do parentesco: irmandades religiosas, maçambiques, herança da “coberta da alma”, ajuda no parto. A lógica que opera a ancestralidade estabelece os vínculos com os ascendentes escravos; outra, horizontal, reforça os laços de solidariedade entre pessoas de uma mesma geração e passa pelos vínculos com os ascendentes pelas via materna ou paterna, vínculo esse que frequentemente é marcado pelo segundo nome. Nesse sentido, a identidade social da comunidade se efetiva a partir do parentesco, idioma ao qual recorrem para afirmar seu pertencimento à comunidade e ao território. A herança da terra percor-

---

<sup>608</sup> Usamos aqui Morro Alto como uma categoria englobadora das diversas localidades onde residem os morenos e negros da comunidade. Remete ao território originalmente ocupado pelas fazendas de Morro Alto e Aguapés.

re a via paterna, esta também marcada pelo sobrenome e sedimentada pela patrilocalidade. O lugar que os membros da comunidade ocuparam no cuidado dos velhos – representantes dos ancestrais – e da terra, lugar que marca a origem de seus laços, faz parte das regras de inclusão e exclusão de membros na família e na herança.

Esse sistema de classificação das parentelas de Morro Alto é expressão de uma lógica que remete aos ex-escravos de antigos proprietários da região. São parentes em relação a sua posição na descendência dos fundadores da comunidade,<sup>609</sup> o que gera formas de classificação também marcadas por nomes e uma espécie de parentesco classificatório que conduz à designação dos adultos da geração dos pais e dos avós como tios e tias.<sup>610</sup>

É possível estabelecer uma analogia entre aspectos desse sistema com o sistema Nuer relatado por Evans-Pritchard:

Uma linhagem, no sentido em que geralmente empregamos essa palavra, é um grupo de agnatos vivos, que descendem do fundador dessa linha determinada. Logicamente ela inclui também pessoas mortas que descendem do fundador – e algumas vezes empregamos a palavra para incluí-las também – mas essas pessoas mortas somente são significativas enquanto sua posição genealógica explica os relacionamentos entre os vivos.<sup>611</sup>

Pode-se, então, estabelecer que é um sistema de *quase linhagem*,<sup>612</sup> embora não apresente o princípio de filiação unilinear, próprio desses sistemas, bem como não seja reconhecida pela sociedade global, esta, portadora de uma estrutura de parentesco bilateral. Nesse sentido pode-se usar a noção de “ramo” que em tudo se assemelha à de linhagem, porém admitindo a filiação bilinear. As parentelas assentam seus vínculos sobre um ancestral comum, porém manipulam a regra de proximidade com ele jogando com o código do parentesco bilinear e localidade. Essa questão conceptual pode ser desprezada desde que se leve em conta que Evans-Pritchard identificou entre os Nuer outros segmentos que articulam e estabelecem vínculos de descendência e parentesco, tais como a noção êmica de “mar” que vincula um homem com o irmão de seu pai e o de sua mãe. Nesse sentido, “qualquer pessoa com que um homem pode traçar um vínculo genealógico, quer através de homens, quer através de mulheres, é mar para ele.”<sup>613</sup> Ou seja, a lógica segmentar é possibilitada pelas múltiplas classificações internas que o

---

<sup>609</sup> Sobre isso ver Bandeira; Dantas, 2002.

<sup>610</sup> Sobre isso, uma entrevistada informou que os primos-irmãos dos pais eram chamados de tios e tias. Isso mostra que há um uso classificatório das categorias de parentesco que possibilita distinguir dois tipos de primos, uns sendo emparelhados aos tios e outros sendo “primos”, o que é semelhante ao sistema dominante. Essa classificação no sistema de terminologia de parentesco cumpre funções no delineamento do âmbito dos sistemas matrimoniais.

<sup>611</sup> Evans-Pritchard, 1978, p. 202.

<sup>612</sup> Define-se linhagem como um grupo “formado pelos indivíduos que se reclamam do mesmo antepassado comum, em virtude de uma regra unilinear. Em virtude de filiação não-unilinear fala-se por vezes em ramo. Os membros de uma linhagem são capazes de estabelecer a sua relação genealógica com o antepassado fundador, o que distingue linhagem de clã. A linhagem é reconhecida como entidade autônoma pela sociedade global” (Panoff; Perrin, 1979, p. 110).

<sup>613</sup> Evans-Pritchard, 1978, p. 203.

sistema de linhagem Nuer admite fazendo com que parentesco e pertencimento à linhagem não coincidam obrigatoriamente.

A comunidade de Morro Alto, inserida noutra realidade e noutro tempo, conjuga elementos presentes no sistema de linhagem Nuer a elementos da sociedade envolvente, buscando a um tempo resguardar a sua ancestralidade, seus laços sociais internos (imprescindíveis para sua continuidade e organicidade), seu território<sup>614</sup> (permanentemente em risco de expropriação) e inserir-se na sociedade envolvente mediante os códigos que ela fornece e por vezes impõe. Temos em Morro Alto uma combinação interessante, porque ao mesmo tempo em que garante a preservação da memória sobre os antepassados, possibilita também lidar com as ausências do reconhecimento formal do pai ou pais, pois a geração de filhos de uma mãe com mais de um pai é fato referido por alguns informantes (embora seja mais freqüente do que o mencionado na documentação examinada especialmente das gerações mais antigas) e autorizar matrimônios dentro do grupo sem comprometer suas regras de exogamia.

A memória sobre o ancestral percorre a via que conduz a ele através das sucessivas gerações, partindo do genitor que possibilita o percurso à geração seguinte segundo a mesma lógica, ou seja, expurgando e incluindo de modo a situar-se na linha de descendência que estabelece seu lugar no conjunto (aqui se situa a dimensão da *quase linhagem*). Os vínculos horizontais entre ancestrais podem ser acionados sempre que servirem como reforço do pertencimento ao “ramo” (ou parentesco cognático). O entrevistado pode dizer: “aí é pelos dois lados”, o que é bastante freqüente, pois o intercassamento entre os diversos ramos é muito comum. O mesmo princípio é manejado para estabelecer os vínculos horizontais de parentesco entre membros dos ramos distribuídos entre as diversas localidades que compõem o território.

Desse modo, a afirmação de que “aqui tudo é parente” refere a: a) parentesco com ancestrais fundadores da comunidade; b) parentesco entre os ancestrais fundadores; e c) parentesco entre os descendentes dos ancestrais fundadores selado por intercassamento, adoção e compadrio.

O sistema de filiação é reconhecidamente bilateral, porém suas genealogias, reconstruídas a partir de sua memória não apresentam, como vimos, essa lógica. Na rememoração dos seus ascendentes nem sempre se encontra um casal completo. Da mesma forma, não há consistência plena sobre a linha de descendência matri ou patrilinear. No modo como reconstituem seu passado, a conexão se dá com a linha que os liga aos ex-escravos-ancestrais-fundadores.

Os laços verticais com os ancestrais e o parentesco que eles fundam, articulam o sentimento de pertença ao território mais amplo, Morro Alto, que fala não só de uma identidade local (pois remete às localidades que compõem a comunidade) mas principalmente de uma identidade étnica que toma a ancestralidade e a localidade para se expressar. Ou seja, a auto-atribuição passa por esses elementos. A comunidade é reco-

---

<sup>614</sup> O caso do Sr. Ermenegildo é exemplar do peso que a ancestralidade ocupa na definição da transmissão do direito de permanência na terra. Seu vínculo de descendência com Teresa (um dos ancestrais fundadores) e a presença dela na localidade de Ribeirão num momento de sua vida, concedeu-lhe o legado da terra.

nhecida pelos “de fora” como particular, distinta e essa distinção se expressa na categoria de cor “morenos”.<sup>615</sup>

Há uma inflexão da memória na direção vertical-pretérita no modo como a comunidade fala sobre si. Isso é mais forte quando se trata dos descendentes dos cativos libertados e constituídos como herdeiros pelo testamento de Rosa Osório Marques.<sup>616</sup> Há, nesta parcela da comunidade, um parentesco simbólico que a vincula à memória de “Sinhá Rosa” ou “Nhá Rosa” e demais herdeiros dos Marques.<sup>617</sup> O legado de Rosa provocou na comunidade a crença de que as parentelas (ramos) herdeiras de Rosa seriam mais *legítimas*. A presença de um ancestral no testamento posteriormente acessado pela comunidade (com vistas à defesa de seus direitos à terra de usufruto) criou, a partir da sua organização com vistas ao pleito de reconhecimento como remanescente de quilombo, novos sentimentos de exclusão e inclusão ao território tanto por quem vive nas localidades como por quem delas já saiu. Aquilo que se apresentava como direito tradicional inquestionável, pautado na seleção camponesa de permanência na terra, passou a ser redefinido segundo a lógica da descendência do ancestral que a estrutura enquanto comunidade independentemente da lógica de ocupação dos terrenos de Morro Alto.<sup>618</sup> Essa memória dos ancestrais é reativada pela própria situação de pesquisa e de modo mais marcante ainda pelas reuniões, momento em que parentes e vizinhos preenchem suas lembranças com as experiências dos seus contemporâneos.

Aqueles que *não são* descendentes dos herdeiros de Rosa e não se vêem como contemplados com o direito percebido como legal à terra de usufruto no referido testamento, apoiam-se também nele, como meio de afirmar a verdade de sua memória. Se Rosa “botou no papel” é porque os senhores faziam sim essas doações, só que, como no caso de Rosa, os sobrinhos não respeitaram suas vontades. Desse modo, apropriam-se desta *prova* e aderem<sup>619</sup> à orientação dos herdeiros “no papel” quanto ao modo de proceder para garantir seus direitos à terra ou dela abrirem mão. O testamento ocupa ali o lugar de *prova da memória* e *prova dos direitos* dos negros cativos e seus descendentes. Talvez seja melhor dizer que o testamento é uma âncora para fixar a memória do território e dos vínculos e

---

<sup>615</sup> Vemos que de modo muito claro a comunidade não só é percebida como portadora de uma especificidade cultural e racial enquanto grupo social, como é identificada como detentora de direitos especiais sobre as terras que ocupam. A terra dos morenos é perfeitamente indicada pelas pessoas da região quando perguntadas sobre a sua localização.

<sup>616</sup> Segundo Dalla Vecchia, poucos teriam sido os casos de doações de terras por senhores de escravos. Esses fatos, de doação, eram reconhecidos como existentes por descendentes de escravos que não tiveram esse privilégio. No geral, os ex-escravos, sempre que os senhores “não judiavam” (Dalla Vecchia, 1993, p. 160), teriam ficado trabalhando para os antigos senhores, tendo um terreno para morar e fazer roça, ou como peões, domadores e agricultores. Os outros iam trabalhar nas outras fazendas e iam para as cidades.

<sup>617</sup> Conforme demonstramos anteriormente, a família Marques operava sua produção como uma unidade, que possuía características de *plantation*, havendo o compartilhamento da posse e uso dos escravos na maior parte de sua história, o que possibilitou a manutenção dos vínculos afetivos e de parentesco entre estes desde a sua implantação.

<sup>618</sup> Emerge uma sobrecarga da ancestralidade, que desde sempre pautou o delineamento da comunidade, que se recoloca, com base no recurso do sistema de herança da sociedade envolvente, buscando emparelhar pertença comunitária e parental com direito de herança.

<sup>619</sup> Essa adesão pode ser por delegação – baseada em relação de confiança ou respeito à posição que o delegado ocupa na parentela – ou auto-exclusão – concorda que não tem direito à terra.

sentimentos de pertença à comunidade e a Morro Alto. A referência ao testamento e à memória da promessa da terra pelos excluídos dessa lógica possibilita aproximar herdeiros e não-herdeiros e o parentesco é o idioma que melhor realiza essa ligação.

*Ser* ou *não ser* “herdeiro” propicia então um recorte no plano mais superficial da comunidade. Ao mesmo tempo contribui para delinear internamente a ocupação do território e respaldar direitos presumidos e reivindicados.<sup>620</sup>

A inflexão da memória na direção vertical-temporal pretérita é mais forte quando se trata dos descendentes dos cativos libertados e constituídos como herdeiros pelo testamento de Rosa Osório Marques. Há, numa parcela da comunidade, um parentesco simbólico que a vincula à memória de Rosa Marques e demais herdeiros dos Marques. A existência do documento escrito provoca na comunidade o reconhecimento das parentelas “herdeiras” de Rosa como legítimos. Ao mesmo tempo esse documento aciona a memória coletiva de tal modo que o passado está permanentemente no cotidiano.

As pessoas da segunda geração chamam todos os mais velhos, da geração dos pais e dos avós, de tias e tios. As da sua geração, primos. Chamar de “tia” ou referir-se aos “antigos” dessa forma (sejam vivos ou falecidos) tem, segundo suas justificativas, o sentido de marcar o “respeito”, indicar “a quem se pede a bênção”. É uma categoria que marca uma relação semelhante à guardada pela mãe e pelo pai. O “respeito” aos tios e tias é procedimento aceito como regra e sinaliza os termos de parentesco como indicadores da articulação comunitária, mesmo que em grande medida se possa verificar que há vínculos de parentesco, consangüíneos e de aliança – entre os locais. Ao final, considerando sua origem e modo tradicional de organização, todos são de fato “primos” ou, no mínimo reivindicam essa condição, sempre que seus ancestrais mais remotos possuam parentesco consangüíneo ou de aliança. Esse sistema de terminologias de parentesco guarda semelhanças com a definição de sistema classificatório<sup>621</sup> de parentesco.<sup>622</sup> Não se pode afirmar a existência de um *sistema* matrimonial assimétrico em Morro Alto em todos os casos analisados, mas há um certo padrão de assimetria nos casamentos entre parentes, primos ou até entre tios (no sentido comum do termo, e não no sentido êmico) e sobrinhos. Há algumas evidências de trocas matrimoniais entre gerações diferentes mas aliando linhagens que tradicionalmente casam entre si. As famílias de Ribeirão doam esposas para as famílias de Morro Alto e freqüentemente envolvendo gerações diferentes,<sup>623</sup> da mesma forma que no cotejo das relações historicamente mais remotas, verificou-se uniões e laços de compadrio entre Morro Alto e Aguapés.

O uso da palavra “tio” ou “tia” em Morro Alto não se confunde com a versão urbana desse costume. Chamar por um termo de parentesco em Morro Alto fala muito

---

<sup>620</sup> Sobre isso ver capítulos que remetem ao território de ocupação e ao uso da terra.

<sup>621</sup> Sobre isso ver Lévi-Strauss, 1982.

<sup>622</sup> É um sistema em que a terminologia de parentesco designa pela mesma categoria parentes de diferentes tipos. Por exemplo, no nosso sistema, a categorias avô inclui o pai da mãe e o pai do pai, pode ser definida como classificatória. Porém, Morro Alto toma as categorias tio e tia classificatoriamente para designar pessoas da geração dos pais, avós, e primos-irmãos deles todos.

<sup>623</sup> O uso do nome da localidade não invalida a semelhança, pois as linhagens ou ramos localizaram-se em territórios particulares e hoje podem ser referidas pela localidade além do nome do ancestral.

mais dos vínculos que possuem entre si e que são percebidos como parentesco de fato e com o poder de classificação que possui, indicado pelo “respeito” Quanto mais se retrocede no tempo, saindo da memória e usando os documentos históricos, mais esses vínculos puderam ser verificados, mas nos importa aqui marcar a função social que o reconhecimento do parentesco possui e possui naquela comunidade.

Atuar como parteira no nascimento de alguém cria um vínculo especial, equiparável ao do compadrio. Não se percebeu a existência da figura da parteira, embora algumas mulheres tenham-se destacado nesta função. Pelas informações, qualquer vizinha, parente ou comadre podia fazer isso. No tempo dos antigos, todas as mulheres experientes eram *parteiras* de suas parentas e vizinhas, mas algumas mulheres eram tidas por boas e auxiliavam nos partos de crianças de uma determinada localidade. Por exemplo, Edite e seu marido nasceram pelas mãos da mesma parteira. Essas mulheres tornavam-se “tias” das crianças que faziam nascer e podiam passar a ser chamadas de “mães” da mesma forma que as mães de criação.

O batismo também estabelece e reforça os vínculos de parentesco. Alguns casos podem ilustrar esses vínculos. O Sr. Ramão,<sup>624</sup> descendente dos Inácio e residente em Morro Alto, é padrinho de um filho de D. Aurora (descendente de Merêncio e residente no Faxinal do Morro Alto). Por sua vez, o Sr. Ramão é afilhado do seu tio que o criou como filho. Aurora é madrinha também de Aurora Inácia (neta de Felizberta e nora de Olina Eufrásia), também chamada de Aurora sobrinha, ou Aurora “2” como referiu Teresa; daí, provavelmente o uso do nome Aurora combinado com o da ancestral Inácia (avô, Manuel Inácio, marido de Felizberta, que por sua vez tomou o nome de sua avó Inácia,<sup>625</sup> conectando por essa via os Inácio aos Eufrásia e com o ramo de Felizberta). Pode-se tomar qualquer membro da comunidade e desvendar os vínculos que pela descendência, seja consanguínea, seja de aliança, são reconhecidos pelos seus membros. Essas reconstituições não necessitam ser muito trabalhadas para que sejam trazidas ao pesquisador. Os moradores de Morro Alto, em função das características que possui sua organização social, tem a lógica da genealogia bastante desenvolvida, inclusive manejando os nomes<sup>626</sup> que são compostos e grandes. O ancestral e sua função como fundador da família (“ramos”), do território e da comunidade possibilitam e exigem a preservação da memória dos laços com o passado e com isso aqueles que os vinculam a seus conterrâneos. As lutas e os conflitos fundiários que precisaram encabeçar, também contri-

---

<sup>624</sup> O Sr. Ramão Maria Inácio tem 93 anos e reside em Morro Alto. Concedeu entrevista porém não considera ter relação com a terra de “usifrutí” porque sua mãe comprou “dos Machado” o seu terreno e “tem o papel direitinho”. Ele é percebido pela comunidade organizada na Associação Rosa Osório Marques, não pela sua pessoa mas por vínculos sociais que possui, como parte do grupo “os contra”.

<sup>625</sup> Inácia era escrava de José Marques da Rosa, mãe de Reginalda (escrava de Ana Osório Marques que por sua vez teve quatro filhos, entre eles Inácia, o nome que vai se repetir na geração seguinte, no caso nomeando uma sobrinha, filha de João “mulatinho” e Angela Reginalda, ex-escrava de Maria Joaquina Marques, isso já em 1895 aproximadamente). Hoje, pela via do vínculo com Reginalda, estabeleceu-se o vínculo dos “Hortêncios” (o nome do pai prevalece e o pré-nome Reginalda é ainda hoje a marca da ancestralidade).

<sup>626</sup> Segundo Oliveira, a comunidade de Quilombo do Laudêncio tem o costume do colocar o nome do pai como segundo nome dos filhos (Oliveira, 2002).



bufram para a preservação do passado, especialmente com relação à descendência – valor básico na sucessão na terra.

Podemos então considerar que o plano de parentesco pelos ramos, dado pela relação de descendência com os ancestrais, é o elemento mais estruturante da comunidade e o parentesco horizontal (bilateral) mais operacional no sentido de prover, sem necessitar remeter aos vínculos ancestrais, sentimentos de dever de ajuda entre irmãos legítimos ou não, de mesmos pais e mães ou não,<sup>627</sup> além de sinalizar as uniões possíveis e as interditas.

Foi freqüente observamos a existência de “filhos de criação”. É uma prática muito interessante, pois liga pessoas pela adoção não legal e preservando os laços entre as genitoras e seus filhos e incluindo as “mães de criação” no universo familiar das crianças.

Os filhos de criação podem ser excluídos ou sentirem-se excluídos do ramo ou linhagem, pois a consangüinidade é reconhecida na comunidade. Entretanto, membros da comunidade podem conquistar direitos pela reverência, o cuidado prestado a um idoso representante dos ancestrais, e tomar conta da terra, lugar onde se atualiza o parentesco com o ancestral. Em geral, os filhos de criação são parentes de parentes, via de regra do cônjuge ou de outro ramo da linhagem dos ancestrais fundadores.

O filho de criação pode ser um “filho natural” de um parente (Sr. Ramão e Sr. Osvaldo foram designados por essa expressão).

O caso de Osvaldo, filho de criação de Olina, é um caso interessante de guardião do lugar no terreno, e das práticas de *adoção* existentes na comunidade. Ele é filho da sobrinha da irmã do marido de Olina, esta, membro do ramo dos Eufrásia, e ocupante da terra pela ausência de um membro homem do ramo para “marcar” o posto na terra. Osvaldo nasceu das mãos de Olina, foi batizado por ela e criou-se na sua casa, junto à família. Sua cunhada, viúva do filho de Olina, Aurora Inácia, reconhece o direito de Osvaldo residir no que sobrou do terreno de sua mãe que foi “vendido”<sup>628</sup> em troca de casas mais confortáveis.

A esposa de Osvaldo – Teresa –, por temer ver seu marido excluído da “herança” de sua mãe de criação – Olina Eufrasia – devido à condição de filho natural e adotado – sugere se não seria direito ele reivindicar a terra, já que foi criado por uma “herdeira”<sup>629</sup> e se “criara com suas irmãs na mesma casa”. A *casa* nos aponta que a família ali se atualiza e indica o modo de incorporação dos adotados. Não são incluídos no ramo. São incluídos na família através da criação dentro de casa. Aqui vemos atualizar-se o plano dos deveres entre irmãos que conduzem ao acolhi-

---

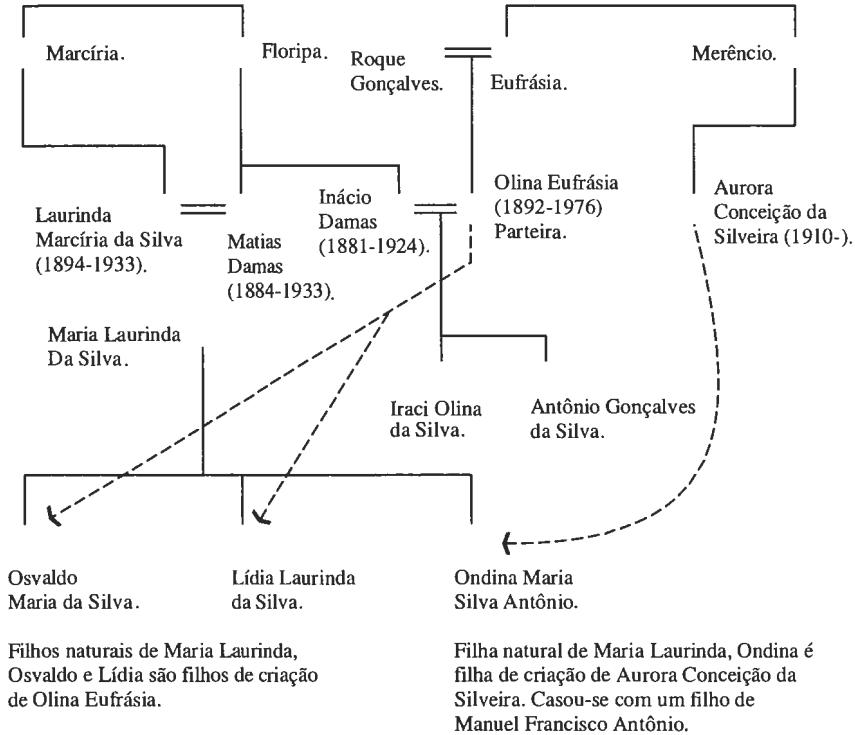
<sup>627</sup> Não há o reconhecimento, pela comunidade, de uma igualdade plena nessas fratrias. Todos são capazes de distinguir e distinguir-se quanto à filiação materna e/ou paterna. Entretanto, esse reconhecimento da diferença entre irmão segundo a filiação plena ou parcial não reduz os deveres de ajuda embora possa vincular os sujeitos a localidades diferentes e a *status* diferentes.

<sup>628</sup> Como vimos anteriormente, essa venda é considerada uma *enrolação* realizada por Agostinelli, segundo os depoimentos coletados na comunidade.

<sup>629</sup> A informante citada, Teresa, está claramente operando com o código do testamento de Rosa como conferidor de direitos às terras em Morro Alto, ao mesmo tempo que maneja a lógica jurídica de herança e partilha da sociedade envolvente. Entretanto, aciona a pertença à família e o fato dele ter-se criado na casa de Olina para denunciar as injustiças que ele pode vir a sofrer pelo fato de não ser “herdeiro”.

## GRÁFICO GENEALÓGICO 11

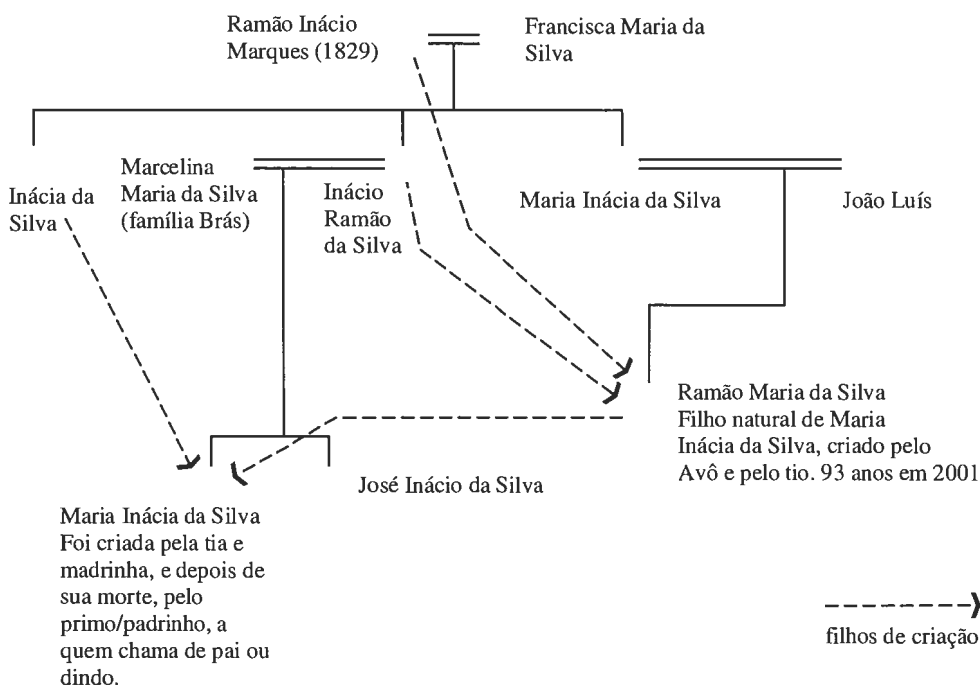
Filhos naturais e de criação: o caso da família de Olina Eufrásia



mento de filhos sem pais. O tio materno da mãe solteira cumpre o papel de pai e sua esposa de mãe de criação. Esse acordo pode ser selado pelo batismo do bebê pelos pais de criação e assim *legitimar* a adoção. Esse processo, como já mencionamos, não inclui o adotado no ramo e sim na família, o que não significa alterar os laços de parentesco já existentes. Apenas propicia um “chão” para morar e um lar onde possa crescer “em família” e ingressar na rede de direitos e obrigações próprias dessas instituições sociais. A categoria “ser de casa” e “ser da família” foi encontrada em famílias negras de classe média estudadas em Porto Alegre por D. Barcellos.<sup>630</sup> Ali

## GRÁFICO GENEALÓGICO 12

Filhos naturais e de criação: caso da família de Ramão Maria da Silva



tornou-se claro que “ser de casa” é “ser da família” mas não obrigatoriamente parente. O parentesco é sempre percebido como consangüíneo e fala mais das relações de descendência, verticais, de um ramo ou “lado” como é comum ouvir-se também em Morro Alto.

Essa observação, se nos mostra a força da consangüinidade e da descendência, nos mostra também o quanto é forte o princípio do direito à terra pela via da socialização na família e no território através da “casa”. A “mãe natural” de Osvaldo procedia de outra região e de outra parentela (os Laurinda), tendo sido acolhida por Olina Eufrásia (do ramo dos Eufrásia) e ali dando à luz e criando seu filho em Morro Alto sob a proteção do seu tio, marido de Olina. Ter-se “criado” em Morro Alto, além de ter ali nascido,

estão entre os principais fatores que produzem o sentimento de pertença àquela terra e não a outra. O “sangue” não é passado só de mãe ou pai para filhos nem de avós para netos. O “sangue” é passado através da terra, através do umbigo enterrado no “terreno” da família na região ou localidade.

O Sr. Ramão, com 93 anos na data da entrevista, é outro “filho natural”. Criou-se com o irmão de sua mãe, Maria Inácia – mãe solteira –, que a acolheu. Ela comprou um pedaço da terra do antigo dono (Marques Machado<sup>631</sup>) em Morro Alto. Hoje, José Inácio (filho do tio materno de Ramão), que herdou também terra do seu pai Inácio Ramão, (tio de Ramão) detém o direito a ela pelo quinhão paterno e também por venda desses direitos por Maria Inácia e Ramão. A terra contém uma pedreira que, arrendada, possibilita a ele manter-se nela. O Sr. Ramão vive de sua aposentadoria como agricultor residindo no terreno que foi de seus ascendentes, bem como Maria Inácia sobrinha também preservou o direito de moradia que hoje já se estendem a sua filha e netos, na oportunidade da pesquisa, residindo em Morro Alto, no terreno do Sr. Ramão. O Sr. Ramão, chamado de “Mãe” pela afilhada, tem na filha dela uma “neta”. O Sr. Ramão nunca se casou.

Esses dois casos exemplares de *adoção* nos mostram que as categorias “tio”, “tia” não são destituídas de valor nas estratégias de reprodução social da comunidade. A mãe solteira sempre vai dar à luz a seu filho fora de seu território. Os tios e tias acolhem e “criam” esse parente nascido sem pai. Dessa forma, todos os tios e tias são mães e pais adotivos potenciais ou reais especialmente nesta comunidade que, descendente de escravos, tem na sua trajetória a bastardia como traço marcante e estigmatizante, especialmente por possuir na sua memória, filhos de senhores com escravas.<sup>632</sup> Embora Klaas Woortmann nos mostre essa estratégia como bastante típica do camponato brasileiro nordestino,<sup>633</sup> o sentido que tomam essas práticas em Morro Alto, por decorrência da fronteira étnica que distingue os negros dos não negros, sinaliza, além de estratégias de proteção à honra, dever de ajuda, entre outros, para a solidariedade étnica, esta sim, a que está além das regras da sociedade envolvente e além da moral que ela impõe.

Há, então, uma recorrência de *adoções* entre parentes, especialmente de netos por avós e sobrinhos por tios tanto na memória quanto na atualidade (Aurora, Ercília, Ramão criam seus netos consangüíneos ou de criação – pode ser o filho da filha de criação). Olina Eufrásia foi parteira no parto de Laurinda, mãe do Sr. Osvaldo, gerando sua *adoção* por ela, o que produziu em sua esposa o sentimento de direito à

---

<sup>631</sup> Como vimos, Machado realizou inúmeras vendas na região, inclusive aos ex-escravos. Sobre isso ver material da parte histórica.

<sup>632</sup> Descender de escrava com senhor amplia o senso de direito à terra em Morro Alto, embora esse não seja uma informação usada com facilidade, já que o fato é sensível à moral dominante, à memória afetiva e ao “respeito” aos ancestrais e contrarie o princípio de descendência escrava que foi capaz de manter viva a comunidade.

<sup>633</sup> Woortmann, 1992, p. 1-54.

terra que ocupa por concessão de irmãs e cunhadas adotivas (herdeiras reconhecidas pelos demais “herdeiros”).

Uma outra questão importante esses fatos nos mostram: na ausência de descendentes homens vivos, o homem *adotado* foi quem permaneceu no território de Eufrásia quase como guardião da terra. As mulheres seguem o destino de seus maridos, pois o sistema é virilocal, e podem ser excluídas sempre que a pressão sobre a terra aumentar. Está em curso processo de usucapião contra os Eufrásia por parte dos Merêncio (os “tia Aurora”, conforme Teresa, esposa de Osvaldo). A presença de Osvaldo e sua família possibilita provar a ocupação da parcela remanescente da terra de Eufrásia e possibilita também sinalizar o lugar do ancestral fundador no território e sua continuidade enquanto ramo fundador.

Por certo não há igualdade no modo como essas pessoas adotadas são incorporadas às famílias e à comunidade. Em crise permanente, esses camponeses expropriados indicam os filhos de criação como destituídos de direitos, salvo quando têm um papel importante a cumprir: ajudar na lida da terra (William trabalha no terreno de sua avó adotiva, Aurora Conceição e participa com sua ajuda no trabalho de seu tio adotivo Manoel da Conceição), cuidar dos velhos – a esposa de Osvaldo cuidou das sogras (mãe carnal e de criação), Maria Inácia cuida de Ramão –, e principalmente, “tomar conta” da terra.

### 2.1.2. Os nomes em negro

Os nomes e não obrigatoriamente os sobrenomes, estes, reservados para os senhores doadores da terra e os brancos invasores ou aliados, permitem identificar as diversas descendências e filiação dos ancestrais fundadores. Negros, pelo nome: os Teresa, os Eufrásia, os Merêncio, os Teófilis, os Inácio, entre outros, e ainda “a gente de” que fala de gente que se criou orbitando em torno dos descendentes dos antigos senhores como seus agregados, além dos filhos adotados por descendentes dos antigos ex-escravos, vivos ou já falecidos, percebidos como parte da comunidade porém sem o reconhecimento como parte dos ramos que detém, atualmente, a hegemonia no pleito.

A tradição de nomeação obedece a uma lógica complexa, embora detectável pelas genealogias até agora analisadas. É recorrente, embora não unânime, o uso do nome do avô ou avó nos netos sempre que remeter à descendência dos “antigos” ou escravos que ocupavam originalmente a terra. Isso serve como estratégia para marcar sua descendência dos fundadores. Já o direito à terra e à herança, é sempre representado pela via paterna associada ao tipo de vínculo e papel desempenhado junto ao ascendente que representa o ramo. Assim, sempre que o sobrenome, devido aos casamentos e a perda do sobrenome da mãe, impedir a plena identificação do indivíduo como parte da comunidade originária do local, o nome vai estabelecer esse vínculo. A nomeação dos mostra também a resistência do grupo em ser identificado apenas por nomes que não falam de suas raízes – a origem escrava africana – e sim do seu vínculo com os senhores.

O nome do ancestral escravo – seja da senzala, seja do quilombo<sup>634</sup> – aponta a descendência e a pertença à comunidade e desse modo sinaliza o direito à *terra prometida*.<sup>635</sup>

O segundo nome, que aparece em quase todos os casos, é um nome próprio erigido em sobrenome materno. O sistema brasileiro garante a presença do nome de solteira da mãe (que é o sobrenome de seu pai). O nome dos ancestrais ocupa, flexionados segundo o gênero, o lugar da linhagem materna na ancestralidade da comunidade. Essa articulação pode conter até quatro nomes próprios, compondo um texto que tematiza a identidade da pessoa. Usa-se o nome da avó, da madrinha ou da parteira, o nome do pai, etc. Quando essa tradição não é consagrada no registro civil, o apelido preenche o espaço. O importante é informar quem se é e o ancestral é fundamental para isso.

A realização das genealogias tornou-se bastante complexa em decorrência da repetição de nomes – que preserva a memória e a ancestralidade – e marca a filiação preferencialmente materna, já que foi muito frequente, na história da comunidade, filhos de uma mulher com pais diferentes ou filhos de uniões livres com reconhecimento social sem legalização. Esses pais podem ou não ser referidos com tais, bem como poderão ou não ter dado o nome aos filhos. É portanto possível encontrar irmãos com sobrenomes diferentes (ora da mãe, ora do pai), porém com o pré-nome anunciando sua filiação e descendência preferencial: a um ramo descendente dos ex-escravos da região.

### 2.1.3. Ramos, nomes e territórios

As famílias que hoje ocupam a área de Morro Alto se reconhecem como descendentes de ex-escravos. Através da análise de algumas trajetórias familiares, pode-se verificar a existência de uma correlação entre as senzalas e quilombos, espaços ocupados pelas gerações mais antigas de escravos ou libertos, e o hoje pleiteado por seus descendentes. É certo que os entrecruzamentos familiares, mesmo com a incorporação de pessoas de fora, são intensos, fato reconhecido por eles quando afirmam que, em Morro Alto, todos os morenos são parentes. Sendo assim, as observações aqui apresentadas são bastante esquemáticas. As genealogias desta comunidade se conectam formando uma trama muito complexa, e por eles, poeticamente comparada a um “cipozal”. Em suma, é possível demonstrar que a espacialidade das terras de Maria Bernarda Marques, Manuel Antônio Marques e de Isabel Maria Osório e respectivos herdeiros, e do quilombo de Aguapés, configuram-se como as áreas atualmente ocupadas e pleiteadas pela comu-

---

<sup>634</sup> Como podemos observar a partir da memória e dos documentos históricos, ser escravo era ser um quilombola potencial, do mesmo modo que ser quilombola era ser escravo. Não se pode falar em ser ou uma ou outra coisa, pois essas categorias falam de estado mais do que de posição dada a mobilidade entre elas, de trânsitos entre essas duas condições.

<sup>635</sup> Ex-escravos recebem de seus antigos senhores promessas de terra como forma, possivelmente, de garantir a continuidade da prestação dos serviços nas fazendas, já que no sul os fazendeiros não tiveram capital para importar trabalhadores da Europa, como foi o caso dos cafeicultores paulistas. Rosa, sem descendentes, legou terras em testamento e com isso garantiu a memória da promessa da terra seja pela venda, seja pela autorização de uso (percebida como doação), não apenas para seus ex-escravos, beneficiários do testamento, mas para todos que permaneceram no território, fossem propriedade dos Machado Marques, Rosa Osório Marques, Coelho, Nunes da Silveira, e outros grandes proprietários da região.

nidade. As famílias que têm ali seu chão possuem ligações com os ex-escravos das senzalas e quilombos ali situados no início do século XIX.

Família “Teófilo” – Salvador Boaventura Teófilo e Nelson Santos de Jesus residem no Ribeirão do Morro Alto, junto à casa antiga de Manuel Antônio Marques. Ambos são netos de Teófilo, escravo do proprietário da casa antiga. É interessante observar que, no momento da partilha de seus bens, Manuel Osório Marques, o mesmo legatário das terras e da casa no Ribeirão herdou o escravo Teófilo.<sup>636</sup> De acordo com relato de Adile Jesus dos Santos,<sup>637</sup> irmã de Nelson e prima de Salvador, diversos dos escravos alforriados receberam terras de Manduca, mas apenas Teófilo logrou ali permanecer.

Família Fortes – A família Fortes reside atualmente no Ribeirão do Morro Alto (Sr. Ildo Fortes, primos e tias) e à beira da lagoa do Borba (Sra. Edite da Silva Forte). Seus avós, André e Vicência, eram libertos de Maria Bernarda Marques, filhos de diferentes escravas (Marcelina e Floriana) desta proprietária, nascidos após a lei do ventre livre. Maria Bernarda Marques era uma das maiores, se não a maior proprietária de terras em Morro Alto em finais do século XIX. Possuía terras no Espigão do Morro Alto e à margem da lagoa do Borba,<sup>638</sup> precisamente as ocupadas por esta parentela. Em 1915 e 1923, foram abertos inventários do pai e da mãe de André Fortes, Bibiano e Marcelina.<sup>639</sup> As terras então partilhadas incluíam terrenos que se estendiam das vertentes da serra até a lagoa do Borba, no Ribeirão. Seus descendentes ocupam os cantos desta terra, mas não mais possuem o domínio contínuo sobre ela, posto que a área intermediária entre as terras de Edite e Ildo possuem hoje outros proprietários que ali se instalaram e cercaram os terrenos (dentre os quais, a família Padilha). Parte das terras foram adquiridas por meio de compra, da qual Ildo Fortes possui um recibo assinado por Manuel Marques da Rosa Sobrinho, vendendo terras no Ribeirão para seu pai e um tio.<sup>640</sup> Segundo dona Adile Jesus da Silva, a prática de passar terras por meio de recibos, sem a regularização fundiária necessária, foi uma prática muito comum.

Família Brás – Os Brás também residem no Ribeirão do Morro Alto, e são netos de Brás, filho da mesma Floriana que figura como bisavó dos Fortes. A interligação entre a família Brás e Fortes é intensa, por serem vizinhos e por terem antepassados em comum. Muitas pessoas desta família se casaram com cônjuges das mais diferentes parentelas. Por outro lado, também figura em sua genealogia a escrava Vitalina, de propriedade de Manuel Antônio Marques que, tal como a proprietária de Floriana, possuía muitas terras no Ribeirão.

---

<sup>636</sup> APERGS – Inventário de Manuel Antônio Marques – 1886; Cartório de Órfãos e Ausentes de Conceição do Arroio – Maço 25 – Auto 797 – Estante 159.

<sup>637</sup> Entrevista realizada por Marcelo Vianna e Cíntia Müller com Nelson Santos de Jesus e Adile Jesus dos Santos no dia 01/12/2001.

<sup>638</sup> APERGS. Inventário de Maria Bernarda Marques – 1896. Cartório de Civil e Crime de Conceição do Arroio – Maço 3 – Auto 145 – Estante 159. APERGS – Livro de registros paroquiais – Conceição do Arroio, 1855-1864, fl. 34v-35r.

<sup>639</sup> Certidões emitidas pelo APERGS, dos documentos 977/68 e 978/68 do livro 37, fl. 46v – Coletado na comunidade em visita a Ildo Fortes.

<sup>640</sup> Documento original manuscrito coletado na comunidade em visita a Ildo Fortes.

Família Cipriana – A descendência de Cipriana também reside na região de Ribeirão. Ela era irmã de André Forte. São grandes os vínculos entre os Ciprianos, os Forte e os Brás.

Família Inácio – Os Inácio descendem de escravos de José Marques da Rosa, Isabel Maria Osório e seu filho Pascoal Osório Marques,<sup>641</sup> respectivamente as cativas Inácia, Angélica Inácia, Serafina e Romão Inácio. A área em Morro Alto por eles ocupada remete à propriedade que os referidos senhores ali tinham.<sup>642</sup> Em seu terreno está, inclusive, a casa velha desta família senhorial.

Família Teresa – A família dos Teresa descende, por um lado, de sua avó deste nome, escrava de Rosa Osório Marques. Teresa era filha de Sebirina, escrava de Isabel Maria Osório, e neta de outra cativa, Teresa africana de nação Rebolo. Esta recorrência de nomes se dá até hoje, sendo muitas as “Terasas” e “Sebirinas” na família. A área ocupada pelos irmãos Teresa consiste nas terras de “usufruto”,<sup>643</sup> quinhão de Morro Alto destinado por Rosa Osório Marques em testamento aos seus cativos,<sup>644</sup> dentre os quais a avó Teresa. Possuem primos em Ribeirão, também Teresas, e guardam relações de parentesco com as famílias de Aguapés. Por outro lado, guardam relações familiares intensas com os Inácio, ainda que existam rivalidades e disputas fundiárias entre tais parentelas. Ambas famílias têm um meio-irmão em comum (José), um bisavô e uma bisavó em comum (Francisco Pastorino e Angélica Inácia), e mais um avô (Romão Inácio). Romão e Angélica eram irmãos, filhos de outra escrava de Isabel Marques Osório, a Inácia. O bisavô Pastorino legou terras no Despraçado, em testamento,<sup>645</sup> para seus filhos. Trata-se de família bastante prestigiosa, que se envolveu intensamente nas lutas pela recuperação e regularização de terras, e que detém os títulos mais importantes do Maçambique – Rei Congo e Rainha Jinga, além de uma participação intensa no grupo de dançantes. Esta família esteve na vanguarda das lutas políticas na década de 60, nas tentativas de recuperação das terras perdidas para os Goldani e no uso econômico das pedreiras.

Família Eufrásia – A família dos Eufrásia, tal como os Teresa, ocupa as terras de Morro Alto na área denominada de “usufruto”, isto é, legada em testamento por Rosa Marques a seus escravos, dentre os quais Eufrásia. Até meados dos anos 50, esta família morava nas terras que hoje são ocupadas pelos Teresa, e estes moravam em cima do morro. Um neto de Eufrásia (Antônio Gonçalves da Silva) realizou a abertura de duas pedreiras que foram o *pomo da discórdia* para um dos conflitos fundiários mais intensos

---

<sup>641</sup> Entrevista feita por Daisy Barcellos, Miriam Chagas e Rodrigo Weimer com o senhor Ramão Maria Inácio, no dia 23/09/2001.

<sup>642</sup> APERGS – Livro de registros paroquiais – Conceição do Arroio, 1855-1864 fl. 35r-v. APERGS – Inventário de Isabel Maria Osório. 1867. Cartório de Órfãos e Ausentes de Conceição do Arroio – Maço 4 – Auto 99 – Estante 159.

<sup>643</sup> Entrevista feita por Paulo Moreira e Miriam Chagas com Manuel Francisco Antônio, Guilherme Francisco Antônio, Aurora Conceição da Silveira, Manoel Conceição da Silveira, Maria Conceição da Silveira no dia 13/9/2001.

<sup>644</sup> APERGS – Inventário e testamento de Rosa Osório Marques – 1888 Cartório de Órfãos e Ausentes de Viamão – Maço 5 – Auto 108 – Estante 24 e/c.

<sup>645</sup> APERGS – Inventário e testamento de Francisco Pastorino – 1887 – Cartório de Órfãos e Ausentes de Conceição do Arroio – Maço 2, Auto 139, Estante 159.



vididos pela comunidade. Nos anos 60, Olina, filha de Eufrásia, assinou contrato com a firma José Agostinelli S/A (JASA), acreditando tratar-se de contrato de arrendamento das pedreiras com a Sultepa.<sup>646</sup> No entanto, a mesma foi enganada, e acabou por assinar um contrato de cessão de direitos de posse. A firma entrou com uma ação de usucapião que foi contestada judicialmente pela comunidade, que, assim, deparou-se com uma batalha judicial que durou dez anos, ao fim dos quais o usucapião da JASA foi indeferido. Atualmente, não residem mais em Morro Alto descendentes consangüíneos de Eufrásia. Contudo, ali mora um filho de criação da mesma, Osvaldo Maria da Silva.<sup>647</sup> A viúva de Antônio Gonçalves da Silva (Aurora Inácia Marques da Silveira), assim como outros netos de Eufrásia moram em Osório, e têm participado do movimento reivindicatório. Os mesmos são favoráveis à presença de Osvaldo Maria ali, de forma a resguardar o quinhão dos Eufrásia em Morro Alto.<sup>648</sup>

Família Felisberta – A escrava Felisberta era uma irmã de Teresa, e também consta dentre os escravos legatários do testamento de Rosa.<sup>649</sup> Felisberta residia no Despraia-do, e atualmente, os seus descendentes contraíram relações matrimoniais com outras parentelas: sua neta Ercília Marques da Rosa reside na Prainha, por ter casado com Júlio Eloy da Rosa, da parentela dos Hilório; suas netas Diva Inácia Marques e Aurora Inácia Marques residem em Osório, tendo se casado com netos de Eufrásia. As terras no Despraia-do foram vendidas por Manuel Inácio Marques Filho, pai de Diva e Aurora e filho de Felisberta,<sup>650</sup> e parte foi apropriada pelos Bassani de forma considerada ilícita por Diva e Aurora. Um aspecto que dificultou a continuidade da presença dos Felisberta no território foi o pequeno número de filhos homens, já que a regra transfere as esposas para as terras dos maridos.

Família Hilório – Esta família reside na Prainha e descendem do liberto Eloy (por corruptela, tornou-se Hilório), filho de Justina, escrava de José Marques da Rosa (II). Este senhor possuía terras na Prainha, herdadas de seu pai, Manuel Marques da Rosa.<sup>651</sup> Os descendentes de seus escravos acabaram por ali permanecer. Os Hilório tiveram relações matrimoniais com mulheres da família de Felisberta, da família Alves, com a fa-

---

<sup>646</sup> Cartório da 1ª vara civil de Osório – Processo 175/66 – José Agostinelli S/A contra Maria Teresa Joaquina, Alípio Cândido da Silveira e Aurora Conceição da Silveira; Processo 2848/160 – Iraci Olina da Silva e João Júlio da Silva contra José Agostinelli S/A; Processo 3554/72 – Iraci Olina da Silva, João Júlio da Silva, Manoel Francisco Antônio, Guilherme Francisco Antônio, José Francisco Antônio, Leopoldo Rodrigues, Acrísio Conceição Dias, Sebastião Francisco Antônio e Antônio Francisco X José Agostinelli S/A, Maria Tereza Joaquina, Alípio Cândido da Silveira, Aurora Conceição da Silveira.

<sup>647</sup> Entrevista realizada por Daisy Barcellos com Tereza dos Santos da Silva e Osvaldo Maria da Silva no mês de outubro de 2001.

<sup>648</sup> Entrevista realizada por Rodrigo Weimer com Aurora Inácia Marques da Silveira, Diva Inácia Marques e Celso Rodrigues Terra em 28/11/2001.

<sup>649</sup> APERGS – Inventário e testamento de Rosa Osório Marques – 1888 Cartório de Órfãos e Ausentes de Viamão – Maço 5 – Auto 108 – Estante 24 e/c.

<sup>650</sup> Entrevista realizada por Rodrigo de Azevedo Weimer com Aurora Inácia Marques da Silveira, Diva Inácia Marques e Celso Rodrigues Terra em 28/11/2001.

<sup>651</sup> APERGS – Inventário de Manuel Marques da Rosa – 1877 – Cartório de Civil e Crime de Conceição do Arroio – Maço 2, Auto 178, Estante 159; Inventário de Rosa Osório Marques [2] – 1885 – Cartório de órfãos e ausentes de Taquara – Maço 10 – Auto 217.

mília de Pascoal (Ribeirão) e com descendentes dos escravos da família Nunes. Atualmente residem na Prainha dona Ercília Marques da Rosa, o Sr. Antônio Pedro da Rosa, Luís Marques da Rosa, dona Eva Rita e dona Maria Rita (filhas de uma relação extra-conjugal de Pedro Eloy da Rosa).

Família Merêncio – A família de Merêncio reside em terras a meio caminho entre Morro Alto e o Faxinal do Morro Alto. São descendentes de Merêncio, escravo de Rosa Osório Marques que também recebeu terras em herança.<sup>652</sup> Merêncio era irmão de Eufrásia. Pleiteiam a titularização das terras ocupadas por eles, que fazem parte da terra de “usufruto”, bem como a recuperação de terras por eles compradas que tiveram os títulos negados.<sup>653</sup> Possuem, entre outros empreendimentos, uma borracharia à margem da BR-101. É uma família que goza de grande consideração, não apenas por seu empreendimento econômico, mas também pelo prestígio de dona Aurora da Conceição Silveira, filha de Merêncio, que guarda uma memória muito valorizada pela comunidade e é a descendente direta de escravos mais antiga, e ainda pela luta por eles movida, desde os anos 70, pela regularização e recuperação das terras.

Família Alves/Gaspar – A família Alves descende, por parte de sua mãe, dona Antônia Antero da Rosa, de Gasparina, uma escrava de Manuel Antônio Marques. São parentes distantes dos “Teófitos” (Gasparina era irmã de Teófilo). Em meados do século, residiam em Ribeirão, nas terras deixadas por Manuel Antônio Marques; porém, alguns anos depois de dona Antônia casar-se, foi morar com o marido, da família Alves, junto à ponte do rio Maquiné, onde essa família possui título de propriedade.<sup>654</sup> Pelo lado dos Alves, são sobrinhos-netos de Antônio Gaspar (por vezes referido como um antigo tamboreiro do Maçambique, por vezes como Rei Congo) e de Maria Biluca, uma tia-avó que sempre viveu com a família e que “falava uma língua africana”. Reivindicam, ainda, parentesco com um senhor da família Gomes, que teria tido um filho com uma escrava. Esta família tem participado bastante da atual mobilização da comunidade e da vida social da Prainha, onde Elisabeth Alves é diretora da escola.

Família de Amélia Vitalina de Jesus/“Colona” – Amélia Vitalina de Jesus era filha de Vitalina, escrava de Manuel Antônio Marques, e, segundo nos foi relatado, de Merêncio Jacinto. Um neto de Merêncio referiu-se a Amélia como “irmã da mãe”, embora não saibamos se este reconhecimento do parentesco implique em um reconhecimento de direitos de herança segundo os padrões tradicionais da comunidade. Amélia era avó de Edite Maria da Rosa, que reside em Ribeirão. O marido de Amélia, Hermenegildo Luís Francisco, era neto de um italiano, Francisco Pastorino, e de uma escrava da senzala de Isabel Maria Osório. Nasceu livre, pois sua mãe foi alforriada no inventário da senhora, passou a vida trabalhando para Manuel Marques da Rosa, recebendo, ao fim da vida do patrão,

<sup>652</sup> APERGS – Inventário e testamento de Rosa Osório Marques – 1888 Cartório de Órfãos e Ausentes de Viamão – Maço 5 – Auto 108 – Estante 24 e/c.

<sup>653</sup> Entrevista feita por Paulo Moreira e Miriam Chagas com Manuel Francisco Antônio, Guilherme Francisco Antônio, Aurora Conceição da Silveira, Manoel Conceição da Silveira, Maria Conceição da Silveira no dia 13/9/2001.

<sup>654</sup> Entrevista realizada por Cíntia Müller, Marcelo Vianna, Alessandro Gomes, Rodrigo Weimer com Santilina Alves, no dia 30/12/2001.

terras no Espreado, vizinhas às dos demais Pastorinos, como pagamento pelos serviços prestados. Amélia Vitalina e Hermenegildo eram sogros de Antônia de Jesus, residente no Borba, e avós maternos de Edite Maria da Rosa. A família paterna de Edite é denominada “colona” e se estabeleceu no Ribeirão por meio de compra de terras.

Família Lourença/Vicente/Belisário/Tibério – Esta família descende de escravos de Maria Bernarda Marques, Clara Marques da Silveira e Manuel Antônio Marques.<sup>655</sup> Estes senhores possuíam terras no Espigão do Morro Alto (Ribeirão) e no Faxinal, exatamente as áreas que foram ocupadas por seus descendentes. Belizário morava no Faxinal do Morro Alto, tendo vínculos familiares – embora tensos – com a família de Merêncio. O Sr. Pascoal José da Silva, dona Robélia e demais irmãos, nasceram no Ribeirão e ocupam as terras herdadas de seus pais, Vicente e Maria. Já a família de seu primo Venâncio Tibério da Silva trabalhava no Faxinal do Morro Alto junto às terras de Manuel Marques, mas depois foram para Ribeirão porque o irmão de Venâncio envolvera-se com a mesma mulher que o patrão. As terras que atualmente ocupam foram adquiridas por seus pais. Diversos irmãos e irmãs de Venâncio casaram-se com pessoas da família Forte. Possuem vínculos horizontais de parentesco com as famílias Brás, Hilório e Inácio; e ainda um parentesco com os Hortêncio, de Aguapés (já que a avó Libânia era irmã de Domiciana e Hortêncio Faustino).

Família Reginaldo/Galdino – Dona Ângela Reginalda da Silva e o Sr. Sebastião Souza Rosa são irmãos que residem, respectivamente, nas Barranceiras do Morro Alto e em Agüapés. Seu avô, Gaudino Coelho da Rosa, era filho de um senhor de escravos, Bernardino Coelho da Costa e de uma escrava de nome Joaquina. Bernardino Coelho consta no documento produzido em virtude de tentativa de medição da Fazenda do Morro Alto em 1893, quando era referido como um dos “agregados que se acham dentro da fazenda e dizem-se possuidores de partes dela”. Porém, mais do que isso, o mesmo possuía “cultura própria, casas e engenhos”.<sup>656</sup> Os Coelho eram proprietários escravistas que constam dos livros de batismos de escravos desde o início do século XIX. Ainda hoje existem, em Aguapés, as ruínas da casa velha dos Coelho. O pai de Gaudino deixou terras para seu filho, que são ainda hoje ocupadas por seus netos. Contudo, houve uma grande perda de terras na ocasião em que foi realizada a “medição”.<sup>657</sup> A esposa de Galdino, Lúcia Juliana da Conceição, era uma escrava de Maria Joaquina Marques. No momento de realização do inventário desta senhora, ela alforriou Lúcia, assim como sua mãe, Juliana, seu tio, Calisto e sua avó, Inácia.<sup>658</sup> A família recebeu terras na “tapera do Fulgêncio”. Esta família possui muitos vínculos de parentesco na região, com os

---

<sup>655</sup>APERGS. Inventário de Maria Bernarda Marques – 1896. Cartório de Civil e Crime de Conceição do Arroio – Maço 3 – Auto 145 – Estante 159. APERGS – Livro de registros paroquiais – Conceição do Arroio, 1855-1864 fl. 34v-35r; 36v. APERGS – Inventário de Manuel Antônio Marques – 1886; Cartório de Órfãos e Ausentes de Conceição do Arroio – Maço 25 – Auto 797 – Estante 159.

<sup>656</sup>APERGS. Medição em nome de Maria Bernarda Marques. Confinante: José Marques da Rosa e outros. 1893. Cartório de Civil e Crime de Conceição do Arroio, Maço 4, Auto 196.

<sup>657</sup>Entrevista realizada por Cíntia Müller, Mariana Fernandes, Rodrigo Weimer com Ângela Reginalda da Silva, Sebastião de Souza Rosa e Maria Rosa Rodrigues em 19/10/2001.

<sup>658</sup>Inventário de Maria Joaquina Marques – 1876 Cartório da Provedoria de Conceição do Arroio – Maço 1 – Auto 22 – Estante 159.

Hortêncio, os Faustino, os Rodrigues Terra e os Teresa. Em Aguapés, tem-se o conhecimento da existência de um quilombo. Sebastião Souza Rosa explicou-nos acerca das inter-relações entre os escravos das senzalas e a população aquilombada que ali vivia, assim como dos caminhos percorridos para tal.<sup>659</sup> O local onde esta família vive – o “Cantão do Morro” é associado ao quilombo pelos moradores da região, de forma que recebem a denominação de “negas do quilombo”.

Família Rodrigues – A família Rodrigues ocupa uma área muito importante de Aguapés. Uma irmã de Gaudino Coelho da Rosa, Pedrolina, casou-se com João Joaquim Rodrigues, originário de Cima da Serra. Este casal teve quatro filhos e duas filhas, e hoje vivem ali os seus filhos, esposas, netos e netas. Segundo foi informado por Teresa, filha de Leopoldo Rodrigues e Teresa, uma irmã dos “Teresa” de Morro Alto, as terras ali são ocupadas em comum por toda parentela. Além do terreno herdado de João Rodrigues e Pedrolina, esta família também realizou a compra de terras, como comprova documento apresentado pela senhora Albertina Rodrigues. Existem parentes afastados do ramo da família Rodrigues Terra: Celso (marido de Diva Inácia Marques, da família de Felisberta) e Pedro (marido de Maria Francisca Terra, da família dos Teresa).

Família Domiciana/Hortêncio/Faustino – Domiciana e Hortêncio eram escravos da família de Maria Bernarda Marques, assim como Faustina, sua mãe. Esses cativos deram origem a uma parentela muito importante nas Barranceiras do Morro Alto. Maria Bernarda Marques<sup>660</sup> consta dentre os maiores proprietários de terras nas Barranceiras, sendo ali localizada, também, a sua casa velha. As famílias que descendem destes escravos têm vínculos matrimoniais com outras famílias das Barranceiras do Morro Alto ou de Aguapés, tais como os Gaudino da Rosa e Reginaldo. Dona Antônia José de Jesus, neta de Domiciana, nasceu nas Barranceiras, e assim que se casou (seu marido era de Ribeirão), mudou-se para a margem da lagoa do Borba.<sup>661</sup> Vale lembrar que, também no Borba, Maria Bernarda Marques era proprietária de terras.<sup>662</sup> Contudo, mesmo depois da ida ao Borba, a família de Antônia José de Jesus seguiu possuindo terras em Aguapés, no lugar denominado Cortiça. Essas terras ensejaram luta judicial para que a família de dona Antônia não as perdesse.<sup>663</sup> Outros descendentes de Domiciana estabeleceram-se no Borba ou no Faxinal do Morro Alto, a exemplo de Florêncio Domiciano

---

<sup>659</sup> Entrevista feita por Cíntia Müller, Miriam Chagas e Rodrigo Weimer com Sebastião Souza Rosa e Manuel Francisco Antônio; entrevista feita por Paulo Moreira e Rodrigo Weimer com Sebastião Souza Rosa em 06/12/2001.

<sup>660</sup> APERGS. Inventário de Maria Bernarda Marques – 1896. Cartório de Civil e Crime de Conceição do Arroio – Maço 3 – Auto 145 – Estante 159. APERGS – Livro de registros paroquiais – Conceição do Arroio, 1855-1864 fl. 34v-35r; 36v. APERGS – Inventário de Manuel Antônio Marques – 1886; Cartório de Órfãos e Ausentes de Conceição do Arroio – Maço 25 – Auto 797 – Estante 159.

<sup>661</sup> Entrevista feita por Cíntia Müller, Cristian Salaini, Rodrigo Weimer com dona Antônia José de Jesus em 08/11/2001.

<sup>662</sup> APERGS. Inventário de Maria Bernarda Marques – 1896. Cartório de Civil e Crime de Conceição do Arroio – Maço 3 – Auto 145 – Estante 159. APERGS – Livro de registros paroquiais – Conceição do Arroio, 1855-1864 fl. 34v-35r; 36v. APERGS – Inventário de Manuel Antônio Marques – 1886; Cartório de Órfãos e Ausentes de Conceição do Arroio – Maço 25 – Auto 797 – Estante 159.

<sup>663</sup> Cartório da 1ª Vara Civil de Osório. Processo 4257 movido por espólio de Maria José da Rosa contra José Nei dos Santos Rodrigues.

e Gustavo Domiciano. Já a família de Hortêncio possui vínculos de parentesco importantes com os Gaudino e com os Teófitos.

Família Maria – Esta família descende do casamento de João Maria com Luzia Vitalina, escrava de Manuel Antônio Marques e irmã de Amélia. Esta família se localiza majoritariamente na região das Barranceiras e de Aguapés; contudo, um de seus filhos, Manuel Maria, estabeleceu-se no Ribeirão após casar-se com uma integrante da família Brás. Os Maria de Aguapés têm grande proximidade, por parentesco e vizinhança, com as famílias Gaudino e Rodrigues. Sentem-se expropriados de algumas terras por Miguel Ventura. De todas as famílias com as quais tivemos contato, foi somente no caso de João Maria e sua esposa que conseguimos obter uma fotografia dos *ancestrais fundadores*.

Família de Laurinda – Esta família descende de Laurinda, uma escrava de Pascoal Osório Marques que residia às margens da Lagoa dos Touros, próximos à Barra do João Pedro. Esta ocupação não mais existe, uma vez que foram viver junto aos Eufrásia, já que o marido de Olina Eufrásia era neto de Laurinda, acabando pelo restante da família viver ali também. Duas sobrinhas de Inácio Damas, marido de Olina, foram incorporadas por esta família, assim como seus filhos. Lídia Laurinda, uma das filhas de criação de Olina Eufrásia, casou-se com Ermenegildo, dos “Teresa” de Ribeirão, e Osvaldo Maria, seu irmão, casou-se com Teresa, pertencente à família Brás.

Família de Gasparina/Idalina – Os descendentes de Gasparina, escrava de Manuel Antônio Marques, vivem no Faxinal do Morro Alto, com exceção do caso, listado anteriormente, da família Alves. Outra das parentelas do Faxinal remete a uma ancestral de nome Idalina, que todavia não pudemos identificar de quem se trata, por serem diversas as Idalinas presentes nas fontes documentais. De qualquer forma, sabe-se que Gasparina teve uma filha de nome Idalina, que pode ser esta que nomina seus descendentes no Faxinal. Diversas das famílias do Faxinal do Morro Alto apresenta o sobrenome “Souza”, que remete aos Azevedo e Souza: duas das filhas de Manduca Marques casaram-se com pessoas desta família, que acabaram por emprestar seu sobrenome aos ex-cativos do sogro.

Família de Silvana – Assim como Laurinda, a escrava Silvana, de propriedade de Maria Bernarda Marques, residia às margens da Lagoa dos Touros. Também neste caso, não mais existe uma ocupação tradicional junto à lagoa: da sua família, seguem no território os descendentes de sua filha Lourência, dentre os quais destacáramos Venâncio (Ribeirão) e Edite Forte e irmãos (Borba). Os netos por parte de seus outros filhos (Pedro Silvano e Felipe Manuel) não mais se encontram no território, já que os mesmos acompanharam os ex-senhores da família Azevedo, estabelecendo-se respectivamente em Osório e Tramandaí. No entanto, os vínculos comunitários que os ligam à família de Venâncio, aos Gaudino e à Aurora Inácia Marques (que se casou com um filho de Felipe Manuel) foram mantidos. Ao fim de sua vida, após as andanças pelo mundo acompanhando os ex-senhores, Felipe Manuel da Silva voltou para a região para morrer em seu local de origem.

Família de Filomena – A exemplo da família de Silvana, os Filomena não lograram permanecer no território. Irmã de Teresa e Felisberta, Filomena empregou-se na residência urbana dos Marques Machado, em Osório, tendo criado Romário Marques Machado. Os Filomena, todavia, também mantêm vínculos comunitários com Morro

Alto: sua neta, Josefa, casou-se com Oscar Joaquim, da família Inácio, e seu neto Hernande casou-se com Adiles, da família “Teófis”.

#### 2.1.4. O direito à terra ancestral

Há, em Morro Alto, uma clara distinção entre o que é ali a família e o que é a *quase linhagem* ou “ramo” dos ancestrais fundadores. Há o pleno reconhecimento da família definida como conjunto de parentes reconhecidos que habitam uma casa ou um terreno. Por isso o território é parcelado segundo a ocupação tradicional dos segmentos de descendência dos antepassados que, por fuga de outras fazendas das redondezas ainda na escravidão, por herança testamental ou após alforria, localizaram-se na região,<sup>664</sup> o que tem dado base a disputas internas por terras deixando claro que o critério de direito invocado é o lugar que teria sido “sempre” ocupado pelo ramo sempre referido mediante o uso do nome dos seus fundadores. Há, então, uma relação estreita entre os terrenos, sua localização e os lugares onde os ancestrais marcaram seus *postos* no território.

Esses conflitos internos por terra, na voz dos informantes, falam da existência de um sistema de descendência e herança compatível com uma lógica camponesa de definição sobre quem permanece na terra. A relação com o ancestral é determinante, muito embora não obedeça uma linha sucessória genealógica compatível com as regras de sucessão codificadas na sociedade global. Não basta descender numa linha sucessória, é preciso cuidar dos velhos e tomar conta da terra, além de manter lealdade às regras de preservação do território e, se mulher, casar dentro do grupo. Ou seja, o ramo deve permanecer mas, o representante que fica – em geral um filho homem – é designado para tal.

Pode-se dizer que os casamentos são virilocais pois há uma quantidade importante de mulheres que apresentaram-se à demanda expondo seus sentimentos de exclusão. Maria Terra, irmã de Guilherme e Manoel, pôde manter-se em Morro Alto enquanto sua mãe viveu e seu marido teve condições de saúde, pois ocupava, como todos os Teresa, os altos do morro (Morro Alto). Não teve permissão dos irmãos para “descer” do morro e teve que deslocar-se para Osório no bairro Caravágio,<sup>665</sup> onde hoje reside grande parte da comunidade expulsa de Morro Alto.

O território, portanto, não é pura e simplesmente *legado* pela via de herança segundo os termos jurídico legais. Há uma lógica que, se inclui membros por adoção, casamento, etc., também exclui, pois alguns membros podem permanecer e outros não. A partilha da terra não se efetua fora da garantia de continuidade na localidade, tradicionalmente atribuída aos descendentes de cada linhagem, de um representante seu. Quando uma mulher casa com alguém “de fora” da comunidade, mesmo que seja “moreno”, ela estará em risco de ser excluída da terra, muito embora permaneça reconheci-

<sup>664</sup> Região compreendida pelas fazendas dos Marques, Nunes da Silveira, Coelho entre outros.

<sup>665</sup> Caravágio é um bairro que aglutina grande quantidade de dançantes do Maçambique, entre eles a Rainha Ginga Severina Maria Francisca Dias e o Rei Congo Sebastião Francisco Antônio. Muitos dos entrevistados aí residentes têm sua origem em Morro Alto e exibem seu sentimento de identidade com aquele território, lugar de nascimento e socialização.

da como parente e mantenha elos com seus parentes (especialmente se houver ascendentes vivos) que “ficaram” na comunidade.

A terra, e a percepção do direito que possuem sobre ela, produz uma inflexão rumo à fonte do direito: o ancestral e o quinhão de terra que ocupou e *legou* a seus descendentes. A permanência na terra se deu por delegação ou dever de ocupação, único meio de realizar o direito a ela. Um irmão pode ter a precedência quanto ao direito à terra em detrimento dos filhos sempre que o “lote”, “terreno” ou “chácara” não possibilitar a permanência da fratria completa. Os núcleos que se formam nos terrenos agregam todos os que podem ali subsistir. Para alguém ficar no terreno, precisa ser autorizado pelo descendente a quem coube a continuidade da ocupação.<sup>666</sup> Quem tem o *domínio* sobre os terrenos tradicionalmente ocupados por cada parentela é aquela pessoa que assume o poder de mandar sobre o “terreno”. Ele não tem, necessariamente, a propriedade formal da terra, mas tem seu poder de comando reconhecido pela comunidade.

As aposentadorias dos mais velhos, freqüentemente fazem deles centros de grupos de residência, bem como atraem descendentes mais jovens, filhos ou netos já evadidos da região, que passam a residir e a ajustarem seus recursos em adição à base proporcionada pela exploração da terra – cultivo, arrendamento, mineração, entre outros – e pela renda fixa proporcionada pelas aposentadorias.<sup>667</sup> Desse modo podemos usar a noção de unidade doméstica como abarcando o conjunto englobado pela casa, porém a unidade de produção e consumo pode estar além dela, pois esta agrega mais de uma casa situada no mesmo terreno. A autora Daisy Barcellos identificou a existência desse tipo de articulação em sua pesquisa sobre ascensão social de negros em Porto Alegre.<sup>668</sup> Foi recorrente a memória da infância com “tudo junto no mesmo pátio”, mantendo uma margem de autonomia de cada família em articulação com as redes de ajuda e sociabilidade de um conjunto de parentes residentes numa unidade territorial – pátio –, da mesma forma que Jardim<sup>669</sup> identificou isso em vila popular também no meio urbano e também envolvendo famílias negras. Essa conjugação casa-pátio/terreno/lote reaparece nessa comunidade negra apresentando o mesmo sentido aglutinador e englobador dos indivíduos e famílias que dele fazem parte. Há uma estrutura que articula diferentes gerações e/ou membros de uma mesma geração ligadas por parentesco e pela territorialidade, como que desenhando no espaço o lugar do parentesco e da família nas suas estratégias de reprodução social. Assim, o nome do grupo, em geral aquele que é reconhecido como referência da unidade que cen-

---

<sup>666</sup> Entre os “Teresa”, coube a Guilherme permanecer (ele viveu ali – faleceu no período de realização da pesquisa). Manoel Chico ficou também, tendo uma “chácara” onde produz banana, embora tenha domicílio em Osório. A pedreira e a renda que ela propicia é desfrutada pelos dois irmãos. O lugar de Guilherme foi ocupado por seu filho, inclusive o lugar político.

<sup>667</sup> Aos mais jovens cabe o trabalho nas roças, o trabalho sazonal nas cidades litorâneas próximas, especialmente nos balneários turísticos. As mulheres costumam deixar seus lares para trabalhar como cozinheiras, arrumadeiras. É muito importante a parcela de mulheres que complementam a renda familiar com essas atividades.

<sup>668</sup> Barcellos, 1996.

<sup>669</sup> Jardim, 1998, p. 138.

traliza o conjunto, pode permanecer como referência de localização no espaço para a comunidade como um todo.<sup>670</sup>

Há muito tempo os “morenos” lutam para conservar aquelas terras, tanto coletivamente quanto individualmente, seja pela via judicial seja pela via da aliança com brancos através de fidelidade política, prestação de serviços, trocas, etc. O testamento tem balizado a referência ao direito entrecruzando-se com outros princípios, tais como antigüidade da ocupação (usucapião), compra de parcelas de terra, arrendamento, e outras, sempre num difícil diálogo, pois suas presenças naquele território são tão remotas que a origem necessita ser narrada pelos “antigos”, fonte do saber sobre o começo do direito à terra e elo de ligação com os ancestrais fundadores.

A origem da ocupação deste território por negros livres, remonta, como vimos, ao início do século XIX. A presença de quilombolas na região consta dos documentos provinciais que reivindicam repressão a eles por parte das autoridades. Essas presenças fazem parte da memória dos velhos moradores e aparecem nos causos e outras narrativas dos tempos dos avós ou dos “antigos”.

Está também na origem deste território uma aliança com os brancos decorrente de um parentesco espúrio, a bastardia, que foi manipulada pelo branco como modo de garantir a “fidelidade” dos negros a qual, premiada pelo direito de ficar na terra, seja legalmente – o testamento –, seja “de boca”, como se deu na maioria dos casos, selou compromissos respeitados pelos antigos. O “senhor bom”, posto como exceção e em oposição ao “senhor mau” e articulando-se aos opostos complementares “nego bom” ou “nego de confiança”, esta última categoria contendo ironia, e “nego ruim” – categoria ambígua, pois fala tanto da ruindade quanto da coragem – permeiam os causos e anedotas que narram o passado escravo.<sup>671</sup> Esse *parentesco*, mesmo não sendo reconhecido, é *sabido* por quase todos e distingue grupos internamente à comunidade e situa os ex-escravos de Rosa como *reconhecidos* pelos brancos, portanto como mercedores da dádiva da terra. A dádiva – o direito de ficar na terra – gerou então, como contraprestação à fidelidade e persiste hoje sob a forma de base para o poder político dos brancos que tem como contradom a garantia da permanência dos negros pela proteção política.<sup>672</sup>

Trata-se de uma reciprocidade realizada no bojo de relações verticais que, sendo hierárquicas, selam a subordinação e a dependência dos negros que encontram como via de autonomia a adesão às regras do jogo, mantendo-se parte dos fios que envolvem a comunidade em laços de apoio, adesão, mesmo que a contragosto. Essa lógica estendeu-se para as novas formas de uso da terra que não a *ocupação* tradicional. As pedreiras inseriram a comunidade num novo ciclo de dependência e instauração de novos pactos políticos, de aliança e conflito. A relação dos detentores do usufruto das terras onde se localizam as pedreiras, responderam aos contratos de exploração nos morros segundo

---

<sup>670</sup> Esse fato levou os pesquisadores a imaginar que Morro Alto era um lugar de idosos apenas. Os jovens são pouco referidos e pouco participam das atividades organizativas da Associação, deixando seus “antigos” representá-los no pleito de terras que estão realizando.

<sup>671</sup> Sobre os causos e anedotas ver parte específica neste trabalho.

<sup>672</sup> São como ciclos intergeracionais que transferem para a geração seguinte a contraprestação das dádivas recíprocas pactuadas entre brancos e negros.



as representações das relações brancos-negros que possuíam, porém minaram as relações horizontais entre os próprios negros ao introduzir novas noções de direitos territoriais estranhos às práticas tradicionais. Essas intervenções alteraram a estrutura das práticas intracomunitárias, porém sem perda do fundamento da identificação com o território, metáfora de sua origem e descendência ex-escrava e decorrente resistência à dominação branca.

A luta pela terra a partir do artigo 68 gerou novas tensões em virtude do novo rompimento desse pacto de silêncio. Enquanto alguns participam, com seu rosto e seu nome, outros apenas vão “ver o que é” e outros, ainda, afastaram-se por sentirem pressões de seus chefes em seus empregos ou de parentes que não acreditam no sucesso do pleito. Muitos participaram por “dever de ajuda”<sup>673</sup> a parentes engajados – portadores de reconhecimento político na região – no pleito, percebendo-se *excluídos* da demanda por estarem fora da “terra de usufruto” (que para eles têm uma fronteira imaginada e lembrada como um espaço que antes era ocupado, quer pela moradia, produção, quer pelo trânsito nas rotas de sociabilidade e de comércio, além das trilhas de ajuda mútua). Essas lideranças locais, pelos vínculos de parentesco que possuem na comunidade, vinham atuando como mediadores entre ela e os brancos de quem eram aliados por adesão estratégica com vistas a garantir o direito de permanência no território.

A terra, além de possuir significado como raiz da família – ser de Morro Alto é mais do que ser parente – estabelece a associação com Rosa Osório Marques que por sua vez está associada à libertação ou “livramento”: Rosa = terra = libertação. Na fala de Wilson, descendente de Felizberta, Rosa e a terra retiraram os ancestrais da condição de “cativos”. Esse vínculo entre a terra, Rosa Osório Marques e a liberdade, está conectada pelo idioma do parentesco consanguíneo, ritual e de aliança (este último, sempre tomando o parente consanguíneo como mediador). A ênfase em cada um dos tipos de vínculo é dependente da linha vertical que conecta o indivíduo ao ancestral gerador do direito à terra, como vimos anteriormente. Nesta demanda por terra, sendo a categoria remanescente de quilombos a via de expressão, a presença do testamento de Rosa nas mãos de parte dos descendentes dos ex-escravos herdeiros, força as reconstituições genealógicas ao passado, levando os informantes a falarem mais dos seus antepassados do que dos seus descendentes. Destes últimos dizem apenas que “já não pedem a bênção” aos “tios” e “tias” e já não possuem o mesmo “respeito” que se costumava ter no tempo dos “antigos”.<sup>674</sup>

Alguns dos jovens partem para as cidades em busca de oportunidades de escolarização e trabalho. Observou-se que se mantém o interesse pelo conhecimento e lida na terra, conjugando os estudos com o aprendizado, do que é exemplar o caso dos filhos de Manuel Alípio. Eles acompanham seu pai e uma de suas filhas formou-se como téc-

---

<sup>673</sup> Bott, 1976.

<sup>674</sup> Com “antigos” eles falam de um *passado presente*, pois reconhecem nos idosos esse passado vivo que fala do tempo dos cativos e da autoridade moral e simbólica dessa memória que vive através dos “causos”, dos relatos do passado (tempo dos avós) e do saber sobre o território, sua geografia, suas transformações.

nica agrícola.<sup>675</sup> Outros, permanecem através do papel de acompanhantes dos avós ou são adotados e criados para ocupar a posição de guardiões da terra. Ocupam também o lugar de ajuda aos mais velhos na lida da terra, especialmente os adotados (os que estão sendo criados ou o foram por parentes mais velhos). Vinculam-se com seus primos e amigos principalmente através dos jogos de futebol, bailes, encontros familiares, etc. e também das festas de maçambique.

### 2.1.5. Cor, pertencimento e valor

A classificação “os morenos” é usual na comunidade para a designação de pessoas a quem se atribui a cor escura à pele. Está ligada diretamente aos descendentes de escravos, em clara alusão ao passado de muitas dificuldades e sofrimentos, caracterizando-se como um sinal de contrariedade e resistência à dominação imposta no período de escravidão e que, deixa suas marcas até hoje. A principal perda ligada a esse período é justamente a terra.

Embora a cor da pele associada a essa classificação seja a negra, a categoria êmica “os morenos” parece indicar uma designação menos pejorativa, sugerindo a existência de uma etiqueta nas relações raciais compatíveis com o que Thales de Azevedo aborda ao tratar da ascensão social de negros na Bahia. É também, uma possível estratégia de adoção de uma lógica de respeito que minimiza, ao mesmo tempo em que acolhe, a designação pejorativa do termo “negro”.

Porém, no atual contexto, a categoria negro adquire significado positivo e passa a estar presente, principalmente nos discursos de pessoas ligadas ao movimento negro, oriundos do local, mas que não moram mais ali. Dessa forma, podemos colocar os dois termos – “os morenos” e “os negros” – como sinônimos, no que toca ao seu significado maior neste contexto, mas o termo “os morenos” é o termo corrente e que continua sendo representativo da condição de descendente de ex-escravos.

Há uma classificação interna que distingue os morenos dos negros, o que pode ser percebido nas narrativas sobre o passado. Quando falam dos escravos, referem-se a eles como “negros”. Portanto, o uso êmico da categoria moreno fala também de liberdade.

Outro modo de classificação que aparece de modo claro é a que distingue “os de fora” que representam justamente o oposto de “os morenos”, que constitui um sinal de inclusão e significa ser “de dentro” ou ser de Morro Alto. Os de fora são “os brancos” que invadiram o local que era seu de direito, que lhes tiraram suas terras, sua dignidade, e que são parte dos que ajudaram a construir a imagem negativa dos negros.<sup>676</sup>

---

<sup>675</sup> Quando a equipe foi conhecer a plantação de cana de Manoel, seus filhos acompanharam e demonstraram conhecer os meios de mais facilmente subir ao alto do morro e funcionaram como orientadores dos pesquisadores, indicando a pedra mais segura, como burlar o barro escorregadio, onde se situava a antiga trilha, etc. Manoel incentivava seu filho a aprender o manejo da carreta de bois que carregou a cana colhida, cujo destino era o campo, no terreno de dona Aurora, sua mãe, do outro lado da faixa. Observamos, nessa oportunidade, que dois rapazes estavam incumbidos de realizar, junto a Manoel, a tarefa de enfeixar, acomodar e atar a cana à carreta, e ao mesmo tempo, manter o domínio sobre os animais num terreno extremamente íngreme e acidentado.

<sup>676</sup> Ser de Morro Alto é distinto de estar em Morro Alto. Os morenos pertencem ao território e os de fora, brancos bem-sucedidos, o ocupam ilegitimamente.

Portanto, “os morenos” são moradores que possuem o direito sobre a terra, dada a ocupação e permanência de longa data na região, e que tiveram sua propriedade usurpada; são os que resistiram e conseguiram ali permanecer em um pedaço de terra. Os “brancos”, são os invasores das terras e que possuem melhores condições financeiras frente às difíceis condições da comunidade negra que ali permaneceu e que teve sua propriedade “roubada” e/ou diminuída.

Em geral, “os morenos” referem aos moradores locais classificados pela cor da pele e pela descendência. Ou seja, não basta ser “moreno” para ser incluído, por exemplo, no direito à terra. É necessário ter claros os vínculos que ligam uma pessoa aos antigos moradores do local e ao passado escravo. Então, o modo como a comunidade aciona seus direitos étnicos nessa conjuntura impõe a mediação da descendência e origem no território, além da cor.

Uma outra classificação, diz respeito aos que eram moradores do local e que dali saíram por razões diversas. Sobre esse grupo cabe algumas observações, que servem para entender as dificuldades para a definição do *lugar* desse grupo no desenrolar do pleito. Em termos práticos, os dados de campo revelaram que as redes de parentesco são bastante amplas, de forma que a expressão “todo moreno é parente”, muito usada nos relatos, traduz bem essa realidade. Esse parentesco de sentido mais amplo que a consangüinidade, decorre também, em parte, da identificação pessoal dos negros entre si enquanto portadores da mesmas experiências como uma coletividade oriunda da escravidão. As diferenças internas entre eles decorrem das relações de proximidade e identidade de interesses e emergem como meio de possibilitar a sua própria constituição enquanto comunidade. As relações de parentesco nem sempre são claras, exigindo muitas vezes um diálogo rememorativo entre si para oferecer com precisão o grau de parentesco que os conecta.

Ao longo das reuniões da comunidade, pode-se observar que o atual processo de mobilização pela titulação das terras engendrou uma nova categoria: “os de dentro de fora”. A preeminência da descendência como fator de inclusão na comunidade precipitou uma ampla discussão sobre os direitos dos que pertencem à comunidade e, nesse sentido, são “de dentro” embora já não vivam mais ali. Os termos em que foi construído o estatuto da Associação fundada para organizar a demanda, expressam o fato da comunidade ter priorizado suas estratégias tradicionais de inclusão, mais do que uma sintonia com o artigo da constituição que define os direitos territoriais dos remanescentes de quilombos.

O fato de ser “de fora” não significa diretamente ser acusado de invasor, pois a noção de propriedade enquanto pedaço de terra comprado, é respeitada e a garantia do direito a esse bem é reconhecida na comunidade. É exemplar o caso de uma família de origem italiana, que trabalha com a venda de samambaias, a qual não é alvo de críticas quanto ao direito sobre à propriedade onde reside, visto que esta foi comprada e sua presença foi assimilada como *normal* à vida da comunidade.

Diferente deste caso é o daqueles que, além de terem adquirido terra no local, fato não questionado, apossaram-se de grande quantidade de terra, inclusive de parte da igreja de Morro Alto, como é comum moradores comentarem, além de, atualmente, vende-

rem terrenos sem concederem a escritura, já que não possuem registro da terra que ocupam. Ser branco não é o que produz sentimentos hostis e sim um tipo específico de comportamento que pode ser definido como não legítimo. O respeito à terra e aos direitos sobre ela que possuem é um fator de convívio pacífico.

“Os morenos descascados” é um modo de ser “moreno”. É como uma *qualidade* que o sujeito possui e que está, aparentemente levando em conta o *branqueamento* social. A cor da pele não é o carácter exclusivo dessa definição, embora se mostre como uma das suas partes essenciais.

Essa marca distintiva pode associar a pele mais clara ao fato de serem descendentes de filhos de escravas com senhores brancos, por exemplo – fato bastante comum, não só na região, mas da própria condição escrava – mas aciona um princípio hierárquico e um eixo distância/proximidade, tanto em termos de residência como por vínculos de reciprocidade estabelecidos com os “brancos”. Esta é a característica central para a definição de quem recebe essa nomeação, embora se possa identificar os “descascados” também pela ambigüidade de sua classificação de cor (mais clara que a dos “morenos” e mais escura que a “dos brancos”). Há muitas pessoas que são claras e mesmo assim são consideradas “morenas” em decorrência de serem da comunidade e de Morro Alto e guardarem a lealdade que o pertencimento étnico supõe.

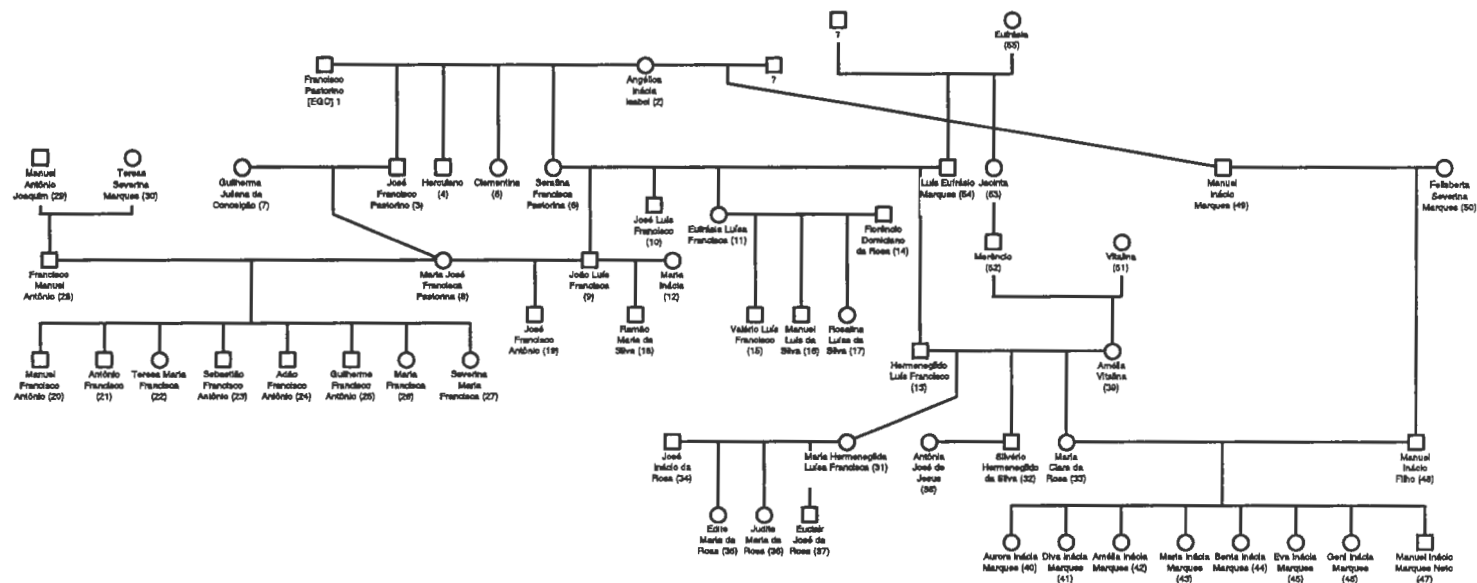
Isso não se confunde com o estabelecimento de relações com os brancos na qualidade mediador – e isso inclui relações políticas – lugar que tem sido ocupado em grande medida pelos Felisberta e Teresa e mais recentemente por mulheres, professoras, que encontraram através dos Clube de Mães um modo de conectar a comunidade às relações políticas da região e que atualmente aprofundam sua influência na organização da comunidade.

Pudemos distinguir então, vários níveis de segmentação interna à comunidade. O primeiro é o que distingue “herdeiros” e os que não são. Frequentemente a comunidade fala simplesmente “aquele é”, do que se pode seguramente presumir que é “herdeiro” ou “o avô ou avó está no testamento” ou, ainda, ocupa terra de usufruto. Isso não impede que negros ausentes do testamento sejam reconhecidos como parte da comunidade e tenham selado essa pertença com alianças matrimoniais, compadrio e lealdade. Eles distinguem-se também, entre “os que ficaram” e “os que saíram”.

Outra distinção interna que se impõe e que está baseada nos valores mais profundos da comunidade é entre os “antigos” e os “novos”, expressões que usam para marcar o corte geracional, especialmente no maçambique e que na mobilização política atual cumpre um importante papel. Os antigos são respeitados e acionados para falar em nome da comunidade e representá-la em parceria com os mediadores. Há um valor muito alto dado aos “antigos” embora estes ainda assim queixem-se de que o “respeito” já não é mais o mesmo. Entretanto seguem sendo os marcos da origem e da territorialidade da comunidade de Morro Alto.

# GRÁFICO GENEALÓGICO 13

## Descendência de Francisco Pastorino



A presente árvore genealógica foi organizada a partir de fontes documentais e orais, demonstrando a descendência de Francisco Pastorino. Ela evidencia a inter-relação entre diferentes parentelas presentes no território, bem como as formas de transmissão do nome.

## 2.1.6 Anexo fotográfico

*Casamentos e lembranças...*



Foto 1. Dona Teresa e Sr. Osvaldo "Fumaça" da Silva.



Foto 2. Detalhe da casa de Teresa. O lugar dos filhos, o futebol e a religiosidade.



Foto 3. Retrato do casamento de Osvaldo e Teresa: "o lugar do casal".



Foto 4. Retrato do casamento de dona Maria Inácia.

*Avós e netos, Morro Alto e as gerações*



Foto 5. Sr. Sebastião e o neto Júlio.





Foto 6. Sr. Ramão Maria da Silva com a sobrinha e neta.



Foto 7. Sr. Manoel Francisco Antônio,  
"Manoel Chico", com filha e netos.



Foto 8. A família do Sr. Manoel da Conceição Silveira, "Manoel do Alípio".



Foto 9. Dona Aurora da Conceição da Silveira com seu neto William.



Foto 10. Dona Ercília Marques da Rosa, com seu neto Júlio.



*Foto 11. Casamento de Diva Inácia Marques e Celso Rodrigues Terra. À esquerda da noiva, seus padrinhos: Polinário e sua filha Zefina; atrás de Polinário e Zefina, João, irmão de Diva; à direita do noivo, seus padrinhos, Lídio e sua esposa (de Osório). Foto gentilmente cedida por Diva Inácia Marques.*



*Foto 12.* Casamento de Ildo Forte dos Santos e Marina Forte dos Santos. Padrinhos da noiva: seus pais, Manuel Maria dos Santos e Afonsina Maria da Rosa Brás; padrinhos do noivo: Firmino Forte (pai de Ildo) e Antônia Forte (sua tia paterna). Foto gentilmente cedida por Marina Forte dos Santos.



*Foto 13.* Casamento de Dalíria Quadros e Antônio José da Silva (sogra e sogro de Manuel Conceição da Silveira). Da esquerda para a direita: Antônio Gonçalves, Almerinda Laurinda, Pascoal José da Silva (irmão do noivo), Adiles da Silva (irmã do noivo), Antônio e Dalíria, não-identificado, não-identificada, Maria Santos e Valdomiro Forte. Foto gentilmente cedida por Zélia Rodrigues da Silva.



*Foto 14.* Casamento de Julio Eloy da Rosa e Ercília Marques da Rosa. Ao lado de Ercília, sua mãe, Rosalina Inácia Marques; a menina ao seu lado é Amábile Ferreira da Rosa, filha do primeiro casamento de Julio Eloy. No lado direito da foto, o senhor alto, de bigode, é Manuel, irmão de Ercília. Foto gentilmente cedida por Ercília Marques da Rosa.



Foto 15. Família de Ercília Marques da Rosa. Julio Eloy e Ercília junto a seu filho, Renato.

Foto gentilmente cedida por Ercília Marques da Rosa.

Nota: as fotos deste anexo, com anuência da comunidade, foram tiradas por Daisy Barcellos (1, 2, 3, 4, 6, 8, 9); Cristian Salaini (5); Miriam Chagas (7) e Cintia Müller (10).

## 2.2 RELIGIOSIDADE E AFRICANIDADE: OS MAÇAMBIQUES

“Sendo preto... (risos) Sendo preto...”<sup>677</sup>

O Maçambique destaca-se como a principal atividade religiosa da comunidade de Morro Alto. Possui a particularidade de congregar pessoas de diversas localidades da região e, hoje, possui dois principais momentos de celebração: maçambique do Rosário e o maçambique de São Benedito.

Esta manifestação religiosa e étnica é bastante conhecida e talvez não necessite dizer muito sobre suas características para podermos nos dedicar ao modo como a comunidade de Morro Alto vive esta religiosidade católica e africana.<sup>678</sup>

Os maçambiques são realizados por membros da comunidade de Morro Alto, agregando moradores das diversas localidades da região, inclusive aqueles resistentes que se encontram vivendo em municípios vizinhos a Morro Alto, como Osório, Capão da Canoa e Porto Alegre. Antigamente, Morro Alto, hoje parte do município de Maquiné, pertencia ao município de Osório, o que explica que a cidade de Osório seja um dos lugares sagrados<sup>679</sup> onde se realizam as festas religiosas que exibem esse ritual. O outro, é a localidade de Aguapés, pertencente a Osório, e também integrada à órbita de Morro Alto.

A localização dos espaços de realização dos Maçambiques é significativa tanto das fronteiras comunitárias quanto do processo de cisão sofrido pela comunidade de Morro Alto e sua dispersão para além de suas fronteiras territoriais tradicionais. O Maçambique marca a temporalidade social da comunidade e sinaliza as fronteiras étnicas entre os morenos e os brancos.

Em Aguapés, há o maçambique de São Benedito, dançado (ou cantado) em 13 de maio – data da abolição e dia festejado na Umbanda como o dia dos pretos velhos (entidade benevolente e curadora) – quando este santo católico negro recebe a visita de Nossa Senhora do Rosário.<sup>680</sup> Esta festa dura “só dois dias”.<sup>681</sup>

---

<sup>677</sup> Entrevista com Severina Maria Francisca Dias, em Osório no dia 22/12/2001, realizada por Mariana Fernandes e Cíntia Müller.

<sup>678</sup> Sobre isto, Dante de Laytano trata das “Congadas de Osório” partindo de uma perspectiva histórica e etnográfica tendo em vista expor aspectos ligados à cultura africana presente nesta comunidade a partir do maçambique realizado em 1945: “As Congadas de Osório de 1945 estão, mais ou menos, de acordo com as Congadas antigas, alguns depoimentos de testemunhas contemporâneas de outras épocas [...] As Congadas, cujo conteúdo artístico é dos mais ricos e variados, são representações dramáticas e coreográficas de cenas da vida africana.” (Laytano, 1945, p. 8-9).

<sup>679</sup> Ver capítulo sobre espacialidade e uso da terra.

<sup>680</sup> A mesma história é ilustrada por Laycer Tomaz acerca da visita de Santa Ifigênia à Nossa Senhora do Rosário: “... E quando Ifigênia, a que depois virou santa, viu que seus filhos roubados da África sofriam na nova terra, a que chamavam Brasil, onde ela não podia mandar porque era negra, atravessou os mares e veio a ter com Nossa senhora. Essa, mãe de todos os homens, recebeu de Santa Ifigênia seu manto e prometeu guardá-lo sob ele todos os “homens de cor” que pediam socorro. E desde então, eles passaram a orar para a Santa do Rosário”. (Tomaz, 2000, 128p). Aqui pode-se reforçar a relação do mito de Santa Ifigênia, citado por Laycer, com um fato ocorrido no maçambique deste ano. Observando o ritual, houve momentos em que os pagadores de promessas, presentes principalmente no último dia da procissão, se dirigiam até a Rainha Jingga que os cobria com a bandeira de Nossa Senhora do Rosário sobre suas cabeças buscando a “proteção e bênção da Santa Mãe”.

<sup>681</sup> Segundo dona Teresa.



Osório é o lugar do maçambique de Nossa Senhora do Rosário. Quando é tempo de apresentar maçambique – dia de Nossa Senhora do Rosário, a festa pode durar de quatro a cinco dias. A escolha pela data a ser realizada a festa do maçambique implica em uma série de valores que refletem sobre a visão de mundo desta comunidade. Como foi dito numa das entrevistas,<sup>682</sup> as datas passaram por processos de mudança, porém, sempre buscando atingir o mesmo grau de significado do *sagrado* no interior da comunidade. A exemplo de épocas passadas em que o maçambique hora coincidia com o nascimento de Cristo em dezembro, hora com o dia de Reis em janeiro ou como nos últimos anos em que passou a ocorrer em outubro, ou seja, o mês de rosário. Neste período, diversas atividades seqüenciais são realizadas pelos maçambiqueiros, seguindo a tradição ensinada pelos “antigos”. Dante de Laytano, assim descreve o maçambique do Rosário de 1945:

As Congadas de Osório, em 1945, realizaram-se nos dias 4, 5 e 6 de janeiro na própria cidade, com elementos vindos do interior do município[...] A congada deste ano compunha-se de um capitão, suplente de capitão, rei Congo, rainha Ginga,<sup>683</sup> Festeiro, Festeira, dois Guias (primeiros), dois Guias (segundos), Pajens (4), dois capitães de espada e dançantes (número variável: 18, 24, etc.), além do coronel e alferes da bandeira.

[...]

A princípio realizavam-se completas as novenas mas, com o tempo, foram diminuindo.

[...]

A primeira novena consta, na sua parte principal, da coroação dos festeiros, sendo que o terno traz as coroas, então recolhidas, provisoriamente, na casa do festeiro, coroas que vêm numa bandeira e duas bandejas. O padre recebe as coroas na porta da igreja e as coloca na cabeça do festeiro e na cabeça da festeira respectivamente.

[...]

Antes de entrarem, o terno evolui defronte da igreja, cantando canções alusivas, tendo lugar uma dança que não pode ser senão uma dança de coroação.

[...]

Debaixo das espadas cruzadas ao alto, depois de bentas e colocadas as coroas, os reis segundo o terno entram silenciosamente na igreja, assistindo, com toda a devoção à missa. A segunda novena decorre ainda com danças do terno à frente da igreja e festeiros, sempre coroados, ouvem outra novena.

No dia seguinte, tem lugar a missa e, à tarde a procissão de reis onde tomam parte os novos festeiros, sendo que na procissão o terno limita-se a acompanhá-la com todo povo de

---

<sup>682</sup> Segundo dona Severina.

<sup>683</sup> O uso de “Jinga” advém do nome africano “Njinga”, porém, pode ser escrito de outra forma, a exemplo de Dante de Laytano que faz uso desta palavra para o português – “Ginga”. Sobre isto, Laytano cita os estudos realizados por Mário de Andrade quando este faz referência à origem do nome: “Quanto à rainha ginga, consegui felizmente recolher algumas informações bastante curiosas sobre ela. O nome da rainha Ginga começa por ser tradicional no Brasil [...] Também está nos Congos cearenses com o entrecho. E está finalmente na Congada que se realizou no Tejuco em Minas, pelas festas de coroações de D. João VI, em 1816. A rainha Ginga corresponde perfeitamente ao rei Congo, pois que “Ginga” também é nome racial africano [...] Os Giagas, ou Djagas, eram habitantes do Centro da África e faladores bântus”. Andrade aprofunda o tema e conclui: “Porém um texto providencial de Congos, colhido por mim no Estado da Paraíba, vai nos indicar que a rainha Ginga do bailado, não é apenas uma referência genérica às rainhas dessa raça, mas celebra uma delas individualmente, a célebre rainha Ginga Brandi. Diz o meu texto: “É mim, dão Garcia Macundi, peito cheio, de braço forte, que veio da mulata rainha Zinga Nbangi. [...] Que Zinga é o mesmo que Ginga concordam autores diferentes” (Laytano, 1945).

fiéis, sem outros cantos, por parte dos maçambiques, do que hinos e ladainhas católicas em louvor de N. Sra. do Rosário dos Pretos, entoados juntamente com a massa das pessoas que toam parte.

[...]

A primeira posição do terno na rua é essa da bandeira ir em primeiro lugar. [...]

Quando vão buscar o rei do Congo, o “terno” ao se pôr em marcha tem o capitão à frente, seguido de seu “suplente” e, após, só dois tamboreiros, a bandeira, com a sua escolta de três pessoas, e o “rei” com pajem de guarda-sol aberto e dois capitães de espada fecham o cortejo.

[...]

Indo buscar a Rainha Ginga, o “terno” e a corte tomam posições; o capitão e a bandeira vão à frente, com os seus acompanhadores anteriores, a rainha caminha logo adiante de seu rei e depois da bandeira.

[...]

A última parada é a que se faz na casa dos festeiros.

[...] O padre está na porta da igreja à espera do cortejo, que vem cantando sem cessar e de longe já se ouve a triste melodia que eles entoam alto, bem alto .

Dançam, evoluem, gesticulam, falam e lutam simbolicamente diante da igreja, e os reis e os festeiros, com as altas autoridades da corte, assistem impassíveis .

Faz-se, na frente da igreja, a coroação dos festeiros, já vindo os reis coroados, pois sendo vitalícios a cerimônia é muito pouco conhecida, mas o ato do padre, de dentro da igreja, embora na porta, de coroar o festeiro e a festeira é recebido com o maior respeito e assistindo com devoção, e em seguida dizem cantos de intenção religiosa, passando logo depois para o interior do templo onde assistem, dos primeiros bancos, ao ofício divino.

[...]

O “terno de maçambique” pede esmolas ou donativos para pagar o padre e as despesas principalmente da mesa.

Na procissão da tarde de Reis, carregam um andor com Nossa Sra. do Rosário, andor de imagem pequena, pobre e simples onde predomina ainda o azul.

[...]

Voltando da igreja, depois da coroação, cantam em direção ao “império”.

[...]

Depois da novena ou da igreja recolhem-se, no geral, ao barracão e, só após noite a dentro, é que sai a “assaltar” as casas das pessoas importantes da terra.

[...]

No final dos assaltos, depois da cantoria e da beberagem de cachaça ou cerveja, e muitos não querem, de jeito algum, cachaça, dão-se vários vivas” (ver anexo 2.2.1 sobre cantos antigos).

Atualmente, o maçambique é iniciado a partir das esmolas meses antes da festa, igualmente ao maçambique de 1945.<sup>684</sup> Após, as atividades são retomadas no mês de outubro caracterizando a festa do maçambique realizada em quatro dias (ver ponto 2.2.3) e que envolve cantos e danças específicos para cada momento do ritual. Basicamente o ritual retrata a história do escravo protegido sempre por Nossa Senhora do Rosário. Conforme diário de campo:

<sup>684</sup> Será feito comentário mais adiante sobre seu significado.

Descrição geral da festa (seqüência do ritual):

Dia 10 de outubro (quinta-feira): é primeiro dia de festa, dia de buscar Nossa Senhora na igreja central de Osório. Conforme relatos de vários moradores da comunidades, já que não foi possível participarmos dos primeiros momentos da festa (manhã), tudo começou com o grupo se dirigindo para a igreja para “chamar a santa” que estava à espera já no andor e posta na frente do altar com sua “guardiã”, dona Diva, responsável de “arrumar e ornamentar Nossa Senhora”. Dona Iolanda, uma das senhoras que auxiliam na organização da festa, nos relata os fatos que antecederam nossa chegada em Osório. Conta que os dançantes, vestidos com seus uniformes e o casal de reis,<sup>685</sup> chegaram cantando para “buscar Nossa Senhora”. Carregando a Santa no andor a levam até um carro de bombeiros que aguarda para a saída do maçambique até a Igreja Caravágio. O carro sai da igreja e segue pelas ruas levando a imagem e o grupo de maçambiqueiros. Há também um carro de som que toca música de “Nossa Senhora Aparecida”, cantada por Roberto Carlos. Lá chegando, há uma multidão à espera para ver Nossa Senhora do Rosário e o maçambique chegar. Dona Iolanda conta que o “mastro” (ver foto no ponto 2.2.3), já estava na Igreja Caravágio [do lado de fora]. Neste momento o diálogo é interrompido devido o início das atividades...

Chegamos por volta das 16h, no exato momento que os maçambiqueiros saem da Igreja Caravágio e estão posicionados para se deslocarem até o salão ao lado da igreja. A imagem já se encontra no interior da Igreja Caravágio. Os dançantes enfileiram-se para deixarem passar o rei, a rainha, pajem com as duas bandeiras e alferes dos reis e festeiros. Em frente ao salão, os dois capitães de espada portam-se na entrada para “cruzar as espadas” e deixar passar os cortejo. Já no interior do salão, autoridades locais – prefeito, representantes da Câmara Municipal, padre da Catedral de Osório e da Igreja Caravágio aguardavam. No momento da entrada do grupo uma banda da prefeitura começa a tocar fazendo homenagem aos maçambiqueiros. Havia, ao fundo, uma espécie de “altar” coberto com folhas de palmeiras onde há duas cadeiras e uma mesa contendo uma vela acesa. É lugar onde deve ficar o casal de reis. Após os discursos das autoridades, fazem uma “parada” para, após, dançarem. Neste momento os dançantes enfileiram-se em frente o casal de reis que assiste a tudo do “altar”, em silêncio, (neste momento, as duas coroas são deixadas sobre a mesa do altar do salão. Executam movimentos e passos ora saltando, ora “caminhando” ao ritmo dos tambores (ver foto no ponto 2.2.3) Tais procedimentos ocorrem até o final do dia, quando o grupo se dirige novamente até a Igreja Caravágio para iniciar a “novena” com a missa (católica) rezada pelo padre da própria paróquia do bairro. Após a missa, voltam para o salão onde realizam novamente uma série de danças.

Dia 11 de outubro (sexta-feira): Iniciam o dia com o grupo de maçambiqueiros “buscando e tirando a rainha de casa” que os recebe com um café da manhã (incluindo mesa de doces) e almoço. Após, dançantes descalços e “corte real” andam pelas ruas cantando até chegarem no salão. Como no dia anterior executam os mesmo procedimentos: danças, cantos e pausas no decorrer do dia respeitando a ordem de eventos. À tardinha, por volta das 18h ocorre a segunda etapa do “tríduo” representando a antiga novena com a missa na Igreja Caravágio. Seguindo a ordem do ritual, saem do salão, passando sobre as espadas cruzadas, e entram na igreja da mesma forma. A cada “entrada e saída” repetem este procedimento. Uma vez ocorrida a missa, retornam todos para o salão para a dança do maçambique. Neste dia dois grupos de dança formados basicamente por me-

---

<sup>685</sup> Dançantes, capitães de espada e chefe de dança vestem-se de branco. O rei tem sobre os ombros um capa de veludo vermelho e a Rainha com capa de veludo azul, com coroas de metal prateado e forradas com os mesmos tecidos das respectivas capas.

ninas negras,<sup>686</sup> dentre eles um de Taquari, fazem apresentações ao grupo maçambique e ao grande número de moradores locais. Após as apresentações dos grupos, as maçambiqueiros retornam a mais uma seqüência de passos, obedecendo sempre uma ordem de eventos marcados pelas letras dos cantos: cada momento de dança representa uma etapa do ritual. Encerram o dia com uma janta no próprio salão somente para os do grupo de maçambiqueiros, poucas pessoas da comunidade e, excepcionalmente, nossa equipe.

Dia 12 de outubro (sábado): Pela manhã os dançantes tomam café no salão para, após, saírem para um “pagamento de promessa na casa de seu José”, filho do Sr. Antônio. Ambos haviam feito cada um a sua promessa à Nossa Senhora do Rosário devido um acidente de carro sofrido pelo Sr. José. O ritual de pagamento de promessa ocupa grande parte do dia. Os maçambiqueiros são recebidos de joelhos pelo Sr. Antônio e o Sr. José beija a bandeira, momento de grande emoção por parte de todos. A entrada na residência é também marcada pelo cruzamento da espadas. Houve “oferta” de almoço (churrasco de carne bovina e porco, saladas de verduras, aipim, arroz) e “mesa de doces” (torta). O pagamento de promessas, durante todo o dia, é marcado pelas danças e cantos através dos quais expressam o sofrimento do negro e a salvação. Uma vez paga a promessa, dá-se por encerrado o ritual na casa do Sr. José. Os maçambiqueiros seguem de volta ao salão da igreja onde deixam as bandeiras e coroas. No final da tarde, há um intervalo para descanso para, após, jantarem no salão. Mais tarde os maçambiqueiros encerram as atividades rituais e preparam-se para o baile. Este ocorre no próprio salão e engloba um grande número de pessoas de várias localidades bem como conjunto musical contratados pela prefeitura e conhecido pela comunidade.

Dia 13 de outubro (domingo): Inicia com a missa pela manhã, seguindo a mesma ordem dos dias anteriores, é a terceira etapa do tríduo. O grupo sai da igreja e realiza a procissão juntamente com a imagem de Nossa Senhora do Rosário, único momento da festa que é retirada da Igreja Caravágio. Grupo de maçambique e comunidade caminham pela avenida e dão a volta no canteiro central da mesma de onde retornam novamente para a igreja, deixando a santa no mesmo local. Durante a procissão pude notar a grande quantidade de pessoas que lá estavam para “pagar promessas” (ver foto sobre pagamento de promessas no ponto 2.2.3). Carregando crianças vestidas de “maçambiqueiro” as mães, além de acompanharem a missa e a procissão, chegavam próximas à imagem de Nossa Senhora do Rosário para orar (ver foto no ponto 2.2.3). Após o retorno da santa à igreja, dirigem-se todos até o salão onde ocorrerá o “grande almoço” direcionado a toda comunidade. Para participar do almoço, as pessoas deveriam pagar um quantia de R\$ 8,00, fato que dificultou o acesso ao salão, pois havia grande número de pessoas no caixa.

O salão estava lotado, englobava pessoas ligadas ao movimento negro, intelectuais, folcloristas, políticos, religiosos católicos, autoridades locais, a comunidade de Osório e de localidades vizinhas. O almoço foi buffet composto de saladas, carnes assadas e verduras acompanhado, além de uma outra mesa para os doces que eram servidos e pagos à parte. Havia o bar onde eram compradas as bebidas separadamente. Havia, no centro do salão, mesas postas uma do lado da outra formando conjuntos de várias mesas unidas em que estavam os maçambiqueiros, comunidade negra e algumas autoridades. Ao redor, os demais convidados acomodados em mesas menores. Uma música acompanhou durante todo o almoço. Ao final da refeição, já no meio da tarde, os maçambiqueiros retomam a cerimônia do ritual, após a retirada das mesas. Diferentemente dos demais dias, em que os passos das danças seguiam a mesma lógica, agora os dançantes executam movimentos diferenciados, mais complexos e elaborados dedicados ao público que os assistia. Ainda no

salão, é realizado o sorteio para a escolha dos festeiros que irão organizar o próximo maçambique. Dona Iolanda se dirige ao palco e, pelo microfone, anuncia o sorteio. Diz que deve haver três indicações de nomes: uma por parte do festeiro atual, outra pelos dançantes e uma dos reis. Os nomes são escritos em pequenos papéis e colocados num copo. É chamada então uma criança que sorteia o primeiro nome e este indicará quem será o novo “noveneiro” – o Sr. Almeida, presidente do bairro Caravágio. Após, o segundo nome é o do próximo “capitão do mastro” – o Sr. Vanderlei. O último nome sorteado é do novo festeiro: o Sr. Olímpio, cunhado do atual festeiro, o Sr. Osmar. Dado o sorteio, o antigo casal de festeiros passa a bandeira para os novos e estes oferecem aos dançantes uma mesa de doces: tortas e pudins em agradecimento. Após o sorteio, os maçambiqueiros saem do salão e dirigem-se até o mastro, defronte a igreja, para realizar o “arriamento do mastro” através do Sr. Luiz, marido de dona Iolanda, atual “capitão do mastro” e também “capitão de espada”. A retirada do mastro é acompanhada pelo cortejo real e dançantes com cantos e músicas. Já retirado, o mastro é carregado pelas extremidades pelo capitão do mastro e seu filho – dançante – juntamente com as bandeiras levadas pelas pagens, além dos reis, tamboreiros e dançantes. A imagem de Nossa Senhora do Rosário também deve acompanhar o cortejo.<sup>687</sup> É dada uma volta em torno da igreja: a igreja está sendo “fechada”, ou seja, o maçambique está sendo encerrado. Executam danças no lado externo da igreja para, após, retornarem ao salão onde se dá por encerrado o maçambique. Neste momento os maçambiqueiros e comunidade fazem saudações com palmas devido o grande sucesso da festa. Os dançantes levantam o chefe de dança e com lágrimas todos se abraçam. Segue a festa com baile...<sup>688</sup>

Considerando as cerimônias realizadas este ano em Osório na festa do maçambique e as descrições de Laytano pode-se perceber uma estrutura ritualística deste evento. Certamente que alguns dos elementos que antes faziam parte deste evento foram substituídos ou simplesmente excluídos da festa como, por exemplo, o fato de não mais haver a coroação dos festeiros, conforme descreveu Laytano na descrição. Além disto, os cantos e danças respeitam o sentido dado à festa, cada um a seu tempo (ver pontos 2.2.1 e 2.2.3). O ritual representa a trajetória do escravo e as situações difíceis enfrentadas pelo negro tanto no passado (através do ritual) quanto no presente (pagamentos de promessas). Ambos contextos são interligados pelo louvor à Nossa Senhora do Rosário que os protege e unifica formando “uma só família”, conforme a fala de dona Iolanda.

As características da inserção do maçambique na região é comunicar com os brancos, demarcando fronteiras. Aguapés e Osório são os lugares de maior proximidade territorial com os brancos, lugares de maior penetração deles – descendentes de imigrantes europeus em Aguapés e elites em Osório. A celebração de suas devoções através dessa forma tradicional e exclusiva dos morenos nesses locais, acena claramente com um sentido de delimitação de território étnico que precisa ser constantemente reafirmado através desta celebração particular dos negros e morenos, daí a necessidade da realiza-

<sup>687</sup> A imagem não acompanhou o cortejo. Na missa pela manhã, o padre anuncia que não poderá participar de todo evento e diz deixar a chave da igreja com o festeiro para que possam realizar a cerimônia final (volta na igreja). Este fato, segundo os moradores de Morro Alto, nunca havia ocorrido, ou seja a ausência do padre bem como a posse da chave da igreja. Isto pode ter resultado na ausência da imagem durante a caminhada ao redor da igreja.

<sup>688</sup> Retirado do diário de campo de Mariana Fernandes, de 10 a 13 de outubro de 2002.

ção anual desta festividade.<sup>689</sup> É o que evidencia o canto a seguir, entoado pelos maçambiqueiros na festa de Nossa Senhora do Rosário. Como vimos analisando, a identidade étnica da comunidade de Morro Alto tem como um de seus alicerces a condição de “descendente de escravos”, demonstrada por meio das cantigas.

Ó que rua tão comprida  
Que dançamos de pés no chão  
Para homenagear  
Senhora mãe da escravidão

Os maçambiques já foram removidos e reintegrados às festas religiosas de Osório muitas vezes.<sup>690</sup> Sua realização se dá a partir de negociações com o poder religioso da Igreja e, mais recentemente, com o poder público local. Atualmente o dia 12 de outubro é o dia em que se realiza a festa do maçambique de Nossa Senhora do Rosário, embora como vimos anteriormente, a primeira semana de outubro teria sido antes a época de sua realização.<sup>691</sup> É o mesmo dia de Nossa Senhora Aparecida, o que é coerente com o fato afirmado pelos devotos de que Nossa Senhora Aparecida é a “mesma do Rosário”, como nos ensinaram dona Antônia e dona Aurora, uma residente em Osório e outra no Borba, a primeira devota e membro da “irmandade” de Nossa Senhora Aparecida cujos membros ostentam sempre um broche ou pingente com a imagem da santa e um altazinho ou um quadro com a imagem dela em suas casas. É praxe que também exista no altar dedicado à Nossa Senhora do Rosário, uma imagem de Nossa Senhora Aparecida durante o tempo do pagamento de promessas. Tal com foi constatado durante as festividades do maçambique em Osório, no interior da casa do “pagador” havia duas imagens pequenas de Nossa Senhora Aparecida sobre uma mesa coberta por uma toalha branca, sete velas brancas acesas e, ao lado, as duas bandeiras de Nossa Senhora do Rosário, os tambores e as espadas deixadas pelos maçambiqueiros durante o ritual de pagamento. De certa forma, a imagem de Nossa Senhora Aparecida acompanha, discretamente sem ser o centro de devoção, a imagem e homenagens dedicadas à Nossa Senhora do Rosário.

Sua importância no seio da comunidade, para além das festas do Rosário e São Benedito, envolve uma prática cotidiana: o *pagamento de promessas*. Aqui também o

---

<sup>689</sup> O papel do maçambique parece ser análogo ao identificado por Vogt e Fry na comunidade do Cafundó, São Paulo, no que diz respeito à “língua africana”: da mesma forma como, ao falar a falange, a população do Cafundó “faz-se africana”, os maçambiqueiros de Morro Alto o fazem por meio do culto à Nossa Senhora do Rosário. “No Cafundó, ao falar a ‘língua’, seus usuários acrescentam à sua identidade étnica de pretos e à sua identidade social de peões ‘caipiras’ o *status* de ‘africanos’. A ‘língua’ possibilita, assim, uma forma de interação, quer no interior do grupo, quer entre este e a sociedade envolvente, que difere daquelas que normalmente caracterizam relações de trabalho no sistema produtivo. Tudo se passa como se, por uma espécie de mecanismo compensatório, fosse criado um espaço mítico no interior da situação de degradação econômica e social característica da história das populações negras no Brasil, espaço no qual, por meio da ‘língua’, seria possível uma como que renovação ritual de certa identidade perdida” (Vogt; Fry, 1996).

<sup>690</sup> Neste ano de 2002, segundo a fala de um homem branco, comerciante do centro de Osório, os negros foram “expulsos” da catedral.

<sup>691</sup> Não há data fixa. Geralmente pode ocorrer nas primeiras semanas de outubro como este ano, no dia 12 garantindo assim a festa por ocasião dos feriados do dia da criança e dia de Nossa Senhora Aparecida.

maçambique atua mas, diferentemente da festa, que é constituída por uma seqüência de cerimônias, o pagamento de promessas ocorre quando se faz um pedido à santa e este é alcançado.<sup>692</sup> O pagamento de promessas constitui-se numa espécie de pequena comemoração na casa de quem solicitou a graça, e a oferta ou de um almoço que poder ser um churrasco em que se consome carne de gado, ou de uma mesa de doces aos membros do maçambique, ou seja, aos “dançantes”. Resumindo: faz-se a promessa à Nossa Senhora do Rosário e, quando alcançada a graça, chama-se os maçambiqueiros e, então, são oferecidos os doces.<sup>693</sup> Com isso criam um diálogo entre o cotidiano das necessidades subjetivas sentidas, determinadas por valores tradicionais que dão sentido à expressão do sagrado nesta comunidade.<sup>694</sup>

Outros maçambiques podem ocorrer também quando precisar “botar” alguém num maçambique para “acalmar” ou traçar um bom caminho ou ainda reforçar a proteção de alguém que necessite. Dona Teresa, respeitando o sigilo sobre a identidade da pessoa envolvida, relatou que a família de alguém, que teria se envolvido num delito sério, botou seu parente no maçambique para “acalmar”, querendo expressar com esse exemplo a confiança de que o maçambique tem o poder de resolver problemas e melhorar as pessoas.

O Sr. Luís, filho de dona Ercília, ofereceu um maçambique em sua casa em pagamento de promessa por um pedido atendido<sup>695</sup> (ver foto em ponto 2.2.3 sobre pagamentos de promessas). Dona Ercília definiu esses maçambiques de promessa como algo muito simples: faz-se um pedido para Nossa Senhora do Rosário e promete-se um maçambique. Cabe ao pagador de promessa providenciar “uma mesa de doces, uns refrigerantes, qualquer coisa para oferecer aos dançantes”, em retribuição por terem dançado em nome do pagador da promessa. Essa definição nos mostra a lógica da reciprocidade que presidiu sempre as relações intracomunitárias e a solidariedade grupal. Os dançantes são aqueles que cantam e dançam em louvor à santa e são quem efetua a comunicação com ela. O pagador da promessa retribui aos dançantes com a comida, principalmente os doces.

Os dançantes são sempre vigiados pelo “chefe de dança” que era “quem corrigia os errados”.<sup>696</sup> Há muitas narrativas de chefes de dança rigorosos que não hesitavam em punir alguém que não se portasse adequadamente com “uns laçassos” nas pernas. Durante um diálogo com Faustino, atual chefe de dança, foi possível cons-

---

<sup>692</sup> Os pedidos “sempre” são alcançados, no entendimento dos devotos.

<sup>693</sup> Sobre “oferendas” presentes nos rituais de batuque, Norton Corrêa atenta para o fato de que: “A comida assume extrema relevância no ritual na medida em que ela é a oferenda principal do sistema de trocas e contra-trocas de bens simbólicos entre os orixás e os humanos. A percepção desta importância reflete-se numa frase que a Mãe Ester seguidamente pronunciava: ‘a cozinha (isto é, o alimento sagrado) é a base da religião’ (Corrêa, 1992).

<sup>694</sup> Aprofundaremos este aspecto adiante.

<sup>695</sup> A promessa consistia no emprego adquirido pelo filho mais velho do Sr. Luiz.

<sup>696</sup> Em estudo sobre sociabilidade dos negros em Porto Alegre, Barcellos identificou a figura dos “chefes de salão” que cumpria uma função semelhante nos bailes dos clubes negros da cidade. Este tinha a função de vigiar os comportamentos, visando garantir o “respeito” que constituía a regra básica naquelas atividades lúdicas caracteristicamente familiares (Barcellos, 1996 e Barcellos; Fernandes, 1999).

tatar a influência de sua atuação a partir do “respeito” por parte dos dançantes. Diz que isto só é possível quando “existe amizade” e esta “deve ser conquistada e não obrigada”. O respeito é o que determina a hierarquia do grupo bem como possibilita o bom relacionamento entre as diferentes gerações de maçambiqueiros. Os mais velhos são sempre aqueles que possuem maior capacidade e sabedoria sobre o que é certo ou errado e isto não é posto em discussão pelos mais jovens. Por outro lado, há todo um diálogo entre o chefe e os jovens dançantes como forma de poder criar uma relação de confiança entre ambos. Fora do maçambique, Faustino afirma que não interfere na vida dos dançantes, porém, diz ser esta “uma grande família” e que, mesmo não querendo, acaba “se metendo nas encrencas dos meninos”. Cita o caso de Patrícia, pajem da rainha, que “não é parente”, mas faz parte do maçambique e por este motivo todos os dançantes estão impedidos de namorá-la: –“Não podem namorar uma irmã!”

Quando ocorrem as festas religiosas de Nossa Senhora do Rosário, em outubro, e de São Benedito, em 13 de maio, o maçambique envolve toda a comunidade, quer como ajudantes dos festeiros, quer como co-financiadores das festividades, quer como participantes pura e simplesmente. Dona Iolanda, uma das principais líderes religiosas (pode ser considerada uma das mais conservadoras) e esposa de um dos capitães de espada, comentou que durante “busca de Nossa Senhora do Rosário” na catedral de Osório havia um carro de bombeiros esperando para levar a imagem e os maçambiqueiros. Atrás vieram membros da comunidade, representantes de instituições e autoridades locais e carro de som. Atualmente, devido ao reconhecimento da importância cultural do maçambique, o poder público municipal vem apoiando a realização das festas do Rosário e incorporando-as no seu calendário turístico.<sup>697</sup>

Os personagens centrais do ritual são o Rei Congo, a Rainha Jinga, os capitães de espada, dançantes e os tamboreiros – tocadores dos tambores de maçambique.

Logo ao terminar uma festa, faz-se a crítica sobre o modo como ela se deu, narra-se sobre outras festas especialmente bem-sucedidas e já se começa a pensar como será a próxima. Uma das grandes queixas do modo como vêm sendo realizados os maçambiques na atualidade é a ausência do ritual de “passar a bandeira”, momento em que toda a comunidade do maçambique se envolve comprometendo-se com a festa. Outra, é a redução da função de “procurador”, personagem central do maçambique a quem cabia convocar os dançantes para o dia em que se realizaria o maçambique. Isso possibilitava que o maçambique pudesse ser “bem ensaiado e nenhum dançante faltava”. O tocador de tambor costumava acompanhar o procurador nessa convocação, bem como o alfer da bandeira. Dona Aurora Diva rememora o “falecido Jovino”, “precurador” antigo. “Passava a bandeira e precurava todos os dançantes... Só servia para isso”. O pai do Sr. Ermenegildo era “alferes

---

<sup>697</sup> O maçambique vem sendo interpretado como uma “manifestação folclórica de Osório”, quando na realidade, importantes protagonistas do ritual que residem hoje na cidade, no bairro Caravágio, como a Rainha Jinga e o Rei Congo, cresceram e viveram a maior parte de suas vidas em Morro Alto, tendo sido expulsos em decorrência dos processos de pressão e expropriação que a comunidade sofreu.



da bandeira”. Tinha o “compromisso de cuidar da bandeira”, segundo ele mesmo informou. Dona Aurora diz que “não saía bandeira sem ele.” Houve queixas também sobre como se dá o envolvimento da comunidade de Osório durante a festa. Dona Iolanda lembra do seu tempo de “festeira” quando as ruas e o comércio paravam e que “hoje ninguém dá valor”. Comenta que semanas antes do maçambique acontecer, haviam combinado com pessoas da comunidade de Osório de acenarem com lenços brancos quando da saída da santa da catedral em direção à Igreja de Nossa Senhora do Caravágio, no bairro Caravágio, fato que não se concretizou: – “O comércio nem fechou!!! Tinha só meia dúzia de pessoas da comunidade com a gente!” Por outro lado, ao fim das festividades, o fato de saírem do centro da cidade deu à comunidade um retorno positivo, pois aproximou muitos dos moradores de Osório e, principalmente, do bairro Caravágio, incluindo aqueles que viveram anteriormente em Morro Alto e que não participavam da festa devido a grande distância e problemas de transporte: “Nunca vi a festa tão bonita! Imagina se lá no centro ia ser assim, com a igreja cheia!!!”. Mudar de igreja foi uma ruptura com a tradição de celebrar o maçambique sempre na igreja “do centro”, porém, tal fato acabou refletindo positivamente na “maior união”, segundo dona Iolanda, criando aos membros da comunidade de Morro Alto mais uma possibilidade de encontro envolvendo um maior número de pessoas.<sup>698</sup>

A reunião da comunidade ocorrida em 20/07/02 foi excelente oportunidade de rememorar antigos maçambiqueiros através de fotografias que a comunidade trouxe para a equipe. Mostravam as fotos uns para os outros: “aí, o pessoal da espada”. Contam que o capitão da espada era o chefe da dança e que “quem não fazia direito era mandado embora” para ensaiar e voltar dançando direito. Levavam “laçasso com a espada”, nas pernas para corrigirem a dança. D. Aurora foi *festeira* de São Benedito quando tinha 19 anos. Relata que até o bispo se impressionou com ela, tão pequena, magrinha, ter conseguido fazer tanta coisa e sair tudo tão bem. Dona Diva narra que foi festeira duas vezes seguidas, coisa que seria absolutamente excepcional, “porque nunca repete”. Foi *festeira* duas vezes seguidas *no Rosário*. Diz isso com orgulho pois isso não é comum. Cada pessoa só pode ser festeira uma vez a cada sete anos e em geral, não repete. “Decerto foi porque gostaram, acharam que fiz certo”. Diz ela que “quando eu vi eu estava de novo no copo”. Conta das festas de maçambique das quais participou: “festas bem organizada, bonita”; “vinha muito jornalista”. Vê-se que os festeiros são escolhidos pela santa, através de um sorteio no qual os nomes são postos “no copo”.<sup>699</sup> Daí o orgulho de dona Diva por ter sido escolhida duas vezes seguidas. Isso significa uma distinção pelo seu significado tanto religioso quanto comunitário. Ser festeiro é uma honra e um dever sagrado que deve ser cumprido “como tem que ser”.

---

<sup>698</sup> Lembramos que o bairro Caravágio é o principal reduto das pessoas de Morro Alto que migraram para Osório.

<sup>699</sup> Como veremos adiante, o mito de origem do maçambique envolve um negro que estava condenado pelo senhor à morte e é salvo por ter sido sorteado como festeiro.

Pedimos a dona Diva que ela cantasse algumas rezas do maçambique de São Benedito.<sup>700</sup> Ela procurou lembrar e cantou:

São Benedito  
No Maçambique  
É um santinho preto  
Quando ele fica brabo  
Ele ronca no peito.

Questionada sobre o significado deste “roncar” quando “brabo”, dona Diva ficou meio sem entender a razão da pergunta porque para ela parecia meio óbvio, ou nunca havia pensado nisso. Ela diz que o “brabo” quer dizer “forte”. “Não brinquem com ele que ele é forte”. Ele é forte porque “o que tu pedir para ele, tu ganha”. “Que nem Nossa Senhora do Rosário”.

Dona Diva começa a reconstituição da narrativa da festa de São Benedito: “quem abre é São Pedro”, diz dona Diva. Uma senhora que estava participando da conversa fala em São Miguel e dona Diva diz que “São Miguel é na levantação do mastro. Eles fecham a igreja com o mastro. Dão a volta na igreja com o mastro; depois eles botam o mastro e vão direto para o salão”. O sentido de “fechar” a igreja é o de garantir a força do santo e deixar a energia livre para o maçambique naquele espaço, além de dar *proteção*. Marca-se o território do maçambique com esse procedimento.

Em entrevista realizada com dona Teresa, moradora de Morro Alto, obtivemos relatos muito ricos sobre a relação dessa comunidade com o maçambique:

Teresa – A gente foi numa festa de negro aqui em Aguapés, o maçambique. A minha filha foi festeria, eu observei que eu tava ajudando minha filha a fazer tudo mais a minha irmã, a Lourdes...

Daisy – Então tem maçambique em Aguapés...

Teresa – É...

Daisy – O que vocês participam lá, é o maçambique de São Benedito...

Teresa – São Benedito. E em Osório é Nossa Senhora do Rosário, a padroeira; era jancero antigamente. Desde que eu era pequena meu pai levava nós de carroça... era festa da Nossa do Rosário, em primeiro do ano até quatro ou cinco...

Daisy – Até dia de reis...

Teresa – Até dia de reis, aí baixava o mastro...

Daisy – O dia da festa de São Benedito quando é?

---

<sup>700</sup> Sobre São Benedito, descreve Lacyr Tomaz: “E falando em lendas, não se pode deixar de citar outra que explica a origem da dança e devoção aos santos, essa, especialmente a São Benedito que se ouve no interior de São Paulo. Os maçambiqueiros de lá contam que, certa vez, Cristo estava fugindo de alguns demônios, quando atravessou uma ponte e encontrou Benedito. Disse então a ele: ‘Benedito, eu vou correr por aqui, se eles perguntarem, você não diz para onde eu fui’. Quando os demônios perguntaram, Benedito respondeu: ‘Para mim, ele deu a volta e vai passar aqui embaixo da ponte. É melhor vocês esperarem lá’. Assim que ele viu que todos estavam lá, chamou os seus companheiros e tanto dançaram o Moçambique, tanto bateram as suas caixas, que a ponte caiu, matando a todos. Então Cristo retornou, fez Benedito virar santo e disse: ‘Benedito, você salvou o Filho de Deus com sua dança. Por isso, você há de seguir com ela enquanto o mundo for mundo’. E assim nasceu o Moçambique, que é a dança abençoada por Deus” (Tomaz, 2000, p. 41).

Teresa – 13 de maio. Agora, se 13 é sexta ou segunda, daí eles fazem no fim de semana...

Daisy – Daí a senhora participa e a sua filha também é...

Teresa – A minha foi festera... [foi assim] aí a gente foi à festa... o meu genro não queria ir... vamo Neto, que o nome dele é Ademar e eles chamam de Neto. Vai lá que tu vai cá de festero. – Ah, véia, de sua boca não dá, porque se a senhora disse isso aí é porque vai acontecer. [e aconteceu, o casal foi festeiro no ano seguinte]

Daisy – Aí são três dias de festa?

Teresa – Em Aguapés só dois dias, sábado e domingo... em Osório é mais dias...

Daisy – A festa que ia ter em Osório não teve...

Teresa – Morreu a mãe do festero da prainha né... então vai ser em janeiro como era antes...

Daisy – Vai ser em janeiro... agora vai ser como tem que ser...

Teresa – ... a gente não quer acreditar né...

Daisy – É verdade... e a festa de Aguapés é que nem a de Osório...

Teresa – É diferente porque ali é tudo comprado, tudo pago e a diretoria é que manda; os festero não manda nada... Lá em Osório é tudo por conta do pessoal... passava a bandeira por aqui tudo... eu dou aqui um quilo de café ou cinco de açúcar, ou assino que vou dar dez ou vinte pães no dia ou dia antes...

Daisy – Isso em Osório...

Teresa – Lá em Osório, a prefeitura dava rancho, o Big hotel dava dormitórios, era tudo organizado; agora tá caindo porque uns senhores bebiam, bagunçavam aí caíam essas festa. Mas agora os Teresa e as raízes do Teresa assumiram tudo. [...]

Teresa – ... aquelas duas varas, tudo de branco, tudo organizado, aquelas coisa antigas, aqueles gorros, aquelas listas vermelhas... tudo é dessa gente... tá muito bonito a gurizada – Ah! Mas não tem graça porque não tem mais os antigos... mas qual é o antigo que ia podê ficar pulando... porque bate o tambor e canta aqueles canto de Nossa Senhora antigo e aquelas duas varas, fico [mostra o braço mostrando o arrepio que sente ao lembrar]... todo ritmo da dança né... e vão pra frente e vão pra lá e depois vem de lá pra cá...vem por dentro e sai por fora, tudo organizado, tudo novinho, fica a coisa mais linda... [dona Teresa encena gestualmente o movimento das varas e seu rosto se ilumina ao descrever a beleza da cena que descreve como se a estivesse vendo]

Daisy – Em Aguapés como é?

Teresa – Em Aguapés faz a representação da dança igual, mas daí eles só dão a despesa livre pros dançante, o almoço só domingo...

Daisy – E os outros todos aí tem que participar... tem que pagar...

Teresa – É, daí as pessoas participam né, é livre, eu vou, meu esposo, meus vizinhos, meus amigos, minha gente, cada um paga pra si... é ingresso... paga cinco reais, come churrasco à vontade, salada à vontade, ainda compra separado a bebida... e lá em Osório, esse ano, o pai do festeiro me disse dia 7 de setembro em Maquiné... [ela perguntou] – a bandeira não passou ainda, que ele é o festeiro em Osório. – Tereza, nem vai passar porque a gente vai fazer a festa conforme nossas condições – são meio metido né. É o encerramento da semana da pátria foi com o maçambique. A Edite organizou e a minha irmã, que é merendeira no colégio, a Marina do Ildo, e outras pessoas, a Judite... aquela bem pretona irmã da Edite, que ela mora em Osório. Daí arrumaram pra vim ao maçambique, um ônibus de Maquiné pra buscá o pessoal, daí eles me ligaram e eu fui. Daí cantaram pro padre né, que se chega uma pessoa líder, vamo cantá pra ela. Já rufa o tambor, botas aquele verso... é a rainha Ginga é o rei de Congo coroado, eu me arrepio porque meu pai era capitão da espada... A senhora não viu o Wilson dizer: “Eu como filho de capitão da espada tenho que agir”...

Daisy – Isso aí, as raízes...

Teresa – É, as raízes, o Wilson é muito sabido!

Quase todas as mulheres com as quais se falou sobre maçambique foram ou possuem alguém na sua família que foi festeiro do Rosário ou de São Benedito. Sempre é motivo de ansiedade saber onde e com que recursos as festas realizar-se-ão. Neste ano, 2002, a expectativa foi mais intensa, pois no ano anterior o falecimento da mãe do festeiro impediu a realização do maçambique do Rosário.<sup>701</sup> O luto impediu a comunicação com o sagrado expresso na santa,<sup>702</sup> cuja imagem contém a vida e a força de Nossa Senhora.

Segundo dona Aurora:

Nossa Senhora andou por aí tudo. Passou fome, passou frio, atravessou o mar e chegou aqui, e entregou a bandeira para nós, para os negros. O padre, nem o arcebispo sabe que Nossa Senhora está viva, ela é viva, e se não segue com a fé, como tem que ser, “chega com dor de barriga e sai com dor de barriga. Não consegue nada”.<sup>703</sup>

Ou seja, existe um circuito de reciprocidade entre o pedinte e a Santa que é mediado pela comunidade representada no maçambique pelos dançantes, capitães, juízes e os reis. Os dançantes são distribuídos em duas “varas” (colunas) de doze homens, cada uma com suas cores – uma vermelha e outra, azul – em detalhes, sobre as roupas brancas, com seus guizos – “massacraia”<sup>704</sup> – nas pernas para soarem como sinetas (ver foto no ponto 2.2.3 sobre pagamentos de promessas), e cantos<sup>705</sup> que são preces – “rezas” – que agradecem e renovam os rogos de bênçãos e proteção de todos os participantes. Se o maçambique não ocorre, a comunidade perde em bênção e proteção.

A relação entre o sagrado e os homens no maçambique não prescinde da comunidade. Quando nas festas, que marcam os tempos sociais mais importantes, envolvem-na ainda mais, pois “passam a bandeira e cada um dá o que pode, se é dinheiro, se é fazer alguma comida, se é atender na quermesse”<sup>706</sup> renovando e atualizando a identidade de negros e morenos de Morro Alto.<sup>707</sup>

---

<sup>701</sup> Esta foi uma das razões para que a conclusão deste trabalho tenha sido adiada.

<sup>702</sup> Apesar do luto ser a justificativa oficial, muitas mulheres acham que não foi possível fazer o maçambique porque “quiseram fazer tudo sozinho” e não conseguiram.

<sup>703</sup> Entrevista concedida pelas senhoras Antonia e Aurora na reunião da comunidade em 29/09/02 a Daisy Barcellos e Cíntia Müller.

<sup>704</sup> Utilizado para representar o som da correntes usadas pelos escravos fujões, segundo Luiz (dançante).

<sup>705</sup> Segundo Luiz, o canto representa a época em que os negros eram obrigados a cantar sob suspeita de esconderem ouro na boca.

<sup>706</sup> Segundo o depoimento de dona Teresa em entrevista prestada a Daisy Barcellos em maio de 2001 e descrevendo o maçambique de São Benedito do qual participou auxiliando sua filha que havia sido festeira.

<sup>707</sup> Conforme descreve dona Iolanda, nos meses que antecedem a festa tem o período de “tirar esmolos”. Consiste na saída dos tamboreiros, alfer da bandeira e uma pessoa (escolhida pelo festeiro) para “carregar as esmolos” enquanto passam nas residências e casas de comércio identificados como católicos pelos maçambiqueiros diante de tal pergunta – “O senhor(a) é católico(a)?” – logo que chegam para solicitar o auxílio. A “ajuda” é para “comprar mantimentos e ajudar o festeiro”. O fato de não ser católico implica em não ter fé na imagem de Nossa Senhora do Rosário, representada também na bandeira. Conforme dona Iolanda “eles não tem fé na imagem de gesso, só fé espiritual” e que “a falta de fé em Nossa Senhora existe porque o mundo é mais material”.

Dona Iolanda comenta: “É a única bandeira que pode percorrer o Brasil”. Refere-se à universalidade da religião católica e que está também no maçambique incluindo assim a comunidade no campo religioso vigente em Osório.

Os festeiros são quem se incumbem de organizar as festas, o que implica desde angariar os recursos junto à comunidade até providenciar as comidas e local para a realização dos festejos. Como dissemos anteriormente, o festejo de São Benedito, ocorrido em Aguapés, dura “só dois dias”, e a ele não pudemos comparecer, pois as pessoas da comunidade sempre nos informavam que ele não ocorreria. E ocorreu.<sup>708</sup> A comunidade parece considerar esse maçambique mais simples do que o de Nossa Senhora do Rosário.<sup>709</sup> Segundo um membro da comunidade que é muito envolvido com os maçambiques, o festeiro de Aguapés teria “entregado” o maçambique para a Igreja, o que de certa forma a descrição que dona Teresa nos fez demonstra ser uma evidência.

A comunidade parece orgulhar-se mais do maçambique de Rosário, ocasião em que tomam a cidade e hegemonomizam a festividade. Mesmo assim, há sempre críticas ao andamento das festas, seja objeções aos festeiros de quem se exige “força”<sup>710</sup> para “levar” o maçambique o qual deve ser governado pela Rainha Jinga. Podem ressentir-se, por exemplo, que os chefes e festeiros estejam “entregando” o maçambique que estaria de modo progressivo, demasiadamente integrado às festas católicas, o que, para o caso de São Benedito, parece já ter-se configurado.<sup>711</sup>

Por outro lado, existe toda uma preocupação em não mais permitir a realização de apresentações do maçambique fora de Osório ou Morro Alto. Um dos maçambiqueiros mais antigos comenta que “maçambique não é folclore, é religião!”<sup>712</sup> Tratando-se de um ritual religioso, engloba todo um contexto sagrado que fora de seu contexto perde sentido. Um dos jovens dançantes não aceita que “outras pessoas” (brancas) vejam no maçambique um “evento” e que há um desrespeito com Nossa Senhora do Rosário.

Como vimos, há um processo de apropriação do maçambique como folclore do município e do Estado. Os conservadores e participantes nele nem sempre se satisfazem com o fato dos custos da festa serem pagos pelos poderes locais. Querem continuar a tradição, a qual é clara quanto a quem detém a bandeira: os negros, por delegação de Nossa Senhora do Rosário. Existe aqui o fato de existirem duas bandeiras durante a festa do maçambique: uma pertencente ao grupo de maçambiqueiros e outra da igreja de Osório.<sup>713</sup> Rui Santos comenta sobre esta dualidade a partir da Festa de Nossa Se-

<sup>708</sup> Referimo-nos exclusivamente ao maçambique realizado no ano de 2002.

<sup>709</sup> Estar bonito e “direito, como tem que ser” e “ter de tudo” envolve custos que nem sempre a comunidade pode arcar.

<sup>710</sup> Essa “força” é a um tempo mística e moral.

<sup>711</sup> A importância da Rainha Jinga é reforçada pela autoridade de que é investida e pode se expressar num temperamento forte, característica desejável numa rainha, como nos informa a atual Jinga, D. Severina ou Sibirina como muitos chamam: “... No tempo dessa aqui [mostrando a foto de Maria Teresa, antiga Jinga] ela mandava e não pedia, né? Tanto que terminou o maçambique, o Padre Pedro não queria fazer a festa, e ela fez ele fazer!... A Rainha mandava, a rainha dizia assim: – Vamos fazer a festa e o fulano sai de festeiro!... A Rainha tem obrigação de botar festeiro.”

<sup>712</sup> Segundo o Sr. José, capitão de espada e irmão de Faustino (chefe de dança).

<sup>713</sup> A da Igreja é levada por uma senhora “branca” representante de um dos grupos litúrgicos da catedral de Osório. A outra bandeira fica sob responsabilidade da alfer, Conceição, filha da atual Rainha Jinga, dona Severina.

nhora da Imaculada Conceição. Realizada na comunidade negra de Rio Pardo, caracteriza-se pela existência de “duas igrejas”; uma “branca” e outra “negra”: “Assim como a missa, ela é conjunta, mas cada andor que leva a imagem sai com seu público da sua própria capela, até um ponto de encontro, e, a partir de então, juntas, percorrem um trajeto por volta de oitocentos metros aproximadamente”.<sup>714</sup>

Em Morro Alto, o maçambique é contado pelos moradores como uma dança que “veio da África” quando da chegada dos negros nos navios durante o tráfico de escravos para o Brasil, conforme ilustra parte da entrevista realizada com uma das moradoras antigas de Morro Alto, dona Ercília:

Cíntia – Tem alguma história...? Onde é que os navios paravam?

Ercília – Capão da Negrada?

Cíntia – Onde é esse Capão da Negrada?

Ercília – Eu acho que é Capão da Canoa, porque pra isso, é Capão da Negrada. Encostou um navio ou naufragou e os negros se espalharam. Então tem negro... O Morro Alto tem... O Morro Alto tem muito moreno que é descendente desses negros.<sup>715</sup>

A história contada a partir do escravo é o ponto inicial para entender-se o sentido dado ao maçambique e seu papel na construção da identidade da comunidade. Através da origem africana e da escravidão, ou seja, um fato histórico, cria-se um mito para falar do passado, mas por ser mito, é possível que tenha existência e sentido no presente.

Sempre que perguntamos sobre a origem do maçambique, foi unânime a resposta que afirma sua africanidade, porém contendo toda a carga do sofrimento do negro transformado em escravo que clama por Nossa Senhora do Rosário. Um dos membros da comunidade, residente hoje em Morro Alto e que atua como religioso, narrou uma das versões do mito de origem do maçambique:

Antônio – Vê, naquele dia, eles estavam falando, do negro, o... escravo, escravatura... [da] árvore com dois laço em roda, pra mata ele, faltava meia hora pra ele morrer. Aí chamou os outros companheiro dele, soltou ele. Disse: olha, tu te escapou pela vida pela Nossa Senhora do Rosário, que é uma grande mãe poderosa, não só minha como tua. Eu tenho que respeitar ela. Solta ele do laço. Aí desenrolaram ele, soltaram ele, disse: – *olha, tu vai ficar o ano todo trabalhando, tu tem que trabalhar dobrado*. Ah, eu tava assim, não sei a gente se incomoda pelo passado, o que a gente viu, o que a vó da gente... Sabe o que a gente ouve, dizem... *a gente comenta, comove pela luta que foi no passado. Assim, imita o “escravo pra morrer”, no dia da festa da Nossa Senhora do Rosário*. O Senhô ia matar ele, tava amarrado numa árvore, atado em dois laço, na mata. Aí foi ocorrer um sorteio, os outros companheiro iam matá ele, porque ele respondeu pro Senhô. Aí, pro senhô não podia respondê, não é a gente hoje, troca uma palavra, daqui a pouco tem gente que procura intendê. Então ele saiu com uma palavra, o Senhô não gostou, aí amarram ele pra matar: – Vê matar, matar a pau. Amarraram ele em dois laço numa árvore. Aí, ele ficou lá, os outros levavam água pra ele beber, antes de acontecer isso aí. Disse: – Ah, tu sabe que a Nossa Senhora do Rosário não vai me deixar matar. Decerto, tu bebe essa água aí, é a última água

<sup>714</sup> Santos, 2001, p. 98.

<sup>715</sup> Entrevista concedida por dona Ercília, em 18/08/2001, a Mariana Fernandes e Cíntia Müller.

que tu vai beber. E saiu essa festa da Nossa Senhora do Rosário, já vem a muitíssimo ano. Aí ele ficô ali. Correu a festa, correu sorteio pra próxima festa. Pegaram, aquele papelizinho, e foram na casa do Senhor. Aí chegou lá, disse pra ele: – eu vim aqui, o, fulano caiu de festeiro da Nossa Senhora do Rosário. Outro disse: – fulano caiu de festeiro. – Tu não tá enganado disso não? – Não não tô enganado. Tu olha aqui e vê se não é o nome dele. Caiu no sorteio, lá na igreja, caiu ele que tava pra morrer. Na última hora, meia hora antes, *outro saiu com a presença da Nossa Senhora* pra defender ele. Chegou lá, tá aqui, correu o sorteio, fulano caiu o festeiro do próximo ano.<sup>716</sup>

Geralmente esta é a história do maçambique: um escravo é salvo da morte ao ser chamado por Nossa Senhora do Rosário para ser festeiro. Evidencia-se a estrutura da narrativa mítica quando, a partir dela, podem ser percebidos elementos da própria comunidade – o negro, ainda sofrendo as conseqüências das dores passadas e a possibilidade de vencer as dificuldades da vida por intermédio da santa. Assim, o mito de origem do maçambique retrata a realidade em que está inserido. Seu sentido é válido e atual pois possui os valores construídos no decorrer da história juntamente com a crença na eficácia de suas representações simbólicas atuais.

Coletamos outra narrativa sobre a origem da festa do maçambique, contada por outra antiga moradora de Morro Alto e atual Rainha Jinga:

Severina – Olha... Eu sei que a falecida Maria Teresa contava assim: que isso aí, os brancos, eram o senhor. O senhor... os negros não festejavam, os negros era só pra trabalhar e os brancos tinham a festa ..., foram à festa e tinha uma menina, decerto era filha de algum abençoado! [risos] Diz que foi e disse assim: – “Meu pai, por que que os brancos se divertem e os negros não? Os coitadinhos puxando carreta de cana, carreta de lenha, tocado a guiada, tocado a prego, eles não se divertem?” E...: – “Não, minha filha; é assim: os negros é pra trabalhar.” E ela: – “Não, não pode ser assim!” Ela contava que a mãe dela contava, a mãe da... Quer dizer, a minha tataravó já contava, né?! Aí ela foi e disse assim: – “Vou fazer uma festa, meu pai, vou fazer uma festa meu pai.” Ele: – “Quem sabe? Será que vai dar certo?” – “Vou experimentar!” Aí fez, a primeira festa, né? A primeira festa, não foi logo avante, não deu. Ela logo em seguida disse pro pai: – “Eu vou tornar a fazer outra. Os nossos negros todos, vai se divertir ou não vai se divertir?” Adonde ela fez o maçambique. Decerto o outro santo... decerto não aceitou né, aí, ela puxou a Nossa Senhora do Rosário. E continuou o maçambique. Aí diz que a primeira festa que deu o [...] que o maçambique deu certo, tinha um negro no palanque. Tava o negro no palanque condenado à morte. Diz que mandaram, decerto foi ela, que mandou por intermédio de Nossa Senhora do Rosário, mandou um lá, nem sei quem é... Mandou um lá convidar esse negro que tava no palanque condenado à morte pra ser festeiro de Nossa Senhora. E quando ele vinha vindo, o carrasco vinha pra matar ele, né? O carrasco tava rindo, aí diz que veio um e: – “Ó, lá, ele, vem vindo a visita, vem chegando uma visita na porteira.” Aí ele mandou parar, porque matar uma pessoa [...] mandou parar! Aí parou, ele chegou, chegou procurando pelo nome daquele que tava condenado à morte. Aí ele: – “Vai lá desata ele pra receber a carta”. Aí diz que ele [escravo] veio: – “ Eu não sei ler”. Aí esse homem pega, pede licença: – “ O senhor é o dono da carta? O senhor me dá licença de ler?”

<sup>716</sup> Entrevista concedida pelo Sr. Antônio, em 26/07/2002, a Mariana Fernandes, Cíntia Müller e Miriam Chagas.

Aí diz que ele foi e disse: – “Pode ler, pode ler, pra todo mundo ver.” Decerto pra ler alto, né? Aí ele leu, diz: – “Olha, Nossa Senhora do Rosário tá te convidando pra tu ser festeiro dela e tu fazer a festa dela.” Aí soltou o outro *e deu liberdade pra ele na hora, ele deu a liberdade. Daquele dia em diante ele não ia trabalhar mais pra eles, né, ele ia trabalhar só pra fazer a festa da Nossa Senhora e queria uma festa boa! Então adonde que os negros tiveram festa foi devido à Nossa Senhora do Rosário.*<sup>717</sup>

A mesma versão sobre a origem do maçambique é contada antecedida de uma outra narrativa em que surge a intervenção de uma menina branca, “decerto filha dum abençoado”, e reaparece o auxílio de Nossa Senhora do Rosário, em outra situação, no caso aceitando conceder a festa para os negros, já que na primeira não deu certo porque “decerto o outro santo não aceitou”. Porém, o mérito do surgimento do maçambique é dado à Nossa Senhora do Rosário através da menina. No relato do negro no palanque é alguém que ocupa também o lugar de mensageiro, reforçando mais uma vez a dádiva da santa aos negros – o direito à festa – que é retribuída pela fé e devoção além de “trabalhar dobrado”, o ano todo. Os poderes da padroeira, necessários à comunidade negra, são mediados pela menina filha do senhor. Esse aspecto do mito reitera a consciência do cativo e a subjugação do escravo que exige mediadores na sua relação com o senhor, ou seja, “os brancos” contra quem apenas Nossa Senhora possui força. A possibilidade de agregar elementos de contextos diversos em um mesmo mito só é possível devido a um sistema de sentidos que, embora seja constituído por diferentes elementos em contextos diversos, não deixa de conter uma estrutura própria que permite tal dinâmica. Lévi-Strauss, ao tratar da linguagem, busca demonstrar esta relação através da idéia abordada por Saussure acerca da diferença entre linguagem e discurso. Aqui, há um “tempo reversível” e um “tempo irreversível” e a relação de complementaridade entre ambos. O mesmo ocorre com o mito, pois está referindo-se sempre a acontecimentos passados mas “...o valor intrínseco que lhe é atribuído provém do fato de que estes acontecimentos, considerados como vividos em um momento do tempo, foram também estrutura permanente. Esta diz respeito simultaneamente ao passado, ao presente e ao futuro.”<sup>718</sup>

Ambas situações revelam não só a importância de Nossa Senhora do Rosário no passado, mas sua influência em situações atuais. O mito em torno de sua imagem e devoção só faz sentido porque está estreitamente ligado a algo presente e de grande importância na vida desta comunidade.

Da mesma forma que o mito de origem do maçambique está permeado pelo sofrimento do negro, este está expresso nas letras das músicas do maçambique que dramatizam a saga do negro (ver pontos 2.2.1 e 2.2.3).

Ó que rua tão comprida  
tão cheia de pedrinha.  
Ó que rua tão comprida  
Toda cheia de pedrinha.

<sup>717</sup> Entrevista concedida por dona Severina e Francisca, sua filha, em 22/12/2001, a Mariana Fernandes e Cíntia Müller.

<sup>718</sup> Lévi-Strauss, 1983, p. 52-53.



Tenho medo de cair lá  
no Rosário de Maria.  
Tenho medo de cair lá  
No Rosário de Maria.<sup>719</sup>

Um fato importante é justamente o caráter milagroso de Nossa Senhora do Rosário sobre as vidas das pessoas de Morro Alto e a origem sagrada dos cantos cuja fonte é, seguramente, o poder da santa.

Foi o primeiro, o primeiro enterro que eu tirei com um canto, foi com essa minha tia que foi rainha que morreu com 113 anos. Eu passei um mundo de chefe pra esse grupo e nunca fizermos feio! E eu fui obrigado a... *A proteção divina é tão grande que me trouxe tudo isso no pensamento.* Eu nunca vi livro, não conheço nenhum... Nunca usaram livro, nunca encontraram... Nesse dia, no velório da falecida Maria Teresa, *eu vi um livro, assim desse tamanho, eu vi uma página só do canto, que eu tirei sem conhecer, sem nada...* [...] tu sabe de uma coisa? *Isso aí é um presente que a Nossa Senhora me trouxe, pra não me deixar assim, tão ruim...* Olha, eu tenho que pegar o ritmo, pra tirar a música direitinho [...] vão esses três cantos. São esses três cantos que eu tenho que tirar. E eu nunca tinha falado isso...<sup>720</sup>

A fonte da criação das rezas e dos cantos é Nossa Senhora. Sr. Antônio fala claramente que é capaz de “ver um livro que nunca ninguém tinha achado” e daí “tirar” a reza para ser cantada no enterro da falecida Teresa, Rainha Jinga, que é ensinada aos dançantes e aos chefes de maçambique. É um processo místico em que os devotos recebem a iluminação da santa que lhes mostra o caminho, “é um presente de Nossa Senhora”.

Outra entrevistada quando questionada sobre o modo como são feitas as músicas do maçambique, refere-se ao chefe do grupo como o responsável pela letra e ritmo, dizendo que “ele mesmo faz, de acordo, [...] o mesmo sentido dos outros [cantos]”. “Tirar o canto”, mais que um ato de cantar, representa um modo de cantar a partir da tradição dos antigos. O importante é agradecer, louvar Nossa Senhora e principalmente saber fazê-lo conforme “toca o tambor”, como declara Francisca, uma das organizadoras da festa e filha de dona Severina, Rainha Jinga:

Francisca – É, automaticamente eles... é que nem a música, não usam nada! O Faustino ele sabe qual é a música pr’aquela hora... É pr’aquela hora. Que nem se eu faço... A gente trabalha muito com sinais pra não atrapalhar ele na hora que ele tá cantando. Eu faço assim, assim [sinais com os dedos indicando números de músicas, tempo, etc.], ele sabe que é duas música, tempo, certo... Então, de longe, eu olho no relógio, marco pra ele, faço “dois”, “encerra”, aí ele sabe que tem que cantar as duas músicas que é pra encerrar: agradecimento...

Mariana – E tem uma ordem nessas músicas?

Francisca – Tem, tem ordem.

Mariana – E qual é a ordem, mais ou menos?

<sup>719</sup> Cantada por uma moradora antiga de Morro Alto.

<sup>720</sup> Entrevista concedida pelo Sr. Antônio, em 26/07/2001, a Mariana Fernandes, Cíntia Müller e Miriam Chagas.

Francisca – A ordem começa daí, que é a música de entrada né, pra coroar a rainha e o rei. A primeira coisa é coroar a rainha e o rei. Depois, pedir licença pra entrar onde vai chegar e daí vai continuar as outras músicas...

Mariana – Tem uma que é um chamado, não tem uma que é pra chamar os maçambiqueiros?

Francisca – É quando bate o tambor aí já vem, daí puxa a música pra eles.

O maçambique é definido como uma prática católica pela comunidade:

Dona Ercília – Meu marido era capitão de espada, dançou desde guri. O pai dele também, os tios, todos eles foram. Os irmãos foram dançantes. Uma devoção que o pessoal tem com os negros, né, tem com o moçambique que é da Nossa Senhora do Rosário, uma dança católica da vida lá do povo.

O lugar do Rei Congo e da Rainha Jinga não é problematizado pela comunidade que naturaliza sua presença, bem como o faz ao definir que exclusivamente os negros podem ser os “dançantes”. As pessoas da comunidade de Morro Alto, via de regra, não consentem relacionar o maçambique com as religiões afro-brasileiras como o Batuque, Umbanda, Candomblé, etc. Porém, durante as visitas às casas dos moradores de Morro Alto observamos sinais comuns às “casas de religião” no extremo sul do país.

A seguinte passagem de um diário de campo possibilita perceber que existe o conhecimento sobre a religião afro-brasileira. Com alguma provocação se pode desvelar o saber sobre as estruturas religiosas africanas, através de seus orixás sincretizados nos santos de devoção da comunidade:<sup>721</sup>

Pergunto se [...] sabem, no africano quem é a Aparecida. Dizem que não, mas fazem um ar de quem quer lembrar e de que vagamente sabem. Entreolham-se, o sorriso matreiro de [...] parece indagar à [...] sobre se deve ou não responder à pergunta. Eu arrisco responder e digo que deve ser Oxum com o que prontamente [...] concordam. Arrisco mais: não é a Oxum Docô? [...] diz “ela sabe das coisas”. Concordam que Aparecida é Oxum no africano. [...] diz que o catolicismo é muito bom, ela gosta, mas nele sempre há alguma coisa que “não se pode pegar”, que “foge”, “sempre alguma coisa fica escondida”. Já no africano, não. Arrisco: tem os fundamentos. [...] diz: “Isso mesmo” e repete que eu sei e entendo das coisas. Digo que conheço, já frequentei e até estudei bastante sobre isso. O que é verdade. Opino sobre o circuito de relação entre Deus, os homens e a natureza. Que Deus não fica longe, Deus, a natureza e os homens se comunicam, são uma coisa só. [...] concorda com veemência e diz que “não é assim? Pai, Filho e Espírito Santo”, faz o sinal da cruz olhando bem e marcando bem o lugar de cada um (céu, homens e terra), olha inclusive para os lados ao dizer Espírito Santo e completa: é uma coisa só.<sup>722</sup>

Essa força étnica que o maçambique expressa deriva das relações e negociações com os brancos circundantes e de seu compromisso com seus iguais, os morenos, que

<sup>721</sup> Há resistência por parte da comunidade em proteger este aspecto sagrado presente em sua religiosidade. Por este motivo, os nomes das pessoas entrevistadas são aqui suprimidos, tendo em vista preservar suas identidades.

<sup>722</sup> Diário de Daisy Barcellos, em 28/09/2002.

reivindicam para si uma origem comum e um parentesco generalizado em função dela. O maçambique é também a persistência de Morro Alto em Osório, apontando para a continuidade da comunidade, sua resistência cultural e sua identidade negra de ex-escravos africanos.

A devoção à Nossa Senhora do Rosário é fundada num mito que é narrado por dona Aurora da forma como citamos anteriormente: “Nossa Senhora andou por aí tudo. *Passou fome, passou frio, atravessou o mar* e chegou aqui, e entregou a bandeira para nós, para os negros.” A caminhada da santa, a fome e o frio, a travessia do mar são interessantes metáforas da caminhada dos negros escravizados no sul do Brasil. Há uma identidade muito forte entre devotos e a santa cuja força encontra-se materializada na imagem e representada pela bandeira. A bandeira é o elemento que ao ser passado, levantado e carregado nas danças que percorrem as ruas, os pátios, ou a praça a cada *novena* (reza cantada e dançada), conecta a comunidade, ligando-a a seu passado e atualizando sua solidariedade. Ao mesmo tempo torna visível sua existência no mundo extracomunitário e impõe sua presença aos poderes constituídos – a Igreja e o poder público.

Percebemos em diversas ocasiões que os membros da comunidade creditam ao maçambique o sentido interno de união, reafirmando vínculos solidários e permitindo a superação de divergências. Aurora Inácia Marques, ao relatar sua versão para o mito de origem do maçambique, enfatizou que, ao entregar a bandeira aos negros, Nossa Senhora do Rosário desejou a sua união:

Alegria de vocês é essa aí. Essa é a corrente de vocês e vocês vão ter alegria daqui pra frente, que vocês negros nunca tinham alegria, nunca tinham nada. Vocês foram os escravos, vocês foram judiados. *Agora vocês respeitam, não se unir, e vão dançar.* E vocês, quando na hora que vocês tiver dançando, que o tambor rufar e a corrente tiver dançando, eu chego e abro os braços em cima de vocês. E naquela hora, quem faz promessa, pede e ganha.<sup>723</sup>

A necessidade e a importância da união foi ressaltada em diversos momentos, nas entrevistas realizadas. Esse anseio parece dizer respeito a dois aspectos: a união comunitária necessária ao sucesso do pleito pelo reconhecimento como comunidade remanescente de quilombos e, por outro lado, a superação do dilema entre tradição e folclorização do maçambique. Na festa de Nossa Senhora do Rosário, soube-se por meio dos senhores José Pedro e João Francisco (filhos, respectivamente, de José Francisco Antônio, antigo Rei Congo, e de Antônio Francisco, chefe da dança antes do atual), que a formação mais recente do grupo vem sendo criticada por não saber realizar a “contradança”.<sup>724</sup>

---

<sup>723</sup> Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silveira, Diva Inácia Marques e Celso Rodrigues Terra em Osório no dia 28/11/2001, realizada por Rodrigo Weimer.

<sup>724</sup> A dança do maçambique de Osório surgiu a partir da presença de escravos no litoral do Rio Grande do Sul. Segundo dados históricos, a dança parte da influência de vários grupos africanos que, durante o tráfico negreiro no Brasil, trouxeram as “congadas” consideradas por muitos autores como a base das danças africanas no Brasil. Muitas destas danças espalharam-se pelo país originando os mais variados tipos de rituais, em sua maioria de caráter religioso e místico. Desse modo, o maçambique faz parte do legado afro-brasileiro e como tal, já tem sido nacionalmente reconhecido; sua importância se exagera quando essa presença africana se encontra num estado que tem um imaginário sobre si que exclui o negro africano.

Quando indagados sobre o que é a contradança e qual é a sua importância, José e João explicaram que os dançantes dançavam em círculo, com as mãos unidas, passando um por baixo dos braços dos outros, sem desunir as mãos, formando uma corrente em círculo. A importância deste movimento do ritual do maçambique é religioso, “vem dos antigos”, e as mãos unidas representam a união comunitária. Se, por alguma eventualidade, no decorrer da dança as mãos se desunem, a corrente é quebrada, alguma tragédia se avizinha.

Tudo indica ser esta mesma corrente à qual Aurora referiu-se: um momento de celebração da união dos negros entre si e de louvor à sua padroeira, que naquele momento oferece a possibilidade de realização de promessas a serem conquistadas.

Contudo, ao contrário do que José e João afirmaram, na celebração por nós assistida no dia 13/10/2002, a contradança foi realizada, sendo a corrente entre os dançantes, todavia, formada não pelas mãos dadas, mas por lenços entre elas. Isso significa que, embora os laços comunitários estejam fragilizados pela dispersão da comunidade, pelas rivalidades decorrentes da forma de inserção no mercado capitalista (ver ponto 1.5) e por divergências internas – nenhuma comunidade é homogênea – não se abre mão de celebrar a possibilidade de reunião dos negros de Morro Alto de acordo com a vontade de Nossa Senhora do Rosário.

Todos almejam a superação das querelas que os separam, e a integração como comunidade étnica unida. O maçambique é a celebração deste anel pela união, o que ficou muito claro, também, no pagamento de promessa realizada no dia 12/10/2002 na casa de José, filho de Antônio Francisco, um dos principais críticos dos maçambiqueiros mais jovens.<sup>725</sup> Ainda assim, em meio à dança, seu Antônio a interrompeu para chamar um “viva ao novo grupo do maçambique”, o que suscitou a seguinte resposta, cantada:

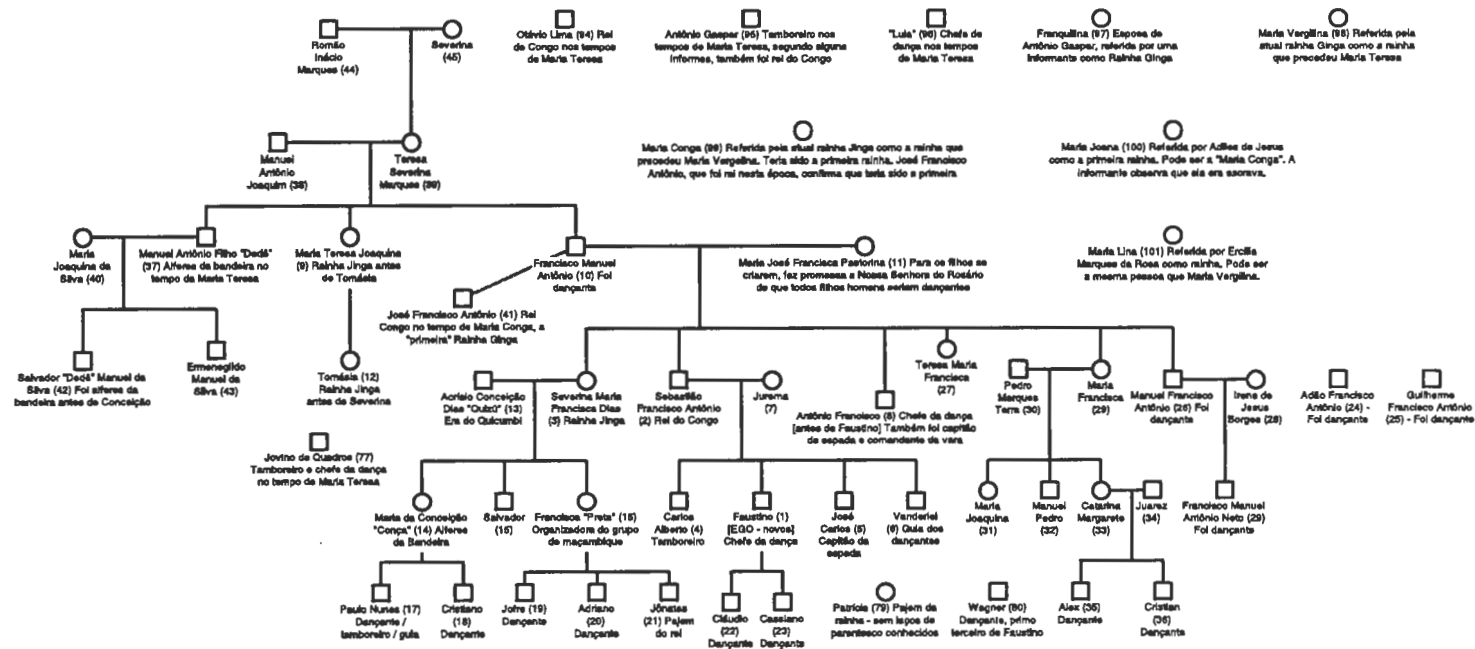
Ó virgem do Rosário  
Ó mãe da piedade  
Mande paz e amor na terra  
Que é pra toda a humanidade

Deste modo, o maçambique remete ao que há de mais precioso e próprio desta comunidade – a africanidade. Buscando expressar valores tradicionais, desde os mais *vistveis* – cantos, danças, instrumentos ou vestimenta – até os mais subjetivos – devoção, força, união – este ritual pode ser definido como um forte elemento na construção da identidade étnica da comunidade de Morro Alto bem como possibilita sua inserção nos demais grupos sociais das localidades próximas. O território caracterizado como *grande família* é também envolvido por esta prática que tem sido preservada no decorrer das diversas gerações de maçambiqueiros (ver Gráfico Genealógico a seguir). A preocupação por parte da comunidade em preservar tal tradição evidencia a importância de um retorno às origens no intuito, cada vez maior, de reafirmar tais valores atualizados pelo maçambique.

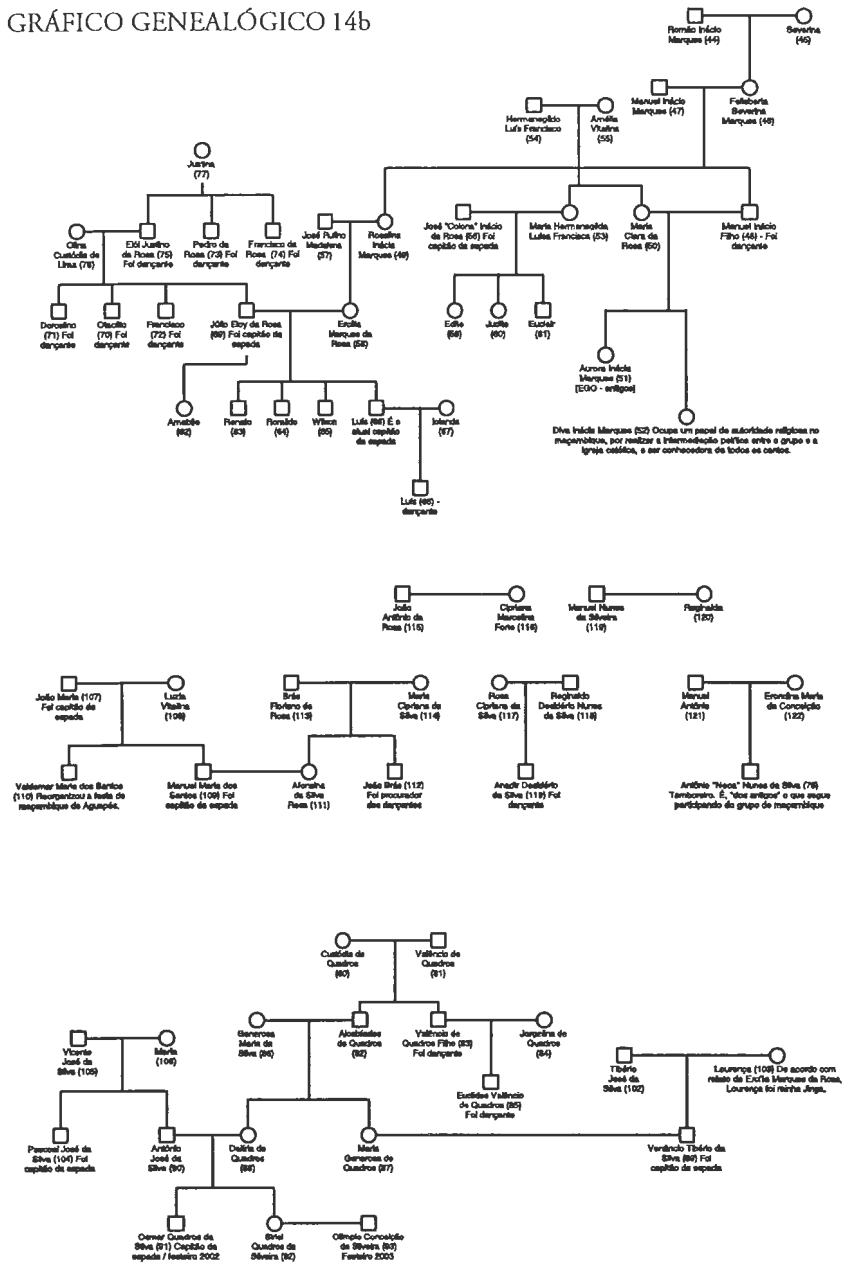
<sup>725</sup> Há alguns anos, por divergências diversas, Antônio, que era chefe da dança, abandonou o grupo, sendo seguido pela quase totalidade dos dançantes “antigos”. Desde então, o grupo vem sendo reestruturado por meio da participação de uma geração mais jovem.

# GRÁFICO GENEALÓGICO 14a

## A "irmandade" do maçambique.



# GRÁFICO GENEALÓGICO 14b



Estes gráficos genealógicos são desdobramentos de uma mesma genealogia a partir de mais de um informante que nos permitiram identificar o parentesco entre os participantes do maçambique: no que se refere ao grupo atual, a maior parte das informações foram dadas por Faustino e no que diz respeito aos maçambiqueiros "antigos", dona Aurora Inácia Marques foi uma informante fundamental.



Maçambique em 1961. José Inácio da Rosa (capitão da espada), Jovino Quadros (tamboreiro e chefe da dança) e Manuel Prásda.



Maçambique em 1961. Lídio Fausto, José Inácio da Rosa (capitão da espada) e Brás Floriano da Rosa.

(Fotos gentilmente cedidas por Edite Maria da Rosa)

## 2.2.1 Cantos do antigo Maçambique

### Antigo Maçambique

1) Ao sair do “barracão” ( um salão que era a sede do “Terno”)  
Vamo-na embora  
Não fica ninguém  
A Virgem do Rosário  
Vai com nós também

2) Em frente à moradia do “Rei Congo” :  
O nosso grande Congo  
Saia para fora  
Com sua ordem nossa  
E vamo-nos embora

3) Depois da saída do “Rei Congo”:  
O nosso Rei do Congo  
Pise de vagá  
Com a sua ordenança  
Vamos festejá

4) Durante o trajeto:  
A! Tenente coroneli  
Meu sinhô generá  
Com a sua licença  
Pra capitão mandá

5) Em frente à moradia da “Rainha Ginga”:  
À nossa rainha  
Saia para fora  
Com sua ordenança  
Vamo-nos embora

Em seguida:  
À nossa rainha  
Saia para fora  
Receba o Rei de Congo  
Vamo-nos embora

7) Para receber o festeiro:  
Óia o nosso festeiro  
Dinga te dinga  
Óia o nosso festeiro  
Dinga te dinga

8) Durante o trajeto:  
Solo: Porque rua tão comprida  
Toda cheia de pedrinha



Coro: tenho medo de cair lá  
Viva o Rosário de Maria

- 9) Ainda durante o trajeto:  
Vamos para igreja  
Rezá a oração  
Botá o joeio na terra  
Ao pé de nosso capelão
- 10) Em frente à igreja:  
Oh! São cristão  
Abra a porta da capela  
Eu quero entrá  
Quero rezá a oração
- 11) Em frente à igreja, por ocasião da coroação:  
Tá coroadado, bem coroadado  
Nosso nobre imperadô  
Tá co' a crôa na cabeça  
Crôa de Nosso Sinhô
- 12) Durante o trajeto:  
Aí vem nosso festeiro  
Co' a sua infantaria  
Co' a crôa na cabeça  
Co' o Rosário de Maria
- 13) Depois da procissão:  
Solo: Que Senhora é aquela  
Que lá vem da paróquia  
Coro: É a Nossa Senhora, sinhá  
Que lá vem para a glória
- 14) No fim da festa:  
Temos contente, temos alegre  
Nossa festa já acabou  
Que hoje chegou  
Nosso Imperadô<sup>726</sup>

---

<sup>726</sup> Laytano, 1945, p. 105-109.

## 2.2.2 Anexo fotográfico



Rei do Congo, África, Mbembe, D. Pedro VI, em 1888.  
Fonte: Souza, 2002, p. 267.



Representação feita em 1830, da Rainha Njinga histórica, inspirada em retrato de 1732.  
Fonte: Souza, 2002, p. 218.



Fotografia de 1868 de uma congada realizada em Morro Velho.  
Fonte: Souza, 2002, p. 249.

### 2.2.3 A festa do Maçambique hoje: momentos, espaços e movimentos

“Todo mundo se divertia. De onde que vinha isso?  
Da união. Da Nossa Senhora do Rosário, ela dá”.<sup>727</sup>

Dia 11/10/2002 – Saudação ao rei e à rainha no retorno ao Salão Paroquial, depois da missa

Que senhora é aquela  
Aquele que vai da paróquia  
É a Nossa Senhora, Senhor  
Que vai para a Glória

Dia 12/10/2002 – Cantos entoados no itinerário entre o Salão Paroquial e a casa do filho do Sr. Antônio Francisco, onde se realizou *pagamento de promessa*:

[Na saída do salão paroquial.]



Salão Paroquial decorado para a festa.

<sup>727</sup> Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silveira, Diva Inácia Marques e Celso Rodrigues Terra em Osório no dia 28/11/2001, realizada por Rodrigo Weimer.

Ó nossa rainha  
Saia para fora  
Com a sua ordenança  
E vamo-nos embora.

Ó nosso rei de Congo  
Saia para fora  
Com a sua ordenança  
E vamo-nos embora.

[Já na rua.]



Ó que rua tão comprida  
Toda cheia de pedrinha  
Tenho medo de cair lá  
Viva o Rosário de Maria.

Ó que rua tão comprida  
Que dançamos de pés no chão  
Para homenagear  
Senhora mãe da escravidão

Nós vamos nos conventos  
Os galos estão cantando  
Estão chamando na Glória  
Ó Maria mãe dos anjos

Nosso rei de Congo  
Pisa devagar  
E a rainha Ginga  
Não pode avoar

Nossa rainha Ginga  
Pisa devagar  
E o nosso rei de Congo  
Não pode avoar

[Cantada na chegada, em frente à casa do Sr. Antônio.]



Rei Congo e Rainha Ginga passam a bandeira.



Devoto beija a bandeira durante a passagem pela sua casa.

Oi abra as portas  
Que lá vai Jesus  
Vai com braços abertos  
Cravado na cruz

Ó vai de porta em porta  
Ó vai de rua em rua  
Meu senhor da minh'alma  
Sem culpa nenhuma

[Canto muda quando entram no pátio, corresponde ao pedido de licença.]

Olha lá seu Zé  
Olha daí-me a licença  
Olha lá seu Zé  
Olha dai-me a licença



[As espadas são cruzadas diante da porta.]



Cruzamento de espadas como pedido de licença para os moradores da casa visitada.

A patroa também  
Olha dai-me a licença  
A patroa também  
Olha dai-me a licença

Olha lá papagaio  
Fala com a senhora dona  
Olha lá papagaio  
Fala com a dona da casa

Ninguém viu o que eu vi hoje  
Lá nos pés da bela cruz  
Enxerguei menino Deus  
Filho da Virgem Maria

Graças a Deus que eu já vi  
Enxerguei quem eu queria  
Enxerguei menino Deus  
Filho da Virgem Maria.

[Entram na casa – cantos entoados ali dentro.]

O próprio filho de Deus  
Que no mundo não havia

Sempre trazia consigo  
Era o Rosário de Maria

O Rosário de Maria  
Foi rezado com devoção  
Para nos livrar do inferno  
Para ser nossa salvação

Lá no céu correu uma estrela  
Bem em ponto de meio-dia  
No meio abriu a rosa  
Era o Rosário de Maria

Era o Rosário de Maria  
Pra rezar com devoção  
Para nos livrar do inferno  
Para ser nossa salvação

Parte da tarde – cantos entoados antes do oferecimento da mesa de doces.

[Ao ar livre.]

Olha lá canabarra<sup>728</sup>  
No quinto sentido  
Canabarra também  
No sexto sentido

Olha lá São Domingo  
Repinicou o tambor  
Meia noite em ponto  
Nasceu meninô

Andorinha olha  
A C'roa de Santanô  
Andorinha olha  
A C'roa de Santanô

[Os capitães cruzam as espadas.]

Ninguém viu o que eu vi hoje  
Lá nos pés da bela cruz  
Enxerguei menino Deus  
Filho da Virgem Maria

[Nesse momento passa um carro de som.]

---

<sup>728</sup> Faustino explicou que canabarra é o nome da cruz por baixo da qual o grupo passa para ter sua proteção, no caso, formada pelas espadas.

Graças a Deus que eu já vi  
Enxerguei quem eu queria  
Enxerguei menino Deus  
Filho da Virgem Maria.

Encontrei com senhora  
Lá na beira do rio  
Estava lavando os paninhos sinhá  
Do seu amado filho

A senhora lavava  
São José estendia  
O menino chorava senhor  
Pelo frio que fazia

É na vida e na morte senhor  
Que alembrai-nos de mim  
É na vida e na morte senhor  
Que alembrai-nos de mim

Encontrei com senhora  
Lá na beira do rio  
Estava lavando os paninhos sinhá  
Do seu amado filho

A senhora lavava  
São José estendia  
O menino chorava senhor  
Pelo frio que fazia

[A dança e o canto reiniciam.]

Ó virgem do Rosário  
Ó mãe da piedade  
Mande paz e amor na terra  
Que é pra toda a humanidade<sup>729</sup>

[Os dançantes prestam reverência ao rei e à rainha, que em seguida também se curvam aos dançantes. Enquanto isso, os últimos cantam esta canção.]

---

<sup>729</sup> Antônio havia explicado que esse canto possui um papel pacificador, e seu intuito é manter a união entre os participantes da festa. Parece que cantá-lo foi a resposta dada pelo grupo de maçambique à provocação do Sr. Antônio Francisco.



Dançantes reverenciam o Rei Congo e a Rainha Ginga.

Nosso rei, nossa rainha  
Tão olhando com emoção  
Nós dançamos pra eles  
Para dar nossa saudação

Ó Virgem do Rosário  
Que tem lá naquela cruz  
É a Nossa Senhora, sinhô  
E o menino Jesus

Ó que rua tão comprida  
Toda cheia de pedrinha  
Tenho medo de cair lá  
Viva o Rosário de Maria.

Ó que rua tão comprida  
Que dançamos de pés no chão  
Para homenagear  
Senhora mãe da escravidão

A canoa virou lá no fundo do mar  
Deixa virar, deixa virar  
É de proa pra baixo  
E de fundo pro ar

[Nova pausa.]



Um momento de repouso.



Rei Congo e Rainha Ginga.

A canoa virou lá no fundo do mar  
Deixa virar, deixa virar  
É de proa pra baixo  
E de fundo pro ar

Mas porque que deixaste ela virar  
A malvada da nega não soube remar  
Eu te dei uma camisa, tornei a tomar  
Deixa virar, deixa virar

O próprio filho de Deus  
Que no mundo não havia  
Sempre trazia consigo  
Era o Rosário de Maria

O Rosário de Maria  
Foi rezado com devoção  
Para nos livrar do inferno  
Para ser nossa salvação

[Fim do maçambique da parte da tarde – dispersão. Agora só serão cantados novos cantos na despedida da casa e no retorno ao Salão Paroquial.]



Tamboreiros.

[Fechamento e despedida – realizado dentro de casa.]

O tambor tá batendo  
Tá repinicando

É os nossos dançantes sinhô  
Que o chefe está chamando

Olha onde Deus fez a morada  
Ó Deus te salve casa santa  
Olha onde Deus fez a morada  
Ó Deus te salve casa santa

Lá do céu vem caindo  
Uma garrafinha de ouro em pó  
Quero bem a todo mundo  
Eu amo é Nossa Senhora<sup>730</sup>

Ó meu São Benedito  
É um santinho preto  
Quando ele fica brabo sinhô  
Ele ronca no peito

Ó meu São Benedito  
Que notícias trouxeste  
Vim aqui de tão longe sinhô  
Que notícias trouxeste

Lá no céu correu uma estrela  
Bem em ponto de meio-dia  
No meio abriu a rosa  
Era o Rosário de Maria

O Rosário de Maria  
Foi rezado com devoção  
Para nos livrar do inferno  
Para ser nossa salvação

Olha lá São Domingo  
Repinicou o tambor  
Meia noite em ponto  
Nasceu meninô

Olha vamos pegou fogo  
Quem botou foi o povo da cambô

---

<sup>730</sup> O Sr. Antônio havia cantado anteriormente esta canção, reivindicando a sua autoria. Segundo ele, teria apostado em uma mesa de bar que criaria um verso muito bonito para ser cantado no Maçambique, e seu “adversário” na aposta emocionar-se-ia. Ele inventou naquela hora este canto e ganhou a aposta, pois todos ficaram muito emocionados. Pagaram para ele uma garrafa de vinho em lugar da cachaça, que os outros estavam tomando. Nesse caso, ao menos originalmente, talvez a “garrafinha de ouro em pó” possa ser a aposta ganha por Antônio Francisco.

A capela dos anjos  
Toda ela florescida  
Pela oferta que der ao senhor  
Fico agradecido

“Ô seu Zé [Variações: além de Seu Zé, cantaram “seu Tonho” e “senhora do Rosário”.]  
Chegou nossa hora  
A promessa está paga  
Nós vamos embora”

[Luís e o irmão de Faustino cruzam a espada para que o grupo pudesse sair protegido. À medida que saem da casa e vão para a rua, esta é a canção:]

Nós vamo-nos embora  
E não fica ninguém  
A virgem do Rosário  
Vai com nós também

[Saída da igreja, à noite, após o segundo dia da “novena”.]



Capitães cruzando as espadas na saída da igreja.





Cortejo saindo da igreja, à frente a alferes da bandeira.

Dia 13/10/2002 – Pela manhã,  
a missa e a procissão  
na Igreja Caravágio

[Durante a missa.  
Lado de fora da igreja.]



Igreja Caravágio.

Dia 13/10/2002 - Maçambique realizado à tarde, antes da cerimônia de escolha dos novos noveneiros, capitão-do-mato e festeiro. Dentro do Salão Paroquial.

O tambor tá batendo  
Está repinicando  
É os nossos dançantes sinhô  
Que o chefe tá chamando

O próprio filho de Deus  
Que no mundo não havia  
Sempre trazia consigo  
Era o Rosário de Maria

Ó que rua tão comprida  
Que dançamos de pés no chão  
Para homenagear  
Senhora mãe da escravidão

A canoa virou lá no fundo do mar  
Deixa virar, deixa virar  
É de proa pra baixo  
E de fundo pro ar

Mas porque que deixaste ela virar  
A malvada da nega não soube remar  
Eu te dei uma camisa, tomei a tomar  
Deixa virar, deixa virar

[Canto durante a contradança.]

É que bate e rebate  
O tambor tocou

Ó virgem do Rosário  
Ó mãe da piedade  
Mande paz e amor na terra  
Que é pra toda a humanidade

Encontrei com senhora  
Lá na beira do rio  
Estava lavando os paninhos sinhá  
Do seu amado filho

A senhora lavava  
São José estendia  
O menino chorava senhor  
Pelo frio que fazia

Cantos entoados durante a *retirada do mastro*.

Hoje é dia de São Tomé  
Abaixemo a bandeira de São José.

Abram-se as portas  
E lá vai Jesus  
Vai com os braços abertos  
Cravado na cruz

[Canção que parece de agradecimento dos dançantes aos festeiros e dos festeiros à Nossa Senhora do Rosário.]

É pro festeiro velho  
Homem de bom querer  
Hoje chegou o dia  
Nós queremos ver

A capela dos anjos  
Toda ela enfiorecida  
Pela oferta que deste  
Vivo agradecido

[À medida em que cantam essa música, se prepara uma mesa de doces para os dançantes, que começam a se organizar para dirigir-se a ela.]

Nossa festa se acabou  
Ô seu Osmar  
Chegou nossa hora  
E por hoje eu não danço

Eu vou-me embora, quero dar a despedida  
E por hoje eu não canto mais

[Dão a volta e encaminham-se à mesa a eles oferecida. Os dançantes celebram, se saúdam e se abraçam, formando um círculo abraçados. Depois disso, carregam o Faustino.]

[Na saída da igreja.]



[Procissão pelas ruas próximas à igreja.]



Procissão.



Padre junto a moradores da comunidade.



Criança pagando promessa junto ao cortejo.



Criança vestida de dançante junto à imagem de Nossa Senhora do Rosário no interior da igreja.



Dona Diva carregando o andor.

*Pagamento de promessa na casa de Luís Marques da Rosa  
dia 2 de dezembro de 2001*







Dançantes enfileirados e reis ao fundo.



"Massacraias" dos dançantes no interior da residência.





Bandeira de Nossa Senhora do Rosário.

Fotos de Cíntia Beatriz Müller e Mariana Balen Fernandes.

## 2.2.4 Anexo fotográfico: expressões do sagrado no espaço público e privado



Antiga Igreja de São Benedito, em Aguapés.



Imagem de Nossa Senhora Aparecida no interior da casa de dona Teresa Maria da Silva e Osvaldo Maria da Silva.



Rua do bairro Caravágio com nome da Rainha Ginga Maria Tereza.

Fotos de Daisy Macedo de Barcellos e Miriam Chagas.

## 3. Território geográfico e espacialidade social

### 3.1 TERRITÓRIO GEOGRÁFICO

#### 3.1.1. Aspectos gerais da área

##### *3.1.1.1. Situação geográfica e as principais vias de acesso da comunidade do Morro Alto no contexto do Estado do Rio Grande do Sul*

A área da comunidade do Morro Alto abrange a localidade conhecida por Morro Alto e demais localidades que se encontram no seu entorno denominadas: Ribeirão, Espraiado, Faxinal do Morro Alto, Barranceiras e Aguapés. Essa área situa-se na região do Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul, tendo como pontos extremos as latitudes 29°43'S e 29°48'S e as longitudes 50°12'W Gr. e 50°07'W Gr. A área da comunidade de Morro Alto estende-se entre os limites políticos-administrativos dos municípios de Osório e Maquiné (ver mapa de localização da comunidade de Morro Alto-RS no contexto regional).

O acesso rodoviário à área dá-se, partindo do município de Porto Alegre (capital do Estado do Rio Grande do Sul) rumo ao município de Osório, pela BR-290, percorrendo 100km até a cidade de Osório (km 0 da BR-290). Daí, segue-se pela BR-101, cuja extensão tem cerca de 30km até a localidade conhecida como Morro Alto, situado no distrito de Morro Alto e pertencente ao município de Maquiné. Nesse ponto a BR-101 forma um entroncamento com a RS-407.

Entre a cidade de Osório e a localidade de Morro Alto, através da BR-101, passa-se pelas localidades de Aguapés e Barranceiras, inseridas na área do distrito de Aguapés, pertencente o município de Osório.

Após a localidade de Morro Alto rumo a cidade de Maquiné passa-se, através da BR-101, pelas localidades conhecidas como Ribeirão e Espraiado, ambas situadas no distrito de Morro Alto, pertencentes ao município de Maquiné.

Outro acesso rodoviário à área dá-se, partindo do município de Capão da Canoa rumo a localidade propriamente dita de Morro Alto, pela RS-407, cuja extensão tem cerca de 10km, onde forma um entroncamento com a BR-101. Antes desse local, passa-se pela localidade conhecida como Faxinal do Morro. Toda a área entre o município de Capão da Canoa até o entroncamento da RS-407 com a BR-101 (extensão da RS-407) encontra-se no distrito de Morro Alto, pertencente ao município de Maquiné.

### 3.1.2. Caracterização do meio físico da comunidade de Morro Alto e arredores

A caracterização do meio físico compreende uma análise das principais unidades do meio físico identificadas na área de estudo e seu entorno (Mapa 3 – unidades do meio físico). Essas unidades foram reconhecidas a partir da identificação das principais características geomorfológicas, ou seja, dos tipos e formas de relevo. O relevo, assim como os demais componentes da natureza, não pode ser entendido de modo isolado. Nesse sentido, a análise realizada a partir de unidades do meio físico com base nas formas de relevo compreende um estudo que engloba as diversas relações entre os componentes da natureza. Esse estudo integrado dos elementos da natureza proporciona uma avaliação da dinâmica da paisagem natural e, desse modo, possibilita construir referências as quais permitam identificar modificações na dinâmica frente ao uso e apropriação do território pelas atividades humanas (Fujimoto, 1997).

No âmbito das morfoesculturas, a área é constituída pelas unidades do Planalto Meridional e pela Planície de Terras Baixas Costeiras, segundo classificação de Ab'Saber (1964) apud Gonçalves e Santos (1985). Em cada unidade reconhecida foi possível fazer a identificação a partir da fotointerpretação (fotos aéreas em escala 1:60.000) e descrever os principais tipos e formas de relevo na área de estudo através de sua caracterização morfométrica, morfológica e suas relações com litologia, cobertura vegetal e uso da terra.

#### 3.1.2.1. Unidade do Planalto Meridional

O Planalto Meridional está regionalmente nos domínios da Bacia Sedimentar do Paraná, segundo Horn Filho (1987). Litologicamente, na área de estudo, o Planalto está representado na base pela Formação Botucatu, do período Triássico/Jurássico, originada em um ambiente climático desértico. Essa formação é constituída por sedimentos arenosos com estratificação cruzada eólica sotopostos ou intercalados às lavas básicas/ácidas da Formação Serra Geral.

Com o evento da reativação tectônica ocorrida no período Jurássico/Cretáceo, foi iniciada a abertura oceânica no extremo sul do continente Gondwana, propiciando o extravasamento de lavas basálticas/ácidas. Esses derrames, diques e sills de lavas basálticas/ácidas foram designados, segundo Horn Filho (1987), de Formação Serra Geral.

Esta unidade litoestratigráfica ocorre em toda a unidade morfoescultural do Planalto Meridional identificada no mapa de unidades do meio físico, segundo o mapa geológico do CECO/UFRGS de 1984. Com isso, as formas em morros e colinas identificadas na área de estudo são resultantes do conjunto de fatores naturais que atuaram sobre a superfície sustentada, predominantemente, pelas rochas da Formação Serra Geral. Ocorrem ainda os depósitos coluvionares associados às escarpas do Planalto Meridional, formando as rampas coluvionais.

Na área de estudo encontra-se tipos e formas de relevo dentro da Unidade do Planalto Meridional que revelam processos naturais que atuaram e atuam na sua configuração geomorfológica. Os tipos e formas de relevo na área de estudo estão assim representados:

*Formas em Morros:* essa unidade compreende um conjunto de morros cujas altitudes médias estão entre 300-400m. As maiores elevações chegam a 645m no Morro



das Domingas (localmente conhecido como Morro da Vigia) e 485m no Morro Alto. O aspecto morfológico mais característico dos morros é apresentar topos relativamente planos com vertentes com segmentos predominantemente retilíneos. De modo geral, os morros são geometricamente muito semelhantes, podendo observar um nivelamento de topo, bem como declividades mais acentuadas na alta e média vertentes.

Esse conjunto de formas de relevo é constituído de rochas de composição basáltica e de sedimentos procedentes do basalto. Os solos são rasos nas altas e médias vertentes, enquanto que os solos relativamente profundos são encontrados na baixa vertente.

Segundo o Plano Integrado para o Desenvolvimento do Litoral Norte do RS apud Gerhardt et al. (2000), os solos ao vale do Maquiné que correspondem as áreas de morros são os solos com horizonte B textural e argila de atividade alta, os quais se subdividem em duas unidades de mapeamento: Vila (brunizem avermelhado, textura argilosa, relevo plano, substrato sedimento basalto), e Ciríaco (brunizem avermelhado, textura argilosa, relevo fortemente dissecado, substrato basalto).

É possível observar, nas vertentes dos morros, algumas cicatrizes de escorregamento. Este processo de movimentos de massa proporcionou a retirada total do manto de alteração, deixando a rocha exposta. Tal fenômeno ocorre de forma natural em morros com manto de alteração relativamente espesso em ambiente climático úmido. No entanto, alterações nas baixas vertentes em função da utilização agrícola, construção de rodovias e demais alterações podem alterar a morfodinâmica do ambiente. Os processos de movimentos de massa devem ser criteriosamente investigados quando existe a necessidade de encontrar as causas da deflagração do referido processo.

A cobertura vegetal original dos morros constituída por mata permanece somente nos setores de topo das altas vertentes enquanto que na média e baixas vertentes a mata foi totalmente retirada para o uso agropecuário. Nesse setores, observa-se o surgimento de uma vegetação secundária importante. Segundo Sevegnani (1995) apud Gerhardt et al. (2000), pode-se visualizar cinco estádios bem definidos dentro da vegetação secundária, que são: estádio pioneiro, estádio de capoeirinha, estádio de capoeira, estádio de capoeirão e estádio da floresta secundária. É interessante refletir na valorização desta vegetação, pois a existência de um grande número de extratos vegetais possibilita o aproveitamento destas áreas de maneira a não comprometer a dinâmica dos ecossistemas existentes.

As áreas localizadas nas médias e baixas vertentes são utilizadas para o cultivo de algumas culturas anuais (milho, feijão e fumo) e pastagens naturais, além do cultivo da banana e algumas pequenas áreas com cítricos.

Nas proximidades do entroncamento entre a BR-101 e a RS-407, podemos observar a existência de um grande número de pedreiras localizadas na base dos morros, constituídas por rochas basálticas. Juntamente à extração de rochas ocorre a produção de brita que deverá ser utilizada na construção civil. Esta atividade de mineração produz a retirada de vegetação nativa e alteração na morfologia original dos morros, produzindo grandes perfurações nas suas vertentes.

*Formas em Colinas:* esse compartimento compreende algumas elevações colinosas com altitudes médias ao redor de 30m. Essa unidade encontra-se adjacente às formas

em morros situadas ao norte na área de estudo. Como o próprio nome sugere, o relevo está representado por colinas com topos convexizados. Semelhante às baixas vertentes dos morros, as colinas são utilizadas para o cultivo de algumas culturas anuais (milho, feijão e fumo) e pastagens naturais, além do cultivo da banana.

*Rampas Coluviais:* são feições caracterizada por depósitos de encosta oriundos de processos gravitacionais ou originados de alterações in situ das rochas basálticas. Nessas áreas os solos são mais profundos. Essas formas de relevo em rampa possuem vertentes com elementos essencialmente côncavos.

### 3.1.2.2. Unidade da Planície de Terras Baixas Costeiras

A Planície Costeira é constituída por sedimentos Cenozóicos que correspondem às áreas de sedimentação recente do Estado do Rio Grande do Sul. A sedimentação costeira registra em suas litologias e morfologias uma seqüência transgressiva marinha ao longo das últimas épocas de tempo geológico (Mioceno até o Holoceno). Juntamente com as oscilações do nível oceânico, uma série de acumulações, sob condições continentais e transacionais, contribuiu para a configuração morfológica da Planície Costeira.

A unidade da planície de Terras Baixas Costeiras na área de estudo está representada pelo sistema Laguna/Barreira IV de acordo com Tomazelli e Villwock (1995). Esse sistema é o mais recente sistema deposicional do tipo laguna/barreira da Planície Costeira do Rio Grande do Sul, desenvolvido durante o Holoceno. A última transgressão marinha se estendeu até os sedimentos da Barreira III, formando um falésia na sua borda leste. A regressão que se seguiu permitiu o desenvolvimento da Barreira V que isolou, do lado do continente, um novo sistema lagunar. Esse sistema consiste, atualmente, em um colar de pequenas lagoas que apresentam diferentes fases de segmentação controladas, principalmente pela ação do vento nordeste, predominante nesta região. Algumas destas antigas lagoas se encontram, atualmente, completamente colmatadas por sedimentos tendo se transformado em ambientes paludais propícios ao desenvolvimento de depósitos turfáceos.

Os sedimentos dessa unidade são constituídos, fundamentalmente, pelas areias da faixa praial atual e do campo de dunas eólicas adjacentes. Seus solos são arenosos quartzosos profundos.

Na área de estudo encontra-se tipos e formas de relevo que revelam processos marinhos, continentais e transacionais que atuaram e atuam na sua configuração geomorfológica. Os tipos e formas de relevo na área de estudo estão assim representados:

*Formas em Planícies Lagunares:* esse compartimento apresenta-se como uma extensa área plana, com cotas altimétricas inferiores a 10m, chegando em quase toda a sua extensão a equivaler-se ao nível do mar. Situa-se próximo aos compartimentos de morros e ao redor das lagoas costeiras com a presença de banhados (antigas lagoas). A rede de drenagem desse compartimento está representada pelas lagoas, pelos banhados e pelos cursos d'água. Os cursos d'água são, na sua maioria, provenientes dos compartimentos de morros e deságuam nas lagoas, por vezes, passando através das áreas de banhado.

A cobertura vegetal nas Planícies Lagunares é caracterizada por uma vegetação de gramíneas em banhados e por campos com gramíneas. Distribuídos esparsamente pe-

los campos pode-se observar um grande número de pequenos coqueiros que indicam que a área foi desmatada, pois esse tipo de vegetação tem sua origem no interior da mata atlântica, juntamente com o conjunto de árvores desse ambiente florestal.

De modo geral, a área da planície costeira que margeia as lagoas e banhados, tem como principais atividades a pecuária de corte, o gado leiteiro, a mandioca, a pesca e, em uma menor escala a olericultura conforme pode ser observado na área e registrado por Gerhardt et al. (2000).

*Formas em Planícies Lagunares com Cordões Arenosos e Dunas Litorâneas:* esse compartimento compreende uma área plana com altitudes inferiores a 10m e áreas colinosas com cotas altimétricas entre 10m a 30m. Esse compartimento tem como característica marcante a configuração apresentada pelos depósitos eólicos de dunas estáveis e instáveis, responsáveis pelas áreas com as maiores altitudes dentro da unidade morfoescultural de Planície Costeira. As dunas são corpos de areias construídos a partir da acumulação de sedimentos arenosos, depositados pela ação dos ventos predominantes.

A maioria da área representada por cordões arenosos com dunas litorâneas possuem cobertura vegetal de gramíneas, ou seja, são áreas formadas por dunas litorâneas atualmente estáveis pela cobertura vegetal. Assim como nas Planícies Lagunares, nesse compartimento observa-se coqueiros esparsos pelos campos de gramíneas, indicando desmatamento.

No caso da forma de relevo em dunas instáveis ou móveis, o fornecimento de areia é constante. Sob esse aspecto, os grãos de areia encontram-se soltos sobre uma superfície relativamente elevada (20m), com teores de umidade muito baixos, junto à superfície, favorecendo o processo ativo de remanejamento das areias através dos ventos regionais. Nenhum solo foi constatado nas disposições eólicas ativas, exatamente pelo aspecto móvel que as mesmas apresentam, impedindo o desenvolvimento de perfis de solo e, conseqüentemente, de cobertura vegetal.

As áreas de Planícies Lagunares com Cordões Arenosos diferem-se das Planícies Lagunares quanto ao tipo de cultivo. Nessas áreas, os solos mais arenosos e as áreas colinosas dificultam a olericultura e o cultivo de hortaliças. As atividades predominantes estão relacionadas à pecuária de corte, ao gado leiteiro e ao plantio da mandioca e de milho.

*Formas em Planícies Fluviais e Deltaicas:* esse compartimento estende-se ao longo do rio Maquiné, mais precisamente, no trecho inferior do referido rio e se constitui em áreas planas formadas por sedimentos fluviais e deltaicos atuais.

A bacia hidrográfica do rio Maquiné tem como rio principal o próprio rio Maquiné cuja extensão é superior a 40km, desaguardo na Lagoa dos Quadros. Os afluentes dispõem-se, na sua maioria, perpendicularmente ao eixo principal do vale. A bacia hidrográfica tem suas nascentes no arroio Lageado, aproximadamente a 900m de altitude, próximo ao município de São Francisco de Paula. Além do arroio Lageado, constam como principais tributários do rio Maquiné os arroios Garapiá, Forqueta, Ligeiro, Encantado e Solidão na margem esquerda. O arroio do Ouro e os arroios Pinheiro e Água Parada são os principais na margem direita.

A planície de inundação do rio Maquiné é mais significativa nos trechos a jusante dos seus principais afluentes da margem esquerda (arroios Forqueta e Encantado) e

da margem direita (arroyo do Ouro), próximo ao distrito de Barra do Ouro. Nos seus trechos superior e médio, o rio Maquiné apresenta várias corredeiras e rápidos em vales encaixados, pois situa-se na escarpa do Planalto Basáltico. Nesses trechos, o rio possui grande capacidade de erosão e de transporte de sedimentos.

No trecho inferior, quando encontra a planície costeira, passa a formar canais meândricos, diminuindo a velocidade e a capacidade de transporte, conseqüentemente favorecendo a acumulação dos sedimentos transportados ao longo dos canais fluviais que compõem a bacia hidrográfica. É no trecho inferior do rio Maquiné que se encontra a comunidade de Morro Alto.

No trecho inferior do rio Maquiné as principais atividades estão, assim como nas Planícies Lagunares, relacionadas à pecuária de corte, ao gado leiteiro, ao cultivo de mandioca, à olericultura e à cultura do arroz irrigado, conforme pode ser observado na área e segundo os registros de Gerhardt et al. (2000).

*Linhas de Praia:* essa forma de relevo acompanha praticamente toda a porção leste da área de estudo, adjacente às Planícies Lagunares, portanto em contato direto com as águas da Lagoa dos Quadros. Trata-se de uma faixa praticamente contínua em sua espessura, constituída por depósitos eólicos ativos.

### 3.1.3. Potencialidades do meio físico

A área da comunidade de Morro Alto e arredores está situada dentro de uma área reconhecida pela UNESCO, desde 1992, como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Segundo Gerhardt et al. (2000), as florestas do litoral e da escarpa do Planalto Basáltico voltadas para leste do Rio Grande do Sul, próximas ao município de Maquiné, encontram-se na região da Floresta Ombrófila Densa. Além disso, o município localiza-se numa área de encontro de diferentes formações vegetais (Floresta Atlântica, Floresta Araucária, Floresta estacional Semidecidual), caracterizando a importância da conservação destes ecossistemas e da preservação dos recursos naturais.

Na época do descobrimento, segundo Gerhardt et al. (2000), a Floresta Ombrófila Densa ocupava cerca de 12% do território brasileiro, restando hoje menos de 5% da sua cobertura original. O município de Maquiné localiza-se próximo ao limite sul deste tipo de formação vegetal, sendo a área de estudo representada basicamente por:

*Floresta das Terras Baixas:* reveste as áreas com sedimentos de origem pluvial, marinha e lacustre do período quaternário numa faixa que vai de 5 a 30m acima do nível do mar. A mata ciliar existente nas margens dos rios foi bastante devastada.

*Floresta Submontana:* reveste desde áreas planas até áreas de maiores altitudes, ou seja, nas áreas de transição entre as áreas planas e as baixas vertentes dos morros. A altitude deste extrato encontra-se entre 30 e 400m, com predominância de solos profundos e árvores de 25 a 30m. Pouco resta desta formação, havendo áreas quase que totalmente ocupadas pela vegetação secundária.

A intensa atividade humana nestes ecossistemas acarretaram a destruição de grande parte da vegetação original. Como mencionado anteriormente, a presença esparsa de coqueiros pelas campos de gramíneas indicam o desmatamento das áreas de Planícies

Costeiras pois os mesmos têm sua origem no interior da Mata Atlântica. Tal evidência é corroborada pelos relatos de moradores antigos que testemunharam o processo de desmatamento dessas áreas de floresta. Em diversas ocasiões, ao caracterizar a região à leste da vertente oriental do Morro Alto, afirmou Manuel Francisco Antônio:

Manuel – Não existia nada.

Marcelo – Ali era mato?

Manuel – Ali tudo era mato<sup>731</sup>

Manuel – Naquele tempo era tudo aberto, isso tudo era mato... era mato como aquele morro ali. [...] Não era tudo mato, era tudo mato. Nós dirrubemo tudo, isso tudo era mato, como aquele mato lá, era tudo mato isso aqui... Que era tudo mato isso aqui, isso aqui... Que era tudo mato isso aqui, não tinha nada lá...<sup>732</sup>

Em decorrência do processo de ocupação, os estabelecimentos agrícolas estão distribuídos ao longo de vários tipos e formas de relevo, podendo ocupar desde o divisores de águas no topo dos morros até a beira dos rios, lagoas e demais áreas planas. A distribuição espacial das propriedades agrícolas não possuem um acesso uniforme aos diferentes tipos e formas de relevo, apresentando vantagens e desvantagens em relação ao potencial de uso da terra com finalidade agropastoril. Essa situação pode ser atribuída, em grande parte, à diversidade encontrada nos ecossistemas locais em função, basicamente, da diversidade de condições geomorfológicas da região. Esta característica, pode explicar ainda que parcialmente, as diferenças encontradas entre as propriedade agrícolas localizadas nas diferentes unidades morfológicas em relação ao uso da terra e, conseqüentemente, em relação à renda obtida e às condições de vida das famílias dos agricultores.

De modo geral, as propriedade que ocupam as áreas referentes à Unidade Morfoescultural do Planalto Basáltico (morros, colinas e rampas coluvionais) na área de estudo possuem cobertura vegetal do tipo Floresta Ombrófila Densa e vegetação secundária. Essas parcelas cultivam algumas culturas anuais como o milho e o feijão e a utilizam também para o cultivo da banana, do abacaxi e das pastagens naturais. Nas encostas dos morros são realizadas, por vezes, atividades de extração de produtos florestais (palmito, samambaia-preta, etc.).

As propriedades que ocupam a Unidade de Planície de Terras Baixas Costeiras, na área de estudo, possuem cobertura vegetal de mata galeria bastante devastada ao longo dos cursos d'água e pequenas áreas de florestas de terras baixas preservadas, além da vegetação típica de áreas alagadas (banhados). As áreas de mata esparsas nos campos de gramíneas foram resguardadas do desmatamento generalizado desta região para, segundo relatos de moradores, a criação de efeitos microclimáticos essenciais para a criação de gado e de práticas agrícolas (diminuição de temperatura, diminuição da velocidade dos ventos, entre outros). As principais atividades dessa região são a pecuária de corte, o

---

<sup>731</sup> Entrevista com Manuel Francisco Antônio, em Morro Alto no dia 6/10/2001, realizada por Marcelo Vianna, Miriam Chagas e Rodrigo Weimer.

<sup>732</sup> Entrevista com Manuel Francisco Antônio em Morro Alto no dia 13/9/2001, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira.

gado leiteiro, o plantio da mandioca, a pesca e, em menor escala, a olericultura, hortaliças e o plantio de arroz irrigado.

Embora toda a Unidade de Planície Costeira apresente-se basicamente como uma área plana com solos bastante arenosos, pode-se fazer uma diferenciação com relação ao uso da terra dentro das formas de relevo identificadas na área de estudo. As Planícies Lagunares com Cordões Arenosos e Dunas Litorâneas devido à sua formação deposicional eólica possuem solos incipientes em sua formação com teores de umidade muito baixos. Estas características dificultam o cultivo de determinados produtos que requerem solos com relativa qualidade agrícola. Neste caso, observa-se que esses compartimentos são utilizados praticamente para a criação de pecuária de corte, gado leiteiro e pequenas roças de mandioca e de milho, enquanto nas Planícies Lagunares e Fluviais/Deltaicas é possível o cultivo de hortaliças, legumes e arroz irrigado.

A partir dos estudos históricos e trabalhos de campo pode-se constatar que as áreas em que a comunidade negra logrou permanecer, são aquelas que situam-se nas Planícies Lagunares com Cordões Arenosos e Dunas Litorâneas e nas Formas em Morros. No caso das terras ocupadas e/ou adquiridas na localidade de Aguapés, isto é, situada em Formas de Planície Lagunares, esta corresponde a uma área de banhado. Esta situação proporciona uma limitação nas possibilidades de uso econômico da terra pelas famílias negras, conseqüentemente uma renda inferior para os ocupantes dessas áreas.

Por outro lado, parte significativa das terras perdidas pela comunidade através de diversos processos de expropriação correspondem às áreas situadas em Formas de Planícies Lagunares e Fluviais Deltaicas, ou seja, áreas de maior potencial agrícola, logo maior valorização econômica. São essas terras pelas quais a comunidade atualmente se mobiliza para recuperar.

#### **3.1.4. Fragilidades do meio físico**

A análise das unidades do meio físico com base nas formas de relevo compreende um estudo que engloba as diversas relações entre os componentes da natureza. Esse estudo integrado dos elementos da natureza proporciona uma avaliação da dinâmica da paisagem natural e, desse modo, possibilita construir referências as quais permitem identificar modificações na dinâmica frente ao uso e apropriação do território pelas atividades humanas. Assim, esse estudo possibilita a análise das fragilidades do ambiente frente às principais atividades humanas desenvolvidas na área de estudo. Entre as principais fragilidades identificadas na área podemos citar:

*Degradação da cobertura vegetal:* a atividade extrativista de espécies nativas de uso ornamental (samambaia, orquídeas, bromeláceas e xaxins) desenvolvida por pequenos agricultores familiares locais e dos arredores promove uma exploração excessiva deste recurso florestal. Convém destacar que, a extração de produtos florestais é regulamentada pela legislação federal e estadual e que a fiscalização procura inibir práticas extrativistas de forte impacto. No entanto, segundo Gerhardt et al. (2000), essas práticas são uma decorrência de um longo processo de empobrecimento de uma parte significativa dos pequenos agricultores familiares locais que, para agravar a situação, são confronta-

dos pela ação de alguns atravessadores que dominam o comércio da samambaia-preta, impondo preços baixos aos “samambeiros” (agricultores e moradores que se dedicam à extração de samambaia-preta), obrigando-os a realizarem uma intensa exploração das áreas de produção desta espécie de samambaia.

*Contaminação das águas superficiais:* segundo levantamentos feitos em vários pontos de captação de águas do rio Maquiné, foram encontrados níveis de contaminação por metais pesados significativos (Gerhardt et al., 2000). Tal contaminação é decorrente do intensivo manejo das áreas de várzeas existentes ao longo do rio principalmente pela produção de hortigranjeiros. Esse sistema de cultivo requer uma elevada carga de produtos químicos, adubos minerais ou agrotóxicos. Além desses efeitos de contaminação das águas, a eliminação da vegetação na beira dos rios e uso inadequado do solo contribuem para o agravamento dos fenômenos de erosão e assoreamento dos rios e lagoas.

Essa situação de poluição ambiental acarreta graves impactos sociais e ambientais na região, criando um grande impedimento ao desenvolvimento de atividades de grande potencial econômico como o turismo ecológico, além de comprometer significativamente a atividade pesqueira. De acordo com os relatos dos moradores, ocorreu uma enorme diminuição na quantidade e na variedade de peixes nos últimos anos no rio Maquiné e na Lagoa dos Quadros. Muitos associam essa degradação ao uso de herbicidas, fungicidas ou inseticidas no manejo agrícola do arroz irrigado e de outras culturas.

Em trabalho realizado por Tavares (1999), com o objetivo de verificar a qualidade das água na bacia hidrográfica do rio Maquiné, é possível obter valores de alguns parâmetros que possibilitam avaliar a contaminação das águas superficiais do referido rio. Para esse trabalho, Tavares (1999) utilizou os dados produzidos pela Secretaria de Saúde e do Meio Ambiente-SSMA (1989), do Comitê de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Sul-CRH/RS (1997) e de Guidotti e Guerra (2000) durante os anos de 1988, 1989, 1996, 1997 e 1998. Para o curso inferior do rio Maquiné pode-se verificar, entre as análises realizadas, alguns dados mais elucidativos em relação à contaminação de suas águas, que são:

- os valores de coliformes fecais registrados tiveram grande variação, apresentando índices de 480, 2.400 e de 3.000 por mililitros entre as medidas realizadas. Segundo a resolução nº 20 do CONAMA de 1986 são considerados no máximo 1.000 coliformes fecais por mililitros para que as condições da água sejam satisfatórias;

- com relação ao fosfato foram encontrados valores de 9,7 e 15,1 que ultrapassam significativamente o valor limite estabelecido pela Resolução nº 20 do CONAMA de 1986. Esses valores são indicativos do uso de fertilizantes químicos e detergentes;

- concentração elevada de mercúrio, desde o curso superior até o inferior, com valores de 0,29, 0,31, 0,39, 0,46 ( $\mu\text{g/l}$ ), não tendo sido identificada a área fonte de contaminação. Pode-se inferir que esteja relacionada com os subprodutos de insumos agrícolas. O valor máximo estabelecido pela resolução nº 20 do CONAMA de 1986 é de 0,2  $\mu\text{g/l}$ .

*Retirada da cobertura vegetal e alterações na morfologia original:* a presença de pedreiras nas localidades de Morro Alto e Ribeirão promovem a retirada da cobertura vegetal nativa e alteram a morfologia original dos morros. A eliminação da cobertura vegetal nativa ocorre em uma área reconhecida pela UNESCO, desde 1992, como Reser-

va da Biosfera da Mata Atlântica. Em seguida, ocorrem modificações na morfologia através da elaboração de cortes e da criação de superfícies expostas ligadas à mineração. A modificação do relevo promove a criação, indução e intensificação ou modificação do comportamento nos processos geomorfológicos, gerando novos padrões de comportamento morfodinâmico (Fujimoto, 2001). Em geral, rompe-se a dinâmica geomorfológica natural e passa-se a intensificar os processos erosivos e deposicionais.

Uma vez que as terras ocupadas pela comunidade não são as de melhor potencial na prática da agricultura, muitas pessoas tiram seu sustento das pedreiras, seja arrendando-as a terceiros, seja trabalhando diretamente nelas. No entanto, a comunidade perdeu o controle sobre sua maior parte: uma vez tendo realizado a retirada da cobertura vegetal, foi perdida a possibilidade de aferir os lucros da extração de pedras. O domínio sobre as pedreiras foi perdido para famílias brancas na maior parte dos casos, restando à comunidade empregar-se como assalariados nas mesmas.

Aurora Inácia – Meu marido trabalhava nas duas pedreira. Aquelas duas pedreira lá é ele que trabalhava. [...] Tinha, quem abriu as duas pedreira foi ele. [...] Me invadiram, né. Invadiram, ficô o Osvaldo lá, ainda eles tão sempre chafurdando. É, né, a robalhada foi muuuito grande.<sup>733</sup>

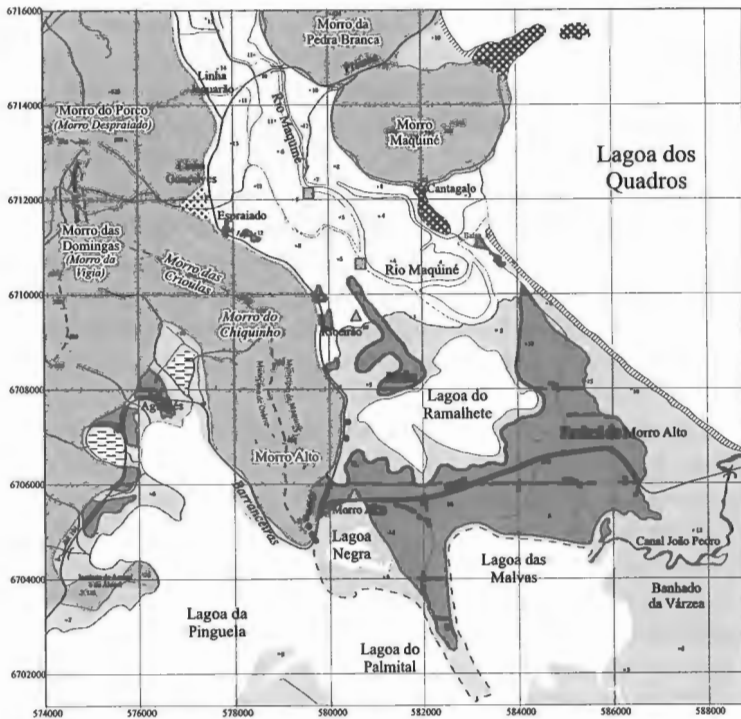
Ainda que as pedreiras oportunizem emprego à grande parte da comunidade, seus habitantes sofrem diversos inconvenientes em virtude desta atividade econômica. Suas casas apresentam rachaduras em função de explosões constantes, há registros de mortes de trabalhadores, assim como ocorreu um êxodo da população que morava em cima do Morro Alto devido à impossibilidade de ali permanecer diante dos abalos.

---

<sup>733</sup> Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silveira, Diva Inácia Marques e Celso Rodrigues Terra em Osório no dia 28/11/2001, realizada por Rodrigo Weimer. Dona Aurora pleiteia uma indenização por parte do DNER pelo fato das pedreiras abertas por seu marido terem sido usadas na pavimentação da estrada, sem ela nunca ter recebido a devida remuneração.



### MAPA 3



### Mapa de Unidades do Meio Físico da Área da Comunidade do Morro Alto/RS e Arredores

#### Fragilidades:

- Pontos Críticos com Altas Taxas de Concentração de Poluentes nas Águas Superficiais
- Pedreiras
- ▲ Extração de Areia

#### Convenções cartográficas:

##### Felções de Origem Fluvial e Lacustre

- Lagoa
- ▨ Banhado
- ▬ Curso d'água

##### Sistema Viário

- ▬ Estrada - BR 101/RS 407
- ▬ Caminho
- ≡ Ponte

##### Altimetria

- Curva de nível - Equidistância de 50 metros
- × Ponto Cotado

##### Toponímias

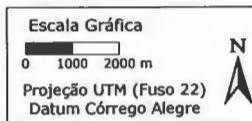
- Toponímia Oficial (Normal)
- Toponímia Local (Itálico)

##### Outros

- .- Limite Municipal

#### Legenda:

Unidades Morfoesculturais	Tipos e Formas de Relevo
Planalto Meridional	□ Formas em Morros
	▨ Formas em Colinas
	▨ Rampas Coluviais
Planície de Terras Baixas Costeiras	□ Formas em Planícies Lagunares
	▨ Formas em Planícies Lagunares com Cordões Arenosos e Dunas Litorâneas
	□ Formas em Planícies Fluviais e Deltáicas
	▨ Linhas de Praia



#### Base cartográfica:

Cartas Topográficas SH.22-X-Z-2 e SH.22-X-Z-4  
 Escala: 1:50.000 - SGE (1978);  
**Fontes:** Dados de campo, fotografias aéreas em escala 1:60.000 e 1:110.000 de 1965 e 1975 e, mapas geológicos do CECO/UFRGS de 1984.

**Elaboração:** Nina Simone V. Moura Fujimoto;  
**Edição gráfica:** Raquel Ferreira de Castro; Siclério Ahlert.  
**Projeto:** Comunidades Remanescentes de Quilombo de Morro Alto/RS.

**Nota:** Adaptação do original elaborado com o uso de cores na escala 1:50.000

## 3.2 – USOS DA TERRA EM MORRO ALTO

### 3.2.1 *Mas é o mesmo mato, não?*<sup>734</sup>

Morro alto, a exemplo de qualquer comunidade camponesa que estabeleceu relações de complementação econômica com a cidade, não deixou de sofrer a “dominação política”.<sup>735</sup> Assim, no decorrer da história, como já foi descrito, Morro Alto estabeleceu relações de comércio com cidades próximas como Osório e Capão da Canoa, cuja demanda por produtos se modificava ao longo das sucessivas mudanças no mercado regional. Se por um lado se demandava cana-de-açúcar para o refino do álcool, para Santo Antônio da Patrulha, por outro a cidade de Capão da Canoa buscava pedras para o calçamento, em paralelepípedos, de seu balneário. Morro Alto, enquanto comunidade negra que não se manteve isolada e apresentava uma espécie de “complementação econômica” em relação aos pólos urbanos envolventes, precisou se adaptar às exigências dos mercados constituídos por tais pólos.

Duplamente marginalizada, quer por sua condição de negro, quer por sua condição de camponês pobre, a população de Morro Alto encontrava-se pressionada internamente por pessoas de fora da comunidade que lhes tomavam injustamente os campos férteis da várzea do rio Maquiné e, no plano externo, pela sociedade branca que lhe ditava os produtos de interesse de consumo. É bastante paradoxal, pois caso os negros mantivessem sua forma de produção voltada apenas para a subsistência interna do grupo lhes seria dificultoso angariar recursos que possibilitassem recorrer aos poderes públicos, como por exemplo, a contratação de advogados, ou mesmo conquistar melhorias que viabilizassem a manutenção das propriedades (com a compra de máquinas agrícolas), e a possibilidade de estudar ou de viver mais facilmente (com a luz elétrica e o sistema de telefonia). Para isso, a comunidade teve que estabelecer relações comerciais rentáveis, na perspectiva da sociedade branca, qual seja: a que também pauta o preço das próprias melhorias.

Dois caminhos foram trilhados a partir da década de 60 de forma mais intensa: otimizar os recursos naturais, ampliando a capacidade de produção das propriedades que permaneciam com o grupo da comunidade e diversificar a produção. A otimização de recursos naturais se deu, principalmente, com o incremento das plantações de bananas nas encostas da escarpa da Serra Geral, uma vez que a comunidade negra já se encontrava insulada nas costas de morros nas margens da BR-101.<sup>736</sup> Por outro lado, uma parcela da população negra voltou-se para a diversificação da produção atendendo a demandas de empreiteiras e passou a fornecer pedras extraídas das encostas da mesma escarpa da Serra Geral. Assim, diferentes localidades que compõem a comunidade de Morro Alto se encontram estabelecendo relações de complementariedade econômica com diferentes nichos de mercado da sociedade envolvente o que, estrategicamente, ser-

<sup>734</sup> Expressão utilizada em uma entrevista realizada no dia 16/03/2002, na sede do Clube Ribeirão.

<sup>735</sup> Queiroz, 1976, p. 23.

<sup>736</sup> Conforme já se encontra referido na parte histórica a BR-101 foi ampliada e pavimentada entre o final dos anos 40 e o início da década de 60.

viu para fortalecer a resistência pela permanência da comunidade negra na região que se estabilizava diante de demandas sazonais de mercado.

A exploração de pedreiras (ver Foto 1 do anexo no fim do capítulo) pode ser historiada por relatos dos mais velhos. Eles contam que parte das pedras era retirada dos morros e levada em canoas, que tinham que ser feitas de madeira muito dura, para o município de Capão da Canoa. Mais tarde as pedreiras já abertas foram ampliadas e passaram a fornecer matéria-prima para empreiteiras que assentavam o leito de estradas de rodagem. Ressalte-se que essa exploração realizada em um período mais moderno já não garantia à comunidade a apropriação do lucro total com a exploração de suas terras.<sup>737</sup> Tal exploração é realizada com a participação de, pelo menos um sócio locador, advogado, residente fora da área de Morro Alto e que “como representante e procurador das partes”<sup>738</sup> era responsável pela divisão do pagamento mensal.

Há de se ressaltar que, de certa forma, o Estado, através de seus órgãos de fiscalização, sempre atuou e está atuando em interdições ao uso da terra relacionadas aos pequenos agricultores de Morro Alto. Estes que se encontram espremidos nas encostas dos morros são constantemente fiscalizados, sendo suas atividades de plantio objeto de regulamentação constante. Porém, como é demonstrado pela existência das pedreiras, neste caso o Estado parece ser conivente com uma forma de devastação da natureza muito mais agressiva do que o plantio em pequena escala praticado na localidade. Além disso, as pedreiras estão localizadas justamente na área da Biosfera da Mata Atlântica. Aliás, os próprios moradores de Morro Alto nos relataram como o uso da dinamite secou as vertentes da serra e rachou as paredes das casas, dinamite essa cujo uso se encontra sujeito à regulamentação estatal.

Como uma parcela da comunidade se encontra empregada nas pedreiras, retirando delas o sustento, há de convir que a mera suspensão do funcionamento das mesmas não seria benéfica, ou mesmo humano. Seria condenar pessoas a, literalmente, morrerem de fome. Sob esta perspectiva, urge a tomada de posição de esferas competentes do governo para o desenvolvimento de pesquisas que apontem modos de convivência que viabilizem a manutenção da comunidade negra de Morro Alto naquela área e seu sustento. Tendo em vista, até mesmo, que a comunidade já existia ali antes da criação de uma Reserva da Biosfera justamente sobre as suas cabeças e posses.

A comunidade encontra-se dividida em espécies de bairros: Agupés, Barranceira, Morro Alto, Ribeirão (denominação que engloba a pequena localidade do Borba) e Faxinal do Morro Alto. Porém, internamente tais bairros são compostos por espaços definidos que remetem a linhagens fundadoras. Estas referências visam ressaltar o nome do personagem, ex-escravo, primeiro a morar naquele “chão”. A partir destes antepassados é que começam a ser tecidas as relações de parentesco da própria comunidade.

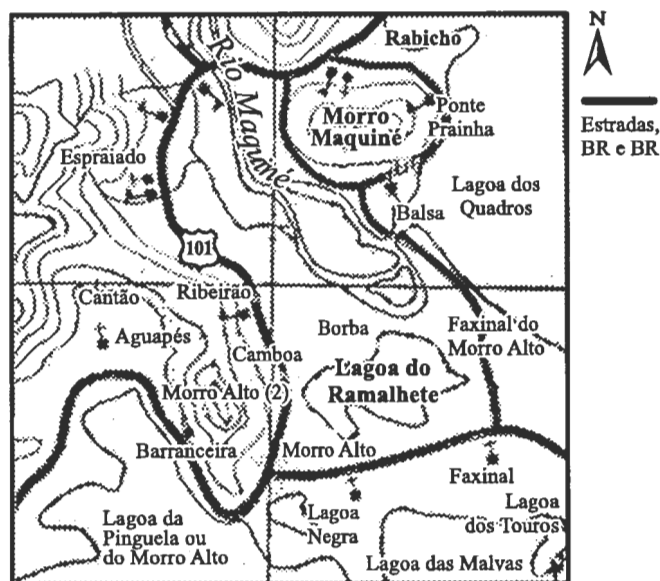
---

<sup>737</sup> Propriedade da terra garantida a um grupo de moradores por acordo realizado em audiência, dia 27/05/1975, dada nos autos do proc. 3770, fl. 263, f -v.

<sup>738</sup> Conforme estabelecido no parágrafo 2º da cláusula 4ª do “Contrato Particular de Locação”, que teria sido válido entre 27 de abril de 1992 e 26 de abril de 2002, celebrado entre os srs. Manoel Francisco Antônio, Guilherme Francisco Antônio e o advogado Ari Bernandres com a empresa Schuvartz Construções Ltda. Proc. 3770, fls. 18 até 21, da 1ª Vara de Osório.

Desta forma, quando se afirma “aqui todo mundo é parente” em relação ao território que compõe a comunidade pode ser afirmado “é o mesmo mato” pois as redes de parentesco estão constituindo um idioma unificador do território de Morro Alto.

### AS DIFERENTES LOCALIDADES QUE COMPÕEM A COMUNIDADE DE MORRO ALTO



Croqui ilustrativo que procura especificar as localizações aproximadas de cada uma das localidades que compõem a Comunidade de Morro Alto.

Agupés e o “Cantão”: na localidade de Agupés está localizada a Igreja de São Benedito onde anualmente ocorre a Festa do Maçambique, realizada sempre no dia 13 de maio, ou no domingo que o antecede. Esta localidade está marcada por um profundo recorte em termos de uso da terra, sendo que a comunidade negra se espalha do “Cantão” em direção à Barranceira. O “Cantão” é uma definição utilizada pela própria comunidade que aponta o local que reunia os negros “trapos”, velhos, e os nascidos do período do ventre livre. A prefeitura de Osório colocou, nesta localidade, uma placa com a denominação “Restinga” para marcar a distinção entre este local, essencialmente negro de Agupés, da parte “branca”, colonizada por imigrantes italianos e alemães. A denominação “Restinga”, além de arbitrária, nada diz às pessoas que moram naquela localidade, soando aos moradores como uma estratégia de segregação.

Barranceira: nesta localidade encontram-se, principalmente, os descendentes do ex-escravo Hortêncio e da família Galdino. Os negros desta localidade estão ocupando

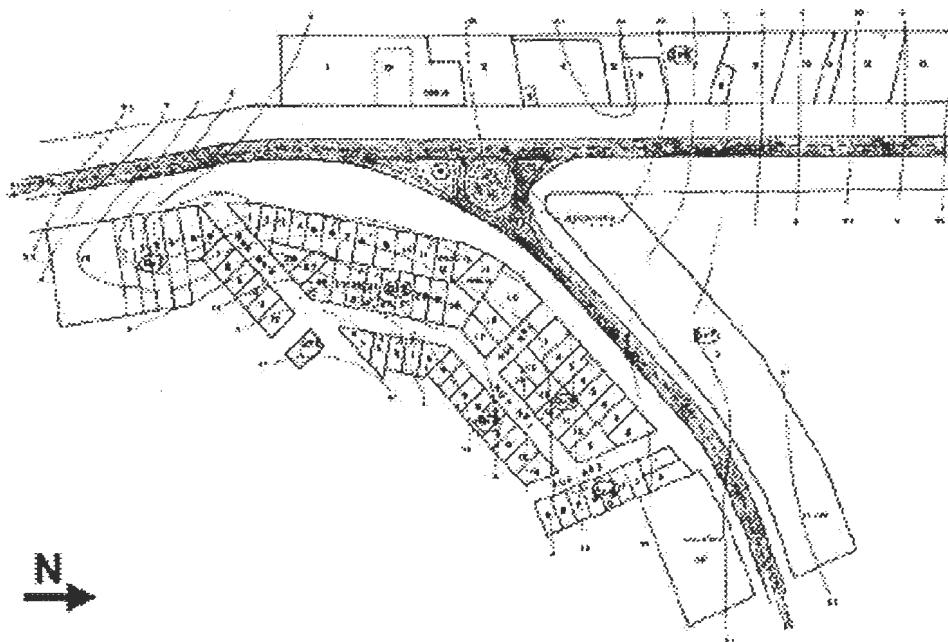
as encostas do Morro Alto. Alguns detêm a lembrança de que a BR-101 passou por sobre o local de suas antigas residências lhes cobrindo os antigos “chãos”<sup>739</sup> de moradias. Outros, guardam na memória a época em que seus terrenos iam até a beira da lagoa da Pinguela. Lá, se encontra a capela de Santa Edwiges e de Nossa Senhora do Bom Parto. É nesta localidade que são vistos “fantasmas” por alguns moradores.

Barranceira recebe este nome por ser o único lugar de Morro Alto a ter uma planta que leva o mesmo nome, uma árvore de pequeno porte com flores brancas.

Nem os negros moradores de Aguapés, nem os moradores das Barranceiras, foram indenizados por ocasião da construção e da ampliação do atual traçado da BR-101. Além disso, a ampliação do atual leito da BR-101, com seus aterros realizados na beira da lagoa da Pinguela, levou ao surgimento de uma pequena localidade denominada, também pela prefeitura de Osório, como “Areia”. Este lugar, segundo os negros mais antigos da localidade, foi sendo paulatinamente habitado em sua maioria por pessoas estranhas à comunidade negra local.

Morro Alto: outra face do morro voltada para leste, núcleo semi-urbano onde se localizam a rodoviária, os “lotes” e as pedreiras. Na prefeitura de Maquiné, foi-nos fornecido o seguinte croqui da localidade de Morro Alto:

#### CROQUI DA ÁREA DA LOCALIDADE DE MORRO ALTA CONSIDERADA URBANA PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAQUINÉ



<sup>739</sup> A importância dada aos “chãos” será abordada no decorrer do texto.

As listas das pessoas cadastradas como proprietárias dos “lotes” e dos “terrenos” não nos foram fornecidas pela prefeitura de Maquiné. Os negros encontram-se residindo em “terrenos” localizados à oeste do mapa, justamente onde as divisas se mantêm longe da aparência dos “lotes” brancos. Tais “lotes” se encontram recortados de acordo com as demandas mais *urbanas*, localizados ao centro do croqui. O maior terreno, cuja área envolve a rodoviária, é justamente de uma das pessoas que surge como expropriadora pertencendo à família Goldani a qual se reconhece, por parte dos negros da localidade, apenas a compra de “10 braças de terras”, tendo sido a área restante “escriturada na noite.”<sup>740</sup>

Esta localidade está cindida pela BR-101, que a divide no sentido norte sul, e pelo traçado da RS-407, que vem de Capão da Canoa, portanto de leste em direção a Morro Alto.

Faxinal e Faxinal do Morro Alto: uma perspectiva mais *etnocêntrica* pode levar ao leitor a entender que a denominação Faxinal surgiu em função das estradas que cindiam o Faxinal e o Faxinal do Morro Alto. Porém, a denominação “Faxinal” é bastante anterior a construção das estradas. Os faxinais recebem esse nome em função de um tipo específico de vegetação que crescia nestes locais, bons para fazer vassoura. Algumas pessoas rememoram o tempo em que na “Faxina” só havia mato e que os italianos quando ali chegaram modificaram toda a vegetação, “retirando até o toco das árvores”. Afinal, como nos explicou uma das pessoas entrevistadas, “o Morro Alto pertence a Faxina.”<sup>741</sup>

Ribeirão, “Camboa” e o Esteiral do Borba: Ribeirão é o termo que engloba estas localidades. A localidade de Ribeirão foi constituída de negros que se estabeleceram ao redor da antiga casa dos senhores e da “casa grande dos escravos”. Nesta localidade encontramos duas referências muito interessantes: a primeira, é a de que ali também teria ocorrido doação de terras de senhores para ex-escravos, a ex-escrava Floriana, a “Floriana Velha”, teria sido uma das agraciadas por este tipo de doação de terras,<sup>742</sup> e a segunda, foi uma história contada por dona Adilis,<sup>743</sup> que se referiu ao escravo Vinícius que, de posse de várias cartas de alforria e de doação referentes àquela área, ao saber que seu antigo senhor iria morrer, desesperou-se frente ao fato de não saber “que rumo tomar na vida” e rasgou as cartas de alforria e de doação de terras. A “Camboa” é uma localidade praticamente intersticial que marca a passagem da localidade de Morro Alto para a localidade de Ribeirão. Pouquíssimas pessoas utilizaram esta expressão, o que nos levou a crer que ela se encontra em desuso, merecendo o registro histórico.

Já o Borba ou o Esteiral do Borba é um pequeno aglomerado de casas de pessoas da comunidade negra, localizado na beira da lagoa do Borba (margem noroeste da lagoa do Ramalhete) e ao longo da estrada que recebe o nome de “esteiral”. Uma pessoa da comunidade comentou que “do casamento nasceu o Borba”, o casamento em ques-

<sup>740</sup> Os termos utilizados serão elucidados mais adiante.

<sup>741</sup> Entrevista feita no dia 30/08/2001, com o Sr. Toninho da Prainha, por Cíntia Müller, Mariana Fernandes e Cíntia Rizzi.

<sup>742</sup> Este fato só nos foi contado por relato oral, da mesma forma outro relato nos diz que ela comprou seu “terreno”. Porém, registros históricos podem confirmar que tais hipóteses não são excludentes e que o desrespeito a “doação de boca” pode ter levado Floriana a comprar o local onde já vivia.

<sup>743</sup> Entrevista feita com dona Adilis em Osório no dia 01/12/2001, por Cíntia Müller e Marcelo Vianna.

tão foi o de André Marcelino Fortes e de Vicência Floriana Marques, sendo que ambos eram filhos de escravas que viviam nas localidades que compõem o Ribeirão.<sup>744</sup>

Morro Alto (2): trata-se do morro, acidente geográfico, que tem o nome de Morro Alto e que denomina toda a comunidade.

### 3.2.2 As diferentes formas de se referir à terra

No decorrer da pesquisa de campo pudemos perceber que determinadas categorias que serviam para se referir à terra eram empregadas de maneiras distintas. As categorias colônias, sítios e chácaras apresentam variações específicas em distintas localidades do território de Morro Alto. Já as categorias “terreno”, “lote” e “jardim” estão demonstrando serem utilizadas de maneira mais geral.

#### 3.2.2.1 Colônias, sítios e chácaras

Os moradores das terras ocupadas das diversas áreas que compõem Morro Alto utilizam-se de várias categorias para identificar e referir-se à terra, que variam conforme o tamanho da área ocupada, a produção e a localidade que ocupam dentro de Morro Alto. Dentre estas categorias, as que apresentaram maior variação foram as categorias de sítio e chácaras, sendo a “colônia” uma categoria cujo emprego se encontra mais específico.

Na localidade de Ribeirão do Morro Alto, ou apenas Ribeirão, diversas pessoas empregam a categoria “colônia”. Vários entrevistados nos explicaram que possuíam uma colônia naquela área. Uma “colônia” tem cerca de 80 braças de frente por 750 braças de fundo, onde cada braça mede 2,20 metros. Nela são mantidas as casas de moradia da família extensa, organizada por blocos familiares, as roças e os jardins. Tais “colônias”, geralmente, possuem grandes áreas para o cultivo de banana. Como um morador antigo da região que vive e trabalha na área de sua colônia, nos explicou: uma “colônia é oitenta braças por setecentos e cinquenta de fundo”. Ali, as propriedades e poses terminam no “topo do morro”, cabeceira ou “travessão”, cujo fim ou cume marcamos, do outro lado, o início da localidade de Aguapés.

Nesta região de Ribeirão e do Borba também encontramos negros que compraram suas terras de ex-senhores ou de seus herdeiros, por *recibo*. A área de Ribeirão é a que se localiza na encosta da serra enquanto o Borba é constituído de campos planos e férteis sendo o local onde a exploração da terra se deu de maneira mais acentuada.

Ildo – Essa área era do meu tio. Ah, meu tio me deu essa escritura aqui. Oh.

Cíntia – Como era o nome de seu tio?

Ildo – Era João Vicente Fortes, foi a compra feita de Manuel Marques da Rosa, que meu tio comprou de Manuel Marques da Rosa.

Cíntia – E esses recibos aqui que o senhor passou para o Rodrigo? Quem é que tinha esses recibos?

<sup>744</sup> Ao longo do texto passo a detalhar essa situação.

Ildo – Esses recibos aqui eram do meu pai e do meu tio.

Cíntia – Como era o nome de seu pai mesmo?

Ildo – Firmino Vicente Fortes. O recibo está no nome de Firmino Vicente Fortes e João Vicente Fortes que era o irmão dele. Aí eu vim compra era 20 braças que seria o total, era vinte braças de frente, fazendo fundos na vertente geral da serra, frente no [?], na divisão do Borba, só que o Borba nunca foi medido. Só foi invadido pelo lado do morro, das colônias, e o Borba nunca foi medido.<sup>745</sup>

Estas pessoas acreditavam que de posse de recibos e de escrituras de cessão de direitos hereditários teriam a propriedade da terra que usavam, pois a posse da terra, de fato, já mantinham.

No Borba encontramos a expressão “chácara”, que engloba o local de moradia permanente, galpões e área de cultivo e de criação de gado. “Chácara” aqui parece se tratar de uma categoria atribuída de fora, da sociedade branca às representações de propriedades dos negros. É a categoria “terreno”<sup>746</sup> a categoria empregada para se referir à terra ocupada para habitar, trabalhar, enfim, viver como veremos a seguir. Várias pessoas que viveram no Borba e, atualmente, se encontram no Ribeirão empregam a categoria “sítio” para definir o local de moradia e de cultivo de roças, não sendo tão grande em extensão quanto a “chácara”.

No Faxinal do Morro Alto, porém, a concepção de “sítio” e “chácara” aparece deslocada dos significados expressos nas outras localidades. Neste local foi intenso o parcelamento da terra para a constituição de “sítios de lazer”. Nesta localidade o “sítio”, local de lazer, se opõe à “chácara”, local de trabalho. Ali, o primeiro “sítio” se distingue do segundo, “chácara”, por não ter morador fixo, mas apenas aqueles que vêm no verão ou fins de semana, podendo comportar uma pequena produção em “roças”. Este tipo de propriedades, no Faxinal do Morro Alto, geralmente, pertence a brancos e negros que saíram de Morro Alto mas que conseguiram retornar comprando um pedaço de terra que não é tão pequeno quanto um “lote”.<sup>747</sup>

Cíntia – E aqui, tem mais *chácara* ou tem mais *sítio*, aqui no Faxinal?

Beatriz – Aqui tem mais é sítio.

Cíntia – Chácara não tem tanto?

Beatriz – É, chácara não tem muita não. Acho que é só aqui nesse [“Braza?”], aqui só. Os outros aqui, tudo não são mais.

Cíntia – Não é mais chácara, é sítio.

Beatriz – É.

Cíntia – Mas então tem uma diferença entre chácara e sítio.

Beatriz – Eu não sei, eu pra mim eu acho igual, mas não é todo [mundo] que pensa igual, né?

Cíntia – O seu, a senhora acha que é chácara?

---

<sup>745</sup> Entrevista feita com Ildo Fortes dos Santos em Ribeirão, no dia 08/11/2001, por Cíntia Müller, Cristian Salaini e Rodrigo Weimer, o conteúdo posto entre colchetes foi inserido após a entrevista com o objetivo de deixar a fala mais clara.

<sup>746</sup> Na seqüência iremos discutir sobre o significado da categoria “terreno”.

<sup>747</sup> Logo mais explanaremos sobre o significado da categoria “lote”.



Beatriz – É.

Cíntia – A senhora mora aqui, planta aqui.

Beatriz – É plantamos tudo, lá pra baixo tem pé de chuchu, tem laranja, tem vergamota, tem taquaireira, tem tudo. De tudo tem um pouco. Tem limão.

Cíntia – E esses outros que são sítios também têm tudo isso plantado?

Beatriz – Os que eu conheço têm tudo plantado também.

Cíntia – E as pessoas moram no sítio?

Beatriz – Um pouco moram, um pouco não. Um pouco é do pessoal que só vem no verão.<sup>748</sup>

Em Aguapés, Barranceira e Morro Alto a categoria que está operando a referência à terra é a categoria de “terreno”, sendo a categoria “chácara” utilizada em situações específicas, ela se refere à terra produtiva, a qual se dedica grande parcela de trabalho.

Sebastião – A medição [do início do século XX], eles foram ali, sabe o que eles faziam? Na época, coisa do governo sabe, eles pegavam uma turma aqui, que *tinha uma chácara boa* aqui, né? “Vem cá vamos passear em Santa Catarina lá”. O cara tinha uma chácara boa aqui, chegando ali, ele brr, matavam o cara. É, pegavam e lá pra cá da rua lá, pegavam o cara, “é vamo lá rapaz” [...], matavam e tomavam conta das terras. Naquele tempo, já acontecia.<sup>749</sup>

Já em Morro Alto, foi-nos explicado que uma “chácara<sup>750</sup> é uma plantação maior que uma roça”, podendo existir dentro de um “terreno”. Por exemplo, dois hectares plantados com banana compõem uma “chácara”, assim como uma horta ou plantações de arvoredos.

No decorrer da pesquisa nos deparamos com uma acepção variada dos termos “chácara” e “sítio” e com o emprego da categoria “colônia” de forma bastante localizada. Como a região de Morro Alto é uma comunidade negra com forte caráter endogâmico, o que reforça os laços de parentesco<sup>751</sup> entre aqueles negros que a compõe é de se concluir que tais categorias passaram a ser referência na comunidade a partir de diferentes momentos e situações históricas. Isso pode ser concluído a partir da investigação de categorias mais “universais” de referência à terra e às suas áreas de cultivo. Tais como:

### 3.2.2.2 Terrenos, lotes, roças e jardins

As referências à terra, por parte da comunidade, dá-se, via de regra, pelo uso das seguintes categorias: o “terreno”, a “roça” e o “lote”. A categoria “lote” tem seu empre-

<sup>748</sup> Entrevista dada por dona Beatriz, cujo “nome de assinatura” é Maria da Rosa Souza, no Faxinal do Morro Alto em 26/02/2002, para Cíntia Müller e Mariana Fernandes, cuja finalidade foi reconstruir a história da Comunidade de Morro Alto. Dona Beatriz nos foi indicada para ser entrevistada no Faxinal tendo em vista o fato de ser uma das moradoras mais antigas da localidade.

<sup>749</sup> Entrevista dada por dona Ângela Reginalda da Silva, sua prima Maria e seu irmão Sebastião, na Barranceira em 19/10/2001, para Cíntia Müller, Mariana Fernandes e Rodrigo Weimer, conteúdo entre colchetes inserido para esclarecer o texto.

<sup>750</sup> Entrevista do Sr. Manoel Francisco Antônio feita em Morro Alto, no dia 14/03/2002, por Cíntia Müller e Paulo Moreira.

<sup>751</sup> Observar os capítulos históricos e referente ao parentesco.

go mais presente na localidade de Morro Alto, em vias de urbanização por iniciativa branca, por uma família específica. Ou seja, está datada e corresponde a um momento histórico específico da comunidade.

A categoria “terreno” é empregada sempre se referindo a uma área de terra de tamanho tal que comporta os locais de moradia e os locais de produção, quer de agropecuária, quer de plantio. Esta expressão também possui sua historicidade. Ela é a categoria que dialogou desde o começo do século com a sociedade branca e marcou uma transição da “terra” para o “terreno”. A categoria “terreno”<sup>752</sup> tem o início de sua utilização marcada pela violência das medições que ignoraram os negros donos da terra.

Maria – É aí veio a medição<sup>753</sup> né. Eles mediram a terra, repartiram em terrenos, né? É onde tem essa gente toda morando, mas eu acho que não é do tempo da medição, já é outra coisa, né? Mas daí partiram tudo em terra. E aquele que era dono das terras, né, que os cativero tinha dado, o sinhozinho, eles deram só uma tira. O vovô ali né, eles deram uma tira de terra, pra eles aqui uma tira de terra, mas lá em Porto Alegre pra nós quantos terrenos dava isso aí, né. Então ele ficou sem terra bem dizê né. Sem terra.<sup>754</sup>

Mesmo que a referência ao “terreno” seja feita perante sua materialidade, a ocupação da terra, em outra dimensão, “estar ocupando” uma área, é estar usando a terra, significa poder “mandar” na área, ou seja, exercer o “governo” do uso do espaço.

Rodrigo – Me diz uma coisa D. Antônia no tempo que a senhora veio pra cá, em 44, já tinha todas essas cercas, tudo era cercado ou não era?

Antônia – Não meu amor, era tudo campo, nós mandava tudo.

Rodrigo – E quando é que começou a ter a cerca?

Antônia – E agora? Como é que eu... nós plantava aquele mato tudo ali, nós plantava aquele cercado vindo pra cá, nós plantava tudo. Nós mandava, foi meu marido morre...<sup>755</sup>

Mesmo que a pessoa entendesse exercer poder de mando sobre o uso de determinado local, como não havia conseguido, legalizar sua ocupação, exigência esta cujos caminhos desconhecia, poderia perder a posse que exercia de fato. Um “terreno” de negro, assim, mostrou-se a nós como uma terra em risco constante de expropriação por parte da sociedade branca detentora de uma saber técnico jurídico.

---

<sup>752</sup> É pertinente salientar que colocações feitas em escrituras públicas de cessão de direitos de posse, lavradas no início dos anos 60, sobre as quais o Cartório de Registro de Imóveis lavrava as referidas matrículas, encontram-se expressões deste tipo: “direitos esses que os outorgantes exercem há mais de 30 anos sem interrupção, dito terreno fica situado no lugar denominado Pinguela”.

<sup>753</sup> Essa parece ser a tentativa de medição de João Osório Marques feita na década de 20.

<sup>754</sup> A fala de dona Maria refere-se a uma medição feita no início do século, quando ela tinha cerca de 5 anos, na localidade de Aguapés e Barranceira, no momento da entrevista ela tinha 90 anos. Entrevista dada por dona Ângela Reginalda da Silva, sua prima Maria e seu irmão Sebastião, na Barranceira em 19 de outubro de 2001, para Cíntia Müller, Mariana Fernandes e Rodrigo Weimer, conteúdo entre colchetes inscrito para esclarecer o texto.

<sup>755</sup> Entrevista dada por dona Antônia José de Jesus, 74 anos, no Esteiral do Borba em 08/11/2001, para Cíntia Müller, Cristian Salaini e Rodrigo Weimer.

Aurora – Da mulher do Machado. Então ela deixou um tanto pra afilhada e um tanto pros negro. Aí, o Machado agarrou tudo pra ele. Foi vendendo, foi vendendo.

Guilherme – Provenido do inventário que Zé Marques fez. Aí no inventário que o Zé Marque fez naquele *terreno* de outro, era do negro, ele requereu um inventário e fez o inventário. Aí ele separou como ele quis, quer dizer, essa parte dessa mulher do Machado, no inventário ele separou um pedaço pra ela. Mas por intermédio do inventário do Zé Marques.<sup>756</sup>

Além disso, a palavra “terreno” pode designar também a terra e aqueles aos quais a comunidade reconhece como verdadeiros *proprietários* do local, ou que sejam, os negros donos da terra responsáveis por aquele “terreno”. São esses *donos da terra* que movem ações judiciais em defesa dos núcleos tradicionais aos quais entendem ter direito. Outros membros da comunidade referem o nome dos antigos *donos da terra* para definir a posse dos terrenos:

Elisabete – O porquê eu não sei, eles chamavam Gaspar, os *terrenos dos Gaspar*... geralmente tu vai ouvi falar nas redondezas dos Gaspar que é a nossa família... eu não sei, eu acho que *o pai deles era Gaspar*.<sup>757</sup>

O “lote” é uma parcela de terra semelhante ao terreno, ou data, urbano. Nele está o local de moradia e os jardins. Esta expressão é utilizada, mais comumente na região do núcleo de Morro Alto, em torno do entroncamento da BR-101 com a RS-407 onde existe um loteamento, um início de urbanização. O “lote” designa a menor parcela de terra que uma pessoa pode ter. No caso do Sr. Romão, a diminuição de sua terra se deve ao fato de não poder mais trabalhar, estando a manutenção da terra imbricada ao seu uso. Por exemplo, o Sr. Romão cedeu a um sobrinho seu “terreno”, por ser muito idoso e não poder exercer a agricultura, e hoje é explorado como pedreira, e manteve o lugar de moradia. Ele assim define a parcela que lhe restou:

Romão – Já, tem aí só uns lotezinho.

Daisy – Ficou um lote pequeno.

Romão – Não podia trabalhá.

Daisy – Não podia dá conta.

Romão – É...<sup>758</sup>

Por outro lado, o “lote”, na maior parte das vezes, diz respeito a uma parcela urbanizada de solo e distingue, onde se localiza o núcleo de Morro Alto, a parte ocupada pelos negros e a parte ocupada pelos brancos imprimindo uma paisagem de ocupação do solo completamente distinta. É pelo fato de que não possuem um “lote” mas uma ocupação tradicional, do tipo que comporta um bloco familiar, que uma moradora co-

<sup>756</sup> Entrevista de D. Aurora da Conceição Silveira, Sr. Manoel Francisco Antônio e Sr. Guilherme Francisco Antônio, realizada em Morro Alto, no dia 13/09/2001, por Miriam Chagas e Paulo Moreira.

<sup>757</sup> Entrevista de D. Elisabeth Alves realizada por Alessandro Gomes e Rodrigo Weimer em 02/12/2001.

<sup>758</sup> Entrevista realizada por Daisy Barcellos, Miriam Chagas e Rodrigo Weimer em Morro Alto, no dia 23/11/2001.

mentou: “sei lhe dizer que ele não pode passar a escritura porque a casa não é *lote*, sim é de telha, só uma ‘tirinha’, não sei o quê... é.”

Assim, os atributos da designação “lote” conflituam diretamente com a forma de ocupação negra na região, impedindo a interação entre as áreas de moradia e as áreas de plantio e criação de gado, além de isolarem as famílias obrigando a sua disposição espacial na forma nuclear.

Já no que diz respeito à área de plantio, a denominação varia de acordo com a extensão da área cultivada, com a permanência da cultura e o destino dado à produção. Quanto à extensão da área cultivada ela pode ir de alguns metros a hectares.

A “roça” (ver Foto 2 do anexo no final do capítulo) é o espaço de plantio por excelência. Ela compõe a paisagem do “terreno” iniciando, via de regra, próxima da casa de moradia. Apenas os “lotes” encontram-se sem uma roça, mas mantêm o espaço de plantio de temperos. Planta-se na “roça” frutas e legumes para a subsistência da família que vive na área destinada à moradia e para aqueles que vêm “nos fins de semana”. Nelas se cultiva café, abóbora e aipim – tal como o aipim-manteiga (Foto 3), pêssego e aipim-roxo (Foto 4), cujo tempo do plantio até a colheita pode levar dois anos. A cana-de-açúcar (Foto 5) e a banana (Foto 6) também são cultivadas, geralmente, por aquelas pessoas que possuem três ou quatro cabeças de gado. Também frutas são plantadas nas roças tais como abacaxis, jacas, figos, laranjas e bergamotas.<sup>759</sup> Este estudo não entrou propriamente no mérito das distinções de papéis de gênero quanto às etapas do plantio, porém, pudemos observar que a manutenção cotidiana destas áreas é papel dos homens da casa.

Em suma, a “roça” se traduz em um espaço para o plantio sazonal de alimentos mas que é um espaço permanente de uso e manutenção do solo. Trata-se de plantio de subsistência de várias pessoas de uma mesma parentela daqueles que trabalham na terra, excedente da produção, que, além de ser enviado para Osório e Capão da Canoa, onde vivem os filhos destas famílias produtoras, também pode ser trocado com vizinhos ou mesmo vendido.

A tradição do plantio por “roças” é algo que se confunde com a antiguidade da ocupação da área negra de Morro Alto.

Edite – Isso era do velho, o pai dele.

Miriam – O pai do seu Salvador?

Edite – É, morreu com 84 ano.

Miriam – 84 anos.

Edite – É, ele trabalhava na roça.

Miriam – E aqui vocês trabalham também em alguma?

Edite – Olha agora não posso, mas trabalhava. É que agora estou sozinha, o guri pegou na firma.

Miriam – E o seu Salvador trabalha muito também?

Edite – Trabalhô, se aposentemô. Aqui na roça mesmo a gente trabalha... agora também não pode trabalhá, tá doente, ele sofre do coração [...] pressão alta, ele é desenganado mesmo

<sup>759</sup> Também conhecida pela corruptela de vergamota, equivale a mexerica ou tangerina em outras regiões do país.

[...] tratamento, cada vez em tratamento, vai indo. Pelo médico já tinha morrido. O doutor [...] pra morrer em casa.<sup>760</sup>

As mulheres, por seu turno, cultivam pequenos “jardins”,<sup>761</sup> em frente às casas. Eles são verdadeiras farmácias com plantas como alfazema, capim-cidró e outros chás. Além disso, cultivam ali também folhagens e flores. Tais espaços revelam-se locais onde se deposita a marca de relações sociais mais amplas do que as relações de vizinhança. Folhagens de *comadres* que vivem em Terra de Areia, Capão da Canoa, e municípios vizinhos são todas cuidadosamente plantadas nestes “jardins” de acordo com uma disposição estética espacial da “mistura” de plantas (ver Foto 7 do anexo no final do capítulo). A arruda e a espada de São Jorge são constantes nos “jardins” tendo sido vistos, até mesmo, em vasos nas casas que visitamos.

As mulheres cultivam ervas para chás, folhagens e flores ornamentais que nos falam de suas amizades e relações de compadrio. É muito importante observar que quando realizamos entrevistas em Capão da Canoa e Osório, pudemos perceber que o “jardim” é um espaço cultivado por aqueles que saem da comunidade e se instalam em “lotes” urbanos. Sua concepção faz uma viagem de retorno ao Morro Alto rural e se instala em torno das casas, ornando e marcando o limite dos lotes.

### 3.2.3 O tapar e o fechar: formas de cercamento do solo

A distinção entre “tapar” e “fechar” é bastante sutil e referem-se ao ato de cercar a terra ou da definição dos limites de uso.

“Tapar” é a expressão utilizada para o cercamento com arame feito pelo branco membro da sociedade envolvente. Para tal situação também se emprega a expressão “fechar”. Isso se traduz na impossibilidade de utilização das áreas de uso comum como os campos de pastagem e as beiras de lagoas, quer para a pesca, quer para o lazer por parte dos negros. Além disso, cercando com o arame o branco faz as “escrituras na noite”,<sup>762</sup> ou seja, era à noite que as cercas de arame eram mudadas, que os campos de uso comum foram sendo paulatinamente tomados, que o acesso às beiras de lagoas foram sendo restritos. É interessante perceber que se “escriturava à noite” as terras mais produtivas e com maior valorização fundiária.<sup>763</sup>

Manuel Francisco – O Merêncio, ele sabia tudo. Ele não ficou de dono de tudo porque esse Zé Marques mandava neles. Naquele tempo *era tudo aberto, isso tudo era mato...* era mato como aquele morro ali. Não tinha lugar. Então ele dizia pro Merêncio, *porque que tu não compra arame, arame e não tampa* até na Barra do João Pedro, que essa terra é dos negro.

<sup>760</sup> Entrevista dada pelo Sr. Manuel Francisco Antônio, Sr. Nelson Santos de Jesus e dona Edite, no Morro Alto e em Ribeirão em 06/10/2001, para Miriam Chagas, Rodrigo Weimer e Marcelo Vianna.

<sup>761</sup> A palavra “jardim” foi utilizada para definir o espaço diante da casa, conforme explica o texto. Porém, a palavra jardim, por si apenas, parece ser uma categoria apropriada do contexto urbano para o uso em Morro Alto.

<sup>762</sup> Expressão utilizada tanto por Manuel Francisco Antônio quanto por Ângela Reginalda da Silva.

<sup>763</sup> Ver parte específica que se refere aos documentos legais e estratégias de expropriação.

Miriam – Ele dizia...

Manuel Francisco – Ele dizia pro Merêncio, que era irmão dele. Só se davam bem... coitado era fraco não se importava. Podia te fechado, os nego são uns vadio, cara esperto. Tava tudo fechado, isso tudo, até a Barra do João Pedro. Era, hoje não é mais assim, não é.<sup>764</sup>

Existe uma distinção, porém: o mato também “fecha” e assim como a roça, define onde está localizada a área de terra produtiva de um ramo. É interessante que o “mato” não “tapa” pois permite a passagem. Por exemplo, se entre uma moradia pertencente a um ramo familiar e outra, de outro ramo, existir um “mato”, via de regra entre elas existe uma trilha, por entre esse mato, ligando as residências. O mato “fecha” e ao mesmo tempo protege e une, além de ser uma fonte de uso comum de materiais, tais como madeira que podia ser usada por qualquer pessoa que quisesse consertar sua casa ou cercar sua pequena horta para impedir a entrada do gado. É no meio do “mato” que estão os caminhos e trilhas.

Cíntia – E por onde é que vocês vinham?

Antônia – Atravessava o morro, nós vinha pra cá.

Cíntia – Não tinha faixa?

Antônia – Não.

Cíntia – Vinha à pé pelo morro e esse caminho do morro ainda existe D. Antônia?

Antônia – Pois e agora? *Tinha estrada que atravessava o morro e ia sai lá em Aguapés, lá no Bastiãozinho.*

Cíntia – E tinha mais dessas estradas?

Antônia – Não, não, que eu me lembro não. Tinha só aquela.

Cíntia – O caminho era só esse?

Antônia – *Era trilha no meio do mato.*

Cíntia – Tudo no meio do mato?

Antônia – Ahã. Pra vim pra cá, ali na Estiva, a gente passava com água pela cintura. Ali na Estiva, onde tem aquelas pedra, tinha que ir aparrando com os pé pra acha.<sup>765</sup>

Ao que parece o “tapar” foi uma atitude externa imposta aos membros da comunidade através do cercamento com arame. O arame “tapa”, impedindo o acesso à terra pelo negro, protegendo a propriedade branca. O “mato”, por sua vez, “fecha”, impedindo a entrada do mundo branco, que desconhece seus segredos e perigos, no território negro. Já o “fechado” é uma expressão que remete ao mato que também era utilizado como refúgio. Nesta parte da entrevista a seguir, um morador de Aguapés, detentor de parte da memória do local nos conta que o quilombo era em um local “fechado”, justamente, pelo mato.

Paulo – Que durante a escravidão tinha muita crueldade.

Sebastião – Barbaridade, rapaz. Oh, então tinha aquele ditado? Quem tem medo não amarra negro. Sabe como é, se ele vinha pra amarrá ele, perigava ele matava o cara.

<sup>764</sup> Entrevista dada pelo Sr. Manuel Francisco Antônio, no Morro Alto no dia 13/09/2001, para Miriam Chagas.

<sup>765</sup> Entrevista dada por dona Antônia José de Jesus, no Esteiral do Borba no dia 08/11/2001, para Cíntia Müller, Cristian Salaini e Rodrigo Weimer.

Paulo – Quem tem medo, o quê?

Sebastião – Olha quem tem medo não amarra nego. Ele vinha pra pegá o nego aí, vinha uns quatro ou cinco e matava.

Paulo – E nessa zona também tinha?

Sebastião – Aqui. Quilombo, aqui.

Rodrigo – Então eles se revoltavam.

Sebastião – Vinha os nego se escondê tudo aqui, e pra entrá aqui...

Rodrigo – Como é que é.

Sebastião – *Não entrava. Era fechado*, não entrava nem a pau, né, matavam. Nem Senhô entrava aqui, se não eles pelegavam.

Paulo – E fugiam das fazendas?

Sebastião – Ficavam por aqui.

Paulo – Ficavam lá por cima.

Sebastião – *Ficavam caçando, por aqui, livre por aqui.*<sup>766</sup>

Em suma, “fechar” parece remeter a uma percepção êmica, anterior à categoria do “tapar”, e refere-se a uma espécie de fronteira que permite a entrada do negro, ao contrário do arame. “Fechar”, assim, não é um impeditivo da sociabilidade de trânsito entre localidades e vizinhanças. Entrar em algo que está “tapado” é crime, é invasão de propriedade privada, a qual poucos negros têm. O ato de “tapar” traz para Morro Alto a individualização da propriedade, inibe o estilo de vida próprio da população negra e sua sociabilidade, além de servir àqueles que sabem como operar os recursos jurídicos e que são membros brancos da sociedade envolvente.

### 3.2.4 As paisagens de moradia: memória e ciclo da vida inscrito na terra de Morro Alto

A paisagem de moradia de Morro Alto encontra-se estruturada a partir de uma organização interna por blocos familiares.<sup>767</sup> Afirmar que a interação com a terra se dá pela apropriação da mesma por tais blocos não significa a mesma coisa que uma apropriação privada similar à propriedade individual. O “terreno” ou a “terra” corresponde a áreas habitadas e usadas por famílias ou blocos familiares e apropriadas pelo uso. Utilizar a terra para o sustento ou para habitar é uma espécie de obrigação para essas pessoas pertencentes aos ramos de famílias negras cujos ancestrais são lembrados como fundadores da parentela e os primeiros a se estabelecerem naquela região. Os ramos familiares se diferenciam uns dos outros pela nomeação, encontrando-se inseridos em um sistema de parentesco cujas regras definem quem permanece e quem sai da área familiar.<sup>768</sup>

<sup>766</sup> Entrevista dada pelo Sr. Sebastião Souza Rosa, em Agupés em 06/12/2001, para Rodrigo Weimer e Paulo Moreira.

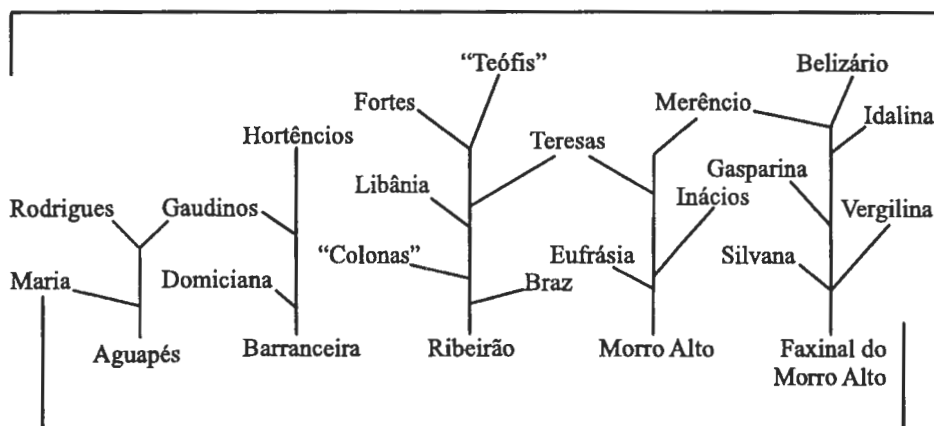
<sup>767</sup> O emprego da expressão “bloco familiar” é utilizada na composição deste texto conforme definição clássica de Antônio Cândido em *Os Parceiros do Rio Bonito*, ou seja, “vizinhança imediata de membros da mesma família, formando, dentro do grupo um subgrupo coeso e mais disposto a solidariedade vicinal” (Cândido, 2001).

<sup>768</sup> Veja a esse respeito o capítulo específico que analisa as relações de parentesco.

A toponímia interna dos “terrenos” ou “terra”, que compõem um todo maior definido como a área de Morro Alto, carregam em si um nome que se reporta à pessoa mais antiga que o ocupou, uma espécie de fundador, que, ao mesmo tempo, garantiu a posse e transmissão da terra. Temos assim, pelo território da comunidade de Morro Alto: terra dos Teresa; terra dos Inácio; terra de Olina; terra dos Fortes; terra dos Hortêncio, dentre outros. A maioria destes fundadores foram ex-escravos que lutaram para garantir um pedaço de terra para deixarem aos seus filhos.

#### RAMOS FAMILIARES (ESQUEMA)

O parentesco estabelece um dos sistemas unificadores da comunidade operando conexões entre a “terra” e as “pessoas”



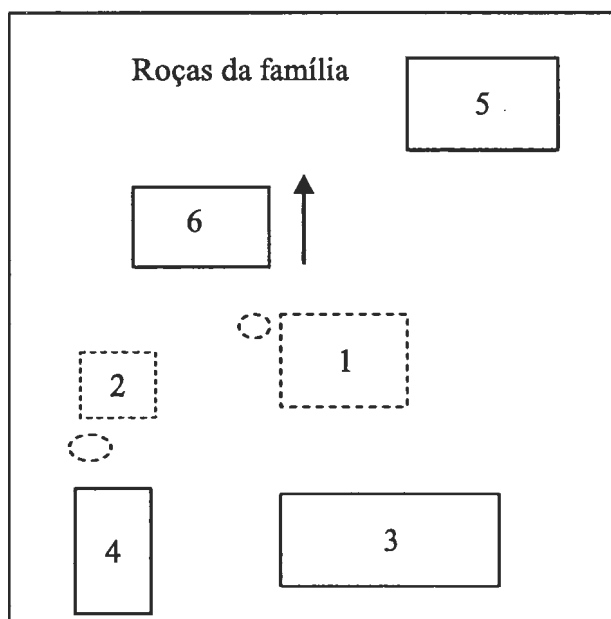
Alguns ramos familiares cujos terrenos compõem as localidades que formam a comunidade de Morro Alto.

Os terrenos atuais têm origem em áreas de domínio e de uso comum, como os campos onde o gado de vários proprietários podia pastar livremente quando não havia cercas. O local de ocupação por blocos familiares a que nos referimos significa um lugar de moradia exclusivo de um ramo familiar, ou seja, dos descendentes de um dos filhos, mulher ou homem, desse antepassado fundador que independe do sexo mas cuja importância está no ato de *legar a terra*. O morar em Morro Alto encontra-se praticado de uma forma coletiva, uma família extensa que possui membros que habitam periodicamente casas que são mantidas na comunidade.



De uma forma geral, nas diversas localidades que compõem Morro Alto, foi identificado um mesmo padrão de disposição de casas em áreas familiares.<sup>769</sup> Geralmente, as casas de uma mesma parentela se estabelecem por gerações na mesma área em que estiveram pais e avós. As casas, assim, obedecem a um padrão de ocupação pautado pela estrutura familiar. Via de regra, as casas dos filhos são construídas ao redor da de seus pais, que já foram construídas próximas às casas de seus avós. Dessa forma, existe uma série de pequenos aglomerados de casas onde são encontrados ramos familiares que, por sua vez, descendem de um tronco comum, um ex-escravo comum. Mesmo sendo a regra de residência multifocal com ênfase na patrilocalidade, a disposição das casas é a mesma, a casa ancestral, ou o “chão” da mesma, mantido como marco da memória e de posse, e os filhos construindo casas ao redor.

### Croqui de uma chácara de um bloco familiar da região, Faxinal do Morro Alto



1. Chão nu onde estava erguida a casa do pai da entrevistada. O círculo próximo diz respeito a uma árvore antiga, com mais de 50 anos, plantada pelo pai da moradora.
2. Chão nu da antiga casa da moradora. Não existe nada sobre este terra, o círculo ao lado representa uma figueirinha que ainda está crescendo.
3. Casa de uma irmã da moradora.
4. Casa de outra irmã da moradora.
5. Casa de um irmão casado da moradora.
6. Casa onde vivem duas irmãs da moradora, com seus respectivos maridos e filhos.

<sup>769</sup> Como estas áreas se denominam e como se procede a sucessão está referido ao longo deste trabalho.

Este padrão de ocupação modifica-se em função da largura do terreno e do número de ocupantes.

A localização das casas atuais, ao redor ou bastante próximo das casas mais antigas, é um padrão encontrado em praticamente todo o território estudado e que se traduz em um tipo de apropriação do solo que indica a sua continuidade ao longo dos anos. Os filhos e os netos sempre estão ao redor das casas de seus antepassados com outra particularidade: as casas dos antepassados, via de regra, nunca são ocupadas, assim como sobre seus “chãos” nada é construído ou plantado. São os lugares<sup>770</sup> da memória que compõem a paisagem das moradias de Morro Alto.

Este padrão de ocupação da moradia espelha um tipo de interação com o solo que se encontra fracionado em blocos familiares. Essa interação se dá na medida em que existem divisas por roças que distinguem o início e o fim das “extremas” dos “terrenos” onde estão tais blocos familiares. Vizinhos que fazem parte da comunidade negra de Morro Alto reconhecem que se encontram convivendo de longa data, sabem onde começa e onde termina a “roça” de seus vizinhos reconhecendo a autoridade daqueles sobre a localização das moradias e das plantações. São famílias negras que compartilham lagoas, quer para o lazer, quer para a pesca, e matos que fornecem ervas para a cura e madeiras.

### 3.2.4.1 O chão da casa de meus pais e as árvores da memória

O simbolismo que enche de significados a questão do “chão” da casa dos pais é algo muito forte em praticamente todas as localidades que formam Morro Alto. Não se constrói e não se planta sobre o chão onde outrora moraram os pais e avós falecidos. Esse ponto de referência bastante comum da memória parece estar oferecendo elementos que demonstram uma forma de coesão interna e a necessidade da continuidade territorial.

As explicações da comunidade sobre esse costume são de que “isso é uma coisa que os antigos nos ensinaram, já era coisa dos escravos”, “naquela época ninguém nos dizia o porquê das coisas”, comentários de Ângela. “Não presta! Tem que construir do lado”, me disse categórico o Sr. Manuel Chico. É uma fronteira entre o indizível e o dizível, do confessável e do inconfessável e que demonstra o quanto a memória deste grupo se encontra implícita em gestos e falas que remetem de forma muito discreta a uma crença que não é necessariamente tida como de consonância com o hegemônico.

Talvez o significado do fato de não se construir sobre a casa dos antepassados e de pessoas mais velhas da comunidade tenha se perdido na memória e tenha morrido com os antigos, os ex-escravos. Ou nós, pesquisadores, vistos como pessoas que não estão incluídas no cotidiano destas pessoas, que não vivemos na comunidade, não tenhamos tido acesso. Porém, o sentimento de respeito que as pessoas dedicam a tais lugares transmite o quanto eles são importantes como locais de memória. Essa casa fechada e esse “chão”, que é terra, é uma espécie de presença ancestral que proporciona a convivência diária do presente com o passado.

---

<sup>770</sup> O lugar “está associado ao próprio surgimento da consciência do espaço”, conforme Holzer, 1999, p. 149-167.

A terra possui assim valor de sangue na qual é inscrito um ciclo de vida. A mesma terra é terra sacralizada e que remete diretamente à memória do ancestral que primeiro ocupou aquele local expressando a permanência do grupo étnico naquela área.<sup>771</sup> O “chão da casa” compõe a memória na paisagem de moradia de grande parte das famílias de Morro Alto.

Outra forma de se manter a memória dos antepassados e fundadores viva é através das árvores. Taquareiras, abacateiros, figueiras, timbaúvas, possuem tanto significados práticos como simbólicos. Práticos pois fornecem frutos, como as figueiras e o abacateiro (ver Foto 8 do abacateiro); servem para aparar o vento e fornecer madeira para a casa e criadouros como as taquareiras. Já a timbaúva escapa desta esfera do prático, é a árvore do pai de Beatriz, o Sr. José Idalina, e perguntada sobre para que serviria aquela árvore Beatriz me respondeu: “essa timbaúva aí, é só pra bonito, só pra enfeite porque não dá nada dela, as vez ela cai os pedaço”.

Estas árvores pertencem temporariamente às pessoas que as plantaram. Justamente são de alguém, no sentido de pertencerem a essa pessoa, enquanto ela estiver viva ou tiver sua casa próxima da árvore plantada. Veja a declaração de uma moradora da comunidade e compare com o croqui de sua residência<sup>772</sup> a que distância está a nova casa dela em comparação com a árvore que plantou.

*Figueira tem essa aqui, é uma figueirinha, né. Essa aqui era minha quando a minha casa era bem aqui, eu que plantei essa figueirinha aí. Foi eu que plantei.*<sup>773</sup>

Ao nos aproximarmos do significado desta fala, podemos inferir que as práticas individuais, dentre elas a de plantio, deixam de pertencer a uma pessoa e reverterem em benefício de um grupo familiar. Ou seja, o poder simbólico que mantém uma árvore do tamanho de um abacateiro e de uma timbaúva como parte constituinte dos terrenos, por mais de 50 anos, é algo muito forte. Elas são parte da atualização da memória dos antepassados. É como estar sempre em contato com algo impregnado de simbolismo que remete às pessoas que contribuíram na construção da historicidade de Morro Alto, já que foram plantadas “pelos antigos.”<sup>774</sup> O “chão” por um lado não existe por si só, mas emana uma energia que representa a presença criadora dos pais; a árvore, por seu turno, é uma espécie de presença da força genitora capaz de fazer germinar.

É como se fossem duas fases de um ciclo que representa a filiação. Um pautado pela terra em si e o outro do poder, da capacidade de plantar, de fazer o grão brotar. As duas fases são representações simbólicas preservadas pelos negros da região como se fosse um solo e uma árvore sagrada que nasceu das mãos de alguém que já não está presente entre eles, mas que deixa uma parte de sua presença simbólica ali. As árvores e o “chão”

---

<sup>771</sup> Esse mesmo fenômeno de atribuir a terra um valor sagrado que remete ao ancestral fundador da comunidade, foi documentado por Baiocchi, 1983, p. 97.

<sup>772</sup> Ao fim da parte 3.2.4.

<sup>773</sup> Entrevista dada por dona Beatriz, cujo “nome de assinatura” é Maria da Rosa Souza, no Faxinal do Morro Alto em 26/02/2002, para Cintia Müller e Mariana Fernandes.

<sup>774</sup> Expressão que ouvimos durante as entrevistas um grande número de vezes.

traduzem a permanência contínua dos antepassados, é como se todos ocupassem juntos ao mesmo solo, a mesma terra.

#### 3.2.4.2 O umbigo enterrado e o voltar para morrer na terra

Nas localidades que formam o todo maior englobante denominado Morro Alto existe uma prática que é comum a quase todos os entrevistados: o de enterrar o umbigo dos recém-nascidos. O que atribui características étnicas ao ritual de enterrar o umbigo é o significado da prática que se encontra ligado à manutenção da origem vinculada à terra.

O umbigo costuma ser enterrado na terra da porta de saída da casa dos pais.<sup>775</sup> Quando o umbigo é enterrado ao lado de fora da porta da casa, tanto a porta da frente como a da cozinha, a intenção é a de que o filho permaneça na terra ocupada pelos pais ou perto dela.

Os moradores da comunidade nos explicaram a origem do costume de enterrar o umbigo como algo muito antigo, “do tempo dos antigos”. Uma moradora nos relatou que este costume já era praticado no “tempo da escravidão”. Outra moradora chegou a nos contar que existiam aproximadamente 22 umbigos enterrados em seu terreno “tudo enterrado, onze filho e onze netos”. Outro entrevistado, ao comentar que seu umbigo estava enterrado “aqui mesmo”, ou seja, no pátio onde reside ainda hoje, afirmou que se enterrava o umbigo para ficar “parado num lugar”. Afinal, como ele próprio concluiu: “cravasse o umbigo ali, a gente ficava, andava ao redor por ali e não saía”.

O ato de enterrar o umbigo na porta das casas marca o pertencimento à terra de filhos e netos. É uma espécie de transmissão da continuidade da família no local, onde os ascendentes manifestam sua vontade de transmitir a ligação com a terra para seus filhos. Como a franca maioria das pessoas que estão vivendo na região de Morro Alto não possui títulos de propriedade da terra onde moram há gerações, o que os impossibilita de utilizar as formas legais de transmissão da propriedade, a transmissão da posse se dá, tradicionalmente, pelo enterro dos umbigos. Isso vem sendo feito há gerações, o que caracteriza a posse “mansa e pacífica” das terras ocupadas na área onde se deu a pesquisa.

Esse tipo de transmissão, no entanto, neste caso, é apenas relativamente eficaz, pois obviamente, desprotegido pela lei. Assim, se por um lado a área onde se localizam as residências foi preservada por aqueles que conseguiram resistir na terra, a área de roça, criação de gado e campos comuns, foram paulatinamente tomadas por membros da sociedade envolvente a partir da apresentação de títulos como sentenças de usucapião, escrituras de compra e venda, certidões do registro de imóveis e formais de partilha, em situações que foram expostas nos itens 1.5 e 1.6 deste trabalho.

Outra prática reiterada e cujo significado remete à importância dada à terra é o ato de retornar para morrer nela. O fato de ter o umbigo enterrado em determinada localidade faz com que os moradores de Morro Alto que eventualmente morem em Porto Alegre, Capão ou Osório, voltem quando já estão velhos. Além da perspectiva econômica, pois geralmente eles retornam com uma aposentadoria conquistada com o traba-

<sup>775</sup> Houve uma fala que relatou o enterro do umbigo na entrada de uma porteira, onde o gado passa.

lho em hotéis ou como maquinistas, no caso dos homens, e, assim, garantem o sustento de várias pessoas de suas parentelas, existe o aspecto simbólico.

Cíntia – Mas nós estávamos falando dos seus irmãos, D. Ângela. Onde viveu a Olga?

Ângela – Lá no Canto, lá ela faleceu com dez meses de vida.

Cíntia – E a Lúcia?

Ângela – Durou 50 anos.

Cíntia – Onde ela viveu?

Ângela – Em Porto Alegre.

Cíntia – Nasceu aqui?

Rosa – Moravam lá, nasceram aqui, foram pra Porto Alegre, daí veio, morreram aqui também. É eles nasceram aqui né, aí quando ficaram moço casaram e foram trabalhá, e casaram e ficaram em Porto Alegre, depois vieram pra cá de novo.<sup>776</sup>

Nem sempre nesse ir e vir a análise desse trânsito é verbalizada da maneira como Rosa expôs. Ela surge com o contar da história de um personagem que luta e busca emprego fora da comunidade e volta para ser enterrado ali. Foi esse o recurso narrativo utilizado por D. Maria, filha de Felipe,<sup>777</sup> que nasceu em Aguapés mas foi “criado” por um fazendeiro branco que o deixou sem um tostão aos 60 anos de idade. Através da epopéia de Felipe que percorreu o litoral, saindo de Aguapés, Palmares, passando por Tramandaí e pedindo para ser enterrado em Aguapés “ao pé da cruz de ferro do cemitério”<sup>778</sup> é possível ilustrar um dos casos nos quais as pessoas pediram para retornar à comunidade de Morro Alto no momento de morrer (ver Fotos 9 e 10, do anexo no final do capítulo).

Um exemplo de como é operada a transmissão das terras a partir de marcos espaciais de memória, no interior da comunidade, pode ser descrito a partir da história familiar do falecido Sr. Ildo Fortes, começando por suas bisavós. Marcelina Cristina Marques,<sup>779</sup> nascida em 06/01/1852 foi escrava. Sua proprietária foi Maria Bernarda Marques. Marcelina casou-se com Bibiano Felizardo Fortes com o qual teve vários filhos, dentre eles Cipriana Marcelina,<sup>780</sup> Anacleto Bibiano Fortes<sup>781</sup> e André Marcelino Fortes,<sup>782</sup> este nasceu em 22/05/1875. Marcelina morreu em 1923.<sup>783</sup>

---

<sup>776</sup> Entrevista dada por dona Ângela Reginalda da Silva na Barranceira em 19/10/2001, para Cíntia Müller, Mariana Fernandes e Rodrigo Weimer.

<sup>777</sup> Felipe, por sua vez, foi o filho de uma escrava, Silvana, que viveu na área de Morro Alto. Embora nascido forro, Felipe foi “criado” por uma família branca.

<sup>778</sup> A partir dessa entrevista ficamos sabendo que o cemitério de Aguapés passou por uma “reforma” que retirou a cruz de ferro. Felipe justamente escolheu ser enterrado ali, pois além de seu umbigo estar enterrado em Aguapés, sua mãe já estava enterrada ao pé da mesma cruz. Se a cruz existia e foi “limpa” pode ficar a pergunta “qual destino foi dado às ossadas?”.

<sup>779</sup> Inscrito no Livro 2 de Batismo de Escravos de Conceição do Arroio – conforme microfilme registrado no Templo Mórmon de Canoas, 32/v.

<sup>780</sup> Conforme registrado no Arquivo da Cúria Diocesana de Osório, Livro de Batismo de Forros, fl. 31/v.

<sup>781</sup> Ibidem.

<sup>782</sup> Ibidem.

<sup>783</sup> Documento gentilmente cedido por Sr. Ildo Fortes.

Contemporânea de Marcelina foi Floriana, também escrava da mesma Maria Bernarda Marques. Floriana teve uma filha, Vicência Floriana Marques,<sup>784</sup> uma “escrava dos Marques”, nascida em 22/05/1879. Suas terras ficavam no Ribeirão, “no mesmo terreno” onde viveu seu neto Firmino.

André Marcelino Fortes casou-se com Vicência Floriana Marques. Juntos eles tiveram cerca de oito filhos: Firmino Vicente Fortes, Rosa Vicenza, João Vicente Fortes, Eufrázia da Rosa Fortes, Rosa, Lúcia Vicenza Fortes, Antônia Vicenza e Bibiano Vicente Fortes.

Através do que conseguimos acessar pelas narrativas das netas de Floriana e Marcelina, Eufrázia da Rosa Fortes, de 83 anos, Antônia Vicenza da Silva, de 86 anos e o bisneto falecido Ildo Fortes dos Santos, os filhos de Marcelina e Floriana moraram nas localidades chamadas Borba e Ribeirão. Segundo Eufrázia<sup>785</sup> que nasceu e se criou no Borba, os vizinhos mais antigos de sua família eram os irmãos de sua mãe, Vicência Floriana Marques. Assim, parece que no local chamado Borba realmente “nasceu do casamento” de André e Vicência.

Mas, como o costume de se enterrar os umbigos das crianças remonta à época dos escravos e também se busca preservar o “chão” e as árvores plantadas pelos antepassados, pudemos reconstruir a seguinte narrativa de uma cadeia de sucessão a partir da memória do Sr. Ildo Vicente Fortes e da reconstrução fotográfica.

Ildo – Então eu acho que era ali [a casa antiga do Ribeirão], só que esses outros pra cá, como a gente tá vendo aqui, que era os mesmo desses Marques também, mas só que os descendentes do senhor invés deles doar aquelas área, eles marcava: “Eu vou marcá tantas braças aqui pra ti” e pegavam um papelzinho lá e dava a escritura e tal.

Rodrigo – Ah, então era assim que faziam...

Ildo – Sim, então todos nós temos os documentos. Então foi feito isso aí. E aí eu tô, mesmo com a escritura na mão, o pessoal lá de baixo [fazendeiros que estão envolvidos em processos de expropriação<sup>786</sup>], do Borba, lá, vieram vindo, vieram vindo, vieram vindo, queriam ficar com a faixa pra baixo.

Rodrigo – Então do Ribeirão pra lá o pessoal recebeu esses papéis dos senhores.

Ildo – É esse aqui uma grande parte eu não cheguei a pegar documento disso aí, eu acho que deve estar até com vocês já, esse documento. Mas só que ele me falou que tem, tem nesse papel, uma declaração que foi doado, foi doado um quinhão aqui no Ribeirão, mas ninguém sabe o valor desse quinhão.

Rodrigo – Sim, mas depois o que o senhor falou, eu não entendi, o senhor pode explicar de novo. Que o senhor disse que depois desses herdeiros dos Marques pra cá como é que eles faziam.

Ildo – Pra gente sabe porque tem a escritura, eles davam a “escriturazinha”. Inclusive aqui no outro lado nessa parte que eu comprei, ali, o meu avô [André Marcelino Fortes] herdou ali naquela estrada de Floriana.<sup>787</sup> Floriana era a mãe de meu avô. Meu avô herdou

<sup>784</sup> Conforme registrado no Livro de Batismo de Forros, fl. 85/R, no Arquivo da Cúria Diocesana de Osório.

<sup>785</sup> Conforme questionário preenchido em 13/03/2002 e visita realizada em 26/10/2001.

<sup>786</sup> Principalmente, segundo documentos e narrativas, pessoas das famílias Medeiros e Milchareck.

<sup>787</sup> Como a mãe de André chamava-se Marcelina, é provável que o Sr. Ildo tenha se confundido. Porém, como a “Floriana, a Velha” era parteira ali na região e se costumava chamar a parteira, justamente, de “mãe”, a troca de nomes pode ser explicada. Floriana era avó materna de Ildo, Vicência Floriana, casada com André.

ali, parece que 9 braças, 10 braças, e o primo dele herdou também, porque parece que ela era solteirona, não sei. Aí dividiram, tocou 9 braças para cada um.

Rodrigo – Quem é que era solteirona?

Ildo – Essa, essa Floriana. Então essas 18 braças eu tenho a escritura dali. Tem um rapaz ali, tive olhando lá, tem as escrituras dessa Floriana. Agora eu não me lembro quem é que passou... foi esses Marques também que passaram.<sup>788</sup>



Foto do “chão da casa” de André Marcelino Fortes<sup>789</sup> e Vicência Floriana Marques e a laranjeira do casal. Este “chão” está localizado no Esteiral do Borba, próximo das margens da lagoa do Ramlhete. Ali estão enterrados os umbigos dos filhos de André e Vicência, dentre eles o de Firmino Vicente Fortes.

<sup>788</sup> Entrevista feita com Ildo Fortes dos Santos em Ribeirão, no dia 08/11/2001, por Cíntia Beatriz Müller, Cristian Jobi Salaini e Rodrigo de Azevedo Weimer, o conteúdo posto entre colchetes foi inserido após a entrevista com o objetivo de deixá-la mais clara.

<sup>789</sup> Foto feita por Cíntia Beatriz Müller durante pesquisa de campo na área de Morro Alto entre agosto de 2001 e abril de 2002, com autorização do Sr. Ildo Vicente Fortes.



Foto do Sr. Firmino Vicente Fortes (1903/1999) na janela de sua casa no Ribeirão. Ele era filho de André e Vicência (foto gentilmente cedida por seu filho Ildo, feita na década de 90).



Foto feita na década de 90 retratando o falecido Sr. Ildo Fortes dos Santos e seu falecido pai, o Sr. Firmino Vicente Fortes. A casa de Firmino encontra-se preservada e o umbigo do Sr. Ildo está enterrado naquele local. Foto gentilmente cedida pelo Sr. Ildo e feita na localidade de Ribeirão.





Casa do Sr. Firmino Vicente Fortes, mantida fechada pela família, ano de 2002, Ribeirão.<sup>790</sup>



Foto da parede da sala da casa do Sr. Firmino Vicente Fortes, mantida com os quadros de seus santos de devoção.<sup>791</sup>

<sup>790</sup> Foto feita por Cíntia Müller durante pesquisa de campo na área de Ribeirão, com autorização do Sr. Ildo Vicente Fortes.

<sup>791</sup> Foto feita por Cíntia Müller durante pesquisa de campo na área de Ribeirão, com autorização do Sr. Ildo Vicente Fortes.



Foto da cozinha da antiga residência do Sr. Firmino Vicente Fortes. O recipiente de detergente vazio, as folhas secas, o coador de café e o abridor de latas são alguns dos itens que podemos identificar e que estão mantidos no interior da casa fechada.



Foto da janela da sala da casa onde o Sr. Firmino recebia as pessoas e, por coincidência, de onde foi feita sua fotografia da janela.<sup>792</sup>

<sup>792</sup> Foto feita com autorização de Sr. Ildo Vicente Fortes por Isabelle Ruelland, aluna da Universidade de Quebec, Montreal, Canadá, durante pesquisa de campo em Morro Alto.



Esta fotografia é muito querida por nós, da equipe de pesquisa, pois foi feita em um dos últimos encontros que tivemos com o Sr. Ildo Vicente Fortes, que veio a falecer enquanto escrevamos esse trabalho. Ele solicitou à fotógrafa Isabelle Ruelland que tirasse seu retrato. Ficamos muito felizes ao perceber que Tainára, neta do Sr. Ildo, apareceu, meio escondida, na fotografia e pudemos ter uma espécie de “registro visual” de que a memória ancestral da família Fortes estava sendo transmitida aos seus descendentes, mesmo durante a ocasião, relativamente formal, da pesquisa de campo.

### 3.2.5 A paisagem do trabalho e suas transformações

O trabalho em Morro Alto encontra-se intimamente relacionado à terra. É da terra que se “come”, ou seja, é da terra que se obtém a subsistência e o excedente em espécie. Torna-se perceptível, em vários momentos da pesquisa, que o “pagamento” de serviços se dava através da comensalidade, como, por exemplo, o pagamento de promessas do Maçambique.<sup>793</sup> Assim, o trabalho constitutivo da paisagem de Morro Alto encontra-se dividido em dois momentos históricos que enfatizam distintas formas de relações de trabalho: o coletivo, remunerado através da comensalidade e da troca, e o individual, remunerado através do dinheiro. E, mesmo assim, há expectativa de se “comer dali”. A obrigação de um *dono da terra* é compartilhar o produto dela, seja das pedreiras, seja das “roças” com a família, quando isso é rompido provoca mal-estar:

Severina – É a bronca! Porque ali todo mundo podia trabalhar ali naquela pedreira, todo mundo criava seus filhos, todo mundo *comia e bebia ali*. Igual eles, porque eles não fazem outro serviço, é ali. Eu acho que ali dava de repartir entre a irmandade, né?!<sup>794</sup>

Para nos reportar à paisagem do trabalho é importante termos em mente as categorias de “sítio”, “roças” e “chácaras”, apresentadas anteriormente. Aliado a isso, devemos compreender que a construção do simbolismo da paisagem a partir da relação de trabalho se dá a partir da terra, pois “o processo de trabalho não reproduz apenas alimentos; ao longo dele também são reproduzidas idéias.”<sup>795</sup> Tais idéias, imbricadas no processo de trabalho da terra, podem nos mostrar parte da transformação ideológica pela qual a comunidade passou e está passando ao longo da ocupação da área de Morro Alto.

#### 3.2.5.1 O trabalho e a terra

A relação com a terra também se constrói através do trabalho. O dia-a-dia, o cotidiano na “roça” não é visto como uma forma de trabalho: é uma espécie de obrigação com a terra, pois ocupar a terra só tem sentido a partir de seu uso, a partir do momento em que a terra é capaz de fornecer alimentos para a família. Existe em Morro Alto a referência a dois momentos distintos neste “tempo do trabalho”: o “tempo antigo”, quando a solidariedade vicinal era mais forte, e o de “agora”, que é pautado pela preeminência de atividades individuais.

O “pixuru” é uma espécie de mutirão. Trata-se de uma prática em que se troca força de trabalho e sociabilidade. Ainda é utilizado em Morro Alto em algumas ocasiões especiais. Por exemplo, quando as reuniões da comunidade passaram a ocorrer no Clube Ribeirão, cuja sede encontra-se em ruínas em virtude de um desabamento, cogitou-se na possibilidade de que se fizesse um “pixuru” na comunidade a fim de que se erguesse um teto para melhor acomodar os participantes das reuniões. Além

<sup>793</sup> Ver a parte deste trabalho que trata especificamente do Maçambique.

<sup>794</sup> Entrevista com D. Severina, Rainha Ginga, feita em Osório no dia 22/12/2001, por Mariana Fernandes e Cíntia Müller.

<sup>795</sup> Woortmann; Woortmann, 1997, p. 192.

disso, o saudosismo e as referências aos “pixurus” de antigamente são uma referência constante sempre ressaltando que “naquele tempo” as pessoas se ajudavam mais, é o tempo “da amizade”.

Com a ausência de dinheiro no interior da comunidade as trocas de dias de trabalho eram algo comum. Isso além de refletir um modo de organização para a produção, deixa clara uma idéia do trabalho como algo que poderia ser trocado, como algo que ensejasse a interação social entre parentes e vizinhos. Essa troca, entretanto, não se dava com qualquer pessoa “de fora”, mas com pessoas nas quais se depositava a confiança da contrapartida, do contra dom, afinal “antigamente era tudo unido”.

Cíntia – Antigamente o pessoal se ajudava mais?

Antônia – Mais claro, antigamente era tudo unido, agora... é difícil.

Cíntia – Se fazia muito pixuru?

Antônia – Mais claro que fazia, o meu pai, meu pai, eu não conhecia minha mãe, ele me criou, [...]. Então eles fazia aquele pixuru.

Cíntia – Pra fazer o quê?

Antônia – Pra roça e depois pra termina a roça eles faziam baile, né? Era baile, era leitão assado, era galinha assada, né. Tudo unido se um precisava de alguma coisa *todo mundo ajudava*, né. Fazer uma roça ou uma casa, *agora não tem mais nada disso*.

Cíntia – E quem é que ajudava?

Antônia – Parente, vizinho.<sup>796</sup>

Essa lógica de trabalho pautada pela união, pela solidariedade e pela ajuda mútua dentro da comunidade sofreria impacto em dois momentos históricos distintos: o da construção das estradas e o do parcelamento da terra através do cercamento. E sobrevive, ainda hoje, nas relações solidárias de cooperação durante as colheitas da banana (ver seqüência de fotos da colheita da banana no anexo ao final do capítulo – Fotos 11, 12 e 13), mesmo que sejam laços que se estabeleçam entre parentelas extensas. As bananas podem ser colhidas a cada nove meses podendo oferecer várias safras por ano, dependendo do período e da quantidade de bananas colhidas em dado momento.

Mas não era apenas a força de trabalho que era empenhada como troca. As ferramentas e benfeitorias implantadas também foram compartilhadas. Os fornos, por exemplo, eram compartilhados: na localidade de Morro Alto, se compartilhava um forno de pão<sup>797</sup> da família da ex-escrava Eufrásia (ver Fotos 14 e 15); na Prainha, outra área próxima de Morro Alto e também habitada por remanescentes de ex-escravos, se compartilhou um forno de tijolos da antiga senzala dos Nunes da Silveira;<sup>798</sup> em Aguapés foi compartilhado um forno de açúcar;<sup>799</sup> e, no Ramalhete foi compartilhada a atafona de Manuel Inácio.<sup>800</sup>

<sup>796</sup> Entrevista dada por dona Antônia José de Jesus, 74 anos, no Esteiral do Borba em 08/11/2001, para Cíntia Müller, Cristian Salaini e Rodrigo Weimer.

<sup>797</sup> A fotografia da página seguinte foi feita por Cíntia Müller, em Morro Alto, com autorização de Manuel da Conceição Silveira.

<sup>798</sup> Conforme entrevista feita com Sr. Antônio “Neca”.

<sup>799</sup> Que hoje se encontra com a família de Sr. Sebastião da Rosa.

<sup>800</sup> Conforme entrevista realizada com dona Diva.

Com a construção da BR-59, por volta dos anos 40, estrada sobre a qual se assenta a BR-101, se inicia a transformação do modo como a comunidade de Morro Alto se relaciona com a terra e com as relações de emprego, que passam a ser estabelecidas com a sociedade branca, dentro de uma outra lógica.

Quanto à forma como a comunidade passa a se relacionar com a terra, o impacto se deu com o “corte” das propriedades, ou seja, o traçado do leito da estrada federal cindiu propriedades produzindo dois lugares: ou “este lado” ou o “outro” em relação às margens da BR-101. Isso redefiniu a paisagem e a forma como as pessoas passaram a se relacionar com suas próprias terras. Sem contar que a totalidade dos entrevistados residentes na margem da BR-101 não foram indenizados pela terra ocupada com o leito da própria estrada.

Alessandro – Mas o senhor tem terra só desse lado ou tem do outro?

Ermenegildo – Tem do outro.

Alessandro – Ah... tem do outro... na verdade a rodovia cortou ao meio...

Ermenegildo – Cortô ao meio.

Alessandro – Vocês receberam indenização?

Ermenegildo – *Não, ninguém foi... foi conversado mas o DNER não indenizou ninguém né...*

Alessandro – O senhor já morava aqui quando fizeram?

Ermenegildo – Já...<sup>801</sup>

Além desse dano provocado aos moradores da comunidade de Morro Alto e que se arrasta até hoje sem solução, a construção da BR também provocou danos irreparáveis à memória coletiva da comunidade que sempre manteve uma relação de proximidade com as casas antigas, do século passado, construídas todas de pedra e que ficavam na margem da atual rodovia. A casa de “Manduca Marques” (ver Foto 15, no anexo), por exemplo, foi destruída com máquinas tipo escavadeira e suas pedras aproveitadas para a terraplanagem da rodovia.

Este novo recorte dado às áreas ocupadas por pessoas da comunidade, em função da construção da BR-101, também viabilizou a expropriação das terras que ficavam do lado da estrada federal oposto ao morro onde concentraram-se as casas de moradia. Foi o que aconteceu com o Sr. Ildo e que o Sr. Ermenegildo tenta evitar afirmando que mesmo assim tem que tratar dos outros “com educação”. Ermenegildo reside em suas terras no lado da BR-101 oposto ao morro, que são as terras planas e mais valorizadas. O Sr. Ildo, por sua vez, perdeu dois hectares de terra e mora na beira do morro.

Após sucessivas derrotas judiciais, a comunidade passa a acreditar que, com relação ao sistema jurídico, advogados, juízes e promotores “vendem” seus serviços. Isso parece ser uma percepção do jurídico construída a partir do fato de que vários julgamentos averiguavam a existência de títulos de propriedade de terras naquela área, por documentos, coisa que os membros da comunidade negra não possuem, ou possuem em menor número. A posse negra se dá pela antiguidade, que não pode ser comprova-

---

<sup>801</sup> Entrevista dada pelo Sr. Ermenegildo Manuel da Silva, no Ribeirão em 08/09/2001, para Alessandro Gomes.

da apenas dentro dos moldes documentais, mas também pelo modo de ver a terra como sagrada porque remete diretamente à herança ancestral.

O surgimento da oferta de trabalho individualizado no âmbito da comunidade, antes de ser benéfico, trouxe um impacto às estruturas sociais de Morro Alto que repercutirá por gerações. Vários de nossos entrevistados trabalharam para as empreiteiras que se engajaram nas obras da BR-101.

Alessandro – O senhor faz o que, planta...

Ermenegildo – Planto...

Alessandro – O senhor é aposentado...

Ermenegildo – Sou, sou...

Alessandro – No que que o senhor trabalhava...

Ermenegildo – Operador de máquinas.

Alessandro – Nas estradas também... o senhor trabalhava na mesma área que o senhor Ildo?

Ermenegildo – Mesma área... *ele era do laboratório e eu da terraplanagem...*

Alessandro – Trabalhavam juntos?

Ermenegildo – Óia nessa construção, nessa rodovia aqui trabaíemo na mesma firma...

Alessandro – Qual era empresa...

Ermenegildo – *Sultepa*.<sup>802</sup>

Assim, com a contratação do trabalho local por agências externas à comunidade, iniciou o *branqueamento* das relações de trabalho. O dinheiro passou a circular pela comunidade de Morro Alto e além disso, passou-se a operar dentro de uma lógica de trabalho pessoal. A “roça” deixou de ser a única opção para os trabalhadores homens, a ela somou-se o trabalho nas próprias obras da BR-101 e em outras empresas envolvidas como, por exemplo, nas pedreiras. Esta individualização das relações de trabalho afetou as relações de solidariedade do grupo e marca a distinção entre o tempo de antigamente, “que era tudo unido” e o tempo presente, incompreensível e inaceitável para os mais velhos. A BR-101 atualmente já está incorporada ao cotidiano da comunidade (ver Foto 16 do anexo ao final do capítulo).

Atualmente, o trabalho nas pedreiras prossegue envolvendo algumas pessoas da própria comunidade, principalmente na localidade de Morro Alto. Este trabalho caracteriza-se por sua extrema penosidade. Antigamente envolveu como mão-de-obra pessoas dos dois sexos. Homens e mulheres entrevistados nos relataram terem quebrado pedras nas pedreiras de Morro Alto.

Existe, também, outras ocupações percebidas como *trabalho*. Podemos perceber que na comunidade de Morro Alto o *trabalho* é sinônimo de *emprego*, com carteira assinada. Já o trabalho da roça, por exemplo, é visto como um “afazer”, uma espécie de obrigação daquele que possui a terra. Listamos algumas categorias *profissionais* que foram referidas durante entrevistas em Morro Alto. Tais categorias obedecem um recorte de gênero, ou seja, são desempenhadas ou por homens, ou por mulheres.

---

<sup>802</sup> Entrevista dada pelo Sr. Ermenegildo Manuel da Silva e pelo Sr. Ildo Vicente Fortes, no Ribeirão em 08/09/2001, para Alessandro Gomes.

## O TRABALHO NA TERRA DE DOMÍNIO DE TERCEIROS.

“chacreiro”	Quem trabalha como “chacreiro” são os homens. Desempenhando a tarefa de manutenção e plantio nos sítios. Geralmente cultivam pequenas roças nos sítios cuja produção é apropriada pelo proprietário do sítio. O “chacreiro” recebe salário.
“agregado”	São pessoas que vivem “sobre o que é dos outros”, às vezes por gerações. Eles são transferidos dentro da propriedade de acordo com as necessidades dos patrões.
“posteiro”	É uma denominação antiga que sobrevive entre algumas pessoas que desempenharam a vida toda a função desta espécie de guardador de divisas. O “posteiro” <sup>803</sup> não percebe qualquer salário recebendo como forma de pagamento o “favor” de permanecer na terra. Permanecem nela por várias gerações e se vêem judicialmente despejados.

Nota: Estas *profissões* são desempenhadas por homens, porém as mulheres os acompanham, caso mudem de moradia, caso sejam chamadas para “ajudar” o marido.

O marido de dona Antônia desempenhava a função de “posteiro”, ele foi “criado” pela família para a qual trabalhava. Dona Antônia vive há mais de 56 anos na terra onde seu marido trabalhava e passou paulatinamente por um processo de exploração que teve início com sua força de trabalho. Assim, o desempenho desta que seria uma função de “posteiro” é interpretada como uma continuação do jugo escravista.

Cíntia – E assim D. Antônia, a senhora nunca ouviu falar de história de escravo aqui nessa região? Tinha antigamente, tinha...

Antônia – Claro que tinha. Eu não me lembro... *nós mesmos aqui somos escravos.*

Cíntia – Como é que é isso?

Antônia – Como é que eu vou te contá? Eu me casei e vim embora pra cá, no mesmo dia que me casei eu vim embora pra cá e daí eles trouxeram meu marido pra vir cuidar da fazenda. É. Depois quando [...] bastante, que tinha criação de porco, de ovelha, tudo quanto é coisa, ele morreu eu fiquei com os filho pequenininho, trabalhava pra eles passando fome.<sup>804</sup>

As categorias empregadas nas relações de trabalho também refletem como os negros da comunidade de Morro Alto se relacionam com as forças produtivas da sociedade envolvente. Neste universo a mulher considera que foi tão ou mais explorada que os homens, pois ela desempenhava o papel de doméstica, ora trabalhando na casa de proprietários de terras locais ou se deslocando até Capão e Osório no verão para trabalhar em “casa de família”. Quando o homem é um “chacreiro”, o proprietário do “sítio” geralmente faz uma certa pressão no sentido de que o mesmo leve a esposa para trabalhar

<sup>803</sup> “Entre os trabalhadores do campo, encontramos o negro realizando atividades de domador, criador, arrendatário, posteiro, campeiro, caseiro, alambrador, peão, capataz. [...] O aceno para a possibilidade de tornar-se pequeno proprietário é a forma de estímulo que o fazendeiro encontra para garantir o trabalho produtivo dentro da nova modalidade de relações” (Dalla Vecchia, 1993, p. 165).

<sup>804</sup> Entrevista dada por dona Antônia José de Jesus, no Esteiral do Borba em 08/11/2001, para Cíntia Müller, Cristian Salaini e Rodrigo Weimer.



na “casa” do “sítio”, tarefa ajustada entre as mulheres e paga “por fora”. Ou seja, sem carteira assinada e quaisquer benefícios sociais.

#### QUADRO DE PROFISSÕES REFERIDAS COMO SENDO DESEMPENHADAS POR MULHERES

“doméstica”	Esta expressão refere-se às mulheres que trabalham fazendo serviços gerais, em residências de Osório e Capão. Geralmente, referem-se àquelas mulheres com trabalho fixo, uma relação de emprego.
“cozinheira”	Profissão desempenhada por várias mulheres e que se diferencia da doméstica por se referir a uma mulher com uma certa especialização.
“trabalhar em casa de família”	Geralmente, diz respeito às mulheres que trabalham sazonalmente, no verão, nas casas de veranistas em Capão da Canoa. É um trabalho temporário, nos meses de dezembro até início de março.
“professora”	Esta profissão é a que confere maior grau de independência e status pessoal às mulheres que a desempenham. Trata-se de uma profissão vista com muito carinho pelas mulheres negras que a desempenham junto às redes municipais e estaduais de ensino, em cidades como Capão da Canoa, Maquiné, Osório e em Morro Alto.

O que esse quadro de profissões nos mostra é que a mulher negra está ocupada nas funções tradicionalmente a ela atribuída. Ser uma “nega da cozinha dos Marques”, antigos senhores da localidade, equivale no dizer de algumas pessoas, a desempenhar a função do que hoje seria uma empregada doméstica: “uma serviçal, varria a casa, varria o terreno, fazia a comida, depena galinha, era isso aí”. Porém, se por um lado as profissões femininas não se encontram diretamente ligadas à terra isso não quer dizer que elas não desempenhem papel ativo no cultivo de hortas de tempero, pequenos jardins e na “roça”. Porém essas atividades não são vistas como uma profissão mas, antes, como algo intrínseco ao papel de ser mulher, jovem ou adulta, um dever que não produz excedente mas “ajuda”.

### 3.2.6 Considerações finais: terra que nunca foi medida

“Morro Alto nunca foi medido”, “vocês não vão conseguir medir Morro Alto” e “existe uma maldição aqui, que ninguém vai medir Morro Alto”, foi-nos relatado por vários entrevistados. O final da maldição nos dizia que caso alguém o medisse “ele cairia”. Tais expressões não se referiam apenas à medição da área total denominada Morro Alto, mas também às definições e delimitações internas das áreas ocupadas. Uma tentativa de medição foi feita por volta da década de 20,<sup>805</sup> de acordo com informações

<sup>805</sup>Entrevista dada por dona Ângela Reginalda da Silva, sua prima Maria e seu irmão Sebastião, na Barranqueira em 19/10/2001, para Cíntia Müller, Mariana Fernandes e Rodrigo Weimer.

coletadas ela foi intentada pelo engenheiro João Osório e “parou em Morro Alto”.<sup>806</sup> No decorrer da pesquisa de campo essa sombra nos acompanhou e a busca do seu significado se revelou um tanto paradoxal.

Quando certas pessoas nos diziam que o Morro Alto nunca foi medido estava refletido no rosto delas uma espécie de vitória. Aquilo que não está delimitado, no papel, nem por isso não deixava de estar definido na memória. Enquanto Morro Alto não está medido ele se expande à medida que as famílias aumentam tendo braços em Capão da Canoa e Osório. Da mesma forma Morro Alto serve, ainda hoje, de ponto de confluência de negros vindos do Palmital, de Fortaleza em Cidreira, Passinhos, de Terra de Areia. Todos convergindo para a área de Morro Alto em função do incremento dos laços de parentesco ou de parentescos antigos, existentes entre pessoas destas áreas e que tinham Morro Alto como local de refúgio. Uma mulher roubada no Palmital, na década de 50-60, uma noiva trazida do Emboaba, em 1955, em Tramandaí, para se casar com um parente distante, pessoas que vinham de Terra de Areia em busca de trabalho e eram acolhidas em Morro Alto. Tais trânsitos se dão por trajetos já conhecidos desde os tempos da escravidão. No caso da noiva trazida do Emboaba, por exemplo, localizado na frente do Parque Marechal Osório, sua família fixou-se ali pois sua avó Felomena, escrava da cozinha, foi separada de suas irmãs que permaneceram escravas em Morro Alto. Com a abolição da escravidão Felomena veio a receber uma chácara de seus antigos senhores na qual faleceu, naquela localidade.

De certa forma, aquilo que não está medido não pode ser localizado, a indefinição de fronteiras para essa comunidade negra representou até dado momento histórico uma espécie de proteção, um refúgio. Porém, com a valorização da terras de Morro Alto, por volta da década de 50-60, com a abertura da BR-59 a comunidade passou a sofrer um forte processo de expropriação até desembocar no processo reivindicativo pelo qual passa hoje. “Só nós sabia que nós existia nesse território”, “sendo apertado pelos desonesto”,<sup>807</sup> essas foram as palavras empregadas pelo Sr. Ermenegildo, durante uma reunião para enfatizar a importância do trabalho referente à identificação da área como terras de quilombo. Ou seja, se Morro Alto nunca foi medido, neste momento histórico a medição representa uma forma de manter um espaço mínimo de sobrevivência de seus descendentes, de sua cultura e de seu estilo de vida.

Além disso, a referência a uma terra que nunca foi medida também traz em si a memória de uma terra sem limites internos. É bastante significativo o fato de que grande parte da área de Morro Alto é composta por faxinais, o Faxinal do Morro Alto ou o Faxinal do Ramallete que são expressões que remetem a uma terra de uso comum de acordo com a literatura sobre a matéria.<sup>808</sup>

Do ponto de vista econômico, em Morro Alto a terra adquire justamente esse valor de uso sendo percebida como algo que não pode ser vendida a qualquer um, a terra

<sup>806</sup> Essas informações foram transmitidas pelo Sr. Oscar Romão que não quis nos dar entrevista.

<sup>807</sup> Comentários feitos pelo Sr. Ermenegildo durante sua fala na reunião organizada no Ribeirão dia 16/03/2002.

<sup>808</sup> Almeida, 1987-1988.

serve para “se comer dela”, ela tem valor enquanto serve para que a família tire dela o seu sustento. É por isso que a posse é mais enfatizada do que a propriedade na percepção dos negros que estão desde longa data naquela área. Ou seja, é incompreensível, para a comunidade, porque alguém que vive em uma terra há gerações é capaz de perdê-la para um branco de fora da comunidade ou por um processo de usucapião. Afinal, como disse dona Joana,<sup>809</sup> “a minha geração veio da terra”, ou seja, criou-se dos produtos da “roça”, foram nutridos pela terra.

Mas esta classificação de valores, exposta acima, obedece a uma lógica de mercado. O valor que a terra tem está além disso, a terra representa um valor de sangue, ela auxilia na construção da subjetividade do indivíduo, afinal é nela que se enterra o umbigo ou onde o corpo “mora” após a morte.<sup>810</sup>

Cíntia – E aí da família de seu pai e de sua mãe, dos descendentes, tá todo mundo nesses terreno?

Beatriz – Todo mundo aqui, tá todo mundo, os irmão, os neto, o sangue deles tão tudo aqui, tão tudo aqui.<sup>811</sup>

O significado da terra transcende a discussão econômica do valor de mercado e está além das classificações de valor jurídico como posse e propriedade. A terra é um ser vivo que abriga o sangue daqueles que vivem nela e dos que viveram e cujo cultivo é uma espécie de compromisso que está além do trabalho, é uma necessidade. Tanto que o fracionamento da terra é visto como um “esquartejamento”, ou seja, a terra é um ser vivo, um corpo em interação com as pessoas que vivem sobre ele. E essa interação se dá no local de moradia ou de “parada,”<sup>812</sup> tanto que não se constrói sobre o chão das casas de pessoas negras falecidas, pois a moradia representa um local onde a alma da terra é capaz de emergir e se relacionar com as pessoas e onde a alma dos homens fica pela eternidade. Construir sobre um local desses é uma espécie de sacrilégio.

Assim, é da terra que se vive e se sobrevive, ela interage com os membros desta comunidade como construtora de uma subjetividade e essa relação é tão forte que a terra adquire o “status” de ente vivo, cujo fracionamento com cercas e aquisição da propriedade é vista como um sacrilégio que retalha, esfâcela, “esquarteja” o seu corpo, enfim, é como se, no sentido figurado, a cada recorte de propriedade que se faça no solo se matasse um pouco a terra.

O espaço de moradia e do trabalho pode ser definido como uma paisagem e possibilita compreender o quanto o sentimento e a vida das pessoas de Morro Alto se encontram escritos em um texto multidimensional que é, ao mesmo tempo, geográfico,

---

<sup>809</sup> Conversa informal com dona Joana, senhora com cerca de 70 anos em encontro após a reunião do dia 06/04/2002.

<sup>810</sup> Todas as vezes que falamos sobre o cemitério com dona Ângela ela sempre se referia a ele como “o local onde mora os mortos”.

<sup>811</sup> Entrevista dada por dona Beatriz, no Faxinal do Morro Alto em 26/02/2002, para Cíntia Müller e Mariana Fernandes. Essa entrevista foi-nos concedida com a finalidade de reconstruirmos a história da localidade do Faxinal do Morro Alto.

<sup>812</sup> Como o Sr. Manuel Chico insiste em se referir ao morar – “parar” de sua vida.

histórico e antropológico. A partir dessas várias dimensões da paisagem a delimitação de fronteiras geográficas se revelou como algo que, além de extremamente dependente da compreensão subjetiva da territorialidade, deixou clara a existência de áreas de interstícios entre os diversos núcleos que a compõem. Tais áreas são locais que, ao invés de representarem vazios como seriam lidos a partir de um ponto de vista etnocêntrico,<sup>813</sup> são áreas que possibilitariam a organização interna da própria comunidade, fornecendo um estoque de terras para a expansão familiar ou como marcadores de fronteiras internas entre alguns grupos.

Assim, a área delimitada além de englobar uma paisagem que não é necessariamente homogênea, se encontra carregada de valores muito importantes para o grupo negro que a ocupa. Neste momento ela representa, apenas, uma área de pleito emergente em um momento histórico determinado, pois este tipo de paisagem, com toda a sua dinâmica e com as várias dimensões, existe para além de Morro Alto.<sup>814</sup> Podemos encontrar pessoas negras, oriundas de Morro Alto, vivendo em Osório e em Capão da Canoa. Da mesma forma, a história de vida destas mesmas pessoas que saem de Morro Alto demonstra a vontade e a luta em recriar uma paisagem que lhes seja familiar nestes locais dando continuidade a uma história de resistência preservando, por exemplo, a prática do maçambique.

Considerando que há uma recorrência da categoria terreno no estudo de campo de Morro Alto, lembramos que a palavra “terreno” se originou a palavra “terreiro”.<sup>815</sup> A descrição de um “terreiro” pode ser sintetizada como o local que comporta associações organizadas em que, além de se renovar a adoração a entidades africanas, também, se cultuam os ancestrais. “Essas associações acham-se instaladas em roças que ocupam um determinado terreno, o ‘terreiro’”.<sup>816</sup> Comparativamente podemos afirmar que Morro Alto seria um imenso “terreiro” no qual se cultuam ancestrais e santos católicos, onde se pratica a roça e plantações que garantem a existência e a coesão do grupo familiar. Os costumes de habitação encontrados em Morro Alto guardam parâmetros de comparação com os descritos por Juana Elbein dos Santos<sup>817</sup> quando descreve a “terreira”:

Uma parte dos membros do “terreiro” habita no local ou nos arredores do mesmo, formando às vezes um bairro, um arraial ou um povoado. Outra parte de seus integrantes mora mais ou menos distantes daí, mas vem com certa regularidade e passa períodos mais ou menos prolongados no “terreiro” onde eles dispõem às vezes de uma casa ou, na maioria dos casos, de um quarto numa construção que se pode comparar a um “compound”. O vínculo que se estabelece entre os membros da comunidade não está em função de que

---

<sup>813</sup> Por exemplo, os funcionários do Serviço de Terras Públicas têm a percepção de que as terras que constituem a área de Morro Alto são “terras devolutas”, conclusão oriunda do fato de que as terras não possuem uma malha fundiária registrada em tal centro.

<sup>814</sup> O mesmo cuidado dedicado à preservação do “chão da casa dos pais”, por exemplo, é encontrado na Prainha.

<sup>815</sup> Santos, 2001, p. 32.

<sup>816</sup> Santos, 2001, p. 32.

<sup>817</sup> Santos, 2001, p. 32-33.

eles habitem num espaço preciso: os limites da sociedade egbé<sup>818</sup> não coincide com os limites físicos do “terreiro”. O “terreiro” ultrapassa os limites materiais (por assim dizer pólo de irradiação) para se projetar e permear a sociedade global.

Embora em Morro Alto não exista de forma explícita o culto aos orixás no qual Juana Santos afirma estar baseado o *égbe*, existe a devoção por santos católicos que são tão amados e adorados quantos os primeiros. Da mesma forma, na paisagem de Morro Alto também existe este deslocamento de filhos que retornam para as casas de seus pais e netos que passam a ser criados por avós, perpetuando a continuidade de ocupação. Dentro de um padrão comparativo, então é possível afirmar que os laços étnicos africanos são vivenciados no cotidiano da comunidade com atualizações, sendo que estes mesmos laços podem ser percebidos em outras localidades como, por exemplo, na Prainha.

Além disso, é impressionante como as pessoas que compõem bairros como do *Caravágio* em Osório e o de Santa Luzia em Capão da Canoa referem-se ao momento agonístico da saída de Morro Alto como um momento de dor. Trata-se da experiência de ter vivenciado uma parte da história na qual a paisagem de afeto restou tão transfigurada que seus símbolos passaram a representar algo que entrava em conflito com a compreensão subjetiva da paisagem cotidiana. A construção da estrada, a abertura de pedreiras, a usurpação das terras, são alguns fatores que contribuíram para a transfiguração desta paisagem amada e que levou as pessoas a refugiarem-se em outros locais nos quais Morro Alto é recriado, simbolicamente, em Osório e Capão da Canoa. Enfim, são os laços subjetivos e, principalmente, os laços afetivos que mantêm viva e atualizada a memória da comunidade de Morro Alto como uma localidade eminentemente negra.

---

<sup>818</sup> “Assim, o século XIX viu transportar, implantar e reformular no Brasil os elementos de um complexo cultural africano que se expressa atualmente através de associações bem organizadas, egbé, onde se mantém e se renova a adoração das entidades sobrenaturais, os orisa, e a dos ancestrais ilustres, égun” (Santos, 2001. p. 32).

### 3.2.7 Anexo fotográfico\*



Foto 1. Uma das várias pedreiras de Morro Alto instaladas em terras da comunidade.



Foto 2. Foto de uma roça de aipim na propriedade do Sr. Ermenegildo, na localidade de Ribeirão.

---

\* Nota: todas as fotografias apresentadas nesta seção, como todas as realizadas ao longo deste trabalho, foram feitas com autorização de uso por parte daqueles que nelas aparecem. As fotos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 11, 12 e 13 são de Isabelle Ruelland, aluna da Universidade de Montreal (Canadá), que participou com a equipe de Morro Alto na realização das fotografias. As fotos 6, 8, 9, 10, 14, 15 e 16 são de Cíntia Beatriz Müller, integrante da equipe de pesquisa de Morro Alto.



Foto 3. O Sr. Ermenegildo nos mostra um aipim do tipo "manteiga".



Foto 4. Aipim do tipo "roxo". Esta coloração aparece após se raspar um pouco a raiz do aipim.



*Foto 5. Plantação de cana da localidade de Morro Alto.*



*Foto 6. Bananeiras. Via de regra, as bananas são plantadas cobrindo trechos das encostas dos morros sendo um tipo de cultura praticada por grande número de moradores da área.*





*Foto 7. Foto do "jardim" de D. Lídia, na oportunidade que explicou para nós o que plantava em seu jardim, localizado em Ribeirão.*



*Foto 8. Abacateiro plantado por Olina Eufrásia, filha de Eufrásia, há mais de 50 anos, no antigo terreno de sua residência na localidade de Morro Alto.*



*Foto 9. Cemitério de Aguapés. Gerações de famílias negras estão enterradas neste local, inclusive ex-escravos, como Sr. Merêncio Jacinto Marques (1841–1941).*



*Foto 10.* Pôde-se perceber uma relativa preocupação com a manutenção do cemitério de Aguapés. Isso nos deixou apreensivos com relação à sua eficiência e à perda de referências históricas emblemáticas em relação a este cemitério especificamente, sempre indicado como um dos locais onde se enterravam as pessoas da comunidade negra de Morro Alto.



*Foto 11.* Este é o momento quando se colhe o cacho de banana. Para tanto, primeiro se corta a árvore e, depois, se corta o cacho. Uma pequena bananeira já pode ser percebida atrás do cacho colhido, é o “filhote”, como costumam chamá-la. Este bananal foi plantado pela mãe do rapaz que colhe a banana nesta foto, há quinze anos atrás.



*Foto 12.* Nesta foto o rapaz passa o cacho de banana para sua esposa que o colocará junto com os outros.



*Foto 13.* Ao final, carregar a banana colhida é tarefa que subentende-se que deve ser feita pelos homens em Morro Alto.



*Foto 14.* Ruínas do forno de pão utilizado por Eufrásia (nascida em 02 de setembro de 1861) no final do século passado. Este forno beneficiava várias famílias, pois o seu tamanho (cerca de 2 m de comprimento por 1,5 m de largura) permitia o uso por várias famílias ao mesmo tempo. Foto feita no Morro Alto, em abril de 2002.



Foto 15. Local onde, segundo D. Adiles Jesus da Silva, ficava a casa de “Manduca” Marques e que foi destruída para a construção da estrada. Foto feita na margem da BR-101 na localidade de Ribeirão, em 2002.



Foto 16. A relação de proximidade da comunidade com a estrada modificou o estilo de vida dos habitantes de Morro Alto, que já se acostumaram com a sua existência. Foto feita na margem da BR-101, na localidade de Ribeirão do Morro Alto.



## 4. Um direito a ser conquistado:<sup>819</sup> remanescentes de comunidades de quilombos

### 4.1 MEMÓRIA E IDENTIDADE: O QUILOMBOLA PELA HISTÓRIA VIVA

“A Lenda dos Nego é assim, é dificuldade desde a hora que eles nascem.”<sup>820</sup>

Na comunidade negra de Morro Alto, as memórias referidas à escravidão resguardam uma relação afirmativa com suas referências e categorias de identidade étnica. No decorrer da pesquisa, observamos que várias de suas produções simbólicas, entre as quais suas narrativas de expressão oral, evocam marcadamente o “tempo dos cativos”, o “tempo da escravatura”. As referências a esse tempo nos são trazidas por intermédio de ricas narrativas míticas, causos e lendas. Sabemos desde a perspectiva antropológica que este é um meio através do qual as comunidades estão falando sobre si mesmas, esclarecendo sobre as maneiras diversas de elaborar seus modos de ser e estar no mundo.

Concebendo o mito como história, Joana Overing explora muito bem a importância das concepções do tempo como valor variável na criação de uma historicidade em diferentes sociedades. Em muitas sociedades o gênero revelador das cosmologias é o mito, que é o meio delas abordarem questões referentes ao universo, ao modo de ser e se relacionar no mundo. Com a preocupação de quebrar preconceitos em relação ao mito, reconhecendo a sua historicidade, bem como a teoria e as práticas sociais que são constitutivas do mesmo, a autora aponta que é tarefa da antropologia compreender os julgamentos de conhecimentos feitos por pessoas que defendem expressamente premissas a respeito da existência do mundo que são diferentes daquelas teorias, materialistas, fundadas numa visão unitária da realidade.<sup>821</sup>

---

<sup>819</sup> Chamada do *folder* do Curso de Capacitação de Formadores em Políticas Públicas, realizado pela Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Estado do Rio Grande do Sul, para uma atuação junto às comunidades remanescentes de quilombos, outubro e novembro de 2000, Porto Alegre. Participou deste curso o atual presidente da Associação Rosa Osório Marques da Comunidade de Morro Alto, Wilson Marques da Rosa.

<sup>820</sup> Entrevista realizada com Diva Inácia Marques em 15/04/2002, por Miriam Chagas, Rodrigo Weimer e Mariana Fernandes.

<sup>821</sup> Overing afirma que a mitologia seria eminentemente de cunho social contrastando com as teorias do universo físico que pretendem ser a-sociais. Ela considera que a base de preconceito para com a mitologia/cosmologia reside justamente em despi-las de sua significação social, moral e histórica. A pressuposição de que o mito se opõe à história procede da inclusão no mundo real de apenas uma única realidade. Ao contrário, a autora propõe a relevância dos mitos, leia-se o sentido que assume muitas lendas e causos, aceitando que os modos de produção da história podem variar. Neste sentido, os eventos míticos não aparecem como irracionais ou falsos, mas compondo postulados sobre a realidade, uma teoria da existência. Overing, 1995.

Nessa direção, essa perspectiva que dá atenção ao modo com que os diferentes grupos sociais relacionam tempo, história e processo social, nos permite jogar luz sobre as narrativas míticas da comunidade negra em Morro Alto, também como fonte de expressão de sua historicidade atualizando os múltiplos significados sociais, históricos e morais do grupo. Assim, adotando esta postura de análise, estamos priorizando o modo como concebem sua própria percepção do processo social e com isso sua produção de historicidade.

Assim, valorizando a própria *leitura* da comunidade de Morro Alto, através do que atualiza sua cosmovisão, vemos o quanto ela enfatiza como matriz de relações, aquela emoldurada no tempo dos escravos, o tempo mítico. A explanação de dona Diva aponta nesta direção. Ela narra o seguinte:

A minha vó dizia assim: “Quando o menino Jesus nasceu, os escravos foram lá. Mas tem, um pretinho mesmo, no Santo Reis. Pode ver se não tem um [...] Então ela dizia: Foram visitar, por isso eles brigam com nós, por causa dessa coroa, mas quem é que tem culpa de Deus entregar, Jesus. [...] Eles chegaram cantando, rezando, para nossa senhora o nascimento de Cristo. Aí Nossa Senhora do Rosário botou a coroa na cabeça deles, do rei e da rainha, e deu a bandeira.” Assim minha vó contava. E foi aonde nós temos a bandeira da Nossa Senhora do Rosário. E a Coroa. E quando eles [os brancos] chegaram, os nego tava com a coroa na cabeça e a bandeira na mão. E aonde vem briga a vida toda. Mas ninguém tem culpa do começo do mundo [...] Eles tão fazendo toda vida, enquanto existir o mundo eles não vão parar de brigar por causa dessa coroa, mas ninguém tem culpa de Nossa Senhora dá a coroa para os pretos.<sup>822</sup>

Esta senhora, depois de explicar a origem dos atuais conflitos com os brancos em função da devoção à Nossa Senhora do Rosário, complementa sua teoria das relações estabelecidas com o seguinte:

No começo do mundo. Decerto ela [Nossa Senhora do Rosário], sabia que os negros iam sofrer muito, passar muito trabalho, então já colocou aquela bandeira. Eles sofrem, os negros sofrem que nem Jesus sofreu na cruz. Tá passando todo dia. Todo mundo vê aí o que Jesus passou. Os negros sofrem igual. Qualquer um atira para lá. Sofrem, os *negros sofrem eles não tem direito de nada*.<sup>823</sup>

Do tempo do “começo do mundo”, que os conecta à escravidão, vem o sofrimento, o “passar trabalho”, uma origem comum presumida, de ser visto como não tendo direito a nada. A memória desse tempo aponta sempre para uma supressão de direitos sobre a própria vida e destino. O Sr. Manoel Francisco questiona:

A *família da gente*, a senhora sabe, *perdemos sempre*. A minha vó contava, que eles queria desafiar o senhor: – “*Ô nega, tu cria essa guria que eu quero pra mim*”. Era assim. Era! Era

<sup>822</sup> Entrevista com Diva Inácia Marques em Osório, no dia 15/04/2002, realizada por Miriam Chagas, Rodrigo Weimer e Mariana Fernandes.

<sup>823</sup> Entrevista com Diva Inácia Marques em Osório, no dia 15/04/2002, realizada por Miriam Chagas, Rodrigo Weimer e Mariana Fernandes.

dele, quer dizer que quando ela era moça ele levava pro senhor que ela tava criada. A senhora, a senhora, já viu? Era uma falta de fé. Devia ser um comunismo, né? Devia ser mesmo não? *Que aí não tinha dono.*<sup>824</sup>

A leitura dessa situação faz emergir uma imagem de si mesmo, “a família da gente”, como sempre em desvantagem em relação ao outro que nos leva a “perder sempre”. Diva apresenta a mesma leitura ao nos dizer em tom categórico: “de onde tu viu nego ter terra?”<sup>825</sup>

A terra “nunca entregue” é pela constatação mesma de que aos negros lhes é negado o direito, foi o que ouvimos já nas primeiras idas à comunidade de Morro Alto, quando o octogenário Manoel Francisco Antonio introduziu o assunto sobre a terra legada por Rosa Osório Marques, dizendo o seguinte:

Era gado, mato e campo. Não entregaram nada. Quer dizer, o que eles ficaram, ficaram com tudo [os parentes de Rosa]. Não disseram nada [sobre o testamento] A pessoa coitada nem podia.<sup>826</sup>

Presente à conversa, Aurora Conceição, 92 anos, prontamente conclui:

E se nós soubéssemos, o meu pai [Merêncio]. Depois eles tinham medo né. *Tinha medo, proque eles eram que nem cachorro.* Com o perdão da palavra *nego não valia nada.*<sup>827</sup>

O complexo de significações produzidas por esta memória herdada faz dos “tempos dos antigos” um fundamento de sua teoria de existência. A qualidade das relações desde ali estabelecidas repercute na definição atual do que se descreve como a base histórica da produção de sua desvantagem social.

A colocação mais ouvida, que sintetiza tantas outras, é aquela emblemática: “nego era tratado como bicho”. A dimensão e os desdobramentos dessa desqualificação, do próprio estatuto de humanidade, é esclarecido por Manoel Francisco Antonio, que volta ao tempo dizendo o seguinte:

Naquele tempo, nego não podia falar mesmo, não podia. A gente, fazer o povo [...] Hoje se é hoje, o pessoal coitado, sem estudo, sem nada, eram cativo, eram cativo [...] *matava, atirava lá no chão e pronto.*<sup>828</sup>

Revive-se dolorosamente aquelas condições postas pela sociedade escravocrata quando se emparelha situações recentes vividas pelos escravos. Neste ponto, percebemos que, mesmo dentro de um contexto de pesquisa que aponta para a possibilidade

---

<sup>824</sup> Entrevista com Manoel Francisco Antonio em Morro Alto, no dia 23/03/2002, realizada por Miriam Chagas, Rodrigo Weimer e Mariana Fernandes.

<sup>825</sup> Entrevista com Diva Inácia Marques, em Osório, no dia 12/04/2002, realizada por Miriam Chagas, Rodrigo Weimer e Mariana Fernandes.

<sup>826</sup> Entrevista com Manoel Francisco Antonio, Aurora Conceição Silveira, Guilherme Francisco Antonio, Manoel da Conceição Silveira, em Morro Alto, no dia 13/09/2001, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira.

<sup>827</sup> Entrevista com Manoel Francisco Antonio, Aurora Conceição Silveira, Guilherme Francisco Antonio, Manoel da Conceição Silveira, em Morro Alto, no dia 13/09/2001, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira.

de reconhecimento jurídico desta experiência, para muitas pessoas da comunidade falar sobre o sofrimento, a escravidão, gera muita tristeza e desconfiança. A exposição pública destas lembranças, tidas sob o resguardo respeitoso do sofrimento humano, muitas vezes, são evitadas. Dona Joana chega a dizer que não se deveria abordar esse assunto do modo como tem passado na televisão, como querendo nos dizer que esse não seria o modo apropriado de abordagem. Nesta direção, também dona Aurora nos adverte e aconselha que o trabalho para o reconhecimento deste imenso sofrimento humano tem sentido divino, pois somente as pessoas que sentem a dor do seu próximo, como se fosse a sua, estariam preparadas a fazê-lo.

As imagens desse tempo passado representam a necessidade de reafirmar a superação da enorme dor e ameaça sobre suas vidas que relembra a experiência da escravidão, de tal modo que falar sobre o sofrimento dos escravos também é buscar conforto na palavra do mais velho de que esse tempo não virá a se repetir.

Dona Diva relembra as palavras de sua avó dizendo o seguinte:

Ela dizia assim: –“Ah se tu fosse escrava tu ia vê!” Aí eu disse: –“O que é que eles faziam?” Eu tinha oito ou nove anos. Daí eu dizia: – “Eu vou então para a casa do pai”. “Não. Ninguém vai dá em ti aqui. A vó tá contando uma estória que já passou. *Agora não vai acontecer mais*”. Aí eu ficava ali, né? Mas era verdade mesmo. Essas coisas que tá passando é verdade mesmo verdadeira.<sup>829</sup>

Diante da ênfase nessa “verdade mesmo verdadeira”, de fatos que mostram que a liberdade era sentida como precária e que a violência era também sentida como possibilidade, também chega-se a indagar se o tempo da escravidão não poderia voltar, como fez a filha de criação do Sr. Ramão, após esse ter relatado os sofrimentos dos escravos. O Sr. Ramão a tranqüiliza dizendo que não.

Não é de se surpreender com essa preocupação quando a comunidade nos conta que até muito pouco tempo atrás – calculam cerca de vinte anos –, os bailes em Morro Alto eram separados com uma corda, negro não podia estar no mesmo espaço que o branco. Assim, também falar dessa desagregação revela-se como um contínuo dilema em suas vidas: desde o “tempo dos cativos”, seguem sendo alvo de preconceito, de desqualificações da sua própria condição de humanidade.<sup>830</sup>

Neste contexto, ainda hoje são lembradas experiências como as de dona Ercília Marques da Rosa, neta da herdeira Felisberta, que nos disse com satisfação que na sua trajetória de vida foi “tratada como gente” na casa dos Melo.<sup>831</sup> Mas é a mesma dona Ercília a relatar experiências em que foi discriminada por ser negra. Isso ocorreu quando foi convidada a batizar uma criança branca, ao que recebeu grande resistência de um membro da família da criança por ser negra. Em outro momento, quando da sua

<sup>828</sup> Entrevista com Manoel Francisco Antonio, em Morro Alto, no dia 23/03/2002, realizada por Miriam Chagas.

<sup>829</sup> Entrevista com Diva Inácia Marques, em Osório, no dia 15/04/2002, realizada por Miriam Chagas, Rodrigo Weimer e Mariana Fernandes.

<sup>830</sup> Ver a análise feita por Cláudia Fonseca e Andréa Cardarello (1999) em artigo.

<sup>831</sup> Ela trabalhou nesta residência, em Bananeiras, dos 18 anos aos 33 anos, quando saiu para se casar, em 1954.

participação política,<sup>832</sup> acusaram: “tudo o que está ocorrendo é por causa daquela negra, não tinha nada que ir falar na prefeitura”.<sup>833</sup>

Outra senhora, dona Joana, relata com sentimento que, em 1953, se candidatou a um emprego na fábrica da Neugebauer, e lhe disseram diretamente que não poderia trabalhar por ser negra.

O componente que envolve o sentimento de humilhação, em que nada é feito para mudar a situação, é reforçado por Joana quando ela fala do que espera com o trabalho que está sendo feito com vistas ao reconhecimento de seus direitos constitucionais. Ela diz:

Ah, demais. Eu acho que tem que fazer, alguém tinha que fazer alguma coisa. Já que vocês como jovens, estudiosos, estão estudando, vocês tem uma vida pela frente. Podem fazer muito. *Por que ninguém fez nada [...] que algo com vai ficar para os meus que estão aí. Eu quero isso pros meus que ainda virão.*<sup>834</sup>

Assim, para falar de tudo isso, volta-se ao tempo dos escravos, o tempo que é associado ao “tempo brabo”. Perguntamos para o Sr. Ramão Maria da Silva, 93 anos, por que “brabo”. Ele diz o seguinte:

Ramão – Era brabo porque os pobres dos escravo trabalhavam muito [...] não tinha chuva nem sol, pra trabalha na lavoura... um tempo rico, criação aí nessa faxinha... aí era criado que nem bicho do mato...

Maria – Como é que o senhor fala que o nosso vô ia... caçava com cachorro os gado, os boi, lembra que o senhor falou isso para mim?

Ramão – Até 14 cachorros, diz que ele ia carregando... gado brabo, ele devia caçá bem no mato, então de noite é que eles saiam, então de noite é que os escravos iam pegar aquela carne lá, trazer pros brancos... e se não matavam a tiro como veado, botava os cachorro e esperava na... e tocava fogo.<sup>835</sup>

Maria de Lurdes Terra Rodrigues, de Aguapés, também se refere à escravidão dizendo o seguinte:

Ah, isso aí ela diz que *era muito brabo*. Eles agarravam as pessoas, eram vendido por, pela perna, né. Se tivesse a perna fina valia dinheiro, era trabalhador. Mas se fosse um moreno da perna grossa... Não pagavam nada, dava mixaria.<sup>836</sup>

Maria de Lurdes segue exemplificando a ruindade dos senhores, através do comportamento de Machado, filho do outro senhor, referido como *Machado Véio*.

<sup>832</sup> Em 1985, quando fez um discurso em Osório, no palanque da prefeitura.

<sup>833</sup> Entrevista com Ercília Marques da Rosa e Wilson Marques da Rosa, no dia 13/09/2002, realizada por Miriam Chagas, Rodrigo Weimer e Cláudia Fonseca.

<sup>834</sup> Entrevista com Joana Gomes de Carvalho, em Aguapés, no dia 15/04/2002, realizada por Miriam Chagas, Rodrigo Weimer e Maria Fernandes.

<sup>835</sup> Entrevista com Ramão Maria da Silva e Maria Inácia da Silva, no Morro Alto, no dia 23/11/2001, realizada por Daisy Barcellos, Miriam Chagas e Rodrigo Weimer.

<sup>836</sup> Entrevista com Maria de Lurdes Terra Rodrigues, em Aguapés, no dia 18/01/2002, realizada por Miriam Chagas, Rodrigo Weimer e Mariana Fernandes.

Maria de Lurdes – Pois era esse que fazia. Que judiava dos outros. As pessoas quando dava essa chubarada, o campo cheio de água, iam pescar, aí meu Deus do Céu, não podiam pescar. Uma vez entrou um, foi lá, diz que chegou, já tinha meio saco de peixe. Quando viu, ele viu e veio. Chegou lá e diz: “agora vou te matar”. O homem subiu numa árvore, os cachorros atrás. Os cachorros tavam para pegar o homem. Aí ele disse: “desce daí, nego. Desce daí nego que hoje tu vai me pagar”. O nego vinha descendo. Diz que quando ia botar o pé no chão, ele gritava: “Pega!” Os cachorros saltavam. Aí o nego, diz que judiou muito desse negro. Depois no fim, garrô o saco de peixe, tirou tudo fora e mandou o negro se mandar. *Era muito ruim.*<sup>837</sup>

Sebastião de Souza também reforça essa narrativa das maldades perpetradas pelo Machado:

Ele pegava, tinha um cachorro que tinha o nome de “lobo”, entrava no campo e aticava o cachorro, [dizia] “desce nego!” Quando o nego vinha... “pega lobo!”<sup>838</sup>

Essas atitudes de “ruindade” seguem sendo associadas ao tempo da escravidão, tanto que Maria de Lurdes, ao ser perguntada por que o Machado era tão ruim, não deixa de evocar a escravidão para estabelecer sua correlação:

Porque os nego naquele tempo eram escravo, né? Decerto eles achavam que não podiam fazer, entrar em qualquer canto, né?

Entre os inúmeros casos de “malvadeza” praticadas pelos senhores, temos aqueles narrados por Sebastião Souza da Rosa. Ele relata o seguinte: “o senhor mau”, Bernardino Coelho, “dava uma novilha para deixar dar um guascaço”. Também Manuel da Conceição lembra sobre o comportamento dele após a abolição. Ele era morador no Faxinal do Morro Alto:

Mas daí fala do *Faxinal do Morro Alto*... pois daí é faxina... Esse aí é o trilho da negrada, pois esse Coelho que tinha uma perna só... que ele dava mil réis para dar um guascaço, ele pagava o cara para dar um guascaço, porque ele dava o guascaço mais forte, de relhador... Bernardino Coelho... ele mesmo que dava [...] Oferecia dois mil réis para agüentar um guascaço que ele dava... com relhador... soitera trançado com coró de boi... Eu sabia o que a mãe contava... ele ia lá na casa da mãe... *Quando eles viam o Coelho eles corria pro mato porque tinham medo... do homem*: – “Tu qué apanhar um laçasso negro?” – chamava “dêgo” – “eu te dô 5 mil réis pra te dá um laçasso”... e daí quem queria... o dinheiro era pouco... mas era difícil de agüentar o guascaço. *Ele dava, tirava o coró das costas.*<sup>839</sup>

Esse relato novamente enfatiza que o jogo proposto pelo “mau senhor” era “tratar” os negros como se fossem bichos, lhes tirando “o couro” das costas. Esse tipo de

<sup>837</sup> Entrevista com Maria de Lurdes Terra Rodrigues, em Aguapés, no dia 18/01/2002, realizada por Miriam Chagas, Rodrigo Weimer e Mariana Fernandes.

<sup>838</sup> Entrevista com Sebastião de Souza, após reunião da Associação Rosa Osório Marques, no Clube Ribeirão, no dia 02/03/2002, realizada por Miriam Chagas, Daisy Barcellos e Cristian Salaini.

<sup>839</sup> Relato de Manoel Conceição da Silveira, 02/03/2003.

humilhação pública, que busca reduzir o outro à condição de animalidade, é uma marca das histórias das malvezas dos senhores. Vejamos:

Sebastião – O falecido tio Marinho, o vovô [contava]. Então aqui nos Quadros, ali, diz que era bem malvado, que tinha um negro que fazia uma canoa, os dos Marques daqui comiam na mesa e os dos Quadros comiam no cocho de porco. Faziam um cocho e colocavam tudo pros negros come ali... E aí meninas, o cara foi fazendo uma canoa assim, aí chegou e disse: “Vem cá! O que aquele cara tá fazendo ao, hein?” [uma pessoa perguntando a um terceiro, feitor] [Feitor]: “E vai pro cocho, vai pro cocho”. Aí diz ele [o escravo] “não, não”, aí o cara chegou, “vem cá almoçar nego”. “Não eu não sou porco para comer em cocho”. “O que? Não? Aí ele pegou e disse: “Tu não é negro pra comê em cocho? Tu vai lá e pega uma novilha”. O cara era malvado, né. – “Pega uma novilha daquelas gorda lá, traz, e mata e dá para ele comer tudo a base de laço.” E aí o cara foi lá né, trouxe a novilha. Aí diz a mulher [seu Sebastião sussurra como quem conta um segredo, bem baixinho]: “Aqui, ó, vão te mata a pau e laço, pra ti comê tudo assim”. [o escravo respondeu] “Ah, é!” A canoinha dele ali, né, ele atravessou a lagoa dos Quadros aqui pra Barra do João Pedro aqui né, a canoinha dele tinha remo de voga que os negro faziam, diz que ele pegô e aí dessa foi-se, a hora em que eles pegaram em avisar, aí o outro já não podia fazer mais nada. Já até cruzou tudo. Aí o negro diz que chegou, pego a canoinha dele e, em dois né. *Os outros negro viram, mais não disseram nada.* Aí o senhor tá: – “Vem cá ô negro. Onde é que tá?” – “O negro escapou”. Aí bem na Lagoa dos Quadros – “Acho que é ele que vai lá, sai cada quatro com a canoa aqui, o remo de voga que nós chegamos junto”. E agarraram e pegaram quatro e ele com o laço pra laçá o negro. E esse negro veio, guria do céu, quando chegou ali. “Ah, é agora que eu vou me danar, é não adianta”. Não adianta porque eles estavam muito em cima. Quando ele tava quase chegando aqui, aí ele escapou.<sup>840</sup>

A continuação dessas maldades, destituidoras do ser visto *como gente*, realizava-se paradigmaticamente pelas mãos de um dos descendentes dos senhores, de nome Machado. Ouvindo as várias *estórias* das *maldades* feitas pelo Machado, observamos que a comunidade as relaciona com outra história ocorrida com o pai daquele que muito “queria um negro para domar” e que acabou morto por um escravo.

Esta narrativa é exemplar das representações da comunidade sobre como as relações de alteridade são concebidas em Morro Alto, em função de eventos ocorridos no “tempo brabo”. Servindo esses acontecimentos ao entendimento da condição que vivem no presente, ressalta-se que, toda vez em que estão falando sobre sua memória da escravidão, os *guardadores da memória* recorrentemente narram esta história que se refere ao pai do Machado.

Maria Inácia pede a Ramão que conte a história do pai do Machado.

Ramão – Ele saiu daqui... tinha um negro muito... desses altos... não podiam com esse. Davam laço, naquele tempo os pobre dos negro apanhavam, davam laço no negro, mas o negro nunca se dobrou... aí o senhor, esse tal do pai do Machado que se mudou pra Cima da Serra... e ia levar o negro para *amansar*... e chegou lá, volta e meia pobre do negro tava na corda... dando banho de manhã cedo na água fria... mas quando foi um dia tava tirando leite, tiravam lei-

<sup>840</sup> Entrevista com Sebastião Souza da Rosa, Ângela e Maria, na Barranceira, no dia 19/10/2001, realizada por Rodrigo Weimer, Cíntia Müller e Mariana Fernandes.

te... queijo... aí tinha uma vaca só dele tomar o leite dele, esse senhor. Aí diz que o pobre do homem tava tomando o leite dele, tomando leite da... um negro desse chegou e tocou uma vara de porteira na cabeça e foi miolo pra tudo que é lado... *meu vô sempre contava que não sabe o que fizeram com esse negro, que matou ele.*<sup>841</sup>

Logo em seguida ao relato, Maria Inácia salienta:

Então, daí, o Machado, esse que morava aqui, tinha muita raiva de negro sabe, isso aí ele [Ramão] alcançou porque ele conheceu o Machado, tinha muita raiva de negro, porque foi um negro que matou o pai dele, então ele tinha horror a negro. O Machado mesmo.

Prontamente Ramão complementa:

Em todo o lugar que ele ia que tivesse farra e tivesse negro: tá boa a farra seu Machado? Não, eu não gostei mode que tinha muito negro. *Não gosto de negro.* Isso eu ouvi ele dizer ainda numa festa.

O *olhar* depreciativo do *outro*, o “horror a negro”, face a face, como uma experiência de alteridade radical. Nesta direção, quando apresentam esta situação de confrontação, no caso do pai do Machado, sua narrativa lembra sobremaneira expressões que referiam o escravo como um “bicho” a ser “amansado” e “domado”. Após uma reunião da Associação da comunidade, tivemos a oportunidade de ouvir Manoel da Conceição e Sebastião de Souza da Rosa narrarem novamente essa história.

Manoel – O nego matou... diz que eles compraram aquele negão que não tinha nada que resistisse... dormia até meio-dia... e tinha que levantar cedo... um dia pegaram o nego pra ajudar tirar leite, aí o nego disse... todo dia o nego tirava leite numa guampa e o pai do Maneca Machado bebia o leite, tirava dava pro senhor... e diz que o negro agarrou e diz: “Hoje eu vou matá esse Zinho... porque é muito marrado!”; diz que garrô as costas, o nego tirô a guampa de leite deu pra ele a hora e na hora que virou as costas pra tomá, o nego pegô a vara da porteira e bateu na cabeça e o sinhô caiu né... aí diz que ele chegou: “me faz um café e uma paçoca que eu matei o sinhô e vou mi embora... *vou meter o pé no mundo!*”; diz que aquelas nega choravam tudo por causa do sinhô. “Vocês choram que eu mato vocês também!”, e pegou aquela mala de paçoca e diz que *nunca mais acharam ele...*<sup>842</sup>

Logo ao término da narrativa de Manoel, Sebastião inicia seu relato:

Meu avô contava: “Alevanta nego”. Pegava um balde de água fria e... pá na cama do nego... “eu tenho um *nego meio rebelde*”. “Me vende esse nego que eu gosto de nego rebelde”. “Mas esse é bandido!” “Esse que eu quero, vou domar ele”. Todo dia o nego tava dormindo e tacava o balde em cima do nego... e pegava a vaca para tirar o leite quando o véio chegô assim: “Negó, como é que é?” Vaca barrosa, barrosa, o leite é forte e gordo... ele

<sup>841</sup> Entrevista com Ramão Maria da Silva e Maria Inácia da Silva, em Morro Alto, no dia 23/11/2001, realizada por Daisy Barcellos, Miriam Chagas e Rodrigo Weimer.

<sup>842</sup> Relato dado após reunião da Associação Rosa Osório Marques, em 02/03/2002, realizada por Daisy Barcellos, Miriam Chagas e Cristian Salaini. Vários membros da comunidade estavam presentes.



pegou o leite... foi lá e pegou o pau da porteira... pá no lado do ouvido! Chegou lá tava as nega na senzala lá... e a véia tava dormindo... a sinhá... e chegou: “outro cafezinho! Mas e o sinhô? Sinhô não, é eu... quero café com paçoca, tudo que é do sinhô bota aqui senão vocês vão morrer também! Cadê o sinhô? O sinhô tá morto!” Comeu café com paçoca bem descansado... e aí chegou a D. Clara, era Clara o nome dela... e o nego: “Cadê o dinheiro? Não, não tem dinheiro, só tem dois... não tem mais dinheiro, e o Zinho? Zinho já não tem, agora o sinhô sou eu!”; pegou o dinheiro e foi para Palmares... *sumia! O de Palmares vinha para Aguapés e sumia, o daqui ia pra lá e sumia... faziam arte lá, fugia pra cá, trocava o daqui ia pra lá... o mesmo negro...*

[Wilson Marques complementa] Esse Machado é o mesmo Machado que não passou as terras pros negros.

A expressão da malvadeza do senhor, aqui representa-se simbolicamente no ato do escravo de tomar o lugar do senhor após matá-lo. Como se para enfrentá-lo tivesse ele que assumir a caricatura do senhor nos seus atributos de *ruindade* e *malvadeza*, da desvalidação do outro ao tirar-lhe a própria vida. Então, nesse caso, a obstinação do senhor em amansá-lo enquanto *bicho*, teve como resposta, como num jogo de espelhos, sua própria crueldade, voltando-se contra ele mesmo.

Revelando a capacidade que tem essa narrativa de expressar sua historicidade, “o escravo que matou o senhor”, foi descrito como sendo o quilombola escravo que escapou para o quilombo, pelo assim chamado “cabeça branca”, presidente de honra da Associação Rosa Marques, o Sr. Manoel Francisco Antonio. Em relação a essa atitude do escravo, ouvimos dele a seguinte análise:

Miriam – E no fim o que é que aconteceu com essa história aí?

Manoel Francisco – Não, o nego escapou, ele foi ao mato e nunca mais voltou.

Miriam – Ah é?

Manoel Francisco – Nunca mais voltou.

Miriam – Foi pro mato?

Manoel Francisco – Foi pro mato, se escondeu né? Porque se não matavam, agora, o senhor, né? Eles agarravam um brejo desse aí, nunca achavam mais. [risos]. Não é verdade senhora, pois, isso aí era tudo mato, isso não tinha nada e era limpo... Tudo mato, tinha cervo, onça, leão, cobra, por tudo, só tinha índio, não é? Só tinha os índio, não tinha ninguém aí... O negro! *O negro fazia alguma coisa agarrava o mato e se sumia. Não é?! Por isso tem esse lugar dos negro*, ah, esse, como é que chama, esse dos negro que eles botam... quilombo. Por isso que naquele lugar que os negros se sumia que era mato, depois os senhor eles tratavam era quilombo. Era quilombo como nos Aguapés, o *quilombo do Morro Alto é nos Aguapés. É lá nos Aguapés*. Tinha uma casa adonde o Bastiãozinho mora, até onde ele tinha a senzala que ele mora, ele fez a casa em cima da senzala e tinha uma casa pro lado assim, grande, eu me lembro que a casa velha tava ali, ainda tem o material, sei que tem.

Miriam – E esse negro que o senhor falou, será que ele foi para um lugar assim, um quilombo?

Manoel Francisco – Ah, foi. Foi pros quilombos. Agarrava, acompanhava aqueles outros perdidos e esses índios e ia pra lá. Porque pra se escapar não, se os caras pegavam ele, matavam, né?

Miriam – Para se escapar?

Manoel Francisco – *Para se escapar, entrava no mato e achavam algum dia a pessoa? Iam achar? É que nem ir para lá pro Amazonas, se entrar uma pessoa que nunca entrou ali, o cara vai sair de que jeito, não é? Fica toda a vida, né?*

Este relato ainda está na direção que marca o contundente simbolismo *quilombo-la*, que reporta ao destino desse escravo. Vejamos como, antes de iniciar uma reunião da Associação Rosa Osório Marques, outra ativa liderança do movimento reivindicatório, Ermenegildo Manuel da Silva, narra a história com os seguintes elementos:

Ermenegildo – Era o pai do Machado. Era um senhor muito ruim [risos] muito maldoso, então com ele tinha que ser tudo nos trinque que do contrário não tinha perdão. E tinha um escravo que vivia sobre, que era desse senhor, chamava-se Bastião. Sebastião, mas na época era considerado um Bastião. *Esse Bastião era escravo junto com a minha vó e a avó do Manoel que era a mesma, a vovó Teresa, a Floriana. Vovó sempre me contava isso aí muitas vezes. Ela, Floriana e a Libânia... A tia Libânia... Então, de manhã, todos os dias de manhã, levantavam de manhã, tinham de preparar a mesa do senhor, este com todos o conforto e o Bastião ia pra mangureira tratá de uma vaca. Tirar o leite para dar o café para o senhor, o Machado veio, e se passasse do horário ou se fracassasse alguma coisa, sumanta era bonita. E o Bastião hoje em dia eu permanecia abraçado nele pra todo o ponto de vista. E porque os outros dois maior nunca foram assim?* O Bastião olhava, cumpria as ordens, mas tava sempre de corpo mole. Segundo dia ele disse assim para as colegas, para a vovó, a falecida Libânia, a falecida Floriana: “hoje eu vou dar um jeito nesse homem”. [risos] E ele acharam que era brincadeira; ele à noite tinha pensado – “vou apagar esse trem aí”. De manhã, quando foi pra tirá o leite, que tirava o leite que era pra ter o leite quentinho pra servir a mesa do senhor. Ah, e antes disso ele tinha que fazer, que fazer, como é o nome daquele café? Daquele café que preparava em uma vasilha, os picos do café ele levava lá no urbe da vaca e puxava, acho que era Camargo. Era um fortificante, aquilo ali é vitamina. Aquilo ali tudo do senhor, né. Aí o Sebastião foi lá e tudo isso o senhor. Acho que ainda não estava a contento e xingou o Bastião. O Bastião olhou pro lado, não tinha ninguém, a jeito assim. Ele olhou pro senhor e o senhor saiu para pegar o crioulo e botar no tronco, colocar na forca, aquele não tinha muito tronco, era mãos da forca. Dão quando o senhor chegou a se aproximar da porteira, ele puxou uma vara de porteira, tamanho médio assim, de guaramirim. Puxou aquilo ali, botou a vara nas costa e arriou na cabeça do abobado do Machado, esse. Ficou só a fotografia do miolo do véio no pau, do senhor na vara de porteira. Ele saiu dali, foi lá na senzala dele, na mesa do senhor: “eu quero aí a merenda do senhor, que eu quero passear, quero dar uma volta”. “Ah, tu tá louco Bastião, não faz isso, quer me ver na forca”. “Não, aquilo não incomoda mais ninguém, *nem vai incomodar mais vocês nem os futuros netos, aquele lá eu matei*”. *E assim ele foi lá na mesa, comeu a merenda do senhor, cumprimentou as colega, a minha vó e as demais todas, abraçou e nunca mais. Sumiu no mato, meio que nunca...* A vó teve notícias dele muitos anos depois. Teve notícias dele que ele andava muitos pras bandas de Rolante. Rolante era mata virgem, né? Era um fim de mundo e foi assim que teve notícias do Bastião. *Depois não teve mais notícia, mas em compensação começou a libertação, né?* Começou o respeito, que dão começaram a encarar o negro com mais respeito. E esse filho dele, o Machado, Maneca Machado, por essa razão ele nunca mais confiou em negro. Ele tinha um medo de negro que nem o diabo da cruz. Onde ele via um negro já se sentava assim e colocava a mão no revólver e ele atirava bem...”

A narrativa mítica que articula passado-presente, o antes e agora, figura assim, como um *modo de posse da verdade*, do qual extrai-se da ação do escravo que matou o senhor o sentido de luta pela liberdade. As conclusões que foram tiradas pela *verdade da comunidade*, sua teoria social sobre as práticas históricas as quais foram submetidos, são, assim, rerepresentadas hoje nesse contexto de reivindicação de direitos.

Em sinal de acolhida ao desfecho ocorrido, Hermenegildo conclui o seguinte:

Ele [o escravo] tomou uma *liberdade* de fazer isso *em troca das malvadezas que os senhores, que se fazia para irmandade dos escravos, dos amigos dele*, né, que ninguém tomava, *ninguém tomava uma frente*. Tudo tinha medo, medo da chibata, medo da forca, medo disso, medo daquilo. E Sebastião mostrou que era mesmo de fé e fez o trabalho, como dizem por aqui. Até aí foi o que eu tomei conhecimento, o que posso dizer eu ouvi foi da minha avó. Uma das Libânia, uma dessas escrava colega da minha vó.

Para esta liderança, o ser escravo, um Bastião, não haveria de sucumbir à imagem do senhor, história espelho da subordinação, pois segundo ele, daquele ato em diante passaram a respeitar os negros, pois se o fez foi em solidariedade aos colegas da senzala em resposta às malvadezas. Assim, aos olhos dessa “irmandade”, nunca mais lhes seria tirada a humanidade. Como sujeito de troca, está no mundo, respondendo solidariamente aos “colegas”, dizendo: “esse não incomoda mais vocês”.

Na perspectiva que reforça a valorização da “irmandade”, da proteção do mato, da cooperação entre iguais, do destino compartilhado,<sup>843</sup> reside a força de sua memória viva, um instrumento poderoso que os faz imaginar outra vida, outro futuro, como protagonistas do próprio de destino. Em continuidade com a capacidade heróica da “raça forte”, das “crioulas de garra”, das “Nega do Quilombo”, da “festa de força”, o destino do escravo, ressignificado, reapresenta a própria possibilidade de imaginação para o futuro, de mudar o horizonte de vida. Paulo, o Bastião, não morreu na cadeia,<sup>844</sup> vive eternizado na memória da comunidade como o quilombola que foi-se ao mato, sumiu no mundo, como expressão viva do exercício da rebeldia, aquela da recusa de se tornar objeto de doma.

Desse modo, essas narrativas, contadas e recontadas por membros da comunidade, representam o modo de atualização dos significados ligados a sua memória, expressando que essas relações travadas no tempo dos “donos do nego” seguem oferecendo sentido aos seus dilemas vividos no presente, bem como reafirmando suas referências de identidade, valores para sua existência comunitária.

Sendo que a memória é social e constitui-se como aspecto contundente da identidade presente, visualizamos em Morro Alto o que afirma Pollak: “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo e sua reconstrução de si”.<sup>845</sup>

Vê-se, assim, que em Morro Alto, uma comunidade em que o letramento sempre foi um recurso bastante inacessível, são os elementos míticos o recurso simbólico que deixa transparecer formas de historicidades próprias ao grupo. Há nestes mitos a valorização de personagens heróicos que nunca “se deixaram pegar” e que conseguiram escapar das atrocidades. A presença, nos relatos, desta incansável capacidade de reagir,

<sup>843</sup> Os grupos étnicos manifestam-se a partir da declaração de uma origem comum presumida e destinos compartilhados. Ver Carta de Ponta das Canas, 2001, p. 12.

<sup>844</sup> Ver na parte história (ponto 1.3) a abordagem sobre o processo judicial deste caso.

<sup>845</sup> Pollak, 1992, p. 200-212.

através da recusa das diferentes situações de humilhação e conflito, aponta para uma reconstrução de uma historicidade, de uma auto-imagem como “raça forte”, que o medo se enfrenta de frente, quando deparado com seu maior desafio: ser ignorado na sua condição de humanidade, no valor de sua existência.

Depois de entrar em contato com essas narrativas, compreende-se por que para a comunidade a sua *verdadeira história* não está contada, pois ela, sua história viva na memória, não dissocia de suas lembranças o sofrimento e a “crueldade que ficou de fora” da narrativa oficial sobre a apropriação de suas terras. O sentido profundo, social, moral e histórico, que essas narrativas assumem, nos alerta que a sua memória histórica, vista sob seus olhos, aprofunda esse dilema como sendo muito mais que uma negação estrita do acesso à terra, mas que encontra sua significação na impossibilidade de manter sua condição de existência. O sentido compartilhado que é dado a esta experiência, produtora de referências de identidade social, expressa-se na sua dor devido ao preconceito, no desapontamento de não se verem incluídos na história nacional, do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo não abdicam de sua própria historicidade e encontram força nela para apontar caminhos para orgulhar-se de si mesmo.

Historiar como eles viveram esse processo, a dimensão de resistência quilombola de suas referências identitárias, os leva a falar do sofrimento, do desvalor, do “não valer nada” aos olhos dos outros. A percepção de que não são vistos até hoje como pessoas com direito, de que não chamamos a entrar na *história*, é revigorada a cada situação que os inviabiliza, os ignora e os despreza.

O que outrora eram estratégias dos senhores em naturalizar uma imposta inferioridade, permanecem sendo apontadas no presente, toda vez que percebem estarem sendo “renegados” de sua existência pública, entrando em desvantagem social por serem negros.

Assim, pelo que refere a cosmovisão da comunidade, ser remanescente de “comunidades de quilombo” não pode deixar de referir essa descendência a qual se vinculam, da condição imposta pela “história dos negros escravos”, da dificuldade de figurar na cena pública com o mesmo valor de igualdade. O enfrentamento desse não-reconhecimento encontra contraponto numa tradição de ajuda mútua, herdada daqueles que foram “escravos juntos na senzala”. A memória das relações solidárias estabelecidas entre os esteios ancestrais, é referência exemplar de um modo de ser que requer união, elemento indissociável da luta imposta pelos sofrimentos vividos. Nessa dimensão, sua historicidade circunscreve positivamente o “casamento” do quilombo e a senzala, não se preocupando em distingui-los, pois se unificam num mesmo espaço social, moral e histórico.

Em suma, o vínculo histórico e sociocultural dessa comunidade expressa-se por essa existência possível, em que são os próprios pares a repor os fundamentos de uma sociabilidade-humanidade, na intensa capacidade de viver um espaço de existência cuja produção é social, no qual o vazio de reconhecimento do “outro” é preenchido “entre os meus” de identidade. Deste modo, a dimensão de resistência quilombola reside sobretudo nesta incansável capacidade de atualizar um modo de existência cujo o perigo que representam para o status quo estabelecido está em ser negro e se reunir, ou melhor, criar possibilidades comunitárias em que se vislumbra uma outra modalidade de existência.

## 4.2 AS REUNIÕES DA COMUNIDADE E O RESGATE HISTÓRICO

“Vamos usar nossa negrice para o nosso orgulho.”  
Manoel da Conceição Silveira

A criação da “Associação Rosa Osório Marques” pela comunidade negra de Morro Alto emergiu no contexto de realização de reuniões sistemáticas na comunidade, a partir da realização das atividades do projeto de reconhecimento implementado pelo Convênio Governo do Estado/Fundação Cultural, já citado. Esse processo iniciou em setembro de 2001 e culminou com o registro dos Estatutos da Associação em setembro de 2002.

Os primeiros integrantes da diretoria, indicação por aclamação, foram: Manoel Francisco Antonio (presidente de honra); Wilson Marques da Rosa (presidente); Ildo Fortes dos Santos (vice-presidente); Ilse Maria Alves dos Santos (secretária); Solange da Silva (segunda secretária); Manoel da Conceição Silveira (primeiro tesoureiro); Guilherme Francisco Antonio (segundo tesoureiro) e Romildo Marques da Rosa (assessor jurídico).

Conselho Fiscal: Edite Maria da Rosa, Verônica Antunes, João Francisco dos Santos, Elisabete Alves, Alceu da Rosa da Silva, Marina Manoel dos Santos e Sonia da Rosa.

O conselho deliberativo seria formado por todos os representantes. Posteriormente, com o falecimento do Sr. Guilherme Antonio e do Sr. Ildo Fortes, passaram a integrar a Associação o Sr. Ermenegildo Manoel da Silva (vice-presidente) e o Sr. Francisco Antonio (segundo tesoureiro).

A constituição da Associação incrementou seu movimento reivindicatório pelo reconhecimento de suas terras, *pari passu* outrora, como naqueles espaços em que os negros “se reuniam para se comunicar e estabelecer estratégias de defesa”.<sup>846</sup> Nas quase vinte reuniões,<sup>847</sup> que participamos, foi possível observar que a comunidade elegeu o espaço dessas reuniões como aquele adequado para levar sua luta, sua busca e perseguição: desvelar sua história, aquela sobre suas terras, ao mesmo tempo que encontrou nelas forças para encaminhar os pleitos que afetam sua vida comunitária, como a duplicação da BR-101, que incide sobre seu território.

A importância e a dimensão do resgate histórico conferido a este trabalho de articulação comunitária pelo reconhecimento das terras da comunidade negra de Morro Alto, está sintetizada na fala do presidente da Associação Rosa Marques, em reunião de 23/03/2002:

Wilson – Estou lutando pela nossa história, raça. Todo mundo é da mesma família. Este resgate é isto. Escrever uma página na história. A partir deste reconhecimento passamos a ter vida histórica, jurídica. A história do Rio Grande do Sul não pode ser contada sem nos incluir. É isso que a gente quer.

Como expressa essa afirmação, em Morro Alto, a luta pelo reconhecimento de suas terras está denunciando emblematicamente e servindo para falar do sentimento

<sup>846</sup> Fala de Wilson Marques da Rosa sobre o Maçambique.

<sup>847</sup> Iniciadas em 18/08/2001.

de exclusão da comunidade, basicamente em relação à negação ocorrida de sua existência jurídica e histórica.

Na mesma direção daqueles que ignoram seus direitos e agem como se eles não existissem, desconsiderando sua presença no local, situa-se o caso da duplicação da BR-101. Em reunião realizada em 28/03/2002 na Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Estado, a comunidade soube do andamento e procedimentos ocorridos para realização da obra, através de representantes de órgãos federal e estadual, responsáveis pela duplicação. O Sr. Ermenegildo Manuel da Silva, atual membro da diretoria da associação, prontamente cobrou dos órgãos responsáveis, afirmando: “Mas, então, nós fomos ouvidos. Pularam, de novo, a casa dos nego”.

O sentimento de ser “negado” reaparece na voz sentida de Manuel da Conceição, neto do herdeiro Merêncio, ao dizer que “renegaram o clube [Maracanã] para nós fazermos a reunião” com o Departamento Nacional da Infra-Estrutura e Transportes – DNIT,<sup>848</sup> e demais órgãos governamentais. Manoel afirmou que “fechou a rosca” para referir que novamente lhes foi destituído a visibilidade de sua existência, de um reconhecimento público, à medida que o poder local, neste caso representado por José Cláudio Goldani, impediu o uso do clube ao qual ele se sentia legítimo usuário, particularmente por ser sócio-fundador e de ter trabalhado, inclusive, muitas noites, após seu trabalho, para levantar as paredes da sede.

Vimos como a comunidade restitui sua historicidade nos seus próprios termos, mas recorrentemente é impedida de fazer sua *leitura* figurar na cena pública, na história oficial, particularmente quanto a sua *vida jurídica*, pois nesse campo, segundo a comunidade, existe muita coisa oculta e não revelada.

Deste modo, os vários depoimentos da comunidade apresentados nas reuniões confirmam como necessidade da comunidade ter um reconhecimento jurídico da ocupação de suas terras. Os relatos das pessoas fazem uma estreita vinculação entre a “terra nunca entregue” e sua certeza de que estão “escondendo” os direitos dos negros. Essa grande busca nos foi relatada detalhadamente por Manuel da Conceição e Manuel Francisco Antonio:

Miriam – É o senhor estava falando que desde que ouviu sua vó o senhor está procurando o quê? Os documentos, história?

Manuel Antonio – É, nós estávamos procurando, eu tava procurando em 64, eu tive em 64 naquela revolta com o Brizola... Saiu daqui que era uma cara forte daqui, então eu falei com o Coronel [Militão], sobre este papel, sobre este testamento que a minha vó desconfiava que tinha... Aí... Como é que é isso aqui, eu disse pra, esse terreno, nós mora aqui mas não tem documento deste terreno, e aí ele disse: “Manuele, tu vai lá e procura que se tem, tá no arquivo”. Então nós... Que é o pai do Manuel Alípio, então nós reunimos e fomos em Osório procuramos, não achamos. Fomos em Viamão, não achamos este papel, no mais não tem. Depois [Manoel da Conceição] explorou cara aí [do Arquivo Público] e disse, foi o Zé Marques que passou os papeli desta gente pra cá, uns herdeiros que... essa mulher [Rosa Osório Marques] herdou. O Zé Mário que herdou um... esqueci do nome dela. Isabeli, parece que é Isabeli, então ele passou para essa Isabeli, ou essa mu-

lher herdou na Figueirali no Capivari junto com ele, então ele tirou aquele terreno, ele tirou aquela, que ele passou pro Morro Alto pra ele abrangir a Fazenda inteira, porque ele foi inventariante, não sei como ele pôde... Eu não sei, a gente não viu, a gente vai ver depois, como é que eles fizeram, porque isso é muito grande, é muita distância.<sup>849</sup>

Deste modo, a vitalidade e o significado do testamento, como confirmação de um direito, e que a comunidade atualiza dentro do atual processo de reconhecimento, está na sua grande inconformidade de que “os de fora”, que estão na “terra de usufruto”, o estão sem documentos. A confiança no processo de reconhecimento reside em que a *verdade da comunidade* seja restabelecida. Sua certeza de que “taparam” ou forjaram os documentos se revigora cada vez que falam no território de direito.

Manoel Antonio – Nós estava conversando sobre essa parte da fazenda lá do José Marques, que ela [Rosa Osório Marques] doou esta fazenda lá. Eu tava conversando [...] que eu achava que todo esse, dentro desta área, desse terreno, desta área que é *dentro dessa fazenda, esses que não têm, que eles não têm os documento*, eles são obrigados a aparecer esses documento frio porque comprou o direito, comprou o direito aí de qualquer um. Eu fiz uma casa ali, vendi para fulano, outra eu vendo pra uma fazenda, outra está com outro, estância de terra, a casa não tem nada, a gente sabe que não tem.<sup>850</sup>

Assim o testamento, como referência formal, garante a terra ao estabelecer um canal de comunicação aceito pelo mundo dos brancos, bem como confirma sua tradição de ocupação.

A intenção da comunidade de reverter o padrão de injustiça perpetrado a eles teve expressão maior quando traçaram o mapa do território de pleito. Em audiência pública realizada em 12/06/2002, a Procuradoria da República no Rio Grande do Sul<sup>851</sup> e a comunidade estabeleceram um consenso sobre a delimitação territorial que consta no “mapa da área investigada e de pleito da comunidade”, contido neste trabalho. Mesmo que o grupo tenha decidido não incluir no território certas áreas que não chegaram a ser investigadas pela equipe de pesquisa, o grupo também não deixou de referir que, ainda assim, continuará ouvindo daqueles que sabem não ter direito às terras, expressões de descrédito e deboche quanto à sua luta. Embora *ficando fora* do mapa, parte de áreas do Faxinal do Morro Alto, a exemplo do Pontal e as que vão até a Barra do João Pedro, Manoel Francisco e Manoel da Conceição são categóricos em afirmar que esse processo vai “mostrar” para muita gente que os negros são os que possuem o direito sobre esta terra.

Nesta direção é o mesmo Manoel Francisco, neto da herdeira Tereza, em reunião realizada em 28/09/2002, a relatar que os direitos do testamento ficaram escondidos e agora apareceram:

---

<sup>849</sup> Entrevista com Manuel Francisco Antonio, Aurora Conceição Silveira, Guilherme Francisco Antonio, Manuel da Conceição Silveira, realizada em Morro Alto, 13/09/2001, por Miriam Chagas e Paulo Moreira.

<sup>850</sup> Entrevista com Manuel Francisco Antonio, Aurora Conceição Silveira, Guilherme Francisco Antonio, Manuel da Conceição Silveira, realizada em Morro Alto, 13/09/2001, por Miriam Chagas e Paulo Moreira.

<sup>851</sup> O Procurador da República, Dr. Marcelo Veiga Bechhausen, instaurou o procedimento administrativo nº 731/2000, que trata da comunidade de Morro Alto.

Quando teve alforria ficou aí. Passaram, ficou para eles o que era para entregar para os negros. Porque o governo agora achou, porque abriu os olhos do negro. Aquilo que deram ficaram com tudo, deram para os parentes, não entregaram. Deixaram lá, agora aquele bigodudo [Olívio Dutra] abriu a boca e nós sabemos onde é que está. Se não fosse esse nos ia terminar morrendo à míngua.<sup>852</sup>

A abrangência analítica presente nessa cosmovisão aponta para a apreensão dos significados sociais presentes e compartilhados nas suas narrativas, por serem justamente a perspectiva da comunidade e conseguem dar a dimensão dos problemas vividos por ela, ou seja, do direito oculto que precisa ser “desenterrado”, mas também os caminhos que apontam na solução: ocupar o espaço público “abrindo” os olhos e “abrindo” a boca para não “morrer à míngua”.

### 4.3 O TERRITÓRIO DE PLEITO

Nas reuniões a comunidade participou ativamente na construção do mapa a ser pleiteado. A partir do empenho no trabalho e do conhecimento dos desdobramentos desse processo para sua realidade cotidiana, a comunidade passou a tomar decisões sobre a área reivindicada. Na reunião do dia 02/03/2002, estabeleceu-se uma comissão composta por membros da comunidade que iriam acompanhar os pesquisadores para apontar os limites do seu território.<sup>853</sup> Neste processo o tempo demonstrava-se imprescindível para a elaboração conjunta de definições que dependiam, principalmente, de decisões a serem tomadas pela própria comunidade.

No entanto, ocorreu um momento, após a reunião realizada em 06/04/2002, em Morro Alto, com o Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes (DNIT) e outras entidades governamentais (Fundação Cultural Palmares, Ministério Público Federal e Estadual, Secretaria do Trabalho), que se fazia cada vez mais urgente e importante que a comunidade avaliasse o tempo que restava para a conclusão deste trabalho que sustentaria seu pleito comunitário. Nesta reunião, foram apresentados dados preliminares da pesquisa para o DNIT, que vem realizando obras de duplicação na BR-101, ficando todos os órgãos presentes publicamente cientes do processo de elaboração do laudo. Ao final da reunião, os presentes deliberaram, em conjunto, que o tempo de conclusão da pesquisa deveria ser estendido.

A elaboração do laudo iniciou em agosto de 2001 e tinha tempo exíguo para seu término, constando como prazo fevereiro de 2002. Este período não foi suficiente para que a comunidade tivesse condições de reforçar seus laços infracomunitários face a reivindicação desta natureza, bem como para o desenvolvimento do trabalho junto aos pesquisadores. A disponibilização pela comunidade de documentos, fotografias e livros, de fato, começou a se intensificar a partir de julho de 2002. Este material passou a ins-

<sup>852</sup> Relato dado para Miriam Chagas, na reunião da Associação Rosa Marques, em 28/09/2002.

<sup>853</sup> Entre os membros da comissão estavam: Manoel Francisco Antonio, Manoel da Conceição da Silveira, Ildo Vicente Forte (falecido), Ermenegildo Manuel da Silva, Sebastião Souza Rosa, Severina Maria Francisca Dias.



truir substantivamente o relatório de reconhecimento. Ao mesmo tempo, era imprescindível que a comunidade tivesse o tempo adequado para acessar informações necessárias para subsidiar suas reivindicações.

Com a finalidade de dar andamento adequado à pesquisa, a equipe de pesquisadores levou ao conhecimento da comunidade, através de suas reuniões, as dificuldades de tempo em investigar a área que estava sendo apresentada como sua demanda, que chegou a ser de Aguapés a Pedra Branca, de Morro Alto a Barra do João Pedro. Diante de todas as informações recebidas, exigências de prazo e cronograma do projeto e das instituições envolvidas, do andamento da duplicação da BR-101, foi importantíssimo para a comunidade a realização da já referida audiência pública, em 12/06/2002 junto à Procuradoria Regional dos Direitos dos Cidadãos. Nesta audiência a própria comunidade deliberou sobre os limites da área a ser pleiteada em consideração ao que até então havia sido possível investigar dentro de um período de tempo limitado, particularmente, porque todas as suas reivindicações territoriais refletiam-se sobre a necessidade de extensão e continuidade do próprio trabalho de pesquisa.

O tempo transcorrido de 14 meses acabou sendo fundamental, tanto para a equipe realizar a pesquisa dentro de parâmetros metodológicos, quando para a comunidade ter acesso às informações e deliberar sobre o processo ao qual necessitava participar integralmente, haja visto serem os seus reais protagonistas.

Quando passamos a trabalhar com a comunidade na delimitação cartográfica, com a imagem do território que resguarda a memória, ela imediatamente apontou para os lugares de sua existência. A concomitante territorial dessa existência, modo de ser, é a projeção dessa imagem do “tempo da escravatura”, que inclui numa base territorial todas as referências que tornaram possível a convivência comunitária, e que os constitui como seres humanos legítimos: os lugares onde os negros se reuniam e se uniam.

Vimos que os relatos sempre percorrem e demarcam esses espaços onde se assenta a solidariedade comunitária, capaz de repor o que lhes fora destituído. A memória registra territorialmente, como pontos de ancoramento desse seu sentimento de identidade, entre outros, o trilha da “negrada”. O Faxinal do Morro Alto; o Cantão das Nega dos Quilombo, o Aguapés; a Segunda África; o Ribeirão; as trilhas do Morro da Vigia; do Chiquinho; das Crioulas; as Casas dos Escravos.

Sobre a representação, na vida da comunidade, das *casas de escravos* (casa antiga, casa do senhor, *casa véia dos Nego*, a senzala), assim exprime-se o Sr. Antonio sobre a proximidade vivida nestes complexos arquitetônicos:

Era o lugar onde moravam os escravos. Porque não tem outra casa, em todo aquele meio ali, não tinha casa. Então são quatro: tem essa lá do Bastiãozinho [Aguapés], tem essa da Barranceira, tem aquela do Morro Alto, e a outra de lá [Ribeirão], que eu conheço todas... Que eu conheci, conheci, vi e me criei. Estou com sessenta anos, vou fechar em outubro sessenta e cinco anos, mas eu conheci tudo em mato lá, lá onde a gente está caminhando, desde a beira da faixa, tudo em mato. Só tinha carreira de milho.

Sobre esta casa Manoel da Conceição se pronuncia dizendo:

[...] a senzala dos escravos. Casa-Grande... quando eu passava por lá... diz que aparecia lençol branco em cima, aparecia a mulher de branco, aparecia não sei o que [...].<sup>854</sup>

Em torno de vários pontos do território, entre os quais as casas grandes/senzalas, o Morro do Chiquinho, o Borba, o topo do Morro Alto, existem muitas histórias de aparecimento de fantasmas, de dinheiro e ouro enterrado. As narrativas de aparecimentos e assombrações, reforçam a tradição de marcar simbolicamente no território dimensões significativas de sua existência.<sup>855</sup>

A intensa movimentação que presenciamos quando membros da comunidade nos conduziram à casa antiga do Ribeirão, nos levou a considerar que o mato que hoje toma conta do local onde se encontrava esta casa chega a metaforizar os ciclos ali vividos. Para a comunidade, a ausência da edificação parece falar tanto, ou mais, da necessidade de registrar toda a vida que ali resiste, seja percorrendo imaginariamente os cômodos da casa, seja projetando-a sobre o seu território reivindicado.

A importância dessas casas é sempre destacada pela comunidade, como referência de identidade, bem como prova material da existência de sua história. Manoel Francisco Antonio foi incansável em nos apontar a casa onde viveu Nhá Rosa, a poucos metros do local onde vive.

Miriam – E o senhor falou que, na sua vida, desde que ouviu a sua vó o senhor está indo atrás disso, como é que...

Manoel Antonio – É desde quando eu me conheci, que a gente ficô, comecei a conhecer aquela gente dizendo, ela [avó] sempre disse que eles [os ex-escravos de Rosa Osório Marques] tinham essa terra... aqui no Morro Alto. A Fazenda do Morro Alto ela mostrava a Casa [onde viveu Rosa Osório Marques].<sup>856</sup>

A mesma importância tem as casas da Barranceira e a do Agupés. Os ramos familiares basilares da comunidade ainda hoje vivem na órbita dessas casas. Podemos dizer que, enquanto referência espacial e simbólica, elas traçam a distribuição da comunidade por todo o território, conectando os pontos no eixo de ocupação da comunidade, que no sentido norte/sul se estende da Barranceira ao Espraiado, e leste/oeste do Agupés ao Faxinal do Morro Alto.

Neste sentido, como outrora um dos lugares onde se exercia um vital reconhecimento mútuo, hoje as “casas grandes dos negros” persistem inscritas no território de ocupação estabelecendo sobremaneira nexos e referências fundamentais de sua existência comunitária.

Nesta direção, em consonância com a sua historicidade, o mapa pleiteado expressa também o território da memória, de tal modo a repor suas referências de vida, seus signos sociais e históricos. Ele contém o mato, pois a memória registra o quilombo do Morro

<sup>854</sup> Entrevista com Manoel da Conceição Silveira, em Morro Alto, no dia 13/09/2001, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira.

<sup>855</sup> Ver Barcellos, 2000.

<sup>856</sup> Entrevista com Manoel Francisco Antonio, em Morro Alto, no dia 13/09/2001, realizada por Miriam Chagas e Paulo Moreira.

Alto, ali mesmo no lugar que ocupam, no Aguapés, mostrando que o simbolismo associado ao mato, ao ocupante *quilombola*, persiste como o *lugar dos negros* escaparem da morte, da ameaça, da perseguição. É para lá que pensam em ir, cada vez que sentem uma ameaça sobre suas vidas, como aquelas que estão sendo recebidas atualmente após o início da reivindicação pelo reconhecimento de suas terras.<sup>857</sup>

Assim, o mapa inclui os matos, campos, senzalas e faxinas fazendo corresponder-lhes o sentido social e histórico que assume sua ocupação, aquela que manteve a todo custo sua continuidade socioterritorial. Mesmo que não estritamente uma continuidade física, em detrimento de muitas vezes terem sido invadidos, estão ocupados e distribuídos ao longo do território pleiteado, preservando-lhes seu sentido comunitário. Essa expressão comunitária é projetada no território de tal modo a restabelecer-lhe a unidade física-territorial. O território pleiteado é uma tentativa contundente de resistir à pulverização de seus espaços, de escapar ao *aperto* das áreas cada vez mais estranguladas. Essa realidade os fez repor em base cartográfica o seu território cultural, histórico e politicamente diferenciado.

Certamente, as dimensões de sua ocupação, se não existissem tanto abuso e des-caso quanto a seus direitos, não estariam ameaçadas como hoje estão. Ainda assim esse restabelecimento restou inconcluso, pois o território que projeta seus direitos extrapola, em muito, o território pleiteado. Não reivindicar parte dele<sup>858</sup> também ocorreu em função da necessidade premente para suas vidas de concluir o trabalho de pesquisa que já fora também extensivo. Isso implica que futuramente ainda restam outras áreas a serem investigadas, aquelas que a comunidade carrega a certeza de serem suas: a “terra da escravatura”.

O mapa da área pleiteada dá visibilidade às dimensões significativas de sua existência comunitária lembrando o uso social daqueles espaços, representados outrora por aqueles ocupados como baluarte do sentir-se *gente*, valorizados e providos de uma ética e de uma afetividade pela presença da cooperação mútua.

Esse território que abriga cerca de 450 pessoas, que neste sentido e desse modo foi expresso no mapa, como um espaço reagregador, bem manifesta a importância do resgate dessa sociabilidade de cooperação mútua, de tal modo que, neste processo, a referência ao “terreno dos escravos”, como é hoje denominado, não por acaso foi mantida. É a dimensão de seu uso comunitário que interliga cada ponto do território delimitado: suas referências religiosas, o *território do maçambique*; suas referências das redes sociais, o território do parentesco; suas referências da memória de vida, seu território de existência. Todas essas dimensões estão repostas no mapa da área reivindicada

---

<sup>857</sup> Neste caso, uma liderança feminina da comunidade, depois de já ter sido ameaçada pessoalmente pelo poder local, que antagoniza-se com o pleito da comunidade, não titubeou em nos dizer que “vai-se ao mato”, se perceber que um caminhão está indo em sua direção para atropelá-la.

<sup>858</sup> A exemplo da Barra do João Pedro, Pontal, Jaguarão, Prainha, Canta-Galo, Pedra Branca. Também seria o caso de investigar outras referências citadas ao longo da pesquisa pela comunidade como Palmital, Caconde, Boa-Vista, Mundo Novo, Sítio dos Basílios e Sanga Funda. Os municípios onde também é possível existirem comunidades negras para futuros estudos são: Taquara, São Francisco, Rolante, Terra de Areia, Palmares e Capivari.

fazendo com que o reconhecimento desse “mapa” seja vital para a comunidade, pois foi deste modo traçado para que ali se mantenha uma modalidade de vida, uma existência histórica, pois é assim que ocupam e é assim que desejam fazer no futuro, para o “disfrute” de seus filhos e netos.

Em resumo: as dimensões da área delimitada são de 4.632,2 h. Subtraindo a medida da Lagoa Negra (73,8 h) e da Lagoa do Ramallete (516,2 h), perfaz 4.042,2 h. A medida foi realizada através de cartas topográficas do Serviço Geográfico do Exército – SGE e, escala 1:5000. O erro estimado para tais medidas é de menos de 1%.

- O território reivindicado traduz cartograficamente suas referências de identidade e diz respeito à área física necessária e imprescindível ao restabelecimento desses laços comunitários que os conecta e abriga a continuidade de sua descendência.

- O território que expressa seu pleito está referido, também, a concomitante territorial que advém de suas categorias sociais de identidade étnica.<sup>859</sup>

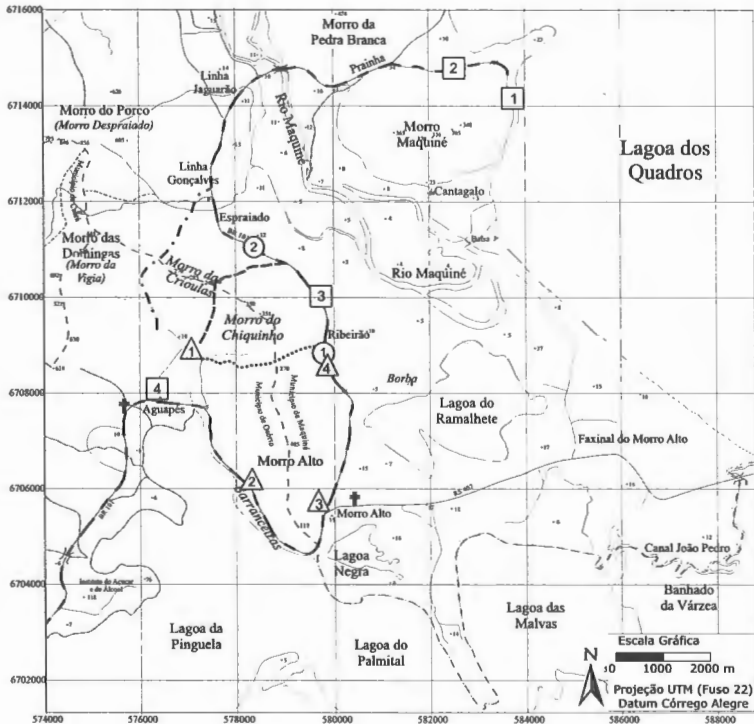
- O território da memória é projeção das marcas deixadas pela história, constituindo-se então como fundamentação do próprio território pleiteado.

- O território do pleito inclui a ocupação da comunidade em toda a extensão em que se estendem estas referências de existência comunitária, repondo no plano espacial e físico um *continuum* territorial entre matos, faxinas, campos e “casas grandes dos negros”: da Barranceira ao Espriado, do Aguapés ao Faxinal do Morro Alto.

---

<sup>859</sup> Ver sobre identidade étnica, Carta de Ponta das Canas, documento elaborado na Oficina de Trabalho sobre Laudos Antropológicos, realizada em Florianópolis (15 a 18 de novembro/Associação Brasileira de Antropologia/UFSC/NUER), que afirma “as categorias sociais de identidade étnica apresentam uma concomitante territorial, definida por referências de ordem física, simbólica e cosmológica”. In: Carta de Ponta das Canas, 2001, p. 12.

## MAPA 4



**Mapa de Referências Históricas e Culturais da Comunidade de Morro Alto - RS**

### Legenda:

- Trilhas entre senzalas e comunidades negras (Século XIX e início do século XX).
  - Trilha do Morro da Vigia.
  - Trilha do Morro das Crioulas.
  - Trilha do Morro do Chiquinho.
- Manifestação Cultural e Religiosa Atual da Comunidade: Maçambique.
  - 1 Casa do Sr. Luiz Marques da Rosa (Capitão da Espada).
  - 2 Casa do Sr. Antônio Nunes da Silva (Tamboreiro).
  - 3 Casa do Sr. Salvador Manuel da Silva (Alferes da Bandeira).
  - 4 Igreja de São Benedito (Festa do Maçambique no dia 13 de Maio).
  - Trajeto do Maçambique.
- Localização de Antigas Casas Grandes (Século XIX).
  - 1 Casa das Negras do Quilombo (Pertencente a Dna. Joaquina Maria Marques).
  - 2 Casa Velha das Barranceiras (Pertencente a Dna. Maria Bernarda Marquês) - com ruínas.
  - 3 Casa da Dona Isabel Maria Osório
  - 4 Casa do Sr. Manoel Antônio Marques.
- Localização de moradias de antepassados com significativa referência (Século XX).
  - 1 Casa de Teresa Severina Marques e de Maria Teresa Joaquina (Rainha Ginga).
  - 2 Casa de Felisberta Severina Marques.

### Convenções cartográficas:

#### Feições de Origem Fluvial e Lacustre

- Lagoa
- Curso d'água

#### Sistema Viário

- Estrada - BR 101/RS 407
- Caminho
- Ponte

#### Altimetria

- Curva de nível - Equidistância de 50 metros
- Ponto Cotado

#### Toponímias

- Toponímia Oficial (Normal)
- Toponímia Local (Itálica)

#### Outros

- Limite Municipal
- Cemitério

#### Base cartográfica:

Cartas Topográficas SH.22-X-Z-2 e SH.22-X-Z-4  
Escala: 1:50.000 - SGE (1978);

**Fontes:** Dados de campo, registros paroquiais de terra e inventários post-mortem (APRS)

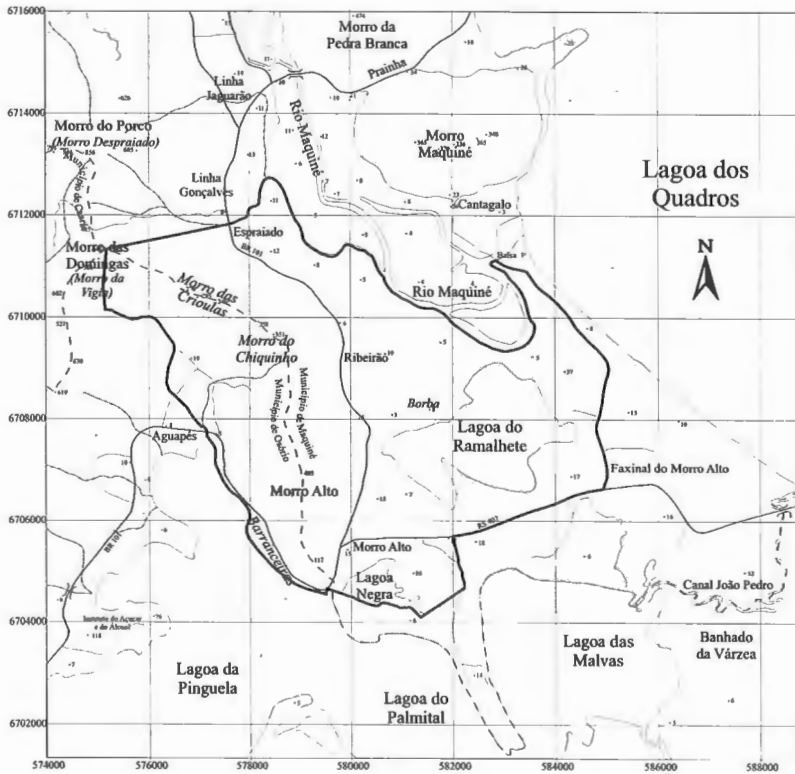
**Elaboração:** Nina Simone V. Moura Fujimoto;  
Rodrigo de Azevedo Welmer.

**Edição gráfica:** Raquel Ferreira de Castro; Siclério Ahlert.

**Projeto:** Comunidades Remanescentes de Quilombo de Morro Alto/RS.

**Nota:** Adaptação do original elaborado com o uso de cores na escala 1:50.000

## MAPA 5



**Mapa da Área Investigada e de Pleito da Comunidade de Morro Alto - RS**



Área investigada e consensuada com a comunidade de Morro Alto como área de pleito, em junho de 2002

### Conveções cartográficas:

#### Feições de Origem Fluvial e Lacustre

- Lagoa
- Curso d'água

#### Sistema Viário

- Estrada - BR 101/RS 407
- Caminho  Ponte

#### Altimetria

- Curva de nível - Equidistância de 50 metros
- Ponto Cotado

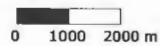
#### Toponímias

- Toponímia Oficial (Normal)
- Toponímia Local (Itálico)

#### Outros

- Limite Municipal

#### Escala Gráfica



Projeção UTM (Fuso 22)  
Datum Córrego Alegre

#### Base cartográfica:

Carta Topográfica SH.22-X-Z-2 e SH.22-X-Z-4  
Escala: 1:50.000 - SGE (1978);

#### Fontes: Dados de campo

**Elaboração:** Equipe Técnica do Projeto Comunidades Remanescentes de Quilombo - Morro Alto/RS.

**Edição gráfica:** Raquel Ferreira de Castro; Siclério Ahlert.

**Nota:** Adaptação do original elaborado com o uso de cores na escala 1:50.000

#### 4.4 ANEXO FOTOGRÁFICO: OS GUARDADORES DA MEMÓRIA\*



Foto 1. Dona Aurora Conceição Silveira.

---

\* Nota: as fotos deste anexo foram tiradas com o consentimento da comunidade por Daisy Barcellos (1, 2, 3) e Miriam Chagas (4, 5, 6, 7, 8).



Foto 2. Guilherme e Manuel Francisco Antônio.





*Foto 3. Dona Ângela e o Sr. Manuel.*



Foto 4. Dona Diva Inácia Marques.



Foto 5. Os "guardadores da memória" reunidos em 13/09/2001.



Foto 6. O Sr. Manuel da Conceição Silveira, esposa e filha com cópia do testamento.



Foto 7. Dona Aurora Inácia e o forno onde “todo mundo foi criado”.



Foto 8. Sebastião Souza da Rosa mostrando antigo forno.

#### 4.5 ANEXO FOTOGRÁFICO: REUNIÕES DA COMUNIDADE\*



Foto 1. Primeira reunião no clube Ribeirão com a presença do Procurador da República, Marcelo Veiga Beckhausen, em 18/07/2001.



Foto 2. Construção do estatuto da associação comunitária na casa de Edite em 25/07/2001.

\* Nota: as fotos deste anexo foram tiradas com o consentimento da comunidade por Daisy Barcellos (3, 20); Miriam Chagas (5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 22, 23, 24); Cíntia Müller (1, 2); Arnaldo Santos (4); Mariana Fernandes (6, 17, 18, 19) e Marcelo Vianna (13, 14, 21).



Foto 3. Construção do estatuto no clube Ribeirão com a presença dos representantes de Casca em 22/09/2001.



Foto 4. Conferência Regional de Comunidades Negras e grupo maçambique em 28/10/2001.



*Foto 5. Reunião no clube Ribeirão com a presença do diretor do Departamento de Cidadania da STCAS, Mozart Dietrich, em 1/12/2001.*



*Foto 6. Reunião no clube Ribeirão durante a leitura do preâmbulo do Estatuto da Associação pelo membro da equipe de pesquisa, Rodrigo Weimer.*



Foto 7. Encontro dos antigos moradores no clube Ribeirão em 1/12/2001.



Foto 8. Grupos de trabalho durante a reunião em 15/12/2001.





Foto 9. Grupos de trabalho.



Foto 10. Os irmãos Sebastião e Antônio Francisco e Wilson Marques da Rosa.



Foto 11. Reunião sobre o estatuto da Associação Rosa Osório Marques em 26/01/2002.



Foto 12. Grupos de moradores da comunidade e das demais localidades próximas no clube Ribeirão em 26/01/2002.



*Foto 13. Reunião da comunidade com representantes do Ministério Público Estadual, atual prefeito de Maquiné, e outras autoridades realizada em Morro Alto em 6/04/2002.*



*Foto 14. Reunião em Morro Alto com a presença do representante da Fundação Cultural Palmares, Luiz Fernando Linhares, e o diretor do Departamento de Cidadania da STCAS, Mozar Dietrich.*



*Foto 15.* Reunião em Morro Alto em 06/04/02, com a presença de representantes do DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transporte, Instituto Militar de Engenharia/IME, entre outras entidades.



*Foto 16.* Encontro no Fórum Social Mundial das Comunidades Remanescentes de Quilombos no RS – Casca, Cambará e Morro Alto.



Foto 17. Presença da comunidade durante o II Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre em 2/02/2002.



Foto 18. A comunidade de Morro Alto registra o momento de confraternização com participantes do Fórum Social – pesquisadores e consultores do projeto, movimento negro unificado e comunidades – na Oficina sobre Remanescentes de Quilombos, promovida pelo Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos – RS.



Foto 19. Reunião em Morro Alto com apresentação por parte do grupo de pesquisa do mapa da área pesquisada em 25/05/2002.



Foto 20. Lideranças femininas durante a reunião com a comunidade em Ribeirão em 28/09/2002.



Foto 21. Reunião da Comunidade, 20/07/02, com parte do grupo de pesquisadores – Daisy Barcellos, Miriam Chagas, Cíntia Müller, Rodrigo Weimer, Mariana Fernandes.



Foto 22. Entrega, em 20/07/02, de fotos e documentos para os pesquisadores.



Foto 23. Participação de Militantes do Movimento Negro e do Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos, Ubirajara Toledo, em reunião de 20/07/2002.



Foto 24. Membro da comunidade com foto da comunidade segurando faixa que carregou quando da abertura do edital da BR-101 em 25/05/02, com os seguintes dizeres: "Túnel e duplicação da BR-101 trará Impactos Sociais e Ambientais. E a indenização?"



#### 4.6 ANEXO FOTOGRÁFICO: O TERRITÓRIO\*



Foto 1. Vista do "Cantão" para o Morro da Vigia.



Foto 2. Entrada de Aguapés em direção ao "Cantão".

\* Nota: as fotos deste anexo foram tiradas com o consentimento da comunidade por Miriam Chagas (1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 16, 17, 18, 19, 20, 21) e Cíntia Müller (3, 12, 14, 15).



Foto 3. Barranceira.



Foto 4. Da Barranceira em direção ao Passo das Éguas.



Foto 5. Vista panorâmica do Morro Alto, ao fundo Lagoa do Ramalhete.



Foto 6. Panorâmica do Morro Alto – Lagoa Pinguela – Lagoa Palmital.



Foto 7. Moradias da comunidade negra – ao fundo o Morro Alto.



Foto 8. Entrada dos “terrenos de usufruto” da comunidade – ao fundo o Morro Alto.



Foto 9. Em direção ao Faxinal do Morro Alto pela RS-407.

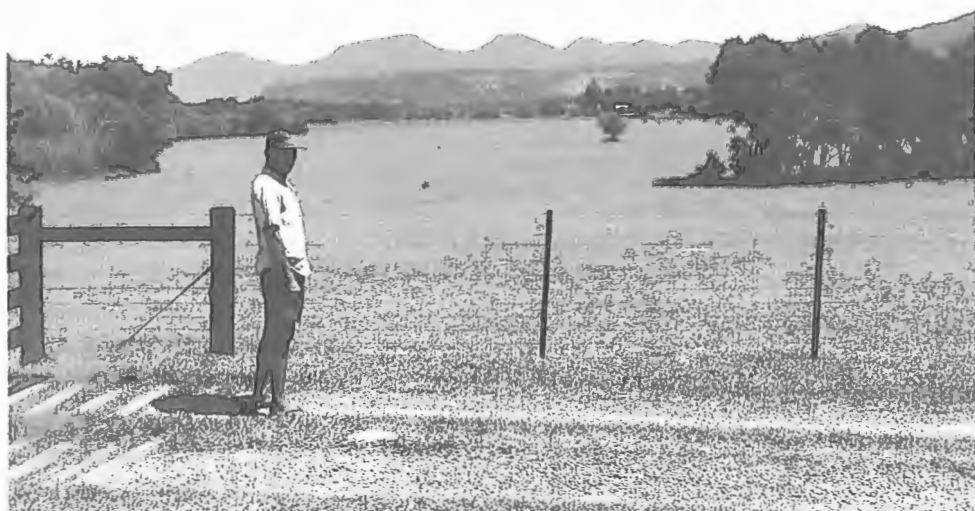


Foto 10. Vista do Morro Alto, olhando a partir do Faxinal, na altura da antena telefônica.



Foto 11. Vista do Morro Alto, olhando da estrada antiga da "faxina".



Foto 12. Vista do Morro do Maquiné.



Foto 13. Vista do Morro do Maquiné.



Foto 14. Vista da Lagoa do Ramalhete.

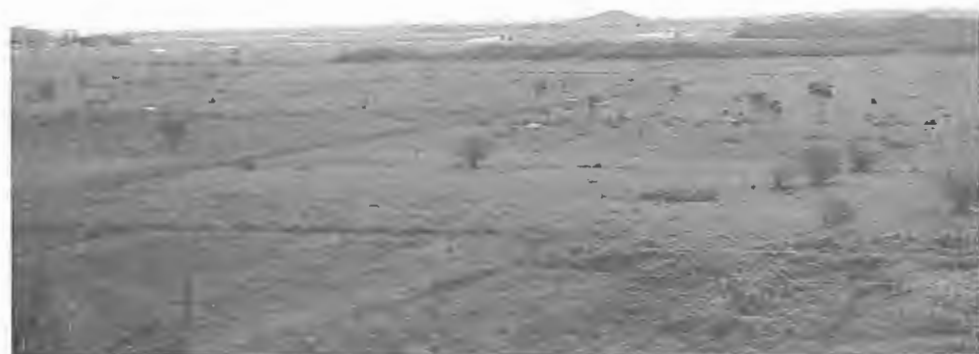


Foto 15. Vista da Lagoa do Ramalhete.





Foto 16. Local da "casa-grande dos negros", no Ribeirão.



Foto 17. Local da "casa-grande dos negros", no Morro Alto.



Foto 18. O Sr. Manuel aponta para o território de cima do Morro Alto.



Foto 19. Trabalho de transporte de cana no topo do Morro Alto, família Manuel da Conceição Silveira.



*Foto 20. Trabalho de transporte de cana no topo do Morro Alto, família Manuel da Conceição Silveira.*



Foto 21. Moradia da descendência dos "Tereza", Belair e filha, na base do Morro Alto.

## Conclusão

Este trabalho trouxe elementos substanciais para ir ao encontro do entendimento de que a comunidade negra de Morro Alto se configura como um grupo etnicamente diferenciado, como uma coletividade que, por meio de suas categorias de representação e formas organizacionais próprias, se concebe e se afirma como tal.<sup>860</sup>

O reconhecimento da comunidade negra de Morro Alto como uma comunidade *remanescente de quilombos* encontrou respaldo no seu modo de vida, sua religiosidade, sua memória e laços de sociabilidade, estes profundamente enraizados numa ancestralidade viva, presente nas lembranças, no cotidiano, e no parentesco que sela seus vínculos e regula a percepção e as práticas relativas a seu direito à terra.

Do ponto de vista analítico, afirmamos que as transformações da sociedade envolvente pela qual passou esta comunidade, exigiu dela ajustes, porém ela soube encontrar os elementos mediante os quais poderia preservar suas fronteiras e suas referências de identidade como uma comunidade etnicamente diferenciada.

João Pacheco de Oliveira,<sup>861</sup> ao tratar de comunidades indígenas transformadas, nos salienta que os elementos culturais acionados para marcar a diferença sofrem alterações, assumem pesos distintos e mesmo podem alterar os patamares de inclusão e exclusão do grupo como tal se descaracterize ou perca sua distinção.

Em que pese estar Pacheco a tratar da questão indígena, essa discussão é extremamente importante para dar suporte às interpretações e inferências resultantes dos dados coletados em Morro Alto.<sup>862</sup> A diversidade interna da comunidade é quase tão intensa quanto a especificidade que a distingue daqueles de “fora” – os “brancos” da região. Há diferenças fenotípicas, de inserção no mundo “branco”, de posição social – qualidade de vida, escolaridade, participação na vida política e cultural dos municípios –, sem contar as diferenças geracionais.<sup>863</sup> Entretanto, o seu tipo organizacional resguarda os elementos – selecionados de modo diferente pelos subgrupos que a constituem como comunidade – capazes de manter a fronteira étnica e reclassificar aqueles que a transpõem: o “moreno” que sai “descasca”, da mesma forma que o miscigenado se “amorenna” quando passar a pertencer à comunidade por casamento ou adoção.

A continuidade de uma comunidade não depende de sua constituição enquanto uma unidade discreta. Ela admite, pelos contatos que estabelece, garantia das distinções identitárias e de incorporação de elementos culturais. A persistência das fronteiras étnicas é o aspecto que nos sinaliza a continuidade social e histórica da comunidade

---

<sup>860</sup> Carta de Ponta das Canas, 2001, p. 12.

<sup>861</sup> Oliveira, 2000, p. 411-416.

<sup>862</sup> Falamos aqui de Morro Alto no sentido amplo da sua expressão comunitária e territorial.

<sup>863</sup> Outros estudos perceberam idênticas situações. Ver Fry; Vogt; Slenes, 1996.

para além da prova da existência de atributos culturais ou da definição mais corrente de *comunidade de quilombos* (embora os documentos históricos evidenciem este aspecto da origem desta comunidade).

As classificações étnicas na região são evidentes e as fronteiras são muito marcadas. A cor é o idioma usado para referir diferenciações existentes. Todos os brancos sabem onde vivem e quem são os "morenos" e também que os "antigos" dali são os "morenos".

A discriminação racial que sofreram e sofrem também atesta sua condição de minoria étnica no contexto societário em que se situam, ou seja, no plano das suas relações com os grupos dominantes e com os poderes instituídos politicamente nos municípios de Maquiné e Osório.<sup>864</sup>

As identidades se recriam, são dinâmicas, adequando os elementos que selecionam para marcá-las em diferentes conjunturas sociais e históricas, mesmo que a memória resguarde a *gênese* de sua constituição em tudo semelhante ao que pode ser encontrado em documentos históricos. Em Morro Alto, esta *gênese* é um dos atributos significativos de seleção para inclusão e exclusão na comunidade. A permeabilidade da fronteira com a sociedade envolvente é limitada pela memória da descendência que explica a origem e o destino das terras de Morro Alto. Ou seja, a comunidade inicia ali e deve ter ali o destino de seus sucessores, seguindo as regras de transmissão da terra e do lugar social.

O modo de inserção social étnico – etnicismo nos termos de João Pacheco de Oliveira (2002) – comporta divisões e subdivisões, incorporações de *outros* ou *pelos outros*. E além disso, como diria Oliveira, "que forma de continuidade histórica e cultural grupos dominados podem conservar?" Como garantir a sua persistência e permanência no território sem dialogar com a sociedade envolvente? Como garantir a sobrevivência das gerações seguintes senão escolarizá-las? Como garantir a permanência sem selecionar e eleger pelo costume quem ficará na terra? O que exigir de quem fica? Nesse sentido, vê-se que a comunidade de Morro Alto encontrou no parentesco e no maçambique (percebido também como uma *irmandade*, além de outras que articulam redes estreitas tais como a de Nossa Senhora Aparecida) e na territorialidade o modo de preservar a ancestralidade que dá base a sua continuidade comunitária e cultural. O sangue, a terra, a devoção e o modo tradicional de sua manifestação falam da sua existência e de sua origem africana, ex-escrava e quilombola. Esse é o patrimônio que legarão aos descendentes e esses são os valores que mantêm os laços entre os que ficaram e os que saíram, mas que retornam para as festas, férias e para engrossar as fileiras na luta pela recuperação das terras.

Em Morro Alto, na mesma forma que os grupos indígenas e outras comunidades afro-descendentes, a territorialização dos "morenos" variou demograficamente no decorrer de sua longa história devido a movimentos migratórios, processos políticos e eco-

---

<sup>864</sup> Estes municípios possuem vários núcleos populacionais reconhecidos como lugares de "morenos". Além de Morro Alto, Ribeirão, Barrancinhas, Faxinal do Morro Alto, há Prainha, Linha Jaguarão (localidade do ramo de Lula, um famoso chefe de Maçambique "da antiga"), Restinga, entre outras.

nômicos. A história da comunidade e de seu território bem demonstram que ela passou por movimentos de expansão e contração, dispersão e aglutinação. Dada a crise nacional há atualmente uma expectativa de retorno para além do retorno tradicional para “morrer na terra” que vem sendo praticado ao longo do tempo. A dinâmica de retorno agudiza a crise e reinstaura o território como elemento fundamental nas identidades e nas estratégias de sobrevivência, tornando imprescindível para sua continuidade como grupo etnicamente diferenciado e sua reprodução biológica e social.

O esgotamento de algumas das pedreiras, as reservas – de biosfera e áreas de preservação ambiental –, o monopólio do comércio de pedras e areias, a redução da área agricultável – decorrente da expropriação possibilitada pela não-regulamentação de seus direitos territoriais –, pressionaram parte da comunidade a emigrar em busca de outras fontes de sobrevivência e melhoria de vida. Muitos destes prosperaram, através da escolarização e de empregos mais estáveis e melhor remunerados. Estes voltam para “ajudar” na luta pela titulação e esperam ver o sonho dos “antigos” realizado. Para alguns destes, a titulação das terras dos ancestrais é quase um *desagravo*, uma recuperação da dignidade que a terra havia concedido a eles.

Outros – que também saíram –, as adversidades da vida, infortúnios como a viuvez, como exemplo, ou o desemprego, doença, abandono, voltaram e fazem deste retorno uma aspiração, uma oportunidade de retomar o trabalho na terra para sobreviver junto a seus parentes em Morro Alto ou para terem ali um *chá* para morar. Estão ali, residindo nos terrenos de seus pais, avós, tios, prontos a preencher os espaços territoriais perdidos oferecendo suas famílias e seu trabalho.

Viu-se que a comunidade de Morro Alto é mais do que a área atualmente ocupada. Morro Alto se define como um lugar de “morenos”, “negros”, “negros descascados” e estende suas fronteiras sobre o território por decorrência de um estilo de vida preservado no cotidiano e na memória e que aspira ser atualizado há muito tempo, conforme vimos ao longo deste trabalho. A presença de negros em “chácaras”, “sítios”, “terrenos”, ao longo das trilhas que ligam o Morro da Vigia, o Morro das Crioulas, Morro Alto, Barranceira, Despraiado, Morro do Chiquinho, Faxinal (“faxina”), apontam para a característica peculiar desta comunidade: pertencer ao Morro Alto e ser parente.

Percorrer este território só foi possível por parentes que indicavam parentes como membros de uma das comunidades locais que fazem da região um território negro. Essas indicações por vezes levaram os pesquisadores a Capão da Canoa, a Osório, bem como motivaram a vinda de membros descendentes das diversas “linhagens” escravas – construídas com base nos ancestrais, tronco dos quais cresceram os ramos que fincaram raízes na terra e que permaneceram como elos de ligação dela com aqueles que emigraram em busca de mudança e melhoria de vida – para conhecerem e darem seu depoimento aos pesquisadores. Muitos vinham apenas para *ajudar*, outros em busca da recuperação da terra perdida.

Viu-se também que a perda de terras marcou toda a sua história. Sabe-se que territórios de comunidades tradicionais não se delimitam politicamente como Estados nacionais. Eles caracterizam-se mais por fluxos e comunicações interterritoriais e sempre que as perdas de terras criam barreiras ao trânsito entre segmentos comunitá-

rios, o grupo étnico sente-se privado de seus meios de existência. Assim, o território é o que fornece a um tempo elementos de uma identidade étnica e condições de reprodução. Em Morro Alto a propriedade legal da terra é decisiva para a continuação de sua presença culturalmente específica cuja riqueza deve ser garantida como patrimônio cultural.<sup>865</sup>

---

<sup>865</sup> Artigo 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. [...]

Artigo 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º – Cabem a administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Título VIII – Da Ordem Social. Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto. Seção II. Da Cultura. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.



## Referências

- AITA, Carmen; AXT, Gunter; ARAÚJO, Vladimir. *Parlamentares gaúchos das cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.
- ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner. Terras de preto, terras de santo e terras de índio: posse comunal e conflito. *Humanidades*, ano IV, n. 15, p. 42-48, 1987-1988.
- \_\_\_\_\_. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino. *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Associação Brasileira de Antropologia, 2002.
- ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O diretório dos índios. Um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora UnB, 1997.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1974-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BAIOCCHI, Mari N. *Negros do cedro: estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás*. São Paulo: Ática, 1983.
- BANDEIRA, Maria de Lourdes; DANTAS, Triana de Veneza Sodré. Furnas de Dionísio. In: O'DWYER, Eliane Cantarino. *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Associação Brasileira de Antropologia, 2002.
- BANTON, M. *A idéia de raça*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BARBOSA, Eni; CLEMENTE, Ir. Elvo. *O processo legislativo e a escravidão negra na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/CORAG, 1987.
- BARCELLOS, Daisy M. *Família e ascensão social de negros em Porto Alegre*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/UFRJ, 1996.
- \_\_\_\_\_. O Fantasma Dona Branca. *Barbarói*. Santa Cruz do Sul, n. 12, p. 4-52, jan/jun, 2000.
- BARROSO, Véra Lúcia Maciel. Os alemães em Santo Antônio da Patrulha: as colônias São Pedro e Três Forquilhas. In: ELY, Nilza Huyer. *Ratzes de Terra de Areia*. Porto Alegre: EST, 1999.
- BASTOS, M. E. Fernandes. Pequeno dicionário histórico e geográfico do município de Osório (antigo Conceição do Arroio). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. III trimestre, ano XVII. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1937.
- BERTULINE QUEIROZ, Maria Luiza. *A Vila do Rio Grande de São Pedro. 1737-1822*. Rio Grande: Editora da FURG, 1987.

BERUTE, Gabriel Santos. O tráfico de almas: uma análise do tráfico negreiro na capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul (1788-1819). *Resumos do XIII Salão de Iniciação Científica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. *Características dos escravos transportados para o Rio Grande de São Pedro: 1788 – 1802*. [No prelo].

BLUTEAU, D. Rafael. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. [Edição Eletrônica preparada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2000].

BOTT, Elisabeth. *Família e redes sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

CAMARGO, Ana Maria; BELLOTTO, Heloísa L. (Coord.). *Dicionário de terminologia arqui-  
vística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros. Núcleo Regional de São Paulo/Secretaria de Estado da Cultura. Departamento de Museus e Arquivos, 1994.

CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. História da Agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa. In: \_\_\_\_\_. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. *Escravo ou camponês. O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Fernando Henrique. Rio Grande do Sul e Santa Catarina. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1972. [Vol. 4: O Brasil Monárquico, Dispersão e Unidade].

\_\_\_\_\_. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARREIRA, António. *Notas sobre o tráfico português de escravos*. 2. ed. Lisboa, 1983.

CARTA DE PONTA DAS CANAS. *Textos e debates*. NUER. Número 9, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CESAR, Gessy Duque. Escravos e quilombolas no Litoral Norte. In: BARROSO, Vera et al. *Ratzes de Torres*. Porto Alegre: EST, 1996.

CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul – período colonial*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970. [1. ed. 1956].

CHALHOUB, Sidney. Jacob Gorender põe etiquetas nos historiadores. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 24 nov. 1990.

\_\_\_\_\_. *Visões da liberdade – uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORRÊA, Norton. *Batuque do Rio Grande do Sul: antropologia de uma religião afro-rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

CÔRREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999. Série Geografia Cultural.

- COSTA, Alfredo Rovílio. *O Rio Grande do Sul: completo estudo sobre o estado*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922.
- DALLA VECCHIA, Agostinho Mário. *Os filhos da escravidão*. Pelotas: UFPEL, 1993.
- DEBIEN, Gabriel. Cimarronaje en el Caribe Francés. In: PRICE, Richard. *Sociedades cimarronas*. Madri: Siglo Veintiuno Editores, 1981.
- DOMINGOS, Cláudio Leal. Documentos interessantes para as comunidades do litoral norte. In: BARROSO, Vera (Org.). *Raízes de Torres*. Porto Alegre: EST, 1996.
- ECKERT, Córdula. *Movimento dos Agricultores Sem-terra no Rio Grande do Sul (1960-64)*. Dissertação (Mestrado). 1984.
- ELIAS, Norbert. O processo civilizatório. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem. Lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880)*. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em História – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. *Terra, trabalho e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FERNANDES, Mariana Balen; BARCELLOS, Daisy Macedo de. Negros de Porto Alegre: memória e trajetórias – negros no futebol. In: *Salão de Iniciação Científica* (11: 1999: Porto Alegre, RS). Livro de resumo. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- \_\_\_\_\_. Futebol, mito e identidade brasileira: um estudo sobre jogadores negros em Porto Alegre. In: FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. *Olhares sobre o viver, o morrer e o permanecer a partir de um exercício etnográfico junto a idosos na cidade de Porto Alegre*. 1999.
- \_\_\_\_\_. Sociedades e clubes de negros: Sociabilidade e memória cultural [arquivo de computador]. In: *Salão de Iniciação Científica* (12: 2000: Porto Alegre). Livro de resumos. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, c. 1790- c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FONSECA, Cláudia; CARDARELLO, Andréa. O direito dos mais ou menos humanos. *Revista Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, n. 10, p. 83-122, 1999.
- FRAGOSO, João Luís; FLORENTINO, Manolo. *O arcasmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840*. 4. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: EST, 1980.
- FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1975.
- FUJIMOTO, N. S. V. M. Análise geomorfológica de Itapuã – norte da Laguna dos Patos. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, n. 11, p. 67-93, 1997.

\_\_\_\_\_. *Análise ambiental urbana na área metropolitana de Porto Alegre-RS: Sub-bacia Hidrográfica do Arroio Dilúvio*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981.

GARCIA, Elisa Frühaufer. A utilização da mão-de-obra indígena no Rio Grande de São Pedro: o caso dos índios administrados. In: *IV Congresso Brasileiro de História Econômica*. São Paulo: FEA – USP, 2001.

GARLET, Ivori José. *Duplicação da BR 101, trecho Florianópolis – Osório. Diagnóstico antropológico em subsídio à elaboração do EIA/RIMA. Impacto sobre as populações indígenas*. São Leopoldo: 1999. [Cópia xerográfica].

GERHARDT, C. H.; TRIAN, L. C.; GUTERREZ, L. M.; MAGALHÃES, R. G.; FERREIRA, L. O.; MIGUEL, L. A. *Caracterização do meio rural do município de Maquiné – RS: subsídios para um desenvolvimento rural sustentável*. Relatório de Pesquisa – Associação Ação Nascente Maquiné (ANAMA) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e Prefeitura de Maquiné. Porto Alegre, 2000.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GOLIN, Tau. *A guerra guaraníca*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Ediupf, 1998.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GONÇALVES, J. M. S.; SANTOS, N. M. Análise das classificações do relevo para o Rio Grande do sul. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, n. 13, p. 3-20, 1985.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

GUTFREIND, Ieda. O negro no Rio Grande do Sul: o vazio historiográfico. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, PUCRS, vol. XVI, n. 1 e 2, 1990.

HERRMAN, Jacqueline. Quilombos. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.) *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

HORN FILHO, N. O. *Geologia das folhas Torres, Três Cachoeiras, Arroio Teixeira e Maquiné, nordeste do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1987.

JARDIM, Marta. *Negociando fronteiras entre o trabalho, a mendicância e o crime: uma etnografia sobre a família e trabalho na grande Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

KERN, Arno Alvarez. Pescadores-coletores pré-históricos do litoral norte. In: \_\_\_\_\_. *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

LARA, Sílvia. *Campos da violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LAUREANO, Marisa. *A última vontade. Um estudo sobre os laços de parentesco entre os escravos na capitania do Rio Grande de São Pedro. 1767-1808*. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2000.

LAYTANO, Dante de. As congadas do município de Osório. *Boletim de Estudos do Folclore do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Associação Rio-Grandense de Música, 1945.

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). *Negros no sul do Brasil. Invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

\_\_\_\_\_. *Comunidade de Casca: territorialidade, direitos sucessórios e de cidadania*. Laudo Antropológico para instruir o Inquérito Civil Público, aberto em 13/09/1996, pela Procuradoria da República no RGS através da Portaria 13/19/MPF/PRDCRS – Universidade Federal de Santa Catarina/Departamento de Antropologia – NUER – Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas, Florianópolis, 2000.

\_\_\_\_\_. *O legado do testamento: a comunidade de Casca em perflcia*. Florianópolis: NUER/UFSC, 2002.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial – trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. *L'identité: séminaire interdisciplinaire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1983.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da agricultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MAESTRI, Mário. Gaúcho negro: da Escravidão ao trabalho livre na fazenda pastoril sulina. In: PEREIRA, Lúcia Regina et al. *Negras histórias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FAPERS/Evangraf/GT Negros – ANPUH/RS, 2002.

\_\_\_\_\_. *O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

\_\_\_\_\_. *Quilombos e quilombolas em terras gaúchas*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1979.

MAGALHÃES, Manoel Antônio de. Almanack da Vila de Porto Alegre, 1808. In: FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: EST, 1980.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: LECH, 1981.

MONIZ BANDEIRA, L. A. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

MONTEIRO, John. *Negros da terra: índios e bandeirantes na origem de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem. Práticas e representações sobre cativo e liberdade em Porto Alegre na segunda metade do século XIX (1858/1888)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

\_\_\_\_\_. *Os cativos e os homens de bem. Experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre 1858/1888*. Porto Alegre: EST, 2003.

\_\_\_\_\_. Boçais e malungos em terras de brancos: notícias sobre o último desembarque de escravos no Rio Grande do Sul. In: BEMFICA, Corália (Org.). *Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Carará*. Porto Alegre: EST, 2000.

NEIS, Ruben. *A guarda velha de Viamão*. Porto Alegre: EST/Sulina, 1975.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: \_\_\_\_\_. *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Associação Brasileira de Antropologia, 2002.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Sûr l'expertise anthropologique. Territoires et idéntites indigène au Brésil. *Revue du synthèse*: 4 S, n. 3-4, dezembro. 2000 p. 411-416.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins. Quilombo do Laudêncio, município de São Mateus. In: O'DWYER, Eliane Cantarino. *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Associação Brasileira de Antropologia, 2002.

ORNELLAS, Manoelito. *Gauchos e beduínos. A origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1976 [1956].

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

\_\_\_\_\_. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América*: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História/UFRJ, Niterói, 1999.

OVERING, Joanna. O mito como história. Um problema de tempo, realidade e outras questões. *Revista Mana*, Estudos de Antropologia Social, v. 1, n. 1, out. 1995.

PANOFF, Michel; PERRIN, Michel. *Dicionário de etnologia*. Lisboa: Edições 70, 1979. Coleção Léxis.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. República Velha gaúcha: Estado autoritário e economia. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio. *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

\_\_\_\_\_. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A questão da escravidão na Revolução Farroupilha. *Anais da V Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. São Paulo: SBPH, 1986.

\_\_\_\_\_. *O discurso abolicionista no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1989. [cópia xerográfica].

\_\_\_\_\_. Escravidão, imigração e abolição. Considerações sobre o Rio Grande do Sul do século XIX. *Anais da VIII Reunião da SBPH*. São Paulo, Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 1989.

\_\_\_\_\_. Rio Grande do Sul, província fronteira: fator de instabilidade política no processo de Independência do Brasil. *Anais da XIV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Salvador: SBPH, 1994.

\_\_\_\_\_. Século XIX: O Rio Grande do Sul e a estruturação do Estado Nacional brasileiro. A questão da identidade. *Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1997. a. 157 n. 390.

POLLAK, Michael. Memória e identidade. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.

QUEIROZ, Maria Isaura. *O campesinato brasileiro*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976. Série Estudos Brasileiros.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. Uma história da liberdade. In: \_\_\_\_\_. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

- RODEGHERO, Carla. *O diabo é vermelho*. Passo Fundo: UPF, 1998.
- ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América latina*. São Paulo: Alfa-ômega, 1984.
- RUSCHEL, Rui Rubem. Últimos combates maragatos no litoral. In: BARROSO, Vera; ELY, Nilza. *Ratzes de Terra de Areia*. Porto Alegre: EST, 1999.
- RUSCHEL, Rui Rubem; PALOMBINI, Bruno Caldas; PALOMBINI, Rafael. A inserção da “casa de telhas” na história do litoral gaúcho. In: BARROSO, Vera; ELY, Nilza. *Ratzes de Terra de Areia*. Porto Alegre: EST, 1999.
- SAINT-HILAIRE, *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1974.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul – século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1984.
- SANTOS, Juana. *Os Nagô e a morte*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SANTOS, Rui S. *Festa de Nossa Senhora Imaculada da Conceição: articulação, sociabilidade e etnicidade dos negros do Rincão dos Pretos no município de Rio Pardo*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- SCHMITZ, S. J. I. Parapeiros Guaranis em Osório (Rio Grande do Sul). *Pesquisas*. n. 2, ano 1958, separata. Porto Alegre: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1958.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001.
- SILVA, Augusto da. *Rafael Pinto Bandeira: de bandoleiro a governador. Relações entre os poderes privado e público no Rio Grande de São Pedro*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- SILVA, Marina Raymundo da. *Navegação lacustre Osório-Torres*. Porto Alegre: Luzzato, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Trajatória do poder legislativo municipal de Osório. 1857-1997*. Porto Alegre: Jollo, 1997
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SOARES, Leda. De paragem das conchas a capital das praias. In: BARROSO, Vera. *Ratzes de Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula e Tramandaí*. Porto Alegre: EST, 1992.
- SOUZA, Marina de Mello. *Reis negros no Brasil escravista – história da coroação do Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- STENZEL FILHO, Antônio. *A vila da serra (Conceição do Arroio). Sua descrição física e histórica. Usos e costumes até 1872 – Reminiscências*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1924.
- TAVARES, M. R. P. *Bacia hidrográfica do rio Maquiné, Maquiné/RS: subsídios para o zoneamento ambiental*. Trabalho de Graduação II, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- THOMPSON, E. P. *Costumbres en común*. Barcelona: Crítica, 1995.
- TOMAZ, Laycer. *Da senzala à capela*. Brasília: UnB, 2000.
- VILLWOCK, J. A. Geology of the coastal province of Rio Grande do sul, southern Brasil a synthesis. *Pesquisa*, 6. IGEO/UFRGS, 1984, p. 5-59.

VILLWOCK, J. A.; TOMAZELLI, L. J. Geologia costeira do Rio Grande do Sul. *Notas Técnicas*, Porto Alegre, Centro de Estudos de Geologia Costeiras e Oceânicas/UFRGS, 08, 1995, p. 1-45.

VOGT, Carlos; FRY, Peter. *Cafundó: a África no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

WEBER, Max. Comunidades étnicas. In: *Economia y sociedad*. Mexico: Fondo de Cultura Económica. 1983. p. 315-327.

WOORTMANN, Klaas. Fuga a três vozes. *Série antropológica*, n. 129, Brasília, UnB, 1992.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: UnB, 1997.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX*. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

\_\_\_\_\_. *História agrária do planalto gaúcho. 1850-1920*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.



## Anexo genealógico

Os gráficos genealógicos que aqui apresentamos não pretendem ser exaustivos ou dar conta da complexidade dos vínculos de uma comunidade em que “todos são parentes”. Ainda que se tenha feito o esforço de realizar o estudo genealógico com o maior grau de precisão possível, quaisquer equívocos, omissões ou lacunas poderão ser corrigidas posteriormente por meio de erratas.

Foram selecionadas algumas parentelas significativas e, a partir de um ego, traçadas as suas relações familiares horizontais e verticais. As mesmas foram elucidadas a partir de informações complementares:

- a) vínculos de parentesco explicitados pelo ego;
- b) vínculos de parentesco explicitados por familiares do ego;
- c) vínculos de parentesco percebidos por meio de documentação esparsa (certidões, registros de batismo, inventários e testamentos);
- d) vínculos de parentesco deduzidos a partir do cruzamento de depoimentos de diferentes informantes entre si e com as fontes documentais;

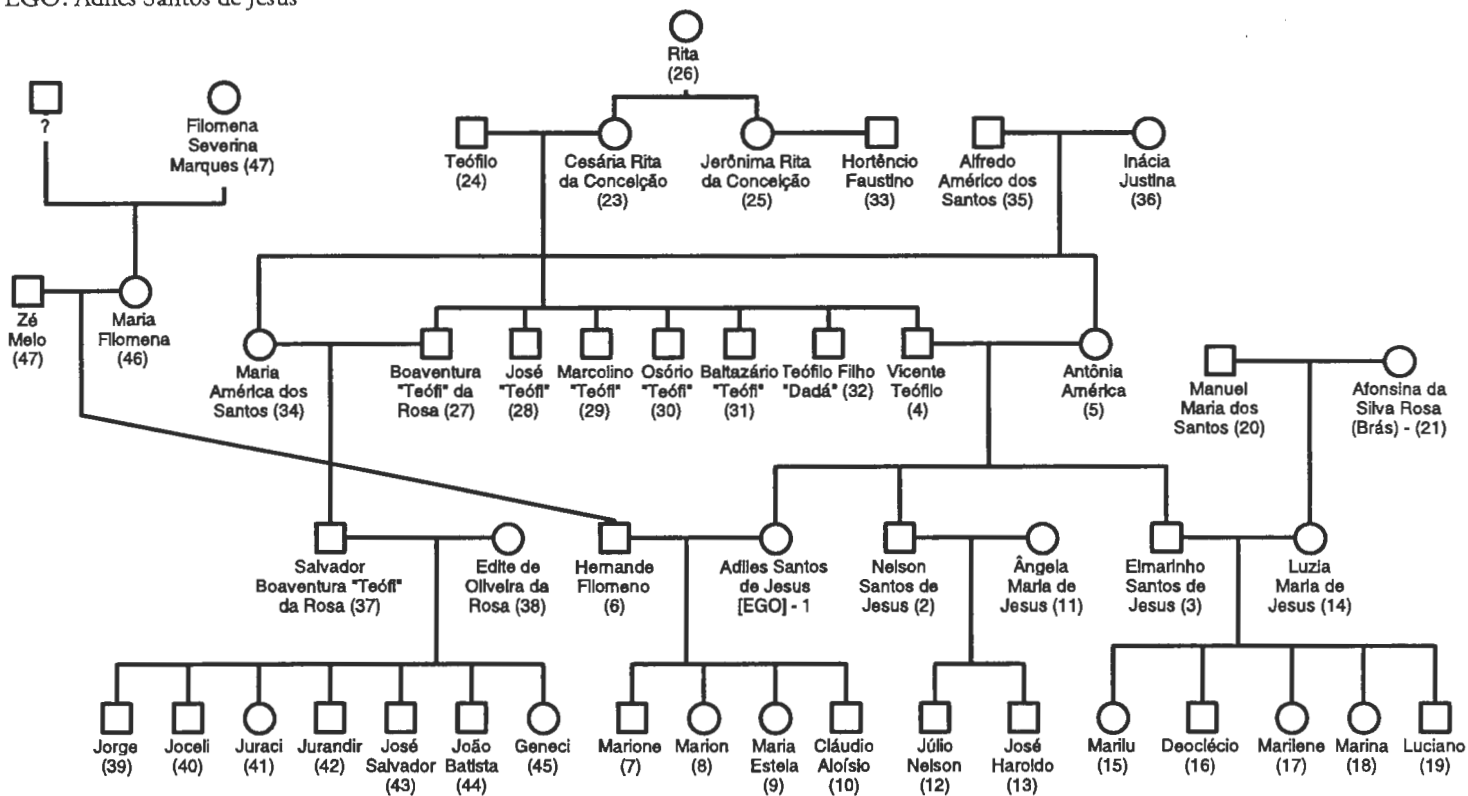
Isso significa, pois, que nem todas as relações familiares aqui apresentadas são reconhecidas/reivindicadas pelos informantes como tais. Nem todas as relações de parentesco aqui apresentadas são atualizadas ou mantidas pela comunidade nos dias de hoje.

O ego não necessariamente é um informante, embora seja em parte significativa dos casos. Pode também ser alguma pessoa de grande importância na parentela em questão.

## GRÁFICO GENEALÓGICO 15

O "ramo" dos Teófis

EGO: Adiles Santos de Jesus



Vicente Teófilo de Jesus

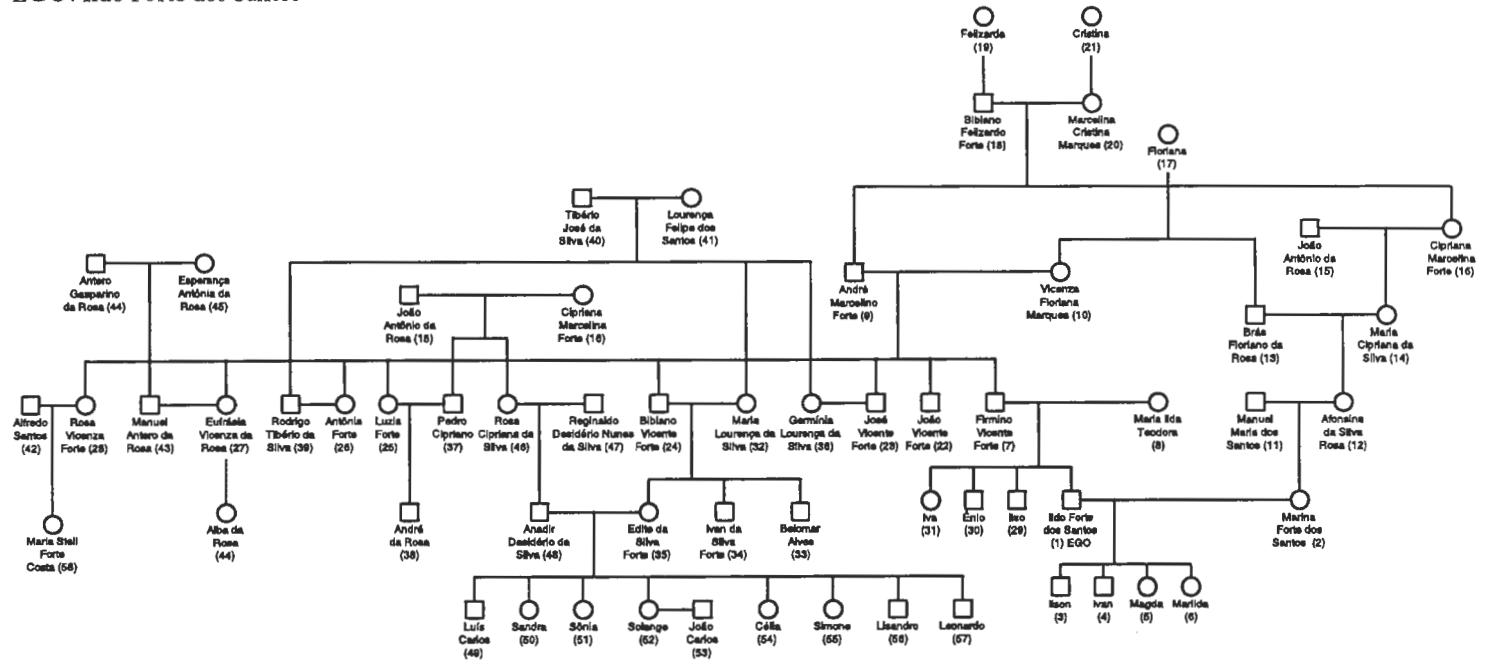


Antônia América dos Santos

Fotos gentilmente cedidas por Adiles Santos de Jesus, filha de Vicente e Antônia.

## GRÁFICO GENEALÓGICO 16

O “ramo” dos Forte  
 EGO: Ildo Forte dos Santos



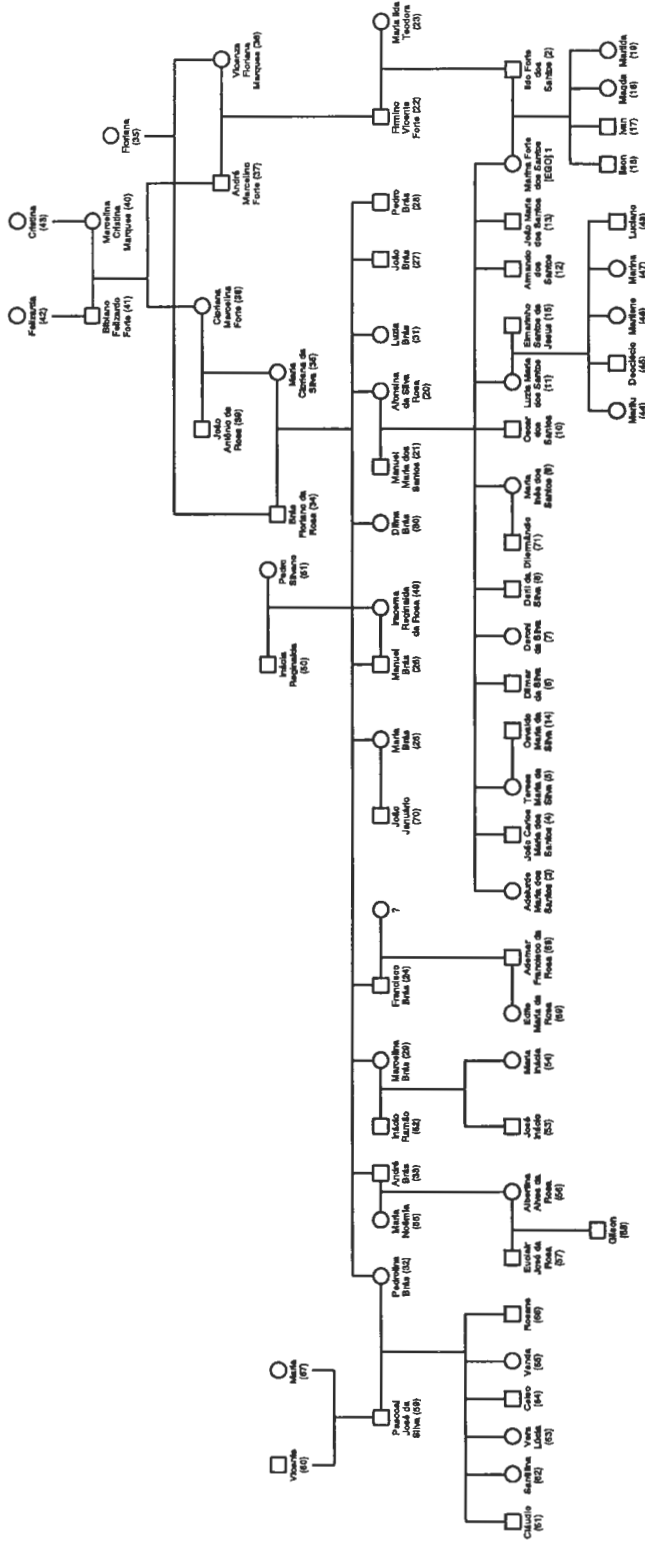


Dois "antigos" da família Forte: Firmino Vicente Forte e João Vicente Forte.

Foto gentilmente cedida por Marina Santos Forte.

# GRÁFICO GENEALÓGICO 17

O "ramo" dos Brás  
EGO: Marina Forte dos Santos



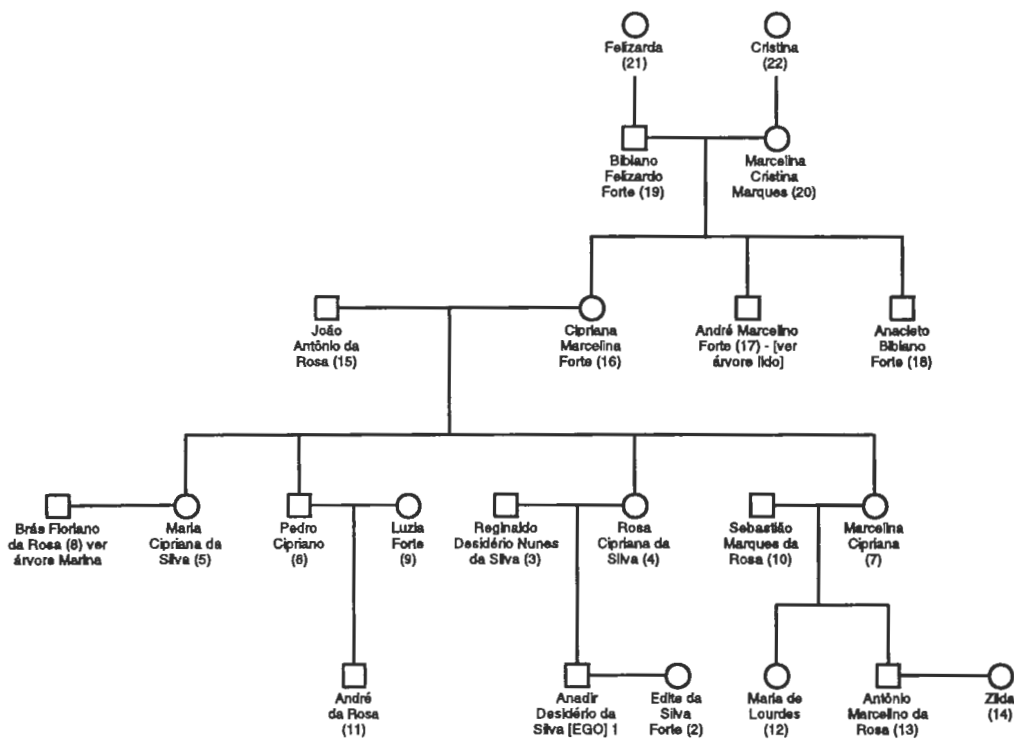


Nesta foto, gentilmente cedida por Luzia Maria de Jesus (família Brás), referente ao seu casamento com Elmarino de Jesus (família Teófis), aparecem diversos familiares da noiva. Da esquerda para a direita: João Januário Forte e sua esposa, Mariquinha (família Forte); Oscar e Teresa, irmãos da noiva; Luzia e Elmarino; "Tia Marica" e seu marido, André Brás; Maria Brás (tanto Maria quanto André, tios de Luzia); Pedro Serafino (família Teresa).

# GRÁFICO GENEALÓGICO 18

O "ramo" de Cipriana

EGO: Anadir Desidério da Silva





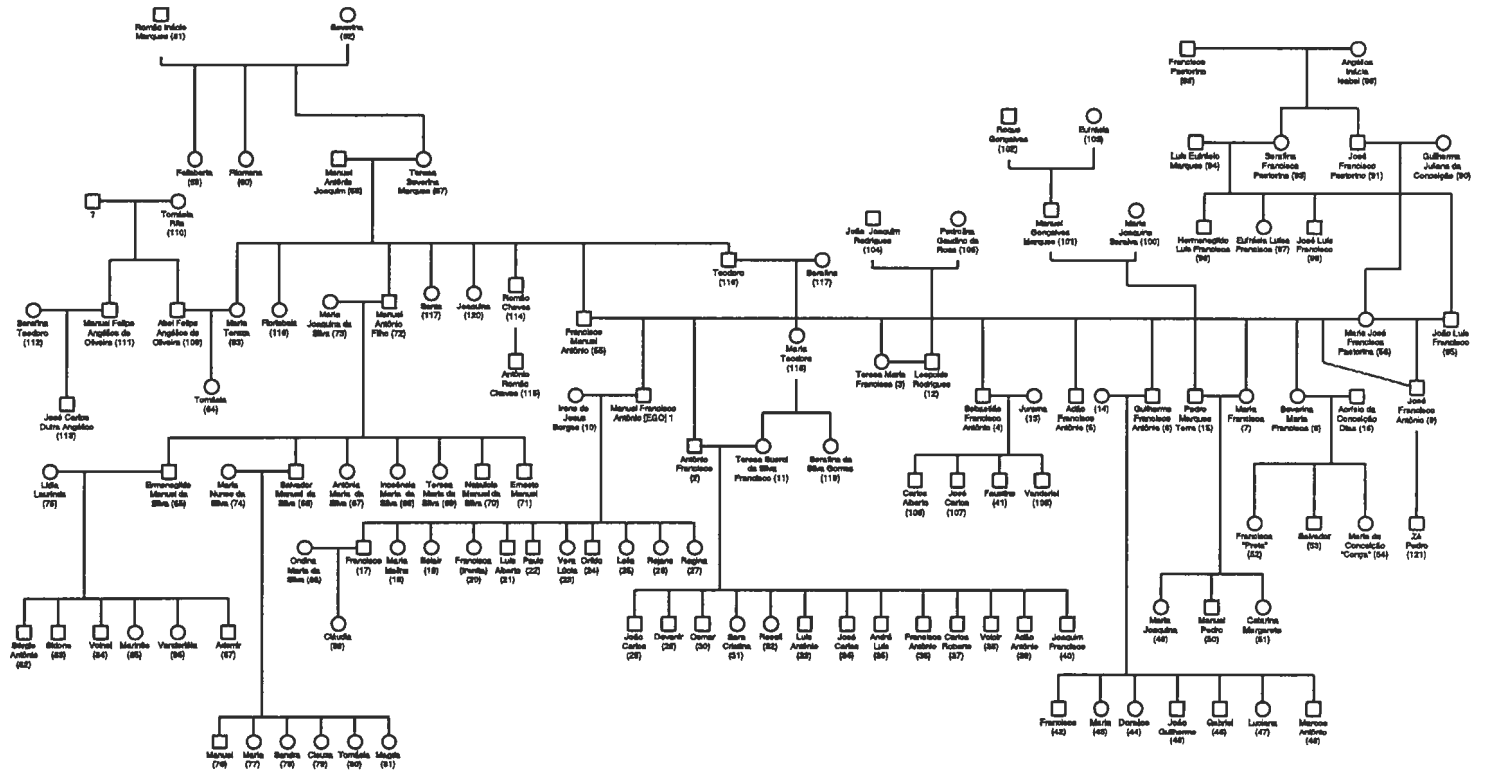
# GRÁFICO GENEALÓGICO 19

O “ramo” dos Teresa

EGO: Manuel Francisco Antônio.

Para os dados relativos à descendência de Manuel Antônio Filho,

Ermenegildo Manuel da Silva e Salvador Manuel da Silva foram informantes fundamentais.



Antônio Francisco (irmão de Manuel,  
ego na árvore genealógica dos Teresa)



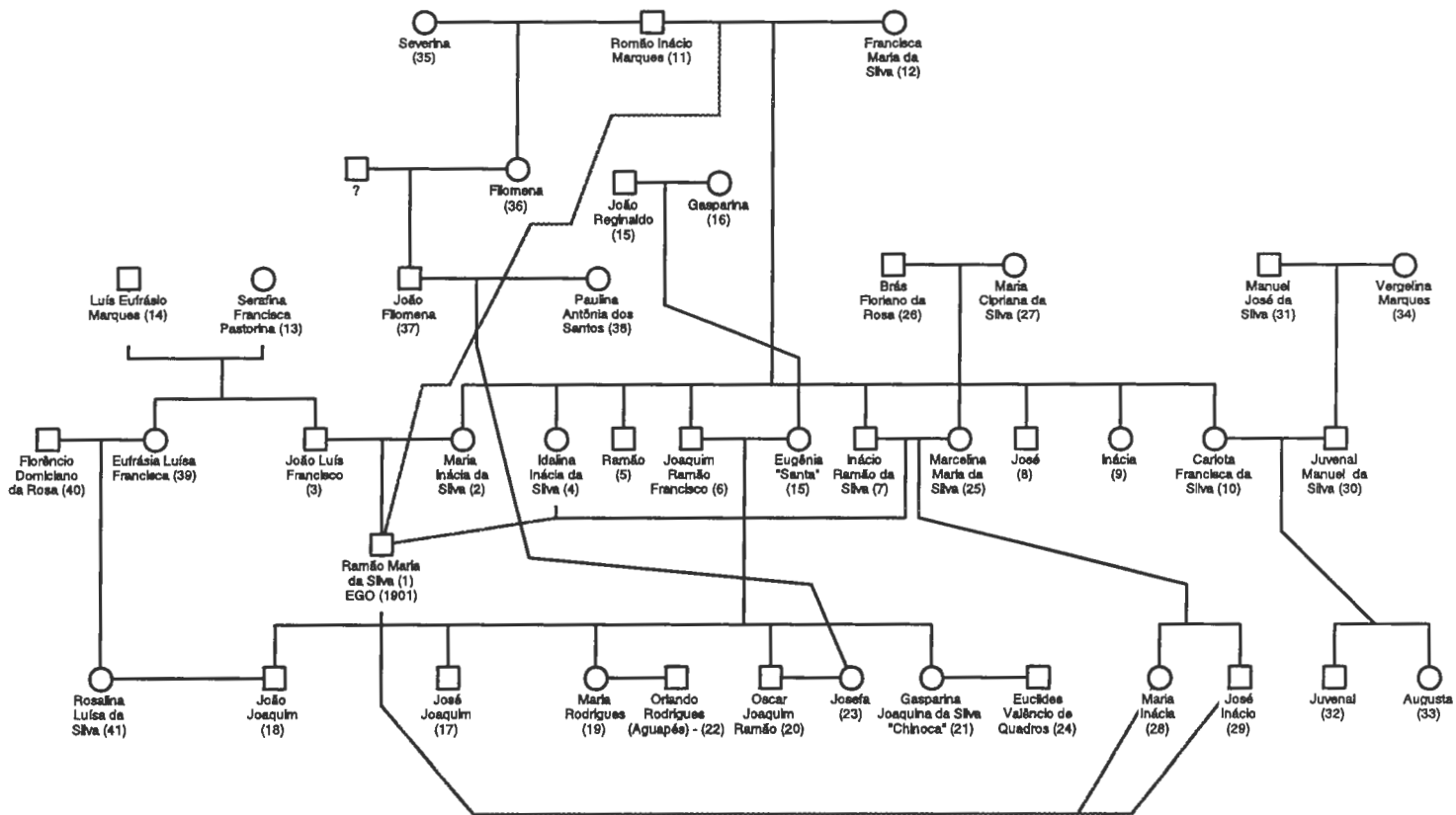
Teresa Suerci da Silva Francisco (falecida  
esposa de Antônio e cunhada de Manuel)



Fotos gentilmente cedidas por Antônio  
Francisco.

# GRÁFICO GENEALÓGICO 20

O "ramo" dos Inácio  
 EGO: Ramão Maria da Silva

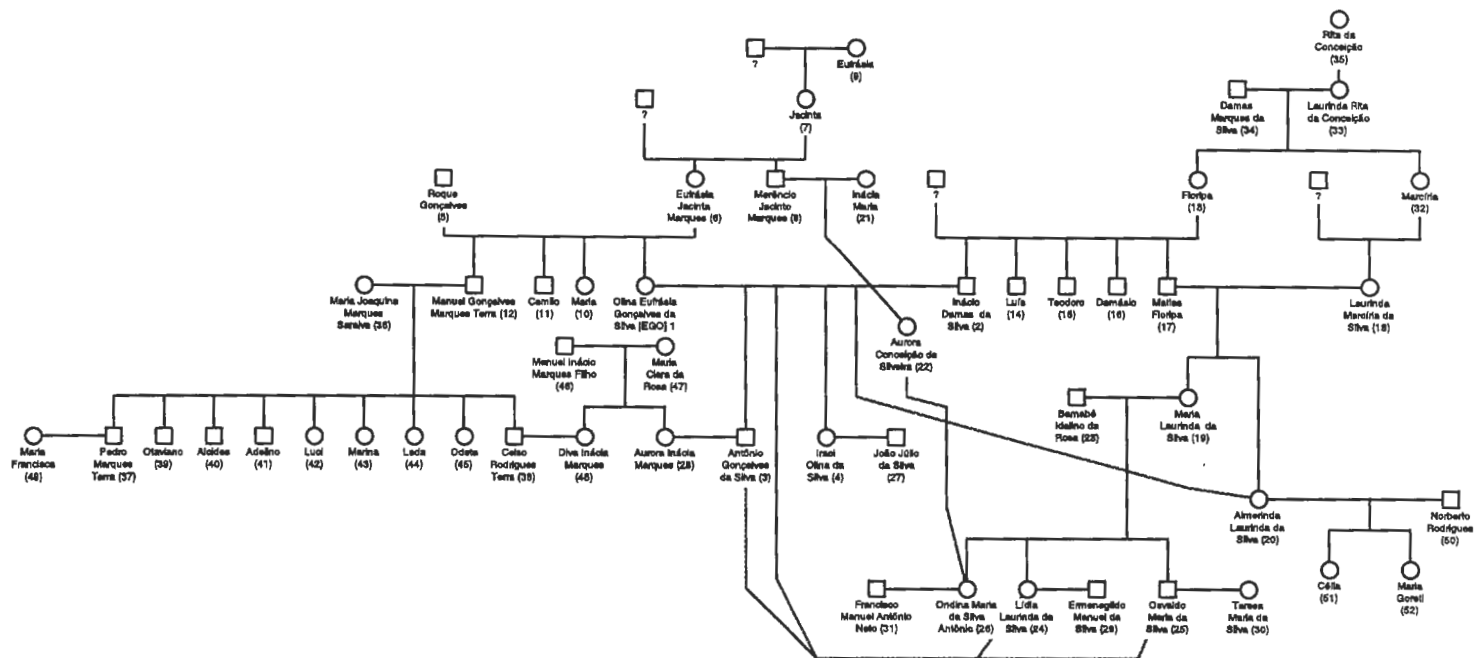


## GRÁFICO GENEALÓGICO 21

O “ramo” dos Eufrásia

EGO: Olina Eufrásia Gonçalves da Silva

A família de Laurinda foi aqui incluída por sua forte ligação com os Eufrásia.

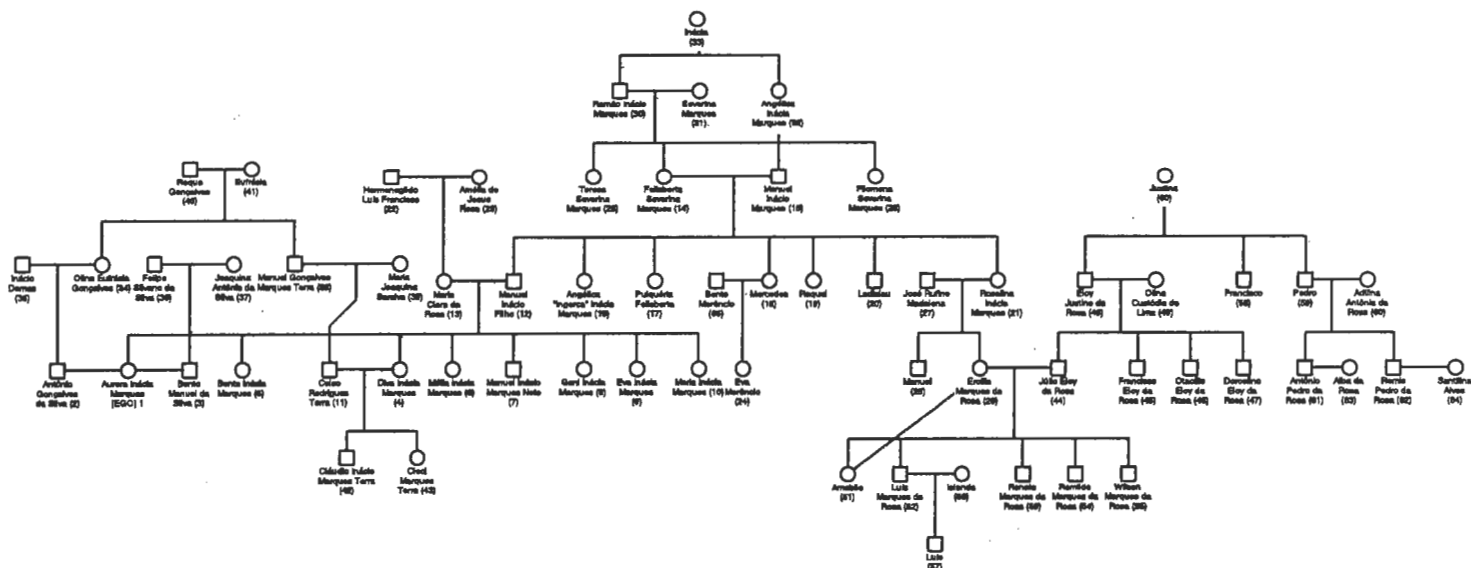


## GRÁFICO GENEALÓGICO 22

O “ramo” de Felisberta

EGO: Aurora Inácia Marques

A família dos “Hilórios” está presente nesta árvore graças à aliança matrimonial entre Ercília Marques da Rosa e Julio Eloy da Rosa. No que diz respeito à família de seu marido, as informações foram fornecidas por dona Ercília.





Manuel Inácio Marques Filho e Maria Clara da Rosa, pais de Aurora Inácia Marques (ego na árvore genealógica dos Felisberta). Eles estão junto de uma neta, de nome Augusta.

Foto gentilmente cedida por Diva Inácia Marques.



Ercília Marques da Rosa (prima de Aurora e Diva), com alguns ex-alunos. Dona Ercília foi professora primária em diversas localidades do litoral norte.

Foto gentilmente cedida por Ercília Marques da Rosa.

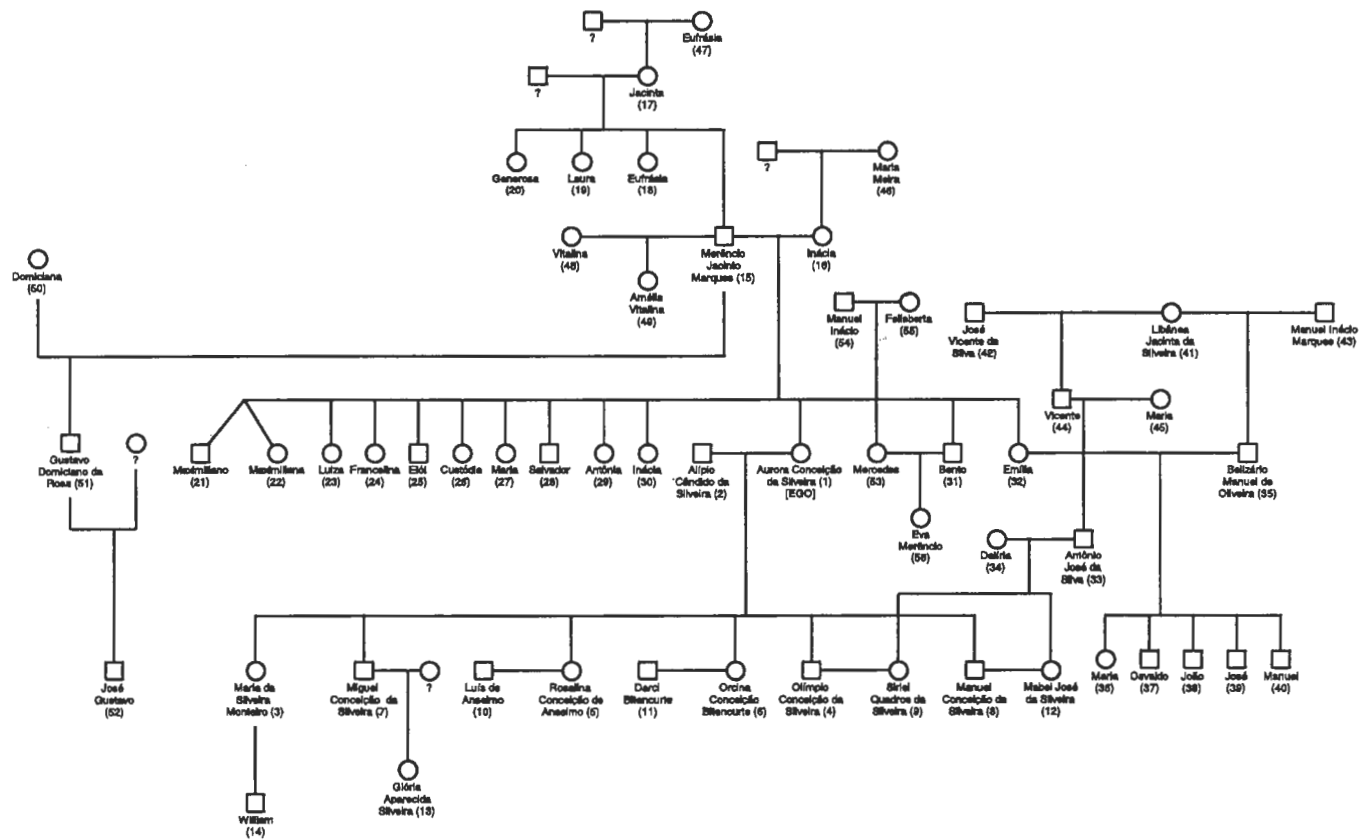


Eva Merêncio (à direita) é neta paterna de Merêncio e materna de Felisberta.

Fotografia gentilmente cedida por Edite Maria da Rosa.

## GRÁFICO GENEALÓGICO 23

O "ramo" de Merêncio  
 EGO: Aurora Conceição da Silveira







Alípio Conceição da Silveira, falecido marido de Aurora Conceição da Silveira.

Foto gentilmente cedida por seu filho, Manuel da Conceição da Silveira.



Francelina Marques da Conceição, falecida irmã de Aurora Conceição da Silveira.

Foto gentilmente cedida por Manuel Conceição da Silveira.



Luiza Marques da Conceição, falecida irmã de Aurora Conceição da Silveira.

Foto gentilmente cedida por Manuel Conceição da Silveira.



Salvador Marques da Conceição, falecido irmão de Aurora Conceição da Silveira.

Foto gentilmente cedida por Manuel Conceição da Silveira.

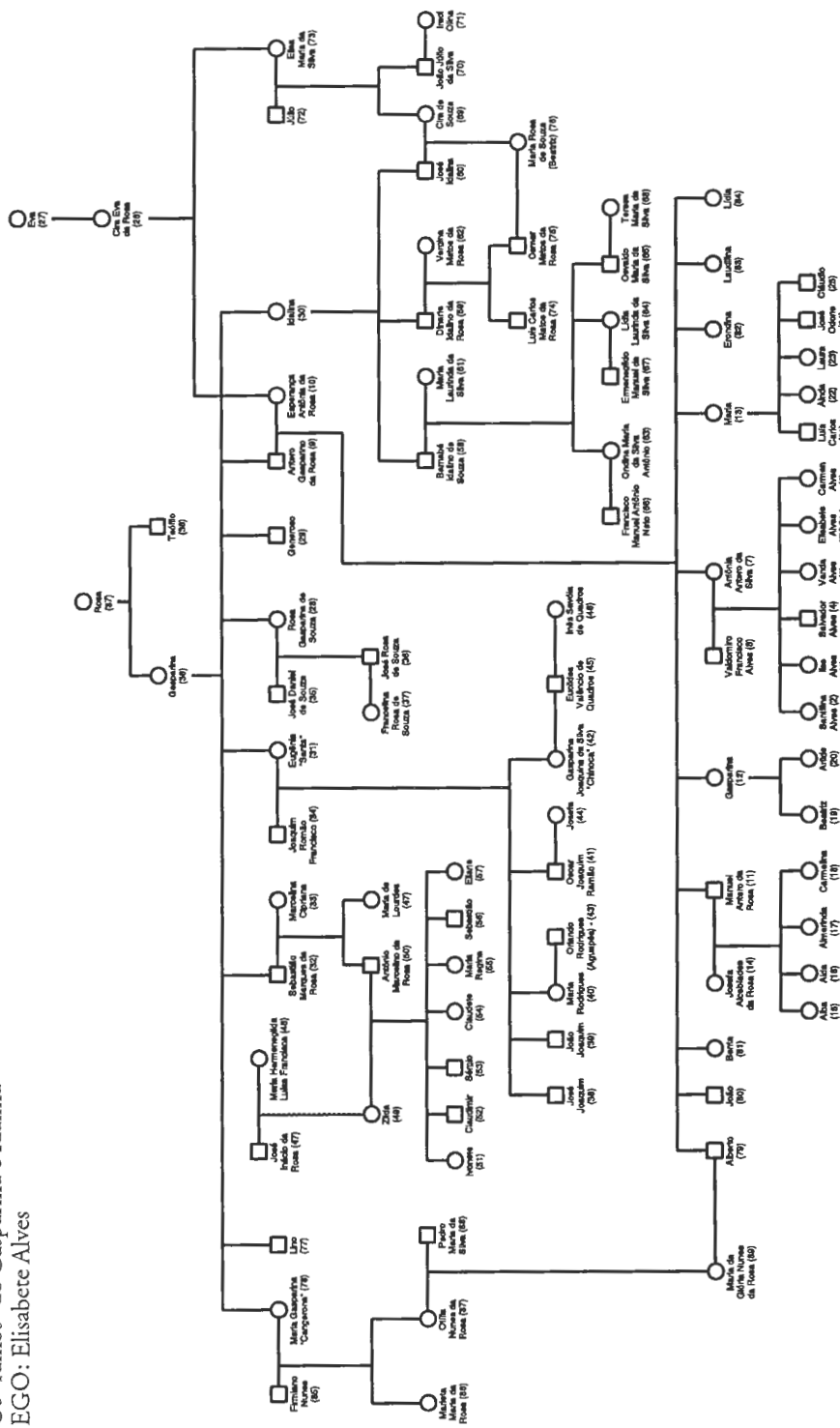


Maximiliana Marques da Conceição, falecida irmã de Aurora Conceição da Silveira.

Foto gentilmente cedida por Manuel Conceição da Silveira.

### GRÁFICO GENEALÓGICO 24

Os "ramos" de Gasparina e Idalina  
EGO: Elisabete Alves

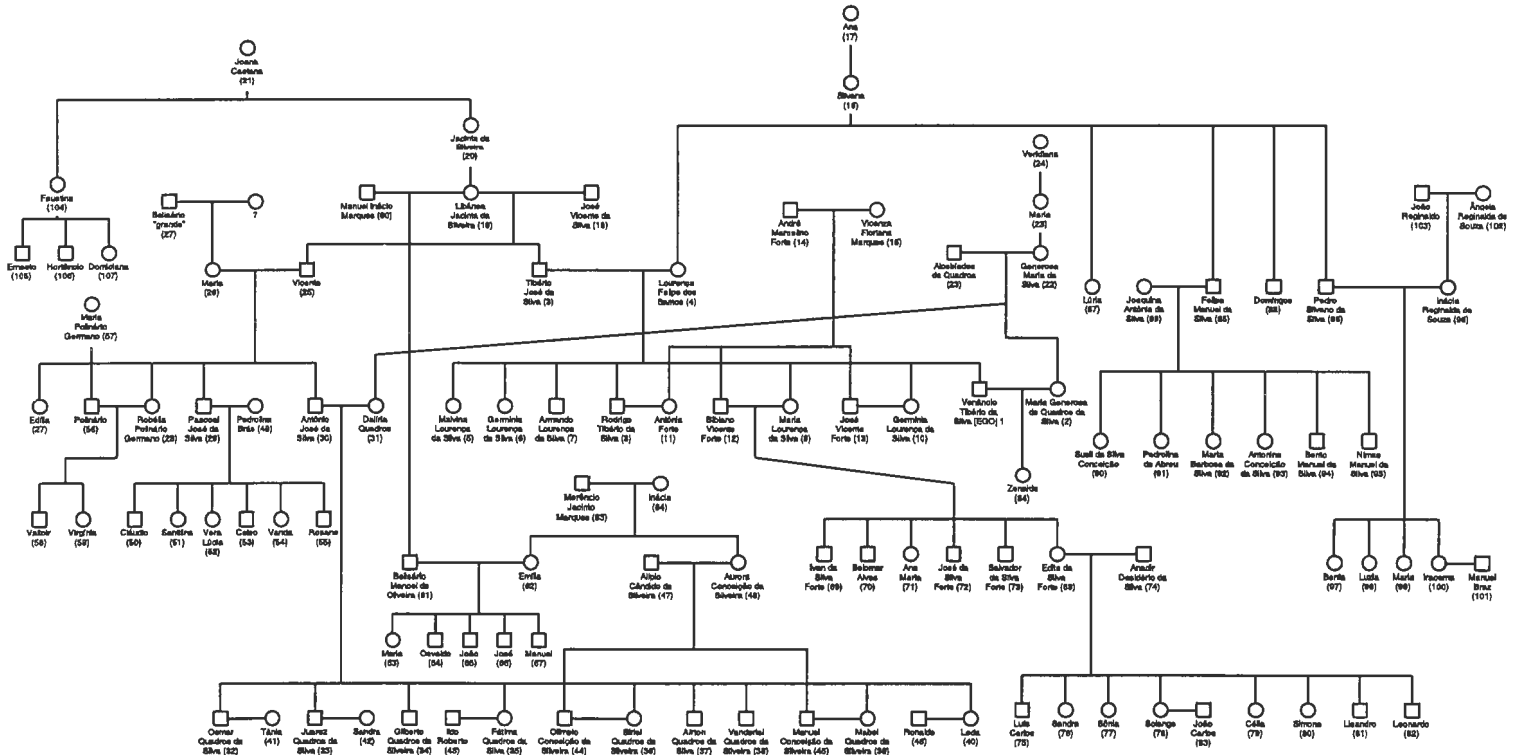




Na foto, gentilmente cedida por Maria Helena Couto, aparecem integrantes das famílias Hortêncio, Lourença, Gasparina e Belisário. Da esquerda para a direita: Estevão Hortêncio, Venâncio Tibério da Silva, pessoa não-identificada, Manuel Antero Gasparino, Gasparino Antero, João Júlio da Silva, Adolardo, Manuel Generoso, Elpídio Rosa, pessoa não-identificada, Lindiomário, Osvaldo Belisário. Esta foto proporcionou um belíssimo momento de reencontro da comunidade com seu passado, já que diversas pessoas ajudaram-nos, reunidas coletivamente, na identificação dos participantes da foto (Maria Helena Couto, Ermenegildo Manuel da Silva e Elisabete Alves). Cada um "sabia uma parte".

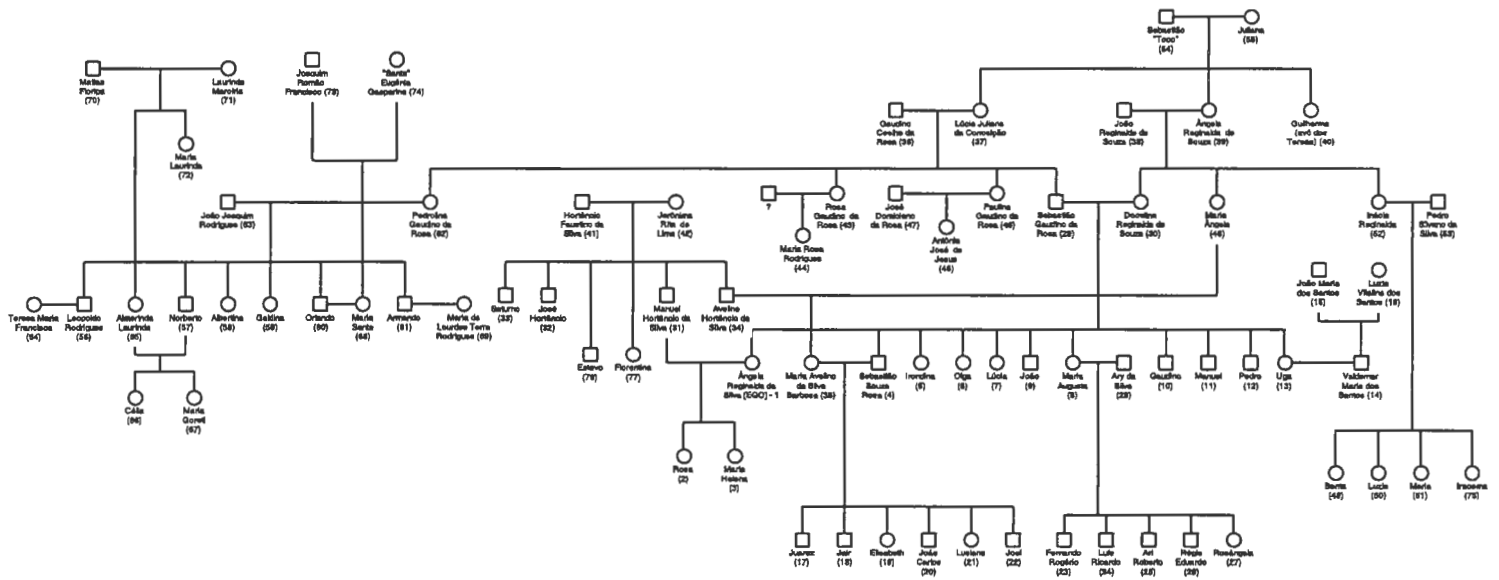
GRÁFICO GENEALÓGICO 25

Os “ramos” de Libânea, Tibércio, Lourença, Vicente, Silvana, Belisário e Generosa.  
 EGO: Venâncio Tibério da Silva



# GRÁFICO GENEALÓGICO 26

Os “ramos” de Reginalda, Gaudino, Rodrigues e Hortêncio.  
 EGO: Ângela Reginalda da Silva.





Ângela Reginalda de Souza, ego na árvore genealógica dos "ramos" de Reginalda, Gaudino, Rodrigues e Hortêncio.



Foto do casamento de dona Ângela Reginalda de Souza com Manuel Hortêncio.





Augusta e Docelina Reginalda de Souza, respectivamente irmã e mãe de Ângela Reginalda de Souza.



Família de Erondina, falecida irmã de dona Ângela. Residia em Agupés, no "Cantão".



Também no "Cantão", irmãos de Ângela. Da esquerda para a direita, Manuel, Sebastião, Pedro e Gaudino.

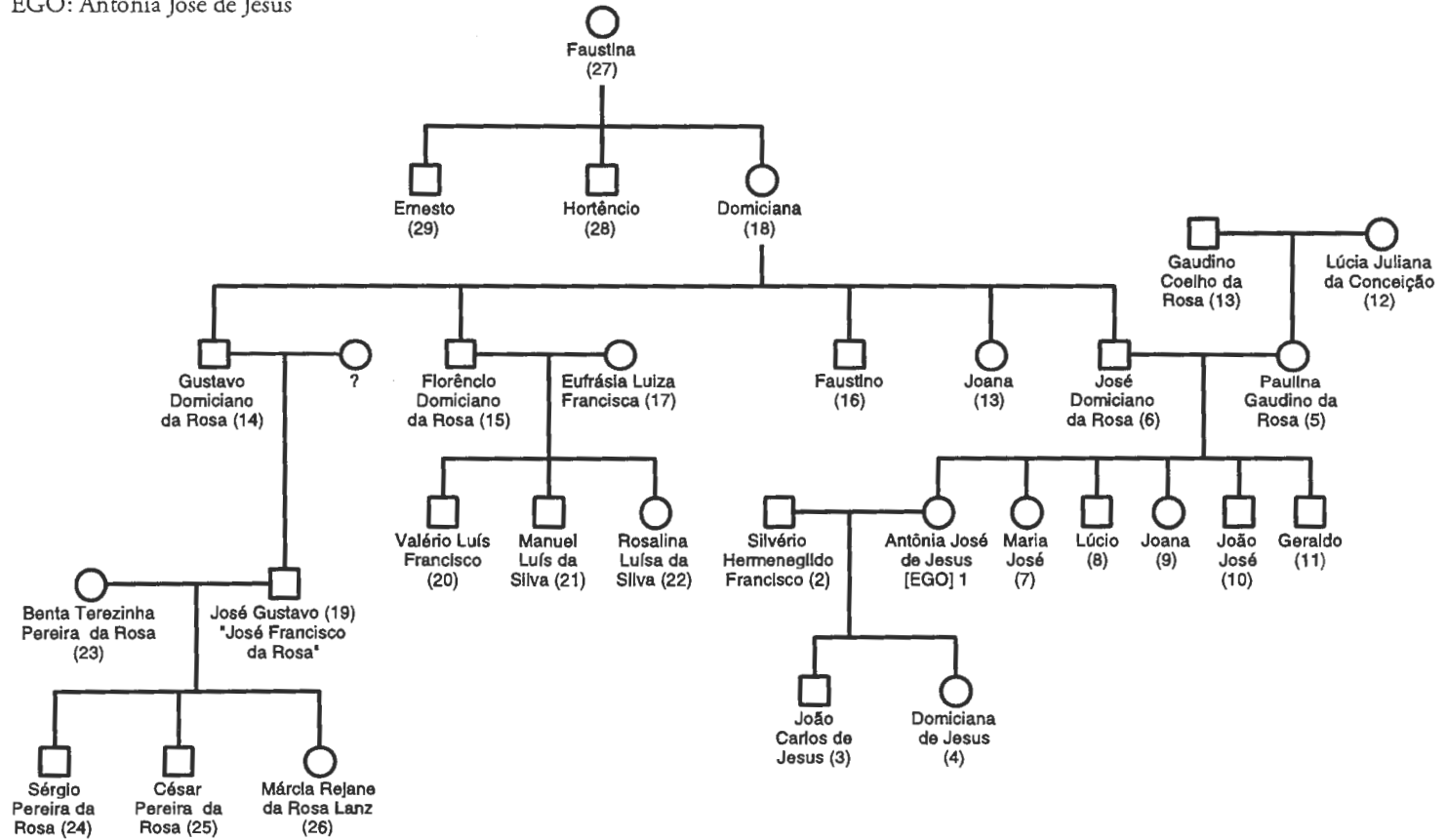


Florentina, irmã de Manuel Hortêncio.

Fotos gentilmente cedidas por Maria Helena Couto.

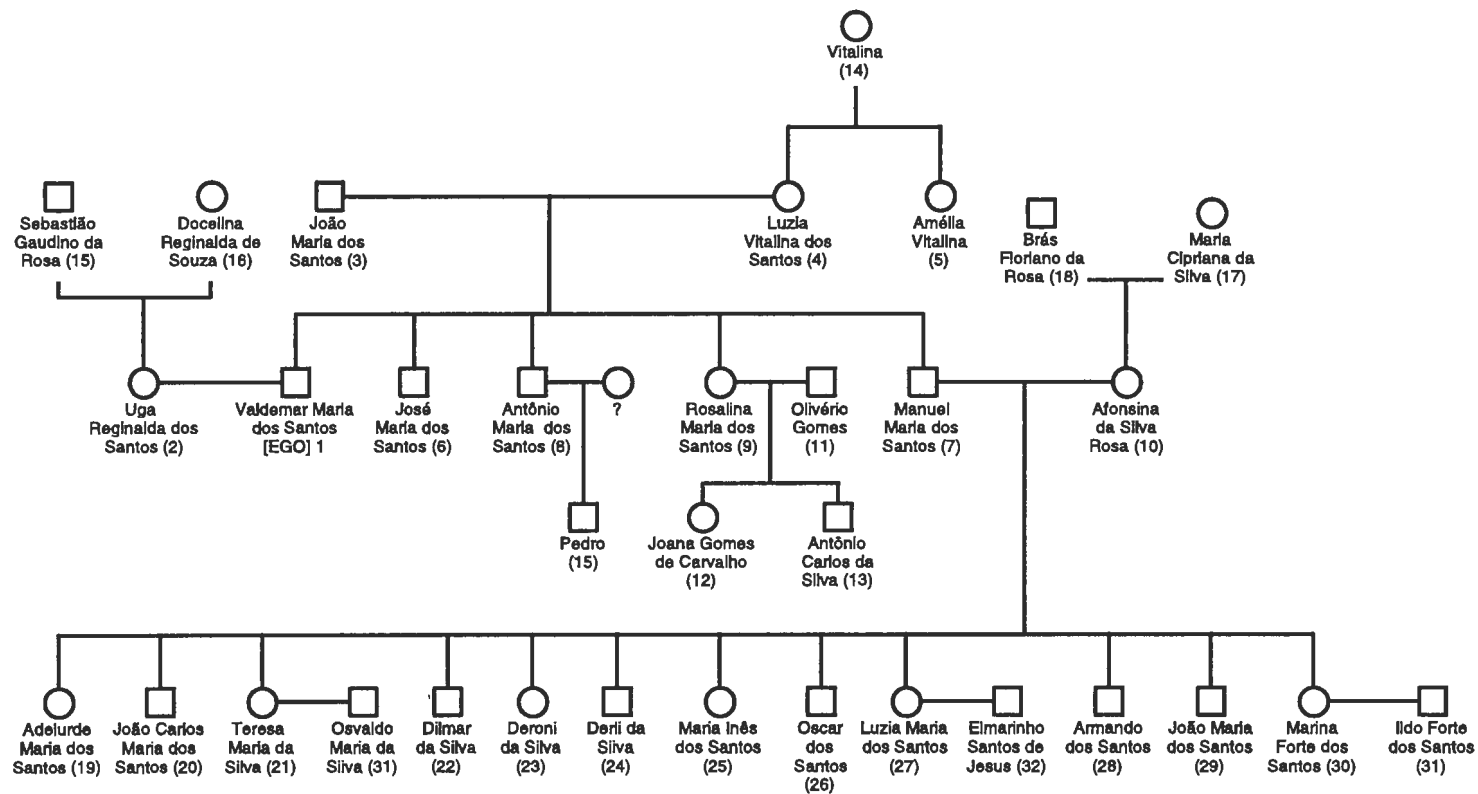
## GRÁFICO GENEALÓGICO 27

O "ramo" de Domiciana  
 EGO: Antônia José de Jesus



# GRÁFICO GENEALÓGICO 28

O “ramo” dos Maria  
 EGO: Valdemar Maria dos Santos





Valdemar Maria, quando jovem. "Seu Valdo" é o ego da genealogia do "ramo" dos Maria.

Foto gentilmente cedida por Luzia Maria de Jesus.

## Lista de gráficos genealógicos

1. Famílias Marques da Rosa, Osório e Nunes da Silveira – anexado após o capítulo 1.1.
2. Descendência de Inácia (I), escrava de José Marques da Rosa – ver capítulo 1.3.
3. Descendência de Inácia (II), escrava de Joaquina Maria Marques – ver capítulo 1.3.
4. Descendência de Florianana e Marcelina, escravas de Maria Bernarda Marques – ver capítulo 1.3.
5. Descendência de Vitalina, escrava de Manuel Antônio Marques – ver capítulo 1.3.
6. Memória e parentesco – Teresas e Severinas – ver capítulo 1.3.
7. Memória e parentesco – Damas e Laurindas – ver capítulo 1.3.
8. Memória e parentesco – Eufrásias e Luíses – ver capítulo 1.3.
9. Memória e compadrio – Inácias e Angélicas – ver capítulo 1.3.
10. Memória, parentesco e compadrio – Joanas, Josés e Faustinos – ver capítulo 1.3.
11. Filhos naturais e de criação: o caso da família de Olina Eufrásia – ver capítulo 2.1.
12. Filhos naturais e de criação: o caso da família de Ramão Maria da Silva – ver capítulo 2.1.
13. Descendência de Francisco Pastorino – anexado após o capítulo 2.1.
- 14a e 14b. A “irmandade” do maçambique – anexado após capítulo 2.2.
15. O “ramo” dos Teófis. EGO: Adiles Santos de Jesus (Ribeirão)
16. O “ramo” dos Forte. EGO: Ildo Forte dos Santos (Ribeirão e Borba)
17. O “ramo” dos Brás. EGO: Marina Forte dos Santos (Ribeirão e Borba)
18. O “ramo” de Cipriana. EGO: Anadir Desidério da Silva (Borba e Ribeirão)
19. O “ramo” dos Teresa. EGO: Manuel Francisco Antônio (Morro Alto e Espriado)
20. O “ramo” dos Inácio. EGO: Ramão Maria da Silva (Morro Alto)
21. O “ramo” dos Eufrásia. EGO: Olina Eufrásia Gonçalves da Silva (Morro Alto)
22. O “ramo” de Felisberta. EGO: Aurora Inácia Marques (Espriado e Prainha)
23. O “ramo” de Merêncio. EGO: Aurora Conceição da Silveira (Morro Alto e Faxinal do Morro Alto)
24. O “ramo” de Gasparina. EGO: Elisabete Alves (Faxinal do Morro Alto)
25. Os “ramos” de Libânea, Tibério, Lourença, Vicente, Silvana, Belisário e Generosa. EGO: Venâncio Tibério da Silva (Ribeirão e Faxinal do Morro Alto)
26. Os “ramos” de Reginalda, Gaudino, Rodrigues e Hortêncio. EGO: Ângela Reginalda da Silva (Aguapés e Barranceiras)
27. O “ramo” de Domiciana. EGO: Antônia José de Jesus (Barranceiras, Borba e Faxinal do Morro Alto)
28. O “ramo” dos Maria. EGO: Valdemar Maria dos Santos (Aguapés, Barranceiras e Ribeirão)





## Anexo documental

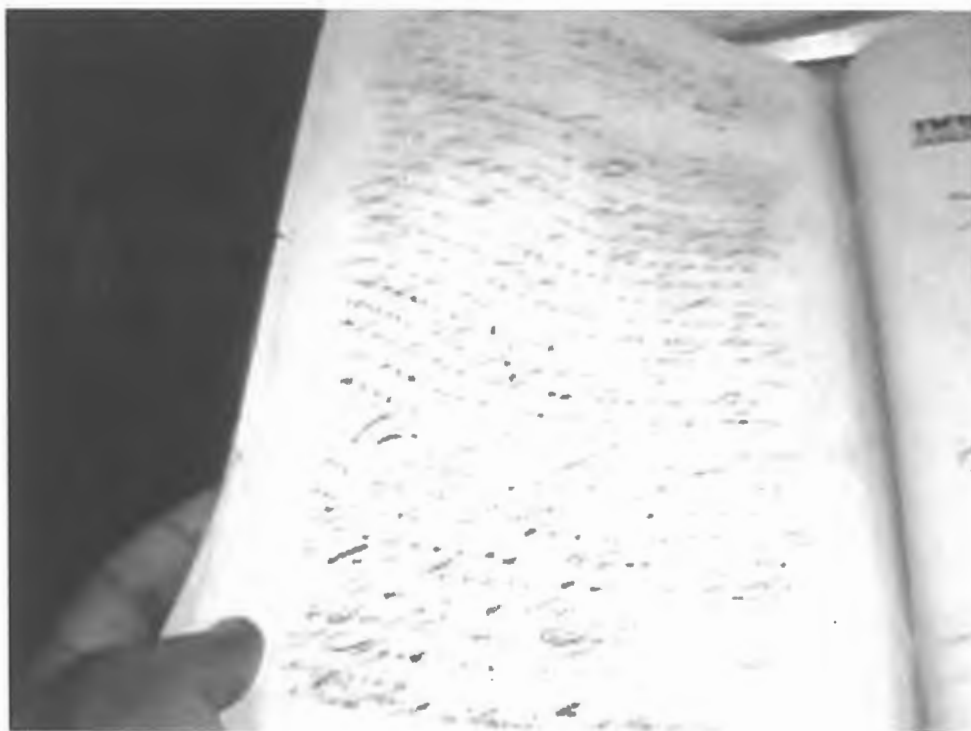


Foto gentilmente cedida por Wilson Marques da Rosa.

I – ESCRAVOS PERTENCENTES A ISABEL MARIA OSÓRIO (1867)

Nome	Nação ou cor	Idade	Localização	Avaliação
Adão	Crioulo	60 anos	Em São F. de Paula	
Procópio	Crioulo	40 anos	Em São F. de Paula	
Cesário	Crioulo	38 anos	Em São F. de Paula	
João <sup>866</sup>	Crioulo	32 anos	Em São F. de Paula	
Silvério		60 anos	Em C. do Arroio	150\$000
Martins		59 anos	Em C. do Arroio	150\$000
Manuel		60 anos	Em C. do Arroio	200\$000
Joaquim		60 anos	Em C. do Arroio	200\$000
Sebastião		60 anos	Em C. do Arroio	200\$000
Lufs <sup>867</sup>		59 anos	Em C. do Arroio	50\$000
Romão	Pardo	39 anos	Em C. do Arroio	500\$000
Lufs		36 anos	Em C. do Arroio	450\$000
Manuel Inácio		19 anos	Em C. do Arroio	450\$000
Filipe	Pardo	16 anos	Em C. do Arroio	450\$000
Herculano <sup>868</sup>		10 anos	Em C. do Arroio	200\$000
José <sup>869</sup>		3 anos	Em C. do Arroio	100\$000
Isidoro		3 anos	Em C. do Arroio	100\$000
Sebastião	Crioulo	36 anos	Em C. do Arroio	450\$000
Anastácio		30 anos	Em C. do Arroio	450\$000
Inácio		25 anos	Em C. do Arroio	450\$000
Rosa	De Nação	80 anos	Em C. do Arroio	10\$000
Maria	Cabinda	89 anos	Em C. do Arroio	10\$000
Rita		60 anos	Em C. do Arroio	80\$000
Teresa		63 anos	Em C. do Arroio	80\$000
Lucinda		40 anos	Em C. do Arroio	450\$000
Francisca	Crioula	59 anos	Em C. do Arroio	200\$000
Justina		16 anos	Em C. do Arroio	450\$000
Angélica <sup>870</sup>		48 anos	Em C. do Arroio	200\$000
Serafina <sup>871</sup>		9 anos	Em C. do Arroio	200\$000
Clementina <sup>872</sup>		7 anos	Em C. do Arroio	450\$000
Antônia		10 anos	Em C. do Arroio	200\$000
Júlia		8 anos	Em C. do Arroio	150\$000

Fonte: Inventário de Isabel Maria Osório. Inventariante: Pascoal Osório Marques. Maço 4, Auto 99, Estante 159, Ano 1867. Cartório de Órfãos e Ausentes – Comarca de Conceição do Arroio. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>866</sup> Doente e aleijado.

<sup>867</sup> Doente.

<sup>868</sup> Compraram sua alforria pelo valor de sua avaliação.

<sup>869</sup> Compraram sua alforria pelo valor de sua avaliação.

<sup>870</sup> Doente.

<sup>871</sup> Compraram sua alforria pelo valor de sua avaliação.

<sup>872</sup> Compraram sua alforria pelo valor de sua avaliação.

## II – ESCRAVOS PERTENCENTES A PONCIANO NUNES DA SILVEIRA (1867/8)

Nome	Avaliação	Nome	Avaliação	Nome	Avaliação
Teodoro	1:000\$000	Matheus	150\$000	Henriqueta	100\$000
Narciso	400\$000	Sebastião	450\$000	Idalina	300\$000
Ambrósio	400\$000	Francisco	100\$000	Maria	100\$000
Felício	650\$000	Matheus (II)	100\$000	Esperança	350\$000
Manuel	200\$000	Faustino	35\$500	Eufrásia	200\$000
Lufs	100\$000	Merêncio	200\$000	Laura	50\$000
Romeiro	50\$000	Polucena	900\$000	Angélica	100\$000
Manuel de nação	200\$000	Jacinta	800\$000	Inácia	38\$875

Fonte: Inventário de Ponciano Nunes da Silveira. Inventariante: Rosa Osório Marques. Documento anexo ao Inventário de Rosa Osório Marques. Maço 5, Auto 105, Estante 24 e/c, Ano 1888. Cartório de Órfãos e Ausentes – Comarca de Viamão. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

## III – INVESTIGAÇÃO SOBRE OS ESCRAVOS DESEMBARCADOS ILEGALMENTE EM CAPÃO DA CANOA (1852)

Ofício de 29/09/1868 do Promotor Público de Santo Antônio da Patrulha, Luiz Ferreira Maciel Pinheiro, ao Presidente da Província. Investigação sobre dois escravos entrados após a Lei de 1831: JOAQUIM, do Capitão LUIZ CARLOS PEIXOTO e MARIA, de MANOEL SILVEIRA DE SOUZA

“Comunico ainda a V. Exa. que sendo-me referido pelos ditos africanos, que foram eles desembarcados no lugar denominado Capão da Canoa daquele termo em companhia de muitos outros hoje pertencentes a diferentes senhores, começarei brevemente a promover as diligências precisas e expressamente recomendadas pelo citado decreto, a fim de livrar da escravidão um avultado número de pessoas, que segundo as leis do país devem nele gozar de plena liberdade.”

Em 28/09/1868, o Promotor Público recebeu ofício reservado do Presidente da Província Antônio da Costa Pinto e Silva;

“em que me determina terminantemente que a bem da segurança e tranqüilidade dos habitantes desta comarca ponha termo às diligências a que estou procedendo, levado por informações de pessoas extremamente interessadas e que não devem merecer o menor crédito.”

Apesar de não considerar que corria “perigo algum a segurança e tranqüilidade dos habitantes da comarca em virtude do procedimento regular e legal havido”, decidiu suspender a ação que esta promotoria deveria mover:

“...contra muitos criminosos de importação de africanos, aqui existentes e que gozam incolumentemente do fruto do seu crime, se conveniências da ordem pública podem por as funções judiciais à mercê e à direção da administração pública”.

Com relação aos dois africanos, entretanto, já era claro pelas diligências feitas, que foram importados depois de 1850, visto que foram batizados em 1855 pelo vigário desta freguesia, o preto Joaquim com menos de 23 anos e a preta Maria com 18 anos mais ou menos. Existia portanto, “mais do que presunções” e a autoridade deveria depositá-los e “completar a ação intentada”. Assim, os africanos “não podem ser considerados incompetentes por interessados e merecedores de desconfiança”. O Promotor Público recebeu a solicitação diretamente dos dois africanos e

“...não os tive por informantes, mas como partes, como verdadeiros queixosos, que como tais não são jamais suspeitos...e esta promotoria seguiu à risca o preceituado no artigo 1º do já citado Decreto de 12.04.1832, que diz ‘Em qualquer tempo que o preto requerer a qualquer autoridade, que veio para o Brasil depois da extinção do tráfico, o juiz o interrogará sobre todas as circunstâncias que possam esclarecer o fato e oficialmente procederá a todas as diligências necessárias para certificar-se dele, obrigando o senhor a desfazer as dúvidas que suscitarem-se a tal respeito.’”

“...Informações de pessoas extremamente interessadas e imerecedoras do menor crédito, tenho eu considerado as que emanam dos senhores desses e outros africanos importados depois da proibição do tráfico, que todos os meios tem empregado a fim de abafar a ação da justiça, que deve perseguí-los, como criminosos; informações tais são as que consta nesta comarca que foram levadas para essa capital pelo Major João Antônio Marques (entre outros) que possuindo três desses africanos não teve dúvida em assumir a jurisdição do juízo municipal com o fim de resolver a questão com um despacho; que depois de passar na cadeira de juiz pela vergonha de ser declarado criminoso de importação, e de conhecer a exigência rigorosa da lei, que até então, parece, desconhecia, veio ter com o Promotor Público a fim de abafar a questão, sobre a qual já antes viera mostrar ao mesmo promotor os títulos de compra da escrava Maria de Manuel Silveira de Souza, fazendo papel de procurador em uma causa, em que ia ser juiz, e em que era corréu; e querendo valer-se da sua influência política, foi hipotecá-la nas mãos do Exmo. Sr. General Lima, que poderá talvez protegê-lo ignorando que protege um criminoso, para salvar a sua *propriedade ilegal sobre três africanos que são livres, e que já em 1854 ou 1855, em vão tentou o Capitão Moraes do Corpo Policial apreender na Fazenda do Morro Alto, onde foram escondidos no porão da casa.*”

O Promotor Público quando decidiu iniciar a ação, foi

“advertido de que teria de lutar com as influências dominadoras da terra, que teriam mil recursos para impor silêncio à justiça; resolvi-me, porém, a afrontar até a ameaça que me foi dirigida em forma de conselho por um oficial dos mais elevados da Guarda Nacional da comarca, porque sinto-me com a energia precisa para fazer vigorar a lei, e porque a lei não é feita, de certo, para os miseráveis somente.”

As ameaças de insurreição são falsas:

“A ocasião das insurreições, di-lo o bom senso e a história é a da opressão e da desesperança, não é, nem pode ser aquela em que os que sofrem o jugo da escravidão vêm a justiça pública trabalhar pela sua causa e deixam-se acaso tomar de tímida esperança. Presa a justiça, lavrando o boato de que ela nada pode contra os possuidores ilegítimos e crimino-

sos, e de que os escravos desses terão de sofrer rigoroso castigo por ousarem conceber esperança de justa liberdade, é bem possível que se realizem ainda os apregoados projetos de insurreição. Nesse caso, porém, já não será a promotoria pública a motora do atentado: serão os reacionários. O abatimento que se acha o espírito da escravatura aqui na comarca é uma garantia de que um tal atentado é por ora impossível. A maneira receosa, tímida e acutelada que empregaram aqueles que vieram pedir a proteção desta promotoria, nem se atrevendo a aparecer para isso à luz do dia, de modo que pudesse a sua temeridade ser conhecida, denota esse abatimento de espírito.”

Estes “terrores cavilosos” espalhados, provavelmente almejavam o deslocamento de uma força militar para a região que “venha consolidar a reação desenvolvida por senhores que exultarão pelo triunfo obtido”.

Em 05/10/1868, o Promotor Público recebeu novo ofício reservado do Presidente da Província Antônio da Costa Pinto e Silva, exigindo o fim das diligências

“Nesta ocasião não posso deixar de queixar-me a V. Exa. do escândalo, com que correm e são aqui anunciadas as ordens de V. Exa. antes mesmo de me serem elas entregues, apesar de toda a sua reserva e confiança.”

Pede demissão. Na margem do ofício: Ofícios ao Juiz de Direito respectivo, Ministro da Justiça e tesouraria, em 16/10/1868.

Fonte: AHRS – Justiça, Promotor Público, 1868, Maço 42.

#### IV – ESCRAVOS PERTENCENTES A JOAQUINA MARIA MARQUES (1872)

Nome	Nação ou cor	Idade
Anastácio	Crioulo	5 anos
Antônio	Crioulo	20 anos
Leandro	Crioulo	16 anos
Damásio	Crioulo	15 anos
Bento	De Nação	56 anos
Calisto	Pardo	38 anos
Filibino	Pardo	31 anos
Felisberto	Pardo	22 anos
Francisco	Pardo	21 anos
Maria	De Nação	50 anos
Ermésia	Crioula	34 anos
Alexandra	Crioula	16 anos
Sofia	Parda	25 anos

Fonte: Inventário de Joaquina Maria Marques. Inventariante: João Antônio Marques. Maço 1, Auto 66, Estante 159, Ano 1872. Cartório de Civil e Crime – Comarca de Conceição do Arroio. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

## V – TESTAMENTO E INVENTÁRIO DE MARIA JOAQUINA MARQUES (1876)

Partes do testamento referente aos seus escravos:

[...] “Declaro que por minha morte ficam libertos, como se livres nascessem, meus escravos Calisto, Ignácia, Juliana e Lucia. Deixo para servirem o meu irmão João Antônio Marques, por tempo de dez anos, meu escravo pardo de nome Felisberto e minha escrava crioula de nome Angélica e por morte do dito meu mano serão libertos; se este falecer antes. Deixo a minha afilhada Maria Joaquina de Lima a minha escrava parda de nome Jeronyma, e por morte da dita minha afilhada ficará a mesma escrava liberta.”

[...] “Deixo para meu irmão João Antônio Marques os meus escravos Felipe, Adão, José, Victorino, Rita, Angela, Guilherma, Maria, Pedro, Cesaria e Maria de Nação, assim como todos os meus bens móveis e semoventes, visto ter sido o dito meu irmão quem deou os mesmos escravos e por ter-me sempre acompanhado com amor e carinho, devendo aqueles escravos ficarem libertos por morte do meu dito irmão.”

[...] “Deixo a cada um de meus escravos Calisto, Inácia, Juliana e Lucia que ficam libertos neste testamento dez braças de terras na tapera do falecido Fulgêncio.”

### ESCRAVOS DE MARIA JOAQUINA MARQUES

Nome	Cor	Idade
Felisbino	Pardo	41 anos
Angélica	Preta	31 anos
Felipe	Preto	40 anos
Adão	Preto	25 anos
José	Pardo	15 anos
Vitorino	Preto	10 anos
Maria	Preta	63 anos
Rita	Preta	33 anos
Guilherma	Preta	13 anos
Cesária	Parda	14 anos
Jeronima	Parda	15 anos
Maria	Parda	13 anos
Angela	Parda	19 anos
Ficam os dois primeiros libertos condicionalmente.		

Fonte: Inventário e testamento de Maria Joaquina Marques.  
 Inventariante e testamenteiro: João Antônio Marques.  
 Maço 1, Auto 22, Estante 159, Ano 1876.  
 Cartório da Provedoria – Comarca de Conceição do Arroio.  
 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

V – DOCUMENTOS RELATIVOS AO ESCRAVO PAULO,  
QUE MATOU SEU SENHOR (1882)

a) Processo-crime

Réu: Paulo, ex-escravo de Vitoriano José Machado (morador em Santo Antônio da Patrulha), pardo, solteiro, 28 anos, lavrador/qualquer serviço braçal, residia na fazenda dos Novilhos há um mês, não sabia ler e escrever, filho de Marcolina, escrava de Manoel Correia da Rosa, natural de Mostardas.

Autor: a Justiça

Offício do Promotor Público Antônio José de Abreu: – réu estava na fazenda do Tenente Coronel João Machado, para ser vendido. Fazenda dos Novilhos, 3º. distrito de S. Francisco.

Em 14/01/1882, 7 horas da manhã: o escravo estava na mangueira tirando leite das vacas com o capataz José Gomes Machado, o Ten. Cel. João Machado Ramos e dois escravos deste, de nomes Tibério e Jacinta. O capataz mandou Paulo amarrar uma vaca para tirarem leite, o que o mesmo fez mas com “muito oprimida contra a cerca, por isso a vaca embrabeceu de tal forma que não puderam tirar o leite, pelo que o seu senhor moço Tenente Coronel Ramo advertiu-o brandamente, dizendo-lhe que não maltratasse ao animal por aquela forma”.

“Continuando esse trabalho, o capataz mandou o denunciado amarrar o terneiro de uma outra vaca, destinada somente para seu tio, padrinho e amo, tirar o leite para beber, enquanto ia fora da mangueira recolher outras vacas, para o mesmo fim, mas já deixou seu amo tirando leite para beber, ficando o denunciado junto com o mesmo.

O denunciado, vendo o Ten. Cel. distraído, tirando leite para beber, armou-se com uma vara de porteira de pequena mangueira - de encerrar terneiros e de surpresa descarregou-lhe uma bordoadada na cabeça, com tanta força que o deitou por terra sem que sua vítima desse um ai, e não satisfeito ainda de sua malvadeza, continuou a esbordoar o cadáver; ouvindo o capataz o espancamento, não olhou para o lugar, supondo que o denunciado espancara a vaca que seu amo tirava leite para beber; continuando o espancamento o capataz voltou a ver que bordoadas eram aquelas, chegando encontrou seu amo no chão já morto e o denunciado dando bordoadas na cabeça de sua vítima, partindo-lhe a orelha do lado direito em três pedaços; horrorizado, o capataz – gritando – perguntou ao denunciado ‘porque matastes meu tio e padrinho?’, respondendo-lhe o denunciado ‘é a minha desgraça’ e caminhou com a vara de porteira colocando-a no lugar onde havia tirado.”

O capataz dirigiu-se a cavalo para a casa de Boaventura Pacheco dos Reis Machado e pediu auxílio, voltando com João Luís de Souza, encontrando o denunciado sentado na cozinha do finado e prenderam-no conduzindo-o para a casa de Boaventura. Na casa de Boaventura, respondendo a pergunta do escravo Ricardo, se estava arrependido, disse que não.

Réu: assassinou a pedido do capataz; não tinha raiva do assassinado, mas na véspera este lhe dera uma “sova”. O Tenente “vivia doente como todos sabem, andava muito aborrido e como tal ele respondente foi o aguentando até que chegou aquela hora de haver tamanha desgraça”.

## Testemunhas

1ª testemunha: Claudino José dos Santos – 33 anos, criador, casado, mora neste município, natural desta província. Fez o caixão para o morto e acompanhou o cadáver e o réu até a cadeia da cidade. No trajeto ouviu o réu dizer que era o assassino, mas a mando do capataz. Nunca havia visto o escravo que estava há poucos dias na fazenda. O falecido e o capataz davam-se bem.

2ª testemunha: Teófilo José Alves – 21 anos, criador, solteiro, mora e é natural deste município. Viu o copo coberto com um lençol. Idem acima.

3ª testemunha: Manoel Evaristo Terra – solteiro, lavrador, 20 anos, mora neste município, natural desta província. Idem acima.

4ª testemunha: Manoel Adolfo Pacheco – 32 anos, casado, criador, subdelegado de polícia do 1º distrito.

1ª testemunha informante: José Ramos Machado – 20 anos, criador, solteiro, mora neste município, natural desta Província. Idem ao ofício do Promotor. Seu tio costumava sempre “beber de uma vaca única”. Encontrou o réu ainda “malhando na cabeça do mesmo seu tio” e perguntou “que desgraça era aquela? a que respondeu o escravo Paulo que era a desgraça dele”. Foi então para a casa de seu tio Boaventura. O escravo disse que só queria fazer mal ao falecido, “por ser muito impertinente”. A esposa de Boaventura lhe disse que Paulo fora a sua casa e pedira a uma escrava da casa uma faca para matar-se, “o que respondeu a escrava que não fosse louco e fosse para a cozinha comer, porque do contrário teria de jogar as cartas com o seu senhor, o que respondeu o dito escravo que conhecia todas as cartas do baralho, principalmente aos paus que conhecia pelas costas”. O escravo lhe pedira sua pistola carregada (o que negou) e perguntou-lhe se o falecido tinha alguma “desinteligência” com alguém.

“Respondeu que poucos dias antes do delito achando-se o Tenente Coronel Ramos sentado a mesa com um moço seu camarada, viera Paulo tomar louvado ao Tenente Coronel Ramos, o que fez dando – boa-noite – ao referido moço que se achava a mesa, e que por este atrevimento o Tenente Coronel Ramos dera três chicotadas em Paulo, que correrá.”

O escravo estava em poder do falecido há um mês. Reconheceu a vara de 2 metros mais ou menos, com manchas de sangue, que lhe foi apresentada.

Vitorino José Machado, morador em Miraguaia – concedeu carta de liberdade sem ônus em 01/02/1882 a seu escravo Paulo.

Julgamento (20/04/1882) S. F. Paula; Juiz Municipal Antônio Gomes do Valle Quaresma

4ª testemunha (informante) Jacinta – idade ignorada, solteira, cativa, natural desta província, moradora nesta vila. Não sabe ler/escrever. Estava na cozinha fazendo uma sopa para seu senhor. Este chamou-a e pediu leite, o qual ela levou para a sala. Ouviu bordoadas, mas julgou que fossem nas vacas, até que ouviu o capataz dizer em voz alta: “Paulo tu matastes o meu padrinho” e ela chegou perto da mangueira. Conhecia Paulo muito pouco. O capataz e o falecido eram amigos. O falecido tratava bem os escravos.



Interrogatório do réu (30/09/1882)

Já liberto diz chamar-se Paulo Martins dos Santos – residia à distância de 1 légua da vila de Santo Antônio da Patrulha desde pequeno (2 anos). O falecido ralhara com ele em função da brabeza da vaca, espancando não só o animal como ele réu. Pegou o pau e agrediu o falecido, repetindo o gesto mais 2 ou 3 vezes.

“Respondeu. que não lhe dava [o falecido] nem bom nem mau tratamento, pois que pela mesma maneira eram tratadas as mais pessoas da casa e que também não tinha grande queixa do assassinado.

Perguntado se era forro ou cativo?

Respondeu que era forro, pois que na ocasião de ser batizado lhe deram plena liberdade.”

Juiz Municipal Quaresma (02/10/1882): julga o réu incurso no artigo 192 do Código Criminal, devendo seu senhor pagar as custas por ser escravo no momento do assassinato. Envia o caso ao Juiz de Direito.

- Juiz de Direito da comarca de Santo Antônio da Patrulha, Francelino Dias Fernandes (19.10.1882): Considera incurso no artigo 192, com agravantes do artigo 16 (parágrafos 7 e 10). O réu deve pagar as custas da folha 34 em diante e seu ex-senhor as anteriores (na 33 estava a carta de liberdade).

- Promotor Público José de Souza Machado (12.02.1883): pede a condenação em base ao artigo 192, com agravantes do artigo 16 (par. 4, 6,7,10 e 15).

Júri - 17/04/1883 - São Francisco de Paula

- quesitos:

- 1) - sim, unanimidade, matou.
- 2) - sim, unanimidade, foi por motivo frívolo
- 3) - sim, unanimidade, com superioridade de armas.
- 4) - sim, unanimidade, faltou ao respeito com seu superior.
- 5) - sim, unanimidade, com abuso de confiança
- 6) - sim, unanimidade, com surpresa
- 7) - Não, unanimidade, não existem circunstâncias atenuantes.
- 8) - Sim, unanimidade, além da confissão do réu, existem as provas das testemunhas.

Juiz de Direito Pedro de Alcântara Peixoto de Miranda Veras – incurso no artigo 192 do Código Criminal e 383 do regulamento 120 de 31/01/1842 - condena à pena de morte e apela ao Tribunal de Relação (artigo 449, par. 2 do mesmo regulamento).

Confirmada a pena na Relação – 28/09/1883.

Fonte: APERGS - Processo 319, Maço 20, São Francisco de Paula de Cima da Serra.

## b) Notícia

Comunica assassinato em 14/01/1882 do Tenente-Coronel João Machado Ramos, por seu escravo Paulo. Preso em flagrante. O Jornal Mercantil comunicou este assassinato, em Santo Antônio da Patrulha (lugar denominado Novilhos), com um “pau

de porteira”, sendo esta morte instantânea. O escravo – segundo o jornal -, não era do falecido e chamava-se Paulo Martins dos Santos.<sup>873</sup>

Fonte: AHRS – Polícia, Códice Polícia nº 93.

### c) Registro de Óbito

No Livro de Óbitos de Réus da Cadeia de Justiça de Porto Alegre, consta que Paulo Martins dos Santos era escravo de João Machado Ramos, condenado pelo júri de São Francisco de Paula a galés perpétuas. Faleceu em 14/11/1886 de anemia. Dados: cor parda, 5 pés e 2 e meia polegadas de altura, filho de Bernabé José da Rocha e de Marcolina, natural de Mostardas, morador em Santo Antônio, 20 anos, solteiro, jornaleiro, analfabeto, cabelo carapinhos, testa grande, sobranceiras cerradas, olhos pardos, boca grande, pouca barba, orelhas regulares, estatura alta, cicatriz na maçã do rosto sobre o lado esquerdo. Entrou na cadeia em 15/12/1882.

Fonte: AHRS - Livro de Óbitos de Réus, J-068A.

---

<sup>873</sup> MCSHC – *Jornal Mercantil*, 19/01/1882. Caso citado também no Relatório do Presidente da Província Joaquim Pedro Soares quando em 27/02/1882 passou a administração a José Leandro de Godoi e Vasconcelos.

VII – LISTA DE MATRÍCULAS DOS ESCRAVOS  
PERTENCENTES A MANUEL ANTÔNIO MARQUES (1886)

Relação número 91 dos escravos pertencentes a Manuel Antônio Marques, residente na província de São Pedro do Sul, município de Conceição do Arroio, paróquia do mesmo nome.										
Matrícula	Número	Nomes	Cor	Idade	Estado	Naturalidade	Filiação	Aptidão para o trabalho	Profissão	Observações
361	1	José	Pardo	45	Solteiro	S. P. do Sul	Desconhecida	Capaz p/ qualquer serviço	Lavrador	
362	2	Bibiano	Pardo	20	Solteiro	S. P. do Sul	Filho da esc. Felizarda	Idem	Lavrador	
363	3	Antônio	Pardo	19	Solteiro	S. P. do Sul	Filho da esc. Rosa	Idem	Lavrador	
364	4	Teófilo	Pardo	12	Solteiro	S. P. do Sul	Filho da esc. Rosa	Idem	Lavrador	
365	5	Teodoro	Pardo	11	Solteiro	S. P. do Sul	Filho da esc. Veridiana	Idem	Lavrador	
366	6	Manuel	Pardo	8	Solteiro	S. P. do Sul	Filho da esc. Rosa	Capaz p/ trabalho leve	Lavrador	
367	7	Antônio	Pardo	20	Solteiro	S. P. do Sul	Filho da esc. Esméria	Capaz p/ qualquer serviço	Lavrador	
368	8	Jacinto	Preto	18	Solteiro	S. P. do Sul	Desconhecida	Idem	Lavrador	
369	9	Leandro	Preto	13	Solteiro	S. P. do Sul	Filho de Maria, esc. de João Antônio Marques	Idem	Lavrador	
370	10	Joaquim	Preto	50	Solteiro	África	Desconhecida	Idem	Lavrador	
371	11	Francisco	Preto	55	Solteiro	África	Desconhecida	Idem	Lavrador	
372	12	Malaquias	Preto	22	Solteiro	S. P. do Sul	Filho da esc. Inácia	Idem	Lavrador	
373	13	Bento	Preto	52	Solteiro	África	Desconhecida	Capaz p/ qualquer serviço	Lavrador	Pertence a José e Ana Osório Marques, de quem sou tutor
374	14	Inácio	Preto	49	Solteiro	África	Desconhecida	Idem	Lavrador	
375	15	Damásio	Preto	50	Solteiro	África	Desconhecida	Idem	Lavrador	Pertence a José Osório Marques, de quem sou tutor
376	16	Felizarda	Parda	45	Solteira	S. P. do Sul	Desconhecida	Idem	Cozinheira	
377	17	Vitalina	Parda	10	Solteira	S. P. do Sul	Filha da esc. Veridiana	Idem	Costureira	
378	18	Gasparina	Parda	9	Solteira	S. P. do Sul	Filha da esc. Rosa	Idem	Costureira	
379	19	Carolina	Parda	8	Solteira	S. P. do Sul	Filha da esc. Veridiana	Capaz p/ trabalho leve	Costureira	
380	20	Maria	Parda	7	Solteira	S. P. do Sul	Filha da esc. Veridiana	Idem	Costureira	
381	21	Angélica	Parda	4	Solteira	S. P. do Sul	Filha da esc. Veridiana	Nenhuma	Nenhuma	
382	22	Rosa	Preta	50	Solteira	África	Desconhecida	Capaz p/ trabalho leve	Lavradora	
383	23	Veridiana	Preta	48	Solteira	S. P. do Sul	Desconhecida	Idem	Engomadeira	
384	24	Reginalda	Parda	14	Solteira	S. P. do Sul	Filha da esc. Veridiana	Capaz p/ qualquer trabalho	Engomadeira	
385	25	Cesário	Preto	35	Solteiro	S. P. do Sul	Desconhecida	Idem	Lavrador	Pertence a Ana Osório Marques, de quem sou tutor.
386	26	Valêncio	Pardo	8	Solteiro	S. P. do Sul	Filho da esc. Inácia	Capaz p/ trabalho leve	Lavrador	Idem
387	27	Inácia	Preta	23	Solteira	S. P. do Sul	Filha da esc. Rosa	Capaz p/ qualquer trabalho	Lavradora	Idem
388	28	Dionísia	Preta	18	Solteira	S. P. do Sul	Filha da esc. Lucinda	Idem	Lavradora	Idem
389	29	Leopoldina	Parda	1	Solteiro	S. P. do Sul	Filha da esc. Dionísia	Nenhum	Nenhum	Idem
390	30	Isidro	Pardo	8	Solteiro	S. P. do Sul	Desconhecido	Capaz p/ trabalho leve	Lavrador	Pertence a José Osório Marques, de quem sou tutor.

As matrículas foram feitas em 3 de maio de 1872

Este quadro com os cativos de Manuel Antônio Marques está anexo à página 37 de seu inventário. Contudo, ele esclarece os nascimentos dos cativos, assim como a forma de aquisição de escravos declarados não presentes no momento da matrícula, heranças, alforrias, etc. ocorridas no intervalo entre 1872 e 1886.

fl. 35 – Certidão:

**Os seguintes cativos foram herdados de seu irmão João Antônio Marques em 11/6/1882**

Matrícula	Nomes	Cor	Idade (ao tempo da matrícula)	Estado	Naturalidade	Filiação	Aptidão para o trabalho	Profissão	Observações
1476	Felisberto	Pardo	20	Solteiro	S. P. do Sul	Filho natural de Maria	Capaz p/ qualquer serviço	Lavrador	
1479	José	Preto	61	Solteiro	África	Desconhecida	Capaz p/ trabalho leve		

fl. 36 – Certidão de alforria do escravo Teodoro (número de matrícula – 365) com prestação de serviços por sete anos a partir de 2/6/1885.

fl. 37 – Certidão de alforria da escrava Reginalda (número de matrícula – 384) com prestação de serviços por sete anos a partir de 23/2/1885.

fl. 38 – Certidão comprovando que comprara a Amâncio Alves de Negreiros a cativa Verônica, cujas características são as seguintes:

Matrícula	Nomes	Cor	Idade (ao tempo da matrícula)	Estado	Naturalidade	Filiação	Aptidão para o trabalho	Profissão	Observações
958	Verônica	Preta	15	Solteira	S. P. do Sul	Filha da preta liberta Claudina		Cozinheira	

fl. 39 – Certidão de nascimento de uma criança do sexo masculino, filho da escrava Veridiana, batizado com o nome de Francolino de cor parda. Em 15/12/1873.

fl. 40 – Certidão de nascimento de uma criança do sexo masculino, filho da escrava Veridiana, ainda não batizado, porém chamar-se-á Luiz de cor parda. Em 16/8/1875.

fl. 41 – Certidão de nascimento de uma criança do sexo feminino, filha da escrava Vitalina, ainda não batizada, porém chamar-se-á Amélia de cor parda. Em 1/11/1875.

fl. 42 – Certidão de nascimento de uma criança do sexo masculino, filho da escrava Veridiana, ainda não batizado, porém chamar-se-á Felício de cor parda. Em 9/2/1878.

fl. 43 – Certidão de nascimento de uma criança do sexo masculino, filho da escrava Maria, ainda não batizado, porém chamar-se-á Maximiano de cor parda. Em 28/7/1878.

fl. 40 – Certidão de nascimento de uma criança do sexo feminino, filho da escrava Verônica (comprada a Negreiros), ainda não batizada, porém chamar-se-á Luciana de cor preta. Em 15/2/1878.

Fonte: Inventário de Manuel Antônio Marques.

Inventariante: Manuel Osório Marques.

Maço 25, Auto 797, Estante 159, Ano 1886.

Cartório de Órfãos e Ausentes – Comarca de Conceição do Arroio.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

VIII – TESTAMENTO E INVENTÁRIO DE ROSA OSÓRIO MARQUES (1888)

Título de herdeiros de Rosa Osório Marques

*LEGATÁRIOS*

1. José Osório Marques
2. Isabel, 15 anos, filha de Antônio de Azevedo e Souza
3. Joaquim, 9 anos, filho de Antônio de Azevedo e Souza
4. Manuel, 12 anos, filho de Joaquim de Azevedo e Souza
5. Bernardino, 10 anos, filho do finado Capitão Bernardino da Terra Osório
6. Maria, 10 anos, filha de José Marques da Rosa
7. Pedro, 5 anos, filho de José Marques da Rosa
8. Idalina, 28 anos, ex-escrava da Testadora
9. Maria Magdalena, 16 anos de idade. [está marcado com x em giz vermelho]
10. Pascoal, 2 anos, filho do finado Pascoal Osório Marques [está marcado com x em giz vermelho]
11. Rachel, 14 anos
12. Isabel Osório Marques
13. Ana Osório Marques

*EX-ESCRAVOS*

14. Theodoro
15. Nazário
16. Manuel
17. Polucena
18. Jacintha
19. Esperança
20. Eufrásia
21. Laura
22. Henriqueta
- [8v]
23. Romeu
24. Idalina
25. Carlota
26. Maria
27. Merêncio
28. Felício
29. Ambrósio
30. Sebastião
31. Fortunato
32. Antônio
33. Isidoro
34. João

35. Theresa
36. Felisberta
37. Maria Polucena

### HERDEIROS DOS REMANESCENTES

#### *Irmãos da inventariada*

1. Maria Osório Marques (falecida) representada por seus filhos:
  1. José Osório Marques
  2. João Osório Marques casado com Maria Osório Nunes
  3. Manuel Osório Marques casado com Joaquina Osório Nunes
  4. Ana Osório Marques casada com [9r] Joaquim de Azevedo e Souza
  5. Isabel Osório Marques casada com Antônio de Azevedo e Souza
  6. Rosa Osório Marques (falecida) respresentada por seus filhos:
    1. Manuel 14 anos
    2. Maria 12 anos
    3. Joaquina 9 anos
    4. João 5 anos
    5. Rosa 2 anos
2. Pascoal Osório Marques (falecido) respresentado por seus filhos:
  1. Maria Magdalena 16 anos [está marcado com x em giz vermelho]
  2. José Marques Osório 17 anos
  3. Marcelino 14 anos
  4. Isabel 11 anos
  5. Bernardina 8 anos
  6. Joaquina 6 anos
  7. Pascoal 2 anos [está marcado com x em giz vermelho]

Manuel Vaz Ferreira Júnior, Capitão da Quarta Companhia do Quarto Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, por nomeação do Vice-Presidente da Província o Excelentíssimo Doutor Joaquim Pedro Soares e serventário vitalício do ofício de escrivão do Cível, acumulando o de escrivão da Provedoria de Capela e Resíduos nesta Vila de Viamão, da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, por mercê de Sua Majestade o Imperador A Deus Guarde etc.

Livro 2º Folhas 14 verso

Certifico que revendo em meu cartório o livro de registro de testamentos número dois, nele a folhas quatorze e verso, se acha registrado o testamento da finada Dona Rosa Osório Marques, o qual é do teor e forma seguinte: – Registro do testamento com que faleceu no dia três de janeiro do corrente ano, no [12v] terceiro distrito desta Vila Dona Rosa Osório Marques de quem é testamenteiro José Osório Marques . – Prazo da Lei. Autuação. Folhas uma. Mil oitocentos e oitenta e oito. Juízo da Provedoria de Capelas e Resíduos em Viamão. Cartório do escrivão: Vaz Júnior. Testamento. Rosa Osório Marques. Falecida. José Osório Marques. Testamenteiro. Autuação. Ano do

Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos oitenta e oito, aos vinte e quatro dias do mês de janeiro do dito ano nesta Vila de Viamão, em meu cartório, autuo o testamento que adiante se segue; do que faço esta autuação. – Eu Manuel Vaz Ferreira Júnior, escrivão, que a escrevi e assino. Manuel Vaz Ferreira Júnior. Testamento. Em nome de pleno Amm. Eu Rosa Osório Marques, como Cristã Católica Apostólica Romana de que sou em a qual religião nasci fui [13r] criada e me tenho conservado e espero morrer; tendo-me deliberado a fazer o meu testamento o como o faço de minha livre vontade e em meu perfeito Juízo e claro entendimento e saúde perfeita: declaro minha disposição e última vontade por este meu testamento que vai escrito por letra do tabelião interino deste termo Manuel José de Freitas; e os quais são as seguintes: Declaro que sou natural desta província filha legítima de José Marques da Rosa e Dona Isabel Maria Osório ambos já falecidos. Instituo meus testamenteiros em primeiro lugar o meu sobrinho e afilhado José Osório Marques, em segundo a Antônio de Azevedo e Souza e em terceiro a Joaquim de Azevedo e Souza; aos quais peço e rogo queiram aceitar este encargo e cumprir as minhas disposições percebendo-o que aceitar o que de Lei for permitido: – Declaro que sou viúva [13v] do finado Ponciano Nunes da Silveira e deste consórcio não existem filhos nem tenho herdeiros forçosos: - Declaro que sou moradora de Capivari, termo da Capela de Viamão aonde possuo casa de moradia, campo e criação: – Declaro que possuo mais nesta Vila e em Cima da Serra casas, campos e matas. Declaro que deixo o meu Sobrinho e Afilhado José Osório Marques sete mil duzentos e dezoito metros de frente de terras de campo, mais ou menos com uma légua de fundos na fazenda de “Capivari”, com a casa da moradia e todos os seus móveis, a atafona com casa e seus acessórios, galpão, carreta com seus pertences, *a casa em que moram os escravos*, os tapumes, poteiros, roças, mangueiras [sic] a minha marca com tudo que se achar marcado como a mesma como sejam bois mansos, novinhos, gado de criar, cavalos mansos, potros, animais de criação e rebanhos [14r] de ovelhas etc. *Isto em remuneração de seus bons serviços e a grande estimação que lhes tenho [sic] porque o criei desde tenra idade e sempre me acompanhou e obedeceu como filho com a condição porém de o mesmo meu sobrinho e afilhado José Osório Marques fazer desses bens as seguintes disposições:* A meus sobrinhos e afilhadas Isabel e Joaquim filhos de Antônio de Azevedo e Souza a cada um deles cem reses de criar: – A meu sobrinho e afilhado, Manuel filho de Joaquim de Azevedo e Souza, cem reses de criar. – A meu sobrinho Bernardino da Terra Osório, cinqüenta? reses de criar.– A minha ex-escrava Idalina, filha Polucênia, cinqüenta reses de criar. A menina Rachel, criada em minha companhia seiscentos e sessenta metros de frente de terras de campo com uma légua de fundos, duzentas reses de criar e a minha [14v] carretilha com a condução, porém de caso ela falecer sem deixar herdeiros forçosos reverterá esta deixa em favor de meu dito e afilhado José Osório Marques, digo dito sobrinho e afilhado José Osório Marques, – Deixo para minha sobrinha e afilhada Maria filha de José Marques da Rosa, e meu sobrinho e afilhado Pedro filho de Manuel Osório Marques, um quinhão de campo que possuo na fazenda do “Potreiro Velho”, em cima da Serra. - Deixo para minha sobrinha e afilhada Maria Magdalena e Pascoal filhos do finado Pascoal Osório Marques, um quinhão de campo que possuo na fazenda do arroio. *Deixo para todos meus escravos, digo, ex-escravos e ex-*

*escravas cento e oitenta e quatro braças de terras de matos que possuo na fazenda do “Morro Alto”, separadamente entre eles para derem uso e fruto passando o [15r] destes a seus filhos e daqueles pela mesma forma sem que possam vender ou permutar. – Deixo a minha sobrinha e afilhada Isabel Osório Marques, Ana Osório Marques e a menina Rachel o quinhão que possuo na casa desta Vila, com igualdade entre eles [sic]. – Deixo ultimamente os remanescentes aos meus herdeiros: – Declaro finalmente que meu enterro e funeral será feito a vontade de meu testamento. Expor esta forma tenho feito e acabado este meu testamento e disposição de última vontade, e vai assinado a meu rogo por não saber escrever e haver pedido. Zeferino Antônio Ribeiro. Conceição do Arroio, três de fevereiro de mil oitocentos e oitenta e seis. A rogo da Testadora. Zeferino Antônio de Oliveira.*

Fonte: Inventário de Rosa Osório Marques.  
Inventariante: José Osório Marques.  
Maço 5, Auto 108, Estante 24 *elc*, Ano 1888.  
Cartório de Órfãos e Ausentes – Comarca de Viamão.  
Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

#### IX – VENDA DE TERRAS POR MEIO DE RECIBOS – TERRAS VENDIDAS A MANUEL INÁCIO MARQUES (1890)

“Recebi de Manuel Inácio a quantia de quinhentos mil réis 500:000 proveniente de cem braças de terras que vendi no lugar, denominado dispraiado como não tendo escritura pública por isso passo o presente fico em lhe passar a escritura pública e me assino.

Cima da Serra 5 de agosto de 1890

Manuel Osório Marques.”

Fonte: Documento pertencente a dona Aurora Inácia Marques, que gentilmente nos permitiu consultá-lo e xerografá-lo.

#### X– MEDIÇÃO JUDICIAL DE MARIA BERNARDA MARQUES (1893)

*Relação dos interessados e heréus confinantes da Fazenda do Morro Alto*

*A Saber:*

*Interessados residentes neste município Capivari*

*1 Ana Osória Nunes e seus filhos*

*2 Marcelino Nunes (Púberes)*

*3 Maria Osória Nunes (“)*

*4 Isabel Nunes (Menores)*

*5 Bernardina (“)*

*6 Joaquim Nunes (“)*

*7 Pascoal Nunes (“)*



*Estes representados por seu tutor.*

8 Manuel Osório Nunes

9 José Pascoal

10 Antônio de Azevedo e Souza, como cabeça de casal

11 Ana Osório Marques

12 José Osório Marques

13 José Marques da Rosa, por si e como tutor de seus filhos<sup>874</sup>

- 14 Manuel Marques (Púberes)

- 15 Maria Marques (“)

- 16 Joaquina (Menores)

- 17 João (“)

- 18 Rosa (“)

19 Francisco da Costa Moraes, como cabeça de casal.

*Interessados residentes no município da Taquara do Mundo Novo – São Francisco de Paula de Cima da Serra [Folha 4v] – os seguintes:*

20 João Osório Marques

21 Manuel Osório Marques

#### **Heréus confrontantes residentes neste município**

1 Bernardo Coelho da Costa

2 Antônio Leonardo Alves

3 Manuel Jacinto Alves

4 Serafim Cipriano

5 Silvestre Jaques

6 Emílio de Tal

*Agregados que se acham dentro da fazenda e dizem-se possuidores de partes dela:*

1 Bernardino Coelho da Costa<sup>876</sup>

2 Joaquim Desidério da Silva<sup>876</sup>

3 Francisco Inácio Vieira<sup>877</sup>

4 Manuel Luiz da Silveira<sup>878</sup>

5 Manuel [João ou José] da Silva<sup>879</sup>

6 Jeremias Marques<sup>880</sup>

7 Maria Severina<sup>881</sup> (Morro Alto)

---

<sup>874</sup> [Anotado na margem com outra caligrafia] Com cultura própria e casas e engenhos.

<sup>875</sup> [Anotado na margem com outra caligrafia] Ver.

<sup>876</sup> [Anotado na margem com outra caligrafia] Cima da Serra.

<sup>877</sup> [Anotado na margem com outra caligrafia] Agregado.

<sup>878</sup> [Anotado na margem com outra caligrafia] Idem.

<sup>879</sup> [Anotado na margem com outra caligrafia] Idem.

<sup>880</sup> [Anotado na margem com outra caligrafia] Idem.

<sup>881</sup> [Anotado na margem com outra caligrafia] Condômina.

- 8 Damaso Marques<sup>882</sup>
- 9 Eduardo Marques<sup>883</sup>
- 10 João Zeferino Rosa<sup>884</sup>
- 11 Ramão Marques<sup>885</sup>
- 12 Luiz Eufrazio Marques [Idem]
- 13 Anastácio Marques [Idem]
- 14 Casimiro Marques [Idem]
- 15 Roque Marques [Condômino] [Cultura própria]
- 16 Merêncio Marques [Idem] [Idem]
- 17 Fortunato Marques [Idem] [Idem]
- 18 Sebastião Marques [Condômino] [Morro Alto]
- 19 Teodoro Marques [Condômino] [Capivari]
- 20 Plucenia Marques [Condômina] [Capivari]
- 21 Jacinto Marques [Condômina] [Morro Alto]
- 22 Nazario Marques [Condômino] [Capivari]
- 23 Ambrósio Marques [Condômino] [Capivari]
- 24 Esperança Marques [Condômino] [Capivari]

[folha 126] “...Isto posto: – diremos mais que, esses condôminos ora apresentados pelos réus,<sup>886</sup> ignoram se com efeito são possuidores de partes de terras da fazenda a medir-se. *Estas ainda se conservam debaixo da administração de José Osório Marques, testamenteiro e inventariante da finada Rosa Marques e delas não fez entrega a seus herdeiros, os referidos legatários e nem o podia fazer por se acharem pró indivisas. Tanto é certo, que esses condôminos vivem até então pelas fazendas e senzalas de seus ex senhores moços = município de Viamão – Capivari – e também neste município sem que se conheça terem eles residência própria, ocupação ou meios de vida.*”

Fonte: Medição Judicial de Maria Bernarda Marques.  
Maço 4, Auto 199, Estante 159, Ano 1893.  
Cartório de Civil e Crime – Comarca de Conceição do Arroio.  
Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

## XI – O TRABALHO NA ATAFONA DE MANUEL INÁCIO – SEM DATA – ESTIMADO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

“Manoel Ignácio

Esta tem por fim levar a teu conhecimento que quando te entreguei essa propriedade para tomares conta acha-se esse engenho com duas em prensa e todos os seus pertence em bom

<sup>882</sup> [Anotado na margem com outra caligrafia] Agregado

<sup>883</sup> [Anotado na margem com outra caligrafia] Idem.

<sup>884</sup> [Anotado na margem com outra caligrafia] Idem.

<sup>885</sup> [Anotado na margem com outra caligrafia] Idem.

<sup>886</sup> Os condôminos a que Maria Bernarda se refere são os ex-escravos de Rosa Osório Marques e os demais moradores da Fazenda listados no início do processo.

estado para trabalhar, ora muito bem, tu fazias trezentos a quatrocentos alqueires de farinha por ano, aí acabaste as em prensa, eu precisei de uma, tu tinhas a obrigação de comprar ou fazer para me entregar, e o mais tudo que aí deixei; por isso quando havia muitos pretendentes para ir aí, eu dei preferência a ti, porque era para agüentar essa fazenda e não para estragar, por isso tudo que for se acabando tu tem a obrigação de fazer de novo e arrumar no seu lugar, porque estragas com o teu serviço. Como é que agora precisando eu de uma empresa que tu acabastes em fazer farinha para criar crioulas me manda pedir 20\$000 para compostura da empresa, isso eu não te pago nem um mil-réis, se quiseres saber quem tem razão, mostra essa carta a qualquer homem de entendimento para tu ver a quem ele dá a razão, o Bernardo está pagando arrendamento do Sertão, no entanto as composturas é feito a custo dele, só esse engenho além de ser dos órfãos é o único aí que não paga arrendamento. Ana O. Nunes.

Abaixo, anotado a lápis:

José Francisco Pastorino deve a Manoel Inácio 13\$000.”

Fonte: Documento pertencente a dona Aurora Inácia Marques, que gentilmente nos permitiu consultá-lo.

## XII – TERRAS DE BIBIANO FELIZARDO FORTE (1915 – 1923)

a) Escritura de Partilha amigável que fizeram os herdeiros de Bibiano Felizardo Fortes (5/10/1915)

Herdeiros – esposa, filhos, genros e noras:

D. Marcelina Cristina Marques

André Marcelino Fortes e sua mulher Vicença Floriana Marques

Anacleto Bibiano Fortes e sua mulher Elisa Luiza Marques

Cipriana Marcelina casada com João Antônio da Rosa

Descrição e avaliação dos bens:

– Uma casa de moradia, coberta de telhas, paredes de barro, com atafona e diversas benfeitorias, avaliada por 200 mil réis;

– 220 m de frente de terras de campos, faxinal, matos e banhados situados no lugar denominado Borba; 4º distrito deste município, avaliados por 572\$000;

– 88 m de frente de terras de matos no lugar denominado Ribeirão no mesmo distrito avaliados em 228\$000.

Exórdio: Monte-mor – 1.000\$000

Meação – 500\$000

Subdividida – 166\$666

Partilha:

	Casa de moradia	Terras no Borba	Terras no Ribeirão
D. Marcelina	100.000	286.000	114.000
André Marcelino	33.333	95.333	38.000
Anacleto Bibiano	33.333	95.333	38.000
Cipriana Marcelina	33.333	95.333	38.000

b) Escritura de partilha amigável que fizeram os filhos de Marcelina Cristina Marques (falecida em 13/4/1923)

Herdeiros:

André Marcelino Fortes  
Anacleto Bibiano Fortes  
Cipriana Marcelina Fortes

Descrição de bens:

Um terreno de faxinas e campos e banhados 110 m de frente situada no Faxinal do Borba no Morro Alto, 5º distrito. – 1.200.000.

44 m de frente de terras de agricultura com seus matos no lugar denominado Ribeirão, 5º distrito, fazendo frente ao estiral do Borba, fundos nas vertentes de cima da serra, dividindo-se por um lado que é pelo sul com Manuel Cipriano da Rosa e pelo Norte com os herdeiros do mesmo terreno, acham valer 400.000 cujos terrenos são calculados para o imposto territorial em 34 ha.

Metade de uma casa de atafona que serve de moradia coberta de telhas no 5º distrito. – 100.000

Partilha

	Terras no Borba	Terras no Ribeirão	Casa
André Marcelino	400.000	133.333	33.333
Anacleto Bibiano	400.000	133.333	33.333
Cipriana Marcelina	400.000	133.333	33.333

Fonte: Documento pertencente à família Forte, que gentilmente nos permitiu consultá-lo.

### XIII – VENDA DE TERRAS POR MEIO DE RECIBOS – TERRAS VENDIDAS A JOÃO VICENTE FORTE E FIRMINO VICENTE FORTE (1924)

“500\$000

*Eu abaixo assinado*, Manuel Marques da Rosa, declaro que recebi dos senhores João Vicente Forte e Firmino Vicente Forte a quantia supra de 500 mil réis provenientes de 20 braças de terras de cultura situados no distrito no lugar denominado Ribeirão, que contratei vender aos referidos valores pela quantia mencionada de 500 mil réis com a declara-

ção de que lhe passarei a respectiva escritura por ocasião que me for exigido. Em firmeza de que mandei passar o presente recibo e de em que assino em presença das testemunhas

*abaixo assinadas*

*5º distrito de Conceição do Arroio*

[possui três selos]

11/9/1924

*Manuel Marques da Rosa*

*Eliseu Gubert*

*Querino Victor*

Fonte: Documento pertencente à família Forte, que gentilmente nos permitiu consultá-lo.

#### XIV – CONVITES PARA A FESTA DE SÃO BENEDITO (1929 E 1934)

a) “Morro Alto, 23 de abril de 1929

Exma. D. Felisberta

Ao dispor desta saúde felicidade a vós desejo com suas filhas em companhia eu mando le convidar com suas filhas em companhia para assistir a minha festa no dia 13 de maio se Deus quiser, no mesmo mando pedir objeto af [naquel?!] para conseguir o leilão, nada mais senhor queira aceitar minha lembrança para todos de casa.

Inácio Romão da Silva.”

b) “Exma. Sra. Felisberta

Meus correligionários por este melhor e religioso venho felicitar-lhe e ao mesmo tempo convidar-vos para a festinha de São Benedito a 11, 12, 13 de maio de 1934 na Igreja de São Pedro e com a mesma oportunidade desse peço felicitaes São Benedito com um brinde para o respectivo leilão em benefício da mesma festinha.

Festeiro Tibério José da Silva.

Aguapé, 13/3/1934.”

Fonte: Documento pertencente a dona Aurora Inácia Marques, que gentilmente nos permitiu consultá-lo.

#### XV – O “TEMPO DA REFORMA AGRÁRIA: REPRESSÃO POLÍTICA EM MORRO ALTO”

a) BILHETE de um sem-terra de Morro Alto (Osório) para outro companheiro:

“Severino: telefone para a SUPRA para vir atender os que estão pisados pela polícia aqui no acampamento do Morro Alto. O senhor aquele da carroça nós trouxemos para o acampamento. a) Arino José dos Santos.”

Fonte: *Última Hora*, 18/9/1963 – p. 3

Coluna “Sem Censura”, de Mário de Almeida.

Museu Hipólito José da Costa.

b) “Brigada implanta terror em Osório.”

“100 soldados da Brigada, armados de metralhadoras, sob as ordens do Tenente Marcelino Correia, e dizendo-se autorizados pelo Coronel Gonçalves Cúrio de Carvalho para cumprir somente determinações do governador Ildo Meneghetti, estão implantando o terror aos Sem-Terra de Osório, que desde domingo acamparam no Distrito de Morro Alto.

A própria comissão de deputados que ontem seguiu para o local, acompanhada de um grupo de dirigentes sindicais, a fim de averiguar as denúncias sobre as arbitrariedades cometidas contra indefesos camponeses, foi obstaculizada por metralhadoras nas proximidades do acampamento e só a muito custo conseguiu dele se aproximar.

**CONFIRMAÇÃO** – os deputados Antônio Visinthainer, Osmar Lautenschleiger e Clóvis Morais, que conseguiram aproximar-se destes camponeses, ouviram destes a confirmação das agressões de que foram vítimas, comprovando igualmente que as ordens do Coronel Gonçalino de Carvalho eram de que o acampamento fosse dissolvido imediatamente, sob pena de que ele mesmo o faria com o emprego da força.

O deputado Noly Joner recusou-se a chegar até o acampamento, em solidariedade aos funcionários da SUPRA, líderes sindicais e reportagem fotográfica de UH, que, sob a mira de metralhadoras receberam a ordem de voltar para Porto Alegre. Sobre a SUPRA, disse o tenente Marcelino que as determinações para que não tivessem acesso aos camponeses partiram diretamente do governador Meneghetti.

A reportagem de UH, no entanto, conseguiu ludibriar a vigilância dos milicianos e, oculta na camioneta que conduzia os deputados até o acampamento, obteve as fotos que desejava.

**TRÂNSITO IMPEDIDO** – Desde as primeiras horas de ontem, ainda por ordem do Coronel Gonçalino, nenhum veículo pôde trafegar pela estrada Osório – Capão da Canoa. Brigadianos fortemente armados cumprem determinações do coronel.

**NA ASSEMBLÉIA** – O deputado Noly Joner informou a UH que ainda na sessão desta tarde levará ao conhecimento da Assembléia os vexames a que foram submetidos os parlamentares em Osório. Protestará ao lado dos deputados Antônio Visinthainer e Osmar Lautenschleiger pelo não cumprimento da promessa feita pelo governador Meneghetti (“os deputados terão livre acesso ao acampamento”) através do deputado Porcínio Pinto. O deputado Clóvis Morais, por seu turno, permaneceu no município de Osório, com líderes sindicais e funcionários do SUPRA, para acompanhar os acontecimentos e evitar que se consuma o ultimato dado pelo Coronel Gonçalino para que os Sem-Terra abandonem as glebas que ocupam imediatamente.

Em Porto Alegre, o comando sindical responsabilizou o governo pelas arbitrariedades cometidas em Osório e declarou-se em Assembléia permanente.”

Fonte: *Última Hora*, 19/9/1963 – p. 3  
Museu Hipólito José da Costa.

XVI – DOCUMENTOS ANEXADOS AO PROCESSO 175/66 –  
AÇÃO DE USUCAPÍÃO DA EMPRESA JOSÉ AGOSTINELLI S/A  
E TRECHOS DO MESMO (1966-1976)

a) fl. 26 – 28 – Requerimento de Maria Tereza Joaquina, Alípio Cândido da Silveira e Aurora Conceição da Silveira, contestando a ação de usucapião apresentada pela JASA. (23/11/1966)

“Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Osório.

María Thereza Joaquina, brasileira, viúva, de afazeres domésticos, residente e domiciliada em Osório, Alípio Cândido da Silveira e Aurora Conceição da Silveira, brasileiros, casados, ele agricultor e ela de prendas domésticas, residentes e domiciliados n/ mun. na localidade denominada Morro Alto, vem, respeitosamente, por seu procurador no fim firmado, ut instrumento de mandato outorgado por instrumento público que acompanha presente, com fundamento no art. 1580 § único do Código Civil, por si e pelos demais condôminos, todos herdeiros e sucessores de ex-escravos, contestar a ação de usucapião proposta por José Agostinelli S. A. – Comércio, Agricultura e Pecuária, fundamentada dita ação de usucapião na cessão de direitos por Olina Gonçalves da Silva, dizendo e requerendo:

1) os contestantes, bem como os demais herdeiros e condôminos houveram por legado a seus antecessores (ex-escravos de Rosa Osório Marques) uma fração de terras de cento e oitenta e quatro braças (184) de terras de matos na Fazenda do Morro Alto, tudo cf. certidão de testamento e processamento do mesmo testamento de Rosa Osório Marques, que se junta;

2) os ex-escravos que houveram dito legado foram em número de 24 (vinte e quatro), como segue, Theodoro, Nazário, Manoel, Pulucena, Jacintha, Esperança, Eufrazia, Laura, Henriqueta, Romeu, Idalina, Carlota, Maria, Merêncio, Felício, Ambrósio, Sebastião, Fortunato, Antonio, Izidoro, João, Thereza, Felisberta e Maria Pulucena;

3) o legado que os ex-escravos houveram, jamais foi dividido, quer judicialmente, quer extra-judicialmente, permanecendo uma área comum aos sucessores, sem que houvesse fixação de posse determinada de uns e outros;

4) o testamento instuiu, digo, instituiu a inalienabilidade até o terceiro grau. Esta inalienabilidade tem fácil compreensão quando se busca a intenção da testadora. A testadora tinha em mente, pois tudo leva a esta interpretação, instituir um patrimônio para seus escravos (naquele tempo ainda existia a escravatura), onde os mesmos pudessem trabalhar, ganhar seu sustento e, aqui está a intenção primordial e fundamental da testadora, fixar-se à terra, a fim de adquirir um hábito fixação a um patrimônio, o que jamais tiveram, quer por seus antepassados em seu país nativo (África), quer ao tempo em que eram escravos. Com esta inalienabilidade, eles forçosamente teriam que fixar-se e através do tempo se habituariam a tal fixação. Foi, pois, o motivo moral (livrá-los da escravatura) e civilizador a intenção primordial da instituição de tal legado. Oxalá tivéssemos tido mais pessoas esclarecidas como a testadora e teríamos menos miséria entre os descendentes dos escravos. Deve-se, pois, neste legado olhar mais para o motivo moralizador e civilizador da testadora do que propriamente o legado material;

5) continuando o legado uma área comum aos descendentes e sucessores dos legatários, enquanto não dividido e demarcado o todo, não se pode falar em direito de posse certo. A cedente, Olina, é herdeira de dois ex-escravos (legatários – do todo) isto é, Jacintha e Eufrazia. Jacintha era avó de Olina e Eufrazia era mãe. Tanto Jacintha como Eufrazia, houveram cada uma, no todo, uma parte correspondente a  $1/24$ ;

6) Olina, além de não poder alienar seus direitos, alienou e cedeu mais do que o que lhe cabia no todo, conforme se demonstra: Jacintha, que houvera  $1/24$ , teve três filhos, entre os quais se encontrava Eufrazia, cabia, portanto a Eufrazia  $1/3$  da parte ideal do todo, por herança de sua mãe, ou seja  $1/72$ ; Eufrazia teve oito (8) filhos, dos quais seis estão mortos e destes dois não deixaram herdeiros. Cabe, pois, a Olina uma sexta parte do legado de sua mãe mais uma sexta parte da herança que sua mãe por falecimento Jacintha. Portanto, a parte ideal que Olina teve no todo equivale a:

1/6 de 1/24, o que equivale a 1/144 do todo

1/6 de 1/72, o que equivale a 1/432, digo 1/432 do todo, o que soma dá 1/108 do todo.

Ora, o todo tem 184 braças e, sabendo-se que a braça equivale a 14.520 m<sup>2</sup>, teremos 2.671.680 m<sup>2</sup>, ou seja, 267 hectares e 1.680 metros quadrados. Desta área a cedente Olina possuía uma parte ideal de 1/108, o que equivale a vinte e quatro mil setecentos e trinta e sete (24.737) metros quadrados e setenta e sete (77) centímetros quadrados. Não pode, pois, vingar o usucapião de 223.399,80 m<sup>2</sup>;

7) a cedente Olina sempre soube, e como tal ocupava, que a área total do legado constituía um todo, uma área comum, onde todos os herdeiros e sucessores dos ex-escravos mencionados no legado e acima enumerados tinham igual direito, constituindo um todo indiviso, como também sabia que não podia ceder seus direitos pelo cláusula de inalienabilidade até o terceiro grau de descendência, como ainda sabia que sua parte ideal não atingia nem de longe à área sobre a qual cedeu os direitos, sendo, pois, nula a cessão, já pela inalienabilidade, já por ser maliciosamente fraudulenta por ceder direitos sobre dez vezes a parte a que atingiam seus direitos;

8) é maliciosa a certidão solicitada ao Arquivo de Registro de Imóveis, por parte da firma usucapienda, uma vez que sabia não encontrar-se registrada a parte usucapienda, fraccionadamente, mas que estava registrado o todo de 184 braças, ou seja, 2.671.680 m<sup>2</sup>, conforme os contestantes provarão por certidão a ser juntada tão logo o Oficial do Registro de Imóveis a fornecer, eis que, pelo acúmulo de serviço do mesmo, os requerentes não a conseguiram para juntar de momento.

Face ao exposto, os contestantes requerem:

em preliminar: a rejeição liminar da ação de usucapião, por impropriedade de ação, eis que, se comprou, como alega, os direitos da cedente Olina, deveria requerer primeiramente a divisão e demarcação, o que, evidentemente, não fez por saber que os direitos da cedente não atingiriam a mais de 1/10 (um décimo) da área usucapienda.

No mérito: seja julgada improcedente a ação, já pelo fundamento da inalienabilidade, já pela nulidade da cessão por ser fraudulenta e visar prejudicar os direitos dos demais condôminos. Se contudo, V. Excia. entender procedente a ação, a mesma não poderá ultrapassar a 24.737,77 m<sup>2</sup>, e que é a parte ideal que a cedente poderia ceder, em virtude de sua parte na herança de sua mãe e avó.

Para ambos os casos, requer seja a A. condenada às custas e despesas efetuadas pelos contestantes, bem e como honorários advocatícios e que poderão incidir sobre o valor real da área contestada e julgada improcedente, se o todo, sobre a área usucapienda e, se parte, sobre tal parte. O valor real da terra na localidade de Morro Alto, orça por Cr\$250.000 o hectare. Requerem, também, seja retificado o valor da ação para Cr\$5.584.995.

Documentos juntos: - procuração,

- certidão de casamento de Maria Thereza Joaquina, como prova de sua legitimidade 'ad causam',

- certidão de testamento de Rosa Osório Marques.

Osório, 23 de novembro de 1966.”

b) fl. 144 – Depoimento de Romário Marques Machado (24/11/1970)

“TERMOS DE DEPOIMENTOS

ROMÁRIO MARQUES MACHADO, brasileiro, solteiro, criador, residente nesta cidade, alfabetizado. Aos costumes disse: nada. Prestou compromisso. Inquirido disse: que o depoente conhece bem as terras do Morro Alto, eis que pertenceram aos seus antepassados; que tem



conhecimento que Olina Gonçalves da Silva vendeu suas terras para a Firma José Agostinelli S./A.; que o depoente quando tinha 16 anos de idade já conheceu Olina morando nas terras, inicialmente com os pais e depois com o marido, sendo que atualmente o depoente tem 60 anos de idade; que Olina herdou as terras após o falecimento dos pais; que Olina sempre ficou ali, mantendo posse mansa e pacífica; que ditas terras talvez estivessem em comunhão, pois que tinha outros herdeiros juntos em terras vizinhas; que o depoente sabe esses outros herdeiros nunca perturbaram a posse de Olina. Com a palavra o Dr. Procurador da autora, P. R.: que o depoente não pode informar nem aproximadamente qual a área de terras que Olina ocupava, sendo que no Morro o marido de Olina tinha plantação de cana; que os outros herdeiros que o depoente referiu nunca tiveram posse das terras por ela ocupadas; que o depoente tem conhecimento que a firma autora sobre esta área de terras tem plantações, exploram a pedreira e fez construções; que Alípio, que o depoente conhece muito bem ocupa uma área de terras localizada acima desta da autora, sabendo o depoente que Alípio é acostumado a não respeitar as divisas das terras, envadindo as mesmas constantemente; que as terras de Alípio não se confundem com as da autora, pois nem fazem divisa; que o depoente conhece muito bem a Fazenda do Morro Alto, sendo que existe dezessete colônias de morro, mais ou menos e a outra parte mais ou menos compreende umas sessenta colônias; que na opinião do depoente o contestante Alípio Cândido da Silveira é pessoa incompreensível. Com a palavra o procurador do contestante Alípio e Maria Tereza, P. R. que uma tia-avó do declarante, deixou uma área situada dentro do Sítio do Morro Alto, que era herança de seus pais, para os escravos; que Maria Tereza é descendente de escravos mas Alípio não; que a esposa de Alípio também é descendente de escravos; que o depoente não tem certeza, mas parece que o pai da esposa de Alípio teria herdado terras da tia-avó do depoente; que o pai de Olina também herdou terras da tia-avó do depoente. Dada a palavra ao procurador dos demais contestantes, nada perguntou. Nada mais foi dito. Vai assinado. Eu, escrevê, subscrevi.”

c) fl. 145 – 145v – Depoimento de Braz Floriano da Rosa (24/11/1970)

“Braz Loreno da Rosa, brasileiro, viúvo, agricultor, residente em Morro Alto, com 89 anos de idade, assina o nome. Aos costumes disse: nada. Prestou compromisso. Inquirido disse: que conhece as terras de Olina; que Olina sempre morou no local, isto por mais de 40 anos, sendo que também seus pais ali residiram e ambos sempre mantiveram posse mansa e pacífica; que Alípio ocupa área de terras diversa da ocupada por Olina, na parte de baixo. Com a palavra o Dr. Procurador da Maria Tereza e Alípio. P. R. que as terras ocupadas por Alípio e Maria Tereza não dividem com as de Olina, pois é um terreno só; que o depoente não sabe se houve desavença entre a Autora, Maria Tereza e Alípio; que Alípio é casado com uma sobrinha de Olina e acha que a firma Autora tirou parte de suas terras, em vista de se tratar de um terreno único, as terras por ele ocupadas com as de Olina.[...]”

d) Requerimento de Aurora Inácia Marques, solicitando sua admissão no processo.

“Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Osório  
Aurora Inácia Marques – brasileira – viúva – doméstica – residente e domiciliada em Osório – nos autos da ação de usucapião – respeitosamente – vem à presença de Vossa Excelência – requerer seja admitida no processo – visto ser viúva de Antônio Olina da Silva – filho de Olina Gonçalves da Silva, que também se chama Olina Eufrázia Gonçalves, para os devidos fins. Requer ainda, lhe seja dado o benefício da assistência gratuita.

P. J. e Deferimento.  
Osório, 15 de dezembro de 1972”.

e) fl. 313-315 – Parecer do promotor de alçada Hyppólito Brum diante de apelação civil de José Agostinelli.

“TRIBUNAL DE ALÇADA

2ª Câmara Cível

APELAÇÃO CÍVEL nº 14.068

ORIGEM: OSÓRIO

APELANTE: JOSÉ AGOSTINELLI S.A. – Comércio, Agricultura e Pecuária

APELADOS: ALÍPIO CÂNDIDO DA SILVEIRA e s/m MARIA TEREZA JOAQUINA e AURORA INÁCIA MARQUES ou AURORA INÁCIA DA SILVA

RELATOR: Doutor MILTON DOS SANTOS MARTINS

PARECER

A empresa JOSÉ AGOSTINELLI S. A. – Comércio, Agricultura e Pecuária, conhecida loteadora de Capão da Canoa e Xangrilá, ingressou em 1966 com ação de usucapião com vistas a uma área da aproximadamente 24 hectares, fundada em escritura pública de cessão de direitos de posse, firmada por OLINA GONÇALVES DA SILVA (fls. 6/10)

O feito foi e continua sendo um tanto tumultuado, com nulidades já declaradas, quer pelo Juiz, quer pelo Tribunal de Alçada (fls. 179-85)

O fato, em última análise, se prende, agora, às conseqüências e extensão do acordo entre A. e contestantes, homologado pelo dr. Juiz, às fls. 263 e v.

No referido acordo, a A. reconheceu não possuir o domínio sobre a área alegada na inicial e reconheceu a possibilidade dos contestantes em partes ali definidas genericamente, sujeitas a medição ali fixada. O desate do problema, repete-se, agora, está no exame desse acordo, afora, é lógico, outros aspectos muito bem lançados na decisão ora recorrida, quais os previstos no art. 267, IV e VI, CPC.

Registre-se, inicialmente que às fls. 15 e v. mencionadas ao despacho de fls. 17, não estão nos autos. Há, também, uma inversão na folha 14.

Às folhas 31, 54/4, salvo melhor juízo, temos a prova da origem de tudo isso. Antigos escravos foram contemplados, por testamento de 3 de fevereiro de 1886, de Rosa Osório Marques, com grande gleba situada no Morro Alto.

Ao longo dos anos, talvez a precaução da testamenteira em dar certa tranqüilidade e local de trabalho aos 15 escravos, não se concretizasse. Muitos descendentes estão ali, mas desinformados, até de 1966, da documentação que os legitima.

A cobiça pode levar a desprevenidos a não só se desfazerem do que possuem, como, até pretenderem vender o que não possui. Tudo depende do poder aquisitivo e dos parâmetros sociais. Assim, v.g., se pode transacionar duvidosa parceria de 15 mil pés de bananas e mais 24 hectares, por preço de banana, como dois mil cruzeiros, à época denominados, pomposamente, de dois milhões, antes da modificação do nosso padrão monetário.

O r. Acórdão de fls. 179/86 bem decidiu, face, entre outros motivos, os levantados pelo atual procurador e dos mais ilustres membros do M. P., Sérgio da Costa Franco, às fls. 176.

Estou em que, como salienta o parecer de fls. 332, do dr. Joel José Cândido, correta fôra a decisão de fls. 147/50. Mas, agora, estamos sob novo CPC e bem acertada está a decisão ora recorrida que, sob nova lei, atinge o mesmo objetivo.

A autora que se dedica amplamente a vários tipos de comércio, que é das principais proprietárias e transacionadoras de terras na orla marítima e participa de empreendimentos hoteleiros, dirigida à época, por advogados, economista e médico, se pretende encontrar

induzida em erro, quando fez o acordo e se apega, desesperadamente, ao entendimento respeitável, esposado pelo M. P. às fls. 274.

O problema todo, me parece resolvido em duas oportunidades, sob leis distintas, mas bem decididos. A improcedência da ação já estava selada pela decisão de fls. 147/50, não fora a não intervenção do M.P. Renovado o processo, a A. verificando não possuir condições de êxito, parte para o acordo de fls. 263 e v. sabe, por isso mesmo, não possuir a área que alega e isso muito bem ficou definido no despacho de fls. 277 e decisão de fls. 309/12.

Bem andou o dr. Juiz ao decidir como o fez. Embora um tanto demorada, pelos incidentes todos e dificuldades em notificação, houve justiça e os descendentes de antigos escravos podem continuar com suas terras.

Havendo nova ação, como é possível e ficou claro na decisão recorrida, os A. A. deverão ter, no mínimo, o cuidado de indicarem os co-possuidores, os confinantes e todos os que, não referidos na inicial viriam pretender ingressar, tardiamente, nesta ação.

Há muita gente com posse ali, como se alega no processo, mas, numa Bfbia às avessas, poucos foram os eleitos da honra de participar de um processo judicial.

Pela confirmação da sentença, atento a que, pelo princípio da sucumbência, devem os A. A. responderem por honorários para o que, se ter conta o despacho irrecorrido de fls. 105 e laudo de fls. 116 e v.

É o parecer, esclarecendo-se que, a partir da fl. 263, o feito recomeça em 259 e fls. 261 (segunda com esse número) está fora de lugar.

PORTO ALEGRE, 13 de dezembro de 1976

Hyppolito Brum

Promotor de Alçada, designado.”

Fonte: Processo 175/66, 1966. Processo de usucapião movido por José Agostinelli S/A – Comércio, Agricultura e Pecuária. Fórum de Osório, 1ª vara civil e criminal.

## XVII – REGISTRO DO TESTAMENTO DE ROSA OSÓRIO MARQUES REALIZADO NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS PELOS DESCENDENTES DOS EX-ESCRAVOS HERDEIROS (1966)

“República dos Estados Unidos do Brasil

Registro de Imóveis

Artur Pasqualini, oficial do registro de imóveis e especial do município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul. CERTIFICO que às fls. 183 do livro 3-AP, foi feita hoje sob o nº 39.170 a transcrição do imóvel seguinte: Quatrocentos e quatro metros e oito centímetros de terras de campo e matos, situado na Fazenda do Morro Alto, neste município, avaliado em R. 2. cada metro e todos R. 808\$160, adquirido em 1.888. ADQUIRENTE: Theodoro, Nasario, Manoel, Pulucena, Jacintha, Eufrasia, Laura, Henriqueta, Romeu, Idalina, Carlota, Maria Merêncio, Felício, Ambrozio, Sebastião, Fortunato, Antonio, Izidoro, João, Theresa, Felisberta e Maria Pulucena. TRANSMITENTE: Sucessão de Rosa Osório Marques. FORMA DO TÍTULO: Certidão de pagamento de legado extraída do arquivo público em 18.5.1966 e julgada por sentença do Exmo. Sr. Juiz de Direito, Dr. José Jacintho de Souza, em 9.7.1888, que transitou em julgado. VALOR: R 808\$160. O referido é verdade e dou fé.

Osório, 23 de novembro de 1966”

Fonte: Auto nº 3041/351 (nº 8.878 Tribunal de Alçada) – Reintegração de posse – Autores: Ermínio Goldani e sua mulher, Maria Celanita Goldani; Réus: Alípio Cândido da Silveira e sua esposa, Manuel Francisco Antônio e sua esposa, Guilherme Francisco Antônio e sua esposa, João Júlio da Silva e sua esposa – 1973 – 1ª Vara Cível – Fórum de Osório.

## XVIII – DOCUMENTOS RELACIONADOS À LUTA ATUAL DA COMUNIDADE DE MORRO ALTO

a) Ata de Audiência Pública na Comunidade de Morro Alto, no dia 6/4/2002

“Aos dias 06 de abril de 2002, foi realizada audiência pública na comunidade remanescente de quilombos de Morro Alto, no município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, presentes o Procurador de Justiça, Dr. Luís Inácio Vigil Neto, Procurador da República Marcelo Veiga Beckhausen, Analista Pericial Miriam Chagas, membros da comunidade de Morro Alto, representantes da equipe de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos, da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Presentes os representantes do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. Presente o representante da Fundação Cultural Palmares. Presente o Prefeito de Maquiné/RS. Presente a Presidente do CODENE e o representante da Secretaria do Trabalho e Cidadania. Inicialmente foi feito um relato pelo sr. Wilson dos pleitos da comunidade de afro-descendentes. A autarquia se comprometeu a realizar estudos para avaliar os impactos que a construção do túnel irá acarretar. *Nada mais, Marcelo Veiga Beckhausen, Procurador Regional dos Direitos do Cidadão.*”

b) Ata de Audiência Pública com a comunidade de Morro Alto, no Ministério Público Federal, no dia 12/6/2002.

### “MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos doze dias do mês de junho de dois mil e dois, na sala de reuniões da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, localizada na Praça Rui Barbosa, 57, 7º andar, Porto Alegre/RS, às 14h30min, ocorreu Audiência Pública coordenada pelo Procurador da República Marcelo Veiga Beckhausen, conforme lista de presenças em anexo, para tratar das questões referentes à Comunidade de Morro Alto. O Procurador da República deu início à audiência com uma explanação acerca dos objetivos da mesma e colocando como tem sido a atuação do Ministério Público Federal em relação às Comunidades Remanescentes de Quilombos, em especial à Comunidade de Morro Alto, inclusive em conjunto com a Equipe de Pesquisa. Após, foi passada a palavra à Equipe de Pesquisa, iniciando-se com a Antropóloga Miriam Chagas, que expôs como tem sido realizada a pesquisa pelo Grupo e as dificuldades enfrentadas em face do tempo exíguo em que foi realizado o laudo preliminar. Ela ressaltou a necessidade deste contato efetivo com as lideranças da comunidade, para que a mesma decida como deverá ser realizado o trabalho. Foi então passada a palavra ao pesquisador Rodrigo, que ressaltou a necessidade de deliberação de vários pontos com a comunidade; e à pesquisadora Nina, que demonstrou como tem sido feita a delimitação através de mapas pelo grupo. Após, passou-se ao debate com os representantes da Comunidade acerca da área delimitada pelo Grupo de Pesquisa. A principal questão

foi de se a comunidade deseja, neste momento, manter a área delimitada pela equipe, para assim apresentar ao órgãos governamentais, ou se deseja aumentar já a área a ser apresentada, o que acarretaria uma maior demora no processo junto aos órgãos governamentais, em especial o DNIT. Foi então encaminhado que a equipe fará ajustes na área a ser delimitada, incluindo a área do Morro da Vigia – área do Seu Sebastião. Após esse ajuste – concluindo-se o laudo – a Comunidade intensificará o pleito e a pressão junto aos órgãos governamentais, para que possa ser reconhecida e garanta seus direitos, especialmente a indenização pela duplicação da BR 101 junto ao DNIT. Nada mais, encerra-se esta ata de audiência, que vai assinada por mim, Fábio Magrinelli Coimbra, que secretariei os trabalhos, e pelo procurador Marcelo Veiga Beckhausen, estando as assinaturas dos presentes na Lista de Presenças anexa.”

c) Fotografia do protesto realizado pela Comunidade no dia 25/6/2002 ante o lançamento do Edital de Duplicação da BR-101.





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA CULTURA

## **Fundação Cultural Palmares**

Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

DIRETORIA DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO AFRO-BRASILEIRO

### **CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO**

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003 e o artigo 216 da Constituição Federal **CERTIFICO** que a **Comunidade de Morro Alto, localizada no município de Maquiné, situada aos extremos as latitudes de 29º 43's, ao norte e 29º 48' s ao sul e as longitudes 50º 12' Gr., à leste e 50º 07' w Gr. Oeste, abrangendo também as localidades de Ribeirão, Espriado, Faxinal do Morro Alto, Barranceiras e Aquapés. A área de Morro Alto estende-se entre os limites políticos administrativos dos municípios de Osório e Maquiné, Estado do Rio Grande do Sul, atualmente constituída por aproximadamente 230 famílias**, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 001, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 03 de março de 2004, de fls., **SÃO REMANESCENTES DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS**, com fulcro no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias da Constituição Federal de 1988.

Declarante(s): **Associação Comunitária Rosa Osório Marques**  
CNPJ : **05351443-0001-40**

Eu **Maria Bernadete Lopes da Silva** ( Ass.).....  
Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí.

*Maria Bernadete Lopes da Silva*  
Diretora de Proteção do  
Patrimônio Afro-Brasileiro

  
**UBIRATAN CASTRO ARAUJO**  
Presidente da Fundação Cultural Palmares

*Ubiratan Castro de Araújo*  
Presidente

A linha editorial visa constituir-se num espaço para a edição, publicação e divulgação da produção de estudos e pesquisas com os temas etnicidade, identidade e territorialidade, consolidando resultados de ações que articulam a extensão ao ensino e à pesquisa, fortalecendo o compromisso interinstitucional e com as políticas de promoção social, possibilitando o acesso de obras relevantes para os diferentes segmentos da sociedade. Ao propor e organizar esta linha editorial, a Pró-Reitora de Extensão da UFRGS, através do seu Departamento de Educação e Desenvolvimento Social, consolida suas parcerias com a Editora da UFRGS, com o poder público e com a sociedade civil organizada.



**COMUNIDADES  
TRADICIONAIS**

### Série Comunidades Tradicionais

---

A série que inicia a linha editorial Etnicidade, Identidade e Territorialidade, tem como objetivo divulgar estudos realizados no âmbito dos direitos territoriais de comunidades tradicionais identificadas como grupos de indivíduos com origem, ocupação e vínculo histórico-cultural em uma determinada região, com identidade cultural reconhecida pela comunidade e domínio de técnicas de produção específicas desenvolvidas no ecossistema da região. Em uma primeira etapa, a série deve apresentar trabalhos que discutem a ocupação de terras por afro-descendentes – remanescentes de comunidades de quilombos, e por indígenas – Mbyá-Guarani e Kaingang, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul. Por sua importância e relevância a série poderá ser ampliada com a publicação de estudos de outras comunidades tradicionais típicas dos estados do sul do Brasil.

#### Comissão Editorial

Renita Klüsener (Coordenação - Diretora do DEDS/PROREXT/UFRGS), Daisy Macedo Barcellos (UFRGS), José Carlos Gomes dos Anjos (UFRGS); Sergio Baptista da Silva (UFRGS); Sina Robin (UFRGS)

#### Títulos publicados

- *O legado do testamento: a Comunidade de Casca em perícia*  
Ilka Boaventura Leite
  - *Comunidade negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade*  
Cíntia Beatriz Müller, Daisy Macedo de Barcellos, Mariana Balen Fernandes, Marcelo Vianna, Miriam de Fátima Chagas, Nina Simone Fujimoto, Paulo Staudt Moreira, Rodrigo de Azevedo Weimer
  - *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais*  
José Carlos Gomes dos Anjos e Sérgio Baptista da Silva (Orgs.)
-

*Fotolitos*  
Cathedral Digital  
Rua Luzitana, 45A - Porto Alegre, RS  
Fone/Fax (51) 3343-4141

*Impressão*  
Editora Evangraf  
Rua Waldomiro Schapke, 77 - Porto Alegre, RS  
Fone (51) 3336-0422 e 3336-2466





Trata-se de um relatório construído de uma perspectiva multidisciplinar, decorrência de ampla pesquisa, análise e interpretação, feita por profissionais provenientes de diversos campos de saber, mas convergindo para uma interpretação única do fenômeno descrito. [...] Como um relatório de reconhecimento, ele procura chamar a atenção para a necessidade de se entender outras linguagens, a daqueles que foram e são marginalizados, e neste sentido procura realizar uma tradução qualificada sobre os critérios de identificação do grupo que norteiam o processo de luta pela permanência nas terras e pela valorização de suas práticas culturais específicas. [...]

O relatório constata que Morro Alto possui atualmente uma população predominantemente negra que provém de descendentes de ex-escravos. Sua origem comum dá base ao processo de luta pela manutenção de suas terras. Ao mesmo tempo, a *'persistência em Morro Alto, de uma comunidade negra'*, reflete uma luta contra a discriminação sofrida pelas pessoas que compõem a comunidade.

Ilka Boaventura Leite  
Coordenadora do Núcleo de Estudos  
sobre Identidade e Relações Interétnicas/UFSC

Excertos do parecer técnico conclusivo do relatório sobre a Comunidade



MINISTÉRIO DA CULTURA  
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

